

Organizadores

Camila Dutra dos Santos
Francisco Amaro Gomes de Alencar
José Levi Furtado Sampaio

ANAIS
EGACE

**I Encontro de Geografia
Agrária Cearense**

**Dilemas do Espaço Agrário Cearense:
Terra e Água para que(m)?**

Editora

**SER
TÃO
CULT**

10 anos

Organizadores



Camila Dutra dos Santos

Doutora, Mestre e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora dos Cursos de Graduação em Geografia (UECE) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProPGeo/UECE). Coordenadora do NATERRA - Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (UECE/CNPq) e do LECANTE - Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território (UECE). Tem experiência em pesquisa na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: questão agrária, comunidades e povos tradicionais, conflitos territoriais e socioambientais, agricultura camponesa, impactos do agronegócio, resistências à territorialização do capital no campo, gênero e agroecologia.



Francisco Amaro Gomes de Alencar

Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Trabalhou como geógrafo no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). Professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, nos seguintes temas: assentamento rural, questão agrária, programas de reforma agrária e gestão em assentamentos rurais.



Jose Levi Furtado Sampaio

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia, junto ao Programa de Pós-Graduação - Projeto GeografAR. Professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Geociências, Ciências Humana com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço agrário, assentamentos, relações sociedade natureza, quilombolas, indígenas, pescadores, educação do campo e educação ambiental.

Organizadores

Camila Dutra dos Santos
Francisco Amaro Gomes de Alencar
José Levi Furtado Sampaio

ANAIS
EGACE

**I Encontro de Geografia
Agrária Cearense**

**Dilemas do Espaço Agrário Cearense:
Terra e Água para que(m)?**

Sobral - CE
2024

Editora

**SER
TÃO
CULT**

10 anos

ANAIS - I Encontro de Geografia Agrária Cearense – Dilemas do Espaço Agrário Cearense: Terra e Água para que(m)?
© 2024 copyright by: Camila Dutra dos Santos, Francisco Amaro Gomes de Alencar, José Levi Furtado Sampaio (orgs).
Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com.br
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Ana Paula Pinho Pacheco Gramata	Marco Túlio Mendonça Diniz
Antonio Adílio Costa da Silva	Oswaldo Girão da Silva
Carlos Alberto de Vasconcelos	Paulo Rogério de Freitas Silva
Iapony Rodrigues Galvão	Raimundo Lenilde de Aratújo
Irineu Soares de Oliveira Neto	Sandra Liliana Mansilla
Isorlanda Caracristi	Vanda Carneiro de Claudino Sales
Marcelo de Oliveira Moura	Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Marcelo Martins de Moura-Fé	

Revisão

Danilo Ribeiro Barahuna

Diagramação e Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

E56 Encontro de Geografia Agrária Cearense. (1.: 2024.: Sobral, CE).

Dilemas do espaço agrário cearense: terra e água pra que (m)? Anais do I Encontro de Geografia Agrária Cearense – Dilemas do Espaço Agrário Cearense: Terra e Água para que(m)? / **Organizado por** Camila Dutra dos Santos, Francisco Amaro Gomes de Alencar, José Levi Furtado Sampaio. - Sobral CE: **Sertão Cult**, 2024.

528p.

Contém textos completos.

ISBN: 978-65-5421-148-2 - papel
ISBN: 978-65-5421-149-9 - E-book
Doi: 10.35260/54211499-2024

1. Anais. 2. Geografia Agrária Cearense. 3. Trabalhos acadêmicos.
I. Santos, Camila Dutra dos. II. Alencar, Francisco Amaro Gomes de. III. Sampaio, José Levi Furtado. IV. Título.

CDD 333.00981 -Geografia Agrária- Brasil
918.1 - Geografia do Brasil
550 - Ciências da terra

Coordenação geral do evento:
Francisco Amaro Gomes de Alencar (UFC)
José Levi Furtado Sampaio (UFC)
Camila Dutra dos Santos (UECE)

Comissão Científica do Evento:

Adriana de Sá Leite de Brito (UFC)
Aldiva Sales Diniz (UVA)
Alexsandra Maria Vieira Muniz (UFC)
Ana Roberta Duarte Piancó (URCA)
Anderson Camargo Rodrigues Brito (URCA)
Andrey Luna Saboia (IFRN)
Bruna Dayane Xavier de Araújo (UVA)
Camila Dutra dos Santos (UECE)
Clarice Zientarski (UFC)
Daniel Gadelha de Oliveira (UFC)
Danielle Rodrigues da Silva (IFCE)
Diana Nara da Silva Oliveira (UECE)
Diego Gadelha de Almeida (IFCE)
Erica Silva Pontes (UFC)
Flávio Rodrigues do Nascimento (UFC)
Francisco Amaro Gomes de Alencar (UFC)
Francisco Wlirian Nobre (URCA)
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (UFC)

George Bezerra Pinheiro (IFCE)
Helaine Saraiva Matos (UFC)
Iara Rafaela Gomes (UFC)
Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (UFCG)
José Levi Furtado Sampaio (UFC)
Juliana Santos Bandeira (UFC)
Leandro Vieira Cavalcante (UFRN)
Maria do Céu de Lima (UFC)
Maria Edivani Silva Barbosa (UFC)
Maria Lucenir Jeronimo Chaves (UECE)
Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira (UVA)
Natália Lidia Garcia de Carvalho (UFC)
Ohana de Alencar Pageú (UFC)
Rafaela Lopes de Sousa (UECE)
Sandra Maria Fontenele Magalhães (UFC)
Sandra Maria Gadelha de Carvalho (UECE)
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos (UECE)

Páginas oficiais do evento:

<https://egaceufc.wixsite.com/egace2018>
https://www.facebook.com/egace2018?ref=embed_page

Organização:



Apoio:



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ



Patrocínio



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13

EIXO 1 - RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

AGRICULTURA CAPITALISTA CEARENSE E A CONCENTRADA
ESTRUTURA FUNDIÁRIA SOMADA AO USO DESIGUAL DOS
RECURSOS HÍDRICOS..... 21

Alexsandra M. Vieira Muniz

AGROINDÚSTRIA E RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO CEARÁ..... 37

Denise Elias

Felipe Rodrigues Leitão

A AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR EM FARIAS BRITO-CE: O PAA
E O PNAE COMO AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NO
CAMPO 51

Antonio Wallas Vitorino Pereira

Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
(PAA) NA COMUNIDADE BELMONTE /CRATO-CE: UM OLHAR
SOBRE AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS 65

Maria Adriana Alves Dantas

Fernando Fernandes Damasceno Junior

Deiziane Lima Cavalcante

OMODO DE VIDA CAMPONÊS NA INTERAÇÃO CAMPO-CIDADE.....77

Penha Magalhães Ribeiro

Aldiva Sales Diniz

A PRÁTICA DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS AGRICULTORES
DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE:
NOVOS CONTORNOS E ESPACIALIDADES..... 87

Thais Coelho Lopes

EIXO 2 - AGROECOLOGIA

RAÍZES QUE CURAM: O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELAS CAMPONESAS NO CARIRI CEARENSE..... 101

Bruna Dayane Xavier de Araújo

OS SISTEMAS DE AGROFLORESTAS E AGRICULTURA RUDIMENTAR..... 115

Bruno Matheus de Melo Silva

Analiane Vidal de Alencar

O SISTEMA AGROFLORESTAL E A BUSCA POR UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-CE..... 127

Caroline da Silva Laurentino

Jose Geovani Paulino de Alencar

PENSANDO SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO SÍTIO SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CE 133

Antônia Batista Macêdo

Joana Darque Ribeiro Ferreira

Decarla Gomes da Silva

PEQUENAS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS: O CASO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DO CRATO - CEARÁ 139

João Marcos Alves de Sousa

Mariana Barros Tavares

Joelha Alves da Silva

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE: CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL, CRATO-CE..... 149

Jussiane Gonçalves de Oliveira

SISTEMA ECOCICLO..... 157

Maria Tatiane Paula

Maria Vanuza Barros da Silva

AS CASAS DE SEMENTES CRIOULAS E A CONQUISTA DA SOBERANIA ALIMENTAR: UMA REFLEXÃO SOBRE A REDE DE INTERCÂMBIO DE SEMENTES (RIS) NA MICRORREGIÃO NORTE DE SOBRAL..... 161

Paulo Regino Amorim

Anna Erika Ferreira Lima

Adryane Gorayeb

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL: ESTUDO DE CASO DA MANDALA DO SÍTIO VOLTA, MAURITI-CE....171

Tiago Cartaxo de Lucena

Nataniele dos Santos Alencar

José Levi Furtado Sampaio

EIXO 3 - GÊNERO, ETNIA, CULTURA E SEXUALIDADE

A IBIAPABA COMO PALCO DE CONFLITO: A NECESSIDADE DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS DOS POVOS TAPUYA KARIRI 185

Marília Araújo Fontenele

Aldiva Sales Diniz

EXTENSÃO, AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES E PERMANÊNCIA INDÍGENA E QUILOMBOLA NA UFT/MIRACEMA: NOVAS FORMAS DE VIVER A UNIVERSIDADE 195

Rosemary Negreiros de Araújo

ARTE E TERRITORIALIDADES: O COTIDIANO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM CORES E FORMAS..... 201

Rosemary Negreiros de Araújo

Kleber Wairurã Barbosa de Lima Xerente

Sara Maristela Carvalho

Vanda Sibakadi Xerente

RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NOS SERTÕES DE CRATEÚS-CE: POR UM FAZER GEOGRÁFICO MILITANTE 207

Rutilene Teles Cardoso

Naiara Silva Casusa

Maria das Dores Alexandre Maia

EIXO 4 - CONFLITOS AMBIENTAIS

TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA: A OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE DA PARADA, MUNICÍPIO DA SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE CONTRA A PERFURAÇÃO DOS POÇOS PARA A OFERTA DE ÁGUA PARA O CIPP 215

Francisco Amsterdam Soares Silva

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÃO POPULAR 219

Iara Vanessa Fraga de Santana

Erivan Silva Camelo

Wanessa Maria Costa Cavalcante Brandão

TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA EM DISPUTA E A CONSTRUÇÃO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEÁRA - CAC: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL, CRATO-CE..... 229

Jonisley Soares da Silva

Ana Roberta Duarte Piancó

A POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO CEARÁ E SUA RELAÇÃO COM OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA..... 241

Ligia Maria S. P. Castro

Elen Karine Forte Pessoa

Jamylle de Sousa Monteiro

CAMINHOS DA RESISTÊNCIA DO ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAPIPOCA-CE..... 251

Erika do Vale Teixeira

Camila Dutra dos Santos

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DOS ÍNDIOS TAPUIA-PAIACU NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE..... 261

Ilana Maria Braga Soares

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CARCINICULTURA:
TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE USO E ACESSO À ÁGUA
NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO LAGAMAR, NO MUNICÍPIO DE
JAGUARUANA-CE 269**

Evilene de Oliveira Barreto

João César Abreu de Oliveira Filho

Andrea Almeida Cavalcante

EIXO 5 - EDUCAÇÃO DO CAMPO

**A LUTA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS NO I SEMINÁRIO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NAS RESERVAS
EXTRATIVISTAS DO CEARÁ 285**

Brendon Bessa

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

**DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UMA ESCOLA
NO CAMPO: O CASO DA E.E.I.E.F. PROFESSORA ROSA FERREIRA DE
MACÊDO, DISTRITO DO BAIXIO DAS PALMEIRAS, CRATO-CE 291**

Jeremias Rocha Pereira

Francisco Willian Nobre

CARTOGRAFIA SOCIAL: JOVENS ENTRE O RURAL E O URBANO... 303

Vicente de Paulo Silva Souza

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO: EDUCAÇÃO DO CAMPO E
FORMAÇÃO CONTINUADA 309**

Cícera Leite Mariano

Edcleide Gomes de Lima

Maria Marlene Dantas Magalhães

**FORMAÇÃO CONTINUADA INTERDISCIPLINAR DOCENTE NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO, NO SERTÃO PARAIBANO 315**

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Edcleide Gomes de Lima

Cícera Leite Mariano

**FORMAÇÃO DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MEIO AO
CONTEXTO DO CAMPO 329**

João Lucas Marinho Silva Lima

Maria Edivani Silva Barbosa

SERVIÇO SOCIAL DA TERRA: OCUPANDO O LATIFÚNDIO DO SABER, CULTIVANDO A TERRA DE CONHECIMENTO 339

José Filho Araújo Santos

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES 345

Mateus Vieira de Oliveira

Jônatas Claudío Farias Maciel

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS E AVANÇOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO PROJOVEM CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL DE IPUEIRAS CIDADE DE ARARIPE-CE..... 355

Decarla Gomes da Silva

Antônia Batista Macêdo

Joana Darque Ribeiro Ferreira

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA LUTA EM MOVIMENTO PELA REAFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS..... 365

Cicero Danilo Gomes do Nascimento

EIXO 6 - POSSE E USO DA TERRA E ÁGUA

A CRIAÇÃO DA ESCASSEZ DO BEM ABUNDANTE E SUA “TRANSFORMAÇÃO” EM MERCADORIA: DISTRIBUIÇÃO SELETIVA DA ÁGUA, CONFLITO E RESISTÊNCIA EM UIRAPONGA (MORADA NOVA-CE) 379

Ariel Rocha Nóbrega de Castro

Camila Dutra dos Santos

CONFLITOS TERRITORIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ, POTENGI-CE..... 393

Jonas Gonçalves Almeida

Ana Paula dos Santos

ESTRATÊGIAS CAPITALISTAS DE APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA 405

Érica Maria Bezerra Pinheiro

TERRA COLETIVA E PRODUÇÃO INDIVIDUAL: EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO PADRE ALFREDINHO-CE 417

Flavio Soares de Sousa

José Filho Araújo Santos

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI-CE: TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS 423

Tamires Teotônio Lima

Leandro Vieira Cavalcante

Maria Lucenir Jerônimo Chaves

FORMAS DE USO DA TERRA E DA ÁGUA: A PRODUÇÃO FAMILIAR NO ASSENTAMENTO FLORESTA, MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CEARÁ 435

Maria Cleiciane Soares Lima

Naiana Maria Soares

SOBREPOSIÇÃO DE CONFLITOS: A LUTA PELA TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA CAMPONESA NAS COMUNIDADES BAIXIO DAS PALMEIRAS, BAIXIO DO MUQUÊM E BAIXIO DOS OITIS, EM CRATO-CE..... 451

Mariana Barros Tavares

Joelha Alves da Silva

Ana Roberta Duarte Piancó

ESCATOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E OS CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO CEARÁ..... 465

Sebastião Félix Pereira

Francisco Amaro Gomes de Alencar

O CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ – CAC NA COMUNIDADE POÇO DANTAS, EM CRATO-CE: AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA OBRA..... 479

Victor Breno Silva Belém

Francisco Wlirian Nobre

CONFLITOS AGRÁRIOS NAS “TERRAS DO BEM VIRÁ” 487

Matheus Machado Silva

EIXO 7 - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

**ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ: SEU
USO E OCUPAÇÃO..... 503**

Maria Alyne Alves de Souza

Cícera Camila dos Santos Nogueira

**COM OS PÉS NO CHÃO: A REALIDADE DA LUTA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO SERRA VERDE, CARIRIAÇU-CE..... 515**

Edílio Quintino de Oliveira

Cicero Danilo Gomes do Nascimento

**EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO ACAMPAMENTO CARLOS
LAMARCA..... 521**

Matheus Machado Silva

Geovana Sara Oliveira

APRESENTAÇÃO

Atendendo convite dos organizadores do I Encontro de Geografia Agrária Cearense – I EGACE, coube-me o desafio de resgatar um histórico da realização de dois eventos realizados na Universidade Regional do Cariri – URCA, idealizado e coordenado pelo **Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA**. O referido grupo consiste em uma associação livre de pesquisadores que pensam a questão agrária no Cariri Cearense, vinculado ao **Grupo de Pesquisa Território, Espaço e Movimentos Sociais**, do CNPq, e ao Laboratório Espaço, Criatividade, Memória e Cultura Aplicada à Educação/ Departamento de Geociências. Criado na Universidade Regional do Cariri, Crato, Sul do Ceará, no ano de 2004, envolve estudantes de graduação, pós-graduação, professores da educação básica e professores universitários.

Ao longo desses quatorze anos, o grupo desenvolveu pesquisas em diversificadas temáticas que buscavam produzir reflexões sobre os contextos do campo na região do Cariri, associadas ao pensamento teórico sobre o campesinato no Brasil, tais como: Reforma Agrária, movimentos sociais, territorialização da luta pela terra no Brasil e no Cariri, organização dos camponeses, organicidade de assentamentos rurais, Educação no/do campo, agroecologia, políticas públicas para o campo, grande obras, Estado, Capital, desterritorialização, resistência, camponeses, Comunidades Quilombolas, etnia, gênero, cultura, dentre outros.

O GEA buscou nesse período construir atividades dialogando com movimentos sociais e organizações não governamentais da região, por acreditar que a atividade de pesquisa, mais do que uma busca fidedigna de aproximação com os contextos locais e globais, é um processo de afirmação política. Com essa parceria, foram desenvolvidos alguns projetos de extensão, procurando fazer com que as pesquisas realizadas pelo grupo repercutissem de alguma maneira nas comunidades pesquisadas.

Como exemplo, podemos destacar o Diagnóstico Rural Participativo, desenvolvido no Assentamento 10 de Abril, no Crato. Numa realização conjunta

com membros da comunidade, refletiu-se sobre suas principais problemáticas vivenciadas no assentamento, bem como os desafios a serem enfrentados.

Da mesma forma, atendendo convite da Cáritas Diocesana de Crato e do GRUNEC – Grupo de Valorização Negra do Cariri, contribuímos na elaboração da Cartilha de Mapeamento das Comunidades Rurais Negras do Cariri (material inédito na região que catalogou e descreveu as comunidades rurais negras e quilombolas do Sul do Estado). Outra participação do GEA importante foi no desenvolvimento do Projeto Solaris, em parceria com Cáritas e Associação Cristã de Base – ACB, promovendo educação e assistência em 9 comunidades da região, as quais foram contempladas com unidades produtivas, placas de energia solar, rádio comunitária e estrutura para feira agroecológica.

As referidas experiências, somadas as nossas reuniões semanais para estudos e debates, nos deram fôlego e entusiasmo para, no final de 2008, em diálogo com o pesquisador Claudio Ubiratan Gonçalves (BIRA), da UFPE, planejarmos a realização de um Colóquio entre pesquisadores do GEA/URCA e do LEPEC/UFPE, visando socializar nossos trabalhos e experiências.

A partir daí, iniciamos a construção do **I Colóquio de Geografia Agrária do Cariri Cearense**, realizado nos dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 2010, evento que envolveu pesquisadores de alguns Estados do Nordeste, tendo como temática: Sociedade, Natureza e Relações de Produção no Campo. Além da conferência de abertura, com esse tema, tivemos painéis, apresentações de trabalhos, Minicursos que debateram sobre temáticas relacionadas à Geografia Agrária, feira agroecológica e apresentações culturais.

A Realização do I Colóquio na URCA foi considerada expoente para a Geografia Agrária cearense, tendo em vista a dimensão que tomou o referido evento, bem como, o envolvimento com pesquisadores de vários centros universitários, militantes de movimentos sociais e agricultores. O referido colóquio foi norteado pelos seguintes eixos: questão Agrária, expropriação e exploração dos(as) trabalhadores(as) rurais; territórios étnicos raciais; reestruturação produtiva na agricultura; relações campo-cidade; educação no/do campo; geografia agrária, teorias e métodos; cultura, gênero e sexualidade no campo; sociedade, natureza e relações de produção no campo; impactos ambientais no campo e turismo rural.

Dentre os palestrantes que participaram deste evento, destacam-se os seguintes professores: Claudio Ubiratan (UFPE), Francisco Amaro Alencar

(UFC), Hidelbrando dos Santos Soares (UECE/FAFIDAM), Ronald Albuquerque (URCA), João Cesar Abreu (URCA), Ricardo Lange Ness (UFCA). Raimundo Amadeu de Freitas, na ocasião representando o Incra do Ceará, Integrantes do GEA Anderson Camargo R. Brito, Mardineuson Alves de Sena e Judson Jorge da Silva, que compuseram os painéis. Vale destacar que participaram com a socialização nos referidos debates camponeses e representantes dos movimentos sociais que atuam no Cariri. Posso destacar a notória contribuição de José Raimundo de Matos (Zé Artur – Agrofloresta – Sítio Patos/ Nova Olinda - CE), Angelita Maciel – Comissão Pastoral da Terra (CPT), Antônio Gilberto Bezerra Filho (Junior) Associação Cristã de Base (ACB) e Stepheson Ramalho de Lacerda, Fundação Araripe.

No ano de 2014, o GEA, comemorando dez anos de atividades, nutrido por novos olhares, temas e pesquisas, laços com outros grupos de pesquisas e incitados por novas demandas das comunidades, associações, ONGs e movimentos sociais, somados ao fato de celebrar 10 anos de estudos e pesquisas, realizou o **II Colóquio de Geografia Agrária do Cariri Cearense**, evento que ocorreu entre os dias 10 e 13 de Dezembro de 2014, tendo como tema: **Transformações recentes no campo brasileiro e os processos de resistências**. Além da conferência de abertura, com esse tema, houve mesas redondas, apresentações de trabalhos, Minicursos que debateram sobre temáticas relacionadas à Geografia Agrária, exposição 10 Anos do GEA, feira agroecológica e apresentações culturais. Pautada na necessidade de gerar novas discussões e pensar novas configurações do espaço agrário que vem ocorrendo nos últimos anos, advindo das “grandes obras”, ocasionou novas formas de organização e resistência dos povos do campo, as quais se encaixam como resultado do processo dinâmico de territorialização e (re) territorialização no campo.

Nessa perspectiva, o GEA realizou o II Colóquio de Geografia Agrária Cearense, contando com o envolvimento de pesquisadores do Ceará: Eloisa R. Pássaro (PROCAMPO/URCA), Inês Escobar (UFCA/ Pronera), José Levi Furtado (UFC); de Pernambuco: Ubiratan Gonçalves (UFPE), Monica Cox (UFPE) e Raimunda Aurea Souza (UPE- Campus Petrolina); de Goiás: Alex Ratts (UFG); de Presidente Prudente: Thomaz Junior (UNESP), conferencista da abertura; de movimentos sociais: Veronica Neuma das Neves (Caritas e GRUNEC), Maria Socorro Silva (ACB), Francisco de Assis Batista (ACB), José Cicero Brás - Zé de Teta (Associação Baixio das Palmeiras), com grande participação de integrantes do GEA, Cicero Erivaldo de Lima, Judson Jorge da

Silva, Anderson Camargo e Dariany Sami, nas Mesas de debates, evidenciando o olhar da academia sobre as temáticas, ressignificadas pelos agricultores e movimentos sociais.

Destacam-se os eixos que nortearam o envio de trabalhos, apresentação e debates durante o evento: 1) Cultura, etnia, gênero e sexualidade no Ceará; 2) Questão Agrária, exploração e expropriação dos trabalhadores (as) rurais; 3) Relação campo-cidade; 4) Sociedade, natureza e relações de produção no campo; 5) Transformações Recentes no campo brasileiro e o processo de resistências; 6) Agroecologia e convivência com o semiárido; 7) Educação no/do campo; e 8) Impactos ambientais no campo. Ao final do evento, contabilizaram-se 50 resumos expandidos publicados nos Anais (ISBN 978.8565425-17-9).

Ressalta-se que esses eventos confirmam a importância dos estudos e pesquisas realizadas pelo grupo GEA, bem como de grupos de pesquisas de agrária do nordeste, especialmente das IES, com as quais temos dialogado (UFPE, UFC, UECE, UEVA, FAFIDAM, UFPB e UPE Campus Petrolina), que se fazem presente na academia como grupo de resistência para além de ações de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que temos o compromisso e a prática com ações políticas efetivas.

Todo esse movimento de resistência inspirou a realização do I Encontro de Geografia Agrária do Ceará – I EGACE, com a temática: “Dilemas do Espaço Agrário Cearense: Terra e Água para que(m)?”, com expressiva participação da comunidade acadêmica cearense vinculada aos grupos de pesquisas de agrária das nossas IES. Assim, a proposta do Encontro buscou aumentar a troca de saberes entre os diversos sujeitos que atuam e produzem conhecimento sobre a realidade agrária do Ceará. Para tanto, o I EGACE se propôs a articular as Universidades Públicas e os Institutos Federais do Ceará, que contam com cursos de Geografia e áreas afins, mobilizando estudantes e professores, bem como movimentos sociais, povos do campo e do litoral, organizações não governamentais e lutadores sociais, para refletir sobre os dilemas do uso e dominação da terra e da água no Ceará.

O I EGACE ocorreu de 3 a 6 de setembro de 2018, no Centro de Ciências e Centro de Convivência da Universidade Federal do Ceará - Campus do Pici, Fortaleza-CE, organizado pelo Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais - LEAT/UFC em conjunto com o Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território - LECANTE/UECE. O evento contou com o

apoio de outros laboratórios e grupos de estudos e de pesquisas cearenses, estudiosos da questão agrária, da UECE, UFC, UVA, IFCE e URCA, além de palestras, minicursos, oficinas, apresentações de trabalhos, concurso e exposição de fotografias, que visibilizaram a produção de saberes acadêmicos e populares, troca de conhecimentos, experiências e vivências sobre a questão agrária cearense. Os textos presentes neste e-book ANAIS representam um compilado dos trabalhos apresentados nos grupos de diálogos distribuídos em eixos temáticos.

Boa leitura!

Prof.^a Dr.^a Ana Roberta Duarte Piancó / GEA /URCA

EIXO 1
RELAÇÃO
CAMPO-CIDADE

Agricultura Capitalista Cearense e a concentrada estrutura fundiária somada ao uso desigual dos recursos hídricos

Alexsandra M. Vieira Muniz¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é evidenciar as consequências do processo de modernização da agricultura no Ceará, entendendo-a como resultante da intensificação das relações capitalistas que vem agravando questões atinentes a terra e à água no espaço agrário cearense. Como metodologia, tivemos a pesquisa bibliográfica, documental e estatística, bem como trabalhos de campo. Com a posterior sistematização e a análise do material coletado, foi possível constatar a persistência da acirrada concentração fundiária e o desigual uso dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Agricultura Cearense; Modernização da Agricultura; Estrutura Fundiária; Recursos Hídricos.

Introdução

Considerando que o agravamento das questões atinentes a terra e à água no território cearense tem intrínseca relação com a forma como vem se desenvolvendo as relações de produção capitalistas no campo, evidenciamos tal processo através da política de modernização agrícola, tendo como base autores como Silva (1994; 1981); Sorj (1980); Lima (2000); Gonçalves Neto (1997), Delgado (1985), Muller (1989); e Elias (1999; 2002). Tendo como recorte o território cearense, dentro da política de modernização delimitamos a política de irrigação em diferentes contextos de atuação até chegar aos dias atuais.

Assim, tendo como pressuposto que a problemática que envolve a questão da água e da terra no espaço agrário vem sendo agravada pelo modo como

1 Prof.ª Dr.ª do departamento de Geografia UFC, geoalexandraufc@gmail.com.

têm se expandido as relações capitalistas de produção, objetivamos fazer um resgate de como vem se dando tal processo para em seguida tecer algumas considerações diante dos fatos, a serem analisados a partir da delimitação espaço-temporal que se delineia na sequência.

A Metodologia envolveu procedimentos essenciais da pesquisa científica, tais como, trabalhos de campo, pesquisa estatística, pesquisa bibliográfica e documental, tendo como recorte espacial o Estado do Ceará, e temporal, notadamente, os anos de 1990 até o presente. Com esta metodologia, apresentamos alguns resultados além desta introdução e das considerações finais na sequência deste artigo.

Resultados

A agricultura cearense, que no contexto do Nordeste brasileiro, até a década de 1960, conforme relatou Silva (1994), permaneceu sem grandes transformações no conjunto de sua agropecuária, fazendo parte do *exército de reserva de lugares* (Santos, 1993), sempre apontado como uma região problema, dada a sua vulnerabilidade aos riscos climáticos e aos problemas trazidos pela seca, ganha atenção especial dentro da política do governo no combate à desigualdade regional, embora isto tenha acontecido dentro de uma realidade histórica dependente economicamente da região Sudeste.

Vale destacar neste contexto o acirrado debate teórico sobre a “questão agrária”, relacionada fundamentalmente com a necessidade do desenvolvimento das regiões atrasadas.

No Brasil, o modelo desenvolvimentista adotado durante o período do “milagre econômico”, fundamentando-se na Cepal considerava a industrialização como o caminho mais rápido para superar a condição do subdesenvolvimento da América Latina, centrando o debate nos entraves colocados pelo atraso da agricultura e pela estrutura agrária em favor de uma política voltada para o desenvolvimento industrial.

O modelo desenvolvimentista brasileiro encarava o atraso da agricultura como um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, sendo que o principal argumento era que a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não responderia à demanda urbano/industrial.

A discussão envolve, de um lado, o pensamento liberal conservador, que defendia uma “modernização sem reforma” da agricultura, por meio da introdução do progresso técnico na produção agrícola, e de outro, autores marxistas e estruturalistas, para os quais a modernização da agricultura deveria passar por uma reforma da estrutura agrária.

Os primeiros defendiam que o “dualismo produtivo” – setor arcaico e moderno – existente no campo brasileiro seria progressivamente eliminado pela difusão dos avanços tecnológicos. Não haveria, desse modo, obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento. As estruturas produtivas não “tipicamente capitalistas” seriam absorvidas e retransformadas pelo avanço da racionalidade econômica no campo. Os estímulos de preços, crédito e de assistência técnica seriam poderosas forças para induzir a agricultura a executar as funções requeridas, sem passar por mudanças na estrutura agrária, especialmente na propriedade rural.

A agricultura brasileira, marcada por um modelo desenvolvimentista adotado com ênfase na industrialização, permitiu a intensificação das relações econômicas tipicamente capitalistas, resultando no desenvolvimento e materialização dessas relações através da instauração de uma nova base técnica de produção, já que é no início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, que se instauram as indústrias de máquinas e insumos agrícolas, datando o início da chamada *Revolução Verde*, que permitiu um uso mais intensivo da terra e da força de trabalho, o que em outras palavras significou a subsunção do trabalho agrícola ao capital ou nas palavras de Silva (1981, p. 25) “*a dominação do capital sobre o processo de trabalho*”.

Destarte, “[...] o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz ‘industrializando’ a própria agricultura” (Silva, 1994, p. 14). Assim, o processo de modernização se dá através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural, possibilitada pela difusão das *inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas* (Silva, 1981).

Dessa forma, as condições sociais e técnicas da estrutura agrária se efetivaram a partir de um papel ativo do Estado, na medida em que este impulsionou a modernização da agricultura, através da criação de inúmeras políticas públicas.

Nesse contexto, ganha destaque especialmente em meados dos anos sessenta, que data da necessidade de “uma política de integração da economia nordestina às novas necessidades do planejamento econômico-financeiro definido para o País” (Lima, 2000, p. 46) a ideia de irrigar o Nordeste que começou a despertar o interesse público desde a década de 1940, com as primeiras tentativas de se levar o benefício da irrigação ao semiárido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), através da construção de grandes açudes e canais de irrigação.

A intervenção Estatal, inicialmente, se deu com a criação em 1952 do Banco do Nordeste do Brasil - BNB e em 1956 de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – o GTDN, liderado por Celso Furtado.

Tendo como base a elaboração de um diagnóstico da região Nordeste, o GTDN teve como proposta, a industrialização como fator dinamizador do desenvolvimento do Nordeste, considerada como a grande indutora da modernização, passando a ser vista como a solução para absorver o contingente de mão de obra, além de promover uma consequente integração nacional.

Para executar os planos do GTDN, é instituída, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que tinha como objetivo “reorientar a economia nordestina através da expansão industrial e agrícola (esta última viabilizada através de uma reforma agrária e projetos de colonização)” (Sorj, 1980, p. 96).

Neste percurso, a década de 1970 despontou como marco importante no direcionamento das políticas de caráter centralizador-desconcentrador. Foi neste período, que data do surgimento do I Plano Nacional de Irrigação, ligado à política federal intitulada Programa de Integração Nacional (PIN), que o governo inaugurou uma nova forma para atacar o problema do Nordeste rural, cujas políticas de irrigação passaram a ser prioridade.

Os perímetros irrigados no Nordeste e, por extensão, no Ceará, que, por sua vez, são signos da modernização agrícola, foram os instrumentos utilizados para atingir os objetivos da política de irrigação e, em última instância, “solucionam” uma questão política e outra econômica – política porque se faz tabula rasa para a questão da reforma agrária, já que com esses projetos de colonização argumenta-se que está sendo colocada em prática a “reforma agrária”, porque se distribuem terras aos pequenos produtores, trabalhadores rurais, rendeiros e parceiros, mas na verdade o número de beneficiados é ex-

tremamente restrito em relação ao universo da população rural; econômica porque, ao mesmo tempo em que se implementa a modernização nos perímetros, conserva-se a estrutura arcaica circundante a estes.

Foram construídos no Ceará nove² dos vinte e sete (27) perímetros instalados na região Nordeste, e como o Vale do Jaguaribe estava entre as áreas selecionadas para introdução da política de irrigação, convém destacar que, dos nove perímetros localizados no Ceará, quatro foram instalados na região do Baixo Jaguaribe, especificamente nos municípios de Morada Nova, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas, o que mostra ser esta região palco das parcerias do capital público e privado.

Nestas condições, caracterizada, até então, por uma agricultura predominantemente rudimentar e por um baixo perfil tecnológico, a região do Baixo Jaguaribe passa por uma mudança no seu sistema de produção a partir da década de 1970, período que marca a primeira fase do processo de modernização nesta região, quando se deu a implantação pelo DNOCS dos perímetros públicos de irrigação Morada Nova (1970) e Jaguaruana (1977), frutos da política de modernização agrícola, baseada no desenvolvimento da agricultura irrigada que se destinava à agricultura familiar, tendo como objetivo a transformação desta em agricultura capitalista produtora de mercadorias passando, toda sua dinâmica a estar subordinada à lógica da produção capitalista, cujo objetivo é a acumulação e a valorização de capital.

Ao mesmo tempo em que o Estado cria esses *lócus* privilegiados de reprodução do capital, onde se concentram os recursos econômicos fazendo surgir novos atores, ele também preserva os já existentes – por exemplo, o latifundiário – nas fronteiras e mesmo dentro destes perímetros.

A modernização da agricultura permitiu um uso mais intensivo da terra e da água. Por outro lado, no tocante à estrutura fundiária cearense, é notável, ao analisar os dados dos censos agropecuários das últimas décadas, que persiste a histórica concentração fundiária, senão vejamos:

2 Os Perímetros Públicos Irrigados tiveram como primeira materialização o Projeto Bebedouro. Morada Nova, Forquilha, Paraipaba, Várzea do Boi, Quixabinha, Icó-Lima Campos, Banabuiú e Jaguaruana são estruturadas para receber os capitais novos.

Tabela 01: Número e área dos estabelecimentos do Estado do Ceará segundo grupos de área total - 2017

Grupos de área total(ha)	Número de Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos (ha)	
	Frequência	%	Frequência	%
Total	394317	100%	6895413	100%
Menos de 1	89549	22,71%	41938	0,61%
1 a menos de 10	194884	49,42%	532895	7,73%
10 a menos de 50	58990	14,96%	1362424	19,76%
50 a menos de 100	13942	3,54%	951890	13,80%
100 a menos de 500	11464	2,91%	2204806	31,97%
500 a menos de 1.000	1670	0,42%	1734401	25,15%
De 1.000 A Mais de 1.000	6	0,05%	67060	0,97%
Produtor sem área	23608	5,99%		0,00%

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2017.

Pela Tabela 01 temos, ao analisar a distribuição dos estabelecimentos segundo estratos de área, que 72,13% dos estabelecimentos possuem menos de 10 ha, representando apenas 8,34% da área total. Já os estabelecimentos com mais de 100 ha constituem 3,38% do total dos estabelecimentos e representam 58,09% da área total.

Já fazendo um comparativo com os censos de 1996 e de 2006, pudemos observar que, no ano de 1996, 72,32% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 10 ha, representando, entretanto, apenas 7,07% da área total. Já os estabelecimentos com mais de 100 ha constituem 5,22% do total dos estabelecimentos e representam 65,24% da área total. No ano de 2006, a situação de concentração da posse da terra aumentou, pois o número de estabelecimentos com menos de 10 ha foi elevado (75,40%), enquanto que a área dos mesmos foi reduzida (6,74%). Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 100 ha foram reduzidos para 4,54%, mantendo praticamente o percentual de área estável (64,66%).

Este quadro de concentrada estrutura fundiária tem intensificado os conflitos por terra. Uma análise mais detalhada pode ser vista no trabalho de Sampaio e Rafael (2016), como também no de Matos e Alencar (2016).

O conceito de conflito por terra, definido pela própria CPT (Comissão Pastoral da Terra), é:

Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2017, p. 16).

Conforme Barreira e Paula (1998), os conflitos que sempre estiveram presentes no processo de formação do espaço agrário cearense em decorrência da alta concentração de terra existente no Estado tem se intensificado nos últimos anos, com implementação de grandes projetos ligados à mineração; instalação de parques eólicos; instalação de cativeiros de carcinicultura; grandes projetos de irrigação; e megaprojetos de apoio estrutural através de grandes obras públicas.

A irrigação utiliza mais intensivamente a água que o solo. Quanto à distribuição do consumo de água para diferentes usos, segundo a Agência Nacional de Água (ANA): 69% dos recursos hídricos é voltado para irrigação, 12 % para animais, 10% para uso urbano, 7% para uso industrial e 2% para uso Rural.

A Carcinicultura é uma das atividades mais demandadoras de água. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), para se criar um quilograma de camarão em cativeiro, são necessários de 50 a 60 mil litros de água.

Como bem relata o documento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra: As perspectivas do Uso da Água e dos Solos no Brasil - O Futuro do Agro e Hidronegócio, é

uma contradição com a própria Lei Brasileira de Recursos Hídricos - particularmente no Nordeste, onde se utiliza esse volume de água para criar um produto de exportação enquanto grande parte da população não tem sua cota diária de água para satisfazer suas necessidades básicas.

Na cidade de Aracati, o grande empreendimento são as fazendas de camarões, com destaque para a empresa Compescal, que tem várias unidades espalhadas pela cidade. Esta atividade tem trazido inúmeras consequências, sendo uma delas a salinização dos solos.

A ONU já apresentou dados da agricultura irrigada no mundo inteiro, em que 80 milhões de hectares, de um total de 260 milhões, estão salinizados ou degradados, particularmente nas regiões áridas e semiáridas.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil cultiva aproximadamente 60 milhões de hectares de terra. Destes, cerca de 6% (3,6 milhões) são irrigados. Mesmo assim, essa atividade é responsável pelo consumo de 69% da água doce utilizada no Brasil.

No Estado do Ceará, a grande demanda do uso da água pela irrigação pode ser constatada também através de matéria de Jornal:

Considerando os consumos gerais em tempos normais, ou seja, sem grandes aportes ou seca extrema, 70% da água disponível no Estado vai para irrigação, algo em torno de 28% para abastecimento humano e saneamento e 2% pra todo o setor da indústria. *Jornal O POVO. No Ceará 70% da água do Estado vai para agricultura. 31.05.2017.*

A fruticultura irrigada se destaca nos projetos de Irrigação no Ceará com a produção de frutas para exportação que não prioriza a segurança e soberania alimentar, tendo sido esta garantida pela agricultura familiar.

Uma das questões graves diz respeito à exportação de água e energia envolvidas na produção das frutas. Ademais, o capital internacional através de grandes empresas expropria terras há décadas nas mãos de comunidades tradicionais.

Com a mudança de direção da política agrícola, agora voltada às fazendas-empresas, altamente competitivas e tecnificadas, que têm grande parte de sua produção direcionada principalmente para o mercado externo, presencia-se na Chapada do Apodi uma fusão cada vez maior de capitalistas e grandes proprietários, pois as empresas agrícolas que aí se instalam passam a adquirir grandes extensões de terra de modo a tentar conseguir de forma direta a matéria-prima indispensável para a sua produção, quando então latifundiários e empresários se personificam numa só pessoa.

O nível de exploração tem levado muitos à expropriação e uma conseqüente proletarianização. Verificamos em trabalho de campo no Baixo Jaguaribe inúmeros casos de irrigantes e filhos de irrigantes que perderam seus lotes de terra e para garantir o sustento da família passaram a vender sua força de trabalho.

Acontece aqui aquilo que Kautsky (1986) afirma, pois a subordinação do agricultor se dá principalmente ao nível do fornecimento de força de trabalho através da sua expropriação.

Na segunda metade da década de 1990, já se evidenciavam as dificuldades enfrentadas pelos irrigantes no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi³. Muitos desses irrigantes, endividados devido ao elevado custo de manutenção do perímetro, que deixava de ser coberto a fundo perdido pelo Dnocs, tiveram que desistir de suas terras, repassando-as a empresários agrícolas.

Assim, se grande parte da pequena produção perde importância como ofertante de gêneros alimentícios, paralelamente ela ganha destaque como reservatório de braços para grandes proprietários ou empresas agrícolas.

Despossuídos dos meios de produção se submetem a todo tipo de situação, como as que presenciamos em campo, quais sejam: atraso de pagamento, aumento da jornada de trabalho, péssimas condições de trabalho (como falta de instalações sanitárias, água potável, inexistência de material de proteção como botas, luvas, bonés etc.), trabalho sem registro em carteira, portanto privado dos direitos trabalhistas.

Esta modernização da agricultura, embora alimente o comércio internacional e aumente divisas, ao promover mecanismos de apropriação desigual da terra e da água, impulsiona uma cadeia de transformações econômicas, ambientais, sociais e sanitárias que têm resultado na violação do direito à saúde e ao meio ambiente. Compõem ainda esta cadeia as dinâmicas de desqualificação dos modos de vida tradicionais, de precarização do trabalho e de geração de conflitos ambientais, que ameaçam a paz nas comunidades [...] (Rigotto *et al.*, 2016).

Somente a terra não resolve os inúmeros problemas enfrentados por estes agricultores, mas a posse da terra representa a segurança da família, sua continuidade no campo e as condições mínimas de consumo. Ademais, não ter acesso à terra significa também não ter acesso a recursos financeiros para investimento na produção, “porque o banco financia quem tem terra, os que não têm terra é difícil conseguir o empréstimo, porque o banco exige o aval na

3 Pode ser conferido os impactos dos perímetros irrigados no Ceará através do Dossiê(2014) em que foram realizadas coleta e organização de pesquisas científicas, textos e estudos de caso em cinco perímetros irrigados no Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, tendo Raquel Rigotto como uma das professoras à frente deste projeto. Dossiê (2014) <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/> Pode ser conferido também o documentário Morte e Vida da chapada do Apodi.

hora que a gente vai atrás do dinheiro”, relatou um agricultor durante pesquisa de campo.

[...] na medida em que matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência vão, progressivamente, se transformando em mercadoria. O produtor vai sendo colocado cada vez mais sob a dependência do mercado e, mesmo que ainda detenha a posse parcial e precária dos meios de produção, esta é mediatizada pela mercadoria e pelo capital [...] (Silva, 1978).

Devido aos limites deste artigo, não será possível tecer maiores considerações quanto às consequências do processo de modernização em curso no uso da terra e água, que envolve também questões ligadas a impactos ambientais resultante de práticas inadequadas e contaminação do lençol freático, como também compactação de solos e perda de nutrientes básicos para produção saudável em longo prazo. Ademais, o quadro de seca tem levado a dificuldades no crescimento do cultivo da fruticultura irrigada.

As exportações cearenses têm recuado. Depois de alguns anos de seca, as exportações do agronegócio cearense caíram 11,64% em relação ao ano anterior (2016). No ano de 2017 foram exportadas 208,545 mil toneladas, enquanto em 2016 foram 280,437 mil toneladas (Diário do Nordeste, 2018).

Este quadro tem levado ao agravamento dos conflitos por água, pois enquanto agricultores foram desapropriados em áreas de implantação dos perímetros irrigados, e os poucos que ainda resistem enfrentam dificuldades em manter os custos com o uso da água. As empresas que se instalaram nesses espaços de exceção elevaram a demanda por água e têm enfrentado também problemas de dimensão díspares com a escassez desta. Os conflitos pela água no Brasil dobraram na última década, e a região Nordeste registrou o maior número em 2013. De um total de 93 no país, são 37 os conflitos contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este aumento dos conflitos por água no semiárido está relacionado, dentre outros motivos, à construção de barragens e à desigual distribuição deste recurso.

Por outro lado, tem se destacado na região o investimento na atividade de mineração, notadamente em Quixeré, com grande potencial de extração de minérios devido à grande quantidade de calcário. Ou seja, além da presença de grandes empresas transnacionais e nacionais, como as agroindústrias, Fruta

Cor, Bananas do Nordeste S/A, Angel Agrícola e Del Monte Fresh Produce. Os grupos Cimentos Apodi, Carbomil, Mizu Cimentos, Itatiba Mineração se fazem presente neste território. A instalação desses equipamentos tende a acentuar os impactos ambientais e sociais na região.

Ressaltamos que o âmago da política de irrigação orientada pelo processo de modernização com base na agricultura irrigada tem em seu segundo momento o agronegócio como carro-chefe.

Assim, tem início, no final da década de 1980, a fase atual do processo de modernização da agricultura no Baixo Jaguaribe. O perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi e o Tabuleiro de Russas se encaixam nessa nova forma de organização. Momento em que se convida o capital privado a participar da colonização, quando percebemos claramente uma separação entre a política de irrigação voltada para o pequeno produtor, da direcionada à agricultura empresarial conduzida de forma a estimular o agronegócio que vêm beneficiando um grande número de empresários e um diminuto grupo de pequenos produtores, contribuindo, assim, para a formação de uma classe de produtores rurais diferenciada, que pode ser classificada de pequenos empresários agrícolas, um ‘novo’ ator da agricultura moderna, altamente tecnificado e conhecedor das regras do mercado.

Diferentemente da estrutura dos perímetros irrigados construídos na década de 1970, agora temos também áreas destinadas às empresas e na figura do “colono”; não temos mais o pequeno produtor modernizado, mas um microempresário, e no lugar das culturas voltadas para subsistência, temos agora culturas com elevado valor comercial.

No Ceará, a ruptura política experimentada pelo Estado na passagem de 1986 para 1987 foi sem dúvida o marco político-institucional que permitiu renovar o discurso e a abordagem no tratamento aos efeitos da seca, bem como significou uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas Estaduais.

Durante o primeiro “governo das mudanças”, entre 1987 e 1991, foram dados dois passos decisivos na direção da montagem do novo modelo de gestão dos recursos hídricos do estado. O primeiro passo foi de caráter institucional, e se deu pela criação da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH e da Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, além da incorporação da FUNCEME ao sistema de recursos hídricos. O segundo passo foi de natu-

reza técnica e estratégica, e se deu através da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH.

Dentre as instituições que fazem parte da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), que representou um avanço no processo institucional de estadualização da oferta e gestão dos recursos hídricos, temos a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) e os Comitês de Bacias Hidrográficas, ensejando importante fórum para a participação da sociedade civil organizada na complexa questão da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos.

Em 1997, o Ceará tornou-se um dos estados brasileiros pioneiros no gerenciamento dos recursos hídricos, com a organização do primeiro Comitê de Bacia hidrográfica do nordeste, o Curu. Uma das funções dos Comitês é gerenciar de forma racional os recursos hídricos do Estado. Como os múltiplos usos da água geram interesses antagônicos devem ser bem administrados para evitar conflitos.

Mesmo diante destas mudanças com a modernização da agricultura, as teses levantadas durante o debate agrário dos anos 1950 e 1960 acerca da modernização mostram-se equivocadas. A modernização que se dá de forma pontual não eliminou as desigualdades que persiste até nossos dias e mesmo assim, o dito atraso e muito menos o latifúndio não são e nunca foram um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Assim sendo, estas teses cedem lugar à forma como se deram as transformações na agricultura para que esta respondesse às necessidades do processo de desenvolvimento industrial, passando a ser denominada de *modernização desigual* (Gonçalves Neto, 1997), *conservadora* (Silva, 1978; 1999; Delgado, 1985), *dolorosa* (Silva, 1996), *incompleta e parcial* (Muller, 1989; Silva, 1981; 1996), como também, *extremamente seletiva* (Thomaz Jr., 2000) e *excludente* (Elias, 1999; 2002).

Considerações Finais

As denominações da forma como vem se dando a modernização na agricultura se explica pelo fato de que as mudanças no processo de produção resultaram em aumento da produção, produtividade e rentabilidade, mas essas benesses não se fizeram acompanhar por uma distribuição equilibrada, intensificando as desigualdades sociais já existentes, contribuindo, assim, para

acelerar e perpetuar uma estrutura social marcada por um processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder nas mãos de uma minoria, na qual ingressam cada vez mais, grandes empresas nacionais e transnacionais. Estas denominações também expressam o fato de que a modernização é fruto do processo de expansão capitalista no campo brasileiro, e como tal, não homogeneiza os espaços, pelo contrário, desenvolve-se contraditoriamente provocando geografizações diversas ao privilegiar espaços seletos e não atingir igualmente, nem ao mesmo tempo, produtos e produtores.

A modernização ocorreu de forma heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, sendo que, onde a integração ao processo mais amplo de acumulação capitalista ocorreu de forma acentuada, atingiu principalmente as atividades intensivas de capital e algumas fases do ciclo produtivo.

A modernização da agricultura cearense, com a implantação do agronegócio da fruticultura irrigada e a abertura ao mercado mundial, tem trazido inúmeras consequências, dentre as que podemos evidenciar neste artigo, além das de ordem social, territorial e ambiental, as atinentes a crescente demanda por recursos hídricos que somado a escassez tem agravado os conflitos no tocante à distribuição e uso da água, sem esquecer também os conflitos por terra e a intensificação da histórica concentração de terra, renda e poder. Eis o desafio que é posto para toda a sociedade na busca pela mediação destes conflitos e uma verdadeira mudança na estrutura agrária que venha considerar as relações entre os desiguais e proporcionar meios para que a população economicamente mais vulnerável venha a ser incluída no usufruto das benesses que atende aos anseios de uma minoria.

Referências

BARREIRA. C.; PAULA. L. A. M. A luta pela terra no Ceará, Assentamentos rurais no Ceará... *In*: SCHMIDT, B. M. Danilo C.; ROSA. S. L. C. (Orgs.). **Campeões Conflitos no Campo da CPT**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2016**. CPT Nacional, Goiânia, 2017.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp / Ícone, 1985.

DIÁRIO DO NORDESTE. Exportações do agronegócio cearenses recuam 11,6%. **Diário do Nordeste**, Negócios, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/exportacoes-do-agronegocio-cearenses-recuam-11-6-1.1880548>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ELIAS, D. A Agropecuária do Estado do Ceará no Contexto da Globalização. *In*: AMORA, Z. B. (Org.). **Ceará: Enfoques Geográficos**. Fortaleza: Funceme, 1999.

ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, Proposta Editorial, 1986.

LIMA, S. L. S. **As políticas públicas e a modernização agrícola do Baixo Jaguaribe Ceará**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2000. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

MATOS, H. S.; ALENCAR, F. A. G. Conflitos E Violência No Espaço Agrário Brasileiro De 1985-2013: Considerações Sobre Os Conflitos Em Tempos De Seca No Nordeste. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, p. 149-159, 2016.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: educ. 1989. (coleção Estudos Rurais).

MUNIZ, A. M. V. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

RIGOTTO, R. M. *et al.* Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: “por que a água chega e a gente tem que sair?”. **Revista pegada**. dez de 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314113598_Perimetros_Irrigados_E_Direitos_Violados_No_Ceara_E_Rio_Grande_Do_Norte_Por_Que_A_Agua_Chega_E_A_Gente_Tem_Que_Sair?. Acesso em: 30 ago. 2018.

SAMPAIO, J. L. F.; RAFAEL, F. L. F. **Conflitos por terra no Ceará: 2010-2015**. XIIIENGA 2016.

SILVA, J. G. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, J. G. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, São Paulo: UNICAMP/ IE, 1996.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

THOMAZ JR., A. **Por uma geografia do trabalho**. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002. www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm.

AGROINDÚSTRIA E RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO CEARÁ

Denise Elias¹

Felipe Rodrigues Leitão²

Resumo: O objetivo do presente artigo é evidenciar relações campo-cidade no Ceará estabelecidas pela agroindústria alimentar, entendendo-a como elemento central do agronegócio globalizado. Como metodologia, tivemos a pesquisa bibliográfica e documental; a organização de séries estatísticas de variáveis selecionadas; trabalhos de campo; sistematização e análise do material organizado. Além de introdução e das considerações finais, o artigo é composto por três seções. A primeira faz breve contextualização da relação da agropecuária com a agroindústria. O perfil da agroindústria cearense é objeto da segunda seção. A seção três apresenta evidências de relações campo-cidade a partir de algumas importantes corporações agroindustriais alimentares. Entre as conclusões preliminares destacamos a importância das corporações agroindustriais para a compreensão do avanço no capitalismo monopolista mundializado na agropecuária cearense.

Palavras-chave: Agronegócio globalizado; Agroindústria; Corporações; Relações campo-cidade.

Introdução

Vários autores já explanaram que a expansão do capitalismo monopolista se dá, entre outros, através da sujeição da agricultura à indústria.³ No Brasil, tal processo é bastante evidente, e hoje são inúmeros os ramos de produção agropecuária monopolizados pelo capital industrial. Este soma desde as empresas de insumos e bens de capital voltados à produção agrícola (máquinas, fertili-

1 Doutora em Geografia Humana pela USP (1996), Progeo UECE, deniseliasgeo@gmail.com.

2 Graduado em Geografia, UECE, mr.feliper@gmail.com.

3 Sobre o tema pode ser visto Oliveira (2010).

zantes, agrotóxicos, sementes melhoradas, produtos farmacêuticos e veterinários etc.) e, especialmente, as agroindústrias. Por agroindústria entendemos as atividades industriais de beneficiamento, processamento e/ou transformação de matérias-primas originadas na agropecuária (alimentos, bebidas, papel e celulose etc.).

A reestruturação produtiva da agropecuária (Elias, 2003, 2017) das últimas cinco décadas, desta forma, é paralela a uma significativa modificação do perfil do setor industrial brasileiro, sendo a expansão da agroindústria um dos aspectos deste processo, especialmente desde a década de 1970. Esta se deu dentro de um contexto mais amplo, no qual um conjunto de políticas econômicas visava promover as exportações de bens manufaturados ou semimanufaturados, entre os quais se incluíam os de produtos agroindustriais (Elias, 2003).

Diante do exposto, entendemos que a agroindústria se constitui numa das variáveis chave para estudos sobre as relações entre o campo e a cidade, especialmente se as consideramos através dos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (Santos, 1996). São inúmeros os fluxos, de matéria e de informação, entre os locais da produção agropecuária e o da transformação industrial, das sedes corporativas destas empresas, dos escritórios de exportação, das estações de pesquisa agropecuária, dos portos e aeroportos e todos os demais comércios e serviços associados ao consumo produtivo (Santos, 1988) do agronegócio globalizado (Elias, 2003; 2015; 2017). Estes formam verdadeiras redes geográficas no dizer de Correa (2014), às quais temos chamado de redes agroindustriais (Elias, 2008) para o caso dos estudos sobre o agronegócio globalizado.

No Ceará, historicamente, a agroindústria tem destaque frente à indústria de transformação, seja no total de estabelecimentos, seja no de empregos, notadamente a agroindústria alimentar, que é responsável pela maior parcela do PIB industrial do estado. Constitui-se, desta forma, numa variável importante para estudos sobre as relações campo-cidade no estado.

O objetivo principal do presente artigo é evidenciar relações campo-cidade no Ceará, estabelecidas a partir da agroindústria alimentar, entendendo-a como elemento central do agronegócio globalizado. Como metodologia, tivemos alguns dos procedimentos básicos da pesquisa científica, tais como a pesquisa bibliográfica e documental sobre temas e processos selecionados para análise; a seleção de variáveis (estabelecimentos e empregos industriais) e or-

ganização de séries estatísticas, tendo como recorte temporal meados dos anos 1990 até o presente, sendo os dados trabalhados para os anos de 1996, 2006 e 2016; trabalhos de campo; sistematização e análise do material organizado. Como recorte espacial, tivemos o estado do Ceará, sendo considerado segundo seus municípios.

Além dessa introdução e das considerações finais, o artigo é composto por três seções que apresentam resultados preliminares da pesquisa em desenvolvimento. A primeira faz uma breve contextualização da relevância da relação da agropecuária com a agroindústria no Ceará. A apresentação do perfil da agroindústria cearense é objeto da segunda seção. Finalmente, a seção três tem como objetivo apresentar evidências das inúmeras relações campo-cidade que se dão no Ceará. Utilizamos, para tal, exemplos de algumas de suas principais empresas agroindustriais alimentares.

Agropecuária x Agroindústria

A agropecuária, o extrativismo e a pesca sempre tiveram peso determinante na economia do Ceará. Até final dos anos 1990, a hegemonia era de culturas tradicionais voltadas ao consumo alimentar (feijão, arroz, milho, mandioca, em especial) e alguns produtos destinados à exportação (castanha de caju, cera de carnaúba, lagosta). A maior parte produzida em estabelecimentos de pequenas dimensões, de forma extensiva, com sistemas técnicos agrícolas tradicionais, mais associadas aos ditames e aos ritmos da natureza do semiárido. Durante séculos e até muito recentemente, o modo de vida do sertanejo foi quase exclusivamente relacionado à biodiversidade deste bioma.

Como ocorre em todo o semiárido nordestino, as atividades industriais sempre estiveram associadas intrinsecamente ao aproveitamento de seus recursos naturais, notadamente por meio da transformação de produtos agropecuários e do extrativismo vegetal. Evidencia-se, assim, que parte importante das indústrias tem nestes a fonte principal de matéria-prima, o que por si só já evidencia inúmeras conexões entre o campo e a cidade, especialmente considerando que parte significativa das agroindústrias localiza-se na cidade.

Podemos mesmo dizer que, para o caso cearense, as origens dessa associação remontam ao período colonial, com a criação de gado (couros e peles). Posteriormente, no século XVIII e principalmente XIX, com o cultivo de al-

godão e sua transformação industrial, já em bases mais modernas e voltadas para exportação (indústria de fiação e têxtil). Nesta época, surgem também alguns outros ramos associados, tais como o de óleos vegetais obtidos através do algodão, mas também de outras espécies nativas, tais como da oiticica e da mamona.

O setor industrial do estado tem, nos anos 1950 e 1960, outro de seus marcos, quando tomava corpo o debate sobre as desigualdades regionais e as possíveis formas de eliminá-las, sendo a região Nordeste o centro de parte de tais debates, vista como “região problema”. Concretizaram-se, então, algumas políticas públicas voltadas a incrementar a economia regional, entre as quais as voltadas à industrialização, encabeçadas em grande parte pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Neste momento, há um grande impulso do setor industrial cearense, notadamente do agroindustrial.

Vários autores já destacaram que foram dois momentos importantes na política de incentivos a industrialização orquestrados pela Sudene no Ceará. O primeiro, no início da década de 1960, a partir do Artigo 34/18⁴, incentivando a atividade industrial cuja base estava no capital e matéria-prima locais, o que afetou sobremaneira as atividades industriais já tradicionalmente praticadas no estado, como a alimentícia e de vestuário, que figuram entre as mais beneficiadas. O segundo é o inaugurado pelo Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, em 1974, sendo considerado o “berço da industrialização cearense” (Abu-El-Haj, 1997). Neste contexto, o Ceará figurou entre os três estados da região Nordeste que mais receberam incentivos fiscais do conjunto artigo 34/18 e Finor, como aponta Ferreira (1995). Vale destacar que os investimentos deste período serviram, em grande parte, para reforçar as agroindústrias tradicionais.

Os anos 1990 são considerados um ponto de inflexão para a indústria no Ceará, notadamente considerando as políticas implementadas pelo governo estadual, que adota uma série de benefícios e concessões fiscais com objetivo de atrair investimentos privados, dando conotação especial a uma verdadeira guerra fiscal entre diferentes estados, deixando bastante evidente o que Santos (1994) chamou de guerra dos lugares. Apesar de todas as concessões e renúncias realizadas e de efetivamente ter ocorrido atração de alguns impor-

4 Artigo 34 do decreto Lei n.º 3995 de dezembro de 1961 e as emendas introduzidas pelo artigo 18 do Decreto Lei n.º 4239 de junho de 1963. Este instituiu a possibilidade de as empresas reduzirem seus impostos de renda anuais em 50% possibilitando a capitalização de projetos industriais.

tantes investimentos, sendo as indústrias de calçados um dos exemplos mais evidentes, o ramo agroindustrial continua até hoje como o predominante no estado.

Perfil da Agroindústria

A atividade agroindustrial se caracteriza como relevante na economia do Ceará. Em 2016, somava perto de 19% de todos os estabelecimentos e 35% dos empregos industriais. Embora tenha perdido participação relativa em relação a 1996, a variação absoluta mostra crescimento superior a 80% nos vinte anos considerados para análise em ambas as variáveis analisadas (Tabela 1), sendo que o número de estabelecimentos passa de 1.160 para 2.096 e o de empregos de 43.107 para 81.287.

Tabela 01 - Ceará. Número de estabelecimentos e empregos da indústria de transformação e da agroindústria (1996, 2006, 2016)

	Estabelecimentos			Empregos		
	1996	2006	2016	1996	2006	2016
Indústria de transformação (A)	4.390	7.548	11.146	107.371	192.689	232.501
Agroindústria (B)	1.160	1.794	2.096	43.107	70.450	81.287
Participação B/A (%)	26,42	23,77	18,80	40,15	36,56	34,96

Fonte: MTE/RAIS, 2016. Elaborado pelos autores.

Quando falamos de agroindústria cearense, estamos nos referindo a um conjunto de 16 grupos de atividades econômicas selecionados a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), agrupados em dois grandes ramos: o alimentar e o não alimentar. O ramo alimentar é formado por nove grupos de atividade e a não alimentar por sete grupos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Ceará. Ramos e grupos da agroindústria

Ramos	Grupos
Agroindústria Alimentar	Fabricação de outros produtos alimentícios
	Fabricação de bebidas
	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais
	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
	Abate e preparação de produtos de carne e de pescado
	Laticínios
	Torrefação e moagem de café
	Produção de óleos e gorduras vegetais e animais
Agroindústria não alimentar	Fabricação de calçados de couro
	Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem
	Fiação
	Curtimento e outras preparações de couro
	Fabricação de produtos do fumo
	Beneficiamento de fibras têxteis naturais
	Produção de álcool

Fonte: MTE/RAIS. Elaborado pelos autores.

Como pode ser visto na Tabela 2, o ramo da agroindústria alimentar mostra-se expressivo no conjunto da agroindústria, chegando a representar 88,55% dos estabelecimentos e 53% dos empregos para o ano de 2016.

Tabela 02 - Ceará. Número de estabelecimentos e empregos da agroindústria segundo ramos. 1996, 2006, 2016

Ramos	Estabelecimentos						Empregos						
	1996		2006		2016		1996		2006		2016		
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	
Agroindústria Alimentar	984	84,83	1.544	86,06	1.856	88,55	32.690	75,83	36.579	51,92	43p.	06	53,03
Agroindústria não alimentar	176	15,17	250	13,94	240	11,45	10.417	24,17	33.871	48,08	38.181	46,97	
Total	1.160	100,00	1.794	100,00	2.096	100,00	43.107	100,00	70.450	100,00	81.287	100,00	

Fonte: MTE/RAIS. Elaborado pelos autores.

De forma geral, a agroindústria cearense é formada principalmente por pequenos estabelecimentos (com até 19 empregados). Em 2016, estes somavam 79,5% do total de estabelecimentos agroindustriais. Destaca-se, porém, a importância dos estabelecimentos de grande porte (com mais de 499 em-

pregados). Embora não representassem nem 1% do total de estabelecimentos agroindustriais no mesmo ano, concentravam 54% dos empregos.

Neste 1% estão estabelecimentos que se constituem como modernas empresas que, além do número de empregos, se notabilizam também pela capacidade produtiva instalada, pela complexidade de suas operações, pela grande quantidade de matéria-prima que movimentam, pelo poder que têm, junto ao Estado, de impor suas demandas de infraestrutura e incentivos fiscais, pela diversidade de atividades econômicas que exercem, pela atuação em diferentes escalas geográficas etc. Fica evidente, desta forma, que se constituem em importantes agentes de produção do espaço, dado a grande quantidade de fixos e fluxos (Santos, 1988), de várias naturezas e magnitudes, associados a tais empresas, as quais classificamos aqui de corporações, baseando-nos em Corrêa (2014).

Levando em consideração a importância do ramo alimentar da agroindústria e o destaque dos estabelecimentos de grande porte, faz-se necessário pensar as empresas mais destacadas neste ramo cujas operações produtivas constituam verdadeiras redes geográficas (Corrêa, 2014). Entendemos que as redes tecidas por essas corporações, considerando seus diversos fixos, nos ajudam a revelar inúmeras relações campo-cidade constituídas pelas agroindústrias no Ceará.

Dado o limite máximo de páginas para o presente capítulo, decidimos destacar somente alguns poucos grupos da agroindústria alimentar para evidenciar tais relações, especificamente os grupos: Laticínios; Abate e preparação de produtos de carne e de pescado; Fabricação de outros produtos alimentícios.

Esses três grupos, no ano de 2016, concentravam 74,30% do total de estabelecimentos da agroindústria alimentar e 55,35% dos empregos no Ceará, sendo o de Fabricação de outros produtos alimentícios o mais destacado quanto aos estabelecimentos e empregos.

Evidências da relação campo-cidade a partir das corporações da agroindústria alimentar

O objetivo da presente seção é apresentar evidências das inúmeras relações campo-cidade que se dão no estado do Ceará a partir de algumas de suas principais empresas agroindustriais alimentares.

Considerando a importância do grupo de *Laticínios*, notadamente a classe de *preparação do leite, fabricação de produtos do laticínio*, os exemplos serão de

duas das mais importantes empresas associadas: a CBL Alimentos e a Cooperativa Agrícola Mista de Maranguape Ltda. Juntas consomem cerca de 70% de todo o leite *in natura* produzido no Ceará⁵, o que por si só já mostra a grande capilaridade das relações campo-cidade estabelecidas por estas duas empresas, especialmente considerando que as bacias leiteiras se distribuem por todas as áreas do estado. Da mesma forma, tal informação evidencia que no Ceará parte importante da pecuária leiteira está monopolizada pelo capital industrial.

A *Cooperativa Agrícola Mista de Maranguape Ltda.* localiza-se no município de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), sendo sua produção voltada principalmente para a própria região. No que tange à origem de sua matéria prima destacam-se especialmente produtores locais e dos municípios do Sertão Central do estado (Mendes, 2006).

Líder no segmento de leite longa vida na região Nordeste,⁶ com 30 % deste mercado e 13% do segmento de iogurtes,⁷ eleita a quarta melhor empresa de laticínios pelo 12º Anuário do Agronegócio de 2016,⁸ a CBL apresenta um portfólio de 80 produtos, todos incluem leites pasteurizados, leites longa vida, bebidas lácteas, iogurtes, queijos, requeijões, doce de leite, leite em pó, creme de leite e leite condensado, distribuídos em cinco marcas, sendo que uma delas se confunde com o da própria empresa, qual seja, a Betânia. As demais são Lebom, Jaguaribe, Cilpe e Latimilk, algumas destas guardando o nome de empresas que foram adquiridas pela CBL, especialmente desde o final da década de 2000.

Além da distribuição através de suas próprias marcas realizada em mais de 20 mil pontos de venda,⁹ parte de sua produção é voltada a outras empresas, para as quais embala com suas respectivas marcas, tal como ocorre com a multinacional francesa Danone, com sede em Maracanaú.¹⁰

5 Fonte: CE: Parmalat deve estimular aumento na produção. **MilkPoint**. 09 mai. 2007. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/ce-parmalat-deve-estimular-aumento-na-producao-35921n.aspx>. Acesso em: 31 mar. 2018.

6 Fonte: FALCÃO, Mariana. Betânia volta à liderança de longa vida no NE. **Valor Econômico**, Recife, 29 jul. 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/4153680/betania-volta-lideranca-em-longa-vida-no-ne>. Acesso em: 02 jun. 2018.

7 Fonte: CBL Alimentos muda para Betânia Lácteos e investe R\$ 20 mi no Ceará. **O Povo**, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/cbl-alimentos-muda-para-betania-lacteos-e-investe-r-20-mi-no-ceara.html>. Acesso em: 2 jul. de 2018.

8 Fonte: Revista Globo Rural. **12º Anuário do Agronegócio**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2016.

9 Fonte: FUNDO compra 20% da Betânia. **O Povo**, Fortaleza, 02 jun. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/06/fundo-compra-20-da-betania.html>. Acesso em: 02 jun. 2018.

10 Fonte: FALCÃO, Mariana. Betânia volta a liderança de longa vida no NE. **Valor Econômico**, Recife, 29 julho 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/4153680/betania-volta-lideranca-em-longa-vida-no-ne>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Tanto a obtenção da matéria-prima quanto o mercado da empresa revelam uma atuação regional, embora sua relevância no setor seja nacional, uma vez que se destaca entre as melhores empresas produtoras de laticínios do Brasil.¹¹ A empresa capta 700 mil litros de leite por dia de seus 3.500 fornecedores espalhados por cerca de 130 municípios em todo o Nordeste,¹² especialmente do próprio Ceará, mas também de Pernambuco, Sergipe, Bahia e Paraíba.¹³ São cinco unidades industriais distribuídas pelos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, além de oito centros de distribuição.¹⁴

Sua unidade fabril cearense se localiza na região do baixo Jaguaribe, no município de Morada Nova, e sua sede corporativa na cidade de Fortaleza, o que também evidencia relações campo-cidade de grande complexidade, dado os fluxos de várias naturezas, incluídos os de informações associados aos processos de gestão corporativa. De suas redes políticas (Silva, 2018) poderíamos citar o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado do Ceará (Sindilaticínios), presidido por importante executivo da CBL, e a Câmara Setorial do Leite e Derivados, da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (Adece), pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da qual o mesmo executivo é primeiro secretário, ambos localizados na cidade de Fortaleza.

Para o caso do grupo de *Abate e Preparação de Produtos de Carne e de Pesca-*do, que inclui a classe de *Abate de Aves e Outros Pequenos Animais e Preparação de Produtos de Carne*, vamos exemplificar as relações campo-cidade a partir da *Companhia de Alimentos do Nordeste (Cialne)*, que se destaca na avicultura.

Maior empresa da avicultura do Ceará e uma das líderes do setor no Nordeste, a Cialne tem 53 unidades produtivas distribuídas pelos estados do Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí. Sua sede corporativa localiza-se na cidade de Fortaleza. Além desta, são granjas de avós, de matrizes, de frangos, incubatórios, fábrica de ração, produção de leite, criação de ovinos e também duas unidades industriais de abate de frangos (Dudico), distribuídos por diferentes

11 Fonte: MILKPONT. *Levantamento TOP 100 2017 – Os 100 maiores produtores de leite do Brasil*. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/top100/2017/ebook/top100-2017.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

12 Fonte: CBL Alimentos muda para Betânia Lácteos e investe R\$ 20 mi no Ceará. *O Povo*, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/cbl-alimentos-muda-para-beta-nia-lacteos-e-investe-r-20-mi-no-ceara.html>. Acesso em: 02 jul. de 2018.

13 Fonte: ROCHA, Alda do Amaral. Com Arlon, Betânia planeja fazer investimento de 100 milhões. *Valor Econômico*, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/5038180/com-arlon-beta-nia-planeja-fazer-investimentos-de-r-100-milhoes>. Acesso em: 02 jul. 2018.

14 Fonte: site da empresa. Disponível em <http://www.cblalimentos.com.br/institucional/empresa>. Acesso em: 18 mar. 2018.

municípios num raio médio de 600 quilômetros de Fortaleza, com o máximo de mil quilômetros entre o frigorífico e mercados consumidores.¹⁵ No Ceará, os fixos da empresa distribuem-se especialmente por Fortaleza, Maranguape, Caucaia, Aquiraz, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Ubajara, Umirim, Guaiúba, entre outros.

É imensa a quantidade de fluxos que se dá entre estes diferentes fixos associados à empresa: de trabalhadores, matérias-primas, insumos (ração, vacinas etc.), maquinários, informações, capital etc. evidenciando uma complexa rede geográfica da empresa, que é multiescalar e conecta campo e cidade através de seus processos produtivos.

No grupo *Fabricação de outros produtos alimentícios*, a corporação que nos serve de exemplo para os objetivos no presente artigo é a *Ducoco Produtos Alimentícios S.A.*, que atua na produção e transformação industrial do coco. Seu portfólio soma cerca de 130 produtos, sendo que os principais são água de coco, leite de coco, coco ralado, óleo de coco, isotônicos e sucos de frutas acrescidos de água de coco.

Fundada no início dos anos 1980, é hoje uma das maiores empresas do segmento de produtos à base de coco no país. Possui sete fazendas distribuídas pelos municípios de Itapipoca, Itarema e Camocim (CE),¹⁶ duas unidades industriais (Itapipoca-CE e Linhares-ES), três centros de distribuição (Itapipoca-CE, Linhares-ES e Barueri-SP) e uma sede corporativa na cidade de São Paulo, localizada no principal centro financeiro do país.¹⁷

Apesar de produzir parte importante de todo o coco que processa, cerca de 50% vem de perto de 800 produtores espalhados por várias áreas agrícolas, especialmente de municípios litorâneos cearenses, tais como Acaraú, Amontada, Beberibe, Camocim, Cascavel, Itapipoca, Itarema, Paraipaba, Pentecoste e Trairi, mas também do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia,¹⁸ evidenciando, assim, grande quantidade de fluxos entre estas áreas e a cidade de Itapipoca, local da transformação industrial.

15 Fonte: CIALNE. Disponível em: <http://www.cialne.com.br/content/historia>. Acesso em: 26 jun. 2018 e <https://www.dinheirorural.com.br/secao/capa/sem-tempo-para-descansarr>. Acesso em: 26 jun. 2018.

16 Dados para o ano de 2009 mostravam que a empresa concentrava mais de 10 mil hectares de terra. Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ducoco-alimentos-ativa-ha-26-anos-1.101512>.

17 Fonte: Beneficiamento do coco amplia setor industrial. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 22 fev. 2013. Regional. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/beneficiamento-do-coco-amplia-setor-industrial-1.195825>. Acessado em 01 abr. 2018

18 Fonte: idem.

Tais fluxos não são somente da produção agrícola, mas também de trabalhadores com distintos níveis de formação, de inúmeros produtos associados ao consumo produtivo agrícola (Santos, 1988; Elias, 2003), tais como fertilizantes, agrotóxicos, mudas, máquinas agrícolas etc.

Se pensarmos nas várias etapas do processo de produção de uma empresa como a Ducoco, fica fácil perceber as inúmeras relações campo-cidade que se processam, sejam das áreas de produção agrícola para as unidades industriais, para os centros de pesquisa, para o consumo produtivo (produtos e serviços), para a comercialização e consumo dos produtos, para os fixos associados à logística voltados à exportação etc. Para este caso, diferente das outras empresas até aqui apresentadas, a Ducoco tem parte importante de sua produção voltada para exportação, notabilizando-se por ser uma das maiores exportadoras de água de coco do país, sendo que o escoamento se dá a partir do Porto do Pecém, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza. Tudo isto, por si só, mostra que a empresa possui uma densa, complexa e multiescalar rede geográfica, que inclui campo e cidades, de diferentes dimensões.

Considerações Finais

Diante do exposto, embora a atividade agroindustrial cearense seja majoritariamente formada por pequenos estabelecimentos, a força das grandes empresas é inegável, o que nos leva a defender a corporação agroindustrial como uma das variáveis chave para a compreensão do agronegócio globalizado no estado, aqui incluídas as relações campo-cidade. Entendemos que as redes geográficas tecidas por essas corporações, considerando seus diversos *fixos e fluxos, sistemas de objeto e sistemas de ação*, nos ajudam a revelar inúmeras relações campo-cidade pelo agronegócio de maneira geral, incluso as agroindústrias, no Ceará. Isto faz, então, dos *circuitos espaciais de produção* e dos *círculos de cooperação* categorias de análise basilares para compreensão das complexas relações campo-cidade das corporações agroindustriais cearenses.

Por outro lado, evidenciou-se, também, que parte da produção agropecuária cearense está fortemente monopolizada pelo capital industrial. Lembrando Oliveira (2016), a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado estrutura-se, entre outros, a partir da formação das empresas monopolistas. Estas controlam a produção e se articulam mediante dois processos monopo-

listas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização do território.

Ambos os processos podem ser observados para as empresas citadas, dado que atuam, simultaneamente, tanto no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, quanto, por outro lado, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores agropecuários.

Para o caso da monopolização do território, podemos citar como exemplo a CBL. A empresa disponibiliza a própria estrutura de sua fazenda localizada no perímetro irrigado na área do baixo Jaguaribe e fornece aos seus “parceiros” terra, gado, pivô central para irrigação, insumos, orientação técnica, ordenhas mecânicas e, em troca, recebe toda a produção de seus “parceiros” a baixo preço,¹⁹ sobre o qual tem grande controle.

Como já afirmamos em várias outras oportunidades (Elias, 2003, 2017), a atividade agropecuária brasileira das últimas cinco décadas passa por grandes metamorfoses, baseadas no tripé destrutivo do capitalismo em sua fase atual, qual seja, da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro, culminando no que se convencionou chamar de agronegócio. Evidente está que a agropecuária cearense também se metamorfoseia baseada neste tripé, especialmente desde a década de 1990. Além dos exemplos já citados, outro nos parece bastante significativo e preocupante, qual seja, o aumento da financeirização que o setor vem conhecendo. Ainda para ficar nos exemplos a partir das corporações citadas no presente texto, poderíamos citar a própria CBL, que, em meados de 2017, teve 20% da empresa adquirido por um fundo de investimentos estadunidense, a Arlon Latin America Partners.²⁰ A Arlon é um gestor de fundos de *privaty equity*, que tem como foco o investimento principalmente em empresas ligadas ao agronegócio no Brasil e que já tem participação em outras duas empresas.²¹ Em 2015, processo semelhante já

19 Fonte: Revista Globo Rural - Notícias sobre agronegócios, agricultura, pecuária,... <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT292860-1...> 3 fev. 2012.

20 Fonte: ROCHA, Alda do Amaral. Fundo americano Arlon compra 20% da Betânia. **Valor Econômico Online**. São Paulo, 02 jun. 2017. Agronegócio. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4989712/fundo-americano-arlon-compra-20-da-betania>. Acesso em: 31 mar. 2018.

21 Fonte: Idem. A Sotran SA Logística e Transporte e a Grano Alimentos S.A., que faz legumes em conserva. A CBL Alimentos é o terceiro negócio do fundo no país.

tinha ocorrido com a Ducoco, quando teve um grande aporte feito por um dos fundos de private equity gerido pela BRZ Investimentos.²²

Por outro lado, outra característica do agronegócio cearense ficou evidente com a pesquisa desenvolvida até o momento, qual seja, a importância que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) tem para a atividade no estado, uma vez que concentra a maior parte dos estabelecimentos agroindustriais de grande porte, as sedes corporativas das empresas, os comércios e serviços associados ao consumo produtivo, as sedes das redes políticas a elas associadas (sindicatos, associações etc.) e, para alguns casos, a própria produção agropecuária. Desta forma, isto reforça, como já indicamos em outras oportunidades para outros recortes, que o agronegócio é responsável por processos de reestruturação urbano-regional (Elias, 2003; 2011; 2017) também na RMF, como evidenciam, por exemplo, os municípios de Maracanaú e Eusébio.

Referências

ABU-EL-HAJ, J. Neo-Desenvolvimentismo no Ceara: a Política Industrial do Governo Tasso. **REN**, Fortaleza, Ceará, v. 28, n. 3, p. 325-345, 1997.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 7ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2014.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 587-509, 2017.

ELIAS, D. Consumo produtivo em regiões do agronegócio. *In*: BELLET, C.; MELAZZO, E.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. (Orgs.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias / intermedias**. PP: Unesp; Lleida: Ed. de la Universitat, p. 35-56, 2015.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações. **RBEUR**, v. 13, n. 1, p. 151-165, 2011.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova (Barcelona)**, v. 12, p. 74-96, 2008.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Edusp, 2003.

²² Fonte: BORTOZI, Tatiane. Com novo sócio, Ducoco prevê dobrar produção. **Valor Econômico**. São Paulo, 25 mai. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4064304/com-novo-socio-ducoco-preve-dobrar-producao>. Acesso em: 01 abr. 2018.

FERREIRA, A. O crescimento recente da economia cearense. **REN**. Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 157-180, 1995.

LEITÃO, F. R. **Atividade agroindustrial e corporações no Ceará**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

MENDES, M. C. **Metropolização e Indústria: Maranguape no Contexto da Região Metropolitana de Fortaleza-CE**. 2006. 160 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. (ELIAS, Denise). **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, C. A. F. Da política à rede política territorial. *In*: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Tendências da Urbanização Brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 167-190, 2018.

A AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR EM FARIAS BRITO-CE: O PAA E O PNAE COMO AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NO CAMPO

Antonio Wallas Vitorino Pereira¹

Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira²

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar a importância de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a comercialização de alimentos e para a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares a partir da realidade do município de Farias Brito-CE. Para isso, foram realizadas as seguintes etapas de pesquisa: levantamento bibliográfico sobre o tema, pesquisa de campo, coleta e sistematização dos dados, além do registro de fotografias da produção da agricultura em unidades familiares. Os sujeitos da pesquisa foram os produtores familiares que comercializam alimentos nos respectivos Programas. Através da pesquisa detectamos que os Programas em questão exercem forte influência tanto na produção como na comercialização dos alimentos, funcionando como verdadeiros agentes da inclusão socioprodutiva no campo.

Palavras-chave: PAA; PNAE; Inclusão Socioprodutiva; Soberania Alimentar.

Introdução

O texto ora apresentado é parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), que se encontra em desenvolvimento, tendo como objetivo central compreender a importância de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a comercialização de alimentos e para a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares.

1 Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, wallasprofe@gmail.com.

2 Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, marizevital@gmail.com.

Neste intuito, buscamos elucidar a importância da agricultura de base familiar no município de Farias Brito-CE, adotando como pressuposto central da discussão a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo em vista que essas políticas públicas são incentivadoras e viabilizam possibilidades de produção e comercialização de alimentos saudáveis nos municípios onde estão inseridas. Este trabalho reflete todo um esforço de análise e reflexão sobre uma parcela do espaço onde essas políticas públicas foram inseridas, visando fazer uma averiguação sobre a importância do PAA e do PNAE na comercialização dos alimentos advindos da agricultura familiar e seus reflexos na inclusão social e produtiva da categoria no cenário atual.

Outro elemento de destaque que ponderamos em nosso trabalho dirige-se à ideia de dar visibilidade à categoria dos agricultores de base familiar camponesa, que, durante todo o processo histórico de formação territorial e econômica do Brasil, foi esquecida, como se nem ao menos existisse.

Assim, ao discutirmos temas como o PAA e o PNAE dentro da lógica da inclusão socioprodutiva, alguns conceitos/categorias tornam-se caros à discussão geográfica. Conceitos como espaço geográfico e agricultura familiar tomam o centro do debate ao buscarmos compreender a importância dessas políticas públicas para a comercialização dos produtos decorrentes da agricultura familiar no município de Farias Brito-CE. Apontamos a categoria de espaço geográfico como sendo uma das centrais, pois compreendemos que, para assimilarmos como se dá a organização dessas políticas públicas dentro de seu território de atuação, faz-se necessária a compreensão de que tais ações do Estado proporcionam transformações diretas no espaço, sendo este o ponto de junção entre política pública, território e ser humano (Steinberger, 2006).

O PAA é uma política pública nacional instituída em 2 de julho de 2003, pelo art.19 da Lei nº 10.696. Este Programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Brasil, 2014, p. 9). Além da preocupação com esses dois eixos centrais, o PAA integra ainda o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e compõe uma das estratégias do Fome Zero. Neste sentido, contribuiu para a execução do Plano Brasil Sem Miséria, que possui 40% dos beneficiários no Cadastro Único das políticas sociais e é instrumento de promoção de acesso à alimentação saudável e adequada (Brasil, 2014).

Este programa parte de uma proposta inovadora, com ação interministerial que tem formulação, desenvolvimento e financiamento feitos por meio da colaboração dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No ano de 2008, houve a inserção do Ministério da Educação (MEC), via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além da participação direta dos estados e dos municípios. Contudo, um adendo deve ser pontuado neste momento: um dos ministérios de base do PAA era o MDA, que, após o golpe de 2016, foi extinto para a criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, trazendo, assim, mudanças na articulação do programa que já apresentam reflexos.

O PAA é desenvolvido por meio de cinco modalidades básicas, que são: Compra da Agricultura Familiar Para Doação Simultânea; Formação de Estoques Pela Agricultura Familiar (CPR Estoque); Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Incentivo à Produção e ao Incentivo de Leite (PAA Leite); e Compra Institucional (Brasil, 2012; Brasil, 2014a; Brasil, 2017; Lima, 2015). A modalidade Compra da Agricultura Familiar Para Doação Simultânea, também conhecida como Compra Com Doação Simultânea, é desenvolvida no município de Farias Brito desde 2013, todavia o PNAE se consolidou no município desde o ano de 2010.

O PAA e o PNAE são estratégias para o desenvolvimento econômico e social em pequenos e grandes municípios. Dentro de suas finalidades, a compra da agricultura e a distribuição dos alimentos proporcionam a circulação de moeda e possibilita a introdução de capital público em diversos lugares do País, o que minimiza a problemática da fome, devido à compra e à distribuição dos alimentos a instituições públicas e filantrópicas.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surge em 1979 após a extinção da Campanha da Merenda Escolar (CME), criada em 1955. O PNAE passou por uma reformulação no ano de 2009, a qual assegura que 30% dos produtos adquiridos pelo Programa sejam de origem da agricultura familiar. Após essa reformulação não houve outras, e o Programa permanece com essa metodologia até os dias de hoje (Mesquita, 2015). Este Programa possui quatro objetivos básicos que segundo Esmeraldo (2017, p. 36) são,

Suprimir parcialmente as necessidades nutricionais dos(as) alunos(as) beneficiados(as), por meio do oferecimento de, no mínimo, uma refeição diária e adequada;
Melhorar a capacidade no processo de ensino-aprendizagem;
Formar bons hábitos alimentares – realizar educação alimentar;
Evitar a evasão e repetência escolar.

Os valores destinados à alimentação de cada aluno(a) ainda são, todavia, muito limitados, variando entre R\$ 0,30 – por aluno matriculado nos ensino fundamental e médio e na Educação de Jovens e Adultos – até o limite máximo de R\$ 1,00 para alunos de creche e educação integral.

No âmbito destas duas políticas públicas, compreendemos que, a partir delas, há a possibilidade de o agricultor de base familiar se inserir no mercado econômico sem deixar de lado seu modo de vida (seja camponês ou de pequeno produtor familiar, pois entendemos que todo camponês é um pequeno produtor familiar, mas nem todo produtor familiar é camponês) e sem haver necessidade de uma reestruturação produtiva – pelo contrário: há uma inclusão socioprodutiva, na qual o agricultor de base familiar participa dos circuitos de mercadoria (de alimento, neste caso) sem precisar submeter sua força de trabalho a um explorador latifundiário, garantindo, assim, sua autonomia.

Contudo, cabe a nós destacar que, neste trabalho, utilizamo-nos do termo agricultura familiar para tratar dos agricultores que estão cadastrados no PAA e no PNAE de acordo com a Lei nº 11.326/2006, que determina que o agricultor familiar é aquele que “pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família” (SEAF 2016, p. 1). Não nos detemos, portanto, na discussão teórico-conceitual deste termo.

Segundo Niederle (2017, p. 170), “dentre os estabelecimentos da agricultura familiar, o uso de matéria-prima própria é igual ou superior a 75%, alcançando proporções equivalentes a 91% para a produção de rapadura, 90% para a farinha de mandioca, e 89% para queijos e 88% para a tapioca”. Neste mesmo segmento, Esmeraldo (2017, p. 15) afirma que,

a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos do Brasil, sendo 67% da produção nacional de feijão, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de ovos, 25% do café e 32% da soja. A agri-

cultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção Nacional (VPN) e ocupa 77% do total das pessoas que trabalham na agricultura. No Ceará, a agricultura familiar é responsável pelo cultivo de 91% do feijão, 89% do milho em grão, 88% do arroz em casca, 82% da mandioca e 81% da criação de suínos no estado.

Ao procurarmos referências junto aos técnicos do PAA e do PNAE, tivemos a noção de que estes programas, além de “garantir uma melhor alimentação e segurança alimentar às entidades receptoras de doações, tais programas acabam por beneficiar o agricultor rural, por meio do aumento da renda, aumento e diversidade da produção e melhorias na segurança alimentar” (Mesquita, 2015, p. 13). Assim, através deste trabalho, apresentamos algumas características que comprovam a materialização da comercialização e da diversidade na produção de alimentos, tendo como recorte empírico o município de Farias Brito, localizado no sul do Ceará. Vale ressaltar que aqui trabalhamos com diversidade na produção e não com pluriatividade na agricultura familiar.

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a importância de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para a comercialização de alimentos e para a inclusão socioprodutiva de agricultores inseridos nos respectivos programas. Neste sentido, desdobram-se dois objetivos específicos que coadunam com o objetivo geral: salientar a presença da diversidade na produção de alimentos como proposta de soberania alimentar e compreender como agricultores de base familiar se inserem na lógica de comercialização dos alimentos produzidos.

Metodologia

O presente trabalho teve como ponto de partida um levantamento bibliográfico que abrangeu as categorias de espaço e agricultura familiar. Destarte, buscamos autores como: Santos (2014), Delgado e Bergamasco (2017), Niederle (2017), Mesquita (2015), Lima (2015), Esmeraldo (2017) entre outros. Sites específicos, como o da Secretaria de Agricultura Familiar, Ministério

do Desenvolvimento Agrário, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, além de visitas à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e ao posto avançado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), ambos em Farias Brito (CE), e à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), em Fortaleza, foram de suma importância em todo o processo da pesquisa. Após o levantamento bibliográfico, no intuito de conhecer a realidade dos agricultores familiares de Farias Brito, através da pesquisa de campo, buscamos compreender como se dá a dinâmica da produção e comercialização dos produtos decorrentes da agricultura familiar no município, tendo como pressuposto básico a importância do PAA e do PNAE no incentivo à produção e à diversificação dos alimentos produzidos.

Os sujeitos investigados na pesquisa foram selecionados a partir de dois critérios: possuir Documento de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ativo e estar inserido no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programas governamentais que colaboram com o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Para a efetivação desta pesquisa, foram feitos cinco trabalhos de campo no decorrer de um ano (fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018), sendo que dois foram para visitas às instituições técnicas e três foram visitas às propriedades dos agricultores familiares. No período da pesquisa, havia 21 agricultores cadastrados no PAA e 19 no PNAE, totalizando 40 agricultores familiares cadastrados nos programas. Visitamos propriedades de 60% dos agricultores, possibilitando-nos elaborar as primeiras constatações de uma pesquisa mais complexa, abrangente e densa, tomando como pressuposto tratar-se de um estudo de caso, de modo a compreender, o mais próximo da realidade possível, o recorte espacial do objeto de análise. Neste mesmo período, foi aplicada entrevista ao secretário de agricultura vigente Pedro Glauco. Nela pudemos debater sobre a importância da agricultura em um contexto geral dentro da realidade do município de Farias Brito-CE. Entendemos que os estudos de caso fazem-se necessários na atualidade, pois acreditamos que quanto mais os lugares se mundializam, mais aumenta a necessidade de analisarmos as realidades locais, pois cada vez mais as heterogeneidades de cada lugar apresentam-se como reflexo desta mundialização, ou seja, “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é ‘únicos’” (Santos,

2014 p. 38), porém, à medida que são únicos, mantêm-se conectados entre si (Santos, 2014).

Resultados

Por meio desta pesquisa, constatamos que, no município em questão, o PAA e o PNAE exercem uma forte influência sobre a produção de alimentos, tendo em vista que os agricultores de base familiar que antes produziam apenas uma pequena quantidade para comercializar em feiras ou de “porta em porta” passaram a produzir em quantidades maiores e a investir mais na produção, uma vez que o governo municipal, sob a organização da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, passou a comprar parte dessa produção a preços justos e estáveis, garantido, assim, um subsídio financeiro extra à renda dos agricultores. Em alguns casos, agricultores que tinha a obtenção de renda dividida em duas atividades – sendo a renda da agricultura apenas complementar – passaram, a partir da inserção nessas políticas públicas, a ter a agricultura como atividade econômica única.

O que se percebe com políticas públicas de cunho distributivo, como o PAA e o PNAE, é que não há apenas a simples distribuição de recursos, mas há uma inclusão socioprodutiva dos agricultores de base familiar, tanto no processo econômico do País, quanto no acesso a bens de consumo antes impossíveis: foi através do incentivo à produção de alimentos que o governo atingiu dois setores essenciais para o crescimento de um País, o econômico e o social. À medida que há incentivo para a produção e distribuição de alimentos para um segmento da sociedade que está em situação de vulnerabilidade social, busca-se combater a mazela da fome e da miséria. Esses alimentos produzidos são comprados pelo governo, que, a partir de pagamentos realizados diretamente na conta bancária dos agricultores participantes dos programas, vai gerar renda e circulação de mercadorias e de moeda, aquecendo a economia dos municípios e, conseqüentemente, refletindo na economia nacional. Somente no ano de 2017, o município de Farias Brito-CE recebeu R\$ 80.000,00 para a modalidade Compra Com Doação Simultânea, beneficiando sete escolas e mais três entidades públicas: delegacia, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e hospital.

Figura 1 - Central de recebimento de alimentos do PAA em Farias Brito-CE



Fonte: Autor, 2017.

Figura 2 - Central de recebimento de alimentos do PNAE em Farias Brito-CE



Fonte: Autor, 2017.

Também se pôde constatar que cada agricultor familiar analisado produz pelo menos três tipos diferentes de alimentos em sua propriedade. Esta característica, típica dos agricultores familiares e camponeses, é a prova da associação de culturas e da circulação da produção de alimentos nas pequenas cidades. É notório que boa parte dos agricultores familiares, além de produzir os alimentos para a comercialização juntamente ao PAA e ao PNAE, também produz outros tipos destinados ao consumo familiar. Outro ponto que merece destaque diz respeito à circulação e à comercialização dos produtos que, em geral, se dão em escala local, acontecendo no mercado de feira e nos distritos onde o agricultor reside e produz. Neste sentido, verificamos não só a diversidade na produção de alimentos, como também a diversidade na comercialização destes.

A produção de alimentos em Farias Brito ainda é tímida se comparada a de outros municípios cearenses e se encontra concentrada em pontos específicos.

Porém, verificamos diversos tipos de alimentos que variam desde hortaliças até a produção de doces, tendo ainda a agricultura de subsistência concentrada na produção de milho, feijão e fava. Os registros fotográficos feitos durante os campos permitem informar que, na terceira figura, onde se vê a propriedade de A.G.C., cadastrado no PAA, que reside e produz no distrito de Nova Betânia, há elementos que caracterizam a variedade de produtos cultivados, destacando a plantação de hortaliças, sendo circundada por milho e feijão. Nesta propriedade, produz-se também banana, amendoim, cebolinha, macaxeira, goiaba, mamão e jerimum. O manejo é feito através de alternância no cultivo: mudam-se as culturas de cada área para que não haja a esterilização do solo.

A quarta figura é da propriedade do senhor A.V.S., cadastrado no PNAE que reside e produz no distrito de Cariutaba, onde, em parte da propriedade, são cultivados feijão, banana e quiabo (o feijão geralmente é plantado entre as bananas). São produzidos, ainda, macaxeira, mamão, cheiro-verde, cebolinha, jerimum, coco, e, em menor escala, laranja e manga. Em meio a todos os agricultores e propriedades analisados, a seleção das imagens privilegiou os mais antigos agricultores familiares que participam do PAA e do PNAE desde a implantação desses programas no município. Inferimos, com esta pesquisa, que os programas governamentais acima citados, mesmo não sendo os únicos destinos da produção dos agricultores familiares, são estratégicos, pois os agricultores familiares do município encontram segurança para a realização de suas atividades, desde a produção até a comercialização, sendo que a cooperatividade é um lema estabelecido pelos próprios agricultores engajados nos programas.

Figura 3 - Produção associada entre milho, cheiro-verde e feijão



Fonte: Autor, 2017.

Figura 4 - Produção associada entre banana, feijão e quiabo



Fonte: Autor, 2017.

Como podemos perceber nas figuras, há uma produção diversificada, que marca a busca, pelos agricultores, de informações sobre técnicas que degradem menos o meio ambiente e sobre medidas alternativas para o não uso de agrotóxicos. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é um dos órgãos que mais incentiva a produção de alimentos livres de agrotóxicos, e, no PAA, há um acréscimo no valor dos alimentos que têm origem orgânica e agroecológica.

A associação de culturas e o manejo das áreas são técnicas utilizadas como estratégia de manter a propriedade produzindo durante o ano inteiro sem haver, durante o ano, nenhum período em que o roçado fique com áreas ociosas. Essas estratégias, além de possibilitar o equilíbrio do solo, ainda garantem soberania alimentar às famílias agricultoras e uma maior variedade de produtos para comercializar em feiras, no PAA e no PNAE.

Muitas das propriedades possuem, todavia, uma área destinada à monocultura de frutas, dando destaque para a banana. Entretanto, essas propriedades ainda se caracterizam como minifúndios e só possuem uma parcela destinada à monocultura.

Neste âmbito, a ideia de segurança alimentar proposta pelos programas é superada pela de soberania alimentar, tendo em vista que os agricultores que fornecem os alimentos têm a consciência de que os produtos que são comercializados por eles serão consumidos pelos seus filhos, sobrinhos e netos. Todavia, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o governo só tem obrigação de comprar 30% dos produtos decorrentes da agricultura familiar

pelo PNAE. O PAA compra 100% dos produtos da agricultura familiar dentro do orçamento proposto pelo município e aprovado pelo Estado.

De acordo com o secretário de agricultura do município de Farias Brito-CE, a prefeitura compra acima dos 30% da agricultura familiar, porém, os recursos destinados ao PNAE ainda são limitados para que haja a compra somente de produtos advindos da agricultura familiar.

Essa é uma conquista dos agricultores(as) e para os agricultores(as). Um pequeno passo, porém com significado bastante representativo em uma luta histórica por reconhecimento de direitos. No município de Farias Brito-CE, percebemos cada vez mais a presença dos agricultores familiares nas feiras, no comércio e também inseridos nas políticas públicas. Em apenas quatro anos e meio de funcionamento (de 2013 até a presente data), o PAA vem beneficiando cinco escolas, além de fornecer alimentos para o hospital do município, para a delegacia e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Já o PNAE vem funcionando no município desde 2010 e beneficia todas as escolas de ensino fundamental (não possuímos o número exato de escolas de ensino fundamental público no município devido à junção de algumas escolas e a desativação de outras).

Tanto o PAA quanto o PNAE exercem significativa importância na economia e na inclusão socioprodutiva no município, tendo em vista que a agricultura familiar, juntamente com o comércio, é a atividade econômica que mais movimentam a economia municipal, segundo o secretário de agricultura do município. Além de garantir a distribuição de alimentos, essas políticas refletem diretamente na economia local, pois, através da comercialização dos produtos, cria-se um circuito curto de mercadorias, no qual os recursos do governo são repassados diretamente ao agricultor familiar e este, por sua vez, reintroduz esse capital através da compra de bens de consumo e outros produtos.

Com a inclusão socioprodutiva decorrente destas políticas públicas, o agricultor familiar fariasbritense passou a investir mais na sua pequena produção. Sistemas de irrigação, construção de poços, cursos técnicos para os filhos jovens, compra de veículos para transporte de mercadorias são apenas algumas das mudanças ocorridas no cotidiano do agricultor familiar que resultam também em um processo de mudanças socioespaciais, decorrência do processo de inclusão produtiva e refletida na forma de manejo da terra e na vida dos agricultores familiares incluídos no PAA e no PNAE.

Na lógica do fortalecimento dos mercados locais, compreendemos a importância de programas como o PAA e o PNAE, tendo em vista que são políticas públicas nacionais e, todavia, seu foco de ação são os municípios. Concordamos, assim, com Lima (2015, p. 43), ao afirmar que o “espaço relacional é o palco da produção, compra e transformação, em que a técnica é a mediadora das demandas por usos alimentares nessa relação de apropriação entre sociedade e a natureza.” Nesta perspectiva, ao analisarmos o PAA e o PNAE no município de Farias Brito-CE, percebemos não apenas uma inclusão produtiva, mas também uma mudança na configuração do espaço nas pequenas propriedades dos agricultores familiares participantes.

Considerações Finais

Por intermédio desta pesquisa, tivemos a oportunidade de apreender um pouco da realidade do campo brasileiro, que, assim como a agricultura familiar, é heterogêneo na produção de alimentos e na sua constituição social. Percebemos, mediante a pesquisa de campo, uma significativa diversidade na produção de alimentos derivados da agricultura familiar, o que proporciona renda, alimentação saudável e qualidade de vida tanto para os agricultores beneficiários fornecedores quanto para os beneficiados através da doação dos produtos. Infelizmente, o apoio a essas famílias ainda está distante de contemplá-las em sua totalidade e a inserção e a divulgação do PAA e PNAE ainda são tímidas, precisando ser melhoradas. São pontos a serem repensados pelos órgãos federais e municipais. Esperamos que este trabalho sirva de suporte para outros pesquisadores que se proponham a pesquisar a agricultura familiar.

Referências

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Cartilha Final do PAA, 2012.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos: Manual Operativo – Modalidade Compra Com Doação Simultânea Operação Por Meio de Adesão**, fev. 2014.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **PAA: Modalidades do PAA**, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa> Acessado em: 25 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **O Que é Agricultura Familiar**. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar> Acesso em: 04 ago. 2017.

ESMERALDO, G. G. S. L. *et al.* **Políticas Públicas para os Povos do Semiárido: avanços e desafios**. Ceará, CE: DAS, 2017.

LIMA, A. E. F. **A Geografia da Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará - Brasil: Um Estudo Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, 2015.

MESQUITA, P. S. **Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Proteção Social no Semiárido Brasileiro (Cariri, Ceará)**. Brasília – DF, 27 de Fevereiro de 2015.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão Produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. *In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - Brasília, 2017.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Milton Santos em colaboração com Denise Elias. – 6 ed. E. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, Ambiente e Políticas Públicas**. Brasília, DF: LGE, 2006.

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA COMUNIDADE BELMONTE /CRATO-CE: UM OLHAR SOBRE AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS

Maria Adriana Alves Dantas¹

Fernando Fernandes Damasceno Junior²

Deiziane Lima Cavalcante³

Resumo: Procurou-se demonstrar o poder de alcance das políticas públicas ancoradas na redistribuição de renda brasileira, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atuou em diversas famílias agricultoras do Brasil e vinha trazendo perspectivas para produção de alimentos voltados para o abastecimento do mercado interno e melhoria da vida rural, como foi o caso de sete famílias localizadas no município do Crato-CE estudadas. Para montar a base de dados, foi realizada uma revisão de literatura sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada, estudou-se os governos Brasileiros, desde a Ditadura aos dias atuais, para identificar suas contribuições sobre a fome, também foram aplicados questionários semiestruturados às famílias agricultoras beneficiárias do Programa.

Palavras-chave: PAA; DHAA; Políticas Públicas.

Introdução

É notório que o Direito Humano à Alimentação Adequada não é garantido para a maior parcela da população mundial e brasileira, porém, ao pensar que se vive em pleno século XXI e o quanto a humanidade “evoluiu” e avançou, essa afirmação é um tanto quanto estarecedora, visto que os avanços ofere-

1 Engenheira Agrônoma, Universidade Federal do Cariri, adriana_dantas@hotmail.com.

2 Engenheiro Agrônomo, Universidade Federal do Cariri, fernandofdjunior@gmail.com.

3 Ma. Deiziane Lima Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, deiziane.lima@gmail.com.

cidos e embasados no modelo do Agronegócio, onde é preciso produzir mais para garantir, justamente a alimentação para toda a humanidade, percebe-se aí a contradição desta proposta. “*Aproximadamente 795 milhões de pessoas em todo o mundo seguem subnutridas [...], ou seja, uma em cada nove pessoas no mundo não pode consumir comida suficiente para levar uma vida ativa e saudável*” (FAO, 2015).

Observa-se, no caso brasileiro, que nos últimos anos [2002 – 2016] houve uma preocupação de estudiosos e do próprio governo brasileiro em ampliar o debate e elaborar políticas diretamente relacionadas à questão alimentar e nutricional da população, sobretudo a mais carente, buscando, desta forma, elaborar meios de eliminar a fome e desnutrição, reativando, por exemplo, em 2003 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Sua função é a de articular debates entre governo e sociedade Civil e desta forma assessorar a Presidência da República nas formulações de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, direcionando estas ações para que o país garanta o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Dentre as políticas públicas criadas para tratar da segurança Alimentar e nutricional da população brasileira mais carente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696 de 2 de Julho de 2003, nasceu com o intuito de favorecer as compras de produtos oriundos da Agricultura familiar, oportunizando o escoamento e a comercialização destes produtos sem a burocracia nas licitações, além de envolver diversas instituições a receberem os alimentos em formato de doação, utilizando-os na alimentação de diversas pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de insegurança alimentar. Ao longo dos anos em que o projeto esteve em vigor, algumas alterações foram feitas a fim de melhorar seu desempenho e até o ano de 2017 o programa estava em vigor e era executado por seis modalidades definidas pelo Comitê Gestor (GGPAA).

No município do Crato/CE, o PAA vinha buscando desenvolver-se paulatinamente para fortalecer a agricultura familiar do município, adquirindo produtos diversificados e com qualidade nutricional e fitossanitária de acordo com os padrões estabelecidos em Lei e distribuindo-os em instituições que fornecem alimentos a pessoas com diversas carências nutricionais e de acesso a alimentos de qualidade, como o restaurante Popular.

Importante ressaltar aqui que o interesse e o intuito em escrever sobre esse tema surgiram devido ao contato obtido com diversas pessoas dos Movimentos Sociais que faziam parte desta luta nos âmbitos internacional e nacional, algumas inclusive enquanto conselheiras do CONSEA e, devido aos longos debates que surgiram nas reuniões da Via Campesina Brasil, houve o interesse e encantamento pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e toda a gama de ações e políticas ligadas a este tema.

Desta forma, buscou-se, com esse estudo, observar se esta política pública alcançava efetivamente duas questões: 1. Fortalecimento do escoamento da produção dos agricultores de forma periódica, com pagamento garantido; e 2. Sobre a garantia do alimento saudável e regular para populações de baixa renda. Esta pesquisa foi fruto do estudo realizado no início do ano de 2017 para ser apresentado no trabalho de conclusão de curso da autora deste artigo.

Objetivos

O objetivo principal desse estudo é observar a importância do PAA nos quesitos relacionados à garantia da comercialização dos produtos e se de fato o programa abrange o Direito Humano à alimentação adequada para as famílias, agricultoras pesquisadas.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Identificar o perfil e as características socioeconômicas das famílias beneficiadas pelo programa PAA;
- Verificar a contribuição do PAA para a produtividade e renda dos agricultores beneficiários do programa no Município do Crato, a partir da percepção destas;

Metodologia

A área de estudo está localizada na Comunidade de Belmonte, município do Crato-CE, que geograficamente está localizado a uma distância de 550 km da Capital do Estado, Fortaleza, e 429,2 km de distância de Pernambuco. Pertencente à região do Cariri, ao todo congrega 29 municípios.

Segundo dados do IPECE, em 2010, a população era de 1.798 habitantes, dos quais 604 viviam na zona rural, sendo composto atualmente por quatro sítios: Corujas, Bebida Nova, São João e Preguiça. Dos quatro sítios, apenas Bebida Nova e Coruja possuem Associações ativas (em torno de 100 associados), fundadas em 1991 e 2013, respectivamente, e também onde as famílias realizam entrega de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos, motivo pelo qual foram escolhidas como área para esse estudo.

As estruturas comunitárias existentes na comunidade são: Escola, que como as demais escolas do Campo, permanecem fechadas, possui quatro restaurantes, igrejas, Associação Comunitária e Sindicato Rural. Existia um Engenho e uma casa de farinha, que também se encontram fechadas.

Através do relato das famílias e ao visitar os sítios, fica perceptível que historicamente a região pertencia a fazendeiros e se tratava de latifúndios e aos poucos foram sendo herdados, passando de geração em geração (4ª geração), os quais foram vendendo os lotes, dando lugar às Chácaras de finais de semana, Construções de piscinas para “banhos” – Turismo, o que desfavorece o controle da água na região.

No que se refere à origem dos dados, além de uma revisão de literatura sobre os problemas em foco, esta pesquisa utilizou dados de fonte primária com a aplicação de questionários semiestruturados junto aos agricultores e agricultoras beneficiários do PAA em algumas famílias dos sítios mencionados anteriormente.

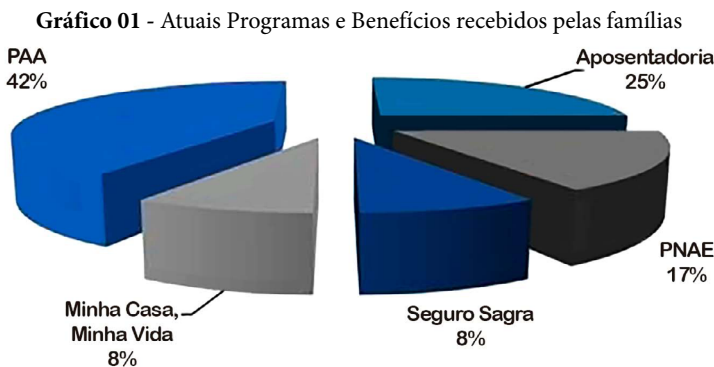
De início, foi colhido o nome de 10 agricultores/agricultoras do Crato que regularmente mais entregavam seus produtos para o PAA espalhados por várias comunidades, porém, ao passo que se foi avançando com a pesquisa, houve o interesse de aprofundar o estudo, voltando o olhar para alguma comunidade do Crato. Desta forma, procurou-se avaliar a importância do programa para algumas famílias oriundas de uma mesma localidade, para assim compreender a abrangência do programa no bem-estar socioeconômico da família, e não apenas individualmente. Assim, a comunidade Belmonte foi escolhida por indicação da coordenadora responsável pelo cadastramento dos produtores/as no programa na cidade do Crato, bem como todo o andamento do mesmo.

Resultados

Ao todo, foram pesquisadas sete famílias, ou seja, os resultados e discussões que serão apresentados aqui se tratam de um recorte muito específico e cuidadoso, que busca demonstrar o perfil destas famílias e qual a importância que o Programa de Aquisição de Alimentos trouxe na vida de seus membros, como também, verificar se de fato, para essas famílias, houve uma melhora significativa no que diz respeito ao Direito Humano a Alimentação Adequada.

Logo de início, a primeira constatação observada nas famílias foi o fato de todas estarem organizadas no sindicato dos trabalhadores rurais do Crato e nas Associações existentes na comunidade, percebe-se que a ligação das famílias com os mesmos torna-se um fator de incentivo para que o núcleo familiar participe do programa, pois como já fora mencionado na metodologia, os sítios que tem famílias realizavam entrega para o PAA são os mesmos que possuem as sedes de suas associações funcionando. Demonstrando que a organização faz a diferença na percepção, na confiança e alcance de objetivos comuns.

Quando perguntados sobre os programas e benefícios sociais recebidos pelo governo, foi possível perceber que as políticas universalizantes, atuando principalmente na redistribuição e transferência de renda, adotada pelos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma (2002-2016), estiveram atuando de fato em conjunto com diversas políticas a fim de garantir os direitos já mencionados na constituição, como acesso a moradia, energia, acesso a água, educação, saúde, alimentação. Desta forma, na sequência, apresentar-se-á um gráfico mostrando quais foram os benefícios mais acessados pelas famílias pesquisadas:



Fonte: Dados das entrevistas. Elaborado pela autora (2017).

A partir do gráfico, é possível perceber que as famílias entrevistadas já ultrapassaram um nível de dependência do governo para conseguirem manter sua produção e sustento. Todas já haviam acessado auxílios, como Bolsa Família⁴, PRONAF e Seguro Safra, e até o ano de 2017, basicamente, sustentavam suas famílias com dignidade por meio dos Programas PAA, PNAE, feiras agroecológicas [Política de Institucionalização da SAN] e aposentadoria. Ou seja, é possível notar a mudança de foco das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar das décadas de 1970 e 1980, que eram somente de transferência de renda, passando, nas últimas décadas, para a dimensão no caminho da institucionalização, desta forma, a nova geração das políticas públicas visavam atender não somente a falta de recurso para produção, mas também na abrangência das necessidades e peculiaridades da Agricultura Familiar de pequeno porte em suas especificidades.

Em relação a terra onde produzem, na época da pesquisa, das sete famílias pesquisadas: duas eram proprietárias produzindo somente nela; três possuíam propriedades nas quais produzem, porém precisavam arrendar outras áreas para garantir sua produção; uma possuía somente terra na condição de arrendada; e outra utilizava uma área emprestada para produzir. Ficando distribuídas, da seguinte forma:

Quadro 01 - Relação da Família com a Terra onde produz

Núcleo Familiar	Relação/Terra	Tamanho da Propriedade	Subsistemas Identificados
Família 1	Proprietária	De 6 a 10 ha	Roçado, criação animal e extrativismo
Família 2	Emprestada	De 3 a 5 ha	Roçado e Quintal
Família 3	Proprietária e Arrendada	De 3 a 5 ha	Roçado, Quintal
Família 4	Proprietária	De 6 a 10 ha	Roçado, criação animal e extrativismo
Família 5	Proprietária e Arrendada	De 1 a 2 ha	Roçado, Quintal
Família 6	Arrendatário	De 6 a 10 ha	Roçado, Criação Animal, Quintal e Agrofloresta
Família 7	Proprietário e Arrendatário	De 3 a 5 ha	Roçado, Quintal

Fonte: Dados das entrevistas. Elaborado pela autora (2017).

Para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006) no que diz respeito aos parâmetros necessários para que agricultores e agricultoras sejam considerados da Agricultura Família, um dos quesitos mencionados e está intimamen-

4 “Desde Outubro de 2003 O programa Bolsa família passou a unificar os principais programas de Transferência de Renda existentes: O Cartão Alimentação. O Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação” (NEAD, 2010).

te relacionado à terra, encontrado no primeiro ponto do Art. 3º, quando diz que para ser considerado da Agricultura Familiar, este núcleo não pode deter qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, podendo ter entre **um e quatro** módulos. Com isso, ao verificar na tabela do Incra sobre a mensuração da área equivalente a um módulo fiscal para as áreas do Ceará, tem-se que um módulo equivale a **26 ha** (Portaria/ MA 146/80).

De acordo com os dados apresentados anteriormente no quadro 01, as famílias pesquisadas não alcançaram sequer o patamar de **um módulo fiscal** para estarem dentro dos parâmetros pré-estabelecidos pelo governo relativo à pequena propriedade.

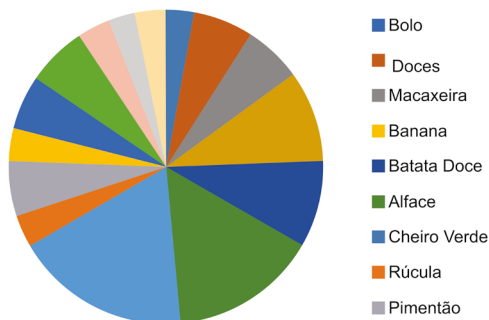
Desta forma, percebe-se que assim como o debate de classes não está superado nos dias atuais, o da Reforma Agrária e os conflitos relacionados a terra também não estão. Nitidamente falta terra para as famílias pertencentes à Agricultura Familiar conseguirem produzir melhor e em maior quantidade. O acesso livre a terra é para poucos, porque enquanto um agricultor produz em seu quintal, mas para aumentar a produção é necessário arrendar a terra e ceder metade dela pra o filho que acabara de constituir família, também produzir [Caso das famílias 3 e 5], os grandes latifundiários já dentro da institucionalidade, tem terra, subsídios e venda direta por intermédio do governo.

Quando estes foram indagados do porquê começarem a fornecer para o PAA, em sua maioria, destacaram: fonte de renda certa no final do mês; incentivo da Secretaria de Agricultura do Crato; e garantia do preço dos produtos comercializados.

Sobre os produtos comercializados pelas famílias, tinha-se uma diversidade de produtos distribuídos entre elas para garantir a participação e mais variedade dos produtos para as doações, desta forma, a equipe da secretaria se responsabilizava de checar com cada unidade familiar, quais produtos eles tinham disponíveis para realizar a entrega regularmente e de acordo com as lista de produtos apresentados por eles, era acordado quais produtos serão entregue por cada família, qual a quantidade e o dia certo da semana para o fornecimento na secretaria de agricultura do Crato.

Na sequência, apresenta-se a lista de produtos fornecidos pelas famílias pesquisadas:

Gráfico 02 - Produtos fornecidos pelas famílias ao PAA



Fonte: Dados das entrevistas. Elaborado pela autora (2017).

Quanto às desvantagens, falou-se sobre dificuldade na logística dos produtos, demora em receber o repasse do governo, mas a principal reclamação mesmo foi em relação a só um dos agricultores ou agricultora da casa poder ter a DAP vinculada à entrega, sendo que, os demais trabalham tanto quanto e não tem como comprovar sua renda, além deste problema de só ter um registro sendo utilizado para o PAA, o limite estabelecido para uma unidade familiar na modalidade que eles participam [compra com doação simultânea] é muito baixo.

Para melhor entender esta questão, segue uma tabela com a quantidade de pessoas envolvida na produção em cada unidade familiar, sexo e quem é a pessoa responsável pela DAP:

Quadro 02 - Unidade Familiar e a relação com a DAP

Unidade Familiar	Quantidade de Agricultores	Sexo	Responsável pela DAP
Família 1	2	1 Homem e 1 Mulher	Homem
Família 2	2	1 Homem e 1 Mulher	Homem
Família 3	2	1 Homem e 1 Mulher	Homem
Família 4	4	4 Mulheres	Mulher mais velha
Família 5	2	1 Homem e 1 Mulher	Homem
Família 6	4	3 Homens e 1 Mulher	Homem
Família 7	3	2 Homens e 1 Mulher	Homem

Fonte: Dados das entrevistas. Elaborado pela autora (2017).

Além da venda institucionalizada para o PAA, algumas famílias também entregavam para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e também participam de feiras promovidas pela secretaria, outra conquista do programa, no intuito de ampliar a divulgação da produção agroecológica dos agricultores, pois antigamente, quando não existia o programa, estas famílias vendiam no mercado convencional e nas portas, o que diminuía o valor dos produtos vendido por elas [já tinham produção orgânica, sem nem saber – Fala de uma das entrevistadas]. Ou seja, muitos deles já não utilizavam veneno na produção, outros minimamente utilizavam ureia como adubo químico e passaram a não comprar mais devido a exigência do programa e percebe que não havia necessidade mesmo.

A feira, destinada, em certa medida, para a comercialização do excedente e que é exclusiva para eles, chama-se Feira dos Produtos da Agricultura Familiar [FEPAF]. Continua ativa até os dias atuais e foi uma estratégia da Secretaria de Agricultura do Crato para dar continuidade ao fortalecimento da Agricultura familiar e agroecologia da Região.

O avanço no fortalecimento e Institucionalização da Agricultura Familiar só será efetivo no pleno reconhecimento destes atores pela sociedade civil, por eles mesmos e pelo governo e ao se visitar a FEPAF, percebe-se que este espaço tem cumprido este papel de canal de diálogo com as pessoas que residem na zona urbana, reconhecendo nos agricultores a importância da produção agroecológica e de qualidade. Como mencionado por Adriana Veiga sobre a construção da política de segurança Alimentar proposta no início do governo Lula:

A importância da agricultura familiar no processo de construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, embora quase consensual no país, segue suscitando questões que são objeto de intenso debate. Isto em razão das diferentes visões entre as organizações da sociedade civil, governos e iniciativas privadas, sobre a coexistência de modelos distintos de agricultura representados nas categorias de agricultura familiar e agricultura patronal (ou agronegócio), coexistência que se expressa também institucionalmente em dois ministérios, o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário (NEAD, 2010).

Embora existam avanços significativos para as famílias pesquisadas no que diz respeito aos objetivos propostos pela Política Nacional da

Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais, sabe-se que ainda há um longo caminho na efetivação do planejamento previsto. De acordo com o Art. 5 da Lei sobre a política mencionada [Lei nº 11.326, de 24 DE Julho de 2006]. As ações visam contemplar:

I - crédito e fundo de aval;

II - infraestrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

De acordo com o observado durante as entrevistas, os pontos da política marcados em negrito são os que precisam ser dados os passos necessários, tanto para continuar avançando na amplitude das políticas públicas, como para dar passos para melhora na organização.

Nesse aspecto, a extensão rural ainda é um desafio, conquanto, quando perguntado sobre Assistência técnica, surpreendentemente, todas as unidades familiares estavam recebendo regularmente a visita do agrônomo da EMATER responsável pela área deles, porém muitos deles têm dúvidas sobre DAP, sobre PNAE, ou seja, é preciso ter uma assistência técnica que esteja ancorada com as políticas empregadas para a Agricultura familiar. É preciso ir além da técnica e avançar na formação administrativa, política e social de ambos, tanto do profissional das agrárias, quanto das famílias beneficiadas.

Considerações Finais

Apresenta-se este trabalho com a certeza de que ele não para por aqui. É preciso continuar as pesquisas em relação à ampla política de SAN iniciada no governo do Lula. Vê-se, com isso, que o desafio de conseguir dar conta de uma política, que visa vencer não somente o combate à fome, mas para além, com o objetivo de denunciar a insegurança alimentar e nutricional da população carente, ainda muito presente nos dias atuais, e que, devido aos atuais cortes, volta ao Mapa da Fome, mostrando cada vez o quanto essa pesquisa é atual, pois a insegurança não está vinculada somente à pobreza, mas também as diversas dificuldades no acesso as políticas públicas, como o acesso à água, educação, saúde e alimentação digna.

Desta forma, a intenção inicial deste trabalho foi avaliar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias beneficiadas. No entanto, no decorrer da pesquisa, notou-se que o programa cumpriu mais um papel fundamental para estas famílias, o da tentativa de institucionalização para o campo, historicamente negada e no contexto atual volta a ser negligenciada por parte de muitos. Com isso, percebe-se que esse mecanismo só funcionará verdadeiramente, quando o governo e a sociedade reconhecerem que o campo além de ser uma extensão da cidade, se constitui como espaço de vida e produção de alimentos saudáveis e que toda a população de fato depende desta via de mão dupla: governo reconhece a importância da Agricultura Familiar e os agricultores reconhecem no Estado a defesa de seus direitos, avançaremos. Visitando as feiras da FEPAF, percebe-se já essa valorização. Viva a Agricultura Familiar e Viva a Agroecologia!

Referências

FAO, FIDA y PMA. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2015**. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales progresos. Roma, 2015.

NEAD. **Fome Zero**: a experiência brasileira; Brasília: MDA, 2010.

O ENCONTRO da agricultura familiar com a alimentação escolar. **MDA**. Brasília, Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_CARTILHA_O_ENCONTRO_DA-8200479.pdf. Acesso em: 28 mar. 2017.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **IBGE**. 2. ed. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PLANALTO, Brasília, 27 maio 2015. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/fome-cai-82-em-12-anos-no-Brasil-afirma-onu>. Acesso em: 19 fev. 2017.

POLÍTICAS Sociais são bem avaliadas pela população, diz pesquisa. **Portal Brasil**. Brasília 10 agosto 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/08/politicas-sociais-sao-bem-avaliadas-pela-populacao-diz-pesquisa>. Acesso em: 26 fev. 2017.

RELATÓRIO Anual de Gestão 2016. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 23 janeiro 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/recomendacoes-resolucoes-e-exposicoes-de-motivos>. Acesso em: 10 mar. 2017.

THE STATE of Food Insecurity in the World 2015. **FAO**, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/hunger/en/>. Acesso em: 19 fev. 2017.

O MODO DE VIDA CAMPONÊS NA INTERAÇÃO CAMPO-CIDADE

*Penha Magalhães Ribeiro¹
Aldiva Sales Diniz²*

Resumo: Nas últimas décadas, muitos camponeses expropriados do campo foram obrigados a morar nas cidades grandes, médias e pequenas, ou ainda em áreas urbanizadas, como as sedes dos distritos. Nosso trabalho procura compreender como os camponeses conseguem manter o seu modo de vida nesse espaço, como é o caso da sede do distrito de Taperuaba-Sobral, que possui características de uma pequena cidade. Para a realização dessa pesquisa, temos a História Oral como principal metodologia, o que vem nos ajudado a perceber os elementos do modo de vida camponês nessa localidade arraigados na prática cotidiana.

Palavras-Chaves: Camponês; Campo; Cidade.

Introdução

Muitos camponeses que não tiveram como permanecer no campo e migraram para as cidades levaram com eles seu modo de vida, sobre o qual iremos nos deter e procurar compreender, a partir do que Klaas Woortmann (1990) conceitua como campesinidade, ou seja, valores e códigos morais que não se restringem ao espaço onde são produzidos, mas que são ressignificados em outros contextos históricos.

Desse modo, faz-se necessário pensar a escala da cidade pequena para compreender melhor como, nessas localidades, as relações sociais possibilitam a produção de um espaço heterogêneo onde as territorialidades não se apre-

1 Mestranda do Mestrado Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: penha.magal@bol.com.br.

2 Professora e orientadora do Mestrado Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: aldivadiniz@gmail.com.

sentam como mera reprodução da sociedade capitalista, como esclarece Silva (2000):

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade (Silva, 2000, p. 09).

A autora chama atenção para essa diversidade, que podemos observar principalmente com as análises acerca das cidades pequenas, que só recentemente começam a ser objetos de estudo do campo geográfico, mas que vêm evidenciado pormenores de uma configuração marcada por formas espaciais distintas. Conforme afirma Barbosa da Silva (2009),

É na pequena cidade que as territorialidades se tornam mais evidentes. A territorialidade pode ser entendida como a relação do indivíduo com o espaço vivencial. Por meio desta relação, ou ele pode influenciar ou controlar ações, bem como possibilitar o monitoramento de uma determinada área geográfica (SARK, 1986). Trata-se de um território usado, prenhe de significados, singularidades e representações da vida cotidiana (Silva, 2009, p. 60).

Dentro desses aspectos, começamos a considerar que a pequena cidade tem singularidades que fazem dela um espaço rico em possibilidades de interseção entre o campo e a cidade. Sua realidade é diferenciada das relações temporais e espaciais das grandes metrópoles, o que a torna um lugar cotidianamente construído por práticas sociais de um dinamismo diferenciado, como assevera Ferreira (2009), que diz que dentro desse contexto, o campo se aproxima da cidade, ambos convivem e dialogam, as trocas acontecem com mais frequência, as dicotomias tendem a ser tênues no que diz respeito às relações sociais e ao modo de vida.

Para entendermos criticamente nosso objeto de pesquisa, fizemos a opção teórico-metodológica de trabalharmos com o materialismo histórico dialético, por avaliarmos que esse modo de ler e interpretar a realidade nos possibilita um entendimento dos processos sociais como parte de uma totalidade onde as contradições formam a realidade.

Para isso, buscamos o apoio teórico de autores que vêm estudando os camponeses e suas lutas, como Cândido (1982); Martins (1995); Oliveira (2001); Oliveira (2003); Shanin (2005); Silva (2006); Marques (2008); e Diniz (2009), já que para entendermos melhor como se dá a campesinidade, precisamos em primeira instância entender quem é o camponês, como ele vive e estabelece suas relações sociais, econômicas e espaciais, e de que forma essas relações contribuem para construção desse sujeito histórico que vai tecendo seu modo de vida no tempo e no espaço.

Dessa forma, o presente artigo procura compreender como os sujeitos provenientes do campo ressignificam suas relações campesinas morando na sede do distrito de Taparuaba, que tem as características de uma pequena cidade com intercessões que dialogam na relação campo-cidade.

Para uma maior aproximação com esses sujeitos sociais, nossa principal fonte de pesquisa foram as entrevistas orais com os camponeses, pois ouvi-los e entendê-los é para nós o esforço primordial. Nosso estudo de campo foi realizado entre o segundo semestre de 2017 e os primeiros meses de 2018, quando já tínhamos feito algumas leituras teóricas e apropriando-nos melhor dos conceitos que norteiam nossa dissertação de Mestrado em Geografia. Nessa perspectiva, compreendemos que as observações de campo têm sido importantíssimas para perceber os elementos da cultura camponesa.

Procuramos trabalhar também com as fontes escritas. Os dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPECE (Instituto de Pesquisas Econômicas do Estado do Ceará) têm nos ajudado a compreender a dinâmica populacional e econômica. Já os relatórios municipais e os documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos auxiliaram a perceber como os trabalhadores e os organismos públicos têm dialogado.

Nos resultados a seguir, buscamos apresentar o espaço da sede do distrito de Taparuaba e sua relação com os elementos da cultura camponesa, seja na persistência da produção agrícola e pecuária de subsistência ou na ética camponesa das relações sociais e familiares.

Resultados

O distrito de Taparuaba se localiza no município de Sobral-CE e até o ano 2000 tinha uma população predominantemente rural. Hoje, a sede do distrito detém

70% da população, 4.535 pessoas de um total de 6.113 habitantes. Muitas famílias migraram do campo para a área urbana em busca de acesso a serviços como educação, saúde, água encanada e oportunidades de trabalho nas confecções.

Porém, se o homem do campo migra para cidade carente de melhores condições de vida, muitas vezes ele o faz como forma de sobreviver, resistir e lutar para se manter camponês, e por isso desenvolve estratégias baseadas em seu conhecimento, em sua cultura, já que está permanece e muitas vezes é responsável por sua sobrevivência, como observa Shanin (2008):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (Shanin, 2008, p. 25-26).

Dessa forma, os camponeses que vão para cidades grandes muitas vezes ajudam a manter os familiares que ficam no campo ou em suas imediações, nas cidades pequenas, nesses espaços são construídas formas de resistências, como o acesso à terra de forma precária através de parcerias, arrendamentos, aproveitamento de terrenos baldios e quintais onde desenvolvem o trabalho familiar, produzem para o consumo próprio e comercializam, ou como é o caso do casal Sr. Evangelista e dona Neuza, (Foto 1 e 2), que cultivam um lindo roçado no quintal de sua casa.

Figuras 1 e 2 - Quintal Produtivo no bairro de Vassouras – Taperuaba



Fonte: Penha Magalhães Ribeiro (acervo pessoal).

Sem um olhar atento aos espaços e ao cotidiano das cidades, os camponeses e sua cultura podem passar despercebidos, e à medida que os dados estatísticos mostram que a população do campo tem diminuído, o discurso do desaparecimento dessa classe parece óbvio, porém alguns trabalhos vêm mostrando

os elementos de sua permanência em localidades como as pesquisadas por Santana (2011).

O urbano nessas localidades revela as contradições de um processo de desenvolvimento que não se realiza por igual, onde alguns espaços se constituem como área complementar de outros. O modo urbano de viver reflete, portanto, fragilidades identificadas a partir de alguns hábitos, como: o fechamento de lojas no horário do almoço; visitar pessoas sem aviso prévio; a cidade dorme a partir das 22h00min, exceto nos períodos de festa; a árvore plantada à frente da casa, não serve apenas para dar sombra, mas para armar a rede nas calçadas, secar a roupa lavada, vender carne em condições duvidosas (Santana, 2011, p. 160).

A descrição feita por Santana na citação acima, de uma pequena cidade do Ceará, revela aspectos que podem ser encontrados frequentemente no modo de vida do campo, onde os espaços são contínuos e o tempo é fragmentado. Nesse sentido, os elementos do campo se sobrepõem à velocidade do tempo e à ordenação público-privada dos espaços na cidade.

No distrito de Tapuruaba, que, como já esclarecemos, assemelha-se às pequenas cidades estudadas por Santana, podemos visualizar cotidianamente a produção agrícola em quintais, animais que comem em terrenos baldios e se deslocam livremente pelo asfalto como os das (Figuras 3, 4, 5 e 6).

Figuras 3, 4, 5 e 6 – Imagens de plantações e animais na sede distrito de Tapuruaba



Fonte: Penha Magalhães (acervo pessoal).

Outros pesquisadores que também estudam a dinâmica territorial campo/cidade, sobretudo aqueles que trabalham com cidades pequenas (Silva, 2009; Maia, 1999), percebem esses territórios como formas espaciais diferenciadas, onde o modo de vida camponês está presente.

Como podemos perceber morar na sede do distrito não inviabilizou as atividades econômicas próprias do campo, assim como as relações sociais baseadas no modo de vida camponês, que são desenvolvidos, sobretudo, através da reciprocidade. Essas relações são reveladas nos depoimentos de alguns moradores, como o senhor Antônio Martins do Nascimento, que perguntado sobre o destino do excedente de sua produção, ele respondeu: “eu trocava, às vezes mandava fazer uma mesa e aí pagava com feijão, com milho”.

Em outra entrevista, o senhor Orley Ávila Magalhães também conta como construiu sua casa em Taperuaba: “primeiro construímos a casa do compadre Marcos, enquanto ele fabricou as telhas e tijolos para minha casa, fiquei morando na casa dele enquanto construía com meus filhos a minha”. Moura (1986) observa como as trocas feitas no campo passam a se estabelecer também em outros espaços, como os da cidade.

Habituação igualmente a trocar aquilo que a terra produz, seus contatos sociais podem ocorrer tanto dentro da pequena localidade em que vive, como se estender a habitantes distantes, mais especificamente à população das cidades (Moura, 1986, p. 9).

A autora mostra como o modo de vida camponês se ressignifica no espaço da cidade, as trocas de trabalho são totalmente estranhas ao capitalismo, impedindo aqui a sua reprodução através da mais-valia e do lucro. Ou seja, esse trabalhador do campo não vende sua mão de obra nem o produto do seu trabalho. Percebemos que o camponês leva consigo sua cultura, contribuindo com a formação da cultura local, assim as relações entre as pessoas vão produzindo o lugar, como apresenta Ferreira (2009):

No cotidiano das pequenas cidades, está referenciada a construção de um lugar geográfico totalmente singular, diferenciado, enraizado nas relações de posse no qual os indivíduos fazem de sua casa e da sua cidade o seu território. O lugar encontrado nessas pequenas cidades permite que as relações interpessoais ainda se tornem estreitas, e as tradições, festejos, crenças no padroeiro, relações de compadrio e amizade ainda se façam vivas e reproduzidas por sua gente (Ferreira, 2009, p. 72).

Nas pesquisas realizadas por nós, esses elementos aparecem claramente, como na entrevista com dona Maria da Penha, quando ela diz: “o compadre é alguém querido, próximo, que se tem consideração e se torna da família”. Essa proximidade entre os familiares, compadres e amigos também pode ser percebida na proximidade das residências, em alguns casos se formam verdadeiros condomínios onde vivem os pais e próximo estão as casas dos filhos, sobrinhos, irmãos, organização essa também observada por Cândido (1982):

No início, moradores segregados. Em seguida, ereção da capela, em patrimônio doado, que atraía loja e depois algumas casas. Daí passava a freguesia, já com núcleo de população esboçado. O povoamento, subia a vila, chegando afinal a cidade. Nestes casos, a população rural ia se ampliando na periferia, onde apareciam novos bairros, que passavam a vila, e assim sucessivamente (Cândido, 1982, p. 100).

Como Cândido descreve, muitas cidades nasceram dessa dinâmica migratória com a fixação de uma extensa rede familiar, isso pode ser observado ainda nas pequenas cidades onde a especulação imobiliária não se inseriu plenamente. Em Taparuaba, a maior parte das pessoas se conhece, em uma rua ou bairro é comum encontrar vizinhos e familiares que vieram de uma mesma fazenda ou sítio onde ainda têm familiares e algumas vezes vínculos de produção, já que os agricultores retornam a seu lugar de origem para plantar principalmente o feijão durante o inverno.

Dentro desse processo histórico dialético que a campesinidade se apresenta como modo de vida camponês, que mesmo na área urbana ressignifica seu espaço e o transforma, se apresentando como um modo de resistência, fortalecendo-se enquanto classe que se opõe ao consumo e à cultura de massa imposta pelos que detêm os meios de produção.

Considerações finais

Observamos, no Distrito de Taparuaba, que o camponês tem se sustentado em uma área predominantemente urbana por meio das práticas sociais camponesas. Dessa forma, como Ferreira e Rosa (2010) sugerem, a esfera local é a escala mais adequada para analisar o modo de vida das populações advindas

da ruralidade, já que os valores e a cultura camponesa estão presentes em meio à sociedade contemporânea, principalmente nas cidades pequenas.

Nessa perspectiva, nosso trabalho busca contribuir com uma análise acerca dos sujeitos que viviam no campo e foram viver na cidade, mas que mantiveram os elementos que marcam o modo de vida camponês, ressignificando vivências construídas historicamente no campo, e como ressalta Diniz (2009), a luta camponesa se dá não só pelo acesso a terra, mas também em defesa do modo de vida camponês.

Nossas análises ainda são preliminares, mas a motivação cresce com as verificações de campo, as entrevistas e as leituras teóricas, o que têm gerado em nós muitas reflexões, à medida que nos sentimos desafiados a entender a dinâmica de áreas urbanizadas que são territorializadas pela cultura camponesa.

Referências

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. Ed. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1982.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. [s.n.], São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, L. S. Pequenas cidades e cotidiano. *In*: SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. (Org.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Rio Grande do Norte: EDUFRN, p. 69-87, 2009.

MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O Espaço no fim do século**: a nova ruralidade. São Paulo: Contexto, p 214-220, 1999.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5a Edição. Petrópolis Vozes, 1995.

MARTINS, J. S. A Questão Agrária Brasileira e o papel do MST. *In*: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera** – Ano 11, n. 12 – ISSN: 1806-6755 – p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARQUES, M. I. M. Campesinato Sertanejo e sua Relação com a Terra ao Longo do Tempo em Ribeira-PB. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo páginas 8628 -8640.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTANA, A. N. C. **Pequenas Cidades do Ceará no (Des)Encontro do Urbano e do Rural: Groaíras e Meruoca em Discussão**. Niterói – RJ, 2011. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, 2011.

SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. Uma leitura da socioeconômica das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. *In*: SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, p. 59-68, 2009.

SILVA, J. M. Cultura e Territorialidades Urbanas - Uma Abordagem da Pequena Cidade. **Revista de História Regional**, UEPG, v. 5, n. 2, 2000.

SILVA, V. A. **A Campesinidade presente na construção do espaço geográfico da cidade de Cubatão**. São Paulo, 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SHANIN, T. Lições Camponesas. *In*: PAULINO. E. T.; FABRINI J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª edição. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2008.

WOORTMAN, K. “Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral. *In*: Anuário Antropológico. Nº 87. Brasília: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

A PRÁTICA DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS AGRICULTORES DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE JARDIM - CE: NOVOS CONTORNOS E ESPACIALIDADES

Thais Coelho Lopes¹

Resumo: Desde os primórdios da história, o homem sempre migrou para outros espaços e territórios na luta pela sobrevivência. Este trabalho tem o objetivo de analisar os diferentes aspectos sociais e econômicos provocados pelos movimentos migratórios temporários no município de Jardim-CE, com destino aos estados de Goiás e Minas Gerais, diagnosticando os principais fatores de “expulsão” de boa parte da população masculina residente em áreas rurais, demonstrando os impactos negativos na vida desses agricultores assim como, para a família dos mesmos. E por outro lado, reconhecer a contribuição positiva da migração temporária para a melhoria econômica da população de migrantes que saem do município. A migração temporária mostra-se como uma atividade moldada pelo sistema capitalista interligada à desigualdade social.

Palavras-chave: Sobrevivência; agricultores; migração temporária.

Introdução

O presente trabalho, intitulado “A prática da migração temporária dos agricultores das comunidades rurais do município de Jardim-CE: novos contornos e espacialidades,” tem a pretensão de analisar o fluxo migratório temporário de trabalhadores do sexo masculino do município de Jardim-CE, em direção aos estados de Goiás e Minas Gerais, para servir de mão de obra no agronegócio, como também analisar seus possíveis reflexos na sociedade local.

¹ Especialista em Geografia e meio ambiente URCA (Universidade Regional do Cariri), graduada em Geografia URCA. Professora do ensino fundamental II. lopescthais@gmail.com.

Constata-se que se torna indispensável um estudo sobre esse fenômeno populacional e suas transformações econômicas e socioespaciais ocorridas nos últimos anos, contemplando os diversos aspectos da migração temporária, que vêm despertando tanto interesse da população jovem, visando prioritariamente, ter uma independência financeira imediata, mesmo que isso lhes tire muitas oportunidades futuras.

É necessário conhecer as consequências desse tipo de deslocamento da mão de obra, assim como entender as contribuições positivas que se sucedem paralelamente a esse processo.

Sabe-se que as migrações podem ser classificadas em distintos tipos, sendo a migração temporária a mais difícil de quantificar por ser tão variável e não aparecer registrada em órgãos municipais ou estaduais sequencialmente.

Acredita-se que os dados que serão representados contribuirão para futuros estudos de outros pesquisadores que tenham interesse pelo assunto, como também, para a população em geral do município de Jardim e do Cariri Cearense.

O município de Jardim está localizado na Região Metropolitana do Cariri (RMC) no estado do Ceará. Região criada pela Lei complementar Estadual nº 78, sancionada em 29 de Junho de 2009, surgiu a partir da suposta conurbação entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha: CRAJUBAR, cidades somando-se a eles, as cidades limítrofes, Caririçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Tem como área de influência a região sul do Ceará e a região da divisa entre o Ceará e o Pernambuco. Expande-se pela a área de 5.025,655 km², com população de 537 860 habitantes e densidade de 107,02 habitantes por km², contabilizando um PIB de R\$ 3.362.133,306 (Martins, 2010, p. 78).

Jardim faz limites com o estado do Pernambuco e com os municípios cearenses: Penaforte, Jati, Porteiras, Missão Velha e Barbalha. Segundo o IBGE, em 2010, a população do município de Jardim-CE era de 26.688, com estimativa de 27.076 em 2017.

Com 202 anos de emancipação política, a cidade é uma das mais antigas da Região do Cariri. Ao longo dos anos, o município não conseguiu romper com diversos problemas relacionados à falta de desenvolvimento econômico, mostrando-se incapaz de ofertar, a seus habitantes, trabalho que possibilite melhores condições de vida.

Além disso, o município faz parte da bacia hidrográfica do rio Salgado, dispondo de qualidade em recursos hídricos e terras agricultáveis, porém, muitos trabalhadores rurais se encontram expostos a condição de expropriação do seu território de produção sujeitos ao capital e as formas abusivas de produção. Relacionado à condição dos trabalhadores rurais sujeitos a exploração, Vejamos o que salienta Martins (1990):

Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias primas, empregados no trabalho, não tem outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. [...] Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhe resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-las quem tem as ferramentas e os materiais mais não tem o trabalho (Martins, 1990, p. 152-153).

No município em estudo, constata-se um fluxo migratório de mão de obra não qualificada para o agronegócio nos estados de Goiás e Minas Gerais, podendo ser definida basicamente como saída do campo para o campo. A maioria dos trabalhadores reside na zona rural e migra para exercer o trabalho no campo, passando um período em média de 3 a 8 meses fora do local de residência, retornando no geral ao seu lugar de origem. Esse ciclo ocorre repetidas vezes. Os indivíduos ficam períodos longe de “casa”, despertando assim sentimentos de estranhamento no local de trabalho, caracterizado pela ausência de identidade e relação histórica, ou seja, sem participação do mesmo na construção e elaboração do espaço.

Definir o tipo de migração que ocorre em determinado espaço não é algo tão simplista como pode aparentar, “[...] migrante é uma categoria muito complexa e, em seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nesses processos migratórios” (Haesbaert, 2009, p. 246). Entendemos que são necessárias observações mais profundas de análises socioespaciais, sendo o olhar geográfico relevante para esses estudos, que visem não somente definir tipos, mas compreender a real significação desses processos. Vejamos o que salienta Golgher (2004):

A população de um local muda quando as pessoas nascem, morrem ou se mudam do ou para o local analisado. Dizemos em termos mais quotidianamente utilizados por especialistas que existem três componentes da dinâmica populacional: a fecundidade, a mortalidade e a migração. Das três, a migração é a mais difícil de se definir. Todo mundo, pelo menos de forma aproximada, entende os termos nascer e morrer (Golgher, 2004, p. 7).

Neste aspecto, estamos sempre em mudança. A vida se torna quase sempre impulsionada pela mobilidade e transformação, temos como exemplo a configuração atual do mundo. Percebe-se que em cada período histórico o homem se deslocou para diferentes direções sendo responsável por distintos povoamentos e miscigenações, em termos de formação de identidades sociais, culturais e religiosas. Golgher afirma ainda:

Podemos dizer, sem nenhum exagero, que o mundo se moldou também pela migração. Basta olhar o caso do Brasil. Somos um país que sofreu forte influência da migração europeia: a maioria de nós tem avós e bisavós ou algum antepassado europeu. A migração forçada de africanos que vieram trabalhar como escravos no Brasil trouxe toda uma cultura negra muito distinta da cultura europeia. Essas duas culturas se mesclam com as tradições indígenas locais para formar a base da identidade do Brasil atual (Golgher, 2004, p. 21).

Quando se analisam áreas de menor desenvolvimento econômico, um tipo de migração que ocorre com maior intensidade tem sido as migrações temporárias, caracterizadas como deslocamento de mão de obra, movimentos estabelecidos por períodos geralmente predefinidos. George (1991) define migração econômica temporária a qual nos interessa aqui analisar:

A solução mais simples para o problema imediato de emprego, quando o empregador ou o poder de tutela do empregador não desejam encarregar-se da instalação e da manutenção social de um excesso de população correspondente à necessidade de força de trabalho, e o recurso a uma migração temporária de trabalhadores [...]. Nesse caso não há migração de população, mas apenas migração de trabalhadores e, essencialmente, migração de homens dos 18 aos 30 anos (George, 1991, p. 104-105).

No decorrer da história atual brasileira, os fluxos migratórios tiveram muita importância, sendo reconhecida a migração do Nordeste para São Paulo como uma das maiores expressões desses movimentos populacionais. Porém, no contexto atual, podem ser observadas características e rotas distintas, não tendo mais os grandes centros urbanos industriais com referência, dando lugar assim às áreas agrícolas com base no agronegócio. Vejamos o que salienta Silva. (2009):

Na atualidade, passadas mais de quatro décadas do boom do êxodo rural no Brasil, as estatísticas e os dados de diminuição

da população rural comprovam que a migração ainda permanece, mas toma uma outra forma e adquire novos contornos e outros destinos. Agora, é a migração sazonal de trabalhadores rurais rumo aos Estados onde a agricultura está inserida numa economia “moderna” de mercado, inclusive internacional. Hoje, setores modernos fazem uso de relações de trabalho arcaicas em processo de produção moderno e até bastante sofisticado para os padrões nacionais (Silva, 2009, p. 4).

Pode-se caracterizar assim uma migração rural - rural, partindo do ponto principal de análise da prática da migração temporária dos agricultores das comunidades rurais do município de Jardim-CE. Damiani (2001, p. 41) enfatiza: “As migrações internas rural-urbana e rural-rural comprovam o processo de expropriação (a concentração da propriedade) da terra e de exploração, que marcam o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil”. Neste cenário, destaca-se uma clara perda de espaços relacionada ao desenvolvimento e à manutenção da agricultura local como meio de sobrevivência, tendo como consequência a expropriação dos agricultores e seus filhos, colocados em condição de sujeição ao capital e seus interesses.

Objetivo

O trabalho tem o objetivo de analisar os diferentes aspectos sociais e econômicos causados pelos movimentos migratórios temporários no município de Jardim-CE, diagnosticando os principais fatores de “expulsão” de boa parte da população masculina do município, demonstrando os impactos negativos na vida dos migrantes, assim como, para a família destes. Por outro lado, busca reconhecer a contribuição positiva da migração temporária para a melhoria econômica da população de emigrantes que saem do município pesquisado.

Dessa forma, torna-se de grande relevância a realização da pesquisa, a fim de alcançar todos os objetivos e metas, para produzir conhecimento acerca de um tema tão discutido e vivenciado atualmente em toda a sociedade brasileira.

Metodologia

O referido trabalho foi elaborado a partir da realização de três fases: pesquisa bibliográfica e de campo, com registro de imagens e aplicação de ques-

tionários; tabulação e análise dos dados; e, por fim, elaboração do presente artigo. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se reunir informações referentes à migração em relação à conceituação e à função socioeconômica desenvolvida sobre diversas condições.

Nesse sentido, a ênfase foi dada às migrações temporárias, assim como a alguns elementos que envolvem esses processos, objetivando compreender a complexidade de tais movimentos populacionais. Os questionários foram aplicados no mês de setembro de 2015, em comunidades da zona rural do município de Jardim-CE, com 60 agricultores e seus respectivos filhos, que migram anualmente em períodos diferentes, além de depoimentos informais, e entrevista com quatro representantes das empresas contratantes (moradores do Município de Jardim- CE). Em seguida, realizou-se a análise de dados coletados, enriquecendo com o referencial teórico obtido sobre a temática visando compreender os fluxos migratórios no município. Por fim, ocorreu a elaboração do presente artigo.

Resultados

A vida do migrante é marcada pela desagregação de significações e instabilidade. É a aproximação e a reaproximação de lugares e processos de reações que já não serão os mesmos na volta ao ponto de onde partiu. É está perto e distante simultaneamente. Neste aspecto, “[...] O migrante é, no fundo, sempre, um ser de outro lugar, sendo de todos e de nenhum ao mesmo tempo. É ser/estar presente e ausente. É viver o presente cindido entre o passado sem volta e um futuro que nunca chega” (Goettert, 2010, p. 23).

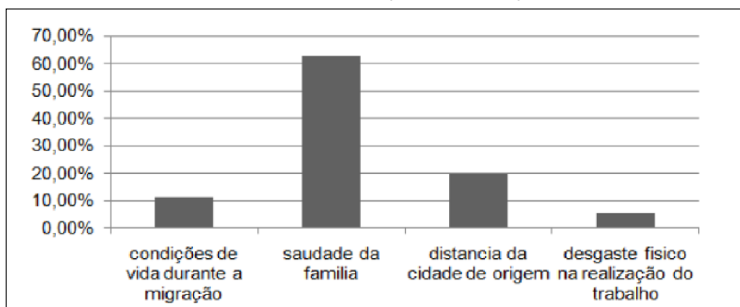
O migrante situa-se entre o lugar (local de origem) e o lugar enquanto relação de trabalho, que remete assim a uma nova configuração de significados, os quais serão atribuídos durante a ausência. Nesse sentido, percebe-se uma instabilidade e uma desconfiguração da identidade do indivíduo que se desconhece por vezes no retorno, dando um sentido de des-territorialização. “O migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão socioeconômica pode vivenciar distintas situações de des-territorialização” (Haesbaert, 2009, p. 246). A identificação dos migrantes com o seu local de origem aparece muito forte despertando nos migrantes o desejo do retorno.

A cidade, a família, os amigos, assim como todas as relações estabelecidas anteriormente, podem ser caracterizados como uma perda irreparável através de novas configurações no espaço enquanto estrutura, seja no seio familiar (nascimento, mortes) ou mesmo no desenvolvimento dos filhos. Ao longo do tempo, a ausência do chefe da família é sentida no cotidiano, expressa nas relações sociais e comportamentais se sobressaindo assim à figura da mulher como “autoridade” maior nas decisões imediatas no âmbito familiar.

Ambos os lados envolvidos no processo de migração transparecem insatisfação relacionados aos laços familiares, na criação dos filhos, sendo considerados não só os fatores econômicos, mas também os fatores educacionais. “Os migrantes são sujeitos sociais que vendem a sua força de trabalho fora do lugar de origem e por isso passam por privações, principalmente por estarem longe da família, dos amigos, enfim do lugar social” (Bomtempo; Sposito, 2010, p. 82).

Em relação aos trabalhadores de Jardim-CE, observou-se que fatores emocionais e afetivos aparecem com intensidade, perpassando os “físico” e material. Homens que se distanciam sofrem com a incapacidade de conciliar o trabalho e as relações familiares concretamente. De acordo com as entrevistas, vejamos:

Gráfico 1 - Pontos negativos da migração



Fonte: Trabalho de campo (setembro/2015).

Tornou-se notório que muitos entrevistados se sentem conformados com a realidade em que vivem, porém mais de 60% definiram os pontos negativos da migração como expressos pela saudade da família, ficando clara, assim, a importância dos laços afetivos e da identidade construída no seio familiar.

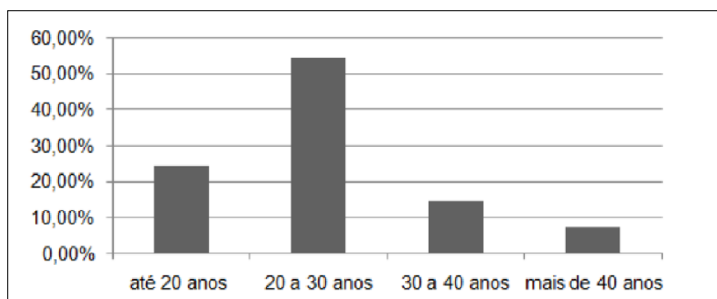
O cenário atual das relações entre migrantes e seus familiares atrelado ao seu lugar de origem remete às formas de comunicação baseadas nas novas tecnologias que aparentam o encurtamento das distâncias onde o longe se torna próximo, mesmo que ainda virtual, permitindo maiores trocas de informa-

ções ao longo dos períodos longe de casa. Constata-se, assim, uma amenização da ausência, favorecendo a troca de informações recíprocas entre os agentes do processo migratório. Foi relatado pelos entrevistados que duas empresas contam com o sinal de internet disponível para o uso dos trabalhadores nos alojamentos onde eles ficam instalados, possibilitando a intensa utilização das redes sociais para envios de imagens e vídeos em tempo real.

No gráfico 2, verifica-se uma camada de jovens migrantes, em geral filhos de agricultores, que, apesar de residirem em áreas rurais do município pesquisado, não pretendem exercer a profissão herdada. Diversos são os motivos para tal abandono, como: a perda de espaço para cultivo agrícola; os fatores climáticos da região, que não favorecem a manutenção das lavouras por períodos mais longos; a falta de investimento na agricultura familiar, sendo esta não lucrativa para a expectativa desses jovens, que buscam ganhar dinheiro em curto prazo, reconhecendo nas migrações temporárias remunerações de trabalho muito superiores aos do local de origem.

De acordo com os dados coletados, os valores salariais dos trabalhadores que se deslocam para as agroindústrias variam entre mil e quatro mil reais, dependendo do período e da produção individual. Outro fator de destaque no gráfico é o baixo percentual de pessoas acima de 40 anos, evidenciando a necessidade da força física e disposição corporal para exercer as atividades, sendo com isso uma das preocupações que devem ser levadas em consideração em longo prazo sobre a manutenção desta prática migratória no futuro desses jovens.

Gráfico 2 - Faixa etária dos migrantes



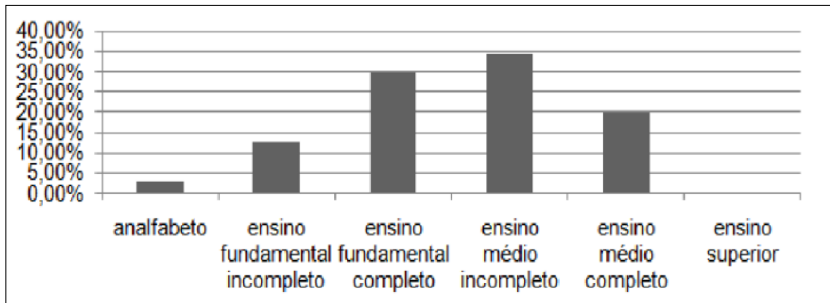
Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2015.

Ainda sobre a juventude que migra, analisaram-se os problemas relacionados à escolarização. A maioria não busca uma qualificação profissional ou mesmo concluir o ensino médio. De acordo com a Secretaria da Educação Básica (SE-DUC) através do Perfil Básico Municipal 2015, o índice de abandono escolar no

município no ano de 2014 era de 11,00, superando a média estadual de 7,90. A ruptura com o ambiente escolar pode trazer prejuízos ao futuro dos jovens, que estão, em sua maioria, desmotivados para continuar a vida estudantil analisando somente a atualidade, sem perspectivas de inserção profissional diferente, conforme observado pelo depoimento de um estudante do 9º ano da E.E.I.F, de Santo Antônio, localizado no povoado de Lagoa do Alto: “O que a escola tem pra mim dá, não tô ganhando nada aqui, vou viajar pra ganhar dinheiro”.

Neste aspecto, há reflexos no cotidiano do âmbito escolar através do desinteresse dos alunos pelos estudos, dos quais muitos depositam suas expectativas e esperanças de uma vida melhor, por meio da migração, sendo cientes assim da não exigência de qualificação para exercer mão de obra no agronegócio nos estados de Goiás e Minas Gerais. Vejamos o gráfico

Gráfico 3 - Nível de escolaridade



Fonte: trabalho de campo (setembro/2015).

Em relação aos objetivos da migração, de acordo com as entrevistas, os indivíduos reconhecem que a questão econômica é o principal fator para que ocorram tais deslocamentos. O sustento da família se sobressai como um importante elemento desse processo de migração temporária, mas nota-se também a oportunidade da construção da casa própria e a aquisição de bens de consumo, como carros e motos.

Constatou-se que são produzidos diferentes produtos, como hortaliças – alho, cebola, cenoura, beterraba, entre outros – e cereais, como soja milho etc. O destino das produções, de acordo com as informações coletadas, é o mercado interno e externo de países da América do Sul, como Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em relação às atividades desenvolvidas, foram citadas nas entrevistas diferentes funções, como externo no plantio, colheita, operação de maquinário,

além do carregamento de caminhões. Interno na separação e embalagem de produtos para a comercialização.

De acordo com os questionários, fica evidente a seriedade das empresas com os trabalhadores, no geral cumprindo com os direitos trabalhistas. Para a contratação dos trabalhadores, as empresas nomeiam pessoas do próprio município para representá-las e preencher as listas com os nomes dos possíveis migrantes. Estes então são chamados popularmente de “encarregados”.

Algumas empresas mandam uma lista com os nomes das pessoas pretendidas ao trabalho, geralmente pessoas que migraram anteriormente e tiveram bom desempenho, tanto de trabalho quanto de comportamento. Muitos são demitidos por apresentarem condutas inadequadas à permanência nos alojamentos, tais como o uso de bebidas alcoólicas e atos violentos. Outras empresas deixam a cargo dos representantes encontrarem os possíveis migrantes. No entanto, atualmente, os “encarregados” nem sempre procuram os trabalhadores, sendo a maioria procurada por eles. Quando a quantidade desejada não é atingida, colocam-se anúncios nas rádios do município. Diferentes empresas têm um quantitativo de pretensão de trabalhadores para o ano. Uma delas, em 2015, levou 700 pessoas, divididas em etapas. A viagem geralmente fica a cargo da empresa contratante, que arca com todas as despesas da viagem mandando ônibus, ao município de Jardim-CE, para buscar os trabalhadores.

A forma de contratação dos migrantes jardinenses nas empresas agrícolas se dá através de carteira assinada com garantia de direitos, sendo desconhecido outro tipo de contratação. Em alguns casos, os trabalhadores são informados na saída do município de Jardim ou na chegada às empresas, em Goiás ou em Minas Gerais, sobre o tempo de permanência no trabalho, nesses casos, para finalizar colheitas, nos meses de setembro e outubro, por 45 dias.

Durante o ano, os trabalhadores migram inicialmente nos meses de março para o início do plantio. Em julho, inicia-se a colheita, que se estende até novembro ou dezembro. Alguns trabalhadores permanecem nas empresas por mais tempo, retornando ao município de origem somente após doze meses ou mais. Percebemos que é muito variável os movimentos de ida, retorno e permanência de trabalhadores.

Dentre os pontos positivos que esse processo migratório ocasiona, destaca-se a melhoria na qualidade e condição de vida dos migrantes e seus familiares. Neste aspecto, as mudanças referentes a moradias são bastante significativas.

Em áreas rurais, a estrutura dos povoados foi alterada com o surgimento de novas casas construídas a partir da renda gerada pela migração, caracterizando assim novas configurações ao espaço.

Outro aspecto constatado é o aumento no nível de aquisição de bens de consumo, como motocicletas e automóveis, objetos que os trabalhadores demonstraram nunca poder adquirir sem o trabalho da migração. Além disso, a própria qualidade de vida foi alterada devido aos trabalhadores conseguirem essa renda. Eles estão cientes de que o próprio município não dispõe de empregos que supram as necessidades desses trabalhadores.

Nesse contexto, as migrações temporárias assumem um papel de extrema importância na vida dos trabalhadores que migram, assim como para suas famílias, que conseguem usufruir de melhores condições de sobrevivência. A grande maioria depende somente de programas sociais do governo federal e da agricultura de subsistência, que se encontra em crise, como mencionamos anteriormente, pela falta de terras disponíveis para desempenhar esta atividade, pelas secas e pelo baixo investimento na agricultura familiar do município. Somados a isso, os filhos dos agricultores que estão na faixa etária para exercer o trabalho no campo, não encontram condições favoráveis a continuidade do ofício dos pais que já não conseguem sustentar a família durante todo ano com a agricultura.

Percebe-se ainda que a maioria dos jovens que migram encontram nesse processo novas possibilidades de ascensão social através do poder de compra com o acesso aos bens tecnológicos. Muitos contribuem com o sustento da família em casos em que o pai já não consegue migrar, ficando a cargo dos filhos mais velhos esse papel.

Considerações finais

A migração temporária mostrou-se como uma atividade moldada pelo sistema capitalista, cujas diferentes oportunidades de emprego e renda são distribuídas e selecionadas em diferentes espaços. Neste aspecto, a migração aparece interligada à desigualdade social.

Os migrantes jardinenses demonstraram aspirações distintas relacionados à decisão e ao ato em migrar, de um lado, às recompensas salariais com a busca por melhores condições de vida para si e para os familiares. De outro lado, o movimento de ida causa a ausência material e afetiva do local de origem, muito valorizado pelos trabalhadores entrevistados.

Com base no exposto, constatou-se que a migração apresenta-se na vida dos trabalhadores como alternativa eficaz à condição em que a maioria se encontra, estando assim dispostos a se sujeitarem na busca pela renda em lugares distantes do seu local de origem com perdas sociais irreparáveis e únicas, ficando aos trabalhadores a difícil missão de se ausentar do espaço construído ao longo do tempo, com a esperança por dias mais prósperos.

Referências

BOMTEMPO, D. C.; SPOSITO, E. S. Lugar, sonhos e migração: uma leitura dos movimentos migratórios entre Brasil e Japão. *In: SPÓSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Org.). Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades.* 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2010.

DAMIANE, A. L. **População e geografia.** 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

GEORGE, P. **Geografia da população.** 8ª Ed. Editora Bertrand Brasil S. A. 1991.

GOETTERT, J. D. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. *In: SPÓSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Org.). Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades.* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

MARTINS, R. L. **Geografia Humana e Econômica,** Curitiba: IESDE BRASIL, 2010.

SILVA, D. R.; SAMPAIO, J. L. F.; ALENCAR, F. A. G. **Migração sazonal cearense: via para o trabalho escravo contemporâneo XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA,** São Paulo, p. 1-31, 2009.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal,** 2017. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Jardim.pdf/. Acesso em: 12 jul. 2018.

**EIXO 2:
AGROECOLOGIA**

RAÍZES QUE CURAM: O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELAS CAMPONESAS NO CARIRI CEARENSE

Bruna Dayane Xavier de Araújo¹

Resumo: O presente artigo visa refletir sobre os usos de plantas medicinais pelas camponesas e pertencentes ao grupo *Meizinheiras do Pé da Serra*, localizado na região do Cariri, sul do estado do Ceará. O objetivo foi analisar essas práticas e suas relevâncias para o fortalecimento de seu território, do modo de vida e dos saberes camponês. O percurso metodológico seguiu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, trabalhos de campo e entrevistas. As meizinheiras reconstróem um saber que vem sendo repassado por gerações ao longo do tempo. Os saberes de que são portadoras apresentam-se como emblema da memória individual e coletiva e, sobretudo, dos conhecimentos populares locais. Além disso, é um pilar importante para o fortalecimento da agroecologia.

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Memória; Território; Camponesas; Agroecologia.

Introdução

O uso de chás, banhos, infusões e outros produtos provenientes de plantas medicinais é algo que faz parte da história de diversas organizações sociais. Traduz os caminhos das sociedades em busca de bem-estar e saúde, revela as formas de recorrer a elementos naturais para algum tipo de alívio e/ou cura de determinadas doenças.

Os indícios de uso terapêutico de plantas foram encontrados nas sociedades antigas, tais como egípcias, mesopotâmicas e medievais. Essas práticas, que estão presentes nas experiências de saúde popular das raízes de diversos povos, atravessam tempos e compõem a contemporaneidade. No Brasil, a utilização de plantas medicinais é uma confluência das matrizes étnicas: indíge-

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. (UFC), e-mail: bru.arauj@gmail.com.

na, europeia e africana. Atualmente, encontra-se presente nos espaços urbanos e rurais, tecendo o saber popular brasileiro.

Este artigo² desvela os saberes terapêuticos de práticas populares de saúde, também chamada de medicina popular, desenvolvidas pelas agricultoras do grupo de mulheres *Meizinheiras do Pé da Serra*, situado na comunidade Chico Gomes, localizada a oito quilômetros da sede do município de Crato, região do Cariri, ao sul do Ceará. Essas práticas constroem estratégias de fortalecimentos de vínculos com o território e com a agroecologia, no sentido de garantir a agrobiodiversidade e a saúde popular. Outro elemento importante é que diversas ervas são consideradas alimentos e remédios e são vínculos importantes de resistência e preservação da ancestralidade.

As agricultoras cultivam plantas medicinais, ou recorrem à vegetação próxima de suas moradias, e produzem remédios caseiros, por exemplo: lambedores, chás, banhos, infusões, unguentos, garrafadas, sabonetes e o uso de folhas para benzeduras. As integrantes do grupo³ se reúnem, compartilham entre si os saberes e desenvolvem coletivamente os medicamentos caseiros para atenderem suas demandas, de suas famílias e da comunidade. Atualmente, quatro mulheres que compõem o grupo estão mais à frente desse processo, são: Dona Rina, Dona Auxiliadora, Dona Penha e Dona Iraci, que guardam em suas vidas o conhecimento da comunidade sobre o uso de plantas que curam.

As meizinheiras, como essas agricultoras que produzem remédios caseiros à base de plantas são chamadas, constroem uma concepção ambiental singular, no qual elas se sentem pertencente à natureza. A concepção de saúde para o grupo *Meizinheiras do Pé da Serra*, por exemplo, se insere em uma dimensão integrativa. No qual o espiritual, o bem-estar, a interação com a natureza, a responsabilidade social e o corpo saudável compõem esse significado que é estar saudável.

Os saberes terapêuticos do qual são portadoras apresentam-se como emblema da memória individual e coletiva e, sobretudo, dos conhecimentos populares locais acumulados e que vem sendo repassado através de gerações ao longo do tempo.

2 Artigo fruto da dissertação de mestrado Raiz da cura: os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas meizinheiras do Cariri cearense, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

3 O grupo é composto por mulheres do campo. Sua composição varia nos encontros, chegando a participar entre quatro a doze camponesas.

Objetivos

O objetivo geral traçado neste estudo foi analisar as práticas populares de saúde através das experiências de apropriação, manipulação e uso de plantas medicinais do grupo Meizinheiras do Pé da Serra, localizado no município do Crato, estado do Ceará. Ao mergulhar nas atividades das meizinheiras, adentro no espaço e no convívio do território para conhecer e compreender as práticas de uso de plantas medicinais, descobrindo quais articulações são realizadas para essas práticas se constituírem. Nesse caminhar, a tessitura dos objetivos específicos foi: compreender a concepção de saúde presente no grupo Meizinheiras do Pé da Serra; refletir sobre os processos de construção de territorialidade no espaço no qual o grupo está inserido; e investigar a apropriação do uso de plantas medicinais como um legado cultural inserido na memória individual e coletiva do espaço investigado, construindo elos entre as práticas ancestrais e as atuais.

Metodologia

O percurso trilhado para o desenvolvimento deste estudo, substancialmente, consistiu-se em: revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. Neste último, realizamos participação nas atividades cotidianas do grupo, registros fotográficos e entrevistas com as integrantes do grupo e com os demais interlocutores identificados *in lócus*.

Dessa forma, conduzimos a pesquisa a partir de uma dimensão interdisciplinar, a partir de dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito a uma aproximação entre o saber científico e o saber popular, em que propomos o entrelaçamento entre o debate teórico sobre plantas medicinais e as experiências das pessoas que constroem os discursos a partir do que é vivido no cotidiano. O segundo ponto foi a conexão entre diversas áreas do conhecimento. Tendo a Geografia como ponto de partida, percorremos as áreas da Antropologia, Sociologia, História e Saúde.

No que concerne ao desenvolvimento metodológico, para entender as práticas empregadas pelas meizinheiras, tomamos por base uma abordagem qualitativa. Além disso, recorreremos aos princípios de observação e na imersão da escuta das narrativas pautadas nas experiências concretas realizadas no cotidiano dessas agricultoras. Concordamos, assim, com Minayo (2008, p. 24), ao afirmar que “[o] universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as

experiências do senso comum, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivenciam”.

As Ervas Medicinais: Saberes, Usos e Percursos

O uso de plantas para fins terapêuticos é considerado uma das práticas mais remotas utilizadas em diversas sociedades para prevenção e tratamento de doenças, constituindo-se como um saber ancestral que vem sendo repassado através de gerações ao longo do tempo. Camargo (2014) relata que é na Mesopotâmia onde encontramos as bases de conhecimentos que nos ligam à história das plantas medicinais, que, depois de longos processos, chegaram aos portugueses para, em seguida, vários grupos sociais se apropriaram desses conhecimentos.

Camargo (2014) afirma que, nas crenças de origem indígena e africana, o denominador comum entre essas linhagens é o caráter nitidamente imaginário-místico de que eram e são investidos os vegetais. A espiritualidade ilustra o caráter sacral das práticas populares de saúde. Nestas cosmovisões, mente, corpo, espírito e ambiente se apresentam como indivisíveis. A concepção de saúde e doença está vinculada com ausência de enfermidades e a saúde do ambiente.

No Brasil, as experiências com vegetais voltadas para cura são frutos das influências culturais constituindo o saber popular. Este é desenvolvido por pessoas e o convívio com o ambiente, apropriando-se e (re) construindo-o a partir das experiências cotidianas. O saber popular está veiculando ao local onde está sendo (re) construindo e dialoga com outros saberes tanto locais quanto exteriores. Araújo (1999) ilustra que, com a miscigenação, a medicina do povo transformou-se num rio caudaloso de influências, recebendo diversidades altamente criativas de culturas e de povos, o que vem a representar o espírito de brasilidade da cultura popular.

As práticas de cura e a cultura correlacionada ao conjunto de ações de saúde popular fazem parte do uso de parte da população em nosso país, devido à grande biodiversidade e as dificuldades de acesso ao atendimento público de saúde. Matos (2002) coloca que aproximadamente cerca de 80% da população brasileira utiliza produtos à base de plantas medicinais nos cuidados primários de saúde. Mesmo carente de estudos que confirmem a eficácia, a planta medicinal, fresca ou seca, é utilizada por até 90% da população menos abastada do

Nordeste para a solução dos problemas de saúde. Os remédios caseiros, produzidos a partir das plantas medicinais, tornou-se uma forma de promoção de saúde e de autonomia das populações do campo.

As práticas populares de saúde levam em consideração além de uma avaliação geral do corpo, associa as especificidades da vida do paciente para compreender a causa da doença e pode atuar em cima dela. Os agentes sociais vinculados às práticas de saúde popular são, comumente, da mesma classe social e possuem uma linguagem mais compreensível, fazendo o paciente conseguir se apropriar desse contexto inserido, da relação com o próprio corpo e se sentir protagonista nesse processo de cura.

No caso deste estudo, os cultivos de plantas medicinais são próximos, ou nos próprios quintais produtivos intercalados, com os cultivos de outras culturas usadas para o consumo familiar e o excedente vendido em mercados e feiras agroecológicas. Nesse sentido, compreendemos a importância das ervas medicinais para o debate do projeto político e produtivo do agroecológico. A agroecologia torna-se um instrumento de defesa de seus territórios e paradigmas de produção, a qual se compreende não só como uma técnica de produção de alimentos orgânicos, mas se insere nas relações sociais igualitárias, no respeito às temporalidades do meio ambiente e comercialização de forma mais justa, coadunando com o debate de soberania alimentar. Para Marcos,

a agroecologia é entendida como uma abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura convencional e orientar o correto redesenho e manejo dos agroecossistemas em busca da autossustentabilidade (2007, p. 06).

A agroecologia deve ser entendida não apenas como substituição de insumos químicos por biológicos. Schmitt (2009, p. 196 -197) explica que “essa forma de fazer agricultura não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados nos processos produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida”. Assim, levando a autonomia das populações do campo e os seus territórios.

As Meizinheiras do Cariri e as Experiências com uso de Plantas Medicinais.

A comunidade Chico Gomes localiza-se a oito quilômetros da sede do município do Crato, região do cariri, sul do estado do Ceará. O processo histórico de ocupação da localidade, como do Crato, foi a partir dos engenhos, com a produção de cana-de-açúcar.

A comunidade possui atualmente 47 famílias, cuja maioria pratica agricultura familiar e tem a renda complementada com os programas sociais do governo federal. Os demais residentes trabalham no setor secundário – especialmente na indústria da Grendene e no setor de serviços, em escolas, posto de saúde e comércio. Chico Gomes possui um rico legado cultural, como atividades vinculadas à dança local, como o coco. Outra forma de organização é o grupo *Meizinheiras do Pé da Serra*, criado em 2012. O grupo surgiu do interesse em fortalecer e sistematizar os saberes e as práticas de saúde popular. As principais integrantes, que estão mais à frente das atividades do grupo, são Dona Rina, Dona Iraci, Dona Penha e Dona Auxiliadora.

Nas experiências em campo, nas falas e nas práticas de sociabilidade analisadas, uma característica evidente é a identidade dessas camponesas com as atividades de meizinhas. A expressão meizinha, é bastante comum na região do Cariri cearense, é originária do latim e significa remédios ou receitas caseiras. Campos (1967) explica que os conhecimentos de meizinhas permeiam a vida dos sertanejos, esse termo também é entendido como os ensinamentos que trazem mais conforto e bem-estar para população sertaneja que tem os conhecimentos tradicionais meios para sobreviverem. Os detentores das meizinhas não as compreendem como um conhecimento particular, tendo que guardá-lo, mas como saber universal, digno de todos terem acesso.

As mulheres do grupo *Meizinheiras do Pé da Serra* trazem consigo a experiência de trabalhar na agricultura, da vivência na mata, dos cuidados com a casa, das gestações, de criação dos filhos e também do uso das ervas medicinais nas práticas de cuidado com a saúde. Dona Rina, ao relatar a importância das plantas medicinais para ela, coloca que

Cada planta que tem aqui é uma serventia para fazer remédios. Meus nove filhos criei assim fazendo chazim, os lambedor. Assim que criei eles. A gente acaba num tá necessitando o tempo todo tá ao pé do médico. Os primeiros socorros é aqui. Tem receitas

para várias coisas, até mesmo quando se tá triste... tem para ficar mais alegre, tomar chá de alecrim e alfavaca. Para pressão é bom tomar chá de colônia mais erva cidreira e capim santo. Não gosto de tomar cumprimido, dá uma sensação ruim no estômago. Me cuido mais com remédios do mato.

Dentro os produtos, o corriqueiro que realiza é o lambedor que é um expectorante. Neste, a meizinheira explana que utiliza jatobá, imburana e moçambê.

Ele sirve muito para arrancar o catarro do peito, para aquela tosse seca. Eu faço esse lambedor para os meus filhos e para as pessoas que procura. Faço para criança também, só com a malva do reino, cebolinha branca, pepaconda, contra erva e eucalipi (Dona Rina).

A maneira como é repassado esse conhecimento é através da oralidade. Por mais que não tenha intimidade com a escrita e a leitura, as agricultoras podem interpretar e expressar sobre o mundo em que vivem. As meizinheiras decifram os sinais da terra, da mata e dos animais. Sabem ler as enunciações do clima, os prenúncios da chuva e os sinais das plantas, desse modo elas repassam o que aprendem com o contato da natureza e também com o que aprenderam com os pais e avós. Mesmo sem contar com muitos recursos, elas contribuem na vida de muitas pessoas e desempenham papéis importantes na comunidade. Sobre a riqueza do local, a importância da natureza e a utilização das mezinhas no cotidiano, Dona Iraci explana sabiamente que:

A gente mora aqui no pé de serra, a gente mora dentro da medicina. Nós tem as nossas mezinhas, as nossas plantinhas de ervas. A malva do reino, o alecrim, erva coronha, a babosa e sempre a gente faz os nossos lambedor. Já tenho dito que a gente mora dentro da medicina, das mezinhas do mato, das raiz que curam.

A grande maioria dos moradores é adepta das mezinhas. Dona Lenita, 80 anos, moradora da comunidade, relata que conhece muitas ervas, que foi assim que cuidou dos filhos e de sua saúde. Já participou de algumas do grupo das meizinheiras. Hoje, devido à idade avançada, não produz mais remédios e nem participa mais dos encontros. Mas considera o trabalho das vizinhas bastante importante e, geralmente, recorre às garrafadas, xaropes e demais remédios caseiros feitos pelas meizinheiras. Sendo elas a “fonte” para acessar remédios caseiros.

Eu sempre fui cuidada com remédio do mato. Eu não faço mais devido as minhas condições, mas eu pego os xaropes com as meninas, assim, nem sempre precisa recorrer a farmácia. Aqui esses remédios das meizinheiras é algo que faz bem para muita gente, que cura muita gente e tem muito valor. Desde que eu me conheço por gente, as pessoas usam meizinhas, as plantas como remédio.

Auxiliadora, também meizinheira, é conhecedora de banhos e chás para diversas doenças. Produz garrafadas para várias enfermidades, como, por exemplo, para inflamação, sendo utilizada por mulheres pós-parto, auxiliando na recuperação e tratamento de inflamação. Auxiliadora descreveu como aprendeu a fazer garrafadas.

Quando minha mãe ficava grávida ela fazia garrafadas, quando estava com cinco a seis meses de gravidez. Olha bem, ela pegava uma garrafa, aí ela botava Imbiriba, gengibre, vassourinha, raiz do chanana, casquinha do marí. Aí, ela colocava tudo dentro da cachaca. Nesse tempo a gente não tinha geladeira, ela enterrava a garrafa, quando ela tirava, tava apurada. Sempre teve filhos com parto normal, ela começava a tomar a garrafada. Foi assim que aprendi.

A terra tem valor prático, material, é fonte de produção de alimentos e das ervas medicinais. A relação com a terra se estende de diversas formas para as meizinheiras e para os demais moradores da comunidade. É assento onde construíram as casas e desenvolvem as relações cotidianas, contudo, também possui um significado simbólico, é o recorte espacial pertencente aos seus ancestrais, onde passaram suas histórias de vida e onde construíram suas identidades.

A relação com a terra-meio ambiente é de simbiose e de forma através de uma sustentabilidade concebida pelo modo análogo a qual os seus ancestrais viviam. Uma sustentabilidade não construída a partir dos preceitos científicos, mas da concepção de vínculo e necessidade entre sociedade-natureza inserida na mesma esfera.

Porto-Gonçalves (2013) explica que cada sociedade constrói uma concepção de meio ambiente, vinculada a cada cultura que é produzida. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo criado e instituído por cada sociedade. Constitui um dos pilares através do qual as pessoas erguem as relações sociais, a produção material e espiritual, enfim, a cultura local. Cada expressão cultura constrói uma forma de concepção com ambiente, desenvol-

vendo distintas racionalidades. A racionalidade das meizinheiras é diferente da racionalidade moderna-urbana no tocante ao meio ambiente, ambas as racionalidades se apropriam da natureza. Em uma concepção moderna a natureza é objeto a ser dominado. Contudo, para as meizinheiras esta não é apenas visto como matéria-prima ou como fonte de inesgotável de lucro. A natureza compõe a realidade das camponesas, elas compreendem que a natureza é algo que está dentro e fora delas, por isso ser tão natural se curar através das folhas, raízes e sementes.

Outra questão importante percebida nas vivências com as meizinheiras é que essas mulheres têm pontos que as aproximam, são mulheres mais velhas, mães, avós, conselheiras na comunidade. Suas experiências de vida que se revelam como referências nos cuidados com a saúde.

Beauvoir (1970), na obra *A Velhice*, aponta que, em algumas sociedades antigas, a sabedoria dos mais velhos acerca da cura através de medicamentos naturais conferia-lhes um lugar de destaque em suas sociedades. Eram tidos como sábios respeitados e tinham uma posição de poder graças a estes conhecimentos. A autora expõe que, em algumas sociedades arcaicas, respeitavam-se os anciãos, pois eram eles que transmitiam as tradições; a memória dos antigos mitos lhes vale um grande prestígio, são os guias e os conselheiros da coletividade. Em outro momento da obra, a autora afirma que tanto a etnologia quanto a biologia mostram que a contribuição positiva dos idosos para a coletividade é a memória e a experiência de repetição, multiplicam as capacidades de execução e de julgamento.

Beauvoir afirma que em outras sociedades as pessoas mais velhas sofreram algum tipo de rejeição, ou foram colocadas de lado: “[os] velhos representam um papel menor entre os povos que são suficientemente avançados para não acreditarem na magia e para não darem muita importância à tradição oral” (Beauvoir, 1970, p. 91).

São as mulheres mais velhas da comunidade Chico Gomes que dominam os saberes ancestrais sobre as plantas. Em diversos momentos de nossas conversas, as meizinheiras recordaram como apreenderam as práticas de cuidado em referência a saúde. O aprendizado também está ligado às experiências pré-teritas. Muitos relatos se unem, como uma colcha de retalhos, às memórias individuais e concepção de cada uma sobre o espaço em que viveram na infância

e juventude, formando uma memória social sobre o uso das plantas medicinais da localidade.

Todas as receitas eu tenho na minha cabeça. Eu faço essas receitas porque via minha mãe fazendo. Eu não estudei, não sei ler, mas essas receitas eu tenho tudo em minha memória. Quando vejo meus filhos doentes, eu lembro do que minha mãe fazia. Deus me deu força, sabedoria e memória. Dona Iraci.

Bosi (1994), na pesquisa sobre lembranças e narração a partir das memórias dos mais velhos, coloca que o processo de recordar é uma tarefa que exige paciência para gerar a reconstituição, existindo no sujeito plena consciência do que está realizando. Ao reconstituir o passado, este sofre influências do contexto atual.” A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações” (Bosi, 1994, p. 46). O instrumento importante para memória é a linguagem, sendo um canal da imagem lembrada com as imagens atuais. Ao narrar as experiências pretéritas, as mezinheiras afloram as raízes, o cerne dos saberes, colocam em exercício novamente o que vivenciaram, fortalecem esses saberes e se tornam uma prática educativa, no qual a partir da oralidade são transmitidos os saberes, na grande maioria das vezes, através de conversas informais.

Reprodução deste saber popular, através da oralidade, produz uma estética permeada de sentido, sentimentos, memórias e criatividade, ao mesmo tempo em que o toque, a escuta e o acolhimento também estão presentes na forma como as mezinheiras desenvolvem as práticas populares de saúde. A afetividade é o que tece a relação mezinheira– paciente. São relações pautadas na responsabilidade com o outro e com a comunidade.

O saber cuidar está inerente às vivências das mezinheiras. A trama construída por elas perpassa no cuidado do próprio corpo, da família e da comunidade, mediante a interação com a natureza. São ações de includência, integração e de acolhimento. Em nossos encontros, as mezinheiras apontaram como significado para saúde: o bem-estar emocional, a tranquilidade, a natureza, a ausência de doença, a ausência de dor, a paz na comunidade, a união na família e a oportunidade de trabalhar na terra, a dança do coco. As mezinheiras expressam que “Saúde é felicidade!”

O grupo das mezinheiras promove encontros para compartilhar e expandir os conhecimentos sobre o assunto. Os diálogos promovidos constroem es-

paços educativos. Nesses debates, elas percebem que é na ação cotidiana, nas articulações sociais, na valorização da cultura popular que elas mostram que é possível transformar o mundo delas.

Nos encontros, o mencionado grupo das mezinheiras promove verdadeiras ações criativas libertadoras, de fortalecimento de culturas e, sim, de existência. Elas discutem sobre saúde, território, debatem a relação socioeconômica em que estão inseridas, trazem músicas, poesias, fatos vivenciados e produtos artísticos que fazem uma análise crítica da realidade. Os encontros transformam cada uma das integrantes. Nestes espaços, elas constroem estratégias de lidar com a saúde para além do que é ofertado pelo sistema de saúde e farmacêutico hegemônico. Surge a reflexão de contemplar as riquezas que possuem, a troca e a transmissão de sabedoria ancestral que não se aprende em livros. Dessa forma, tais encontros fortalecem, sobretudo, uma consciência política, gerando empoderamento diante das relações vivenciadas no território. Essas vivências ressignificam o cotidiano e as concepções de mundo, precisamente no que diz respeito à figura da mulher no campo.

Há uma relação de afetividade com o lugar, e as práticas populares de cuidado com a saúde e a organização em torno destes hábitos trazem reconhecimento e fortalecimento do território. Haesbaert (2004) expõe que território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (p. 95-96). O simbólico se expressa como prática de territorialidade, ao conferir aos territórios características singulares, exclusivas dos sujeitos presentes. A territorialidade seria a manutenção e a consolidação desses territórios, a partir das atividades sociais que buscam esse fortalecimento através das práticas diárias, do modo de vida e da organização dos sujeitos sociais envolvidos. A afetividade, identidade e ressignificação cultural contribuem para moldar a sua feição. O território não se constrói apenas como relações de poder, mas também de identificação e afinidade com o espaço.

Resultados

O uso de plantas medicinais está sobremaneira vinculado à saúde popular, saber das populações do campo e suas estratégias de apropriação e significados aos seus territórios. As experiências dessas mulheres agricultoras nos

conduzem a entrarmos em contato com nós mesmos e com as nossas origens históricas.

São nos atos simples e sutis do dia a dia que observamos a presença dos processos sociais, históricos, culturais e a força do conhecimento popular e do agroecológico. O universo destas mulheres revela o quanto é rico e denso, o ato carregado de simplicidade, de cultivar e utilizar plantas medicinais nas atividades cotidianas dos espaços agrários.

Referências

ARAÚJO, B. D. X. **Raízes da Cura: Os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas mezinheiras do Cariri cearense.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2016.

ARAÚJO, I. **A medicina Popular.** Natal: EDUFRN, 1999.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo.** São Paulo: Paz e terra, 2004. 3ªed.

BOSI, E. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CAMARGO, M. T.; LEMOS, A. **As plantas medicinais e o sagrado: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil.** São Paulo: Ícone, 2014.

CAMPOS, E. **Medicina popular do nordeste: superstições, crendices e mezinhas.** Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA.** Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34. 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e a modernidade.** Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MATOS, F. J. A. **Farmácias Vivas: Sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades.** Fortaleza: Editora UFC, 4ª ed., 2002.

MARCOS, V. Agroecologia e Campesinato: Uma Nova Lógica para a Agricultura do Futuro, **Revista Agrária,** São Paulo, n. 7, p. 4-32, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, E. R. **O que é medicina popular?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

POLÍTICA Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS. Disponível em: <http://www.crpsp.Org.br/diverpsi/arquivos/PNEPS-2012.PDF>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PORTO-GONCALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 16ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SCHIMIT, C. J. Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In:* SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, p. 177-203, 2009.

OS SISTEMAS DE AGROFLORESTAS E AGRICULTURA RUDIMENTAR

Bruno Matheus de Melo Silva¹

Analiane Vidal de Alencar²

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar o sistema agroflorestal e a agricultura tradicional no uso e ocupação do solo identificado os impactos no meio ambiente. Tomaremos como base a agrofloresta de Seu Zé Arthur, localizada no sítio Tabuleiro em Nova Olinda-CE, e o manejo da agricultura tradicional de Seu Luiz, localizada no sítio Minguiriba, em Santana do Cariri-CE. A pesquisa é exploratória de caráter qualitativo, fundamentada no levantamento bibliográfico e vista a campo. Alguns autores contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, podemos citar Alves, Carrijo e Candioto (2008), discutindo Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável, e Abdo, Valeri e Martins (2016), abordando os sistemas agroflorestais e a agricultura familiar.

Palavras - chave: Agroflorestas; Agricultura Familiar; Sustentabilidade.

Introdução

Atualmente, os conflitos territoriais no campo têm potencializado debates e discussões significativas fora e dentro da academia, motivado pelo reflexo da concentração fundiária e a expansão do agronegócio. Percebe-se que a agricultura familiar está em xeque, uma vez que enfrenta o capital dos grandes empreendedores e a falta de terras para o manejo da agricultura.

A revolução agrícola marcou profundamente a humanidade, uma vez que o homem deixou as ações da caça e coleta para plantar e cultivar, conduzindo

1 Graduado em Licenciatura plena em Geografia, Universidade Regional do Cariri - URCA, bruno-998matheus@gmail.com.

2 Graduada em Licenciatura plena em Geografia, Universidade Regional do Cariri - URCA, analiane.alencar@bol.com.br.

para a fixação e criação das vilas, até então, o homem era nômade. Com a dominação da agricultura, as transformações no espaço geográfico foram significativas, e a relação entre homem e natureza se intensificou.

Para Mazoyer e Roudart (2010), a revolução agrícola contemporânea potencializou as desigualdades do campo entre o grande produtor e o camponês, pois a motorização, a mecanização, a seleção de sementes e a ampla utilização de fertilizantes causaram conflitos e desequilíbrio na produção e, consequentemente, na economia.

Nesse contexto, Mazoyer e Roudart (2010) colocam que o velho espaço rural é marcado pelo pequeno agricultor com suas ferramentas rudimentares, cultura e manejo convencional, no entanto, com a revolução técnica-científica-informacional, houve uma reinvenção de um novo espaço rural marcado pela modernização e mecanização das máquinas e forte capital financeiro. Ao longo do tempo, o espaço rural sofreu e sofre deterioração motivada pelas necessidades e utilização dos recursos naturais pelos seres humanos.

Mazoyer e Roudart (2010, p. 71) anunciam que “a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações.” Ou seja, a agricultura é um sistema complexo, levando em consideração seu funcionamento de circulação interna e exterior de matéria, de energia, tendo uma prevalência econômica e de valor.

A produção agrícola passou por várias modificações e alterações no que diz respeito à produção de alimentos e, principalmente, ao uso do solo. As técnicas rudimentares, enquanto preparação do terreno para plantar, ainda é culturalmente presente no Brasil. De acordo Mazoyer e Roudart (2010), desde que o homem se tornou agricultor, o cultivo é baseado no sistema de derrubada e queimada da mata para plantar e cultivar seus alimentos.

É fato que o uso do fogo é uma prática comum no meio rural por ser uma técnica eficiente sob o ponto de vista dos produtores. No entanto, essa prática apresenta prejuízos ao meio ambiente, para o agricultor constitui uma técnica relativamente barata por conta do baixo custo e do alto poder de destruição e velocidade inerente. Segundo Correia (2004), na agricultura a queima é o sistema de mais baixo custo para escampar uma área, por isso é bastante utilizada.

Em contrapartida, existem os Sistemas de Agroflorestas (SAFs), um ramo ou um dos pilares da Agroecologia que proporcionam vantagens para a sustentabilidade do meio ambiente e oferecem uma produtividade diversificada, sobretudo

duradora ao longo do ano, sem degradar o solo, tornando-se assim um modelo agrícola promissor na coalizão entre produção agrícola e conservação ambiental.

De acordo com Feitosa e Franca (2009 *apud* Silva; Drumond; Bakke, 2014), o processo de sistema de agroflorestas foi desenvolvido pelos índios. No Nordeste brasileiro, começou com experiências dispersas pelo sertão, com projetos vinculados a organizações não governamentais (ONGs) por instituições ligadas à Igreja Católica. Com os resultados dessas experiências foram excelentes, trouxeram à expansão das práticas agroflorestais, que permitiram a difusão do desenvolvimento socioeconômico da região nordestina.

Para Abdo, Valeri e Martins (2008), os SAFs constituem sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas arbóreas, arbustos e herbáceas são manejados com uma associação de culturas agrícolas ou integração da lavoura pecuária em uma mesma unidade de manejo, de acordo com um arranjo espacial e temporal com alta diversidade de espécies e interações ecológicas entre estes componentes.

Abdo, Valeri e Martins (2008) descrevem que o Sistema Agroflorestal vem ganhado espaço entre os pequenos produtores, pois é extremamente viável. É o seu melhor aliado, de modo que as árvores sempre tiveram um papel importante na vida dos homens tanto no fornecimento de produtos como: madeira, mel, produtos medicinais, como de benefícios naturais e sociais, como por exemplo: o bem estar, saúde pública, sombras, umidade do ar, temperatura e poluição atmosférica, proteção dos solos e dos mananciais.

Nesse sentido, alguns questionamentos foram norteadores para o desenvolvimento do trabalho: O que são sistemas agroflorestais? Quais são suas vantagens e desvantagens? A agricultura tradicional provoca malefícios ao meio ambiente? Qual é caminho para uma agricultura sustentável sem degradar o meio natural e uma produção de qualidade?

Nossa intenção é comparar o sistema agroflorestal com o sistema tradicional, no que diz respeito, ao uso e ocupação do solo, renda familiar, alimentação saudável e problemas ambientais.

Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo analisar o sistema agrofloresta e a agricultura tradicional, mostrando seus pontos negativos e positivos na utilização do solo. Tomamos como base o sistema agroflorestal do agricultor Zé

Arthur, localizado na região do Cariri, ao sul do estado do Ceará, no sítio Tabuleiro em Nova Olinda, e o agricultor seu Luiz, localizado no sítio Minguiriba em Santana do Cariri na região do Cariri ao sul do estado do Ceará.

Ademais, buscou-se compreender os sistemas de agroflorestais; identificar os benefícios dos sistemas agroflorestais; e analisar os impactos causados pela agricultura tradicional.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no sítio Tabuleiro, na Cidade de Nova Olinda-CE, onde seu Zé Arthur maneja o sistema agroflorestal, e em Santana do Cariri-CE, no sítio Minguiriba, onde seu Luiz utiliza a prática de agricultura tradicional.

A priori, foi feito um levantamento bibliográfico sobre os sistemas de agroflorestas e a agricultura rudimentar. Em seguida, fizemos a visita de campo, a primeira em Santana do Cariri-CE, no qual entrevistamos seu Luiz. Posteriormente, visitamos Nova Olinda e entrevistamos seu Zé Arthur. Utilizamos celulares para gravar e fotografar. Na sequência, fizemos a leitura sistemática do material selecionado e, por fim, analisamos as informações recolhidas.

O estudo foi fundamentado numa pesquisa exploratória, pois, segundo Gil (*apud* Moreira; Caleffe, 2006, p. 69), é “[...] a que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista à formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A pesquisa básica teve um caráter qualitativo com base Moreira e Caleffe (2006, p. 73), uma vez que a pesquisa qualitativa “[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação”.

Resultados

Os sistemas agroflorestais são relevantes para a sustentabilidade dos ecossistemas e preservação do meio natural, potencializando uma produção saudável e gerando renda familiar.

O Sistema Agroflorestal na região do Cariri começou a ser discutida em 1995 com chegada dos alemães no município de Nova Olinda, no sítio Tabu-

leiro, onde o projeto começou com 18 agricultores, porém, apenas sete deles aderiram esse novo modelo de produção agrícola. O referido sistema de exploração foi apresentado aos agricultores pela equipe técnica da Associação Cristã de Base (ACB), que passou a dar suporte técnico à referida associação.

Dentre os agricultores, o seu Zé Arthur foi o único a testar essa nova prática. Antes, o agricultor fazia o manejo tradicional, desmatando e queimando o terreno. Os demais agricultores desconfiaram desse novo sistema de agricultura, uma vez que, a cultura da utilização do fogo passa de pai para filho, pois era o único sistema que conheciam e acreditavam. Em relato, seu Zé Arthur diz:

Logo quando veio as mudanças a gente num acredita, mais ai a gente toca a associação e com essa associação esse povo chegaram em 95 ai pra gente trabaiaí sem a queima, no que eles falaram na queima, eles saltaram fora, o grupo todim. É porque que a gente vem de avô, de pai, trabaiaando, queimando, entendeu? E o grupo disse que num dava certo (informação verbal).³

Assim, antes de conhecer o SAF, Zé Arthur já tinha observado que a queima da terra é algo ruim para a plantação. Em seu relato, ele diz:

Aí eu fui um dos que disse rapaz aí é o seguinte: quando a gente queima uma roça a terra fica crua, fica aquelas coivaras, no lugar das coivaras que a gente faz que a terra fica crua e aí num dá os legumes. Aí o Alemão (Orlando) foi disse mas é porque a terra fica descoberta. A realidade era que nós tirávamos tudo e deixava a terra como isso aí limpa (aponta pra o chão da casa), quando ele disse é porque a terra fica descoberta, é uma experiência que a ninguém nunca tinha feito trabaio em terra cuberta, aí eu digo é sendo assim, aí subimo lá pra Caatinga fazer o manejo, com esses manejos sem a gente acreditar assim mesmo, porque ninguém acreditava mesmo né? Ai começou a produzir ai nós vimos que a experiência dava certo (informação verbal).⁴

Assim, o projeto de agroflorestal no sítio de seu Zé Arthur começou de fato a ser implantado dentro da sua área de 18 hectares, dos quais somente dois hectares foram disponibilizados para seu novo modelo de produção com o sistema de podas, que é um método que consiste na retirada de alguns galhos da parte superior das plantas para que a luz penetre na plantação. Os galhos

3 Informação fornecida pelo o agricultor seu Zé Arthur no sítio Tabuleiro em Nova Olinda-CE.

4 Informação fornecida pelo o agricultor seu Zé Arthur no sítio Tabuleiro em Nova Olinda-CE.

servem como proteção para o solo e para esconderijo de predadores para o controle de pragas, como mostra a imagem 1 a seguir:

Figura 01 - Manejo de poda, no sitio tabuleiro em Nova Olinda na propriedade de Sr. Zé Arthur



Fonte: SILVA, B.M.M. (2016).

Ainda dentro do manejo, podemos observar o sistema de irrigação que é feito através do gotejamento implantado através do projeto pingo d'água, desenvolvido por algumas ONGs, como a ACB e a Flor do Pequi.

Figura 02 - Sistema de gotejamento, no sitio tabuleiro em Nova Olinda na propriedade de Sr. Zé Arthur



Fonte: SILVA, B. M. M. (2016).

O resultado da colheita no sistema agroflorestal é muito rápido, como explica seu Zé Arthur:

bem é assim se você plantar milho, feijão e a fava, você tem uma colheita muito rápida porque são alimento que cresce muito leveiro, em um mês você ver resultado. Agora se você plantar árvo-

res frutíferas você leva mais um tempinho porque elas não cresce rápido como é o caso da manga, cajueiro (Informação verbal).⁵

Toda a produção de seu Zé Arthur é voltada para o sustento familiar, o excedente é comercializado nas feiras locais, como em Nova Olinda, Crato e Juazeiro do Norte. A produção desses alimentos é totalmente livre de agrotóxicos, pois são produtos orgânicos que potencializam benefícios saudáveis para os consumidores.

Na agricultura tradicional, a queima é o sistema de mais baixo custo para limpar uma área, por isso é bastante utilizada. O processo de produção agrícola é extremamente rudimentar, envolvendo o desmatamento, queimada e aplicações de agrotóxicos. Essa prática sempre acarreta malefícios, pois provoca relações desarmônicas no meio ambiente, onde podemos constatar empobrecimento do solo devido à destruição do potencial de minerais presentes neste, além, é claro, da poluição proveniente da liberação de gases e a dispersão de animais silvestres das áreas de vegetação.

A derrubada da floresta e a queima da vegetação por atividades humanas são muito frequentes na região do Cariri, e as transformações das paisagens são evidentes nas últimas décadas.

As queimadas são as práticas mais utilizadas para a expansão das fronteiras agrícolas. Essa técnica ameaça espécies de animais e de plantas e causa ainda empobrecimento do solo. A fumaça e os gases liberados, como o monóxido de carbono e o ozônio, concentram-se na atmosfera e tornam o clima mais seco, as temperaturas mais altas e o ar irrespirável.

No sítio Minguiriba, localizado em Santana do Cariri, a prática da agricultura é bastante grosseira, na qual os agricultores utilizam a técnica da derrubada e queimada da mata para plantar. Como exemplo, seu Luiz:

Eu trabaio na roça desde meus 14 anos, é a única coisa que sei fazer. Vivo da manjoca, faço farinha e vendo na fera do Crato. Fazer farinha dá munto trabaio. Escolho a mata, broco, deixo secar e depois toco foco, mais faço as rebeiras para não pegar fogo em outras mata, só onde vou plantar. Depois ajeito a coivara, para fazer cavão mode usar em casa. Quando dá as primeiras chuvas cavo as covas e sameio a mandioca. Vou esperar 1 ano e meio à 2 anos para arrancar. Hoje tá difícil meu fio, não terra mais para

5 Informação fornecida pelo o agricultor seu Zé Arthur no sítio Tabuleiro em Nova Olinda-CE.

nois plantar, a terra tá muito arrisca. Não sei o que vai ser de nois (Informação verbal).⁶

A comunidade onde seu Luiz encontra-se vive apenas da plantação da mandioca, e um dos graves problemas enfrentados pelos agricultores é a falta de terras para cultivar. O famoso brocado tem potencializado danos ao ecossistema da região, bem como a perda da fertilidade do solo, conforme a figura 03 a seguir:

Figura 03 - queimada para o plantio da mandioca



Fonte: SILVA, B. M. M. (2016).

Os animais silvestres aos poucos estão sendo extintos na região, a exemplo de veados, cutias, tatus, tamanduás, sabiás, entre outros. Nesse sentido, a prática da agricultura rudimentar potencializa perdas de várias comunidades de cupins que são totalmente queimadas, como mostra a figura 04:

Figura 04 - Comunidades de cupins queimados



Fonte: SILVA, B. M. M.(2016).

⁶ Informação fornecida pelo o agricultor seu Luiz no sítio Minguiriba em Santana do Cariri-CE.

Como a área apresenta um grande número de comunidades de cupins, boa parte é exterminada com o processo das queimadas, causando assim um desequilíbrio na cadeia alimentar em virtude de prejudicar outra comunidade, que são os tamanduás, e assim sucessivamente.

O processo de retirada da vegetação é extremamente rudimentar, com o uso de foices, facões e machados. Esse tipo de prática acaba gerando o desequilíbrio ambiental em virtude da exposição do solo e conseqüentemente da dispersão de animais silvestres para outras áreas.

Outro dado relevante a ser observado é a quantidade de vegetação retirada para o plantio, uma vez que a área desmatada leva bastante tempo para se recompor, contribuindo cada vez mais para o processo de desertificação. Para o agricultor colher a mandioca, são necessários dois anos de espera; quando a colheita termina, percebe-se a perda de nutrientes do solo. A área utilizada leva entorno de 20 anos para regenera-se novamente, conforme observado na imagem 05 abaixo:

Figura 05 - Área que foi utilizada para o plantio da mandioca



Fonte: SILVA, B. M. M. (2016).

Tendo a área em vista, aqui apontaremos alternativas para minimizar os impactos causados, dentre os quais, podemos destacar: as agroflorestas, o reflorestamento e a rotação de culturas.

A agrofloresta apresenta, como principais vantagens frente à agricultura convencional, a fácil recuperação da fertilidade dos solos, o fornecimento de adubos verdes, o controle de ervas daninhas, dentre outros. A integração da floresta com as culturas agrícolas e com a pecuária oferece alternativas para

enfrentar os problemas crônicos de degradação ambiental generalizada e ainda reduzem o risco de perda de produção.

Outro ponto vantajoso dos sistemas agroflorestais é que, na maioria das vezes, as árvores podem servir como fonte de renda, uma vez que a madeira e, por vezes, os frutos destas, podem ser explorados e vendidos. A combinação desses fatores encaixa as agroflorestas no modelo de agricultura sustentável.

A rotação de culturas consiste em alternar anualmente espécies vegetais numa mesma área agrícola. As espécies escolhidas devem ter, ao mesmo tempo, propósitos comerciais e de recuperação do solo.

As vantagens da rotação de culturas são inúmeras. Além de proporcionar a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas, se adotada e conduzida de modo adequado e por um período suficientemente longo, essa prática melhora as características físicas, químicas e biológicas do solo; auxilia no controle de plantas daninhas, doenças e pragas; repõe matéria orgânica e protege o solo da ação dos agentes climáticos; e ajuda a viabilização do Sistema de Semeadura Direta.

Para a obtenção de máxima eficiência na melhoria da capacidade produtiva do solo, o planejamento da rotação de culturas deve considerar, preferencialmente, plantas comerciais e, sempre que possível, associar espécies que produzam grandes quantidades de biomassa e de rápido desenvolvimento, cultivadas isoladamente ou em consórcio com culturas comerciais.

Algumas dificuldades encontradas com o sistema agroflorestral devem ser levadas em consideração: primeiro, a falta de conhecimento dos pequenos agricultores sobre esse tipo de sistema; segundo, a falta de incentivo e apoio aos agricultores por meio de legislação, políticas públicas e incentivos para financiamentos.

Considerações Finais

O que se pode observar a partir dos relatos apresentados acerca da agrofloresta é que esse modelo produtivo se apresenta de forma alternativa, principalmente para que as pessoas inseridas na agricultura familiar permaneçam no campo reafirmando sua identidade de homem do campo, no sentido de minimizar não apenas os problemas ambientais, como também as desigualdades sociais.

Os Sistemas Agroflorestais podem ser uma ótima opção para agricultor familiar e para o equilíbrio ecológico das propriedades, o que o torna uma opção que poderá ser amplamente adotada em propriedades que tenham sua forma de produção classificada como agricultura familiar. Como benefício na adoção de SAFs, pode-se citar: a variabilidade de espécies utilizadas nos modelos de plantio; a melhoria da capacidade produtiva da terra; a otimização da utilização dos recursos naturais disponíveis, adaptando-se às condições ecológicas e dos produtores, obtendo assim, uma maior produção por unidade de área.

É de suma importância também que saibamos o valor da importância de produzir de maneira ecologicamente correta, para além de garantir o sustento das gerações presentes, que não comprometa o futuro das gerações seguintes.

Referências

ABDO M. T. V. N.; VALERI S. V.; MARTINS A. L. M. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo: ASPTA. 2008. Disponível em: www.apta.sp.gov.br. Acesso em: 03 jun. 2018.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CARRIJO, B. R.; OLIVEIRA. A. Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. 1ed.São Paulo: **Expressão Popular**, v. 1, p. 213-232, 2008.

CORRÊA, D. C. **Balço do Carbono no Sistema de colheita Sem queima de Cana-de-açúcar**, 2004. Disponível Em: http://www.uenf.br/uenf/centros/cct/qambiental/q_desenvolvimento.html. Acesso em: 20 jun. 2018.

MAZOYER, M. L.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. 1. ed. Paris: Éditions Du Seuil, 1997. v. 1. 534p. Disponível Em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/lovois-de-andrade-miguel-1/mazoyer-m-roudart-l-historia-das-agriculturas-no-mundo-do-neolitico-a-crise-contemporanea-brasilia-nead-mda-sao-paulo-editora-unesp-2010-568-p-il>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SILVA, T. T.; DRUMOND, A. M.; BAKKE, A. I. Agrofloresta no semiárido cearense: uma experiência de sucesso no município de Nova Olinda. *In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA REALIDADE SEMIÁRIDA & III SIMPÓSIO ALAGOANO SOBRE ECOSISTEMAS DO SEMIÁRIDO*, 2014, Alagoas. **Anais...** Delmiro Gouveia CAMPOS SERTÃO – UFAL, 2014. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1000440/1/Drumund2014.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

O SISTEMA AGROFLORESTAL E A BUSCA POR UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-CE

*Caroline da Silva Laurentino¹
Jose Geovani Paulino de Alencar²*

Resumo: O presente trabalho consiste em um relato de experiências a respeito da visita ao sistema agroflorestal implantado pelo Seu Zé Artur, localizado geograficamente no sítio Tabuleiro pertencente ao município de Nova Olinda, com isso mostrar as principais características da agrofloresta do proprietário, seus diferentes tipos de manejo e como essa prática sustentável ajuda na preservação e utilização desses recursos. A agrofloresta se refere às formas de uso ou manejo da terra, no qual a combinação da agricultura com a floresta resulta no plantio de árvores com o cultivo agrícola, ou até mesmo a criação de animais. Nessa pesquisa, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: o histórico do processo agroflorestal no Brasil, sua importância em busca de uma agricultura sustentável. E principalmente a experiência adquirida durante a realização da atividade de campo.

Palavras-chave: Agrofloresta; Nova Olinda; Sustentável.

Apresentação

Os sistemas agroflorestais foram, inicialmente, utilizados pelos povos indígenas. Atualmente, são desenvolvidos principalmente nas regiões tropicais e subtropicais do planeta. Caracterizam-se pela introdução e mistura de árvores ou arbustos nos campos de produção agrícola ou pecuária, proporcionando vários benefícios a partir das interações ecológicas e econômicas que se desenvolvem nesse processo (Miller; Pedroso, 2006).

1 Graduanda, Universidade Regional do Cariri - URCA, carolineygu@gmail.com.

2 Graduando, Universidade Regional do Cariri - URCA, geovanipaulino666@gmail.com.

Os sistemas agroflorestais são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizadas para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. Neste trabalho, temos como objetivo mostrar a importância da implantação de um sistema agroflorestal, a partir do relato de experiências do agricultor José Raimundo de Matos (Zé Artur), no sítio Taboleiro, no município de Nova Olinda, no cariri cearense, mostrando como Zé Artur vê o desenvolvimento das suas terras depois da implantação da agrofloresta, desde 1995, e como sua prática agroecológica vem sendo uma das atrações do roteiro turístico do município de Nova Olinda.

Desenvolvimento

As tecnologias surgem no campo para atender as necessidades dos grandes proprietários, causando assim uma disputa ilegal. Com isso, o agricultor utiliza-se de meios ecológicos para o melhor desenvolvimento da terra e consequentemente o maior aproveitamento dos recursos naturais, sem o uso de agrotóxicos, queimadas e máquinas, diferentemente da chamada revolução verde, que atende as necessidades do capitalismo, cujo modelo de desenvolvimento agropecuário brasileiro é caracterizado pela exclusão dos pequenos proprietários de terra, que não possui assistência técnica e financiamento, além da burocracia que o proprietário das terras de (18 ha) relatou sobre a dificuldade de conseguir financiamentos para investir nas suas produções e criações de animais.

O que sempre esteve em jogo nos diversos modos de produção surgidos ao longo da história foi sempre o como produzir e o para quem destinar os frutos da produção, já que a questão de onde retirar a matéria-prima necessária teve sempre uma resposta única: da natureza (Pádua, 2004, p. 27).

Dessa maneira, Zé Artur adquiriu uma prática individualizada e sustentável, por meio da agroecologia, na qual o proprietário divide suas experiências e aprendizagens se tornando um grande difusor da importância da agroecologia no Brasil e no exterior, a fim de ajudar na sua preservação e na utilização sustentável de seus recursos.

Com isso, defende Henrique Leff (2001), associado à agroecologia, uma nova lógica de desenvolvimento:

A agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo introjeta princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitem um acesso igualitário aos meios de vida.

A agroecologia é uma alternativa para reduzir os problemas gerados pelo modelo tradicional de agricultura, que causa a diminuição da biodiversidade. Com isso, Pádua (2004) relata sobre os diferentes conceitos de agroecologia e sua importância para a sociedade entender a necessidade de proteger o espaço natural.

É importante ter em mente, contudo, que essas diferentes áreas do pensamento ecológico não são compartimentos estanques, isolados entre si. No fundo, elas são diferentes facetas de uma mesma realidade e se complementam mutuamente: a Ecologia Natural nos ensina sobre o funcionamento da natureza, a Ecologia Social sobre a forma como as sociedades atuam sobre esse funcionamento, o Conservacionismo nos conduz à necessidade de proteger o meio natural como condição para a sobrevivência do homem, e o Ecologismo afirma que essa sobrevivência implica uma mudança nas bases da vida do homem na Terra (Pádua, 2004, p. 16).

O sistema agroflorestal e a busca por uma agricultura sustentável

O sistema agroflorestal se refere às formas de uso ou manejo da terra, em que a combinação da agricultura com a floresta resulta no plantio de árvores com o cultivo agrícola, ou até mesmo na criação de animais, cujo objetivo é o aproveitamento dos recursos naturais, como a água e o solo, resultando em uma área de preservação ambiental. Esta promove benefícios ecológicos, mas também o consumo e a comercialização.

Zé Arthur relata que uma das práticas mais comuns na agricultura familiar do semiárido é a queima da vegetação nativa para o preparo do solo, manejo utilizado para iniciar a plantação. Em seu plantio de algodão, ele deixava a terra descoberta por apenas três meses na tentativa de conservá-la, passando dez anos apenas roçando a terra para não perder a matéria orgânica.

Depois da implantação do sistema agroflorestal, o agricultor não trabalha com a queima, mas com a poda. Nesse aspecto, segundo Götsch:

Essa prática das saúvas é uma lição difícil, a ser aprendida pelo agricultor e, talvez, uma das mais conflitantes para os que pretendem ensiná-lo e ajudá-lo. Na realidade, além da saúva cortar ou podar exclusivamente o que não está no lugar adequado, seja pela origem ou pelo uso temporário (Götsch, 1997).

Contudo, o agricultor relatou sobre a importância da poda para a agrofloresta, na qual ele utiliza as folhas das árvores para serem utilizadas como adubo orgânico para sua plantação, visto que trabalha com a policultura.

Considerações Finais

A revolução verde, com o desenvolvimento das tecnologias e o avanço do capitalismo nos sistemas agrícolas, a utilização de agrotóxicos e a mecanização do campo, foi ganhando cada vez mais espaço. Esse cenário surge com um discurso de acabar com a fome no mundo, expandido a produção de alimentos com o uso de sementes modificadas em laboratórios, altamente resistentes a pragas e com o uso abusivo de agrotóxicos.

Entretanto, embora esse discurso utilizado realmente tenha aumentado as produções, favorece apenas ao agronegócio, fazendo com que os pequenos produtores criassem dívidas para se adequarem ao sistema vigente. No fim, a fome no mundo não acabou, serviu apenas para favorecer uma parcela da população.

As agroflorestas são sistemas totalmente contrários aos do agronegócio, são os sistemas de produção agrícola que imitam o que a própria natureza já faz normalmente, com o solo sempre coberto por vegetação, além da junção de criações de animais, espécies arbóreas e frutíferas.

Pudemos observar tudo isso na prática de campo e ver como tudo acontece na agrofloresta de seu Zé Arthur. Em sua agrofloresta, ele usa de algumas espécies de madeiras para recobrir o solo e evitar a erosão, além de preparar o solo com matéria orgânica. Planta macaxeira, espécies frutíferas, feijão, milho e, juntamente, cria animais, como exemplo, as galinhas e as cabras. Ademais, cultiva algumas hortaliças, como coentro e cebolinha.

A base da agrofloresta é dispensar o uso de qualquer tipo de veneno. Todos esses aspectos, juntamente com uma agricultura familiar, compõem a agrofloresta de seu Zé Arthur, além de ele receber as pessoas para pernoitar e dormir no hotel ecológico e oferecer um almoço totalmente produzido com elementos de sua agrofloresta.

Denomina-se agroecologia a perspectiva ecológica visando encontrar uma forma viável de gerar uma atividade econômica agrária e, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente em busca de cultivos e manejos sustentáveis.

Nesse tipo de manejo, dispensa-se completamente a utilização de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, que tanto podem degradar o meio ambiente, como ser maléficos à população, já que muitos casos de câncer de estômago e outras doenças já foram relatados devido ao uso abusivo de defensivos agrícolas. Uma tentativa de sair desse sistema é o uso das alternativas naturais, como as agroflorestas e o consumo do que advém dela, pois sempre se buscam alternativas mais naturais possíveis para a expansão de pragas.

A agroecologia não é apenas uma espécie de agricultura sustentável, ela também se incube da missão de reduzir danos ambientais e a melhoria da saúde da população para a diminuição da ingestão de veneno e a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Referências

ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. O. (Orgs). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza, cultura na agricultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: ASPTA, 1997. 22p.

LEFF, E. Saber ambiental. **Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p.

MILLER, R. P.; PEDROSO, M. S. C. O estado da arte de sistemas agroflorestais na região Centro-oeste: Cerrado e Portal da Amazônia. *In*: GAMA-RODRIGUES, A. C. *et al.* (Org.). **Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável**. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, v. 1, p. 43-52, 2006.

PÁDUA, J. A.; LAGO, A. **O que é ecologia**. Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 2004.

PENSANDO SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO SÍTIO SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CE

*Antônia Batista Macêdo¹
Joana Darque Ribeiro Ferreira²
Decarla Gomes da Silva³*

Resumo: O presente trabalho vem apresentar os frutos de uma aula de campo realizada na Especialização em Agricultura Familiar e Sustentabilidade através da Educação do Campo, oferecida pela Universidade Regional do Cariri-URCA, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho-IDT, ao Sítio São Paulo, localizado no município de Caririaçu-CE, o qual tem como proprietária Dona Zefinha, uma agricultora e educadora que faz uso do sistema agroflorestal na sua propriedade, e atualmente vem servindo de exemplo na região do Cariri com sua prática de manejo sustentável do solo e recuperação de áreas degradadas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sustentabilidade; Sistema Agroflorestal.

Apresentação

Este trabalho parte de uma aula de campo realizada na propriedade da Dona Zefinha, onde ela trabalha a agricultura de forma sustentável sem agredir o solo nem o ciclo biológico do ecossistema.

No início da visita, o professor Ronald de Albuquerque e Figueiredo, da Universidade Regional do Cariri, fez uma breve mediação sobre como acontece a prática da agricultura de forma sustentável nessa comunidade, e como ocorreu o seu contato inicial com a Dona Zefinha. Este relata que partiu de

1 Especialista, URCA, antoniamacedo2012@gmail.com.

2 Mestra, UFCA, joanadarquerf@hotmail.com.

3 Especialista, UFC, decarlavida@hotmail.com.

uma iniciativa dos alunos da graduação em Educação do Campo (PROCAM-PO), que são professores da escola local e são alunos da Universidade Regional do Cariri (URCA), os quais moram nas proximidades, e alguns trabalham na escola desta comunidade localizada no Sítio São Paulo. A Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Girassol foi o ponto de encontro entre o Professor Ronald e os educandos, que juntamente com a professora se reuniram pra discutir a respeito dessa nova proposta de educação do campo e sobre o impacto desse modelo de educação que tende a valorizar o homem do campo e sua forma de manejo sustentável com o solo.

O professor iniciou o debate fazendo uma análise sobre a atual conjuntura em que se dão os processos migratórios na região do Cariri, pois cerca de 7 a 8 mil jovens do município de Caririáçu migram para trabalhar em um polo industrial de calçados em Nova Serrana, Minas Gerais, e outros para trabalhar na plantação de tomates ou no corte da cana-de-açúcar em outros estados brasileiros.

Nesse sentido, ele observou como isso afeta a questão da perda da identidade cultural da agricultura familiar na região, onde as famílias com condições precárias buscam outras opções de trabalho por falta de oportunidade em suas localidades, ou por não quererem mais trabalhar na agricultura familiar. Ele relata que atualmente as propagandas, inclusive nas escolas, contribuem para a redução de pessoas que vivem da agricultura familiar, colocando-a como um trabalho pesado, mas esquecendo de falar da realidade de quem migra para outras cidades para trabalhar nas grandes indústrias, por exemplo, que tem problemas como a exploração do trabalho, péssimas condições de moradia e as demissões em massa, dentre outros.

Desenvolvimento

O professor relatou em sua fala que só conheceu Dona Zefinha quando visitou uma escola para estabelecer um diálogo e esta se encontrava de cócoras, mostrando fezes de passarinho, explicando para crianças que a natureza era tão perfeita que as sementes já vinham com os nutrientes necessários para sua germinação. Na ocasião, foi convidado por ela para conhecer o seu sítio, e começou a observar, a partir de sua explicação de como acontecia o processo de fertilização do solo – a partir dos galhos e folhas de árvores caídos, dos restos

de manga sobre o chão e de como os insetos contribuem para tornar o solo mais fértil – que Dona Zefinha estava desenvolvendo um sistema agroflorestal em sua propriedade.

O professor Ronald destacou, ainda, que tudo que ela estava apresentando era agricultura sustentável, por ser uma observadora do meio ambiente, e que trabalha de forma harmônica com a natureza, utilizando-a sem agredir. A partir disso, ela teve a iniciativa de buscar aprofundamento sobre o tema agrofloresta, por meio de contatos através das redes sociais e vídeos de experiências sobre manejo agroflorestal. Quando o professor fez outra visita, já encontrou mudanças, pois ela já tinha conversado com pessoas da região do Espírito Santo e da Bahia que trabalham com a agroecologia e agroflorestas, por meio da internet, e isso rendeu novas perspectivas a serem desenvolvidas de forma mais racional e sustentável.

Com o decorrer do tempo, as visitas em sua propriedade só aumentavam, tanto por alunos como por pessoas interessadas em conhecer o seu modelo de produção. Uma aluna do PROCAMPO, como relatou a educadora Eloisa Pássaro, sugeriu que ela fizesse polpa das mangas para reaproveitar e evitar o desperdício, porque antes ela não dava uma finalidade para as frutas que sobravam. Dona Zefinha relatou que entre 2013 e 2016 começou a produzir a polpa de frutas, e este processo se iniciou a princípio com uma cooperativa de mulheres que ela formou para tirar a polpa, à mão mesmo, até conseguir comprar uma despulpadora, chegando a fornecer de 1.200 a 1.600 quilos de polpa para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Ela só conseguiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP recentemente, pois, apesar de viver da agricultura, a Ematerce não a reconhecia como agricultora por também ser professora em uma escola da sua comunidade. Este ano ela relatou que também irá fornecer alimentos para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, onde entregará, reaproveitando o caju, a banana, a macaúba, dentre outros, bolos, doces, cocadas, além da polpa de frutas de acerola, manga e cajá.

Visitando seu sítio, pudemos ter uma aula de biodiversidade, pois ela explicou que antes comprava esterco de animais para adubar o solo, mas, a partir da plantação de árvores nativas e frutíferas, com a queda das folhas e a ação dos insetos, como a formiga e a minhoca, por exemplo, que contribuem com a fertilidade do solo fornecendo os nutrientes que a terra precisa para ser produtiva, não faz mais uso de outros tipos de adubos. Ela montou um sistema de

produção que gera emprego e renda para sua família, provando que é possível desenvolver agricultura familiar de forma sustentável.

Ela nos mostrou como é feito o processo de poda das árvores, e que depois passa a calda bordalesa, que, segundo Dona Zefinha, resulta da mistura de sulfato de cobre com cal virgem diluída em água. O seu uso é permitido na Agricultura Orgânica por ser o sulfato de cobre um produto pouco tóxico e por melhorar o equilíbrio nutricional das plantas, evitando que micróbios proliferem na área podada. Atuando como educadora do Projovem Campo Saberes da Terra, pudemos trabalhar com bastantes elementos da agricultura familiar sustentável e proporcionar aos nossos educandos experiências agroflorestais, como seu Zé Artur em Nova Olinda, e mais dois sítios no município de Araripe, que já praticam o modelo agroflorestal nas suas propriedades.

É muito interessante a forma de equilíbrio que ela mantém na sua propriedade, e a relação carinhosa que mantém com os seres vivos e com os insetos, formigas, cupins, lagartas etc., a qual relata serem seus trabalhadores por contribuírem com o processo de fertilização e adubo do solo de forma natural.

Ela ensinou como devem ser tirados os galhos em excesso das árvores, que ela chama de “ladrãozinhos”, e dentro de uma área de pouco mais de mil metros de extensão ela mostra que é possível produzir não só o alimento para sua família, como gerar um excedente para ser comercializado. Ela não cria animais na sua propriedade, mas é possível perceber toda a organização que ela tem com o que é produzido, como acerola, caju, goiaba, banana, manga, além da parte de hortaliças, plantas medicinais e grãos, como feijão milho, andu etc.

Dona Zefinha relatou que não sofreu com a seca dos últimos cinco anos no Nordeste, pois a cobertura do solo sempre se manteve estável e ainda projetou alguns reservatórios de água dentro da sua propriedade que permitem, por um longo tempo, que ela não sofra com a falta de água. O interessante é que ela pensou milimetricamente como iria ser feito, e com a assistência de um técnico da Ematerce de nova Serrana, construiu barragens de forma sequencial, em que uma enche e cai dentro das outras, as quais servem para absorção de água no subsolo. Ela chama de “vale da fertilidade”, pois da forma como foram construídas, permitem que o solo não seja erodido pelo curso das águas e que possam escoar por todo aquele espaço, armazenando-se em pequenos lagos dentro da sua propriedade.

Ela própria desenvolve as suas técnicas de compostagem para serem utilizadas nos canteiros. Segundo seu relato, devido à riqueza de nutrientes no solo, algumas abóboras chegam a pesar até 17 quilos. O biofertilizante utilizado nas suas plantações é produzido por ela, de forma sustentável.

Considerações Finais

Com esta visita, Dona Zefinha nos mostrou sermos capazes, sim, de vivermos de forma sustentável respeitando o ecossistema, e ainda conseguimos produzir alimento de qualidade que venham a contribuir com a soberania alimentar do agricultor cada vez mais massificado pelo agronegócio e pelo processo capitalista, que cada vez mais tende a suprimir os direitos do homem do campo. Assim, podemos oferecer condições para a permanência destes em suas comunidades respeitando a sua cultura e seus saberes.

Referências

CARIRIAÇU. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cariria%C3%A7u>. Acesso em: 31 ago. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

O CAMPO da Educação do campo. *In*: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

PEQUENAS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS: O CASO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DO CRATO - CEARÁ

João Marcos Alves de Sousa¹

Mariana Barros Tavares²

Joelha Alves da Silva³

Resumo: A região do Cariri Cearense é marcada por pequenas experiências no ramo da agricultura sustentável, elas se tornam exitosas por serem efetivadas para o bem da comunidade. O trabalho tem como objetivo analisar três feiras agroecológicas localizadas no município de Crato: a primeira na Rua dos Cariris (Bairro Centro); a segunda na Praça Alexandre Arraes (Bairro Pimenta); e a terceira na Encosta do Seminário (Bairro Seminário). Analisamos a produção e comercialização dos alimentos, assim como o acesso dos feirantes a terra e água para consumo e produção. Também foram pesquisados quais os benefícios da feira para os feirantes e consumidores. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica com autores que refletem sobre a agroecologia, o agronegócio, como Santilli (2009) e Nobre (2015). Realizamos pesquisa de campo, sendo compreendida a importância das feiras agroecológicas como resistência e luta para o município, na crescente luta pela conservação da vida e do meio ambiente.

Palavras-chave: Agroecologia; Camponês; Agrotóxico.

Introdução

Pertencente à região do Cariri cearense, o município do Crato, localizado no interior do estado, região Sul do Ceará, conta com uma população de 121.428 pes-

1 Graduando do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Membro do grupo de estudo GEA e Bolsista extra Curricular PROAE, Brasil 2018. Marcosalvescrato@hotmail.com.

2 Graduanda do curso de geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista de Iniciação científica PIBIC/FUNCAP/FECOP; Membro do grupo de estudo GEA Brasil 2018.

3 Graduanda do curso de geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista de Iniciação científica PIBIC/FUNCAP/FECOP; Membro do grupo de estudo GEA Brasil 2018.

soas, de acordo com o IBGE (2010). O respectivo município está, de acordo com o Perfil Básico Municipal - IPECE (2015), localizado na Bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe e Salgado, caracterizado pelo clima Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Subúmido, com precipitação anual de 1090.9 milímetros, tendo a vegetação predominante Carrasco, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial, Floresta Subcaducifólia.

A região do Cariri, na qual o município do Crato está inserido, passa, nas últimas décadas, desde o final do século XX, por grandes transformações no seu espaço agrário. Como explica Nobre (2015),

Nos últimos anos o Cariri Cearense, região sul do estado, vem testemunhando grandes mudanças em virtude do intenso processo de urbanização e de novas dinâmicas demográficas incrementadas pela criação da Região Metropolitana do Cariri - RMC (Nobre, 2015, p. 19).

Diante de todos os processos de modernização (construção de estradas, duplicação de rodovias, projetos de irrigação, grandes obras hídricas como o Cinturão das Águas do Ceará- CAC, Transposição do Rio São Francisco, Transnordestina, aumento das indústrias e empresas multinacionais), a construção desses fixos, tanto no campo como na cidade, trazem em seu modo instalação retrocessos para a população do respectivo município, principalmente em comunidades tradicionais, ocorrendo de forma arbitrária, sem diálogo com as populações atingidas⁴.

Nesse sentido, podemos observar, a partir de leituras e trabalhos de campo, que estas grandes obras não beneficiaram os pequenos produtores, os camponeses, e sim uma pequena parcela da sociedade, que detém dos meios de produção, a qual se refere aos grandes latifundiários e às pessoas que apoiam, defendem e investem na monocultura e agronegócio. Destacamos que ultimamente este modelo de produção, em específico a grande expansão da bananicultura⁵, modo de produção que também se destaca na mídia brasileira, dá mais acirrarão ao mercado.

4 Na ótica do governo as comunidades são beneficiadas pelos projetos e na visão dos moradores das comunidades eles são atingidos.

5 Tipo de plantação que cresce a todo vapor, e que mais se destaca ultimamente na região do Cariri especialmente no Município de Missão Velha-CE.

Através do mencionado acima, trazemos para o contexto Santilli (2009), que explica o que é o agronegócio e em que este se baseia,

O agronegócio se caracteriza pela produção baseada na monocultura, especialmente de produtos cujos valores são ditados pelas regras do mercado internacional (soja, trigo, algodão, café, etc.) pela utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, pela adoção de pacotes tecnológicos (que, mais recentemente, incluem as sementes transgênicas), pela padronização e uniformização dos sistemas produtivos, pela artificialização do ambiente e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais (Santilli, 2009, p. 82).

Delgado (2013), em posições semelhantes, afirma que:

Observa-se que agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado (Delgado, 2013, p. 64).

Em contrapartida, outro modelo, que respeita o meio ambiente e promove a justiça (diante do exposto), são as feiras agroecológicas, que, com o passar dos dias, vêm se destacando e assim propiciando uma alimentação saudável, crescimento da renda familiar, descontração entre os feirantes e consumidores, aumento da produção dos alimentos livres de insumos agrícolas e agrotóxicos, bem como o fortalecimento da resistência dos camponeses, que lutam todos os dias pela alimentação saudável e a economia solidária.

As pequenas experiências das feiras agroecológicas no município do Crato-CE, sendo localizadas na Rua dos Cariris (Bairro Centro), na Praça Alexandre Arraes (Bairro Pimenta) e na Encosta do Seminário (Bairro Seminário), trazem a agroecologia como modelo de resistência diante dos feitos do Estado nos territórios dos camponeses e agricultores familiares que, a cada dia, passa a se expandir dentro do município do Crato, dentre eles, a desigualdade dos direitos, principalmente pela falta de acesso à terra dos feirantes, que muitas das vezes necessitam arrendar terra para produzirem seus alimentos, como também trabalha na terra com dias de serviço para pagar a terra a qual estão utilizando, além da falta de acesso à água para a plantação e a incentivos do governo, seja pela carência de assistência técnica, pela dificuldade de acesso aos projetos, como o

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou pela desigualdade no momento de aptidão deste benefício/empréstimo.

Sendo assim, destacamos que, mesmo diante do contexto de uma sociedade que segue contra o modelo de desenvolvimento sustentável, as experiências agroecológicas surgem como resistência, que a cada dia não são mais isoladas, pois, no Cariri Cearense, pode-se ver, nos dias atuais, mais atuação de experiências e projetos sustentáveis que deram certo, sendo provas incontestáveis as três feiras agroecológicas do município do Crato⁶.

As pequenas experiências exitosas no município de Crato a que fazemos referências são as chamadas feiras agroecológicas. Estas são barracas no centro da cidade, em bairros de grande circulação de pessoas e transportes, onde são comercializados produtos de caráter agroecológicos.

Os feirantes/comercializadores são pequenos produtores rurais, camponeses que residem em áreas de assentamento, como o Assentamento 10 de Abril (Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST), bem como em comunidades tradicionais como o Baixio das palmeiras, Monte Alverne, dentre outras.

Conforme Altieri (2008 *apud* Martins, 2015),

a agroecologia trata-se de uma nova abordagem capaz de integrar os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos a fim de realizar uma melhor avaliação e compreensão dos efeitos ocasionados pelas tecnologias aplicadas aos sistemas agrícolas, que se tornam nocivas tanto ao ecossistema como à saúde da sociedade. Para esse autor, os incentivos e avanços tecnológicos destinados ao melhoramento da produção sem causar danos ao meio ambiente devem ser direcionados aos pequenos produtores, como forma de reduzir a situação de pobreza enfrentada por muitos dos pequenos produtores agrícolas, ou seja, promovendo o “desenvolvimento de baixo para cima”; visão que difere da perspectiva aplicada pela Revolução Verde, que beneficiava os grandes produtores.

Nobre (2015), sobre as feiras agroecológica, também afirma:

“De fato”, muito se tem discutido sobre uma agricultura sustentável, mais o desafio da sustentabilidade para se concretizar efetivamente deve partir das relações socioambientais mais saudáveis e não econômicas como propõe os defensores da agricultura moderna... (Nobre, 2015, p. 118).

6 Citamos também a produção em Agrofloresta cultivados do senhor Zé Artur e familiares no município de Nova Olinda.

Com base no exposto, o modelo de agricultura proposto pela agroecologia, difundido pelos pequenos produtores rurais e camponeses, é a agricultura da vida, que preserva e difunde os laços com o lugar de vivência, de afetividade e amizade entre a natureza e entre eles, os próprios produtores, camponeses e feirantes.

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as três feiras agroecológicas do município do Crato-Ce. Como objetivos específicos, busca entender a relação dos feirantes com a posse e acesso a terra e à água, e ainda, quais os benefícios positivos da feira, tanto para os feirantes como para os consumidores, bem como verificar as dificuldades encontradas por eles para participarem da feira e difundirem a agroecologia, conhecendo quais são os produtos comercializados nas respectivas feiras.

Metodologia

Para a realização do trabalho, baseamo-nos no desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Sendo assim, primeiramente realizamos pesquisa bibliográfica, baseada em autores como Altieri (2008), Santilli (2009), Delgado (2013), Nobre (2015), que pesquisam sobre a posse e uso da terra e da água pelos pequenos produtores rurais e camponeses; as feiras agroecológicas, seus benefícios para as populações que dela se beneficiam, bem como o modelo de agricultura baseado na monocultura e no agronegócio.

Após aprofundamento teórico, realizamos pesquisa de campo nas três feiras agroecológicas do município do Crato - CE, a primeira na Rua dos Cariris (Bairro Centro); a segunda Praça Alexandre Arraes (Bairro Pimenta); e a terceira na Encosta do Seminário (Bairro Seminário), onde observamos as relações que circundavam os espaços das feiras, bem como aplicação de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, aos feirantes, e consumidores, a fim de atingir os nossos objetivos.

Resultados

Nós dias atuais, o município do Crato comporta três feiras agroecológicas, estabelecidas em locais e horários diferentes que viabilizam a disponibilidade dos consumidores e a difusão dos produtos agroecológicos no município.

Essas feiras vêm se destacando, pois trazem benefícios, tanto aos feirantes, que aumentam a sua renda vendendo o excedente de sua produção agrícola, como para os consumidores, que adquirem produtos livres de insumos agrícolas e agrotóxicos, contribuindo para a manutenção da fertilidade da terra.

Após visitas e entrevistas aos feirantes, identificamos que as feiras estão localizadas em pontos estratégicos da cidade do Crato-CE: a primeira, conhecida como feira da ACB, está presente na Rua dos Cariris⁷. Essa feira tem início por volta das 4h00 da manhã com a chegada dos feirantes, que começam a organizar as barracas, e termina por volta das 10h00 da manhã, sempre nas sextas-feiras.

Após o sucesso da instalação da feira da ACB, houve a instalação de outras feiras em dias diferentes. A segunda feira agroecológica foi estabelecida na Praça Alexandre Arraes, “conhecida por Bicentenário”, realizada aos sábados pela manhã. Criada no ano de 2016, tem seu horário de funcionamento das 8h00 às 11h00, sendo um funcionamento programado.

Destacamos que um símbolo de resistência camponesa é o senhor Antônio Manoel de Sousa, conhecido por Galego. Residente na comunidade Caldeirão – Crato-CE, todos os sábados está presente na respectiva feira com seus produtos.

Imagem 01 - Produtos comercializados na feira agroecológica localizada na praça Alexandre Arraes



Fonte: Autores (2018).

7 1ª primeira feira criada no município do Crato, sendo está à base para a criação e difusão das outras duas feiras agroecológicas no município, em 4 de Junho de 2003, organizada pela Associação Cristã de Base - ACB.

A terceira feira está localizada na Encosta do Seminário, criada em fevereiro de 2016, ocorrendo das 18h às 20h, com funcionamento na sexta-feira, no sábado e na quarta-feira.

Enfatizamos que, atualmente, nas três feiras há em torno de 35 barracas de feirantes, compostas por camponeses e camponesas, sendo que alguns são cadastrados na Associação Cristã de Base – ACB e outros na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMARTECE. Sendo assim, é possível ver como a organização cresce ano após ano, pois só participa da feira quem é cadastrado e participa das reuniões e segue construindo a produção conforme o orientado pelos profissionais da ACB, bem como da EMARTECE. A imagem 02 mostra a produtos comercializados na feira da encosta do Bairro Seminário.

Imagem 02 - Produtos comercializados na feira agroecológica, no Bairro Seminário



Fonte: Autores, (2018).

Os produtores que comercializam nas feiras agroecológicas são oriundos de comunidades tradicionais, como baixio das Palmeiras, bem como áreas de assentamento, como o Assentamento 10 de abril, Caldeirão e Distrito de Monte Alverne, Bebida Nova, Coruja, Belmonte, Lameiro, Batateira e Malhada, como também dos municípios Nova Olinda e Santana do Cariri, produzindo, seja nos quintais produtivos, em Mandala, todos com enfoque na agroecologia.

Os camponeses plantam com ajuda da família no trabalho coletivo. Em sua maioria, não possuem a posse da terra, e o acesso à água para produção é precário. Geralmente são meeiros, parceiros, arrendatários, enquanto outros trabalham nas terras do patrão para poderem produzir, pagando então a renda da terra.

De acordo com os questionários aplicados aos comerciantes das feiras, todos os camponeses produzem sem a utilização de agrotóxicos, produzindo para o próprio consumo de sua família, sendo o excedente comercializado nas feiras, para então poderem adquirir os outros alimentos, produtos e materiais, tais como roupas, calçados e alguns remédios, dentre outros itens necessários para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas que vivem da terra.

Destacamos que, nas feiras agroecológicas, são comercializadas grandes variedades de produtos, satisfazendo o gosto e as necessidades dos clientes. Através dos trabalhos de campo e dos questionários aplicados aos feirantes, foi possível identificar alguns produtos disponíveis nas feiras: banana, macaxeira, feijão, milho, mamão, beterraba, goiaba, maxixe, quiabo, coentro, alface, cebola, bolos e outros (ver imagem 3).

Também foi possível observar a grande quantidade de consumidores nas feiras, pessoas que buscam uma alimentação saudável, outras que compram e conversam uns com os outros, criando então laços afetivos entre camponeses/feirantes e consumidores.

Imagem 03 - Produtos comercializados na feira agroecológica



Fonte: Autores (2017).

Faz-se necessário expor que um dos principais problemas encontrados pelos feirantes é o fato de não serem donos da terra onde produzem, sendo obrigados a pagarem a renda da terra, seja com trabalho para o proprietário do terreno, com parte da produção, ou com dinheiro. Esse é um dos pontos a qual dificulta a produção.

Outros pontos que merecem destaque é a falta de assistência técnica periodicamente para todos os camponeses/feirantes; a distância entre suas residências e as feiras; a falta de transporte para traslado dos alimentos; a necessidade de estarem na feira muitas vezes ainda de madrugada⁸, por volta das 4h00 da manhã, tendo que colher alguns alimentos por voltas das 3h00 da manhã, para então fornecerem na feiras alimentos mais frescos possíveis.

Considerações Finais

Mesmo com as adversidades da falta de posse da terra e precariedade no acesso à água, os camponeses resistem, pois lutam a cada dia contra o sistema que as excluem. Sendo assim, destacamos que a agroecologia é, de acordo com nossos estudos e de outros pesquisadores, a melhor opção para uma vida saudável e de qualidade.

No tocante ao mencionado acima, é visto o quão importante são as feiras agroecológicas e faz-se necessário incentivar cada vez mais a continuação destas.

Nesse sentido, precisa-se propiciar melhores condições para os camponeses que estão sempre resistindo ao modelo atual da monocultura e do agronegócio, apesar de todas as dificuldades encontradas.

É visto que os feirantes têm orientação, algumas vezes falha e desigual, por técnicos, seja da ACB e da EMARTECE, os quais orientam a melhor forma de produzir e quais os produtos que melhor se adequam ao solo e ao clima da região, local onde os camponeses produzem.

Um dos requisitos para poder comercializar seus produtos é a não utilização de agrotóxicos, a participação nas reuniões, o respeito com os feirantes e consumidores, ocasionando então uma boa convivência, além de terem produtos de qualidade que atraiam uma grande quantidade de consumidores que buscam uma alimentação saudável. Nesse sentido, vê-se o quanto vem se des-

8 Destacamos este aspecto marcado na feira organizada pela Associação Crista de Base – ACB.

tacando as feiras, que de uma já é possível localizar três. Assim, há uma maior quantidade e variedade de produtos.

Destacamos o quão importante é também para a renda das famílias, pois, com o excedente vendido nas feiras, os camponeses feirantes podem adquirir o que não produzem, sejam roupas, calçados, materiais escolares para os filhos, dentre outros produtos e alimentos para viverem com mais qualidade de vida.

Referências

DELGADO, G. **Reestruturação da Economia do Agronegócio – ANOS 2000.**

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=230420&search=ceara|crato|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MARTINS, A. P. C. **Caracterização da Feira Agroecológica no município de Várzea Alegre – CE: o caso do Sítio São Vicente.** Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/17308/pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

NOBRE, F. W. **Baixio das Palmeiras: Apontamentos Geográficos, Culturais e Historiográficos.** Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

PERFIL BÁSICO MUNICIPAL - CRATO-CE. 2015. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2015/Crato.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores.** São Paulo: Paraisópolis, 2009.

STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**; v. 7, o debate na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão popular. 2013.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE: CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL, CRATO-CE

Jussiane Gonçalves de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho objetiva verificar e estimular a agricultura familiar e camponesa que, dentro de seu viés, está à dimensão de sustentabilidade, focando nos camponeses do assentamento 10 de Abril, localizado a 31 km da sede do município do Crato, região do Cariri, sul do Ceará, além de refletir sobre as questões atuais da agricultura tradicional, sensibilizar os agricultores e promover uma reflexão sobre práticas alternativas e mais sustentáveis de agricultura. A pesquisa constou de duas fases: na primeira fase, foi realizada uma visita ao objeto de estudo, assentamento 10 de Abril, onde foi levantado o número de famílias e em seguida foi aplicado um questionário estruturado com perguntas objetivas e subjetivas, com as 26 famílias moradoras do assentamento. Em seguida, foram escolhidos os membros de cada família para ser entrevistados, com perguntas inerentes ao tema.

Palavras-chave: Assentamento 10 de Abril; Agricultura sustentável; Fortalecimento.

Introdução

As primeiras formas de agricultura surgiram em torno de 10 mil anos atrás, no período da pré-história denominado Neolítico. Nesse período, ocorreram as primeiras formas de domesticação de espécies de vegetais e animais, e o clima foi se tornando mais ameno e adequado ao cultivo de alimentos. Em meados do século XIX até o início do século XX, a Segunda Revolução Agrí-

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia, URCA, jussianeoliveira1988@gmail.com.

cola marcou uma série de descobertas científicas e avanços tecnológicos. As práticas da monocultura, o melhoramento genético das plantas e o uso de fertilizantes químicos se destacaram. Aliadas a outras práticas agrícolas, como o uso de variedades melhoradas, irrigação, uso intensivo de insumos industriais, sobretudo os fertilizantes químicos e os agrotóxicos, e uso intensivo de máquinas agrícolas no preparo do solo caracterizaram a chamada “Revolução Verde”, sendo este modelo produtivo que vem sendo praticado nas últimas décadas, também chamado de agricultura convencional.

A Revolução Verde teve seus méritos: aumentou a produção mundial de alimentos e diminuiu os custos de produção (benefícios repassados aos consumidores). Contudo, os resultados ambientais e sociais não foram os melhores: Degradação dos solos pela ocorrência de erosão, acidificação, salinização e compactação; Desmatamentos ilegais; Perda da biodiversidade pela especialização da produção; Contaminação da água, solos e dos alimentos pelo uso inadequado de adubos químicos e agrotóxicos; Intoxicação de agricultores, trabalhadores rurais e consumidores pelo uso indevido de agrotóxicos; Aparecimento de novas pragas e surgimento de pragas resistentes; Concentração de renda e exclusão social.

Em resposta a esses impactos, surgiram diversos movimentos em prol de uma agricultura mais sustentável, ambiental e socialmente. Os diversos movimentos, cada um com suas especificidades, se voltaram para práticas agrícolas que respeitem os recursos naturais e o conhecimento tradicional. Podemos destacar os movimentos orgânico, biodinâmico, natural, regenerativo, permacultura, dentre outros. As discussões sobre os impactos ambientais e sociais da agricultura convencional, em meados dos anos 80, juntaram-se às questões ambientais globais (destruição de florestas, chuvas ácidas, acidentes ambientais, efeito estufa), saindo do ambiente agrônomo e das instituições e atingindo os consumidores. Preocupados com a qualidade dos produtos que estão ingerindo e os danos ambientais causados pelo modelo convencional agrícola, os consumidores passaram a interferir no sistema de produção, por meio da demanda por produtos saudáveis, que fossem produzidos respeitando o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores. Surgiu, então, o termo “**agricultura sustentável**”.

A escolha do objeto, e consequentemente da área de estudos, justificam por razões de caráter pessoal e acadêmico. A razão primeira da escolha da temática foi conhecer adveio e relatos orais rememorados por agricultores. Segundo

motivo está relacionado à carência de estudos de caráter acadêmico, referente à temática em discussão na região do Cariri. Em terceiro lugar, o reconhecimento da importância da agricultura sustentável para economia e cultura do município do Crato-CE.

Diante desse cenário, a pesquisa visou fortalecer as discussões acerca da importância da agricultura sustentável hoje no nosso meio. Além de chamar a atenção dos agricultores para a necessidade de se praticar uma agricultura que respeita o meio ambiente, justa do ponto de vista social e consegue ser economicamente viável. Uma vez que no contexto atual procura por produtos oriundos a agricultura sustentável tem aumentado a demanda nas feiras locais, especialmente no município de Crato-CE, enfim, torna-se cada vez mais evidente a necessidade e relevância de estudos sobre a importância política, social, cultural e econômica da agricultura sustentável.

Objetivos

Verificar e estimular a agricultura familiar e camponesa, que dentro de seu viés está à dimensão da sustentabilidade, focando nos camponeses do assentamento 10 de abril.

Metodologia

O estudo foi realizado com os agricultores do assentamento 10 de abril, onde foram entrevistados oito produtores rurais, todos do município de Crato-CE. Para o levantamento das informações, utilizou-se de um levantamento preliminar estruturado com base nas informações fornecida pelo agricultor, presidente da associação dos produtores rurais do assentamento 10 de abril, diagnóstico rural participativo - DRP, descrito por Lourenço *et al.* (2006). Inicialmente foi feita algumas perguntas abertas e fechadas, Em seguida realizou-se o levantamento dos estilos de agricultura, práticas e processos utilizados e em seguida foi esclarecidos algumas questões quanto ao tema inerente. Na sistematização das experiências foram consideradas todas as informações para qualificação e quantificação dos estilos de agricultura sustentável relacionando estes fenômenos com alguns princípios agroecológicos, tais como, ciclagem de

nutrientes, interações biológicas e sinergismos entre os componentes da biodiversidade e manejo sustentável de água e solo.

Resultados

Primeiro, foi feito um levantamento das possíveis propriedades ou dos possíveis grupos de agricultores do município de Crato-CE que praticam a agricultura de forma sustentável. Tal levantamento foi realizado junto ao STR (sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município) e à ACB (Associação Cristã de Base), chegando assim à comunidade rural conhecida como **Assentamento 10 de Abril**, que fica a 37 km da sede do município.

O referido assentamento foi resultado da conquista de terra, no dia 10 de Abril de 1991, a partir da ocupação da fazenda caldeirão no Crato, e dela participaram 96 famílias, que durante 15 dias permaneceram acampadas na propriedade na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. Podemos dizer que o assentamento 10 de Abril é fruto da conquista da terra pelos trabalhadores rurais dentro do campo de mobilização do MST, configurando o processo de territorialização da luta pela terra na região do Cariri (Da Silva; Piancó, 2005).

Atualmente, muitas famílias vivem o sonho coletivo de produção. No local, encontram-se casas de alvenaria e uma escola, e neste assentamento é possível encontrar produtos da economia solidária que são praticadas pelas famílias do **assentamento** e são comercializados nas feiras da região. Assim, o assentamento, que se organizou em torno do trabalho coletivo, integrando todos no processo de produção, desenvolve as atividades de apicultura, caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada, aplicando parte do que arrecada na melhoria do assentamento, trazendo benefícios para toda a comunidade.

Figuras



Em um segundo momento, foi produzida uma cartilha que pudesse mostrar o que seria agricultura sustentável, a importância de se praticar uma agricultura sustentável, as principais práticas adotadas nessa agricultura, os benefícios que estas trazem, não só aos produtores, mas ao meio ambiente e à população de uma forma geral.

Em terceiro plano, foi feita uma visita à comunidade, cujo primeiro contato foi com o presidente da associação dos produtores rurais do assentamento 10 de abril, em que foram conversadas sobre o histórico da comunidade, as lutas, as conquistas, as dificuldades enfrentadas por eles, ao longo do tempo, os incentivos e o modo de como eles fazem à agricultura, os locais onde eles plantam, as práticas de agricultura sustentável utilizada, os principais produtos produzidos e os pontos de comercialização desses produtos.

Em um quarto momento, foi feita uma visita à feira agroecológica do Crato, que é uma parceria dos produtores rurais do assentamento 10 de abril e de outras localidades com a Associação Cristã de Base (ACB), onde toda sexta-feira acontecem exposição e venda dos produtos agrícolas dos produtores do assentamento e de outras localidades. São comercializadas hortaliças, frutas, farinha, goma, batata, macaxeira, feijão, milho, carne de bode, ovos, carne de galinhas caipira, mel, comidas típicas (bolos, tapiocas, caldo, paçocas de amendoim, sucos de frutas, fubá de milho, molho de pimenta), sementes crioulas, defensivos naturais e produtos de higiene pessoal. A Feira não é só um espaço

para comercialização de produtos, mas também um ponto de encontro entre amigos para tomar o caldo, café e realizar a troca de experiências e receitas entre feirantes (produtores rurais) e consumidores.

Considerações Finais

O processo de desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável, com todas as suas incertezas e complexidades, exigirão a participação de um grande número de atores, envolvidos em um processo de aprendizado constante. Serão necessários que se integrem conhecimentos vindos de várias fontes, locais, pessoas, instituições e sistemas de produção. Um processo de construção coletiva e democrática, com a participação ativa de agricultores, pesquisadores, professores, extensionistas, políticos, consumidores, dentre outros.

Referências

AHMED, I. (ed.) **Biotechnology**: a hope or a threat?, Macmillan Series of ILO Studies, London, 275pp., 1992.

ALLEN, P. Connecting the social and the ecological in Sustainable Agriculture. *In*: Food for the future: conditions and contradictions of Sustainability, Edited by Allen, P., p. 1-16, **John Wiley & Sons**, New York, 328p., 1993.

ALTIERI, M. A. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agricultura. Westview Press, London, 227p., 1987.

ALTIERI, M. A. Agroecology: A new research and development paradigm for the world agricultura. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 27, p. 37-46, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

MARCATTO, C. **Agricultura Sustentável**: Conceitos e Princípios: Disponível em: <http://www.redeambiente.Org.br>.

KAMIYAMA, A. **São Paulo**: SMA, 2011. Disponível em <http://livrandante.com.br/2016/12/23/araci-kamiyama-agricultura-sustentavel/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PIANCÓ, A. R. D. 2009. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Pianco_ARD.pdf. Acesso: 07 jun. 2017.

PRETTY, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. **World Development**, v. 23, n. 8, p. 1247-1263, 1995.

SOUSA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP) - **Em extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

VILELA, Agricultura sustentável I: Conceitos. **Rev. de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 2, Lisboa, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0871018X2010000200007&script=sc_arttext&tlng=es. Acesso em: 15 maio 2022.

SISTEMA ECOCICLO

Maria Tatiane Paula¹

Maria Vanuza Barros da Silva²

Resumo: O sistema ecociclo implantado na comunidade de Mundo novo no interior do estado do Ceará tem como objetivo a preservação, manutenção e reflorestamento do meio ambiente, que consiste no reaproveitamento de águas cinzas para irrigar hortas, canteiros produtivos e plantas das mais variadas. Além de ter certa vantagem econômica, contribui para a renda da família que o puser em prática.

Palavras-chave: Ecociclo; Meio ambiente; Reflorestamento; Comunidade.

Apresentação

O distrito de Mundo Novo localiza-se no município de Ipaoranga, sudoeste do Ceará, localizado abaixo de uma região serrana e com um grande potencial hídrico, podendo encontrar mais de 60 fontes de água no conjunto de serras. Tudo teve início a partir do sistema de canalização da água proveniente de uma das várias nascentes que existe na região para abastecer a comunidade e comunidades vizinhas, que sofriam com a grande estiagem. Foi então que os moradores criaram a Associação do Olho D' água do Mundo Novo, para que fosse posto em prática tal projeto, inicialmente apenas de canalização. Logo após, criou-se o segundo projeto, o eco ciclo, que é de enorme importância para as pessoas da região, assim como para o meio ambiente.

Este projeto encontrou o apoio de várias entidades governamentais e não governamentais, porém enfrentou grandes dificuldades no decorrer do tempo, como inicialmente a falta de água, por conta da seca, a oposição dos grandes latifundiários, a divergências de ideias entre a comunidade e, por fim, a luta contra o empreendimento de mineradoras que pretendem se instalar na região por causa da vasta riqueza mineral e hídrica. Para combater a destruição das riquezas naturais da região, a comunidade criou o Movimento em Defesa

1 Cursando licenciatura em geografia, IFCE *Campus* Crateús, tatypaulla@gmail.com.

2 Cursando licenciatura em geografia, IFCE *Campus* Crateús, vannuzabarros1824@gmail.com.

da Vida – MDV, que realiza vários trabalhos de conscientização, ganhando o apoio do poder público.

Desenvolvimento

O sistema consiste no reaproveitamento de águas cinzas produzidas na residência, vindas do banho, pias e lavatórios, para o cultivo de plantas e quintais produtivos que beneficia a família que adere ao projeto e a população. Estas águas vão através de canos para tanques, onde passam por uma filtragem de impurezas e depois ficam armazenadas em um segundo tanque, no qual finalmente é bombeada para irrigação das plantas. Além disso, a comunidade também adotou práticas como a produção de fertilizantes naturais advindos do húmus, por meio da compostagem de resíduos orgânicos e da criação de minhocários para hortas.

É um projeto que tem muito a crescer ainda, pois ainda falta certo incentivo do governo, um envolvimento maior da comunidade e dos jovens principalmente. Outro ponto é a importância do conhecimento da prática ecológica em uma região rural tão pequena, tanto para os estudantes de geografia como para outras comunidades e estudantes de outras áreas, tomando como exemplo este projeto e podendo aplicar em vários locais e inclusive gerar algumas pesquisas científicas na academia, incentivando o crescimento do sistema, que é ecologicamente correto, sustentável, economicamente viável e que está ao alcance de qualquer pessoa ou entidade, pois tem um baixo custo de investimento.

Uma sugestão interessante seria a implantação de uma possível Escola Familiar Agrícola - EFA, visto que o local tem um grande potencial para tal, com solos férteis para plantar, uma agricultura familiar forte. Isso a tornaria essencial para a educação dos vários filhos destes agricultores, criando um olhar mais humano, repassando para os alunos a importância do ecociclo, da vivência na terra, maneiras de ter seu próprio sustento preservando a natureza e interagindo com ela, gerando uma visão mais ecológica vivendo a sustentabilidade.

Considerações Finais

Essas práticas obtiveram um bom desempenho e experiências de grande êxito como a produção de açaí e morangos numa região semiárida, tal como a produção de ervas, verduras, legumes, frutas e verduras orgânicas. Isso tudo contribui para uma alimentação saudável, o avanço da agricultura familiar, a preservação ambiental e ainda auxilia no reflorestamento local.

AS CASAS DE SEMENTES CRIOULAS E A CONQUISTA DA SOBERANIA ALIMENTAR: UMA REFLEXÃO SOBRE A REDE DE INTERCÂMBIO DE SEMENTES (RIS) NA MICRORREGIÃO NORTE DE SOBRAL

*Paulo Regino Amorim¹
Anna Erika Ferreira Lima²
Adryane Gorayeb³*

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a importância das casas de sementes para efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e para a soberania alimentar de comunidades camponesas no município de Forquilha. Assim, a partir de uma pesquisa bibliográfica foi possível compreender conceitos como soberania alimentar e sementes crioulas e através de diálogos com lideranças ligados às casas de sementes. A Rede de Intercambio de Sementes (RIS) utiliza-se da estratégia das casas de sementes comunitárias, que hoje totalizam 12 no município de Forquilha. Foi observada a grande importância das casas de sementes enquanto estratégia de soberania alimentar, preservação da biodiversidade das sementes e a reprodução do modo de vida camponês.

Palavras chaves: Casa de Sementes; Sementes Crioulas; Soberania Alimentar.

-
- 1 Graduando em Nutrição e bolsista do programa Nexus, Universidade Estadual do Ceará, paulo.amorim@aluno.uece.br.
 - 2 Doutora em Geografia e Professora do curso de Bacharelado em Turismo, Instituto Federal do Ceará (IFCE - Campus Fortaleza), annaerika@ifce.edu.br.
 - 3 Doutora em Geografia; Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia (UFC) e Coordenadora do Projeto "Tecnologias sociais e ações integradas de sustentabilidade para a garantia da segurança hídrica, energética e alimentar em nível comunitário no semiárido cearense" (Edital Nexus CNPq/Parceria com Texas A&M/ University of Bath), adryanegorayeb@gmail.com.

Introdução

No Brasil, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi incluído no Artigo 6º da Constituição Federal por meio da Emenda constitucional Nº 64/2010, devendo, assim, fazer parte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, sendo um princípio fundamental.

A alimentação deve ser adequada, no sentido de que o ajustamento esteja relacionado às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (Jaime, 2018). O DHAA é baseado no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como renda ou terra, a fim de garantir esse acesso de forma contínua (Brasil, 1990).

Com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, a segurança alimentar e nutricional tornou-se uma política de Estado, a qual foi institucionalizada a responsabilidade dos poderes públicos na promoção do direito ao acesso regular e contínuo à alimentação por parte de todas as pessoas. Com a Losan (2006), também foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) (CONSEA, 2017). A criação da Losan também permitiu que soberania alimentar fosse institucionalizada, assumindo o direito do povo em determinar de forma livre a forma de produção e consumo de alimentos (Menezes, 2017).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa estabelecer uma análise sobre a importância das casas de sementes para a garantia da soberania alimentar e a efetivação do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), considerando para esse intuito como questão inicial: Qual o papel da RIS para a realização de um processo de compreensão da importância das sementes crioulas para a soberania alimentar?

Ressalta-se que o município de Forquilha, inserido na microrregião de Sobral, tem sido assessorada pela Rede e pela Cáritas Brasileira Regional Ceará e o ESPLAR – entidades as quais atuam há mais de trinta anos junto às comunidades camponesas por meio de formações e assessorias técnicas. A RIS utiliza da estratégia das casas de sementes comunitárias, que hoje totalizam 76 na microrregião Norte de Sobral, como forma de armazenamento coletivo que se disseminou por várias comunidades, desempenhando um papel fundamental junto à agricultura familiar. Foi vista a grande importância das casas de sementes na preservação da

biodiversidade das sementes e na agricultura familiar, atuando como uma ferramenta para a soberania alimentar da população, além de possibilitar uma forma de resistência ao sistema alimentar imposto pelo capitalismo.

Objetivos

Analisar a importância das casas de sementes na soberania alimentar de comunidades camponesas e como estas têm sido viabilizadas pelas ações da Rede de Intercambio de Sementes (RIS) no Estado do Ceará, especificamente na Região de Sobral, onde o município de Forquilha é assessorado pela RIS, Cáritas Brasileira Regional Ceará e o ESPLAR.

Metodologia

Parte integrante do Projeto Tecnologias sociais e ações integradas de sustentabilidade para a garantia da segurança hídrica, energética e alimentar em nível comunitário no semiárido cearense (Edital Nexus CNPq/Parceria com Texas A&M/ University of Bath), o presente estudo seguiu o percurso metodológico a partir de uma pesquisa bibliográfica, a qual foi essencial para o aprofundamento de categorias de análise como DHAA; segurança alimentar, soberania alimentar e sementes crioulas utilizando autores, como Sambuichi (2017); Lima (2015); Conti (2013); Leão (2013); e Caldart (2012). O levantamento de dados secundários perpassou por consultas aos sites do IBGE (2006; 2010), bem como à Cáritas Brasileira Regional Ceará, Esplar e à Rede de Intercâmbio de Sementes; por meio de conversas informais, transcrições de palestras e da participação dos pesquisadores no Encontro Estadual de Agroecologia (2018). As informações primárias foram adquiridas durante os dois primeiros trabalhos de campo ao município de Forquilha, o qual possui 12 casas de sementes, onde se estabeleceram diálogos informais com lideranças e coordenadores das citadas casas de sementes.

Referencial Teórico

Com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LO-SAN), em 2006, a segurança alimentar e nutricional tornou-se uma política de

Estado, na qual foi institucionalizada a responsabilidade dos poderes públicos na promoção do direito ao acesso regular e contínuo à alimentação por parte de todas as pessoas. Com a Losan (2006), também foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) (CONSEA, 2017). A criação da Losan também permitiu que soberania alimentar fosse institucionalizada, assumindo o direito do povo em determinar de forma livre a forma de produção e consumo de alimentos (Menezes, 2017).

O conceito de segurança alimentar abrange os aspectos da garantia, de todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma permanente e sem o comprometimento a outras necessidades básicas, tendo como base as práticas alimentares que permitem o desenvolvimento humano saudável, respeitando a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Leão, 2013), sendo uma política cujo Estado é responsável por subsidiar os recursos para que as pessoas tenham acesso aos alimentos (Caldart, 2012).

O conceito de soberania alimentar, definido pelo Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em 2001, perpassa pelo poder do povo em escolher e definir suas próprias escolhas políticas e estratégias sustentáveis em relação à produção, distribuição e consumo de alimentos que possam garantir o direito à alimentação para todos, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidades, onde a soberania alimentar assume a principal via para erradicar a fome e a desnutrição, garantindo a segurança alimentar de forma contínua e sustentável para todos os povos (FMSA, 2001).

Com esse conceito, a soberania alimentar assume um caráter mais amplo do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e detentor de suas próprias escolhas, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para a produção de seus próprios alimentos (Caldart, 2012). Segundo esse conceito, a soberania das nações e sua autossuficiência com relação aos alimentos destinados ao consumo interno são de grande relevância (Leão, 2013).

É de grande importância que as políticas públicas devam ser direcionadas para a garantia de recursos e condições técnicas necessárias para que o povo alcance a condição de produzir todos os alimentos básicos sendo implemen-

tadas estratégias que viabilizem a soberania alimentar, à exemplo das casas de sementes (Caldart, 2012).

A temática da soberania alimentar relaciona-se intimamente à produção de alimentos, pautada no que se produz, como e para quê, o que vai de encontro com o modelo capitalista do agronegócio voltado às necessidades do mercado internacional, o qual trata o alimento como mercadoria. Em contrapartida, o modelo da agricultura familiar, representado significativamente pelas unidades de produção camponesas ou tradicionais, gera mais trabalho no campo e se organiza como um empreendimento coletivo, além de partir de uma racionalidade que tem como principal elemento a reprodução social da família, em todas as dimensões, e pela não distinção entre os que trabalham e os que organizam a produção, criando uma esfera única entre a produção e o consumo (Leão, 2013).

As características dessas comunidades, a exemplo de localidades de Forquilha, criam uma maior tendência na busca de diversificar a produção e a soberania alimentar, fazendo que esse tipo de produção agrícola represente a maior possibilidade de conviver com uma natureza diversificada, estabelecendo sistemas de produção pautados nos princípios e estratégias da agroecologia.

A soberania e segurança alimentar têm sido muito discutidas nas duas últimas décadas como soluções necessárias para o combate da fome, desnutrição e a alimentação inadequada que conferem grandes dificuldades para a sobrevivência humana (Leão, 2013). Sugere-se que a fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas são consequências das interações sociais e dos modos de produção estabelecidos pelos homens (Caldart, 2012).

No Brasil, foram observados importantes avanços na redução da fome e da desnutrição, porém ainda há mazelas sociais. No campo e nas zonas periféricas das grandes cidades, a insegurança alimentar ainda atinge as parcelas mais vulneráveis da população (Leão, 2013).

Apesar da evolução no combate à insegurança alimentar moderada e grave, em 2013, aproximadamente 4,9 milhões de domicílio brasileiros estiveram suscetíveis à condição de restrição alimentar e fome, configurando-se uma violação dos direitos humanos, evidenciando a incapacidade do Estado em garantir o acesso à alimentação adequada a todos os cidadãos (Santos, 2018).

Resultados

- Casas de Sementes Crioulas

A diversidade é um princípio central para a agroecologia e também para a segurança alimentar e nutricional. A conservação, manejo e uso da agrobiodiversidade e a diversidade alimentar e cultural compõem o conceito de soberania alimentar e vêm se perdendo com as práticas do agronegócio, massificando os hábitos alimentares e diminuindo a diversidade de alimentos, marcante pelo avanço das monoculturas (Leão, 2013).

As sementes crioulas são cultivadas e selecionadas ano após ano pelas famílias, atendendo às necessidades, e são adaptadas às condições de cada região e aos processos de produção local, sem precisar de defensivos e adubos químicos (Caldart, 2012). As casas de sementes são uma forma de manutenção das variedades adaptadas às condições ambientais vivas na propriedade familiar ou comunitária. As variedades crioulas são domesticadas ao meio ambiente pelas próprias famílias, cumprindo o dever de selecionar as variedades mais adaptadas e produtivas (Conti, 2013).

Para Vasconcelos (2011), as casas de sementes são organizações comunitárias, que visam à autossuficiência dos /agricultores no abastecimento de espécies vegetais e animais, importantes para agricultura e pecuária local e a vida da Comunidade. “Preservar as sementes é preservar a vida e os modos de alimentação, plantio e conhecimento do camponês” (Transcrição da Palestra de Vasconcelos durante o Encontro Estadual de Agroecologia – Sobral – 2018). O acesso a essas sementes é uma condição importante para a transição agroecológica e o pleno exercício dos agricultores familiares camponeses, povos indígenas e povos de comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade (Sambuichi, 2017). As casas de sementes conferem um espaço de suporte à cultura local, autonomia e segurança alimentar dos camponeses que atuam na agricultura familiar. Os estoques de variedades crioulas têm sido ampliados pelas casas de sementes, principalmente por servir como um instrumento agregador e disseminador de uma tecnologia social de grande importância ecológica, com características próprias nos processos de gestão, produção e armazenamentos. Em períodos de chuvas escassas ou irregulares no semiárido; as casas de sementes possuem uma elevada efetividade social, evitando soluções de descontinuidade quando do plantio e replantio.

- Atuação da RIS na região de Sobral

A Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) possui uma coordenação com sete instituições, atualmente composta por: Cáritas Diocesana de Sobral, Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Sobral, STR de Massapê, STR de Frecheirinha, STR de Marco, STR de Santana de Acaraú e Comunidade de Riacho das Pedras Santa Quitéria.

Segundo palestra do representante da Cáritas Sobral (2018), a rede é composta por 45 entidades, entre sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de produtores, associações comunitárias e de produtores agricultores familiares, quilombolas e assentados de reforma agrária, organizações não governamentais e grupos informais de jovens e mulheres.

Para Vasconcelos (2018), durante o Encontro Estadual de Agroecologia (Sobral – Ceará), o objetivo da RIS visa “organizar e articular agricultores/as em torno das Casas de Sementes, tendo como objeto de relevância o resgate e a preservação das Sementes Crioulas (Vida) em vista da autonomia e o fortalecimento da agricultura camponesa e agroecológica”.

O processo de escolha da coordenação se dá através de eleição via assembleia de integrantes a cada dois anos. Tem como objetivo a organização e articulação de agricultores/as em torno das Casas de Sementes, tendo o resgate e a preservação das Sementes Crioulas como principais objetos de relevância, a fim de que haja a autonomia e o fortalecimento da agricultura camponesa e agroecológica. Quando um agricultor possui uma semente entre plantio e colheita armazenada por mais de 20 anos, este se torna um guardião de sementes.

Conforme dados da RIS (2017-2018) e da ASA (2018), na Região Norte-Sobral, são identificadas 76 casas em 11 municípios, com 2.287 sócios fazendo parte da RIS. No caso de Forquilha, especificamente, existem 12 casas as quais são reconhecidas pela Rede e aproximadamente 80% destas se encontram em funcionamento e atendendo as comunidades locais. Faz-se importante destacar uma fala da matéria publicada no site da ASA (2018), que relata:

[...] A história de Dona Fátima se passa na comunidade Cajueiro, no município de Forquilha. Situada às margens de um açude gerenciado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, ela divide a linha histórica da comunidade em três momentos: fundação da associação, fundação da Casa de Sementes e a luta em combate ao uso abusivo de agrotóxicos. Cada

momento foi construído de forma coletiva e com resistência ao Estado. “É nessa luta que a gente cresce, e quem não sabia nem falar, aprende”, diz ela (Asa, 2018)⁴.

Tal transcrição comprova como os processos de implantação das casas de sementes têm promovido um processo de conscientização campesina sobre o uso de agrotóxicos, a importância da preservação das sementes crioulas para garantia da soberania alimentar e como essa tecnologia social tem garantido que estratégias de resistência camponesa têm transformado a vida dos homens e mulheres do campo. Isso demonstra que as casas de semente formam uma rede de cooperação dada a compreensão da importância dessa tecnologia social. Ademais, as formações realizadas pela Cáritas e Esplar fortalecem esses processos o que gera maior identidade entre os agricultores ligados às casas.

Como pode se perceber, há grande importância das casas de sementes na preservação da biodiversidade das sementes e na agricultura familiar, atuando como uma ferramenta necessária para a soberania alimentar da população local e também contribuindo para a segurança alimentar o que viabiliza a garantia do DHAA. Os bancos de sementes atuam na garantia da produção todos os anos, mesmo diante das condições climáticas desfavoráveis (Conti, 2013). A preservação das sementes crioulas assume os princípios de identidade, autonomia, diversidade, resistência e cultura. Um importante papel são as trocas de sementes como indicado pela Coordenadora da Casa de Sementes da localidade de Cacimbinha; nos eventos festivos e de celebração, as feiras e festas de sementes conferem um espaço de troca de recursos genéticos e dos conhecimentos associados, onde essas trocas assumem um caráter de conservação desses materiais (Sambuichi, 2017).

Considerações finais

As sementes crioulas representam uma ferramenta importante na garantia da soberania e segurança alimentar, indo de encontro ao modelo de produção do agronegócio. As variedades crioulas também representam um resgate ao hábito e cultura alimentar do povo sertanejo, atuando na resistência à massificação dos alimentos industrializados. A RIS atua de forma marcante

4 <http://www.asabrasil.Org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9645-rede-de-intercambio-de-sementes-da-microrregiao-norte-de-sobral-realiza-a-vi-festa-regional-da-colheita>.

na articulação, conscientização e empoderamento da comunidade em relação aos cuidados das casas de semente. É preciso a ampliação da RIS de forma a abranger todo o estado do Ceará.

Referências

ASA. **Festa da Colheita**. 2018. Disponível em <http://www.asabrasil.Org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9645-rede-de-intercambio-de-sementes-da-microrregiao-norte-de-sobral-realiza-a-vi-festa-regional-da-colheita>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990.

CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília, 2006.

CONSEA. **Losan: 11 anos de uma conquista histórica**. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/setembro/losan-11-anos-de-uma-conquista-historica>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Brasília-DF: Editora IABS, 2013.

FERRAZ, M. A. **Direito humano à alimentação e sustentabilidade no sistema alimentar**. São Paulo: Paulinas, 2017.

FÓRUM Mundial sobre Soberania Alimentar. **Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar**. Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana - Cuba, 7 de setembro de 2001. Disponível em: <http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

JAIIME, P. C. *et al.* Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. *In: Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1829-1836, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601829&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.05392018>.

LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.: il.

LIMA, A. E. F. **A geografia da segurança alimentar e nutricional no Ceará-Brasil: um estudo sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA)**. Tese (Doutorado em Natureza, Campo e Semi-Árido) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MENEZES, C. “**Assim nasceu a Losan**”. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2017/assim-nasceu-a-losan>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MIRANDA, A. C. *et al.* Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *In: Revista Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7-14, mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100002>.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável** / organizadores:– Brasília: Ipea, 2017. 463 p.

SANTOS, T. G. *et al.* . Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *In: Revista Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4,e00066917, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000405006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2018. Epub Mar 29, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00066917>.

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL: ESTUDO DE CASO DA MANDALA DO SÍTIO VOLTA, MAURITI-CE

Tiago Cartaxo de Lucena¹
Nataniele dos Santos Alencar²
José Levi Furtado Sampaio³

Resumo: O presente artigo analisou a agricultura agroecológica e orgânica no município de Mauriti, no Estado do Ceará, praticada por agricultores familiares que buscam uma melhor qualidade de vida aliada a produtividade econômica e ao equilíbrio ambiental com responsabilidade social e exercício da cidadania, contribuindo, assim, para o resgate da dignidade das famílias. Percebeu-se que através do trabalho, da educação e da alimentação saudável os agricultores podem viver de modo mais justo e ecologicamente correto no sistema agroecológico de produção, mediante a agricultura orgânica.

Palavras-Chaves: Agroecologia; Sistema de mandalas; Educação Ambiental.

Introdução

O resgate de uma cultura alimentar saudável permite o novo modelo de agricultura ecossocial baseada na diversidade da produção ausente de defensivos químicos e na valorização do alimento agroecológico.

Com o passar do tempo, observa-se que os alimentos vão sendo redefinidos, deixando de ser simplesmente fontes de nutrientes e passando a incorporar novos valores e atributos. Logo, um dos principais motivos dessas redefinições são as exigências do consumidor, que estão frequentemente em busca de alimentos funcionais, saudáveis, com sabor, qualidade, cor e tamanho específicos, que estejam sempre disponíveis, com preços acessíveis, ou seja,

1 Mestre em Geografia, Secretária de Educação do Estado do Ceará-SEDUC, tiagoclnsa@gmail.com.

2 Mestrando em Economia, Universidade Federal do Ceará-UFC, natanielesalencar@gmail.com.

3 Doutor em Geografia, Universidade Federal do Ceará-UFC, leviufc@gmail.com.

está havendo no mercado uma maior demanda por produtos agroecológicos (Buainain; Sousa Filho, 2006).

A capacidade de utilizar as potencialidades da produção agroecológica local, com valorização dos hábitos tradicionais da região, com a inclusão social dos agricultores familiares, além da maior qualidade dos produtos agroecológicos consumidos na alimentação familiar, preservam a diversidade e respeitam a cultura regional com possibilidade de concretizar novos mercados para a agricultura familiar (Ana, 2010).

No Brasil, a agricultura familiar conta com aproximadamente 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84% do número de estabelecimentos rurais. Este segmento produtivo responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária e 74,4% da ocupação de agricultores familiares no meio rural, ou seja, 12,3 milhões de pessoas (MDA, 2012).

No Ceará, existem 341.510 estabelecimentos da agricultura familiar, o que corresponde a 90% dos estabelecimentos agropecuários do estado. Eles ocupam 44% da área total dos estabelecimentos agropecuários e são responsáveis por 85% do pessoal ocupado no meio rural e 62% do valor bruto da produção agropecuária do estado. A agricultura familiar responde por 91% da produção de feijão, 100% do trigo, 88% do arroz em casca, 89% do milho em grão, 82% da produção de mandioca e 81% dos suínos no Ceará (MDA, 2012).

O município de Mauriti está localizado na bacia hidrográfica do Salgado e possui uma área de 1.111,86 km², situado a uma altitude de 373,8 m, apresentando clima tropical quente semiárido com temperatura média em torno de 24 a 26° C, pluviosidade média de 872,3 mm concentrada nos meses de fevereiro a abril (Ipece, 2009). Esse município possui uma população de aproximadamente 41,6 mil habitantes, dos quais 20,4 mil residem na zona rural, ou seja, 48,95% da população têm uma ligação direta com a atividade agropecuária (IBGE, 2007).

Os solos do município são classificados como Neossolo Quartzarênico (antigo Areias Quartzosas Distróficas), Neossolos Litólicos (antigo Solos Litólicos), Argissolos Vermelho-Amarelo (antigo Podzólico Vermelho-Amarelo) e Vertissolo (Embrapa, 2005).

O reconhecimento da importância da agricultura familiar tem sido cada vez maior, o que tem desencadeado diversas ações de políticas públicas para geração de renda e emprego no campo.

Assim, diante das inquietações existentes em relação à educação do e no campo, na perspectiva de uma sociedade sustentável visando a uma melhoria da qualidade de vida do ser humano, a partir da construção de valores mais justos e ambientalmente corretos, possibilitam, portanto, a realização dessa pesquisa, que discute as experiências desenvolvidas em Mauriti-CE pelos os agricultores familiares que trabalham com a agricultura agroecológica.

Educação Agroecológica, Camponesa e Desenvolvimento Rural Sustentável no Sítio Volta, em Mauriti-CE

Vários trabalhos de pesquisa, como os de Otani *et al.* (2001), Carvalho e Kuhn (1999), Abramovay *et al.* (1996) e Bergamasco (1993), vêm mostrando a importância de se estudar a agricultura familiar, orgânica e agroecológica e desenvolvimento rural sustentável no Brasil, principalmente junto a uma atividade solidária.

A agricultura ecológica trabalha com interações geossistêmica entre solo, fauna, flora, clima, educação orgânica e desenvolvimento rural sustentável no modelo holístico Este processo de mudanças no mundo rural, que tende a gerar novas práticas sociais e culturais em que se verifica a assimilação de um ideário de valores ambientais, pode ser observado, por exemplo, no crescente interesse pela produção agroecológica, na busca por medicinais alternativos e fitoterápicos, no ecoturismo e no turismo rural, práticas estas que estão muitas vezes associadas a ações de Educação Ambiental, tanto na sua difusão como na valorização da paisagem socioambiental no campo (Carvalho, 2004, p. 1).

Hoje, com a produção agroecológica desenvolvida pelos agricultores familiares no município de Mauriti-CE, mais precisamente no sítio Volta, buscando aliar alimentação saudável e nutritiva, sem o uso de agrotóxicos e preservação dos recursos naturais do planeta terra, conseguiu-se a inclusão de milhares de pessoas que estão obtendo segurança alimentar, equidade social e geração de emprego e renda no campo.

De modo geral, os princípios econômicos que se aplicam à indústria e ao comércio, são também válidos para a agricultura agroecológica, entretanto esta tem certas características que devemos ter presentes ao estudar a economia de uma empresa agrícola (Hoffmann, 1995; 2005). No Brasil, a agricultura

familiar é responsável pela geração de sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área do que a agricultura patronal (FAO/Incrá, 2000).

O Brasil é o 4º maior produtor mundial de agricultura orgânica, que vem crescendo 20% ao ano. Esta tem como prioridade o uso de recursos naturais renováveis disponíveis localmente e faz uso de tecnologias que visem à conservação ambiental e a conservação da biodiversidade do planeta terra (MDA, 2012).

A prática da agroecologia, para a agricultura familiar, é uma forma de investir na sua qualidade de vida e desenvolvimento rural sustentável, além de potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da econômica criativa, solidária e verde, no modelo de feiras livres em várias localidades do Brasil.

Segundo Altieri (1987), agroecologia se apresenta como um novo modelo de ciência que está incorporando o conhecimento indígena, aspectos culturais, manejo ecológico de insetos, preservação da agrobiodiversidade e aspectos socioeconômicos voltados à educação ambiental para a sustentabilidade planetária.

Os primeiros agricultores já obtinham um conhecimento bastante amplo sobre fauna e flora. Contudo, esses conhecimentos inicialmente eram muito diversos em relação ao conhecimento científico nos dias atuais, mas efetivamente tinha-se algum entendimento adquirido sobre os fatores geoambientais, como geologia, uso do solo, clima, estações do ano, práticas agroecológicas e orgânica, tais como sementes nativas selecionadas e adaptadas às condições do seu lugar, rotação de culturas, plantio direto e operações técnicas adequadas à sua realidade (Almeida Junior, 1995).

O modelo da agricultura convencional não procura atender os objetivos qualitativos que são encontrados no sistema agroecológico, pois este dá ênfase à viabilização da agricultura familiar e geração de emprego e renda no campo, além de preservar as culturas populares, inerentes às sociedades camponesas e incentivando a agricultura ecológica, orgânica e prática da permacultura dos agricultores familiares. A geração de tecnologias que não teve diálogo com o conhecimento acumulado pelos camponeses (Meirelles, 2002).

A agricultura ecológica, biodinâmica e familiar possui significados diversos para os agricultores familiares, pois existe uma relação de mão de obra familiar nos cultivos e nas práticas de tratar o meio rural. Isso diminui os custos de produção e aumenta a lucratividade no modelo de economia criativa e solidária, agregando novos valores de solidariedade, cooperativismo e comer-

cialização comunitária, além de realizar benefícios para a sociedade e natureza (Ruscheinsky; Vargas, 2002).

Assim, torna-se imprescindível que os agricultores familiares busquem realizar estes sistemas ou mecanismos que proporcionam segurança alimentar e geração de renda e emprego no campo no modelo da agricultura ecológica e orgânica, além da construção de uma sociedade mais solidária, sustentável e equilibrada.

Feiden (2002) afirma que os sistemas de manejo ecológico sustentável utilizam cobertura máxima do solo, com plantas vivas de leguminosas para adquirir nitrogênio da atmosfera e fixar ao solo, enriquecendo a terra e permitindo uma maior agrobiodiversidade, permitindo a coexistência de diversos insetos e cultivares, com isso propiciando o controle biológico, além de manter os vegetais mortos para que os micro-organismos façam a decomposição e melhorem a fertilidade do solo (cobertura morta). Também protegem a superfície do solo da lixiviação de nutrientes, mantendo o solo úmido, pois reduz a amplitude térmica da superfície, a perda de água por evapotranspiração e diminui os impactos das gotas de chuva sobre a superfície do solo, com isso evitando a erosão superficial.

Para Ribeiro (2002), dentro dos princípios da agroecologia deve-se utilizar o controle biológico natural de insetos, ou seja, aquele condicionado pelos inimigos naturais das populações residentes neste geossistema.

Segundo khatounian (1999), agroecologia envolve aspectos biológicos que constituem a parte ecológica, e incluem o equilíbrio das populações de insetos e controle das doenças através dos inseticidas naturais melhorando as condições e equilíbrio do ecossistema. Por outro lado, as questões educativas dizem respeito ao aprendizado e ao diálogo, por e com parte dos agricultores, dos conceitos e técnicas de manejo que viabilizam a agricultura orgânica.

Altieri (1987) afirma que a agroecologia é um sistema mais amplo do que a simples viabilidade econômica das unidades de produções, ela busca uma transformação geossistêmica, social, geoambiental e cultural no meio rural no modelo de geração de renda e sustentabilidade, além de realizar a produção de alimentos seguros e ecológicos para o abastecimento da população do Brasil, além de uma pedagogia que relacione educação ambiental e popular, e as experiências históricas e as tradições dos agricultores e das comunidades em que estes estão inseridos. É um novo sistema de fazer agricultura pelos agricultores familiares que realize a construção de uma sociedade planetária de desenvolvimento e sustentabilidade com autonomia e soberania.

Segundo Mayer (2002), esta nova esfera econômica luta pelo desenvolvimento e inclusão social dos cidadãos em harmonia com a natureza. Precisa-se que haja assistência técnica por parte das instituições públicas e privadas, créditos com juros menores para os agricultores familiares, ou seja, produção de alimentos nos modelos que priorize as necessidades sociais, culturais e econômicas destes cidadãos, além de realizar a educação ambiental para os mesmos com objetivos de harmonia entre sociedade e natureza.

Logo, uma agricultura sustentável tem uma relação harmoniosa entre as sociedades rurais e as práticas de economias solidárias, a reforma agrária, as políticas públicas para o campo com educação popular e ambiental que realize mudanças ecológicas para o desenvolvimento sustentável com objetivos de manutenção de valores e uma ética social, política e cultural.

Metodologia

A metodologia apresenta-se baseada em estudos de referências teóricas relacionados à educação ambiental e aos sistemas orgânicos de produção. Inclui, ainda, as concepções subjetivas e práticas realizadas pelos atores sociais pesquisados no município de Mauriti/Ceará possibilitando o entendimento da realidade local a partir do método da pesquisa participante (Demo, 2002).

Para melhor compreensão da investigação, foram feitas leituras bibliográficas e memória fotográfica, bem como visitas em órgãos públicos, como a Empresa de Assistência Técnica do Estado do Ceará (Ematerce), Secretaria de Agricultura do município de Mauriti-CE e instituições como Incra, IBGE e MDA.

Resultados e Discussões

As comercializações dos alimentos seguros e de qualidade são para a merenda escolar das instituições públicas de ensino de Mauriti-CE, além de hospitais e Organizações Não Governamentais (ONGs). Por essa razão, os agricultores orgânicos do “Sítio Volta” tem aumentado, além da renda, a dignidade das famílias, melhorando as oportunidades de vida na zona rural. No entanto, precisa-se de certificação dos alimentos orgânicos, políticas de preços justos para esses alimentos, agroflorestas, incentivos das instituições públicas para

educação ambiental e turismo ecológico rural. A assistência técnica e os incentivos de tecnologias alternativas, como placa solar para geração de energia a fim de ligar a bomba e a construção de uma caixa d'água no intuito de ocorrer a irrigação com gravidade para as plantas, são extremamente necessárias.

Há aproximadamente 11 mil alunos na rede municipal de ensino e 2.200 na rede estadual. Com base em dados da secretaria de agricultura de Mauriti-CE (2015), é possível citar os valores repassados para os agricultores e a quantidade de agricultores que participam do PAA.

No ano de 2010, foi transferido pelo PAA, a 25 produtores rurais, o valor de R\$ 102.820,80 reais para a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. Não houve, no ano de 2011, a compra de alimentos pelo PAA. Em 2012, a verba através do PAA foi de R\$ 158.183,50 reais para a compra de alimentos. A quantidade de produtores totalizou 36 agricultores na respectiva cidade. No ano de 2013, a compra de alimentos pelo PAA no município de Mauriti teve um valor aplicado de R\$ 171.033,00, que foi repassado para 39 produtores. Podemos perceber que houve o aumento dos investimentos, de 2010 para 2012 e 2013, devido ao aumento do número de produtores que passam a participar do programa (Secretaria de Agricultura de Mauriti-CE, 2015).

Portanto, nos anos 2010, 2012 e 2013 houve aumento na produção alimentícia por parte da agricultura familiar. O valor do repasse também foi significativo, realçando a importância dos programas governamentais para o avanço da agricultura familiar. Os investimentos desses programas no desenvolvimento rural de forma sustentável produzem de forma agroecológica e preservam o ambiente e a permanência do homem no campo com a geração de emprego e renda e produção alimentar para a sociedade tanto local como nas extensões populacionais (Secretaria de Agricultura de Mauriti-CE, 2015).

Vista a relevância da agricultura familiar no município de Mauriti, vale destacar que essas políticas citadas anteriormente têm impacto positivo tanto para a economia como consequentemente para a vida social. Várias são, portanto, as vantagens alcançadas com suas implantações.

Em alguns casos a produção gera excedente. Nesse contexto, a comercialização é realizada de forma direta, com os próprios agricultores familiares na comunidade, com as gestões municipais a partir de associações comunitárias direcionadas para o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), possibilitando-se a geração de renda

no campo e também a valorização do sistema e da economia local, além da preservação do meio ambiente.

No município de Mauriti, os programas PAA e PNAE exercem grande influência na alimentação escolar. Essas aplicações são realizadas em conjuntura com as Secretarias de Educação, Assistência Social e Agricultura. As informações são transmitidas a partir da secretaria de agricultura para os agricultores. Elas destacam a importância da participação no programa com a finalidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar.

No quadro 1, são abordados os produtos, a quantidade, o preço por unidade, o valor total, o valor total do fornecimento e a renda mensal da comercialização dos produtos do sistema mandala a partir do PAA para as escolas municipais e estaduais.

2012.1 - 1 FAMÍLIA DO SÍTIO VOLTA			
Produtos	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
Ovos	180 dúzias	R\$ 4,20	R\$ 756,00
Mamão	900 kg	R\$ 0,90	R\$ 810,00
Feijão	1128 kg	R\$ 2,60	R\$ 2932,00
Valor total do fornecimento	R\$ 4240,00		
Renda Mensal	R\$ 848, 00		
2013.1 - 1 Família do Sítio Volta			
Ovos	100 dúzias	R\$ 4,80	R\$ 480,00
Feijão	681,5 kg	R\$ 2,90	R\$ 1976,35
Valor total do Fornecimento	R\$ 2456,35		
Renda Mensal	R\$ 491,27		
2013.2 - Família 1 do Sítio Volta			
Galinha Caipira	100 kg	R\$ 10,00	R\$ 1000,00
Valor total do Fornecimento	R\$ 1000,00		
Renda Mensal	R\$ 200,00		
2013.2 - Família 2 do Sítio Volta			
Feijão Verde	600 kg	R\$ 4,00	R\$ 2400,00
Valor total do Fornecimento	R\$ 2400,00		
Renda Mensal	R\$ 480,00		

Org.: Autores. **Fonte:** Secretaria de Agricultura de Mauriti-CE em 2015.

Nos anos 2010 e 2011, os produtores das mandalas não estavam incluídos no PAA. Em 2012.1, 2013.1 e 2013.2, apenas duas famílias estavam incluídas no referido programa: uma do Sítio Volta e outra de Fortuna. A partir do ano de 2012, por força de uma delas, houve uma resolução os produtores cadastrados tinham de estar associados, o que teve continuidade nos anos seguintes. A associação comunitária dos produtores irrigantes do Sítio Volta e a do São Francisco do Sítio Deserto passou a integrar o programa. Em 2014, os produtores da associação comunitária São Francisco do deserto não participaram do programa por estarem inadimplentes.

Considerações Finais

Neste modelo agroecológico, existe uma harmonia entre fauna, flora e trabalhadores rurais que mantém o ecossistema equilibrado e ecologicamente correto. O objetivo dessas experiências estudadas permitiu realizar uma agricultura sustentável, por meio da educação ambiental, do turismo rural e do sistema agroecológico de produção.

A relevância da agricultura familiar no município é visível na economia local, uma vez que o PAA impacta positivamente na economia e na vida social das pessoas, sendo relevantes as vantagens alcançadas com as implantações de políticas e programas que valorizam e fortalecem a agricultura familiar, principalmente em municípios de pequeno porte como Mauriti-CE, onde a principal atividade econômica está relacionada com a agricultura. O PAA disponibiliza alimentos produzidos por agricultores familiares e pelas organizações da agricultura familiar. Ademais, o programa também facilita o estoque de alimentos através de compras governamentais fortalecendo sucessões nas redes de comércio tendo como foco na produção orgânica e agroecológica de alimentos, a valorização da biodiversidade, para que se possa haver o incentivo aos hábitos alimentares saudáveis. A partir da produção de produtos agroecológicos, o PAA vem auxiliar o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira sustentável, se tornando muito importante para a qualidade nutricional das famílias e dos alunos beneficiados, pois além de preservar o meio ambiente, este programa ajuda na permanência do homem no campo com geração de emprego, renda, inclusão social e autonomia dos agricultores familiares.

Referências

ABROMOVAY, R.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. S. L.; FRANCISCO, V. L. F. S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, v. 43, n. 2, p. 67-88, 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, A. R. **A planta desfigurada**: crítica das representações da planta como máquina química e como mercadoria. 1995. 447 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ALTIERI, M. A. Agricultura alternativa nos EUA: avanços e perspectivas. *In*: Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa, 1984, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 1987.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 22, p. 7-16, 1993.

BUAINAIN, A. M.; SOUSA FILHO, H. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questão para debate. Brasília (DF): IICA, 2006. (Desenvolvimento rural sustentável, v. 5).

CARVALHO, I. C. M. **Qual educação ambiental?** Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. Disponível em: www.emater.tche.br Acesso em: 12 jun. 2012.

CARVALHO, Y.; KUHN, V. **Agricultura familiar no São Paulo**: política e condições econômicas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 8, p. 15-51, 1999.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Editora: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 2002.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. ed. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2005.

FEIDEN, A. Manejo Ecológico do Solo (In) EMBRAPA: **Agroecologia em Mato Grosso do Sul**: princípios, fundamentos e experiências. Dourados, MS. 2002.

HOFFMANN, R. S. **Diagnóstico energético e sócio-econômico, visando o uso sustentado dos recursos naturais do Município de Dona Francisca - RS.**, Monografia de Especialização do Curso FRUE/ DTPI/ CT/ UFSM, Santa Maria, 1995, 49 p.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: [Ahttp://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/d...](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/d...) Acesso em: jun. 2010.

INCRA/FAO. **Projeto de Cooperação Técnica: Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto.** Coordenação: GUANZIROLI, C. E - FAO & CARDIM, S. E. C. S. –Incra, Brasília, fevereiro de 2000. 74p.

KHATOUNIAN, C. A. Estratégias de conversão para a agricultura orgânica. *In: Simpósio de Agricultura Ecológica, 2.; Encontro de Agricultura Orgânica, 1., 1999, São Paulo. Agricultura ecológica.* Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. p. 57-71. Editado por E. Ambrosano.

MAYER, P. H. Experiências em Agroecologia no Sul do Brasil. (In) EMBRAPA: **Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências.** Dourados, MS. 2002.

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em www.mda.gov.br/. Acesso em: agosto 2012.

MEIRELLES, L. Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar. (In) EMBRAPA: **Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências.** Dourados, MS. 2002.

OTANI, M. *et al.* Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 43 -74, 2001.

PRONAF – **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259166>. Acesso em: jun. 2010.

EIXO 3
GÊNERO, ETNIA,
CULTURA E
SECUALIDADE

A IBIAPABA COMO PALCO DE CONFLITO: A NECESSIDADE DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS DOS POVOS TAPUYA KARIRI

Marília Araújo Fontenele¹

Aldiva Sales Diniz²

Resumo: Historicamente os índios estabelecem uma relação com a terra bastante distinta daquela do “homem branco”. Discutir tais questões nos leva a compreender a distância entre o pensamento dos supostos donos das propriedades e dos interesses indígenas dos povos Tapuya Kariri, habitantes de São Benedito-CE, na cuesta da Ibiapaba. Tais embates, concernentes à disputa territorial, têm provocado inúmeras resistências, o que nos impele a lançar um olhar sobre as estratégias utilizadas por esses povos na luta pelos seus direitos e na afirmação de sua cultura. Objetivando, assim, compreender os processos constituintes da disputa territorial entre posseiros e índios Tapuya Kariri, bem como refletir sobre as estratégias de resistências desses povos na luta pela legalização de seu território, buscamos, por meio da metodologia da história oral, conhecer melhor essa realidade.

Palavras-chave: Índios; Conflito; Território.

Introdução

A Cuesta da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande ou Serra da Ibiapaba, está localizada na região noroeste do Ceará, na divisa com o estado do Piauí. Segundo dados do IBGE (2010), a chapada da Ibiapaba conta com uma população de 335.506 habitantes, distribuída em oito municípios: São Be-

1 Mestranda em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral-CE. E-mail: mariliafontenele2015@gmail.com.

2 Doutora em Geografia Humana (USP). Professora Adjunta do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral-CE. E-mail: aldivadiniz@gmail.com.

nedito, Guaraciaba do Norte, Carnaubal, Croatá, Ubajara, Ibiapina, Viçosa do Ceará e Tianguá. Juntos, tais municípios fazem da Ibiapaba uma referência na produção de hortaliças e verduras.

A região da Ibiapaba também foi palco das missões jesuítas, conforme Souza (2003). Foi nessa região que se deram os maiores pontos da missão da Companhia de Jesus no Brasil (Maia, 2010). Assim, conforme o histórico divulgado pelo site oficial do Município (2013), a cidade de São Benedito surgiu a partir de um nicho construído por um líder indígena, Jacó de Sousa castro, em homenagem ao Santo Benedito.

No ano de 1941, Felipe Benicio, vigário de Viçosa do Ceará – antiga Vila Real – reconstruiu a capelinha no mesmo lugar do nicho, vindo a ser futuramente a igreja matriz, inaugurada em 22 de dezembro de 1951. O município de São Benedito, segundo a história local, fundado em 25 de novembro de 1872, apresenta uma população de 44.018 habitantes (IBGE, 2010), limitando-se ao norte com Ibiapina, ao sul com Carnaubal, ao leste com Graça e ao oeste com o estado do Piauí.

Mesclado pela presença indígena e fortemente marcado pelos povos Tabajaras, o povoado de São Benedito surge tendo como primeiros habitantes os índios nessa região. O território indígena é a aldeia da Gameleira, situada em São Benedito, município este que apresenta 338.149 km² e que fica a 360 km da capital cearense. Com uma altitude de 903 metros, apresenta como atrativo natural o clima ameno, e tem nos serviços e na agropecuária sua principal fonte de renda (IBGE, 2010). Em relação à economia, São Benedito também se destaca na produção de rosas, tendo um dos maiores polos do mundo nesse setor. Suas exportações alcançam países como Holanda e Itália, por exemplo. Ademais, em virtude de suas baixas temperaturas, o município é hoje o maior produtor de morango do Ceará.

Neste cenário da Ibiapaba, os 450 descendentes indígenas tentam manter suas raízes e suas crenças, convivendo na aldeia da Gameleira, situada na divisa entre os municípios de Carnaubal e São Benedito. Contudo, os povos Tapuya Kariri se consideram cidadãos são-beneditenses, fazendo com que a maior parte de suas relações econômicas, políticas e sociais sejam com São Benedito. Os indígenas Tapuya Kariri travam uma série de conflitos pela posse da terra. Não obstante, tais embates envolvem não somente os pequenos e médios agricultores – posseiros para os índios –, mas também os habitantes da aldeia

quilombola próxima ao local habitado por eles. Um dos motivos dos conflitos com os posseiros reside no fato dos posseiros se utilizarem de espaços que para os Tapuyas são consideradas terras sagradas, lugares de encontro com seus encantados. Dentre esses locais estão os buracos- locais de encontro com antepassados que, em muitos casos, são soterrados pelos donos da terra ou impedidos de serem acessados pelos índios.

Em decorrência de tais ações, os Tapuyas seguem realizando movimentos de retomada da terra e de seus lugares. Em algumas manifestações, cercas colocadas pelos posseiros para impedir o acesso aos locais, são derrubadas, gerando inúmeras ameaças e tornando a disputa mais tensa e a busca por legitimidade da terra ainda mais acirrada. Pensando na reconstrução cultural desses povos e na etnologia das perdas, Oliveira (2004), relata que a região Nordeste é fruto de uma malha fundiária antiga, onde o órgão indigenista atuava de forma esporádica. Desse modo, analisa que no Nordeste brasileiro os indígenas eram sertanejos e pobres, sem acesso a terra, diferentemente dos indígenas da Amazônia, os quais detêm parte significativa dos seus nichos ecológicos e territórios. Os indígenas do Nordeste tiveram suas áreas incorporadas por fluxos colonizadores, cabendo ao poder público estabelecer seus territórios.

Para a geografia, a identidade é a territorialidade que se manifesta a partir das relações sociais, culturais e políticas no espaço. Saquet (2008) defende que a territorialidade abrange todos os acontecimentos diários e concede a determinadas áreas o significado. Ela relaciona ainda a identidade com as relações de afetividade acompanhada da vida em sociedade que constrói um campo simbólico. Contudo, a territorialidade, para Raffestin (1993), possui um valor particular porque passa a refletir a multidimensionalidade do “vivido” pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. Nesse caso, o conflito é uma variável importante por mostrar relações de posse e luta por um mesmo objeto que se trata do território. Na mesma perspectiva, para Haesbaert (2005), território tem a ver com poder, não somente o poder político, ele se refere ao poder concreto de dominação e no sentido simbólico de apropriação.

Dentro do conceito de território surge o conceito de territorialidade. O território é o espaço apropriado, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões (Raffestin, 1993). Portanto, a compreensão do conceito de território se mostra de grande importância em nosso estudo, para que possamos compreender melhor as ações do conflito e

resistências entre posseiros e indígenas Tapuya Kariri, estes últimos empreendendo uma luta para a legalização de seus territórios.

Do Silêncio à Etnogênese

O percurso trilhado pelos povos originários foi longo e sofrido. Alegre (2002) fala do caminho percorrido pelos povos indígenas que vai do suposto desaparecimento da etnia (suposta forma de sobrevivência) até sua chegada ao processo de autoafirmação e luta por seus direitos e cultura.

Ainda nesse contexto, Oliveira (2004) também afirma que até pouco tempo o Ceará, assim como o Piauí e o Rio Grande do Norte, eram tidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e por registros de antropólogos como estados brasileiros em que não haviam índios. Daí, tal silêncio foi rompido nas últimas décadas do século XX, dando início a um fenômeno de ressurgimento de nações indígenas que exigiam a reapropriação de suas terras.

Tendo sido a Ibiapaba habitada por diversas etnias, Sousa (2003) nos revela que após a morte de um padre Jesuíta, Francisco Pinto, em torno do ano de 1607, a região esteve fora das missões da companhia de Jesus por um longo período de tempo, levando ao consequente esquecimento dos nativos e ao surgimento da ideia de que não havia mais índios na Serra da Ibiapaba.

Após esse tempo de esquecimento e lutas pelas terras, a Constituição Federal Brasileira de 1988 declara plenos direitos dos índios sobre a terra, reconhecendo seus direitos, suas crenças e seus costumes, cabendo assim à União a responsabilidade de remarcar seus espaços e protegê-los.

Em relação às terras disputadas por índios e supostos donos de terra, Leonardini (1996) afirma que a questão da terra no Brasil já não deve mais ser considerada apenas uma questão agrária, como nos demais países capitalistas, haja vista que a situação de maior peso a ser considerada é que a questão das terras indígenas ainda está muito presente em nosso território e que os brasileiros foram colonizados e colonizadores, ao mesmo tempo, num interior de um mesmo processo histórico.

Conforme Almeida (2007), a denominação Tapuya, que na linguagem Tupi quer dizer “Bárbaros”, foi usada pelo grupo para designar todos os estrangeiros. Esse modo de falar se estendeu ao costume português, que chamava de

Tapuias todos os grupos não Tupis que existiam na época. No ano de 2008, os indígenas Tapuyas Kariri criaram um estatuto por meio da Associação Tapuya Kariri. No referido documento, a etnia afirma a posse sobre a terra, relatando que antes do ano de 1988 seus descendentes teriam vindo do sul do Ceará em direção a Serra Grande e teriam ocorrido casamentos interétnicos, povoando o território que residem atualmente.

Para os Tapuya Kariri, os posseiros tomaram seus lugares e destruíram a terra, acabando com seus rios e fazem uso de agrotóxicos, adoecendo, por conseguinte, toda a população indígena.

As pessoas, referindo-se aos posseiros, veem a gente como fofasteiros, invasores. As coisas se inverteram. “Até pra gente vir pro templo sagrado buraco dos tapuya, temos que pular cercas, destruir a própria mata, enfrentar o agrotóxico das plantações”; “Para nós, a questão do território e da identidade é a gente ter liberdade de entrar na nossa terra, sem ter medo de levar um tiro (Trecho da “Carta Vozes da Terra” escrita pelo povo Tapuya kariri, Rigotto *et al.*, 2012).

Leonardi (1996) lembra que, para os indígenas, a terra não é apenas um meio de subsistência, apesar de também ser. A terra, enfatiza o autor, é um suporte da vida social do índio, posto que sem ela não haveria o elo que o liga a suas crenças e aos seus conhecimentos. Destarte, atribuímos à terra o sentido de vida materializada dos indígenas. Sem ela, eles se sentiriam física e culturalmente ameaçados. Paralelamente, os donos de terra dependem dela para gerar seu capital e manter sua posição dominante e seu status social, tendo o que Santos (2009) diz ser uma cultura de massa.

A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente a vontade de uniformização e indiferenciada. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo (Santos, 2009).

Embasados no contexto de um povo que luta porque sofreu a perda de suas terras, mas que também se apropria de terras para seu uso e sobrevivência social, os povos Tapuya Kariri, representados por uma média de 450 pessoas,

lutam desde o ano de 2007 pela demarcação de suas terras. Segundo a carta a vozes do território (2012), escrita pelo povo Tapuya Kariri, eles vivem na região há mais de 150 anos. Liberdade e reconhecimento de suas terras são os maiores sonhos deste povo.

Objetivos

Propomos na pesquisa a pensar as diferentes maneiras de enxergar e de lidar com a terra, bem como a necessidade da demarcação de terras num território tão extenso e mal dividido como o Brasil. Queremos ainda compreender a distância entre o pensamento dos supostos donos das propriedades e dos interesses indígenas dos povos Tapuya Kariri, habitantes do sítio Carnáuba II, no município de São Benedito-CE, denominado por eles de aldeia da Gameleira, ambiente este marcado por conflitos entre indígenas e não indígenas. Tais embates, concernentes à disputa territorial, têm provocado inúmeras resistências, o que nos impele a lançar um olhar hermenêutico sobre as estratégias utilizadas por esses povos na luta pelos seus direitos e na afirmação de sua cultura.

Metodologia

Por meio do uso da metodologia de história oral, é possível ampliar nossa visão sobre os fatos pesquisados, entender a questão da luta dos povos Tapuya Kariri e criar contato com as novas informações ditas e não ditas sobre esses povos e suas demandas. A partir dos relatos obtidos na história oral, são revelados novos meios de sondagem na pesquisa favorecendo assim novos diagnósticos e resultados.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexplorada da vida diária das classes não hegemônica. Deste ponto de vista, o único problema colocado pelas fontes orais é aquele da verificação [...] (Portelli, 1997, p. 31).

Essa condição de explorar além do que as respostas revelam nos propõe a lançar um olhar investigativo e atento às informações fornecidas durante a

realização da pesquisa, uma vez que nem sempre os entrevistados se sentem dispostos a ficar seguros para narrar suas ‘verdadeiras’ realidades, bem como seus anseios e expectativas. Embora esses fatos citados ainda se deem por insegurança ou por medo de estarem inseridos em uma sociedade rodeada de golpes e instabilidades, muitos temem que suas falas sejam má interpretadas por terceiros ou que isso traga a estes problemas futuros, desse modo, acabam por revelar só parte de suas concepções. Contudo, acreditamos que através do contato seguro gerado pela convivência entre objeto e pesquisador, o uso da história oral pode favorecer um diálogo confiável e seguro entre os envolvidos.

Para Fortunato (2004), muitos dos fatos obtidos ou registrados em história oral não estão registrados em outros tipos de documentos, consistindo assim na busca de fatos e afirmações através das narrativas. Por meio dessa metodologia, buscamos saber das reais necessidades dos povos Tapuya Kariri, dos seus anseios e de sua luta por reconhecimento de seus territórios. Assim, compreendemos melhor o caminho percorrido por esses povos originários.

Resultados Preliminares

Usando como recorte o território da Ibiapaba, percebemos, inicialmente por meio desta pesquisa, que assim como em tantos outros locais, nossa região também apresenta suas particularidades e questões a serem resolvidas sobre o uso e divisão da terra. Embora os habitantes da aldeia da Gameleira já tenham conquistado pequenas vitórias, como serem reconhecidos como indígenas e a construção de uma escola em seu território, eles ainda têm enfrentando dificuldades para manter vivas suas crenças e costumes, devido ao processo de globalização e isso vai alterando seu cotidiano de maneira sutil e gradualmente. Contudo, os índios Tapuyas Kariri seguem firmes na luta de conquistas por seus direitos e pela demarcação de suas terras, assegurando assim às gerações futuras a preservação de sua história.

Considerações Finais

Situada no complexo cenário dos hodiernos conflitos brasileiros entre os Povos originários e o capital, a luta do povo Tapuya Kariri, da Ibiapaba, pelo reconhecimento de seu território demonstra o embate entre modos antagônicos de viver e ver a realidade. Sabemos que os direitos não são reconhecidos,

pois a visão capitalista acerca da terra ainda domina a concepção de grileiros, fazendeiros e grandes latifundiários, que, não respeitando as necessidades do uso da terra, invadem territórios em nome do lucro e travam verdadeiros combates com os povos indígenas. Embora as terras já ocupadas pelos grupos indígenas sejam garantidas pela Constituição, é somente com a homologação e a demarcação da FUNAI que estas são legitimadas terras indígenas (T I).

Não tendo ainda seus direitos preservados, o povo Tapuya Kariri segue na disputa por seus territórios, sonhando em preservar suas crenças e cultura em meio ao mundo globalizado.

Referências

ALEGRE, S. P. De ignorados a reconhecidos: a “virada dos povos indígenas no Ceará”. In: PINHEIRO, J. (Org.). **Ceará terra da luz, terra dos índios**: história, presença, perspectivas. Fortaleza: Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. FUNAI; IPHAN/4ª Superintendência Regional, 2002.

ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. 168p.

BRASIL. Constituição (1888). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF : Câmara dos Deputados, 2000.

FORTUNATO, E.; RUSCHEINSKY, A. A história oral na pesquisa social sobre espaço urbano. **Biblos**, Rio Grande, 2004.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 05 out. 2017.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **X Encontro dos Geógrafos da América Latina**, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 6774-92, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 out. 2017.

LEONARDI, V. P. B. **Entre Árvores e Esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: paralelo 15 editores, 1996. 431 p.

MAIA, L. J. O. **Serra de Ibiapaba – De aldeia à vila de índios**: vassalagem e identidade no Ceará Colonial, Século VIII. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização, e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Lacerd, 2004.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista História**, São Paulo, fevereiro 1997.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, 2009.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

SOUSA, M. H. M. **Missão na Ibiapaba**. Estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. 122 p.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. **Geografia**: conceitos e temas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2008.

EXTENSÃO, AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES E PERMANÊNCIA INDÍGENA E QUILOMBOLA NA UFT/MIRACEMA: NOVAS FORMAS DE VIVER A UNIVERSIDADE

Rosemary Negreiros de Araújo¹

Resumo: O presente relato apresenta alguns aspectos do Programa intitulado **Extensão, Afirmação de Identidades e Permanência Indígena e Quilombola na UFT/Miracema**, que vem sendo desenvolvido no Campus de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), junto a estudantes indígenas e quilombolas.

Palavras-chave: Extensão; Pesquisa-ação; Povos indígenas; Comunidades tradicionais.

Apresentação

O presente relato apresenta alguns aspectos do Programa intitulado **Extensão, Afirmação de Identidades e Permanência Indígena e Quilombola na UFT/Miracema**, que vem sendo desenvolvido no Campus de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), junto a estudantes indígenas e quilombolas.

A UFT é composta por sete campi que, em comum, apresentam uma expressiva diversidade cultural e social. O Campus de Miracema conta, no seu quadro de alunos, com 45 alunos indígenas regularmente matriculados, pertencentes aos povos Xerente, Karajá, Karajá Xambioá, Javaé, Atikum e Pankará². Desse percentual, o maior número pertence ao povo Xerente, 41 Indíge-

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). rosemarynegreiros@hotmail.com.

2 Pertencentes ao Estado de Pernambuco.

nas. Já os quilombolas são em número de 21, oriundos de duas comunidades em Chapada de Natividade, com exceção de uma aluna, pertencente a Boi de Carro, no Maranhão.

Essa diversidade, ao tempo que se coloca como potência, no sentido de colaborar com diálogos interculturais e expressar a presença na Universidade de grupos historicamente excluídos desse espaço, caso dos povos indígenas e comunidades tradicionais, também configura um desafio teórico, metodológico e pedagógico. Como acolher o Outro, por tanto tempo negado como sujeito de direito sem reproduzir as desigualdades de raça, classe, gênero e etnia que marcam a sociedade brasileira? Como garantir o direito à educação usando os mesmos códigos e linguagem que mais serviram para silenciar do que para emancipar? Como mediar a passagem da escola para a Universidade, vivida por esses alunos, considerando a mudança do papel dessas instituições?

Desenvolvimento

Partindo dessas e outras problematizações, o referido Programa foi elaborado com vistas a constituir uma iniciativa que vise contribuir com a visibilização dos estudantes pertencentes aos povos originários (indígenas) e às comunidades tradicionais (quilombolas) no meio acadêmico como sujeitos de direito a partir de ações educativas e de pesquisa que tragam o debate étnico-racial como cerne de suas metodologias.

O acesso e a permanência de estudantes indígenas e quilombolas na UFT decorre da luta que essas etnias travaram pelos seus direitos, a fim de construir uma vida digna às futuras gerações e, principalmente, assumirem uma condução autônoma de seus destinos. Os sujeitos envolvidos no projeto são estudantes indígenas, que são povos originários, e quilombolas, que pertencem a comunidades tradicionais. No caso dos povos indígenas, enfrentam o desafio de lidar com saberes que não são próprios de sua tradição – jurídicos, linguísticos, técnicos, entre outros – que os interpelam nas relações com o Estado e com as políticas deles advindas (Bergamaschi, 2013).

A inserção na Universidade, em especial para os povos indígenas, responde também a necessidade de formarem professores para suas escolas. A educação diferenciada tem sido uma luta desses Povos. Dessa forma, chegar à Universidade para se qualificar para o exercício do ofício de professores das escolas di-

ferenciadas é uma conquista bastante comemorada. No entanto, a já comentada invisibilidade que permeia os povos indígenas e comunidades tradicionais em espaços como a Universidade gera um quadro de evasão entre os alunos indígenas, por isso é tão importante trabalhar o fortalecimento da identidade indígena. Quanto aos quilombolas, no caso do Tocantins, em sua maioria as comunidades remanescentes de quilombo, representam uma maior vulnerabilidade devido a sua trajetória histórica e geográfica.

Em razão dessas particularidades e de outras, aqui não mencionadas, mas que possuem relevância para essa pesquisa-ação, considera-se necessário desenvolver atividades de extensão nos Campi de Miracema e de Palmas, com o intuito de promover a interação entre esses estudantes e os demais que compõem o corpo discente da UFT, como também de outras instituições, na perspectiva do fortalecimento e da permanência de indígenas e quilombolas no ensino superior, contribuindo com a democratização da Universidade pública e com a visibilidade e valorização sociocultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A pesquisa-ação

Para o desenvolvimento do Programa, elegemos a pesquisa-ação “enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação” (Thiollent, 2005, p. 9). Partindo dessa premissa metodológica, estamos desenvolvendo momentos de vivências acadêmicas e científicas entre estudantes indígenas, quilombolas e demais estudantes, professores e técnicos, por meio da constituição dos ciclos de debates, cursos, oficinas e feiras. A duração prevista da intervenção é de dois anos, com carga horária de 340 horas, divididas entre ações educativas e de pesquisa. De caráter interdisciplinar, as ações estão agrupadas em três eixos temáticos que abrigam um conjunto de ações:

EIXO A – Acesso e permanência de indígenas e quilombolas

1) Visita guiada que forneça orientações sobre os principais sujeitos e lugares de produção de conhecimento (laboratórios de pesquisa, salas de aula, gabinetes de docentes), de gestão administrativa (Reitoria, Direção, Coordenações de Curso), de espaços de socialização e organização discente (lançonetes, praças, centro acadêmico), dentre outros.

2) Oficina de construção de roteiros e produção de vídeos (40 horas): tem como propósito fornecer formação técnica para que estudantes indígenas e quilombolas construam roteiros de vídeos de curta duração sobre temáticas que contemplem seu cotidiano, lugares afetivos e simbólicos, a memória de velhos, a produção de artesanato e/ou alimentos pelas mulheres, rituais, curiosidades etc. Os vídeos produzidos comporão a programação do cine-debate (atividade 4 do eixo B) e da Feira de Saberes e Coisas (atividade 3 do eixo C).

3) Oficina de Metodologias de Leitura e Elaboração de Textos (20 horas): considerando que uma das dificuldades que permeiam a continuidade dos estudantes indígenas e quilombolas é o acesso à linguagem acadêmica, essa atividade buscará apresentar essa linguagem e partilhar ferramentas de leituras e escritas.

EIXO B – Territorialidades, movimentos sociais e questões ambientais

1) Oficina de memória e história oral (20 horas): partindo do que reflete Paul Thompson (1992) sobre a história oral, que, segundo o autor, tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, cujas vozes estão ocultas, a oficina tem como objetivos dialogar com essas vozes ocultas na perspectiva de registrar as principais territorialidades constituídas nas aldeias e comunidades onde vivem os estudantes.

2) Todo dia é dia de índio e de negro (40 horas): Território e movimento indígena e quilombola – propor a construção de um levantamento dos principais movimentos e das ações em curso em torno dos direitos dos povos indígenas e quilombolas, a fim de reforçar a ideia de que a luta é todo dia.

3) Cine debate (40 horas): Através de filmes e/ou documentários que abordem distintas dimensões do cotidiano de povos originários e comunidades tradicionais, propiciar o debate sobre essas realidades e suas interseções com a configuração espacial e histórica da realidade brasileira.

4) Por um socialismo indo-americano - Vida e concepções de José Carlos Mariátegui (20 horas): a oficina tem como objetivo conhecer quem foi esse estudioso, quando e onde viveu e suas concepções, trazendo aspectos de sua obra, na qual faz uma reflexão sobre a História Econômica do Peru, a questão indígena e sua relação com a questão agrária.

5) Oficina de Educação Ambiental (30 horas): busca propiciar espaços de discussões e formação de práticas educativas em educação ambiental com metodologias participativas; trabalhar com formação social direcionada para as questões socioambientais.

EIXO C – Memória e Arte de povos indígenas e quilombolas

1) Oficina Arte e dança (40 horas): essa atividade será voltada para reflexões sobre a memória e a cultura indígenas e quilombolas. Em especial, suas manifestações artísticas, rituais de danças, músicas e outras expressões/elaborações artísticas que sejam expressões de povos originários (indígenas) e comunidades tradicionais (quilombolas).

2) Oficina de pintura em telas (20 horas): tem como objetivo trabalhar a pintura enquanto expressão representativa da experiência vivida, do cotidiano e da cultura local e dos modos de viver, de suas territorialidades, de seu povo indígena e/ou comunidades tradicionais quilombolas.

3) Feirinha do Escambo (60 horas): essa atividade pretende dar visibilidade ao artesanato produzido pelos povos indígenas e quilombolas através da circulação e troca solidária de artefatos.

Considerações Finais

A intervenção está em sua fase inicial, mas, como resultados preliminares, destacam-se a adesão dos estudantes e servidores públicos à proposta. Parcerias com outros docentes foram firmadas e caminhamos para organização de um núcleo de pesquisa. Uma sala foi cedida pela Universidade, e essa conquista tem sido comemorada por se constituir em um espaço de referência para a formação em torno das questões trabalhadas no Programa. Pretendemos ampliar o debate junto a outros campi da UFT, divulgando as ações do Programa.

Referências

BERGAMASCHI, M. A.; KURROSCHI, A. R. S. Estudantes Indígenas no Ensino Superior: O Programa de acesso e permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARTE E TERRITORIALIDADES: O COTIDIANO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM CORES E FORMAS

Rosemary Negreiros de Araújo¹
Kleber Wairurã Barbosa de Lima Xerente²
Sara Maristela Carvalho³
Vanda Sibakadi Xerente⁴

Resumo: Trata-se de um conjunto de oficinas que compõe um projeto de extensão, com o objetivo de produzir desenhos e pinturas que estejam inspiradas e retratem a cultura, os modos de vida, a cosmologia e outras dimensões do viver dos povos indígenas e comunidades tradicionais, desenvolvidos com estudantes indígenas e quilombolas da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema.

Palavras-chave: Povos indígenas e comunidades tradicionais; Cultura; Modos de vida e cosmologia; Desenhos e pinturas.

Apresentação

A arte como linguagem, como modo de vida, como expressão de territorialidades, como resistência, foi o que mobilizou a escrita de um projeto de intervenção junto a estudantes indígenas e quilombolas do Campus Miracema, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Trata-se do projeto *Arte e Territorialidades: o cotidiano de povos e comunidades tradicionais em cores e formas*, que engloba o conjunto de oficinas que

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). rosemarynegreiros@hotmail.com.

2 Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT), kleberwairu@yahoo.com.br.

3 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT), maristelladavi@bol.com.br.

4 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT), sibakadi.xerente2015@gmail.com.

possui, como objetivo, produzir desenhos e pinturas que estejam inspiradas e que retratem a cultura, os modos de vida, a cosmologia, entre outras dimensões, do viver dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Por intermédio da memória, da arte e da cultura, busca-se proporcionar um ambiente inspirador para a produção de artefatos. Desenhos e pinturas sobre as imagens que cada um(a) carrega em seu imaginário, sejam das brincadeiras de suas infâncias, dos lugares significativos do seu viver em comunidade, do que era e não é mais em termos das apropriações territoriais e dos modos de vida.

A proposta vem favorecendo um debate sobre as várias dimensões de olhar, de ver, de enxergar, de distinguir, de conhecer, de apreender, de memorizar e de registrar que, às vezes, identifica os mesmos espaços e os mesmos lugares, e ainda, como são percebidos os significados e as formas por cada indivíduo, mas também como é possível encontrar padrões mais coletivos de percepções, que possuem a potência para o fortalecimento da autonomia individual e coletiva.

O projeto consiste na execução de várias oficinas sobre artes (desenhos e pinturas) e memórias, sendo que estas, ao mesmo tempo em que contribuem para criar laços, contribuem também para o fortalecimento da autonomia: mostrar que podemos e devemos pensar a partir da elaboração de dados, da classificação e da interpretação dos mesmos.

Desenvolvimento

Inicialmente foi realizado o levantamento do perfil e das expectativas dos participantes. Em seguida, com a apresentação dos objetivos do projeto em diálogo com as expectativas dos participantes, foram construídos acordos coletivos, tais como: assiduidade, pontualidade, cuidado com o material e limpeza da sala.

As atividades tiveram início com um exercício sobre a imagem afetiva de cada um. Em seguida, foi feita a partilha de imagens a partir de rodas de conversa, tendo como fio condutor dessa metodologia a articulação entre memória e história, a história de vida, e a arte (no caso, a pintura) como uma linguagem, uma forma de tradução. Dentre as oficinas, foram desenvolvidas atividades cuja metodologia se constituiu em leituras de imagens e rememo-

ração de experiências, a fim de inspirar as produções de desenhos e pinturas entre os participantes. Foram aplicadas também diversas técnicas de desenhos e pinturas, utilizando diferentes materiais.

O projeto em desenvolvimento será avaliado a partir da produção das artes que forem sendo produzidas pelo grupo, e pelas exposições promovidas.

Relação dos participantes com as artes (em especial com o desenho/pintura) e as expectativas dos envolvidos

Os participantes são estudantes indígenas, não indígenas e quilombolas. Dentre as expectativas dos participantes, estes alegam que seu envolvimento no projeto se dá com o propósito de conhecer mais a cultura e compartilhar saberes, pois esperam ter muito a aprender. Cada turma de desenho tem algo a expressar, transmitindo uma visão diferenciada, e cada tela vai além do que está posto, conforme se verifica nas imagens abaixo.

Pinturas Produzidas nas oficinas



Em sentido horário, as artes expressam: Corrida de Tora (Roberval Rbemekwa Xerente); Posto Indígena Atikum (Sara Carvalho Atikum); Guerreiros Karaja (Joel Idjeheri Karaja). Mulher Indígena e o rio (Jessica Lopes Atikum); Espécies animais do cerrado ameaçadas (Roberval Rbemekwa Xerente); O sol, a caatinga e o mandacaru (Jessica Lopes Atikum);

Fonte: Fotografado por Eurofran Silva, em abril de 2018.

A vontade de aprender e de interagir ficou clara na opinião dos participantes, que consideram os desenhos e pinturas de suma importância. Alguns participantes indígenas afirmaram que: “como indígenas, precisamos muito ensinar aos jovens e adolescentes da aldeia”, e ainda que nem todos os indígenas dominam a arte da pintura, que significa algo muito importante para eles. A pintura corporal dos *Akwẽ-Xerente*, por exemplo, possui um significado de respeito e traz aspectos sobre a organização social e política deles, além de ser utilizada como base para os artesanatos e/ou artes em geral. Dessa forma, a relação de proximidade com as pinturas é profunda.

Os estudantes disseram que apreciam muito o trabalho, a criatividade e a cultura indígena e quilombola, acreditam que aprender sobre elas ajuda a abrir a mente. Esperam, nesse projeto, aprender com colegas de outras comunidades as artes feitas por estes, e também compartilhar um pouco de seus conhecimentos em relação às artes indígenas e quilombolas. A interação entre essas comunidades é de um grande valor para todos nós, essa troca de conhecimentos trará novidades e alguns esperam superar as expectativas, uma vez que o fato de adquirir conhecimentos novos contribui para compartilhar com filhos e netos sobre outras culturas.

Sobre o conteúdo dos desenhos e pinturas

Mesmo sendo apreciadores das artes, alguns alunos enfatizaram que não a praticam desde a adolescência por falta de tempo e por estarem envolvidos com outras atividades. Entre os estudantes indígenas, o desenho e a pintura estão muito presentes através da pintura corporal. Os *Akwẽ-Xerente* e os *Karajá* possuem prática com as pinturas corporais desde muito cedo, as quais são feitas obedecendo a determinados critérios.

No caso dos indígenas *Xerente*, o critério é clânico. É a forma usada atualmente e desde os primeiros registros etnográficos para indicar o pertencimento de uma pessoa a uma das metades exogâmicas (*Doi e Wahirê*), a um dos seis clãs patri-lineares ligados às duas metades (respectivamente *Kuzã, Kbazi, Krito; Krozake, Krẽprehi e Wahirê*) ou a um dos partidos da corrida de tora (*Htamhã e Stêromkwa*), além de distinguir os ocupantes de alguns cargos cerimoniais (*Danõhuikwa, Pêkwa, Dakmãhrákwa*), que têm padrões próprios de pintura.

Já entre os *Karajá*, a pintura corporal baseia-se nos elementos da natureza, por exemplo, a pele dos animais existentes na região onde habitam. Seu gra-

fismo é espontâneo e apresentado através de linhas retas, de espessuras finas e grossas, em desenhos que possuem uma composição que parece ser infinita a exemplo de um arabesco. Seu traçado apresenta-se tanto de forma simétrica quanto assimétrica. Esse tipo de grafismo é elaborado e pensado para os dias de rituais com o intuito de caracterização da “pele social” do grupo. Os Karajá são nacionalmente conhecidos através das bonecas de cerâmica e cestarias que eles produzem, o grafismo também é o mesmo que é feito no corpo. Dois círculos são desenhados na face, logo abaixo dos olhos, e se apresentam como uma espécie de “marca” étnica do grupo.

Considerações Finais

Considerando que o projeto está em andamento, como resultado inicial, registra-se um grande interesse e adesão dos estudantes à proposta. A percepção destes em relação a esse exercício é a de que essa outra linguagem, no caso, a arte, trouxe importantes elementos para o debate sobre memória, identidades, territorialidades e direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Por último, convém ressaltar que também está em andamento a organização de um arquivo das produções visando à realização de uma exposição dos trabalhos em eventos na UFT, nas aldeias, em comunidades tradicionais da região e em outras instituições de ensino. Dessa forma, conclui-se que os objetivos do projeto estão sendo alcançados, tomando como referencial o desenvolvimento, e a proposta de ideias para disseminar práticas e saberes.

Referências

SILVA, J. S.; GIRALDIN, O. **Pintura Corporal na sociedade Akwẽ-Xerente**. Disponível em: <http://www.sbpcnet.Org.br/livro/62ra/resumos/resumos/291.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NOS SERTÕES DE CRATEÚS-CE: POR UM FAZER GEOGRÁFICO MILITANTE

Rutilene Teles Cardoso¹

Naiara Silva Casusa²

Maria das Dores Alexandre Maia³

Resumo: O texto propõe-se a pensar o ensino de geografia numa perspectiva teórico-metodológica, que alie teoria e práxis, visando, sobretudo, formar discentes mais críticos e comprometidos com a ideia de ressignificação do conhecimento. Dessa maneira, discutir as relações entre memória, identidade, espaço, território e representação espacial, fazendo para isso uso do recorte territorial da Comunidade Quilombola de Queimadas, situada na zona rural do município de Crateús-CE, revela-se importante instrumento de construção de uma geografia contextualizada e afeita à realidade local, contribuindo, portanto, com a emancipação de sujeitos demandantes de direitos.

Palavras-Chave: Memória; Identidade; Espaço; Território.

Introdução

A economia do território Quilombola de Queimadas baseia-se na agricultura. Grande parte da lavoura produzida pelos camponeses destina-se aos fazendeiros da região, já que o pedaço de terra em que plantam é de “propriedade” desses grandes latifundiários (lamentavelmente essa pratica ainda é muito comum no campo brasileiro).

1 Aluna graduanda do segundo semestre do Curso de Geografia/Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus de Crateús-CE. rutileneteles2016@gmail.com.

2 Aluna graduanda do segundo semestre do Curso de Geografia/Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus de Crateús-CE. nsc.quimica.ifce@gmail.com.

3 Aluna graduanda do segundo semestre do Curso de Geografia/Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus de Crateús-CE. dorimaiaas@gmail.com.

É sabido que o Brasil, por mais de três séculos, legitimou a escravidão como prática de Estado, o que explica em grande medida a concentração fundiária ainda vigente. Durante todo esse tempo não houve preocupação com acesso a moradia, saúde, educação e distribuição da terra. De maneira que, quando da supressão [legal] da escravatura, os negros foram abandonados à própria sorte, não tendo ademais direito à indenização. Deste modo, sem nenhuma qualificação profissional, foram obrigados a assumirem postos de trabalhos precarizados, com baixa remuneração, o que [infelizmente] perdura até os dias atuais.

Assim, o relato de experiência em comento que faz parte de visita técnica realizada na data de 05 de março de 2018, na Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Queimadas, situada na zona rural do município de Crateús-CE, como parte da disciplina de Introdução ao Pensamento Geográfico em parceria com a cadeira de Cartografia, do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus de Crateús-CE, destina-se a abordar temas correlatos ao ensino de geografia, sobretudo a temática quilombola numa perspectiva interdisciplinar, com destaque para assuntos como representação espacial do território visitado, bem como conceitos referentes à memória, espaço, identidade e território.

Remanescentes Quilombolas de Queimadas: Afeto, Memória e Luta de um Povo

A aula de campo, ocorrida na Comunidade de Queimadas realizou-se por meio do método expositivo dialogado, com roda de conversa entre os representantes da Associação Quilombola, professores(as) e acadêmicos(as) do Curso de Licenciatura em Geografia e demais servidores(as) do IFCE, Campus de Crateús-CE, presentes ao evento.

O material utilizado restringiu-se fundamentalmente ao uso individual de cadernetas de anotações por parte de estudantes e demais participantes, além de exposição de informações numa espécie de quadro (improvisado) na parede pelos membros da Associação Quilombola de Queimadas.

Inicialmente, os representantes da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombolas de Queimadas realizaram momento de acolhida, com boas-vindas aos presentes. Em seguida, a presidenta da Associação Comunitária e uma das lideranças quilombolas, Sra. Maria Michelly Gomes Oliveira,

fez uso da palavra, expondo o tema Comunidade Quilombola de Queimadas: história, lutas e desafios.

Na sua fala inicial, a Sra. Maria Michelly Gomes Oliveira conta a história dos primeiros habitantes do local, enfatizando a presença das principais famílias que deram origem a Comunidade Quilombola. Utiliza para isso a técnica conhecida por “Árvore Genealógica”, em que traz à tona o surgimento das famílias, inclusive descrevendo como se deu, ao longo de todo esse tempo, a própria organização comunitária dos remanescentes quilombolas na região.

Percebe-se que um dos principais desafios do grupo atualmente diz respeito a conseguir manter a memória coletiva da comunidade “viva”. Nesse sentido, registrar o que tem a dizer, principalmente os mais velhos, configura-se desafio dos mais difíceis.

Nessa perspectiva, Maria Michelly Gomes Oliveira sentencia que a história, para ser “válida”, precisa estar escrita. Assim, a partir desse pressuposto, abre-se um debate sobre o que se pode chamar de “autoria” e “autoridade”, ou seja, essas pessoas ao contar suas histórias individuais e/ou coletivas mostram que a partir de suas experiências fazem “história”. Todavia, essa história lhes é negada pela “institucionalidade”, pela via “oficial”. De modo que é preciso vir outras pessoas com o poder da autoridade para legitimarem suas falas, que volta e meia são colocadas em xeque.

A luta por reconhecimento de direitos se dá também no campo do discurso que é disseminado na comunidade. Nesse sentido, contrapor narrativas hegemônicas de negação da identidade quilombola constitui-se estratégia de luta política. Portanto, mesmo que se tenha resistência de parcela da comunidade de Queimadas, quanto a aceitarem a etnia quilombola, necessário se faz abertura de diálogo e intensificação da luta.

De maneira que o debate da propriedade da terra faz-se indispensável e urgente, já que é a partir da divisão da terra que se organiza toda a sociabilidade daquela comunidade. Grosso modo, percebe-se que o território Quilombola de Queimadas, enquanto construção social, apresenta-se imerso numa disputa de poder que evidencia fundamentalmente, por um lado, a luta de uma comunidade [quilombola] que foi “desumanizada” pela lógica senhorial do instituto da escravidão e, de outro, os “herdeiros” da “casa grande”, que não admitem fazer reparação histórica e justiça social, portanto, defendem o *status quo* da propriedade privada da terra.

No que se refere aos equipamentos sociais disponíveis na comunidade, destaca-se a unidade escolar José de Araújo Veras, de responsabilidade municipal, oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II (Inep, 2018), que inclusive recebe aporte de recurso financeiro adicional de outras esferas de governo por se localizar em área de remanescentes de quilombos. Todavia, lideranças comunitárias expõem certa dificuldade de diálogo com o corpo diretivo da escola, até mesmo no que se refere a questões de ordem conteudística e também de currículo. Nesse sentido, temas importantes para a comunidade afrodescendente não são muitas vezes trabalhados em sala de aula, já que, por atender também alunos(as) que não se reivindicam quilombolas, há resistências de professores(as), em especial de servidores(as) temporários(as), que temem represálias de parte da comunidade escolar e mesmo de lideranças da região (fazendeiros, políticos etc.).

Constata-se que desde quando o termo “quilombola” ganhou espaço nas rodas de amigos, no mercadinho da esquina, nos almoços de família, passando até mesmo a compor as discussões coletivas da agenda local, os processos divisórios no âmbito da comunidade acirram-se consideravelmente. Em virtude disso, alguns proprietários de terra, usando da força econômica e do poder político que detém na região⁴, exercem certo boicote e mesmo perseguições às pessoas/famílias que se reconhecem enquanto remanescentes quilombolas. E a escola que joga um papel importante nesse tabuleiro regional acaba por refletir esse clima hostil e mesmo propagar (ainda que seja muito problemático falar/afirmar isso).

Nota-se que as impressões da diáspora negra ainda são muito presentes naquele povo, em especial nas pessoas mais velhas, que demonstram enormes dificuldades em relatar histórias de seus antepassados. O receio de nomear os algozes de gerações anteriores impõe-se de forma muito forte, talvez pelo fato de praticamente todos os descendentes destes carrascos de outrora ainda residirem na comunidade.

De forma que o processo de “silenciamento” dessas populações trazidas da África para cá de forma compulsória e obrigadas a produzir riqueza de forma

4 Os grandes grupos de famílias da região de Queimadas sempre contaram com parentes compondo os governos das mais diferentes matizes ideológicas, seja ocupando cargos de comando no poder executivo municipal, ou mesmo exercendo mandatos na Câmara de Vereadores, o que em alguma medida acaba por interferir no fluxo de políticas públicas ou ações de governo (estadual e/ou federal) que precisam ser executados no âmbito da municipalidade.

gratuita, passa por apostar no “apagamento” de suas histórias e na aniquilação da própria memória comum dessas pessoas.

É fundamental sublinhar que, apesar de a certidão de autorreconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares⁵, que atesta oficialmente a comunidade de Queimadas como remanescente de quilombo, representar importante conquista para o grosso das pessoas daquele povoado, a comunidade ainda anseia pela demarcação da terra. Nesse sentido, tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o processo de certificação do lugar, que diz respeito à titulação definitiva do terreno para os remanescentes de quilombos.

Portanto, a luta por direitos sociais perpassa pelo acesso a políticas públicas, bens e serviços de qualidade, que historicamente foram negados à Comunidade Quilombola de Queimadas. Logo, o desafio é fazer com que os jovens [principalmente] se interessem pela história do território, de seus ancestrais para, a partir daí, avançar num modelo de coletividade menos injusta.

Considerações Finais

Num país com forte formação escravocrata como o Brasil, pensar em direitos para populações que historicamente foram marginalizadas apresenta-se como um imenso desafio.

De sorte que propor intervenções que respondam as demandas sociais e históricas de um território com as peculiaridades como o de Queimadas, passa indubitavelmente pelo diálogo do conhecimento científico produzido na universidade, por exemplo, com a sabedoria popular inscrita nas falas e no modo de existir daquelas pessoas.

Do mesmo modo, necessário se faz que nos indaguemos: Qual o papel da geografia realizada no IFCE Campus de Crateús-CE, tendo em vista a demanda por (re)conhecimento de direitos de populações tradicionais, como a Comunidade Quilombola de Queimadas? Como essa área da ciência social pode contribuir no debate e mesmo numa intervenção mais concreta junto àquela comunidade? Essas são questões que precisam ser objeto de nossas “pré-ocupações” no âmbito da academia, já que temos um papel social relevante, do

5 Documento disponibilizado por Maria Michelly Gomes Oliveira na aula de campo, em Queimadas, em março de 2018.

qual não podemos renunciar e mais agora quando somos (re)apresentados a essa questão fundamental.

Referências

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul. 2018.

EIXO 4
CONFLITOS
AMBIENTAIS

TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA: A OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE DA PARADA, MUNICÍPIO DA SÃO GONÇALO DO AMARANTE – CE CONTRA A PERFURAÇÃO DOS POÇOS PARA A OFERTA DE ÁGUA PARA O CIPP

Francisco Amsterdam Soares Silva¹

Resumo: O presente relato foi fruto da experiência vivida na ocupação na comunidade da Parada, distrito de São Gonçalo do Amarante – Ceará, como parte das atividades da pesquisa que vêm sendo desenvolvida no mestrado em Geografia. Nosso objetivo é investigar o processo de modernização da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, um investimento estatal que desde a década de 1990 vem promovendo um intenso processo de territorialização do capital, remoção de comunidades e impactos socioterritoriais. A ocupação, que ocorre desde o dia 19 de junho, tem se colocado contra a instalação de poços para captação de água por entender que essa a exploração irá esgotar esse recurso na região. Nosso objetivo foi nos aproximar da realidade local, entender sua luta e contribuir denunciando tal processo que irá intensificar os problemas que já vem ocorrendo fruto da instalação do CIPP.

Palavras-chave: Comunidade da Parada; Resistência Popular; Autonomia.

Apresentação

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), criado em 1995, encontra-se entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante-CE. Está localizado no litoral cearense, dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, especificamente a oeste da capital cearense na planície costeira.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, amsterdam17@yahoo.com.br.

As estruturas do CIPP, instaladas em 13.337 hectares, envolvem um terminal portuário e o distrito industrial, onde se localizam a Usina Termelétrica Energia (UTE) e Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), uma fábrica de cimento e já conta com área para a instalação de uma refinaria. No complexo, existem ainda duas unidades de conservação: a Estação Ecológica do Pecém (unidade de conservação de proteção integral, com 973,09 ha) e a Área de Preservação do Pecém (unidade de conservação de uso sustentável, com 122, 79 ha).

Toda essa infraestrutura é fruto do modelo de desenvolvimento defendido pelas elites políticas estaduais nos últimos 30 anos, os chamados *Novos empresários*, que se organizaram inicialmente no Centro Industrial do Ceará - CIC. Este modelo de desenvolvimento tem promovido intensa desterritorialização das comunidades ali localizadas como pequenos camponeses, pescadores e indígenas, têm promovido poluição contínua do ar, das águas e do solo, além de uma ruptura nos modos de vida das comunidades locais com a diminuição da atividade agrícola, da pesca artesanal e da coleta de frutos.

O uso da água pelos equipamentos do CIPP é intensivo, notoriamente pelas térmicas movidas a carvão, cujo resfriamento de suas máquinas demanda intenso consumo hídrico. Além do uso intensivo de água, esses empreendimentos são responsáveis por intensa e constante poluição do ar, das águas superficiais e dos solos, pela liberação de particulados de pó de carvão e minério de ferro. Esse material tem vazado constantemente, atingindo o campo de dunas, as lagoas e as residências das comunidades do entorno, da Lagoa do Pecém à Parada. A primeira comunidade passou por um processo, ao longo de três anos, para receber indenizações pelos danos causados pela poluição. Centenas de famílias tiveram de sair do seu local de moradia, já apresentando consequências à saúde, em especial problemas respiratórios e dermatológicos. Na comunidade da Parada, há o assentamento Nova Vida, que abriga 79 famílias removidas em 2010, pois suas comunidades de origem foram destinadas a empreendimentos do CIPP.

O conflito, que vem sendo vivenciado atualmente pelas comunidades do entorno do CIPP, tem sua raiz na expropriação inicial das terras para a instalação das indústrias e outros equipamentos do complexo, e atualmente se manifesta na luta contra a retirada das águas do lençol freático, já que o Açude Sítios Novos, localizado nas proximidades, secou por fornecer água para o complexo. Temendo que o mesmo aconteça com o lençol freático, as comu-

nidades se mobilizaram contra a instalação dos poços, seja pela via judicial, seja pela via da ação direta, impedindo o funcionamento das máquinas que instalam os canos.

Desenvolvimento

Nossa visita à ocupação, localizada na comunidade da Parada, teve o objetivo de entender as motivações da luta comunitária e de se apropriar dos conflitos que vem sendo desenvolvidos desde a instalação do CIPP em meados dos anos 1990. Estivemos mais de uma vez no entorno do CIPP visitando algumas comunidades que sofrem outros problemas decorrentes da instalação do complexo, dentre os quais listamos: 1- a remoção de várias comunidades de suas terras e as consequências desse processo como o assentamento para outras áreas e a demarcação de área indígena; 2- problemas de saúde decorrentes da poluição do ar, das águas e do solo, problemas que se manifestam em doenças pulmonares e dermatológicas, além de vários casos de depressão especialmente na população mais idosa; 3- a ameaça aos ecossistemas, à flora e à fauna com o aterramento de lagoas, barramento de sedimentos da faixa de praia, constantes vazamentos de carvão mineral no mar; 4- violação dos direitos humanos com o constante uso da força policial para garantir a viabilidade das instalações que ameaçam a vida das comunidades, assédio por parte do poder público municipal contra aqueles que dependem dos empregos temporários na prefeitura caso venham a questionar as ações do complexo; e 5- retirada intensiva da água para garantir o contínuo funcionamento da Siderúrgica e da térmica.

Esse último problema foi o que motivou a ocupação. A perfuração dos poços para a retirada de água tem sido uma demanda constante das indústrias localizadas no CIPP. As termelétricas Pecém I e II consomem juntas 650 litros por segundo! Na autorização para o início das obras, constam 27 comunidades localizadas no município de Caucaia, muito embora a ocupação denunciou que existem outras comunidades que serão atingidas e que não constam nos relatórios da Companhia de Gestão e Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, responsável pela captação da água e da COSAMPA, empresa responsável pela instalação da tubulação que irá retirar a água.

O início das instalações ocorreram no final do ano passado, quando a obra estava no seu processo inicial e se localizava apenas no município de Caucaia. Em ação movida no Ministério Público da União – MPU, este embargou a obra com a justificativa desta ameaçar a segurança hídrica das comunidades do entorno, que envolvia não apenas o município de Caucaia, mas avançava para o de São Gonçalo do Amarante e Paracuru, entendendo o MPU que a intervenção em qualquer destes pontos afetava toda a Região.

Entre os ocupantes, destacamos a participação ativa das mulheres que permanecem quase que o dia todo no acampamento, algumas delas acompanhadas de seus filhos e sobrinhos, adolescentes e crianças, além de garantir a distribuição de tarefas e organização do acampamento. As dificuldades de manter um acampamento 24 horas por dia têm sido contornadas com a participação de representantes das comunidades, algumas mais ativas do que outras. Infelizmente não pudemos observar a participação ativa de sindicatos de classe no movimento, somente três associações têm garantido a participação além da igreja católica do distrito.

Considerações Finais

Nesta ocupação, pudemos observar que existe uma grande dificuldade de enfrentamento com o estado, já que há uma aliança do setor público com o privado para a garantia da manutenção e execução do CIPP e das condições que ele necessitar, no caso, da água demandada pelas indústrias do complexo.

A resistência tem sido feita com todas as dificuldades, já que o Estado, a imprensa e as empresas têm atuado de forma unitária para garantir a viabilidade do projeto. A ausência de entidades de classe como sindicatos, associações e outros movimentos sociais demonstra as dificuldades que os movimentos têm encontrado para enfrentar o capital e os governos, contudo a luta social encontra saídas nas ações organizadas.

Por fim, consideramos que a luta contra a perfuração dos poços é apenas a manifestação de uma resistência, muitas vezes inconsciente, contra o modelo de desenvolvimento excludente que o CIPP promove, é um processo mais amplo de espoliação que o capital tem promovido em várias Regiões do globo e que só com mobilização e luta de classes será possível construir outra socialidade para além do capital.

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÃO POPULAR

*Iara Vanessa Fraga de Santana*¹

*Erivan Silva Camelo*²

*Wanessa Maria Costa Cavalcante Brandão*³

Resumo: O relato seguinte partilha momentos de (re) aproximação de comunidades impactadas com a ampliação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) no município de São Gonçalo do Amarante, Ceará. Anteriormente (2008), acompanhávamos e contribuíamos a partir do Grupo de Resistência Ambiental por Outra(s) Sociabilidade(s) – GRÃOS com o processo de resistência das comunidades, em especial as indígenas Anacé, à implantação da termoeletrica. Após dez anos, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) retoma um processo de contribuição na organização política das comunidades do entorno do CIPP, mas desta vez com a termoeletrica e a siderurgica funcionando a todo vapor e, a partir de então, estamos contribuindo na organização, formação, luta e resistência, iniciando pelo tema da saúde que está ameaçada por vários fatores relacionados fumaça das chaminés da Termoeletrica e da poeira carregada de pequenas partículas de ferro da Siderurgica que caem sobre as casas das famílias.

Palavras-chave: Conflito Socioambiental; Organização Popular; Mineração.

Apresentação

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP compõe uma das principais ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará dos anos

1 Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e militante do MAM. iara-fragas@yahoo.com.

2 Mestrando em Geografia pela UEVA/Sobral, militante do MAM. erivancs05@gmail.com.

3 Assistente Social, Residente na Escola de Saúde Pública do Ceará a partir da ênfase Saúde da família e Comunidade em São Gonçalo do Amarante (turma IV 2017-2019). wmccb.servicosocial@gmail.com.br.

de 1995 a 1998, integrando em nível nacional os programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”. Abrange áreas dos municípios cearenses de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação por meio do Decreto Estadual Nº 28.883/2007 de acordo com a publicação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará intitulada “Pacto Pelo Pecém: iniciando o diálogo”.

O CIPP é composto, dentre as diversas indústrias de base de transformação, pelo terminal portuário, termoelétrica que funciona a carvão mineral e siderúrgica. Esse foi desenvolvido numa região que outrora era ocupada por comunidade de pescadores, camponesas e indígenas.

As primeiras populações desterritorializadas foram as de pescadoras quando da construção do Porto do Pecém no início dos anos 2000. Em seguida, outras indústrias foram se instalando na região, como a Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda., fabricante de aerogeradores (turbinas eólicas).

Em 2008, iniciou-se o processo de implantação da Termoelétrica, que à época seu principal acionista era o empresário Eike Batista. Foi neste período que o Grupo de Resistência Ambiental por Outra Sociabilidade (GRÃOS) se aproximou das comunidades indígenas Anacé, através do Núcleo Tramas (Universidade Federal do Ceará) e da Pastoral do Migrante.

Compunham a Comissão da Terra junto com as comunidades e outras entidades. Realizavam trabalho de base para fortalecimento comunitário e organização política, bem como a produção de documentários e dossiês de denúncias, além de articulações com a universidade e como outros povos indígenas do Estado.

Essa luta de resistência contra a implementação da Termelétrica durou até parte da comunidade indígena negociar sua terra, seu território com o governo do Estado, entre os anos de 2011 e 2012. Neste período, o GRÃOS se afastou dos processos organizativos das comunidades. Reaproximou-se neste ano de 2018 na ocasião da inauguração da Reserva Indígena Taba dos Anacé, a primeira do Ceará. Passados 10 anos, parte das(os) Anacé foram realocados(as) na reserva, mas outras famílias decidiram permanecer na região.

Foi tomando conhecimento disso e de demandas básicas para sobrevivência, através da Residência em Saúde da Família, da Escola de Saúde Pública, que o MAM passou a caminhar por esses territórios, considerando que o fluxo minerário do Estado entra e sai pelo CIPP. O MAM nasceu em 2012 a partir

da realidade conflituosa entre mineradoras e territórios camponeses no Estado do Pará, principalmente depois do “Boom das commodities”⁴, em 2008, que acirrou ainda mais os conflitos entre mineradoras e territórios.

Concomitantemente, outros estados, e logo também o Ceará, começam a construção do movimento a partir do conflito entre mineradoras (que querem licença para extrair urânio e fosfato) e territórios camponeses no município de Santa Quitéria, que depois se espalha para outras regiões. A chegada do MAM no Pecém está pautada pela necessidade da reflexão sobre a Indústria da Mineração (que está ligada à siderurgia e à termelétrica), fortalecimento do território que desde sempre resiste o processo de avanço do capital, e conta com o apoio de militantes outrora do GRÃOS, agora contribuindo ativamente na construção do movimento.

Já a aproximação com a Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará a partir da Ênfase Saúde da Família e Comunidade ocorreu através da lotação da equipe multiprofissional (Serviço Social, Psicologia, Nutrição e Fisioterapia) no ponto de Apoio do Bolso, sendo este considerado microárea da Unidade Básica de Saúde de Acende Candeia, onde ocorrem atendimentos apenas duas vezes na semana, pela mesma equipe de referência. Esta atende as quase duzentas famílias residentes nas 15 localidades do Município de São Gonçalo do Amante que o Ponto de Apoio abrange (Bolso Centro, Chaves, Gregório, Camará, Gereraú, Córrego dos Tocos, Bom Jesus, Madeiro, Padre Holanda, Campo Grande, Tabuleiro, Lagoa Seca, Girau, São Roque e Oiticicas).

Percebemos, por meio da territorialização, da aproximação com as vivências da comunidade e dentro dos processos de trabalho, a intensa expropriação da subjetividade da comunidade, no que diz respeito a sua etnia e origem regional, seu potencial de organização e de enfrentamento ao grande capital, porém, frente à valorização do seu território/habitação, várias ações de enfrentamento e resistências têm sido percebidas nas experiências que estão ocorrendo ali.

4 O aumento expressivo da extração de minérios no território brasileiro depois de 2008 ficou conhecido como período de superciclo ou “boom das commodities” que se deu principalmente por dois motivos: o primeiro, pelo alto consumo mundial de importação de ferro pela China, que no ano 2000 se encontrava no patamar de 150 milhões de toneladas das importações globais e somente o Brasil exportou para China, em 2014, cerca de 152,88 milhões de toneladas de minério de ferro, o que correspondeu a 52% da exportação brasileira de commodities. o segundo motivo foi a política de crescimento econômico baseada na reprimarização da economia, que deu ênfase a fortes investimentos em bens primários, mas do que nos beneficiados e industrializados (MAM, 2017).

Desenvolvimento

Neste ano corrente, iniciamos reaproximação das comunidades que permaneceram nos seus territórios. Chegou ao MAM a informação de que a Unidade Básica de Saúde – UBS de Bolso estava há dois anos sem água e energia. Em razão disso, procedimentos ambulatoriais e consultas médicas com qualidade não estavam acontecendo neste posto de saúde.

Em nossa primeira conversa com algumas pessoas da comunidade, questionávamos: Como a UBS estava há dois anos sem água e energia, numa região que produz energia e que consome milhares de litros de água por dia? As pessoas, em sua maioria senhoras, nascidas e criadas naquele lugar, ficavam algumas caladas, como que sem acreditar em tamanha contradição. Outras demonstravam indignação e listavam em suas falas uma série de tantas outras contradições trazidas pelo complexo.

A partir de uma articulação com o Escritório Frei Tito de Alencar de Direitos Humanos – EFTA, vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, conseguimos com uma importante incidência do EFTA que as comunidades voltassem a ter água e luz no posto de saúde.

Em nosso segundo encontro, as pessoas trouxeram o problema do trânsito de caminhões em época de “safra do carvão mineral” quando os navios chegam carregados no porto. Além da poeira constante nas casas, algumas senhoras relataram motoristas que lavavam as caçambas nas comunidades ou que deixavam cair carvão mineral no trajeto.

Estivemos noutra vez dialogando sobre a importância da organização comunitária, e o que mais nos chama atenção é a certeza que aquelas pessoas têm de que é impossível viver em meio àquele complexo. Todas as falas não trazem a possibilidade de saída do local, como fizeram os Anacé e outras comunidades, como Tapuios, Padre Holanda, Gregórios etc.

Também conversamos com algumas pessoas do Assentamento Parada, que acolheu pessoas de comunidades atingidas pela siderúrgica e outras indústrias de base do CIPP, mas permaneceram sofrendo os impactos do complexo. Esse reassentamento fica a poucos quilômetros de distância da Termoelétrica e sequer receberam titulação da terra pelo Estado.

Lá os moradores relataram que, além da poeira de cor preta que cai constantemente sobre as casas, existe uma incidência muito grande de doenças respira-

tórias e de pele, e que depois da instalação da termelétrica e siderúrgica sentem sempre no mesmo horário um odor insuportável assemelhado a enxofre. Da comunidade, avistamos o funcionamento da empresa a todo vapor e, ao anoitecer, conseguimos visualizar com mais nitidez a quantidade de fumaça emitida.

Esses fatores se somam à desativação da Capela local, que era espaço de culto e socialização da vida comunitária, à privatização e aterramento de lagoas que significavam espaços de lazer e pesca, à falta de segurança, especialmente para as mulheres, inclusive, com relatos de estupros coletivos e exploração sexual de adolescentes. As péssimas condições de iluminação e pavimentação inviabilizam a mobilidade de pedestres e pessoas com deficiência. Ambos se intensificam com a falta de transporte coletivo e ausência extrema de políticas públicas para infância e juventudes. Somados à baixa resolutividade e acesso aos serviços de saúde, criam um contexto caótico e multifacetado a ser enfrentado pela comunidade e profissionais de saúde que ali atuam.

Para o Estado, o CIPP é a porta de entrada e saída da chamada “riqueza” do Ceará, que paralelamente equilibra a balança comercial, enquanto para as comunidades que ali vivem significa a morte da agricultura familiar, do turismo comunitário, da pesca artesanal e principalmente do meio ambiente de forma geral. Para os movimentos sociais e principalmente para nós, do MAM, significa a destruição de 24 mil HA de terra onde viviam várias comunidades tradicionais que conviviam e tiravam o seu sustento a partir de atividades agrícolas e pesqueiras e, agora, se veem diante de uma grande ameaça por não poderem mais produzir alimentos em detrimento da invasão e do empobrecimento da terra e, conseqüentemente, da escassez de água, devido a este bem estar sendo sugado do subsolo pelas empresas para atividade industrial.

Apenas para a implantação da termelétrica, foram impactadas diretamente mais de 700 famílias, sendo que 351 se assumem e são reconhecidas pela FUNAI como indígenas Anacé, que viviam da pesca e da agricultura. Para honrar o pacto com as empresas, o governo do estado comprou uma área de 543 hectares no município de Caucaia e transformou-a em uma reserva em tempo relâmpago (a primeira do Ceará), construindo 163 moradias e removendo parte dos indígenas. Mas outras famílias, incluindo os indígenas que não quiseram ir para a reserva, continuam engolindo fumaça das chaminés e poeira com pequenas partículas de ferro que caem sobre suas casas. Isso tem causado o conflito entre as comunidades e as empresas em relação a quem tem de fato o direito de posse da terra como essencial para continuidade da vida.

A Companhia Siderúrgica do Pecém ocupa um terreno de 297 hectares, consome 1.500 litros de água por segundo, que seria equivalente a um município de 90 mil pessoas em pleno semiárido, e utiliza 180 MW de potência de energia (que em sua maioria é produzida por carvão mineral) ou mais de 14% de toda a potência fornecida aos estados do Ceará e Pernambuco. Nos últimos meses, a prefeitura de São Gonçalo do Amarante, juntamente com as empresas, forçaram perfurar 35 poços que seriam para levar água para a termelétrica, mas a comunidade Parada, em parceria com movimentos sociais, montou um acampamento de resistência e denuncia que, se os poços forem cavados, secarão as cacimbas que provêm água para todo aquele território, principalmente para o consumo humano. O projeto está embargado por não ter sequer licenças ambientais.

O território no Sistema Único de Saúde (SUS) é concebido como matriz e matéria-prima de trabalho, especialmente a partir da estruturação da regionalização, hierarquização e descentralização como diretrizes do sistema. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) pauta que as equipes de referência definam a organização dos processos de trabalho a partir do território, vinculado a descrição de clientela por micro áreas. Segundo Oliveira e Furlan (2008), os “olhares” para o conceito de território impactam nos processos de saúde-doença-intervenção, demandando, além de competência técnica, compromisso ético-político no sentido de intervir de forma comprometida com a população, nas correlações de forças existentes nos territórios/serviços.

No contexto das Residências Multiprofissionais em Saúde, faz-se necessário que a categoria profissional esteja ancorada no desenvolvimento das competências propostas pelos programas, afirmando uma postura política pedagógica indissociável na relação entre gestores, profissionais e usuários (as) do SUS. Desse modo é preciso que o:

[...] trabalho esteja atento às refrações da questão social no âmbito dos processos saúde/doença e às demandas emergentes no cotidiano profissional, de forma a potencializar a produção e a garantia da saúde através da defesa e da ampliação de direitos. Adensar as mediações entre saúde e questão social, tendo como foco de problematização os determinantes sociais do processo saúde/doença, consiste num dos principais eixos do trabalho e da formação dos assistentes sociais nas Residências (Closs, p. 47, 2012).

A memória Anacé se faz presente na sociabilidade Amarantina. Pensando assim, a equipe da residência elaborou o Poema TERRITORIO ANACÉ dando destaque aos protagonistas históricos e à cultura do município:

Da praia ao sertão
 Trabalho e diversão
 Cidade banhada pelas águas da Taba Anacetaba
 Vida e luz entre as sombras do terral e carnaubal
 São Gonçalo do Amarante
 Terra de luta e política popular
 Jangadas ao vento
 Na esperança e humildade do dia a dia
 Em ares de descanso
 Do mirante da Taíba às barragens em luar
 Na tarrafa as histórias pra contar, construir junto, 'se chegar!'
 Trabalhadora e trabalhador
 Entre forasteiros e áreas portuárias...
 Vigilância com resistência de classe e demanda popular
 Muita renda trouxe pra cidade
 Mas tem sujeira vindoura da poluição
 E sexo servindo de exploração
 No produto do crescimento, estamos de olho!
 No sertão, o crochê é minha renda
 Meu saber popular
 Artesanato em vida e cor
 A cultura em união na busca do nosso valor
 A cansada nos olhos e nas costas a dor
 Entre as tardes desse sol forte as Artes com amor
 Sou agricultora das terras Anacés
 Do cultivo de feijão, milho...
 No suor, no calor, mas com valor...
 Meu sustento, minha saúde, minha família...
 Tem farinha de mandioca, castanha e caju, é muita fartura minha
 senhora,
 São Gonçalo há de valorizar!!!
 Couro, coros, cortejos, corrida e pega de bois
 Nosso reisado, nossa festa, nossa raiz
 Nosso santo é festeiro, é casamenteiro
 É cultura presente, viva...!
 Em meio a fumaça, me disseram adeus!
 Meu povo indígena, não teve adeus
 Tem índio sim!
 De muitas lutas, somos Anacés...
 Nem sempre reconhecidos pela terra
 Muitas vezes machucada, nós somos a memória Anacetabas [...].

Ao considerar as determinações sociais da saúde existentes no território como “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (Buss; Pellegrini Filho, 2007), faz-se necessária a observância das relações de poder, da organização dos serviços e do modo de vida da comunidade, para o reconhecimento dos territórios a partir da territorialização como metodologia de diagnóstico e reconhecimento situacional da Rede de Atenção à Saúde.

Para Rigotto e Santos (2011), a territorialização é ferramenta primordial na organização dos processos de trabalho-produção e no reconhecimento da relação entre saúde-ambiente na Atenção Básica, devendo aquela ocorrer de forma permanente e Inter setorial. O intuito não é o mapeamento geográfico das áreas de abrangência, mas sim, a apreensão da dinâmica social que impacta as relações de produção da tríade saúde-doença-intervenção. As particularidades da questão regional do Nordeste, por exemplo, demandam uma atenção especial no que se refere à territorialização como ferramenta de operacionalização do SUS. Ao reconhecermos a conformação sócio-histórica dessa região a partir da trajetória de migrações, mendicância e enfrentamento ao Semiárido, percebemos as singularidades expressas nas formas tradicionais de produção da saúde, assim como, as determinações do adoecimento dos diversos grupos populacionais.

As intensas mudanças socioambientais na localidade ocasionaram drásticas modificações na sociabilidade da população tradicional em relação aos modos de vida da comunidade e Bolso. Percebemos que a baixa participação popular, a ausência de pesquisas e de educação permanente, fortalece os processos de alienação, os quais naturalizam o quadro de negação de direitos, frente o potencial econômico/produtivo do CIPP. Por essa razão, faz-se necessária a articulação com os diversos movimentos sociais e comunidade como forma de construir estratégias coletivas de enfrentamento a lógica imposta.

Considerações Finais

Uma das maiores fragilidades percebidas a partir da relação saúde/território/ambiente é a ausência de ações no âmbito da Atenção Básica junto aos trabalhadores das empresas adjacentes e que residem em casas coletivas. E ainda,

existe grande negligência no que diz respeito aos dados da vigilância em saúde sobre os fatores de morbimortalidade e acidentes no CIPP. As notificações, quando ocorrem, sofrem influência dos profissionais das empresas no sentido de descaracterização dos acidentes de trabalho, sendo esta uma pauta latente no cotidiano da comunidade e dos serviços de saúde no município.

Outro desafio a ser enfrentado está na fragilidade do transporte que leva os profissionais até as localidades, o qual atende às diversas demandas da UBS de Acende Candeia, restando poucas oportunidades para visitas em locais de mais difícil acesso, favorecendo um cenário onde os profissionais não podem desenvolver suas atribuições, além de que, quando chove, o carro não consegue passar, devido às condições de infraestruturas e porte do veículo.

Apesar do cenário, parte da comunidade se mostra disposta a fortalecer a luta pela justiça socioambiental frente aos desafios postos.

Referências

ABEPSS. **EMENTA DO GTP QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 461-466, jul./dez. 2012.

ALBUQUERQUE, M. F. C. **Zona costeira do Pecém**: de colônia de pescador a região portuária. Universidade Estadual do Ceará. Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG. 2005.

BEZERRA, M. G. V. **Do canto das Nambus ao barulho do trem**: Transformações no modo de vida e na saúde na comunidade de Bolso no Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE. Universidade Federal do Ceará – Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Curso de Mestrado em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. 2010.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1. p. 77-93, 2007.

CLOSS, T. T. Inserção do Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Atenção Básica: formação em equipe e integralidade. *In*: BELLINE, M. I. B.; CLOSS, T. T. **Serviço Social, Residência Multiprofissional e Pós-Graduação**: A excelência na formação do Assistente Social, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2012.

DE SOUSA, V. L.; SANTANA, I. V. F.; ASSIS NETO, P. V.; AGUIAR, R. S. **A Luta Anacé frente aos “impactos” industriais.** I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010, Natal. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/A%20Luta%20Anac%C3%A9%20frente%20aos%20%E2%80%9CimPACTos%E2%80%9D%20industriais.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Assembleias Populares da mineração: um debate urgente e necessário.** Marabá-PA, 2017.

SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. **Território e territorialização:** incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, nov. 2010/fev. 2011, p. 387-406. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n3/03.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

TELES, G. A.; AMORA, Z. B. **Os conteúdos da urbanização/metropolização em São Gonçalo do Amarante/CE:** considerações a partir da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404784590_ARQUIVO_OsconteudosdaurbanizacaoemPecemTextocompleto.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA EM DISPUTA E A CONSTRUÇÃO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEÁRA - CAC: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL, CRATO-CE

Jonisley Soares da Silva¹
Ana Roberta Duarte Piancó²

Resumo: O presente artigo visa estudar um conflito vivenciado atualmente no Assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato-CE. Tal comunidade vem sendo impactada pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Dessa maneira, pretendemos aqui identificar quais os impactos do CAC para a comunidade, entender o significado da construção dessa obra, conhecer o ponto de vista dos assentados em relação à construção do CAC e refletir sobre a importância da luta pela conquista e permanência na terra. Para realização de tal estudo, fez-se necessário um levantamento bibliográfico, ler autores que falam sobre a questão agrária, movimentos sociais e grandes obras, e ainda a realização da pesquisa de campo para conhecer os sujeitos que vivem no Assentamento e entender suas visões diante dos fatos. Nesse sentido, o presente trabalho aborda uma questão atual e recorrente no Brasil, que é a negligência aos povos do campo.

Palavras-chave: Grandes Obras; Cinturão das Águas do Ceará; Resistência Camponesa; Assentamento 10 de Abril.

-
- 1 Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Cariri – URCA, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Território, Espaço e Movimentos Sociais vinculado ao CNPq. Atua como Monitor da disciplina de Geografia Agrária do curso da IES acima, pesquisando temas ligados as questões do campo.
 - 2 Professora do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri – URCA, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Território, Espaço e Movimentos Sociais vinculado ao CNPq.

Introdução

O presente artigo busca estudar um conflito que vem se dando atualmente no Assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato-CE. Essa comunidade vem enfrentando sérios problemas através da construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC, que suprimiu parte das terras do assentamento e de outras comunidades do distrito de Monte Alverne.

Pretendemos abordar os efeitos dessa imensa obra, buscando identificar os impactos para o referido assentamento e conhecer o ponto de vista dos camponeses atingidos. Alguns questionamentos nortearam o trabalho, como: quais são os impactos do CAC para o assentamento? Quem será beneficiado com a construção? O que os assentados pensam a respeito do CAC? Esses questionamentos permitem entender melhor a situação que atualmente envolve o Assentamento 10 de Abril.

A relevância do presente estudo se dá pelo fato de evidenciar um processo recorrente, violento e contraditório, que vem gerando a desintegração dos povos camponeses e tradicionais, que conquistaram o direito à terra com muita luta. Inicialmente o trabalho destaca uma breve contextualização da questão agrária brasileira, em seguida apresenta um pouco da história do Assentamento 10 de Abril e no final destaca considerações sobre o CAC.

Partimos do pressuposto de que a luta pelo direito ao acesso e permanência na terra não cessa. O Assentamento 10 de Abril é resultado da luta e resistência de vários camponeses da Região do Cariri Cearense, que já na década de 1990, através do Movimento dos Sem Terras – MST, ocuparam a fazenda Caldeirão, no município de Crato/CE, a fim de conquistar a tão sonhada terra.

O processo de distribuição terras no Brasil é, historicamente, marcado por profundas desigualdades. Desde o período colonial, a posse da terra tem se concentrado nas mãos de uma minoria, e as formas de acesso a ela sempre beneficiou a classe dominante, as chamadas elites agrárias, o que gerou no campo duas situações conflitantes: de um lado os que são excluídos da posse da terra e, de outro, os que têm o monopólio dela. Isso provocou a existência de grande número de expropriados e explorados, que vivem no campo sem nenhuma garantia ou benefícios. São muitos os casos de resistência e enfretamento em todo o país, temos à exemplo só no Nordeste, o quilombo dos Palmares, Canudos e o Caldeirão do Beato Zé Loureço. Foram resistências que buscavam uma saída diante da exploração e subjugação vivida no campo. De acordo com Fernandes:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcaram a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante (Fernandes, 2000, p. 25).

No século XX, essas lutas se intensificam, principalmente na segunda metade. Começam a surgir os primeiros grupos e movimentos dispostos a discutir e a lutar contra a concentração da terra. Na década de sessenta, surgem as Comunidade Eclesiais de Base – CEBs. Já no final da década de 50 e início de 60, surgem no Nordeste as ligas camponesas (Sapê na Paraíba e Engenho da Galileia no Pernambuco). Nos primeiros anos da década de 80, surge a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

No final da década de 70 para o início da década de 80, tem origem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que desde então se consolidou como o movimento mais atuante e importante na luta pela reforma agrária, como bem ressalta Fernandes:

O movimento foi se fazendo com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Esse *caráter popular* de uma forma organização, em que participam as mulheres, as crianças, os homens, os jovens e os anciões, diferenciava o Movimento das outras instituições políticas. Durante a formação do Movimento, as famílias criam espaços de participação porque a dimensão da luta pela terra requer e envolve a todos. Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Daí a necessidade da participação de todos. Também perceberam que nesse ponto residia toda a sua força. A participação das mulheres e das crianças no enfrentamento com a polícia demonstra que a luta é de vida e de morte. À medida que todos se incluem no Movimento, os camponeses tornam-se uma potencialidade extraordinária, de modo que o MST está sempre a multiplicar o seu poder político de luta e resistência (Fernandes, 2000, p. 84 – grifo do autor).

Hoje, não só a grande propriedade ou o agronegócio ameaçam a pequena agricultura, mas também as grandes obras estatais, que de alguma forma buscam atender os interesses do capital. Tais obras costumam demandar por grandes extensões de terras e inevitavelmente acabam gerando impactos naturais e/ou socioculturais. No caso de impactos socioculturais, comunidades precisam ceder seus territórios ou parte deles para dá lugar as obras, como é o caso que se verifica frequentemente na Região Norte do país, com a construção de barragens e hidrelétricas. Esse mesmo processo, chamado de desterritorialização, também está acontecendo na Região do Cariri Cearense, não apenas atingindo comunidades tradicionais, mas também camponeses assentados, que através da construção do CAC perderam parte de suas terras já conquistadas.

O território camponês é frequentemente disputado, isso porque a sua lógica contraria os imperativos do sistema hegemônico. Para que o capital se expanda, é necessário desterritorializar, dismantelar comunidades e consequentemente suprimir a coesão dos grupos. Quando nos remetemos ao conceito de território, referimo-nos ao espaço apropriado e marcado pelas relações de poder e controle social, seja no aspecto político, econômico ou cultural. Além disso, aglutina dimensões materiais e simbólicas, tendo essa última um importante papel na constituição de determinadas identidades. Segundo Haesbaert:

Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um 'ter', mediador de relações (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o 'ser' de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta ou descontínua (Haesbaert, 1999, p. 185).

Nesse sentido, a territorialização dos movimentos sociais se dá pela afirmação da identidade, das práticas e dos conjuntos simbólicos, o que os garante produzir e se organizarem de acordo com os seus costumes, preservando suas histórias e suas raízes.

Voltando ao Assentamento 10 de Abril, este é fruto da luta por Reforma Agrária no Cariri Cearense, que se deu por meio da ocupação da Fazenda Caldeirão no dia 10 de abril de 1991, organizada pelo MST, na qual mobilizou camponeses de vários municípios do Cariri na luta e resistência pela terra. De acordo com Silva e Piancó:

A ocupação ocorreu no dia 10 de Abril e dela participaram 96 famílias, que durante 15 dias permaneceram acampadas na propriedade na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. A ocupação do Caldeirão tinha como objetivo maior criar um fato político que pudesse repercutir para que dessa forma o governo apresentasse uma solução para o problema dos trabalhadores que não possuíam terra (Silva; Piancó, 2005).

O dono da Fazenda Caldeirão negou-se a vender as terras para o Estado para desapropriação e assentamento das famílias, o que obrigou os camponeses a deixarem o acampamento. A saída para o êxito do movimento foi ocupar o Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, local de festas e feiras agropecuárias da Cidade de Crato, trazendo mais visibilidade e pressionando as autoridades para atender as reivindicações do movimento. Nesse contexto, depois de muito embate, o governador Ciro Ferreira Gomes desapropriou duas fazendas, Gerais e Carnaúba Gerais, vizinhas à fazenda Caldeirão, e passou o título das terras, de 1.332.002 hectares, para os ocupantes. Vale ressaltar que, dessas terras, apenas 10% são agricultáveis, formada predominantemente por serras e serrotes, sendo constituídas de solos jovens. Após 27 anos da terra conquistada, muitos projetos foram desenvolvidos e outros em andamento.

Objetivos

Estudar os efeitos da construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC no Assentamento 10 de Abril, município de Crato-CE, buscando: a) identificar os impactos já causados na comunidade; b) compreender o significado da construção dessa obra; c) conhecer o ponto de vista dos assentados em relação à construção do CAC; e d) refletir sobre a importância da luta pela conquista e permanência na terra.

Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida no Assentamento 10 de Abril, localizado no distrito de Monte Alverne, município de Crato-CE, estando esse situado na Região do Cariri, extremo sul do Estado do Ceará, a uma distância aproximada de 560 Km da capital Fortaleza. A realização da pesquisa constou

de duas etapas, a primeira de caráter teórico e a segunda de caráter empírico. Na primeira etapa, buscou-se fazer um estudo do referencial teórico já produzido acerca da temática e do objeto em questão, enquanto na segunda etapa, a empírica, buscou-se fazer uma codificação da face mensurável da realidade social, através de um estudo de campo no Assentamento 10 de Abril.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi do tipo estudo de caso. Para Prodanov e Freitas (2000):

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc.

A partir do levantamento bibliográfico, foram feitas leituras sobre as discussões acerca da questão agrária, de grandes obras, lutas camponesas e movimentos sociais, com destaque para as contribuições de Oliveira (2007), Fernandes (2000), Martins (1991) e Brito (2016).

No estudo empírico do Assentamento, foi o momento de diálogos com camponeses, a partir de rodas de conversas, os quais destacaram as principais dificuldades na luta pela terra e pela aquisição de investimentos para a comunidade, inclusive destacaram o projeto de construção de moradias, que demorou sete anos após conquista da terra para ser liberado pelo estado, enfatizaram ainda os pontos negativos da construção do CAC e a importância da luta e resistência camponesa.

Resultados

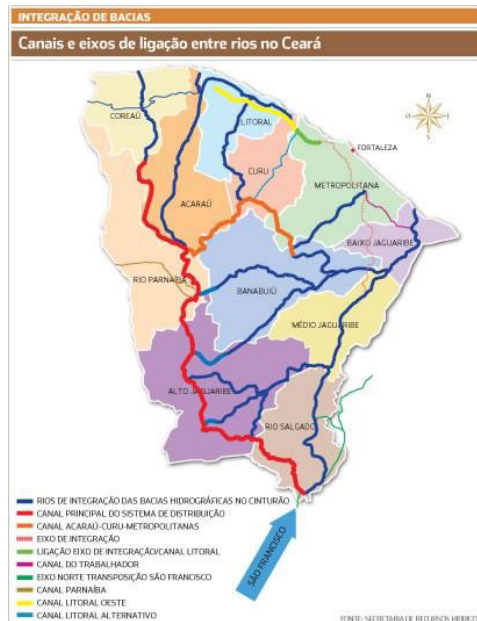
O Cinturão das Águas, que ainda segue em construção, atinge uma parte da área do Assentamento 10 de Abril, o que vem causando alguns impactos negativos para a comunidade. Antes de destacá-los, é importante compreender o que é o Cinturão das Águas. A princípio a realização dessa obra demonstra que o Estado do Ceará vem expandindo as políticas públicas voltadas para o

setor de infraestrutura hídrica, principalmente no âmbito das novas formas de gestão da água. De acordo com Brito (2016):

A construção de grandes obras de integração regional – sejam ligadas, por exemplo, à comunicação, à produção, ao escoamento, à contenção de corpos hídricos, à rede viária ou ferroviária – expressam o desenvolvimento expansionista do capitalismo, ou seja, a expansão física e simbólica do sistema de produção racionalizada de valor de troca (Brito, 2016, p. 33).

Enquanto projeto, o CAC foi apresentado pelo governo de Cid Gomes no ano de 2009 e, nesse mesmo ano, foram feitos os primeiros estudos para definir quais as áreas os canais iriam cortar. No entanto, foi com governo de Camilo Santana que as obras se iniciaram, fazendo o projeto sair do papel.

Figura 1 - Integração das bacias



Fonte: Site Miséria http://www.miseria.com.br/index.php?page=noticia&cod_not=48428
Acesso em: 17 nov. 2018.

O principal intuito do CAC é interligar as 12 bacias hidrográficas do estado a partir da perenização de rios e assim juntar-se à transposição do Rio São Francisco. A água será captada e levada até a capital Fortaleza para o abastecimento desta, bem como atender as demandas do agronegócio (fruticultura irrigada do baixo Jaguaribe) e do porto do Pecém. Para Nobre (2015, p. 123),

“o que se vê é um grande esforço em inserir o Ceará na lógica da produção e do consumo globalizado criando condições favoráveis para grandes investidores do agronegócio.” Nesse sentido, o Ceará mergulha fundo nos investimentos em obras hídricas e de infraestrutura para atender setores específicos da economia, que visam, sobretudo, ganhos lucrativos ao atenderem as demandas do mercado globalizado, e isso exige, acima de tudo, competitividade, daí o motivo para tais investimentos.

Vale salientar que essa inserção consiste na territorialização do agronegócio, que, como bem menciona Fernandes (2011), se vale tanto de políticas públicas como privadas para se desenvolver a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção voltada para exportação. Ao mesmo tempo, o agronegócio vem provocando a desterritorialização dos povos do campo, pois a sua expansão vai ao sentido contrário ao modo de vida e interesses dos camponeses. Dessa forma, a realização CAC nada tem a ver com o dilema da seca do nordeste e da falta d'água para o sertanejo, a obra vem para atender apenas frações do espaço, sobretudo as que estejam inseridas na lógica da produção e competitividade do mercado, ou seja, inerentes ao novo arranjo territorial produtivo.

O Assentamento 10 de Abril possui cerca de 1.332.002 hectares de terras, dos quais, de acordo com assentados, mais de 80 hectares serão confiscados pelo Estado para a construção do CAC. Esses assentados, além de perderem essas terras, perdem também os investimentos que nela fizeram, como os esforços para tornar a terra mais fértil, os açudes e os locais de produção sustentável, como mandalas e quintais produtivos. Dona Ana, que participou do processo de conquista do Assentamento, foi diretamente atingida pelas obras, pois parte da sua área produção ficou restringida ao CAC. Mesmo assim, dona Ana resiste aos desmandos do CAC, participando de assembleias e lutando pelos direitos dos camponeses.

Segundo Brito:

A execução dessas obras lega para os lugares transformações sem precedentes. Desde o crescimento corpulento da população, abrasado por fluxos migratórios, a alteração dos modos de vidas, circulação, comunicação e comércio, podendo essa região ter crescimento desordenado e, em curto período de tempo, urbanizar-se, abrindo a localidade a influências políticas, culturais e econômicas de várias escalas (Brito, 2016, p. 34).

Atualmente parte das terras do assentamento está em livre acesso, sem delimitação, onde seguem as construções do CAC. De acordo os moradores, a empresa que ganhou a licitação para execução das obras tem atuado sem dialogar com a comunidade, desmatando áreas preservadas para colocação dos marcos, derrubando cercas que delimitam a área do assentamento e deixando a comunidade exposta.

Figura 2 - Canal que passa pelo Assentamento



Fonte: SILVA, J. S.

Figura 3 - Túnel do canal que passa pelo assentamento



Fonte: SILVA, J. S.

Isso trouxe, como consequência, o acesso e livre circulação de pessoas de outras comunidades no Assentamento, principalmente para fins de lazer, pesca e até de prostituição, que ocorre em um dos açudes engolido pelas obras do CAC (Figura 3). Vale ressaltar que as terras do Assentamento pertencem à associação comunitária, sendo esta a portadora do título de posse que fora concedido pelo estado, e talvez por esse motivo o Estado atuou arbitrariamente, não debatendo sobre o que seria o CAC.

Figura 4 - Açude engolido pelas obras do CAC



Fonte: SILVA, J. S.

Segundo os moradores, um dos maiores problemas enfrentados no Assentamento 10 de Abril era a falta de água. Com luta e esforço coletivo, os assentados conseguiram construir açudes e poços artesianos, no entanto, essas conquistas estão ameaçadas pela construção do CAC. Com a construção do canal, houve a separação da comunidade de dois açudes que foram engolidos pelas obras, o que tornou o acesso à água mais difícil, principalmente para os animais. Os camponeses ainda têm dúvida sobre como ficará essa questão depois que as obras forem concluídas, se terão ou não o acesso aos dois açudes, segundo o engenheiro responsável pelo trecho das obras, será garantido todo o recurso hídrico já disponível e utilizado pelos assentados.. Tal fato chega a ser contraditório, uma obra hídrica que não garante água para a pequena agricultura e que dificulta o acesso a ela.

Considerações Finais

A discussão aqui apresentada buscou evidenciar um processo que está ocorrendo e que precisa ser refletido pela sociedade e pela academia, um processo contraditório, que reforça a tese de que a luta pela terra não cessa, não acaba. Quando o interesse do capital é se expandir inevitavelmente, será uma ameaça para a classe expropriada e explorada, até mesmo para os pequenos agricultores que têm a posse de suas terras.

No caso dos assentados do 10 de Abril, a luta ainda não acabou, pois eles buscam, em um trabalho coletivo, mais melhorias para a comunidade. O território camponês vai além da posse da terra. Consiste na possibilidade de ampliar e materializar os seios da classe camponesa, garantindo a produção alimentar básica da família e geração de recursos econômicos e sociais.

O assentamento tem apenas 27 anos de existência e agora, ao mesmo tempo em que luta para se estruturar, luta também para não perder a posse de suas terras, para não serem expropriados novamente. Assim como em outros casos, como é o exemplo do açude Castanhão, O CAC é uma obra destinada para um setor da economia que vem crescendo no Ceará, a fruticultura, em perímetros irrigados no baixo Jaguaribe, ou seja, essa obra nada tem a ver com os discursos políticos, que diz que é para beneficiar toda a população.

Referências

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m):** grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. 1ª Ed. Curitiba-PR: CRV, 2016.

ELIAS, D. Restruturação Produtiva da Agricultura Cearense. Rumo à desintegração competitiva e fragmentação do espaço agrário. *In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. Ceará: Um novo olhar geográfico.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas e a questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. *In: RAMOS FILHO, E. S. et al. (Orgs.). Estado, políticas públicas e território.* 1ª Ed. São Paulo-SP: Outras Expressões, 2015. 280 p.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. *In*: RODENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: A questão política no campo. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

NOBRE, W. N. **Baixio das Palmeiras**: apontamentos geográficos, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015. 164-p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

SILVA, J. J.; PIANCÓ, A. R. D. **Assentamento 10 de Abril em Crato (Ceará)**: o sonho de um novo. Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente: Anais do evento, 2005.

A POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO CEARÁ E SUA RELAÇÃO COM OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA

*Ligia Maria S. P. Castro*¹
*Elen Karine Forte Pessoa*²
*Jamylle de Sousa Monteiro*³

Resumo: Os conflitos pelo uso da água no Estado do Ceará demonstram, de forma clara, a apropriação do capital sobre os recursos naturais do território cearense. Isso leva a um pensamento paradoxal, uma vez que é um estado considerado pioneiro na gestão participativa e descentralizado dos Recursos Hídricos. Através da análise da gestão hídrica no estado, busca-se compreender os conflitos pelo uso da água, elencando as disputas emergentes atuais.

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Gestão dos Recursos hídricos; Conflitos Socioambientais.

Introdução

Os conflitos pelo uso da água no Estado do Ceará demonstram de forma clara a apropriação do capital sobre os recursos naturais do território cearense. A situação se torna ainda mais complicada quando também é nítida a permissão e até mesmo o incentivo por parte do Estado para que ocorra tal fato, incentivo este que é justificado por ideias desenvolvimentistas que só aumentam a dominação do capital sobre os recursos naturais.

O presente trabalho traz uma reflexão acerca da gestão dos recursos hídricos no Ceará e de como essa gestão oferece aberturas para a manutenção dos conflitos pelo uso da água, pois, apesar de a gestão das águas no Estado do

1 Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (ligia.castroo@hotmail.com).

2 Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (karinepessoa.7@gmail.com).

3 Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (jamyllemonteirojsm12@gmail.com).

Ceará ser exemplo de administração, ela acaba privilegiando grandes empresários e exibindo uma falta de democratização do acesso à água, que apresenta como consequência a articulação das comunidades em movimentos de resistência, que tem como produto a geração de conflitos.

Anterior à discussão propriamente dita de conflito socioambiental, é necessário tecer esclarecimentos acerca da perspectiva de “conflito”. Rodrigues e Mafra (2014) destacam que compreender o conflito significa uma forma de desmistificar uma sociedade pacífica com um tecido social que não se rompe. O conflito é assumido como um elemento da própria trajetória de sociabilidade humana. Para Simmel (*apud* Rodrigues; Mafra, 2014, p. 137), “o poder enriquecedor do conflito está no fato de que ele, ao invés de dividir o corpo social, o transforma positivamente em um espaço onde as posições dos sujeitos são reconhecidas”.

Em um conflito, na forma mais genuína da palavra, os diferentes atores envolvidos, sejam eles indivíduos, grupos ou organizações que fazem parte de sistemas políticos, possuem opiniões diferenciadas que são reflexos dos seus próprios interesses. O conflito entre os atores é consequência da atual sociedade e seus interesses de classes, que são resultados de jogos de poder. Em função de vantagens ou desvantagens, as posições de cada sujeito são reconhecidas, podendo, dessa forma, gerar alianças ou disputas.

Inserido na perspectiva do espaço e dos recursos naturais, a iminência do conflito está ligada aos “pressupostos de territorialização humana, entendendo esta como ação que visa estabelecer controle sobre um determinado território” (Rodrigues; Mafra, 2014, p. 138).

No século XXI, o conflito que se apresenta com maior evidência se relaciona ao uso e conservação dos recursos naturais. Segundo Muniz (2009), “os conflitos entre grupos sociais no embate pelo uso dos recursos naturais são os chamados conflitos distributivos, ou simplesmente conflitos socioambientais” (p. 183), e devem ser expostos a partir dos componentes social e ambiental, tornando-se assim um conflito socioambiental.

Foi partir da segunda metade do século XX que o ambientalismo começou a adquirir evidência com a intensificação dos conflitos socioambientais. Os movimentos ambientais começaram a se mobilizar com mais impulso em função de uma maior preocupação com a natureza e o uso desordenado de seus recursos visando promover ações e políticas de preservação e conservação.

A partir de então, era necessário associar desenvolvimento econômico com conservação e preservação da natureza, entretanto, não existia no arcabouço teórico das ciências econômicas solução para tal proposição. Foi na década de oitenta que foi elaborada uma nova matriz de desenvolvimento para a sociedade, o chamado desenvolvimento sustentável.

A partir da estruturação do modelo de desenvolvimento sustentável e melhor visualização dos conflitos envolvendo recursos naturais houve a necessidade de definir teoricamente essa tipologia de conflito, que embora não determinados, se disseminavam em todos os espaços, exigindo urgência no seu entendimento. Assim, passou a ser imperativo conhecer, delimitar, analisar e avaliar os conflitos socioambientais e sua delimitação teórica é ponto fundamental para o avanço do desenvolvimento sustentável (Brito *et al.* 2011, p. 53).

A questão teórica dos conflitos socioambientais é tratada nacionalmente e internacionalmente. Daguinete *et al.* (2011) elencaram os principais autores que possuem definições acerca do assunto.

Em âmbito internacional, os autores analisaram os seguintes estudiosos: Libiszewski, Tuner e Ruiz. De maneira geral e objetiva, esses autores envolvem em suas definições a noção de escassez de recursos naturais, nessa perspectiva a origem dos conflitos acontece a partir do desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos recursos naturais.

Em âmbito nacional, a autora elenca as contribuições de autores como Ribeiro, Carvalho e Scotto, Little e Acselrad. Aqui, os estudiosos consideram os atores sociais agentes em ação, consideração essa que possui suas formulações teóricas na chamada sociologia da ação. Daguinete *et al.* (2011) explicam que em geral, os autores brasileiros defendem que os conflitos socioambientais envolvem relações sociais de disputa ou tensões entre distintos grupos ou atores sociais pela apropriação ou gestão do patrimônio natural.

No Nordeste brasileiro, a água se tornou um fator de conflito no final do século XIX, e por motivos políticos e econômicos ocorreu uma defasagem de tempo para se dar impulso nas políticas públicas voltadas a essa questão, que começaram a ser desenhadas no século XX (Silveira, 2003 *apud* Rocha, 2013).

Em função dos aspectos físicos naturais do Nordeste, sobretudo do Estado do Ceará, o tema dos recursos hídricos é extremamente delicado, uma vez que

as condições naturais não são favoráveis e a ocorrência de periódicas secas é constante. De maneira geral, em grande parte do estado ocorre uma estagnação da oferta e uma crescente demanda. Dessa forma, a água é tema central dos conflitos que ocorrem no Ceará.

No Estado do Ceará, há registros de diversos conflitos relacionados ao uso e ao domínio dos recursos hídricos, também ocorrendo tensões relacionados à construção de barragens, desapropriação de comunidades e de outras origens.

A discussão institucional sobre os recursos hídricos começa em 1934, com o Código das Águas, que enfatizava ações destinadas à geração de energia elétrica e usos múltiplos. A partir da segunda metade do século XX, dentro do contexto do modelo de desenvolvimento econômico instituído no Brasil, passando ao não ser mais uma economia essencialmente agrícola, mas também industrial, problemas ambientais específicos foram gerados como resposta ao intenso processo de urbanização e crescimento demográfico, afetando a qualidade e quantidade das águas, com expressivo aumento e diversificação das suas demandas.

Utilizada como base para a maioria das atividades humanas, vista com componente imprescindível para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos espaços urbanos e rurais, a água é reconhecida legalmente no Brasil, através da Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997, como um recurso natural limitado, dotado de valor econômico (Machado; Torres, 2012), e no Ceará, em consonância com os princípios da PNRH, a Lei 11.996/92, fomenta a ideia de uma gestão descentralizada e participativa.

Com relação à definição do termo “Recursos Hídricos”, para Rebouças (2006), a água se torna recurso quando considerada bem econômico passível de utilização. Outros autores, da mesma forma, associam o termo “recursos hídricos” a um elemento natural usado para satisfazer as necessidades de homens e mulheres (Machado; Torres, 2012; Tundisi, 2008). Na própria legislação brasileira, a água é um recurso natural, de domínio público, dotado de valor econômico (Brasil, 1997). Nota-se que essas definições remetem à ideia de recurso natural como algo que deve ser explorado, de base natural, e especificamente os hídricos, precificado. Daí vale a reflexão sobre o conceito de recurso natural, que, segundo Venturi (2006), é “qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado, direta ou indiretamente, como forma de satisfação de suas necessidades”.

A partir dessas definições, a água passa a ser recurso hídrico quando demandada para a satisfação de determinadas necessidades humanas, e respaldada legalmente quando utilizada.

O Código das Águas, como alude Campos (2006), não foi capaz de incorporar meios para combater o desperdício, a escassez e a degradação emergente, e em 1988, com a Constituição Federal, passam a ser institucionalizados determinados avanços com relação ao gerenciamento dos recursos hídricos, como a criação de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Título III, Capítulo II, Artigo 21, Inciso XIX), que foi regulamentado pela Lei Federal 9.433/97 (Brasil, 1988, p. 26).

A Lei das Águas (9.433/97) institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Brasil, 1997). Considerada grande marco das ações referentes ao uso, planejamento, gestão e gerenciamento, a PNRH avança quanto a conservação das águas, estabelecendo como uma de suas diretrizes de ação a “adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País”, o que leva a superação da falsa concepção de abundância; e “a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental”, acentuando a abordagem sistêmica, integrada e preditiva na gestão das águas (Matsumura-Tundisi; Tundisi, 2008, p. 7).

No Ceará, a Lei Estadual referente aos recursos hídricos, nº 11.996, de 24 de julho de 1992, instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH e o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos – SIGERH, e considerou que cada bacia hidrográfica teria um comitê gestor de composição mista e de caráter consultivo, “espaço público onde são permanentemente debatidas concessões de uso da água” (Brito; Nobre, 2016, p. 5). No entanto, o caráter consultivo e não deliberativo dos comitês no Ceará inibe a posição da sociedade civil que frequentemente têm seus direitos ultrajados quanto ao uso da água.

Com grande parte de seu território inserido no Semiárido, a preocupação com a disponibilidade de água sempre permeou as discussões políticas e cotidianas no Ceará. Com a seca de 1877 a 1879, em que quase 50% da população morreu em decorrência de efeitos diretos e indiretos da seca, tem-se o registro das primeiras técnicas de manejo das águas (Campos, 2006, p. 28).

Uma gestão centralizada e burocrática, voltada a obras hidráulicas de armazenamento de água, exprime, de forma simples, como foram as primeiras

tentativas de ações contra a seca no estado. Em 1906 é concluído o primeiro açude do país, o Cedro, em Quixadá. A partir de 1987, o modelo neoliberal implementado com o governo das mudanças possibilitou um arranjo das novas estruturas institucionais na área dos Recursos Hídricos (Brito; Nobre, 2016, p. 7). Com isso, as grandes estruturas voltadas ao armazenamento e transposição de águas visavam garantir a produção de águas com o intuito de atender as demandas do agronegócio, por meio da agricultura irrigada, e dos complexos industriais de capital internacional.

Em 1993, é construído o canal do trabalhador, com o objetivo de transpor águas das Bacias do Salgado e Jaguaribe para o Complexo Riachão-Gavião-Pacoti. Essa obra apoiou-se no discurso de garantia de abastecimento de água para a RME. Em 2003, é concluído um dos maiores reservatórios artificiais de usos múltiplos da América Latina, o Açude Padre Cícero, ou Castanhão. E em 2014, é inaugurado o Eixão das Águas, que liga o Castanhão à barragem Gavião-Pacoti-Riachão. O Cinturão das Águas, mais uma grande obra hídrica, iniciou-se em 2013, gerando conflitos, principalmente na região do Cariri cearense.

Objetivo Geral

Analisar a gestão hídrica do estado do Ceará e sua relação com os conflitos pelo uso da água.

Objetivos Específicos

- Sistematizar o processo de gestão hídrica no Ceará;
- Compreender os conflitos pelo uso da água;
- Gerar informações que contribuam com a reflexão sobre a questão hídrica no Estado do Ceará.

Metodologia

O presente trabalho constituiu-se em pesquisa qualitativa, baseada em dados secundários, e pautada na análise das informações (Creswell, 2010). Os procedimentos, no que concerne aos instrumentais metodológicos, constaram de pesquisa bibliográfica, por meio de consulta a artigos e trabalhos existentes que tivessem alguma abordagem com a temática.

Resultados

Os conflitos pelo uso da água no Ceará é uma realidade que leva a um pensamento paradoxal, uma vez que é um estado considerado pioneiro na gestão participativa e descentralizada dos Recursos Hídricos. Apesar de financiamentos do governo federal e de instituições internacionais para realização de grandes obras de armazenamento e de transposição de águas, as disputas por esse recurso existem e foram acentuadas nos últimos anos, como mostra o Quadro 01.

Quadro 01 - Principais conflitos pelo uso da água no Estado do Ceará

Ano	Município	Nome do lugar	Tipo de Conflito
2008	Jaguaribara	Proj. Curupati Peixe e Irrigação/ Castanhão	Barragens e Açudes
	Jaguaribara	Projeto Alagamar/Castanhão	Barragens e Açudes
	Jaguaribara	Projeto Mandacaru/Castanhão	Barragens e Açudes
	Limoeiro do Norte	Com. Cabeça Preta/Proj. Irrig. Jaguaribe	Uso e preservação
	Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	Barragens e Açudes
	Meruoca	Barragem de Meruoca/Sítio Sabiá	Barragens e Açudes
2009	Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba	Apropriação Particular
	Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	Uso e preservação
	Itapipoca	P.A. Maceió	Apropriação Particular
	Itarema/ Itapipoca	T.I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	Apropriação Particular
	Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	Barragens e Açudes
2010	Acaraú	Comunidade Curral Velho	Uso e preservação
	Aquiraz	T.I. Jenipapo-Kanindé/Emp. Ypióca	Uso e preservação
	Beberibe	Resex da Prainha do Canto Verde	Apropriação Particular
	Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	Uso e preservação
	Jaguaribara	Barragem Castanhão	Barragens e Açudes
	Limoeiro do Norte/ Jaguaribe	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi	Uso e preservação
	Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russas/Dnocs	Barragens e Açudes
	Potiretama/ Iracema/ Alto Santo	Barragem do Figueiredo	Barragens e Açudes

2011	Limoeiro do Norte/ Jaguaruana/ Alto Santo/ Quixerê	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi - PAC	Uso e preservação
	Potiretama/ Iracema/ Alto Santo	Barragem do Figueiredo/PAC	Barragens e Açudes
2012	Cascavel	Comunidade Barra Velha	Uso e preservação
	Jaguaribara	Barragem Castanhão	Barragens e Açudes
	Limoeiro do Norte/ Jaguaribe/ Jaguaruana/ Alto Santo/ Quixerê	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi/ PAC	Uso e preservação
	Potiretama/ Iracema/ Alto Santo	Barragem do Figueiredo/PAC	Barragens e Açudes
2013	Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imobiliárias/Us. Eólica Icarai/PAC	Apropriação Particular
	Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	Barragens e Açudes
	Novo Oriente	Barragem Águas Flor do Campo	Barragens e Açudes
	Potiretama/ Iracema/ Alto Santo	Barragem do Figueiredo/PAC	Barragens e Açudes
2014	Potiretama/ Iracema/ Alto Santo	Barragem do Figueiredo/PAC	Barragens e Açudes
2015	Crato	Cinturão das Águas do Ceará- CAC/Crato/Baixio das Palmeiras	Barragens e Açudes
	Trairi	Agrovila Gameleira	Barragens e Açudes
2016	Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	Uso e preservação
	Beberibe	Resex da Prainha do Canto Verde 0	Apropriação Particular
	Potiretama/ Iracema/ Alto Santo	Barragem do Figueiredo/PAC	Barragens e Açudes

Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

O quadro demonstra os conflitos ocorridos no Estado do Ceará entre os anos de 2008 e 2016, os quais ocorrem onde há situações de diminuição do acesso à água para população, impedimento de acesso, reassentamentos inadequados, ameaças de expropriação, situações também de poluição ou destruição e o não cumprimento de procedimentos legais (CPT, 2017).

Podemos destacar os conflitos que geram os grandes projetos de perímetros irrigados, que são áreas que facilitam a entrada de empresas nacionais e transnacionais do agronegócio, que exploram os recursos naturais e a mão de obra local, com o intuito de produzir commodities.

No Estado do Ceará, as obras hídricas têm sido por muito tempo a solução para o enfrentamento da seca, porém, chama-se atenção para a constância de conflitos gerados pela construção de barragens e açudes, sendo também necessário citar certa oposição da população em relação a outras obras como transposições. É importante, acima de tudo, avaliar os impactos sociais dessas construções.

Considerações Finais

A gestão dos recursos hídricos no Ceará sempre foi marcada por questões políticas. A partir da década de 80, o novo modelo de desenvolvimento sustentou os grandes investimentos através de obras hídricas que, com o tempo, foram gerando conflitos. Hoje, o acesso à água é controlado pelo Estado, sendo cada vez mais difícil apreender o princípio de que água é um bem comum, pois é garantido para determinados setores, em divergência com a própria PNRH, que considera como usos prioritários o abastecimento humano e dessedentação de animais.

A constância de conflitos pelos usos da água revela uma falha na gestão dos recursos hídricos no Estado do Ceará, que na teoria é exemplo de gestão participativa, mas que na prática deixa a desejar quanto à democratização de acesso à água. Isso resulta em conflitos entre os usos múltiplos da água, que, no caso em questão, são marcadamente entre o abastecimento humano e industrial. A administração dos recursos hídricos é pauta dos discursos políticos do estado e é uma das principais vitrines para o marketing do governo.

Referências

BRASIL. **Casa Civil. Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRITO, A. C. R.; NOBRE, F. W. Políticas hídricas e caminho das águas no Ceará entre 1986 e 2013. *In: Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2016. São Cristóvão. Resumo... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, p. 1-15, 2016.

CAMPOS, J. N. B. A gestão das águas e o desenvolvimento do Estado do Ceará: uma perspectiva histórica. **T&C Amazônia**, Manaus, ano IV, n. 9, p. 25-31, ago. 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAGUINETE, M. C. B. *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **PRA-CES: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 4, p. 51-58, 2011.

MACHADO, P. J. O.; TORRES, F. T. P. **Introdução a Hidrogeografia**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. **Revista Pós-Ciências Sociais**, UFMA, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009.

ROCHA, M. M. **Das águas que calam às águas que falam: Opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi**. Dissertação (Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 230 f. 2013.

RODRIGUES, A. C.; MAFRA, R. L. M. **Perspectivas teóricas dos conflitos socioambientais no campo do desenvolvimento**. *Revista Uniara*, v. 17, n. 1, p. 135-146, 2014.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **Limnologia**. São Paulo: Oficina de texto, 2008. 631.p.

TUNDISI, J. G. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, p. 7-16, jul. 2008.

VENTURI, L. A. B. Recurso natural: a construção de um conceito. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 09-17, 2006.

CAMINHOS DA RESISTÊNCIA DO ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAPIPOCA-CE

Erika do Vale Teixeira¹

Camila Dutra dos Santos²

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo³

Resumo: O Assentamento Maceió, localizado em Itapipoca-CE, mesmo institucionalizado pelo Incra desde 1987, ainda é muito visado por especuladores imobiliários e projetos desenvolvimentistas que insistem em impor uma lógica produtivista ao povo que ancestralmente ocupa aquelas terras. Entretanto, muito antes de se tornar assentamento, o povo daquela região resistia e lutava contra os que alegavam ser “os donos” das terras. Atualmente, essa luta continua e a resistência pela defesa dos modos vidas do povo do Assentamento Maceió também segue firme com o povo da região.

Palavras-chave: Assentamento Maceió; Conflitos Territoriais; Resistências.

Introdução

O Assentamento Maceió, que está localizado no município de Itapipoca, cerca de 186 km da capital do Ceará, Fortaleza, é conhecido por abrigar um povo de luta, que unidos resistem a ideologias desenvolvimentistas que tentam a todo custo se instalar na região (Teixeira, 2018). Para entender como está a situação no Assentamento atualmente, precisamos retornar ao passado, antes de a região ser institucionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como um Projeto de Assentamento (PA).

1 Geógrafa, Universidade Estadual do Ceará, erikadovt@gmail.com.

2 Professora Doutora do Curso de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, camilageo@hotmail.com.

3 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODE-MA) e Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, gemaesmeraldo@gmail.com.

McCabe (2015) explica que a luta desse povo para permanecer na terra se passa por volta de 1976 a 1986, época em que a região já levava o nome de Maceió. Maria do Bonfim, conhecida como a primeira dona da terra, teve o documento que comprovava sua titularidade como proprietária, roubado por um português conhecido como Marinheiro. Como consequência desse roubo, as famílias Praciano e Soares, que tinham o Major Carneiro (Marinheiro) como parente próximo, subjugaram os moradores da região alegando que, para eles continuarem a morar naquela terra, teriam que trabalhar para os “Patrões”. Agora, aqueles agricultores e agricultoras deveriam pagar com parte de sua produção as duas famílias e ainda estavam proibidos de plantar algumas culturas, como coqueiros, pois somente os “Patões” podiam ter coqueirais. No final da década de 1970, o Ceará passou por uma forte seca que levou muitos agricultores a perderem suas produções. Não compreendendo essa situação, as famílias Soares e Praciano continuaram cobrando a renda sem levar em conta essa perda que os agricultores da região tiveram. McCabe (2015) relata que os agricultores combinaram entre si que não iriam mais pagar renda a essas famílias que alegavam serem donas das terras em que eles moravam havia gerações. No período, vivíamos a ditadura militar no Brasil, e o uso de força policial do município de Itapipoca foi solicitado pelas famílias Soares e Praciano para subjugar aqueles agricultores e agricultoras. Mesmo usando força policial, não conseguiram fazer com que esses agricultores aceitassem as regras dessas duas famílias.

Por conta da resistência do povo do Maceió contra os “Patrões”, as famílias Soares e Praciano resolveram vender as terras ao empresário Tasso Jereissati, por volta de 1980, para que este pudesse instalar uma monocultura de cocos na região (McCabe, 2015). A agricultura para as pessoas do Maceió é uma relação para atender as demandas de suas famílias, então é necessário que possuam áreas para manusear suas culturas alimentícias. Para Raffestin (1980), Haesbaert (2009) e Leroy (2016), o território faz parte da vida de um povo por conta da sua história de vida na área. Então, a luta daquele povo, para permanecer na terra e poder perpetuar seus modos de vida, era necessária para sua (re)existência contra a “Firma” de Jereissati que queria ocupar toda a região com coqueiros, impondo uma lógica de monocultura para atender o mercado (Teixeira, 2018).

Em 1987, depois de muita luta contra Jereissati, o Assentamento Maceió foi institucionalizado pelo Incra, mas isso ainda não significava que as pes-

soas poderiam viver tranquilas em seu território. Por volta do ano 2000, outro português, conhecido como Pirata, Júlio Trindade, se intitulava dono da praia do Maceió. Essa praia ficou de fora da delimitação da PA Maceió, mas era utilizada pelo povo do Assentamento para guardar o material de pesca e lazer. O Pirata queria construir um resort na região, onde as pessoas do Assentamento perderiam sua liberdade de ir e vir na hora que quisessem da praia, pois o projeto queria fechar parte da praia para construção de bangalôs, onde só teria acesso àquela área quem pudesse pagar.

Para não permitir que o Pirata os expulsassem, algumas famílias do Assentamento ocuparam a praia com ajuda do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), erguendo o Acampamento Nossa Terra, como forma de resistência ao modelo de turismo de massa excludente que seria implantado na praia. Para resistir ao turismo de massa, o turismo de base comunitário começou a tomar força. Esse tipo de turismo prioriza as práticas cotidianas dos modos de vida das comunidades, fazendo com que o turista não se afaste das pessoas da localidade, vivenciando o dia a dia dessas pessoas em seu território.

Dessa forma, como uma maneira de contribuir na luta, a proposta da construção do mapeamento dos caminhos para auxiliar no turismo comunitário foi demanda do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisa em Agroecologia (NEEPA), que faz parte do Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade Federal do Ceará, por conta de o NEEPA já possuir uma atuação histórica juntamente a esses homens e mulheres que compõem a luta no Assentamento Maceió.

Utilizamos a Cartografia Social com o objetivo de construir mapas para esses percursos, contudo, tais mapas não seriam construídos somente a partir da visão acadêmica. Os principais sujeitos desse mapa não deveriam ser somente visibilizados, mas deveriam ajudar na construção do mapa para que pudessem ter acesso ao processo de construção de um documento do seu território.

Para os que vêm de fora, esses percursos levam o nome de trilha, mas para eles são Caminhos, que cotidianamente percorrem para ir a seus locais de trabalho, lazer ou deslocamento interno. Respeitando essa nomenclatura usada, optamos por também usá-la no trabalho. Dois Caminhos foram escolhidos: um que sai do Assentamento Maceió, delimitado pelo Incra, e segue para o Acampamento Nossa Terra, na praia, que finaliza no Morro Verde, uma duna

fixa onde se pode observar boa parte do perímetro do Assentamento; e o segundo Caminho, que foi para a Lagoa do Humaitá, conhecido como Lagoão, um lago que existe dentro do perímetro do Assentamento e que alimenta muitos dos córregos que existem lá.

Com esses momentos de diálogo, mais informações sobre ameaças, agora não só de empresários, mas do Estado, estavam querendo se instalar na região. O Complexo Eólico Baleia e o Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM) são grandes projetos financiados pelo governo federal que querem se instalar na região. Além de ameaçar a soberania daquele povo sobre seu território, invisibilizavam a existência das comunidades da região nos mapas dos projetos. Dessa forma, a elaboração dos mapas também tinha como objetivo contrapor os mapas dos grandes projetos onde a existência desse povo não era visibilizada.

No decorrer desse processo, percebeu-se que não se tratava apenas de mapear trilhas para atender demanda do turismo. As histórias de luta e resistências para que esse povo pudesse ter direito a esse território foram contadas com as conversas cotidianas, do café da tarde na casa de uma moradora a audiências que participamos com eles em que mostravam que não ia entregar seu território para empresário nenhum.

Objetivos

Fizemos um levantamento do processo de construção da cartografia ao longo da história da humanidade para entender como a Cartografia Social permite que comunidades invisibilizadas nos mapas tradicionais pudessem contestar esses mapas e criar os próprios. Para usar a técnica da Cartografia Social a fim de ajudar o Assentamento Maceió, precisávamos entender o contexto de luta desde a época anterior a de se tornar PA Maceió. Muitas estratégias de resistência já foram propostas e executadas por eles para defesa dos modos de vida, o desenvolvimento de uma oficina de Cartografia Social foi pensado visando à construção coletiva de um mapeamento que apresentasse a relação dessas pessoas com seu território. Então, fizemos o mapeamento dos Caminhos que fazem parte do cotidiano dessas pessoas procurando representar as lendas da região, locais de agricultura coletiva e símbolos de resistência para os que estão à frente da luta no Assentamento Maceió.

Metodologia

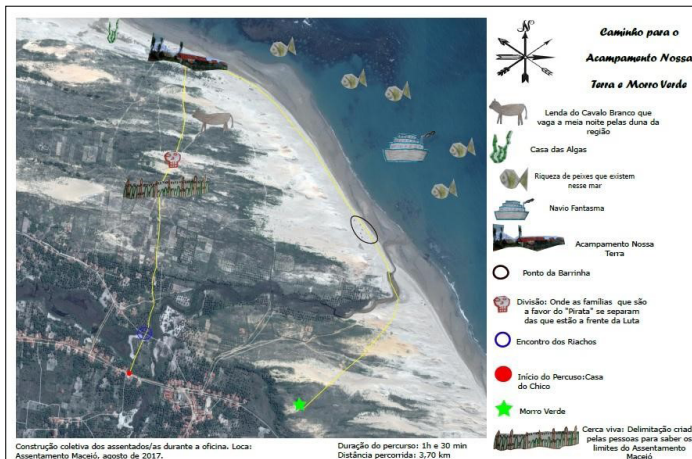
A oficina foi pensada em três momentos: no primeiro, discutimos para que serve e o que é a Cartografia Social, um diálogo sobre o que essa técnica representa e o potencial do uso desse instrumento para a defesa do território; no segundo momento, refletimos em cima de uma imagem de satélite sobre uso, ocupação e ameaças ao território em uma delimitação da PA Maceió segundo o Incra; o terceiro momento foi o da criação do mapa dos percursos. Nesse momento, homens, mulheres e crianças criaram os ícones que iriam ser colocados no mapa para se referir as suas lutas, lendas, causos, plantações, marcos/referências e afetividades; o quarto momento foi uma roda de conversa para discutir o momento da sistematização do mapa e que eles pudessem relatar sobre suas experiências na oficina.

Resultados

Escutando as histórias que compõem a vida desses sujeitos do Assentamento Maceió, no processo de construção, refletimos sobre o que neles existem. Após a construção, questões foram levantadas pelos participantes. “Por que fazer esse mapa?” foi a pergunta que orientou este processo. A Cartografia Social, que se propõe a criticar o modelo hegemônico de feitura dos mapas e subverter sua autoridade (Acserald, 2010), proporcionou uma visão mais ampla do seu território. O contato com a imagem de satélite, até então sem informações, transformou-se no mapa criado por esses sujeitos para refletir suas necessidades e questionar os empreendimentos que invisibilizam essas pessoas.

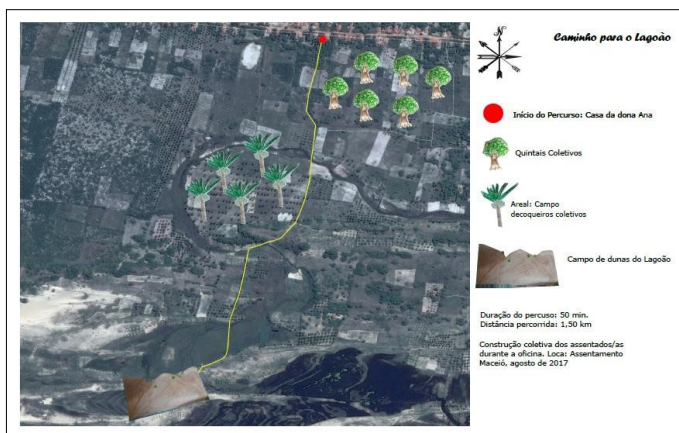
Esse momento de construção coletiva possibilitou a visualização de mais estratégias, pois o mapa, sendo um instrumento de poder, agora era mais um instrumento de empoderamento para auxiliar na luta desse povo. Perceber que esse mapa mostra a relação afetiva desse povo com seu território nos fez questionar como a Cartografia tradicional, que ignora, muitas vezes, os modos de vida das pessoas e suas relações afetivas com o território. A feitura desse mapa foi para questionar o modelo tradicional e visibilizar que aquelas pessoas existem e resistem a essa lógica de mercantilização da natureza que os modelos desenvolvimentistas econômicos querem impor.

Figura 1 - Mapa que leva para o Acampamento Nossa Terra e Morro Verde



Fonte: Teixeira (2018).

Figura 2 - Mapa que leva para o Lagoão



Fonte: Teixeira (2018).

Considerações Finais

Essa oficina nos deu margem para outras reflexões, para os assentados e para nós acadêmicos, sobre a construção do conhecimento. Percebemos que através do diálogo das diversas formas de conhecimento pudemos nos questionar como a criação de assentamentos está longe de atender as reais demandas de reforma agrária, que sem a luta e a resistência cotidiana desse povo, não teriam conquistado o que conquistaram.

Além de evidenciar os conflitos existentes na região, os mapas também trouxeram a discussão sobre a questão da preservação desses lugares, não só pelas belezas cênicas que eles proporcionam, mas pelas lendas e histórias de luta que o mais velho quer repassar aos mais novos.

Referências

ACSERALD, H. (Org.). Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSERALD, H. (Org.). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Armazém das Letras Gráfica e Editora, p. 9–46, 2010.

ACSERALD, H. ; COLI, L. R. Disputas Cartográficas e Disputas Territoriais. *In*: ACSERALD, H. (Org.) *et al.* **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: A 4 Mãos Comunicação e Design Ltda, p. 13-44, 2008.

ACSERALD, H.; GUEDES, A. D.; MAIA, L. J. (Org.). Introdução. *In*: ACSERALD, H. **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leitura. Rio de Janeiro: Armazém das Letras Gráfica e Editora, p. 8-29, 2015.

COLCHESTER, M. **O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário**: alguns ensinamentos do sudeste asiático. São Paulo: Boletim da WRM. out. 2002.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação**: o que está em jogo na questão ambiental? E-cadernos ces. 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1138>. Acesso em: 4 set. 2017.

CAMURÇA, A. M. **Mulheres e agroecologia**: possibilidades para a sustentabilidade local da comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca/CE. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil**. Disponível em: <https://www.cptnacional.Org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 5 nov. 2017.

ESMERALDO, G. G. S. L. Singularidades mediadas pelos agentes da Reforma Agrária. *In*: SALES, C. M. V.; AMARAL, C. C. G.; ESMERALDO, G. G. S. L.; BARQUETE, P. R. F. (Orgs.). **Terra, Sujeitos e Condição Agrária**. Fortaleza. Imprensa Universitária da UFC, p. 67-78, 2007.

FAUSTINO, C. **Carta denuncia das comunidades prejudicadas pela implantação do Complexo Eólico Baleia**. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/11/11/carta-denuncia-das-comunidades-prejudicadas-pela-implementacao-do-complexo-eolico-baleiace/>. Acesso em: 29 jan. 2018.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Cartografia social urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos**, Rio de Janeiro: Global Print Gráfica e Editora Eireli, 2015. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Cartografia_CajuManguinhos.pdf. Acessado em: 16 nov. 2017.

FERRETI, C. **Nós vamos invadir sua praia**. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/nos-vamos-invadir-sua-praia>. Acesso em: 21 out. 2017.

GOMES, D. S. **Tecendo sonhos com fios de resistência: o caso das mulheres rendeiras do Assentamento Maceió – Itapipoca/CE**. 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

LEHER, R. Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo como narrativas dominantes da crise capitalista. *In*: MACÁRIO, E.; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (Org.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 10-23, 2016.

LEROY, J. P. (autor); MAIA, M.; MALERBA, J. (Org.). **Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

MARTINS, M. D. Prefácio. *In*: MACÁRIO, E.; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica, p. 5-15, 2016.

MCCABE, M. A. (Org.). **A nossa luta foi uma luta sagrada: o povo do Assentamento Maceió conta a história de sua luta pela terra**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015.

MIGNOLO, W. Diálogo com Walter Mignolo. *In*: ACSERALD, H.; GUEDES, A. D.; MAIA, L. J. (Org.). **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, p. 64-67, 2015.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Plano local de desenvolvimento da maricultura do município de Itapipoca/CE**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: LABOMAR-UFC, Technoqua Engenharia e Meio Ambiente, 2010.

OFFEN, K.; DYM, J. Mapping Latin America. *In*: ACSERALD, H.; GUEDES, A. D.; MAIA, L. J (Org.). **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, p. 57-64, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA): Complexo Eólico Baleia**. Brasília: Ambientare, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): Complexo Eólico Baleia**. Brasília: Ambientare, 2014.

TEIXEIRA, E. V.; VIANA, L. A.; AMARA, N.; CAMURÇA, A. M.; LEITE, G. G. S. Caminhos trilhados: diálogo de saberes na construção de trilhas para o fortalecimento do território no assentamento Maceió, Itapipoca/CE. *In*: VIEIRA, T. *et al.* **Coletânea II educação ambiental, geotecnologias e cartografia social**. Mossoró: EDUERN, p. 55–69, 2017.

TEIXEIRA, E. V. **Cartografia que revelam: (re)existência dos caminhos trilhados no Assentamento Maceió – Itapipoca/CE**. 2018. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia Bacharelado) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

VIANA, L. A. **Parques eólicos e conflitos ambientais: luta e resistência ao projeto Complexo Eólico Baleia em Itapipoca/CE**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; SIANO, D. B. P. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2005, p. 11-24.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; Pereira, D. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, p. 49-64, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental. O caso das hidrelétricas em Minas Gerais. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, p. 89-116, 2005.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DOS ÍNDIOS TAPUIA-PAIACU NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE

*Ilana Maria Braga Soares¹
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos²*

Resumo: O presente trabalho fundamenta-se na análise da desterritorialização e reterritorialização dos índios Tapuia-Paiacu e a sua importância no processo de formação territorial cearense, tendo como apoio os conceitos de território e (des)reterritorialização, com base na pesquisa bibliográfica, visando compreender as dinâmicas no espaço, a partir da desterritorialização e reterritorialização indígena, importantes na atual formação territorial do Ceará.

Palavras-chave: Território; (Des)reterritorialização; Tapuia-Paiacu; Formação territorial do Ceará.

Introdução

A presente pesquisa³ se configura a partir das reflexões acerca da formação territorial do Ceará e da importância que a migração dos povos indígenas teve nesse processo. O Ceará possui imbricado à sua história e geografia a forte presença indígena, uma vez que até em seu nome existem influências, haja vista que nos remete às diversas formas em que esse nome era escrito no século XVII. Sendo derivada de línguas indígenas, “Ciará”, segundo Manuel Aires do Casal (1817, p. 283), significa “canto da jandaia”.

1 Graduada em Geografia/Licenciatura, Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail: ilanabraga57@gmail.com.

2 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE (PROPGEO/UECE), Professora do Curso de Geografia da UECE, e-mail: terezavasconcelos@hotmail.com.

3 A pesquisa refere-se aos estudos iniciais de um projeto de pesquisa monográfico.

Na histórica participação dos índios no cenário cearense, denotamos, a partir de trabalhos como de Farias (2015), a presença dos índios Tupi-Guarani e Cariri, que se concentravam ao Sul do estado do Ceará. Contudo, delimitamos para esse trabalho as migrações dos Tapuia-Paiacu, que são conhecidos na história, como nos diz Farias (2015), como um dos povos que mais se destacou no Ceará colonial, por seu espírito de luta. Reconhecemos, portanto, que essa denominação tem relação com a resistência pelos territórios realizada por esses povos.

A (des)reterritorialização dos Tapuia-Paiacu, povos que se localizavam na porção do Rio Grande do Norte, e o rio Jaguaribe, no Ceará, onde foram “considerados os mais temíveis gentios pela sua ferocidade em campo de batalha” (Mariz, 2002), são o objeto de estudo do presente trabalho, que tem como objetivo fundamentar-se na compreensão e análise dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização dos Tapuia-Paiacu e suas contribuições para a formação territorial cearense.

Para tanto, fez-se necessário o levantamento bibliográfico, que buscou compreender os conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização, tendo como base Haesbaert (1997) e Raffestin (1993), bem como a história dos Tapuia-Paiacu embasados em Taunay (2010) e Puntoni (2002), considerando os conflitos territoriais que tiveram presentes na formação territorial do Ceará.

Desse modo, tentaremos identificar neste trabalho a participação da (des)reterritorialização do povo Tapuia-Paiacu na formação do território cearense, fazendo uma contextualização histórica de tal população e o estudo dos conceitos geográficos acima citados.

Os Tapuia-Paiacu: Do *canto da jandaia à terra da luz*

Na formação territorial do Ceará, a partir da desterritorialização e reterritorialização dos Tapuia-Paiacu, o território é um dos conceitos principais para compreender tal processo. Assim, fundamentamo-nos, inicialmente, em entender o território enquanto relacional, como nos traz Raffestin (1993), uma vez que o autor nos remete a uma abordagem sobre o poder e/ou poderes, que nos incita à compreensão das relações sociais presentes no território.

Para tanto, é válido ressaltar que, diante do conceito de território, existem diferentes posições e olhares teóricos, que o configura em torno da econo-

mia, política, cultura etc. Neste trabalho, trataremos de território, tendo como principais aportes teóricos Raffestin (1993), que contribui para entendermos o conceito de território e Haesbaert (1997) para entendermos a (des)reterritorialização.

Dessa forma, Raffestin (1993, p. 143) ao se tratar de território nos traz uma concepção diante do espaço geográfico:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

Logo, para Raffestin (1993), o território se configura a partir da produção do espaço, que nos mostra as marcas das relações de poder, que pode ser exercido por grupos sociais. Nesta pesquisa, evidenciamos os Tapuia-Paiacu, como um grupo social marcado pelas relações de poder e conflitos territoriais que configuram a produção do espaço, constituindo contribuições a atual formação territorial cearense.

Temos no Ceará, desde a sua colonização aos dias atuais, um território marcado pelas conflitualidades. Ao discutir as contribuições dos Tapuia-Paiacu na formação do território cearense, identificamos o processo de (des)reterritorialização, uma vez que consideramos a desterritorialização como:

[...]Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, [...] debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização (Haesbaert, 2006, p. 67).

Para além disso, utilizamos de tal referência para entender a (des)reterritorialização como um processo para compreendermos as práticas sociais diante do território, uma vez que “[...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...]” (Haesbaert, 2002, p. 132).

Desse modo, ao se estudar a desterritorialização dos Tapuia-Paiacu, percebe-se que não houve o abandono do território, mas sim uma migração compulsória, forçada e coagida, marcada por conflitos entre as autoridades locais, fazendeiros e os povos indígenas, que resistiram, muitas vezes, as opressões sofridas na tomada de seus territórios.

Um dos exemplos dessa resistência foi a “Guerra dos Bárbaros”, que, segundo Farias (2015) e Puntoni (2002), constituiu-se como uma série de conflitos que durou cerca de 50 anos entre os estados, que hoje compreendem o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, nos quais os indígenas enfrentaram os invasores pecuaristas, e que, em face de tal confronto, quase aniquilou os fundamentos da colonização portuguesa, assim como quase aniquilou completamente várias etnias indígenas.

A “Guerra dos Bárbaros”, que teve início em 1683, foi considerada, segundo Taunay (2010, p. 33), como “a maior pugna talvez, havido no Brasil, sem soluções de continuidade, entre brancos e índios”, que teve suas primeiras hostilidades no Rio Grande do Norte, onde a “violência tornou-se crescente à medida que avançava a ocupação” (Pinheiro, 2008, p. 30).

Contudo, os Tapuias, conhecidos também como Baiacu (Santos Júnior, 2008, p. 20), foram atraídos pelo bandeirante requisitado para a aniquilação dos povos indígenas, Manuel Alves Morais Navarro, que provocou um verdadeiro massacre:

Em 1699 praticou atrocidades contra os nativos: reuniu os baia-cus aldeados [...] prometendo ricos presentes e, enquanto estavam desarmados, dançando, pintando, festejando, ordenou o paulista, um repentino ataque de arma de fogo. Foi um massacre. Abateram os índios à traição, sem piedade. Navarro e seus homens mataram quase 500 homens e levaram 200 como escravos para o Rio Grande do Norte (Farias, 2015, p. 71).

Nesse sentido, a desterritorialização dos Tapuia-Paiacu, marcada por um genocídio de indígenas e a morte do Cacique Jenipapuassú, contribuíram para a migração dos índios para as margens da Lagoa da Encantada no estado do Ceará, onde atualmente se encontram os Jenipapo-Kanindé, nome dado em homenagem ao Cacique Jenipapuassú, que foi assassinado nas margens do Rio Jaguaribe, onde hoje se localiza a cidade de Limoeiro do Norte. Os índios fugiram também para a cidade de Canindé, que na época era conhecida como

a Gameleira, onde hoje se encontram os índios Kanindé da Gameleira, e para Aratuba, onde estão os Kanindé de Aratuba.

Diante disso, sem perder de vista as geograficidades e as espacialidades, entendemos a desterritorialização dos Tapuia-Paiacu “como uma espécie de desmaterialização das relações sociais” (Haesbaert, 2004, p. 16) e, até mesmo, como a perda ou distanciamento do contato com o território do qual se possui sentimento de pertencimento e enraizamento cultural, bem como o início da construção de territórios dos quais se reterritorializaram.

É nessa acepção que esta pesquisa busca se delinear, entendendo os processos migratórios sobre a égide da (des)reterritorialização dos Tapuia-Paiacu e suas influências na formação territorial do Ceará, analisando os históricos conflitos territoriais que o índios foram e são submetidos, uma vez que a atuação político-econômica que, muitas vezes, usa da violência, não apenas física, mas também ideológica, para fazer a desapropriação de terras indígenas, revelando que as tensionalidades territoriais (Vasconcelos, 2015) presentes hoje na vida dos índios ainda são vestígios e reflexos de uma formação territorial cearense repleta de genocídios étnicos.

Para os índios evidenciados na presente pesquisa, os Tapuia-Paiacu, que tiveram a desterritorialização forçada de suas terras compreendidas entre o Rio Assú e a Serra do Apodi e uma parte nas margens do Rio Jaguaribe, conhecidos como “selvagens”, “bárbaros” e “violentos”, o território é compreendido como “os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território” (Sposito, 2005, p. 17), ou seja:

Para eles, povo e território são inseparáveis. A palavra terra não é utilizada. Eles se referem a território, um conceito mais amplo que define um bem coletivo em sua interdependência com a natureza. Um território é o embrião que dá nascimento a diferentes povos e culturas. Sua relação com o território é vital; ele é fonte de alimento, abrigo e criação cultural. Sem território não há vida. [...] Para os indígenas, o dono do território é a Mãe Terra [...] (Misoczky, 2010, p. 160).

É nesse sentido que a pesquisa se baseia em compreender a desterritorialização e reterritorialização dos Tapuia-Paiacu na formação do território cearense, buscando entender também os conflitos territoriais presentes nos dias atuais. Para isso, faz-se necessário entender os conceitos de território, desterritorialização

zação, reterritorialização, refletindo em torno da formação territorial cearense através das migrações dos povos indígenas Tapuia-Paiacu.

A historiografia indígena nos mostra o quão conflituosa foi a trajetória dos índios no Ceará. As problemáticas persistem ao longo da história, por isso a importância que ressaltamos em estudar a desterritorialização dos Tapuia-Paiacu causada por um conflito territorial e a reterritorialização, marca da resistência indígena, visto que ir na formação territorial cearense até os dias atuais nos mostra que essas problemáticas possuem raízes histórica.

Diante disso, é notória a presença de problemáticas presentes atualmente nos territórios indígenas fruto da reterritorialização dos seus povos originários, e o moroso processo de demarcação das terras indígenas, estando os Jeni- napo-Kanindé com suas terras regulamentadas apenas em 1995, e os Kanindé de Aratuba e os Kanindé da Gameleiras com visitas iniciais da Funai (Lima; Marquesan, 2017, p. 501).

Considerações Finais

O território, com suas representações sociais, revela-se com suas múltiplas relações de poder, fato este que se torna conceito fundante na pesquisa em torno do referencial teórico para a reflexão diante dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização dos índios Tapuia-Paiacu e a sua importância frente ao processo de formação territorial cearense.

A Geografia tem seu papel fundamental na elaboração de trabalhos que se tornam referências e que contribuem para entender a situação atual das problemáticas que envolvem os povos indígenas, originários dos índios Tapuia- Paiacu.

É válido ressaltar que trazemos um dos principais conflitos territoriais que permeiam a história do Ceará e do Nordeste brasileiro – a “Guerra dos Bárbaros” –, que envolve a população indígena desde a sua história até os conflitos que hoje os povos originários dos Tapuia-Paiacu enfrentam na sua delimitação territorial do Ceará.

Evidenciamos na pesquisa, através de um levantamento bibliográfico, que o processo de desterritorialização dos povos indígenas estudados foram marcados por um processo compulsório, assim como a reterritorialização em um outro

território do qual não tinha, talvez, sequer sentimento de pertencimento, que foi, no caso, às margens da Lagoa da Encantada e aos pés da serra de Aratuba.

Portanto, a reterritorialização dos Tapuia-Paiacu foi uma tentativa vitoriosa de sobreviverem, uma vez que a supremacia dos colonos sobre os índios sempre esteve presente na formação territorial do Ceará, já que muitos índios, além de serem escravizados e perseguidos (Cordeiro, 1989), eram mortos cruelmente.

Referências

- CASAL, M. A. **Corografia Brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa regia, 1817.
- CORDEIRO, J. **Os Índios no Siará, massacre e resistência**. Fortaleza: Hoje, Assessoria em Educação, 1989.
- FARIAS, J. A. **História do Ceará**. 7ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 43-70, 2006.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da A1 Qaeda. **Terra Livre** n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LIMA, F. A.; MARQUESAN, F. F. S. Terras indígenas no Ceará: uma história de lutas e resistência. Fortaleza: **Revista Brasileira de Estudos Latinos Americanos**, 2017.
- MARIZ, M. S.; SUASSUNA, L. E. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2002.
- MISOCZKY, M. C. A. Desenvolvimento: conflitos socioambientais e perspectivas em disputa. *In*: MISOCZKY, M. C. A.; FLORES R. K.; MORAES, J. (Orgs.). **Organização e Práxis libertadora**. Porto Alegre: Da Casa Editora, 2010.
- PINHEIRO, F. J. **Notas sobre a formação social do Ceará**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS JÚNIOR, V. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos**. Rio Grande do Norte: Academia edu, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/23715592/%C3%8DNDIOS_TAPUIAS_DO_RIO_GRANDE_DO_NORTE. Disponível em: 12 jun. 2021.

SPOSITO, E. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. *In*: RIBAS, A.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, p. 121-148, 2005.

VASCONCELOS, T. S. L. “**Por onde andam os coqueirais?**”. Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará. Tese (doutorado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015.

TAUNAY, A. E. 3ª ed. **A guerra dos bárbaros**. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 2010.

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CARCINICULTURA: TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE USO E ACESSO À ÁGUA NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO LAGAMAR, NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CE

*Evilene de Oliveira Barreto¹
João César Abreu de Oliveira Filho²
Andrea Almeida Cavalcante³*

Resumo: Este trabalho visa compreender os impactos socioambientais da carcinicultura e o acesso desigual à água na comunidade de São José do Lagamar, um distrito do município de Jaguaruana-CE. A metodologia utilizada se pautou em referencial bibliográfico, entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e questionários, além de trabalhos de campo com o intuito de conhecer a realidade local. Os resultados obtidos foram que a água, cada vez mais, está sendo apropriada pelos carcinicultores, resultando na falta desse recurso para as atividades domésticas da comunidade, e, além disso, gerando sérios impactos ao meio ambiente por conta dos produtos químicos que são utilizados no cultivo de camarão e da forma de uso e acesso a esse importante bem.

Palavras-chave: Água; Impactos Ambientais; Carcinicultura; Ceará.

Introdução

A água é um bem de domínio público, e o seu controle deve ser em coletivo e com a participação de todos, porém, mais precisamente neste século XXI, esse recurso está sob ameaças quanto ao seu uso, pois o sistema capitalista de

1 Graduada, Universidade Estadual do Ceará, vivi-oliveira@hotmail.com.

2 Doutor, Universidade Federal do Ceará (UFC), joao.cesar@ufc.br.

3 Doutora, Universidade Estadual do Ceará (UECE), andrea.cavalcante@uece.br.

produção limita o uso do ser humano para com a água, para garantir a abundância para seus empreendimentos.

O mundo globalizado está modificando o significado da água para com a sociedade, em que a propriedade pública levou a ser propriedade privada, livre para ser comercializável, corroendo os direitos das pessoas quanto ao uso da água.

A água é um elemento fruto da natureza, isto é, algo natural que deveria ser oferecido sem custo de capital, porém as corporações políticas e econômicas a têm usado como trunfo de lucratividade. Shiva (2006, p. 36) menciona que “a água pode ser usada, mas não possuída”. As pessoas têm o real direito aos recursos que as sustentam, e a água significa vida.

A Carcinicultura, por exemplo, consome toda a água do distrito de São José do Lagamar para o cultivo do camarão, retirando, assim, o direito da comunidade em usufruir um bem de patrimônio público e que deveria ser de uso comum a todos.

A Política Estadual dos Recursos Hídricos (lei nº 14.844, de 2010), em seu capítulo II, quanto aos objetivos, destaca que “a água é um recurso natural essencial à vida, e com isso deve ser utilizada de forma sustentável juntamente com o meio ambiente”. Com isso, deve ser ofertada com quantidade e qualidade para o ser humano.

É válido salientar que 77% das outorgas de água no Ceará, concessões pelo Governo do direito ao uso de água, são para a agricultura irrigada, 11% para a indústria, 7% para o abastecimento público e 4% para outros usos (Roseno, 2015).

Apenas a termelétrica do Pecém gasta 6% da água do Estado, enquanto recebe desconto de 50% na tarifa de água e gera somente 398 empregos. É perceptível que os capitalistas não pagam pela a água de acordo com os seus gastos, enquanto a classe trabalhadora da agricultura irrigada paga pelo que usam, sem benefício algum (Roseno, 2015).

O desperdício na distribuição de água em Fortaleza chega a 35%. Dois terços do território cearense estão sem cobertura de tratamento de esgoto, mesmo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) considerem que o acesso à água potável seja um direito humano (Roseno, 2015).

É nítido observar a disparidade de desigualdade que tem a utilização de um elemento natural, que por sua vez, foi desnaturalizado enquanto elemento, para ser um recurso, pois foi dotado de valor econômico.

Logo, a água foi transformada em recurso devido à ação humana necessária para o desenvolvimento das atividades capitalistas. É o caso, por exemplo, da carcinicultura⁴, isto é, a água é o principal componente para a criação de camarão, com isso, elevou-se de valor enquanto mercadoria.

As transformações de acesso ao recurso foram viabilizadas pela atividade, pois a água além de ter um valor humano, tem um valor de capital, isto é, a população do São José do Lagamar está sendo afetada com a contaminação da água, e é obrigada a comprar a água para satisfazer suas necessidades básicas.

Assim, a água tornou-se mercadoria pelo fato de que nenhum cultivo é possível sem esse recurso, então as atividades que a utilizam criam valor através do trabalho humano, como é o caso da atividade carcinicultura, que necessita da água para a sua produção.

Há uma criação de valor com os usos da água pelas diferentes atividades humanas (Fracalanza, 2005). A água tem um valor de uso, é algo vital para a sobrevivência humana, e valor de troca, pois para produzir as mercadorias precisam apropriar-se dos meios de produção, neste caso, a apropriação se deu com a água.

A água além de ser uma mercadoria, é componente (matéria-prima) para a fabricação de outras mercadorias, no caso, o comércio do camarão, e isso a torna uma mercadoria altamente lucrativa e valorativa para o capital, em especial, no Distrito de São José do Lagamar, em Jaguaruana-CE.

O Distrito de São José do Lagamar pertence ao Município de Jaguaruana-CE, objeto de estudo do referido trabalho, pertencente à região do baixo Jaguaribe, e tem uma população de 3.563 habitantes (IBGE, 2010), sendo que a seguinte pesquisa está sendo realizada no próprio distrito e dois povoados (Antonópolis e Damião), pois é visível o crescimento da atividade da carcinicultura.

4 Criação de Camarão em Cativoiro, uma atividade que pode ser desenvolvida tanto em água doce como salgada.

Objetivos

Este trabalho visa compreender os impactos socioambientais da carcinicultura e o acesso desigual à água na comunidade de São José do Lagamar, um distrito do município de Jaguaruana-CE.

Metodologia

Os procedimentos Metodológicos na pesquisa partiram de uma seletiva revisão bibliográfica de autores que abordam os seguintes temas: acesso à água e apropriação privada dos recursos naturais. Além disso, foram feitas entrevistas semiestruturadas com a comunidade, sendo escolhidas quatro pessoas entre a faixa etária de 60 e 80 anos, levando em consideração a vivência destas pessoas no Distrito e que poderiam contribuir, mais significativamente, sobre a relação da comunidade com a água no passado.

Em seguida foi realizada entrevista com o representante da comunidade, que é um membro do Legislativo Municipal. Além dele, o representante da saúde da comunidade. E, por fim, foram realizados trabalhos de campo, demarcando e fotografando os viveiros de camarões.

As entrevistas semiestruturadas se deram mediante gravações com perguntas norteadoras, que fortaleceram a problemática da pesquisa, focando na água como tendo um valor intrínseco a ela. O trabalho de campo foi de suma importância para perceber os impactos ambientais que a atividade carcinicultora provoca, enumerando, assim, a poluição da água e o desmatamento da vegetação nativa como os principais agentes impactantes.

Resultados

A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA A PARTIR DA ATIVIDADE CARCINICULTORA NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO LAGAMAR-JAGUARUANA-CE

A água sempre foi essencial desde os primórdios para a manutenção da vida, ou seja, qualquer espécie depende da água para sobreviver. O elemento água é que nutre todas as espécies vivas, as florestas, as colheitas e toda uma

biodiversidade existente na natureza, como menciona Tundisi (2005) sobre a importância da água como elemento sustentável para a vida:

[...] Onde não há água não há vida. As grandes civilizações do passado e do presente sempre dependeram de água doce para sua sobrevivência e desenvolvimento cultural e econômico. A água doce é, portanto, essencial à sustentação da vida, e suporta também as atividades econômicas e o desenvolvimento. Embora dependam da água para a sobrevivência e para o desenvolvimento econômico, as sociedades humanas poluem e degradam este recurso, tanto as águas superficiais quanto as subterrâneas (Tundisi, 2005, p. 01).

Principalmente neste século XXI, a água tem sido vista como um recurso de apropriação do capital, pois, além da escassez, muitas atividades humanas têm se apropriado da água, como exemplo, a Carcinicultura, que se apropriou das terras e da água superficial e subterrânea no distrito do São José do Lagamar, na cidade de Jaguaruana-CE (Figura 1).

Figura 1 - Apropriação da Água para o abastecimento dos Viveiros em São José do Lagamar



Fonte: Barreto, 2014.

O direito ao uso da água é maior para a agricultura irrigada e indústria do que para o abastecimento humano e agricultura familiar. Essa realidade evidencia a resposta que a pesquisa busca, a água como matéria-prima para as atividades capitalistas e de um valor de troca intimamente ligado ao comércio do recurso hídrico.

Através do recurso é que desenvolve o capital e a exploração da força de trabalho, cuja desigualdade quanto ao acesso da água gera conflitos internos sobre a má distribuição e qualidade desta.

A água é utilizada por diversas finalidades, com isso sua disponibilidade tem diminuído por conta dos gastos excessivos e, além disso, a grande escassez que se enfrenta. Como retrata Gonçalves, enquanto “a água foi um problema somente para os mais pobres o assunto se manteve sem o devido destaque”.

A comercialização da água na conjuntura política atual tem um grave problema, pois a procura do recurso é elevada, como evidencia Gonçalves (2004):

Privar é tornar um bem escasso e, dessa forma, numa sociedade que tudo mercantiliza um bem só tem valor econômico se é escasso. O princípio da escassez, assim como a propriedade privada lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais (Gonçalves, 2004, p. 67).

Conforme menciona uma Moradora do Distrito de São José do Lagamar (2016) sobre a situação da água na comunidade:

[...] Os viveiros consomem muita água e agora nessa seca, está sim por que o ano foi seco... eu disse a lúcia, minha filha durante 91 anos nunca vi um rio Jaguaribe seco, e hoje ele está seco, seco, seco...Na seca ele ficava com aquelas pocinhas de água. A falta de água aqui foi esses viveiro, é tanto que meus irmãos tem uns poços lá na terra deles e estão secos, por que toda vida eles puxando água (Depoimento, 2016).

Há uma distribuição muito desigual ao acesso à água, pois o bem natural de todos torna-se uma mercadoria, isto é, as pessoas são privadas de utilizá-la. De toda a água que existe no planeta, 3% é potável, sendo que 2,75% são para agricultura (70%) e indústria (20%). Assim, 20% é destinada para os ricos e para os pobres, ou seja, para quem não pode pagar é destinada a sobra (Barros, 2009).

A transformação quanto ao controle da água foi marco para torná-la mercadoria, pois as parcerias público-privadas objetivam a privatização dos serviços de água, uma vez que argumentam que o serviço particular disponibiliza um serviço de qualidade.

Assim, Ruscheinpky e Schonardie (2009 *apud* Shiva, 2006) relatam:

[...] o papel do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio no controle corporativo da água. Interessados somente na lucratividade e no poder advindos do controle da água, organismos internacionais, como o Banco Mundial, têm financiado de forma obscura, por meio de legitimações provocadas pela força e poder coercitivos não emanados dos Estados nacionais, os projetos de infraestruturas e saneamento básico dos países em desenvolvimento (p. 100).

Além dessa problemática, que leva a água como mercadoria, é válido salientar que na atividade da Carcinicultura, precisamente falando no distrito de São José do Lagamar, na cidade de Jaguaruana-CE, a mesma água que se utiliza nos viveiros de camarão é a mesma que vai até as casas das famílias. Além da contaminação do recurso hídrico, outro problema que chama a atenção é o processo de degradação deste recurso, levando o rio ao intenso processo de assoreamento, dados os desmontes de terras para a captação e abertura de viveiros (Figura 2).

A localização onde a água se encontra é fundamental para o processo produtivo, como exemplo, a proximidade dos rios, e tem sido de suma importância a facilidade de retirada da água para o abastecimento. O espaço da água é transformado em recurso, necessário para a reprodução do capital.

Figura 2 - Captação de água para uso nos viveiros, mostrando o intenso desmatamento de margens e degradação do leito do rio na comunidade de São José do Lagamar



Fonte: Barreto, 2014.

Assim, a comunidade sente o efeito negativo quanto ao uso da água do rio pela Carcinicultura, e argumenta que esta se encontra completamente contaminada (Figura 3). “A água é muito sebosa, todo mundo que pega a água suja do viveiro de camarão rebola para o rio e ela tem devolução de novo para os viveiros e para o povo fazer consumo, né” (Depoimento, 2016).

De acordo com a Figura 3, identifica-se, pelos depoimentos da comunidade, colhidos a partir das entrevistas, que é notória a percepção de como a água adquiriu valor econômico na atualidade em razão da carcinicultura quando vimos que 100% das pessoas entrevistadas concordam com isso, bem como pela necessidade de pagar a outorga que antes não havia. Também é notória a concordância unânime de que os viveiros consomem mais do que as famílias, haja vista as necessidades vividas com a precariedade do recurso, que quando tido ainda se encontra impróprio para uso pela poluição excessiva, conforme Figura 3 sobre os principais impactos.

Como afirma Fracalanza (2005), além dos impactos ambientais está à apropriação da água:

[...] é a forma de apropriação da água, suas transformações concretas decorrentes das diversas atividades humanas e quais os fins que se busca com a apropriação deste recurso. Recurso aqui transformado pela ação humana e necessário à realização das atividades humanas (p. 24).

Figura 3 - Visão dos entrevistados sobre alguns temas relacionados aos usos da água



Fonte: Barreto, 2014.

A Tabela 1 mostra como essa atividade cresceu em Jaguaruana em curto espaço de tempo, deixando graves problemas não apenas no meio ambiente, mas, sobretudo, nas condições para os usos das comunidades.

Quadro 01 - Quantidade de Viveiros em São José do Lagamar

Comunidade	Ano	Quantidade
São José	2009-2015	41
Antonópolis	2002-2015	32
Damião	2015	0

Fonte: Barreto, 2015.

Assim, a água hoje na comunidade é o principal meio para o desenvolvimento da atividade carcinicultora, e com isso tem fluído uma grande procura do recurso para sua expansão. O elemento natural água era utilizado para as atividades da agricultura, lazer, atividades domésticas do distrito, agora se torna recurso, pois a mesma foi apropriada.

VALOR DE USO DA ÁGUA

A água flui vida, assim o ser humano é água, como se fosse um novo estado da matéria, no caso o vivo. Como relata Porto-Gonçalves (2016, p. 121), a “água tem que ser pensada como território, como inscrição da sociedade na natureza com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder”.

Segundo Souza (2008), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder”, isto é, um campo de exercício do poder. A questão principal é quem domina e quem mantém esse território, e nesse caso as características físicas e naturais são aspectos para compreender a essência do território.

Assim, o território do distrito de São José do Lagamar, tornou-se objeto de poder dos proprietários dos viveiros, evidenciando a questão da água como principal componente de exercício de poder.

Com isso, a gestão da água (Estado) está sendo um território de relações de poder sob a água, tirando o direito do uso humano. Torres (2005) afirma:

O Estado ao “internalizar” as ações de degradação do meio ambiente, impondo preço pelo uso de um bem escasso, recebe uma renda econômica ou renda de escassez, por um bem de domínio

público (no caso da água), como também pode possibilitar a exclusão de parte da população desprovida de renda (p. 05).

O domínio da água pela Política Estadual dos Recursos Hídricos, estabelecido pela Lei 14.844 de 28 de dezembro de 2010, não lhe dá a liberdade de serem proprietários da água, determinando que usuários devam ser beneficiados quanto ao seu uso, ou seja, são gestores desse bem coletivo.

Porém neste século XXI a água para ser usufruída ela deve ser cobrada, mas a Lei dos Recursos Hídricos (2010) vigora que é um direito humano. Como dizer que a água é um direito humano, se os privilegiados de administrá-la e usufruí-la é a elite?! Por isso, torna-se difícil entender esse sistema que nos monitora e nos impõe leis.

A mercadoria é algo que satisfaz uma carência, uma necessidade ou um desejo humano. Como menciona Marx (2006):

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (Marx, 2006, p. 57).

De acordo com Marx (2006), para “tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso”. Existe uma grande problemática se a água é uma mercadoria ou não, pelo fato de que não é fruto do trabalho humano.

Porém, como mostra Marx, “a mercadoria, ela tem um fim, um modo de operar, objeto, meios e resultados”, assim, podemos chegar a uma conclusão que a água é um meio para desenvolver atividades capitalistas, e no caso, a carnicultura, utiliza-se da água para a produção do camarão, ou seja, é condição para a existência da mercadoria.

Conforme Marx (2006), a mercadoria contempla o valor de uso, enquanto saciar as necessidades humanas e posteriormente dar um valor de troca a um bem vital que é a água, ou seja, para a mercadoria ter um valor de troca, ela primeiro precisa ter uma utilidade, como é o caso da água.

O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca (p. 166).

O valor de uso que a comunidade tinha com a água, era algo afetivo, isto é, era parte do seu corpo, não a utilizava com vínculo lucrativo, ou seja, a água não era vista como meio de se ganhar dinheiro, e sim, para lavar roupas, consumo diário e muitos a utilizava até para cozinhar.

Eu lembro que quando a gente ia para o rio tinha um metro e meio de água, era algo cristalino, você via a terra lá embaixo, mesmo que o nosso rio corra com vontade, nunca vai ter uma água sadia não, acho que agora em diante nossa água do rio vai ser imprópria, por causa desses viveiros de camarão... Nosso São José do Lagamar é cercado de viveiro de camarão, aquela impureza das fezes do camarão, essa ração que colocam, corre tudo para dentro do rio, não tenho fé mais que o rio nos dê uma água que preste mais não (Depoimento, 2016).

Porém, nesse período multiplicou-se o seu uso, destacando-se a carcinicultura como elemento fundamental de domínio e controle da água, retirando o direito de uso da comunidade, pois além da contaminação, a água é destinada aos viveiros.

O valor que a água tem para os moradores não é comercial, como aponta um dos moradores que está sendo impactado com a falta de água.

De primeiro o rio e o lagamar tinha água e que a gente não tinha o que fazer com ela, só para os bichos beber e hoje todo mundo faz depósito, cava buraco para guardar água para botar nos camarões. Minha filha, primeiro a falta de chuva, se tivesse chovendo, ou cheia tava tudo molhado e tinha água, aí não dava tempo os viveiros tirar, o tirar dele para a chuva que Deus manda é nada. Mas agora quem está dando fim o pouco de água é os viveiros de camarão, principalmente agora que estão cavando poço, aí é que vai destruir até a água que a gente tem embaixo, vamos ficar numa maneira difícil (Depoimento, 2016).

Considerações Finais

Conclui-se que água é direito humano, porém, um direito ameaçado no distrito São José do Lagamar, já que foi fixado um preço para obter seu acesso, cujo valor de troca desse bem natural se sobrepõe ao seu valor de uso, isto é, a importância não é a necessidade do ser humano em utilizar a água, mas usá-la com o fim lucrativo, tendo que a comunidade comprar a água para satisfazer suas necessidades básicas, assim, a água tendo seu valor de troca.

A prioridade de acesso à água é o abastecimento humano, ainda mais em um momento de escassez, pois o cenário atual é o desvio da água para outros fins, como exemplo, na atividade da carcinicultura, visto que a captação está sendo irregular.

Com isso, há uma dupla mercantilização da água, pois tanto a população precisa comprar água, como a água que é destinada para o uso doméstico da comunidade torna-se escassa, devido à prioridade do recurso para a carcinicultura. Assim, utiliza-se o elemento “natural” na produção de camarão, dando a ele um valor, esquecendo-se dos reais direitos da comunidade perante a água.

A água é um recurso natural, essencial para a vida humana, porém perdeu essa identidade, pois o sistema capitalista corrompeu ao direito da humanidade de tê-la. Então, deixa-se de ser natural para ser recurso através do seu gerenciamento que está voltado a atender as necessidades de mercado, como as indústrias, o agronegócio e, nesse caso, a carcinicultura.

Referências

BRASIL. Política Estadual dos Recursos Hídricos. **Lei Nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010.**

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio Ambiental.** Ed: Record, Rio de Janeiro, 2004.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I; tradução de Reginaldo Sant’Anna. 24 ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PETRELLA, R. **O manifesto da água:** Argumentos para um contrato mundial. Vozes, Petrópolis-RJ. p. 01-159, 2002.

ROSENO, R. **Agricultura Irrigada e Indústria gastam 88% das Águas do Ceará, abastecimento Público consome apenas 7%**, 2015. Disponível em: <http://www.renatoroseno.com.br/noticias/gestao-das-aguas>.

RUSCHEINSKY, A.; SCHONARDIE, E. F. **A apropriação desigual dos bens naturais e a luta pela efetividade do direito à água**. v. 23, n. 1, p. 86-105, 2009.

SWYNGEDOUW, E. **Privatizando o H²O**: Transformando Águas locais em dinheiro Global. V. 6, n. 1, p. 33.53, 2004.

TORRES, A. T. G. **Reflexões sobre o conceito da água como Mercadoria**. p. 01-07, 2005.

TUNDISI, J. G. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. São Carlos: RiMa, IIE, 2. ed., 2005.

EIXO 5
EDUCAÇÃO DO
CAMPO

A LUTA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS NO I SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO CEARÁ

*Brendon Bessa*¹

*Tereza Sandra Loiola Vasconcelos*²

Resumo: Dado o processo histórico que percorre as comunidades extrativistas no estado do Ceará e a busca por uma Educação Contextualizada, o I Seminário Estadual de Educação Contextualizada nas Reservas Extrativistas do Ceará, ocorrido na Prainha do Canto Verde, em 2018, veio com o propósito de fortalecer os laços entre as comunidades pesqueiras, além de debater sobre as problemáticas que o capital privado causa nessas localidades. Nesse contexto, este relato de experiência busca debater sobre a importância de uma Educação contextualizada nas RESEX.

Palavras-chave: Educação contextualizada; RESEX; Prainha do Canto Verde.

Apresentação

Esse relato trata-se de uma experiência referente ao I Seminário Estadual de Educação Contextualizada nas Reservas Extrativistas do Ceará, que ocorreu nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2018 na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, localizada em Beberibe, no estado do Ceará. Foi organizado em conjunto pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes (Canto Verde – Beberibe), pela Escola Municipal de Ensino Fundamental do Batoque (Aquiraz) e pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade

1 Graduando em Geografia/Licenciatura da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: bren-don.09@hotmail.com.

2 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE (PROGEO/UECE). Professora do Curso de Geografia da UECE. E-mail: terezavasconcelos@hotmail.com.

Federal do Ceará (UFC), contando com o apoio de parceiros e pesquisadores, dentre os quais professores e estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O evento se deu a partir da emergência de se debater os desafios e o direito ao ensino baseado em uma Educação contextualizada, diante das pressões que as escolas sofrem por conta da ânsia do capital em adentrar à essas áreas litorâneas. Um dos objetivos do Seminário foi discutir e refletir acerca dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas envolvidas.

Ao analisar a história, é possível percebermos a existência da luta em conjunto das comunidades que sofrem opressão no estado do Ceará. No ano de 2001, com todas as tensionalidades e conflitualidades (Vasconcelos, 2015) que envolviam a Prainha do Canto Verde, a população recebeu visitas de pessoas de outras comunidades do litoral para um evento em que se podem destacar as emocionantes narrativas de lembranças dos conflitos que ocorreram no litoral cearense. E ocasiões como essas são essenciais para a manutenção desses laços movidos pelas resistências que lhe são comuns.

A busca por uma Educação diferenciada é amparada por leis. No século XX foram instituídas duas políticas educacionais que são importantes para uma RESEX: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que regulamenta a Educação brasileira e a Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em 1999.

A EMEF Bom Jesus dos Navegantes em ligação com a comunidade

É interessante o processo de identificação das características e peculiaridades do lugar. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes (Figura 1), por exemplo, dentre seus destaques está o fato da sua estrutura física não haver muros ou cercas, fazendo com que a escola esteja em ligação intensa com a comunidade, que possui uma forte ligação com o mar. A identidade dos populares com a faixa litorânea, junto à necessidade de sobrevivência familiar fortalece o principal lema da reserva que é definido como “Turismo Comunitário e Sustentável”.

Figura 1 - Uma parte da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes (Praia do Canto Verde)



Fonte: Brendon Bessa, 2018.

O I Seminário de Educação Contextualizada nas Reservas Extrativistas do Ceará

A participação em eventos como esses surge, geralmente, por uma curiosidade com o que nos é desconhecido até então. O encontro ao desconhecido provoca emoções, causando reflexão e indagação. Lembro-me de não possuir nenhum tipo de entendimento sobre o que viria a ser uma RESEX, e uma das poucas coisas que li ao pesquisar na *internet* sobre aquele lugar foi reconstruído, já que eu não esperava encontrar um lugar tão encantador e singular.

Fui convidado pela Professora Tereza Vasconcelos a comparecer ao evento, e hoje compreendo a significativa importância desse momento, dado que foi a partir dessa data que o real interesse pela docência, de modo geral, veio a surgir em minha mente.

No evento, citou-se muito a questão dos trabalhos realizados sobre a comunidade e a forma com que isso ajudava na luta das RESEX. Compreende-se que deve haver o papel do acadêmico em buscar estratégias de ensino para as escolas das RESEX sempre com o interesse de fortalecer o sistema atual empregado. E essa luta é constante, sendo resistir precioso para “existir”.

A Educação e/nas RESEX

Um dos argumentos citados no evento por um dos palestrantes e que dá ênfase à causa acerca da Educação Contextualizada é a existência de bases nacionais que garantem sua legitimidade, por exemplo, a LDB, que considera as condições regionais e locais para ensino e aprendizagem. Analisando o mesmo documento, encontram-se as motivações para esses argumentos: “Art. 23 § 2º: O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei” (Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, 2017).

Professores da escola relataram que adequar o currículo às realidades da comunidade é essencial para uma comunidade pesqueira, já que existe a época das “cheias”, onde se faz necessário que as crianças ajudem seus pais no trabalho e participam das festividades, em torno da atividade da pesca. Portanto, é necessário que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, 2017).

O artigo supracitado relaciona-se à necessidade do que a Educação Contextualizada vem a propor à sociedade, já que ela não exclui as disciplinas básicas da matriz curricular:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 2017).

Compreende-se que esse artigo da LBD é o que mais consegue englobar os parâmetros de uma Educação Contextualizada, ao passo que contempla três tipos de adaptações que são essenciais para o pleno funcionamento de uma Escola do Campo.

Considerações Finais

Pesquisar algo que lhe é totalmente desconhecido é muito grandioso e faz aflorar um sentimento inexplicável. Conhecer a comunidade da Prainha do Canto Verde foi uma experiência muito significativa à formação. Nesse sentido, a pesquisa não se encerra com o presente relato de experiência. Assim, pesquisar sobre o ensino de Geografia na Educação Contextualizada é necessidade para futuras pesquisas. É curioso para alguém que cresceu diante do ensino construído no modelo urbano, pensar nas disciplinas articuladas à contextos socioespaciais.

É satisfatório ter tido a oportunidade de participar desse evento, visto que reuniu professores de comunidades próximas e que compartilham de inquietações, acerca da Educação.

Referências

VASCONCELOS, T. S. L. **“Por onde andam os coqueirais?”**. Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará. Tese (doutorado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015.

PRAINHA do Canto Verde. Disponível em: <http://prainhadocantoverde.Org>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SENADO FEDERAL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Distrito Federal: 2017.

DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UMA ESCOLA NO CAMPO: O CASO DA E.E.I.E.F. PROFESSORA ROSA FERREIRA DE MACÊDO, DISTRITO DO BAIXIO DAS PALMEIRAS, CRATO-CE

Jeremias Rocha Pereira¹
Francisco Willian Nobre²

Resumo: As escolas presentes no campo, na maioria dos casos, planejam e realizam práticas educativas e metodologias que se distanciam de sua realidade. Neste sentido, analisar como se dá esse processo educacional junto a uma escola localizada no campo é de grande valia por proporcionar uma avaliação de como é tratada a educação em um contexto mais local, no que se refere à comunidade. Pensamos este trabalho com o intuito de investigar os desafios vivenciados pelo(s) professor(es) quanto às práticas educativas em uma escola localizada no campo que exerce práticas educativas voltadas para o interesse da comunidade e que busca valorizar ao aluno enquanto cidadão do campo a partir do reconhecimento e da valorização desse espaço. Buscamos neste trabalho analisar a metodologia e os materiais didáticos utilizados pelo professor em uma perspectiva educacional do ensino do campo. Acreditamos que é essencial entender como acontece por parte do professor e da escola o processo educativo de uma escola localizada no campo que emprega uma prática voltada para o meio em que está inserida, as dificuldades e os desafios que estão a par e como se dá a relação escola/ensino/comunidade. Acreditamos que a escola é um importante espaço de (re)construção quanto a identidade camponesa da comunidade em perspectivas de preservação da cultura, do espaço e do sujeito enquanto lugar.

Palavras-chave: Escola do/no campo; Educação do/no campo; Práticas. Desafios.

1 Graduando em Geografia, Universidade Regional do Cariri (URCA), jeremiasr05@gmail.com.

2 Doutorando em geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor substituto o departamento de geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA), lironobre@yahoo.com.br.

Introdução

A educação (em todos os níveis e modalidades) é um direito de todo e qualquer indivíduo e deve, em todas as suas esferas, ser garantida pelo poder público. A educação pública deve ser de acesso a toda a população, independentemente da localidade, se está no meio urbano ou rural. Ela exerce um papel de suma relevância na criação/formação de cidadãos, principalmente na medida em que não se limita a ser objeto de reprodução de valores sociais, econômicos e culturais.

As práticas educativas em escolas localizadas no campo vêm sendo debatidas há alguns anos. A premissa de um currículo centralizado tem gerado um grande debate social quanto à educação no campo e na cidade. A busca por uma educação realizada no campo e que seja voltada para o campo influenciou/reforçou práticas educativas que se adequem ou que melhor se prestem a determinada realidade. Neste contexto, a educação no campo quando proposta entrou no centro da discussão ao ofertar uma proposta de ensino divergente para as escolas localizadas na zona rural, escolas no campo.

As escolas presentes no campo na maioria dos casos planejam e realizam práticas educativas e metodologias que se distanciam de sua realidade. Neste sentido, analisar como se dá esse processo educacional junto a uma escola localizada no campo é de grande valia por proporcionar uma avaliação de como é tratada a educação em um contexto mais local, no que se refere à comunidade. Pensamos este trabalho com o intuito de investigar os desafios vivenciados pelo(s) professor(es) quanto às práticas educativas em uma escola localizada no campo que exerce práticas educativas voltadas para o interesse da comunidade e que busca valorizar ao aluno enquanto cidadão do campo a partir do reconhecimento e da valorização desse espaço.

Para o presente estudo escolhemos a E.E.I.E.F. Professora Rosa Ferreira de Macêdo (figura 1), localizada no Comunidade Baixio do Múquem, distrito do Baixio das Palmeiras, Crato-CE. A escola atende atualmente a 232 alunos de sete comunidades diferentes, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II nos períodos da manhã e tarde.

Figura 1 - Frente da escola Professora Rosa Ferreira de Macêdo

Fonte: PEREIRA, J.R. (2018).

Acreditamos que a escola é um importante espaço de (re)construção quanto à identidade camponesa da comunidade em perspectivas de preservação da cultura, do espaço e do sujeito enquanto lugar.

Não queremos com este ensaio condicionar/influenciar uma ruptura com o ensino dito da cidade, mais sim reforçar a importância de uma educação que se relacione com o meio de vivência do aluno, sendo, segundo nosso entendimento, uma prática prejudicial educar o aluno a partir de práticas e métodos que fujam a sua realidade, que o desconecte do seu local de vivência.

Objetivos

Avaliar os materiais didáticos da escola e o professor utilizados em sala na aula de geografia;

Avaliar as práticas empregadas pelo professor junto a utilização de materiais que relacionem o cotidiano da comunidade e o dia a dia escolar;

Compreender a relação entre escola/comunidade em um contexto do campo;

Identificar a participação da escola junto aos processos de vivência do Distrito Baixo das Palmeiras.

Metodologia

O trabalho foi realizado a partir de uma análise qualitativa das abordagens didáticas junto à escola e o professor. Realizamos entrevistas, avaliação de material didático e visitas a pontos de interesse da comunidade.

Neste sentido, buscamos neste trabalho analisar a metodologia e os materiais didáticos utilizados pelo professor em uma perspectiva educacional do ensino do campo. Acreditamos que é essencial entender como acontece, por parte do professor e da escola, o processo educativo de uma escola localizada no campo que emprega uma prática voltada para o meio em que está inserida, as dificuldades e os desafios que estão a par e como se dá a relação escola/ensino/comunidade.

A Educação/Escola do Campo

A educação do campo nasceu a partir de mobilizações de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas. Essa busca/luta se baseou na tentativa de implementação de uma educação e metodologia diferenciadas condizentes com os anseios dos povos do campo.

[...] a experiência acumulada pelo Movimento Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo (Munarim, 2008, p. 59).

Caldart (2007) afirma que essa forma de educação nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. O fator preponderante dessas reivindicações é a inferiorização da zona rural – e consequentemente da educação que nela se praticava – pelo processo de mudança estrutural da sociedade brasileira a partir do início da década de 1970, no qual o país iniciou de forma acentuada o processo de urbanização da sociedade a partir do grande contingente migratório de pessoas do campo para a cidade.

A educação do campo tradicionalmente inferiorizada e caracterizada como um espaço precário, onde o descaso especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações ali residentes vem tomando outro rumo, hoje essa prática educativa se propõe a ser diferenciada, comprometendo-se com os interesses da comunidade local, sendo uma educação de sentido prático e utilitário, abrangendo as necessidades das escolas adaptadas à vida rural (Lourenzi; Zanon; Santos, 2012, p. 4).

Nesta perspectiva, a escola do campo deve pensar seus processos educativos no sentido de propiciar condições para os alunos manterem-se no campo, não sendo apenas um espaço de escolarização, mas também um local que reforce a visão do campo como território de produção de vida.

A escola do campo necessita ser uma das referências da comunidade em que está inserida na medida em que seu processo educativo não fica isolado apenas a sala de aula, a formação do aluno enquanto camponês é complementada na medida em que os alunos realizam atividades em conjunto com a comunidade, seja em movimentos, práticas culturais, valorização dos modos de vida, realizando atividades educativas de conscientização junto a outros moradores etc.

Muitas das escolas presentes no campo advindas de lutas e movimentos sociais empregam de fato uma educação voltada/direcionada em grande parte para o meio onde se faz presente, e isto, em grande parte, se dá pela forma de como as escolas foram inseridas neste meio. Seria essa então, a única forma de realizar uma educação que seja de fato do campo? Observamos em uma abordagem histórica que em parte considerável esta pergunta é tida como fato. Queremos dizer que em sua maioria as escolas presentes no campo que adotam uma prática educacional do campo são advindas de movimentos e lutas. As escolas presentes nas zonas rurais da grande maioria dos municípios brasileiros não empregam uma educação condizente com sua realidade.

A prática educacional é, neste sentido, tratada como uma forma de compensação para as populações presentes no campo que são em sua grande maioria pessoas de classe baixa. Seria então uma forma de aliviar suas aflições e sofrimentos e uma forma de propiciar certa ilusão de ascensão familiar. O modelo educacional urbano seria o modelo essencial nesta linha de pensamento por ser “o mais civilizado” e por fomentar o desejo do aluno por uma vida na cidade, local construído historicamente como o local ideal para se viver, morar e trabalhar.

A escola E.E.I.E.F. Professora Rosa Ferreira de Macêdo se insere como uma escola do campo. Isso não se dá apenas pelo fato de estar localizada na zona rural, mas pela escola junto a seu núcleo gestor e docentes tentar aproximar ao máximo as práticas de ensino junto à comunidade.

A organização da comunidade é um reflexo do que a escola representa no meio em que está inserida. Um exemplo bastante significativo é quanto a organização frente a resistência à construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). A comunidade construiu uma organização frente a obra na qual famílias e associações (criadas pelos moradores) se articulam e lutam por direitos e pela preservação de suas identidades. A escola é um espaço de grande relevância na medida em que leva os alunos a refletirem quanto aos anseios da comunidade e os insere neste contexto de resistência.

Desafios da Professora de Geografia na Escola E.E.I.E.F. Professora Rosa Ferreira de Macêdo

Há hoje uma diversidade de informações e materiais disponíveis, tanto para os professores quanto para os alunos. O professor tende a utilizá-los para aprimorar o processo de ensino e buscar novas ideias que muitas vezes não estão presentes nos livros didáticos. Materiais como internet, computadores, revistas, textos e outros tendem a diversificar e aprimorar os conteúdos debatidos em sala de aula, não que o livro também não o faça, mas utilizar somente livro também é uma forma de limitar o ensino aprendizagem.

O docente, como um dos principais agentes neste processo de ensino em sala de aula, tende a utilizá-los de acordo com os anseios da escola, formulando metodologias que se encaixem melhor a realidade da escola e dos próprios alunos, ainda mais tendo em consideração o processo cognitivo de aprendizagem de cada aluno,

[...] as pessoas são diferentes e aprendem de forma diferente, inclusive com interesses de aprendizagens diferentes, o que inviabiliza um único método de aprendizagem. Porém, à escola cabe o processo de educação formal, ou seja, aquela requerida para seguir nos processos formais do mercado de trabalho (Pimenta; Carvalho, 2008, p. 5).

A estratégia metodológica corresponde ao elemento da didática em que o professor organiza as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos em relação a um conteúdo específico.

O professor, ao dirigir um processo de ensino em função da aprendizagem do aluno, utiliza intencionalmente um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos a que chamamos de método ou metodologia de ensino, ou ainda de estratégia metodológica. O aluno, por sua vez, sujeito de sua própria aprendizagem, utiliza-se de métodos para se apropriar do conhecimento (Pimenta; Carvalho, 2008, p. 11).

Na escola onde a pesquisa foi realizada, a professora Cristina Nobre, da disciplina de Geografia, busca aplicar sempre práticas metodológicas que aproximem os alunos do meio em que se inserem. Essa prática é utilizada ao serem aplicados os conteúdos presentes no livro didático ou outros materiais. Os conteúdos em sua maioria se referem a realidades e contextos distantes do espaço de vivência dos alunos, ao citar exemplos próximos seja de espaços ou acontecimentos é possível que haja uma melhor percepção e entendimento por parte dos alunos. A professora citou alguns exemplos dessa prática quanto a aplicação de conteúdos relacionados a escravidão e até mesmo a Revolução Francesa. Quanto à escravidão, ela reforça a importância de aproximar o conteúdo a realidade do aluno por estar presente em muitos livros a figura do negro como miserável, violentado e submisso ao branco. A escola possui grande maioria de alunos negros, fato que reforça ainda mais as práticas explanadas pela professora.

A escola possui alguns projetos que visam uma maior aproximação/identificação do aluno junto à comunidade. O projeto COMVIDA (Comissão de Qualidade de Vida e Meio Ambiente) é uma iniciativa da professora junto a uma proposta da agenda 21 no qual é formado um grupo de alunos (atualmente ele conta com 17) que realizam atividades de cunho ambiental e representam a escola em alguns eventos dentro e fora da comunidade, participando desde a manutenção da horta até alguns eventos realizados por associações organizadas na comunidade como ouvintes ou organizadores.

Anualmente, as comunidades que compõem o distrito realizam seminários, nos quais são debatidas temáticas de interesse da comunidade. Um exemplo é o Seminário das associações rurais do Baixio das Palmeiras. Nesse espaço onde as comunidades se reúnem são debatidas temáticas (em palestras ou grupos de

discussões) de interesse da comunidade, como gênero, saúde, organização e educação. No último dia do seminário é realizada a “farinhada”, produção artesanal da farinha de mandioca feita em uma das poucas casas de farinha ainda ativas na região e que fica localizada na comunidade do Baixio das Palmeiras, a casa de farinha Mestre Zé Gomes, segundo a carta final do seminário escrita ao fim do evento a realização da farinhada tem por objetivo “conhecer a origem das comunidades a partir do trabalho agrícola, onde a mandioca foi um dos principais produtos cultivados. Além da tentativa de estimular a produção de mandioca, a farinhada teve o objetivo de mobilizar a sociedade para a preservação do nosso patrimônio material e imaterial.” A professora como forma de inserir os alunos na prática/vivência comunitária, sempre busca estreitar os laços entre alguma prática comunitária e a escola ao colocar os alunos no credenciamento, por exemplo, e também ao levá-los para o seminário que ocorre em conjunto a produção da farinhada. Os alunos que fazem parte do COMVIDAS e também outros alunos da escola, ao participarem, seja na organização ou participando como ouvintes, são sempre inclusos de alguma forma. Esses momentos, além de serem uma forma de manter a tradição de uma prática hereditária em um contexto comunitário, é uma forma de (re)construir os laços identitários entre aluno/comunidade.

Outro projeto realizado pela professora da disciplina de geografia junto à escola é o “Jovens historiadores: Conhecendo as nossas raízes”. Nele os alunos (tanto da comunidade do Baixio quanto de outras próximas) buscam resgatar a história de suas comunidades e famílias através de pesquisas com os parentes de maior idade.

Após essa atividade os alunos expõem em sala o que foi aprendido e no geral tentam fazer um resgate da história da comunidade onde reside. Essa iniciativa da professora é conjunta a disciplina de história, também lecionada pela professora. Além de resgatar a identidade de suas famílias essas práticas são de grande importância para que os alunos conheçam sua história e a história de sua comunidade. A professora Cristina destaca que o projeto possibilita

Conhecer a nossa história, o surgimento do nosso lugar, é um desafio que perpassa os nossos sentidos e aguça a nossa curiosidade de entender o meio em que estamos inseridos. Diante disso, percebe-se a necessidade no meio escolar de realizar atividades que contemplem o entendimento da história do lugar onde vivem os alunos. É uma forma de perceber que eles são sujeitos da sua própria história, e nesta visão entender que podem criar e

contar as suas origens, o passado dos seus avós, bisavós, conhecerem quem são seus antepassados, etc. Será dada ênfase portanto, a história oral e as experiências vividas pelas pessoas de cada comunidade, utilizando fotografias e entrevistas como elementos básicos para essa investigação. A intenção desse trabalho é proporcionar ao aluno o conhecimento da sua própria história, utilizando as diferentes linguagens: oral, escrita, não escrita (fotografias). Será dividido os grupos de alunos sendo de acordo com o local onde moram.

A escola também conta a uma horta (Figura 2) na qual os alunos e alguns professores encarregados. Na horta são plantadas algumas verduras como cebolinha, coentro, alface e pimenta. A plantação e manutenção da horta é realizada pelos alunos a partir de um calendário organizado pela professora no qual são divididos os dias que as equipes de alunos ficam encarregados de aguar a horta e realizar outros cuidados necessários. As verduras cultivadas são utilizadas na alimentação dos alunos na escola e, em caso de excedente, os alunos levam as verduras para o consumo caseiro.

Figura 2 - Horta da escola. Local onde os alunos e parceria com algumas pessoas da comunidade realizam trabalhos de plantio



Fonte: Pereira, J. R. (2018).

Essas iniciativas e práticas por parte dos alunos e professores quanto ao ensino de práticas do campo para/com os alunos é indispensável para sua (re) afirmação camponesa que passa desde sua prática enquanto camponês até a sua identidade camponesa. É fundamental, neste sentido, não só viver no espaço, mas com o espaço, apropriar-se dele e construir/reforçar as relações de convivência com o seu lugar, no caso, o campo.

É por meio da compreensão e do conhecimento do lugar, que os educadores das escolas rurais poderão compor suas práticas educativas, de forma a respeitar e apreender sobre os saberes sociais das comunidades envolvidas (Moura, 2009. p. 13).

Os professores e o núcleo gestor da escola, como agentes diretos deste processo, são atores essenciais. A busca por formular e aplicar uma prática educacional divergente da “comum” encontrada nas cidades, a elaboração de currículos flexíveis que sejam mais adequados a determinada vivência e prática educacional tanto dos alunos quanto dos professores, e o principal, a aplicação destes processos na esfera educacional de forma a reforçar a relação comunidade/escola tanto por parte dos docentes quanto do núcleo gestor da escolar são pontos essenciais a serem tratados e, numa perspectiva atual, são grandes desafios encontrados tanto para a formulação quanto para a aplicação de uma prática educacional que seja do campo. Os desafios também se refletem na perspectiva dos alunos na medida em que é essencial mantê-los motivados e fazer com que se sintam inclusos de alguma forma no processo de ensino/aprendizagem.

Os materiais utilizados em sala são em grande parte produzidos pela professora e até mesmo pelos próprios alunos. Muitas vezes são realizados campos dentro da própria comunidade nos quais os alunos produzem materiais cartográficos, por exemplo, que são apresentados e utilizados em sala posteriormente.

Considerações Finais

O rural e o urbano possuem modos de vidas divergentes, sendo necessário então um pensar pedagógico também divergente entre estes dois meios. A construção de um novo desenho e a formulação de um novo pensamento sobre a escola discorre da necessidade de uma reflexão sobre as práticas instituídas ao longo do tempo.

Ao logo da história do Brasil, diversos fatores/atores influenciaram e formularam modelos e propostas educativas que fazem parte de uma lógica econômica dominante que se insere a partir do momento em que as relações comerciais capitalistas adentram no país, desde a produção agrícola em grande escala de determinadas culturas até os mais relevantes e acentuados processos

de alternância da dinâmica social, econômica e política do país, a industrialização e urbanização.

A escola do campo deve preparar o aluno para viver a realidade que o circunda a fim de transformá-lo em um cidadão da comunidade e para a comunidade. Ao decorrer dos anos o surgimento e fortalecimento de movimentos que reivindicavam uma educação com caráter próprio para a realidade camponesa ganharam destaque na medida em que foram se opondo a prática educativa vigente, proveniente das escolas da cidade, que não condiziam com a realidade camponesa.

É evidente que foram obtidas diversas conquistas principalmente no que diz respeito às leis institucionais e planos educacionais que foram elaborados e deram espaço a reivindicações das populações do campo. Mas, no que diz respeito à prática da educação nacional, não se vê uma grande mudança, ao menos de forma mais ampla.

A E.E.I.E.F. Professora Rosa Ferreira de Macêdo possui importantes projetos e iniciativas que buscam reforçar/criar nos alunos a sua (re)afirmação da identidade camponesa. É válido ressaltar que a organização da comunidade seja em associações ou em formas de resistência é um fator bastante relevante para reforçar a criação/busca pela da identidade camponesa. As associações presentes na comunidade são criadas a partir de iniciativas da própria comunidade. Elas representam uma (re)afirmação de forma de vida e organização comunitária. As formas de resistências na comunidade do Baixo das Palmeiras são fundamentais também na medida em que organizam e tentam preservar os modos de vida presentes no distrito Baixo das Palmeiras e nas comunidades presentes e/ou próximas a ele.

A escola/educação da comunidade segue essas iniciativas e busca sempre um diálogo e uma aproximação junto à comunidade. Acreditamos ser um passo bastante importante conciliar a escola/educação junto às iniciativas da comunidade para que fique claro que a comunidade junto a escola não são espaços sem diálogos. Esses dois espaços compartilham as mesmas demandas e a proximidade tende a facilitar ainda mais os processos de (re)construção da identidade do aluno camponês enquanto camponês. A educação não deve ser um meio para propiciar a negação do lugar, ela deve, antes de tudo, propiciar ao aluno o sentimento de pertencimento junto ao lugar/espaço de vivência.

Referências

ARROYO, M. G. A educação Básica e o Movimento Social do Campo. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, p. 65-86, 2008.

BREITENBACH, F.V, M. G. A educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista Espaço Acadêmico**. Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2/2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resolucao0208.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LOURENZI, L. *et al.* A contribuição da ciência geográfica na formação social dos sujeitos do campo. **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária** – Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2009.

MUNARIM, A. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. **31ª Reunião Anual da Anped** – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. *In*: MEURER, A. C. (Org.). **Dossiê: Educação no Campo**. Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, v. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/>. Acesso em: 22 nov. 2008.

MOURA, E. A. de. **Lugar, saberes e educação do campo**: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira – Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

PIMENTA, S. A.; CARVALHO, A. B. G. **Didática e o ensino de geografia** – Campina Grande: EDUEP, 2008. 244 p.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. 2004. Disponível em: http://www.contag.Org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf. Acesso em: 14 fev. 2018.

SOUZA, N. P.; REIS, R. M. **Educação do campo prática pedagógica**. Monografia (Monografia em geografia) – UNIVALE. Minas Gerais, 2009.

CARTOGRAFIA SOCIAL: JOVENS ENTRE O RURAL E O URBANO...

Vicente de Paulo Silva Souza ¹

Resumo: Esse projeto propõe realizar uma experiência em educação popular do campo objetivando reconhecer, mapear e registrar as peculiaridades do território, os costumes, as ações de sustentabilidade e a história das comunidades atendidas pela Escola Rotary, localizada no entorno do bairro Lameiro e da encosta da Chapada do Araripe, no Crato-CE. A proposta é que o público infanto-juvenil escolar e comunitário realize essa pesquisa-ação com o fim de identificar, diagnosticar e catalogar os elementos que destacam a formação das comunidades, destacar as famílias tradicionais que ainda habitam esse território e as formas específicas de se relacionarem entre si e com o meio ambiente e, a partir da pesquisa, propor reflexões sobre o que esse legado representa ou pode vir a representar para o *bem viver* da coletividade.

Palavras-chave: Educação; Popular; Sustentabilidade; Coletividade.

Apresentação

No solo sul cearense, onde os indígenas da etnia Kariri demarcaram suas existências e legaram o nome a essa microrregião, surgiu a cidade do Crato. De acordo com histórias antigas, quando os brancos, negros e mestiços por aqui chegaram, o povo antepassado extraía harmonicamente sua sustentação da natureza do ‘Vale do Encantado’. Era assim que chamavam a Bacia do Araripe.

Dizem que antes da chegada dos criadores de gado, agricultores e dos que moeram cana-de-açúcar, levas e levas de andarilhos já deixaram rastros por aqui. Dentre eles, além dos sinais pré-históricos, destacam-se os aventureiros que caçavam minérios, riquezas naturais, terras para se apropriar e os flagelados das secas, fugitivos de aldeamentos ou colônias que ansiavam por um pedaço de chão.

1 Geógrafo, especialista em História e Sociologia. E.E.I.E.F. Rotary, paulofuisca@hotmail.com.

Os pesquisadores afirmam que da relação íntima que existia entre o homem Kariri e a natureza exuberante, emergiam crenças e mitos perpetuados pelas lendas e contações de história. Outros dizem que a manutenção destas tradições tinha como fim, além da transmissão dos saberes e dos fazeres, proteger as florestas e as fontes dos exploradores. Indicam também, que mesmo assim, muitos desses forasteiros foram ficando e se misturando com a gente nativa. E que, foi dessa mistura, resultou a cultura do povo caririense. Se olharmos com atenção em nossa volta, ou melhor, para nós mesmos, poderemos perceber que vários elementos herdados dos antepassados estão ligados ao lugar onde vivemos e às nossas vidas.

No entanto, com o decorrer do tempo e com a expansão de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização – que caracterizou a economia mundial e a do Brasil no século XX – aos poucos, nossa nação transformou-se em um país urbano com mais de oitenta por cento de sua população residindo nas cidades.

A herança deixada por esse processo histórico, marcado pela desigualdade tanto social quanto regional, faz com que a maior parte das pessoas, incluindo os próprios camponeses, veja a zona rural como lugar de atraso. Isto prevalece ainda neste século XXI, em plena era da informação.

No município do Crato, os serviços voltados para a educação e cultura do campo são quase inexistentes, considerando que na última década a maior parte das escolas da zona rural foi fechada ou ‘nucleada’ com as unidades das sedes do município e dos distritos.

O acesso às informações sobre o mundo, para as pessoas rurais se dá por meio dos veículos de comunicação de massa, que em nome do mercado, ditam o que se deve comer, ouvir, vestir, utilizar, representando um grande perigo para a formação da criança e do adolescente em geral, sobretudo, para os jovens do campo.

Diante dessa realidade o jovem da zona rural divide-se entre as informações difundidas sobre um mundo moderno, repleto de inovações, e a falta de perspectiva que o seu local de origem supostamente oferece. O êxodo rural ainda hoje é uma ameaça a permanência do jovem em seu lugar de origem.

Partindo desse contexto, em 2006, adolescentes da Vila Carrapato, com o incentivo da Associação Comunitária do Sítio Belo Horizonte, criaram o Coletivo Carrapato Cultural. A proposta emergiu da observância deste grupo

quanto à deterioração dos ambientes naturais e construídos e dos inúmeros desgastes das convivências com os semelhantes e com o meio. Tais rupturas, de certo, são ocasionadas pelas questões acima relacionadas e pelos resultados da especulação imobiliária que ocorre nos arredores da Vila Carrapato e das comunidades tradicionais, ribeirinhas e agrícolas do entorno da Chapada do Araripe.

O Sítio Belo Horizonte é um recanto, que no passado foi concedido a quatro casais como indenização aos serviços por eles prestados a uma das fazendas de engenho de açúcar do então sítio Belmonte. Distanto-se cerca de 3 km da sede da cidade do Crato e a mais ou menos a mesma distância de onde se enverga e se sobrepõe a Chapada do Araripe, esse rincão, com o passar dos anos, constituiu-se em um agrupamento familiar de trabalhadores rurais de onde emergiu um pequeno povoado nas margens do Rio 'Grangeiro' que ficou conhecido por Carrapato devido ao acúmulo de mamoneiras ou carrapateiras predominantes naquelas paragens. Então, o Sítio Belo Horizonte é o nome oficial da Vila Carrapato, comunidade histórica, que se encontra em situação de transição entre o rural e o urbano.

Em 2008 a Associação Comunitária do Sítio Belo Horizonte concorreu a edital do Ministério da Cultura/Secult-CE e conquistou em 2009 a concessão de Ponto de Cultura para o Projeto Socioambiental Carrapato Cultural. Do ano de 2009 a 2014, foram adquiridos equipamentos de informática, audiovisual e para uma radiodifusora, realizaram-se atividades de educomunicação, educação contextualizada, educação patrimonial no sentido atrair as crianças e adolescentes para a reflexão e prática de ações culturais e socioeducativas em contraponto aos interesses da cultura de massa e às imposições da indústria de consumo.

Portanto, esse projeto é uma experiência de educação popular que tem como ponto central reconhecer, mapear e registrar as peculiaridades do território, os costumes, as ações de sustentabilidade e a história das comunidades atendidas pela Escola Rotary. Por meio de registros fotográficos, filmagens, desenhos, textos, criação de blogs etc. e a partir da pesquisa, da interpretação dos pesquisadores e dos relatos dos mais antigos pretende-se.

A ideia é identificar, diagnosticar e catalogar os elementos que destacam a formação das comunidades que ocuparam o 'antigo Lameiro' no entorno do 'pé da serra' do Araripe, as famílias tradicionais que ainda habitam esse território e as formas específicas de se relacionarem entre si e com o meio ambiente.

Desenvolvimento

O trabalho está sendo realizado por profissionais e estudantes da E.E.I.E.F. Rotary, em parceria com pesquisadores e educadores sociais do Coletivo Carrapato Cultural, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária GEA-URCA, do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, com o apoio associações de moradores e demais entidades do entorno do bairro Lameiro e, sobretudo, com a colaboração das crianças, jovens e adultos pertencentes às comunidades da encosta da Chapada do Araripe, município do Crato-CE.

A proposta é envolver os participantes das distintas localidades nos diversos graus de geração, parentesco, etnia, profissão, formação etc., em uma Pesquisa-Ação participativa e por meio dos métodos da Cartografia Social gerar oportunidade aos moradores do citado território de reescrever a história de suas comunidades.

O processo iniciou-se em decorrência da nossa preocupação quanto à forma de como as crianças e adolescentes demonstram entender história da sua cidade, do estado do país e do mundo e, conseqüentemente, como tratam a realidade da sua comunidade, dos seus antepassados e dos seus semelhantes. Constatamos que a partir dos conteúdos difundidos pelo livro didático os estudantes passam a conceber como preponderante as informações repassadas na escola e pelos meios de comunicação que priorizam como determinantes outras formas de se ver no mundo em detrimento à realidade em que vivem. Portanto, como explanamos anteriormente, essa maneira de apreender a realidade vem causando conflitos no processo de amadurecimento e nas interações do público infanto-juvenil e a sociedade com a qual convive.

A partir de nossa parceria com os jovens do Carrapato Cultural apresentamos à diretoria da Escola Rotary um plano para ser incrementado por estudantes e moradores de cada comunidade atendida. Com a anuência da direção, de toda a comunidade escolar e por meio da parceria firmada com as entidades supracitadas a partir do mês de maio realizamos as iniciamos nossos estudos.

O primeiro passo foi reunir algumas entidades comprometidas com educação contextualizada em encontros preparatórias que se iniciaram no primeiro semestre de 2018. A equipe permanente de estudo foi composta inicialmente por membros do Coletivo Carrapato Cultural, do GEA, do GRUNEC, da RECID, pela professora de História e Geografia do sexto ao oitavo ano e por minha pessoa como monitor pedagógico do Programa Mais Cultura.

Foi decisão unânime do grupo analisar o material pedagógico indicado para o ensino das principais disciplinas aplicadas do sexto ao oitavo ano do ensino fundamental, em seguida, com a orientação da professora de História e Geografia e a nossa colaboração, foi realizado estudo comparativo desse material com informações atualizadas e específicas sobre as comunidades assistidas pela escola.

Iniciamos, assim, leituras e diálogos sobre os aspectos da constituição social da região carirense, do município do Crato e ocupação do entorno da Chapada do Araripe, sobre memória, identidade, ecodesenvolvimento e etnoconservação. Elegemos como guia conceitual os princípios freireanos, a metodologia da Cartografia Social através de uma Pesquisa Ação Participativa.

Considerações Finais

Até o presente momento, realizamos estudos e diálogos entre a escola, educadores sociais comunitários. Conseguimos, pois, fechar plano de execução das atividades formativas e das técnicas para a realização da pesquisa envolvendo estudantes, moradores e agentes escolares. Nos nossos primeiros contatos informais nas comunidades e nas conversar iniciais com o público estudantil. Fomos surpreendidos com uma constatação: mesmo com a inserção maciça dos novos meios midiáticos, que ocasionaram transformações profundas e a perda de determinadas técnicas e princípios patrimoniais, no seio dessas populações a explicação e os ensinamentos sobre determinadas questões ligadas à saúde, à religiosidade, às formas de fazer, às manifestações artísticas, ao trabalho, ao plantio, à coleta, ao cuidado com os animais, às matas e aos rios, ainda hoje advém de princípios memorizados pelos que detém e repassam os saberes ancestrais. E isso está bem presente no dia a dia da juventude da zona rural, só nos falta construir uma maneira de reproduzir essas práticas sustentáveis, como forma de resguardá-las e difundi-las em nome da construção coletiva de um mundo melhor, a partir dos preceitos e sentimentos que regem a educação do campo.

Referências

LIMAVERDE, R. Os registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil. **Clio Arqueológico**, n. 21, v. 2, Recife, UFPE, , 2006.

MENESES, E. O. **O uso do solo na área dos patamares da Chapada do Araripe no município do Crato**. Crato: URCA, 1984.

SOUZA, O. A. S. **A arte no Cariri**: um estudo sobre a reinvenção do Cariri como “lugar” das manifestações da cultura popular no Ceará. Texto aprovado no Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2015.

TRIPP D. Pesquisa-ação uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, Universidade de Murdoch, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO: EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO CONTINUADA

Cícera Leite Mariano¹

Edcleide Gomes de Lima²

Maria Marlene Dantas Magalhães³

Resumo: O presente trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sobre a formação inicial discente e continuada de educadores do campo, abordando os desafios da educação do campo, a partir do projeto ensino interdisciplinar e educação do campo na formação discente e formação continuada docente em geografia na E.E.E.F. Monsenhor João Milanês, Cajazeiras-PB. Com o objetivo de realizar atividades teórico-metodológicas a partir de oficinas pedagógicas, considerando as necessidades e dificuldades dos educadores e dos educandos, e refletir sobre a prática pedagógica, envolvendo a ação-reflexão-ação, em uma relação dialógica e interdisciplinar.

Palavras-Chave: Educação do campo; Ensino; Formação Inicial/Continuada.

Introdução

Este trabalho é um relato de experiência, que surgiu a partir da participação no Projeto intitulado “Ensino Interdisciplinar e Educação do Campo na Formação Discente e Formação Continuada Docente em Geografia”, na E.E.E.F. Monsenhor João Milanês, Cajazeiras - PB, que teve início no mês de maio do corrente ano, com finalização em dezembro de 2018. Este projeto tem propósito de pesquisar e contribuir com a formação inicial discente, e continuada de educadores do campo. Participam deste projeto quatro professores de disciplinas variadas, além da formação dos cinco educandos e uma coordenadora,

1 Graduanda em Geografia, UFCG-CFP, ciceramariano2@gmail.com.

2 Graduanda em Geografia, UFCG-CFP, edcleideglima@gmail.com.

3 Graduanda em Geografia, UFCG-CFP, betiz2014@hotmail.com.

envolvidos no PROBEX (Programa de Bolsa de Extensão) do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande Campus Cajazeiras (UFCG-CFP).

O propósito desse projeto é promover encontros de formação continuada para os professores do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor João Milanês, situada na cidade de Cajazeiras-PB, para o desenvolvimento da melhoria do processo ensino-aprendizagem interdisciplinar, realizando atividades teórico-metodológicas a partir de oficinas pedagógicas, considerando as necessidades e dificuldades dos educadores e dos educandos. Refletir sobre a prática pedagógica, envolvendo a ação-reflexão-ação, relacionando com os pressupostos da educação popular do campo em uma relação dialógica inter/transdisciplinar.

A Educação do Campo teve origem a partir das experiências dos povos do campo ao longo do processo de lutas em resposta às desigualdades educacionais e da ausência de escolas de qualidade que assegure o direito dos povos do campo uma educação de qualidade e que contemple suas culturas e modos de vida. A Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo (Caldart 2000).

Nos anos 1990, os diferentes movimentos sociais do campo e aliados se articulam formando o Movimento por uma Educação do Campo que se configura enquanto projeto político e pedagógico de educação. Desde então, o movimento tem logrado conquistas de políticas e de programas de Educação do Campo que vêm sendo desenvolvidos, envolvendo movimentos sociais e instituições, como universidades, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECAD a educação do campo tem conquistado lugar nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova representatividade quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, afirmando o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

Deixando a visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e evidenciando o campo como lugar de trabalho,

moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Atualmente a educação do campo é caracterizada como uma política pública, nos movimentos sociais, nas universidades, não sendo vista apenas como uma modalidade de ensino que garante mais direitos aos camponeses nas escolas e em outros espaços. Pensar em educação do campo é entender, ouvir e observar a dinâmica social e cultural das comunidades.

Sendo assim, é importante trabalhar a educação do campo com os professores, pois, na maioria das vezes, eles não sabem o que significa. Na escola também nem sempre existe uma preocupação com o conteúdo, que se distancia da realidade do aluno, crianças e jovens que precisam deslocar-se do campo para cidade em busca do conhecimento.

Por isso é necessário que os professores considerem o saber do aluno, a cultura e os valores que eles trazem consigo das suas comunidades. Dessa maneira, o projeto está sendo desenvolvido por discentes, juntamente com a professora de geografia em turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano, como também três professoras da disciplina de Artes, tendo em vista que a Geografia, enquanto componente curricular da educação básica, possibilita a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea, sendo a prática interdisciplinar considerada oposta a qualquer homogeneização, sendo assim pensado neste Projeto como atividades e ações disciplinares e interdisciplinares com lógicas distintas. Portanto, almejamos o equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora (Jantsch; Bianchetti, 2002) desenvolvida por uma coletividade, mas procurando também verificar o singular (Klein, 1990), buscando as distintas multidimensionalidades e manifestações.

A função Social da Educação e da Escola

A educação do campo tem o desafio de superar a ideia de que a escola não é um espaço de transformação. Ela é, sim, um espaço de transformação e precisa ter uma valorização muito maior do que historicamente. Não se tornando apenas desafio só do governo federal. “Quando pensamos a educação do campo, vemos que a ideia de ‘Pátria Educadora’ pode ser um grande incentivo para que se defina, por meio dos estados e dos municípios, qual o papel

desse entes na construção de uma escola do campo.” A luta por acesso à escola de qualidade no meio rural, no campo brasileiro, vem adquirindo visibilidade e força nos últimos anos. O que hoje nomeamos por Educação no/do Campo tem sua trajetória vinculada aos movimentos sociais que, na década de 90 do século passado, exigiam uma Educação a qual representasse os modos de vida dos sujeitos pertencentes ao campo.

A problemática da Educação do Campo reside, não apenas na ausência de um projeto educativo adequado à realidade, mas exige algo ainda maior: um projeto de integração que possibilite aos que moram no campo, alternativas para o crescimento e desenvolvimento de forma sustentável, uma vez que, até então, os inúmeros investimentos, projetos, problemas e recursos destinados à Educação sempre tiveram com finalidades, servir ao processo de produção e reprodução de relações econômicas e sociais que contribuíram de maneira acentuada para a falência da Educação no Campo (2004, p. 35).

Desenvolvimento

No primeiro encontro, na escola João Milanês, foi realizada a apresentação dos participantes e a apresentação da política pública da educação do campo e ensino interdisciplinar, além da proposta educacional do município e da escola para o ensino interdisciplinar da política da Educação do Campo.

No segundo encontro, foi feito um levantamento de informações acerca da localidade dos alunos, pois era necessário entender a origem de cada um, saber se residem no campo ou na cidade. Em seguida, conversamos com alguns professores da escola João Milanês e verificamos seu conhecimento acerca da educação do campo.

No terceiro encontro, a equipe desenvolveu atividades práticas para os alunos, pois a intenção era desenvolver, juntamente com os professores, novas metodologias, considerando a interdisciplinaridade entre a disciplina de geografia e as demais.

A próxima etapa foi a elaboração de questionários com os professores e a continuação de oficinas e apresentação das atividades junto aos educadores e educandos, com recursos didáticos diferenciados: música, vídeo, teatro, literatura, cordel, produção de jogos, cartazes, trabalhando com dinâmicas, apresentação de textos sobre trabalho de campo e execução de trabalhos de campo na escola.

Considerações Finais

As questões apresentadas aqui refletem a atual realidade do campo brasileiro. A necessidade da Educação no Campo, do Campo e para o Campo, conforme a realização de políticas públicas que valorizem a Educação através de pedagogias voltadas para atender os camponeses, pois o que se observa hoje são políticas voltadas para atender ao Sistema Capitalista. O modelo de desenvolvimento do país é cada vez mais contraditório, onde por um lado a modernização e a tecnologia privilegiam poucos e ao mesmo tempo há exclusões, êxodo rural, movimentos sociais pela luta da terra e a Reforma Agrária que são carregados de conflitos e pouco entendidos pela sociedade.

Os debates em torno da Educação no Campo, do Campo e para o Campo paraibano objetivam o aprofundamento, de questionamentos, de políticas públicas, para que possamos construir uma sociedade justa. Diante de todos os problemas que a Educação no Campo enfrenta, percebemos que o desafio é grande e os estudos nesta área nos mostra algumas perspectivas no sentido de construir um novo caminho para o Campo.

A referente pesquisa ainda está em andamento, os resultados apresentados são parciais, foram realizados quatro encontros na escola, para conhecer os professores, a estrutura da escola e alunos, apresentação do projeto para os professores, os outros dois foram para a realização de oficinas. Até o mês de dezembro pretendemos construir materiais para serem trabalhados como atividade prática, além de encontros, teatro e debates sobre a educação do campo, no final será realizada uma amostra cultural.

Referências

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.) **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOLLING, E. J. (Org.). **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

FORMAÇÃO CONTINUADA INTERDISCIPLINAR DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO, NO SERTÃO PARAIBANO

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo¹

Edcleide Gomes de Lima²

Cícera Leite Mariano³

Resumo: Refletimos acerca de projeto de extensão realizado no Programa de Extensão do Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulados Formação Continuada Interdisciplinar de Educadores do Campo do município de Cajazeira, Paraíba, situado na Região Geográfica Imediata de Sousa Cajazeiras. Na execução do Projeto, vem sendo formados em capacitação continuada os discentes das disciplinas de Geografia e de Artes (03), educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental (E.E.E.F.) Monsenhor João Milanês, Cajazeiras, Paraíba, com a participação de cinco (05) monitores, sendo dois (2) bolsistas e três (03) voluntários, todos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia, do CFP, UFCG. O objetivo geral é realizar a formação continuada de educadores/as de acordo com os princípios e práticas do Ensino Interdisciplinar, com vistas à reorganização e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola envolvida, tomando como ponto de partida a atividade de extensão acadêmica fortalecendo a formação docente dos estudantes monitores (bolsistas e voluntários) participantes do Projeto. A proposta de extensão com intenção de pesquisa incluirá a realização de dezesseis (16) oficinas, um Encontro e uma Mostra Cultural, eventos estes a se realizarem entre os meses de maio a dezembro do ano de 2018. A formação inclui as temáticas Educação do Campo e Ensino de Geografia Interdisciplinar com a propositura de discuti-las teoricamente, além da preocupação com a abordagem metodológica pautada na construção

1 Professora Adjunta do CFP/UFCG. Coordenadora do Projeto de Extensão Probox 2018.

2 Graduanda em Geografia, UFCG-CFP, edcleideglima@gmail.com.

3 Graduanda em Geografia, UFCG-CFP, ciceramariano2@gmail.com.

e utilização de metodologias, linguagens e recursos para a leitura do espaço geográfico centrada no ensino interdisciplinar e da Educação do Campo.

Palavras-chaves: Formação Continuada; Ensino de Geografia; Educação do Campo; Práxis Docente.

Introdução

O presente trabalho apresenta o Projeto de Extensão PROBEX 2018, em andamento, realizado no Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulado “ENSINO INTERDISCIPLINAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DISCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE EM GEOGRAFIA NA E.E.E.F. MONSENHOR JOÃO MILANES, CAJAZEIRAS – PB”. Esses projetos têm como objetivos a formação continuada de educadores de uma escola que podemos intitular como escola do campo, por receber um considerável número de educandos do campo, bem como contribuir com o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão na formação docente para os educandos do curso de Licenciatura em Geografia do CFP/UFCG.

O Projeto abrange três professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental desta Escola, além de cinco educandos do curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores, sendo dois bolsistas e três voluntários; e indiretamente atingimos os educandos atendidos pela Escola atendida pelo Projeto, o qual contribui para fortalecer a nossa experiência de formação inicial e de vivências em projetos de extensão durante a vigência do Mestrado e Doutorado realizados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A formação inclui as temáticas sobre Educação do Campo, Interdisciplinaridade e Ensino de Geografia desenvolvida a partir de oficinas, debates, leitura de textos e elaboração de materiais didático-pedagógicos. Ao todo, o projeto contempla dezesseis oficinas, um encontro e uma Mostra cultural dos materiais produzidos durante a vigência do mesmo.

Indicadores Sociais no Campo e na Educação do Campo

Nas escolas situadas no campo e na cidade, é comum a presença de um conjunto de problemas e dificuldades: a insuficiência e a precariedade das ins-

talações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos por falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; o currículo escolar, que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; o baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; os baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana (MEC/Inep, 2007).

É importante destacar que, apesar das recentes iniciativas de educação (Pronera, Procampo, Projovem Campo) para os povos que vivem no campo brasileiro, ainda persistem os indicadores de iniquidade que denunciam a injustiça que recai sobre as populações que habitam no campo. Ressaltam-se os seguintes indicadores apontados por estudo recente (Molina *et al.*, 2009, p. 5): a) A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 23,3% na área rural, é superior à da zona urbana, que é de 7,6%. b) A escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural é de 4,5 anos, e no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos. O nível de instrução da população adulta jovem, na faixa de 25 a 34 anos, confirma o quadro de desigualdade. Enquanto para a população urbana nesta faixa etária, 52,5% tem instrução completa de nível médio ou superior, no meio rural essa condição só existe para 17% da população, segundo os dados da Pnad 2007.

A exemplo da situação educacional nos assentamentos da reforma agrária, destacamos que, entre os camponeses assentados, apenas 38,8% frequentam escola, ou seja, 61,2% da população assentada não têm acesso à escola; 27,1% nunca frequentou escola e não lê e não escreve; 38,55% frequentou o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série; 14,7% frequentou até 5ª a 8ª série; e somente 5,6% teve acesso ao Ensino Médio.

A Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Pnera), em 2005, fez, pela primeira vez, um diagnóstico abrangente da educação nos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ela identificou 8.679 escolas nos 5.595 assentamentos cadastrados pelo Incra em todo o País. Cerca de ¼ das escolas funcionam em instalações improvisadas, como galpão, rancho, paiol, casa de farinha, casa de professor, igreja e outros; 29,3% dessas escolas são construções

provisórias; 23,9% têm cobertura de zinco ou amianto e 6,1% de palha ou sapé; 68,2% delas possuem cozinha; e apenas 7,6%, refeitório para os alunos.

O número de estudantes, em 2004, totalizava 987.890 em todo o Brasil. Destes, 457.870 (45%) estavam no Nordeste e 313.124 (32%), no Norte. Um percentual de 95,7% das crianças entre 7 e 10 anos está estudando. Destas, 92,5% estão nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), mas 7,5% não, percentual que começa a mudar significativamente a partir dos 11 anos de idade.

Na faixa etária de 11 a 14 anos, 94% estão na escola, mas apenas 45% estão nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série). A situação educacional dos assentados de 15 a 17 anos é a seguinte: 76% estudam e 23% não estudam. Dos que estão dentro da escola, apenas 17% cursavam o Ensino Médio regular. Entre os de 15 e 17 anos que estão fora da escola, 48,1% estudaram apenas do primeiro ao quinto ano. Na faixa etária subsequente (18 anos ou mais), dos que estão fora da escola, 45% estudaram apenas da 1ª a 4ª série e, 14% responderam que nunca frequentaram a escola.

Os piores indicadores educacionais estão nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, seguido da região Norte. Diante da magnitude da questão educacional no campo, destaca-se como essencial a formação continuada dos educadores, como um importante aspecto para a melhoria da educação e para a concretização da política de Educação do Campo, inclusive nas escolas situadas na cidade que recebem educandos do campo, especialmente tomando como ponto de partida o Ensino de Geografia transdisciplinar, capaz de comportar o debate acerca da realidade dos Educandos e o reconhecimento e a valorização dos recursos locais, conforme defendem os movimentos e reconhece o Decreto nº 7.352, de 4 de Nov. de 2010.

Assim como a política da Educação do Campo em seu ordenamento jurídico, o ensino de geografia propõe a leitura de mundo como ponto de partida para a emancipação e libertação dos sujeitos. De acordo com Moreira (2007, p. 105), “A Geografia é uma forma de leitura do mundo. A educação escolar é um processo no qual o professor e seu aluno se relacionam com o mundo através das relações que travam entre si, na escola e nas ideias”.

Em seu mais recente trabalho sobre os aspectos e o destino do pensamento geográfico, Rui Moreira (2007, p. 105-118) dedica um capítulo do seu livro para refletir sobre o papel desempenhado pela escola na produção e no fazer

geográfico. Segundo este autor, outrora ter-se-ia uma Geografia supostamente “com forma e sem conteúdo”, uma vez que cabia a esta apenas empregar princípios lógicos como localização, distribuição, distância, extensão etc.; como, segundo ele, há muito, esses princípios teriam sido abandonados, restou uma Geografia “com conteúdo e sem forma”, por essa razão, caberia um resgate do arcabouço teórico-metodológico da Geografia nos “ambientes que formam o mundo vivo da Geografia. E a escola, sem dúvida é um deles” (Moreira, 2007, p. 118). O autor propõe uma reflexão crítica da escola para atender à tarefa maior que seria atualizar os princípios, categorias e conceitos da Geografia moldados ao tempo presente.

O projeto em realização pretende contribuir para a formação continuada de professores de modo que atue na organização e execução dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) da escola mencionada, por meio de oficinas pedagógicas baseadas nos princípios da Educação do Campo e de propostas de novas metodologias e linguagens no Ensino de Geografia, buscando inserir práticas pedagógicas interdisciplinares, tendo como eixo curricular articulador do ensino, os temas geradores herdados da teoria educacional freireana, buscam perceber na realidade dos sujeitos que vivencia a experiência educativa, questões, problemas elementos da vida, da cultura e da produção, no caso desse projeto os filhos de camponeses, assim como daqueles que residem em áreas caracterizadas com populações de baixa renda na cidade de Cajazeiras-PB, para serem discutidos, problematizados e estudados à luz da troca de conhecimentos da experiência e da ciência, buscando construir sínteses que possibilitem um conhecimento sobre a realidade dos sujeitos educandos, considerando desde o local, nacional e mundial, vislumbrando uma perspectiva de transformação social.

Nos anos mais recentes, os movimentos sociais denunciam e disputam tanto acerca de questões estruturais como o modelo de desenvolvimento do capitalismo globalizado incluindo-se a crítica ecológica, as questões de etnia, geração, identidade cultural e reconhecimento da diversidade cultural. No contexto brasileiro das duas últimas décadas do século XX, a partir das lutas sociais são reconhecidos novos direitos e novos sujeitos de direito. Nessa perspectiva, a educação passa a ser questionada pelos sujeitos organizados no campo, de modo a dar impulso à construção de uma proposta que contribua com o projeto de sociedade e de campo brasileiro que valorize a terra como instrumento de vida, de cultura, de produção, constituindo uma identidade de

campo e de camponês que se reflita na escola do campo incluindo no projeto político da escola os sujeitos sociais a quem se destina.

A gênese da concepção de Educação do Campo remonta aos movimentos populares da década de 1960, ente outros se destacando os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), e nas experiências e reflexões dos movimentos nos territórios de luta e de conquista, quando desde a itinerância dos acampamentos no calor da luta o coletivo formado pelas as famílias vão construindo alternativas educacionais para seus filhos como as escolas itinerantes, as escolas família agrícolas, as casas familiares rurais, os coletivos de formação, fundamentadas numa pedagogia da indignação, da libertação, da esperança de inspiração freireana vão construindo a identidade da Educação do Campo.

No percurso do movimento Por uma Educação do Campo, várias foram as conquistas do ponto de vista da inserção nas definições legais do ordenamento da educação, a exemplo do Parecer CNE/CEB Nº: 36/2001; da Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002; Referências para uma política nacional de educação do campo; Parecer CNE/CEB Nº: 23/2007; Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008; Parecer CNE/CEB Nº:1/2006; Decreto nº 7.352, de 4/11/2010; Resolução CNE/CEB 4/2010, dentre outros.

Quanto aos avanços, também ocorreram nas políticas ou programas de Educação do Campo destacam-se o Pronera – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária; Saberes da Terra; Procampo - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo; Programa Nacional de Educação do Campo; Pronatec Campo; dentre outros. O Decreto nº 7.352/2010 garante o estatuto de política de Estado à Educação do Campo. No Art. 1º afirma: “A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto”.

Não obstante, todas essas definições legais e programas em execução desde 1998, com a criação do Pronera, as escolas do campo continuam, em sua grande maioria alheias a essa perspectiva de educação e continuam vivenciando precárias condições de funcionamento. Por isso, a discussão sobre Educação do Campo junto aos sujeitos que atuam na escola: professores, supervisores,

gestores, dentre outros, não pode ser adiada, se torna premente, uma vez que é imprescindível que eles se apropriem dos fundamentos dessa perspectiva educacional contribuindo que eles repensem a educação que se vem fazendo nessas escolas e as práticas pedagógicas por eles desenvolvidas. Nesse caminho, a formação continuada constitui-se como espaço privilegiado para difusão e reflexão de um ideário educativo.

A demanda de educadores com formação específica para atuar nas escolas do campo ainda não foi atendida, pois existe um grande contingente desses profissionais atuando sem ter a compreensão do novo sentido atribuído à Educação do Campo. Na formação de educadores do campo, seja inicial ou continuada, alguns temas devem ser contemplados: Princípios Pedagógicos da Educação do Campo que são: a) o papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; b) a valorização dos diferentes saberes no processo educativo; c) os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem; d) o respeito à temporalidade do homem do campo; e) o lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos; e por fim, f) a Educação do Campo como estratégia para o desenvolvimento sustentável (MEC, 2004).

Uma reflexão sobre o currículo que discuta a diversidade do campo, currículo contextualizado, a interdisciplinaridade. O currículo contextualizado, segundo Souza (2005, p. 98), “[...] fundamenta-se na ideia de que só é possível dar mais sentido ao processo ensino aprendizagem se construído considerando a historicidade dos sujeitos sociais, pautando-se na complexidade de tais processos históricos”. A discussão sobre currículo nessa perspectiva está contemplada no Dossiê MST Escola: “O currículo deve ser desenvolvido a partir da realidade próxima das crianças e através das experiências práticas” (MST, 2005, p. 52).

O currículo contextualizado respalda-se na crítica da realidade vivida por homens e mulheres. É essa concepção que os movimentos sociais do campo têm ajudado a construir, reforçando sua identidade com a terra, com a cultura, com um projeto de sociedade. Ele vem sendo questionado pelas reflexões críticas sobre as concepções de currículo tradicionais que o entendiam como um conhecimento neutro, posto que apoiado pela perspectiva positivista de ciência e de educação que o representavam como um conjunto de conhecimentos que deveriam ser transmitidos pelo professor e assimilados pelos estudantes numa simples reprodução dos conhecimentos produzidos pelos cientistas ‘ilu-

minados' que por serem produzidos por processos metodológicos seguindo o rigor científico não podiam ser questionados.

Porém, desde as perspectivas críticas e pós-críticas essa compreensão de currículo vem se redefinindo. Sendo assim o currículo passa a ser entendido de forma mais abrangente como salienta Sacristán (2000, p. 15-16): "O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas".

Portanto, o currículo não é neutro, nem é mediador de práticas educativas neutras, nem tampouco um conjunto de conhecimentos neutros, mas veicula um conjunto de saberes que orientam práticas que estão definidas por relações de poder, por posições políticas, ideológicas e culturais hegemônicas, como evidencia Moreira (2001, p. 5). É nesta perspectiva que as escolas do campo, coadunadas com as preconizações dos documentos que definem as políticas de Educação do Campo que indicam, especialmente no Decreto 7.352/2010, Art. 2º que apresenta os princípios da educação do campo, no IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Para que essa concepção de currículo se materialize, o diálogo é o fundamento, o elo que possibilita a mediação entre os diferentes saberes no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no tocante ao Ensino de Geografia como possibilidade de desenvolvimento e a valorização dos distintos saberes dos sujeitos do campo, com uma educação que se realize no campo e pelos seus sujeitos, pois possibilita que todos se sintam parte ativa do ato educativo. Freire (2005, p. 91) realça o diálogo como algo da essência humana. Dentre esses saberes, destacamos os saberes relacionados à compreensão do espaço geográfico, o objeto de estudo da geografia, a qual adotou inicialmente, a postura tradicional ainda presente no ensino, na atualidade nas escolas, fato que culminou na crise vivenciada pela Geografia Escolar, cujo viés tradicional tem como bases o Positivismo pautado numa educação conteudística, de transmissão de conteúdos, também intitulada por Paulo Freire (1995) como Educação Bancária, a qual se vê desprovida da multidimensionalidade que caracteriza a educação e a formação humana.

Nesse sentido, ao longo da evolução da educação, assim como do pensamento geográfico, surge o Movimento de Renovação da Geografia, surgido na década de 1930, com maior ênfase nas décadas de 1970 a 1990, travou debates sobre os questionamentos de bases teórico-metodológica, referentes à Geografia Tradicional, pautada na transmissão de conhecimentos e na negação das realidades dos sujeitos educandos, tomando o professor como o centro do saber, portanto, o domínio da razão.

Nasceram novas tendências da Geografia – Quantitativa, Humanística e Crítica – pautadas, cada uma, em métodos e metodologias específicas, sendo a Quantitativa pautada em concepções científicas pautadas na mensuração e nas teorias, enquanto a Geografia Humanística de bases marxista, sociológica, fenomenológica e existencialista, pautava-se principalmente nas intersubjetividades humanas; restando à Geografia Crítica o debate apoiado no materialismo histórico dialético, por sua vez desenvolvido a partir de uma crítica reflexiva da realidade com profundas repercussões na evolução do pensamento geográfico e na educação escolar.

Contudo, o Movimento de Renovação não conseguiu sozinha desenvolver uma educação escolar no ensino de geografia que tornassem horizontalizadas as relações de ensino-aprendizagem, pois, embora houvessem mudanças nos conteúdos contextualizados com as realidades dos sujeitos, a abordagem, a explanação continuou centrada na figura do professor como elemento detentor do saber e o educando como receptor, depósito de conhecimentos transmitidos sem a preocupação com a reflexão e transformação das realidades daqueles.

O evidente desinteresse dos/as educandos/as pelo ensino, em especial o de geografia constituiu-se como um das constatações realizadas durante o Estágio Supervisionado de 56 educandos/as das disciplinas por nós ministradas, intituladas Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, III e IV, além de Prática de Ensino em Geografia Regional e Prática de Ensino em Geografia Humana, ministradas nos períodos 2014.1 a 2016.1, ofertadas pelo curso de Licenciatura em Geografia, do CFP/UFCG.

Uma prática recorrente na educação, a construção do ensino se deu com o professor transmitindo o conhecimento, e por outro lado, o educando como receptor de informações e conteúdos, por vezes desconectados entre si, além da desconexão com seus saberes e especificidades locais. No caso específico da Geografia, um ensino mnemônico, incapaz de situar o educando no espaço

geográfico no qual se insere. Contrária a essas práticas, no decorrer da disciplina ministrada no ambiente acadêmico, a execução do estágio e a orientação docente pautaram-se, principalmente no planejamento voltado ao ordenamento metodológico e à utilização de novas linguagens no ensino geografia, frente às posturas tradicionais vivenciadas pelos discentes, nas salas de aulas das escolas.

Conforme relatos dos discentes estagiários em seus relatórios de atividades diárias a partir de projetos de estágio, o ensino de geografia nas escolas demonstrou-se como uma prática desestimulante, descontextualizada. Além de debatermos e analisarmos sobre essa questão, também se incentivou aos discentes a utilização de novas metodologias e linguagens para diversificar a abordagem de ensino, contextualizando os conteúdos com a realidade dos educandos do município de Cajazeiras-PB, utilizando linguagens capazes de atrair a atenção daqueles e facilitar a aprendizagem, considerando os conteúdos geográficos em sua transdisciplinaridade.

Pautando-se nos resultados avaliados nas disciplinas ministradas no curso, entendemos a necessidade de discutirmos o ensino de geografia na formação continuada, associando-o à Educação do Campo, já que afinamos nossa proposta na formação de educadores de geografia que atual diretamente com os sujeitos do campo.

A Extensão na Formação de Educadores do Campo em Cajazeiras-PB

As atividades de extensão universitária na realização de oficinas pedagógicas realizadas pela professora orientadora coordenadora, o professor colaborador da Prefeitura Municipal e os cinco bolsistas, envolvendo os professores que atuam nos níveis do Ensino Fundamental, das escolas envolvidas no Projeto, espera-se contribuir para a reorganização do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, planejamento de ensino de modo que os conteúdos sejam voltados à realidade imediata e local dos educandos, desenvolver atividades que incentivem a inclusão dos princípios da Educação do Campo e do Ensino interdisciplinar de Geografia, promover o desenvolvimento de materiais didáticos, incentivo à participação dos alunos; incentivo ao professor quanto uma postura democrática e participativa, incentivo à prática da uma avaliação contínua e participativa.

A pesquisa-ação foi um processo metodológico que buscou superar a dicotomia teoria/prática, sujeito/objeto. Ela possibilita que os sujeitos envolvidos na pesquisa, o pesquisador e os sujeitos da comunidade, sejam ativos e interativos, e evidenciem seus conhecimentos, saberes e interpretações da realidade que vivenciam, do ambiente social, cultural, político dos sujeitos envolvidos.

Igualmente, procuramos a promoção do debate e ampliação da utilização de novas metodologias, linguagens e recursos no Ensino de Geografia para promoção da construção do conhecimento dos saberes e ampliação da capacidade dos processos de promoção do ensino-aprendizagem. Os resultados se expressaram através dos seguintes produtos.

O Projeto em Execução pela Extensão na Formação de Educadores do Campo

Mediante o desenvolvimento de entrevistas, aplicação de questionários e observações realizadas, a formação vem ocorrendo de modo satisfatório, sobretudo considerando-se as metodologias apresentadas. Dentre elas, as dinâmicas desenvolvidas pelos bolsistas e voluntários, consideradas como ponto positivo na formação.

Os alunos bolsistas sugeriram nessa questão que alguns pontos poderiam ter melhorado, o nível de dinâmica de equipe como alguns da equipe poderiam ter se esforçado mais, que a turma é harmoniosa, porém com algumas falhas, mas todas resolvidas na medida do possível, que necessita estar e trabalhar mais em conjunto e pontuar antecipadamente o que era pra ser trabalhado nas reuniões.

A participação da equipe nos Projetos de extensão promove a experiência de repensar o campo da educação do campo e o ensino de geografia interdisciplinar, bem como a forma como ele vem ocorrendo no município de Cajazeiras-PB. Por outro lado, também proporciona o repensar de nossas práticas em sala de aula no Ensino Superior, uma vez que ao estar em projetos de extensão fortalecemos o vínculo Universidade-escola, o conhecimento com o meio, além de proporcionar as vivências dos alunos graduandos com seu futuro ambiente de atuação profissional, a escola.

Desse modo, proporciona a extensão e a pesquisa uma possibilidade, dentre muitas, de realizar-se o papel e a função da educação Superior na sociedade e

incentiva os graduandos às vivências e reflexões sobre a práxis docente e discente, bem como colabora com a escola, favorecendo momentos de trocas e construção de conhecimentos. Os bolsistas e voluntários envolvidos no projeto apresentam bom desempenho nas atividades, no relacionamento interpessoal, bem como trocam e constroem saberes necessários ao que-fazer docente e discente.

Considerações Finais

Os Projetos de extensão mencionados foram e vêm sendo executados mediante atividades de oficinas pedagógicas realizadas pela Equipe e demonstrou contribuir, especialmente a partir dos diagnósticos realizados para a reorganização do PPP das escolas, planejamento de ensino de modo que os conteúdos estejam voltados à realidade imediata e local dos educandos, desenvolver atividades que incentivem a inclusão dos princípios da Educação do Campo e do Ensino de Geografia interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento e criação de materiais didáticos, incentivando à participação dos alunos; incentivando ao professor quanto a uma postura democrática e participativa, incentivando à prática de uma avaliação contínua e participativa.

Igualmente, consideramos que houve a promoção do debate e ampliação da utilização de novas metodologias, linguagens e recursos no Ensino de Geografia para promoção da construção do conhecimento dos saberes e ampliação da capacidade dos processos de promoção do ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Parecer CNE/CP 009/2001**. Brasília, DF, maio de 2001.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade:** para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOLLING, E. J. (Org.). **Por uma educação básica no campo.** Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MOREIRA, I. **O Espaço Geográfico:** Geografia Geral e do Brasil. SP, Ática, 1998.

PONTUSCHKA, N. N. OLIVEIRA, A. U. **Geografia em perspectiva:** ensino e pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

UFCG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia.** UFCG, Cajazeiras: 2008.

FORMAÇÃO DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MEIO AO CONTEXTO DO CAMPO

*João Lucas Marinho Silva Lima*¹

*Maria Edivani Silva Barbosa*²

Resumo: Este trabalho apresenta as experiências de um projeto de extensão e da disciplina de Tópicos Especiais do curso de Geografia - UFC. O objetivo do trabalho é desenvolver práticas pedagógicas para os professores que atuam nas escolas do/no campo e discutir essas temáticas com os estudantes. O ensino de geografia, educação do/no campo, luta por terra e água foram as principais questões debatidas com os universitários e as lideranças do campo. A metodologia é dividida em dois momentos: no âmbito da universidade e na escola-campo. O resultado da prática desenvolvida na escola do Reassentamento Alagamar foi positivo, pois foram desenvolvidas práticas sobre edição de vídeos e imagens, discussão de gênero na escola, a questão da água e da terra, que contribuíram para melhorar o desempenho dos professores na escola. O trabalho envolveu pesquisa, ensino e extensão, colaborando, assim, para a aproximação entre a universidade e a sociedade.

Palavras-chave: Educação; Campo; Práticas pedagógicas; Formação docente.

Introdução

O trabalho em questão relata uma experiência vivenciada durante o Projeto de extensão *Formação Docente e Práticas Pedagógicas para as Escolas do Campo no Ceará* e a disciplina de Tópicos Especiais do curso Geografia, da Universidade Federal do Ceará (UFC). A construção e efetivação das práticas do Projeto e da disciplina foram realizadas de maneira conjunta envolvendo estudantes da universidade (licenciandos e bacharelados), professores da

1 Graduando do curso de Geografia, UFC, jlucasmario89@gmail.com.

2 Professora do departamento de Geografia, UFC, edivanisb@yahoo.com.br.

educação básica que atuam nas escolas no campo, lideranças de movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB), do Reassentamento Alagamar, no município de Jaguaratama, Ceará. Na discussão realizada na universidade, estiveram participando do debate os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, da educação escolar quilombola e da Residência Agrária da UFC.

Na perspectiva de desenvolver atividades que envolvam a formação de professores, a fim de consolidar um ensino de qualidade no contexto do campo, por meio da realização de práticas pedagógicas que compreendam temáticas geográficas, fez-se necessário estabelecer um conhecimento acerca da localidade, da educação estabelecida no campo, do ensino e da geografia.

O local da realização das atividades principais foi a EMEIF Maria do Socorro Alves de Oliveira, que está inserida no contexto de uma comunidade em defesa da reforma agrária, e que teve sua localização realocada em função da construção do açude Castanhão, no município de Jaguaribara, na década de 1990, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Este processo de realocação foi realizado por meio de uma parceria entre o DNOCS, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) (Monte; Paula, 2007).

Assim, por consequência desse processo, fazem parte da história e estão vigentes no dia a dia da comunidade alguns desafios que remontam as questões camponesas de luta pela terra e direito a água. Dessa forma, está presente na comunidade de maneira vigente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que trabalha na proposta de realizar uma militância política a favor dos povos desfavorecidos por obras desta categoria.

A educação do campo é compreendida como ações educativas desenvolvidas junto às populações do campo e fundamentadas nas práticas sociais constitutivas dessas populações, ou seja, seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser, de ver, de viver, de produzir e formas de compartilhar a vida (Brasil, 2002). Essa definição parte do momento em que se reconhece como imprescindível o modo único de vida e de utilização do espaço do campo, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na sociedade.

Dessa forma, essa educação não corresponde somente a uma nova abordagem de ensino, ela remete, sobretudo, a uma renovada forma de construir valores e conhecimentos, desenvolver habilidades e preparar as pessoas para a vida respeitando as especificidades dos locais e povos. Para isso, a resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008, instituída pelo Ministério da Educação propõe que:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (Brasil, 2008, p. 1).

No entanto, conforme Caldart (2002), um dos pontos fundamentais desse movimento por uma educação do campo é a demanda pela garantia de um ensino apropriado e por uma educação que seja no e do campo. Essa concepção se dá, pois, sendo no campo, os povos terão o direito a serem educados no local que habitam, e do campo, ela será pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A educação do campo é considerada como um conceito novo, porém esta atualidade não se dá por ela ainda estar em construção, mas sim pelo fato dos sujeitos que a protagonizam serem os povos do campo. Nessa visão, a educação do campo busca transformar a escola no meio rural, buscando promover a autonomia dos educandos e garantindo o acesso ao conhecimento universalmente construído pelo ser humano (Molina, 2009).

Logo, a educação do campo busca, antes de tudo, dar a voz a essas populações que foram historicamente silenciadas pelos dominantes detentores do poder, que pouco interesse tinham em assegurar o direito dos sujeitos camponeses, principalmente até grande parte do século XX. “É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (Freire, 2016, p. 135). Então, reconhecer o poder de voz desses povos se consolida como uma necessidade social, tendo em vista que eles são detentores de grandes saberes próprios.

A Geografia emerge nesse contexto para servir como apoio a esses povos do campo, através das suas práticas de ensino e metodologias de aprendizado,

na sua escalada rumo a libertação e construção de um projeto de sociedade igualitária. Então, por meio da compreensão desses princípios, o trabalho teve seu prosseguimento.

Objetivos

Como fruto das atividades apresentadas neste trabalho, como objetivo geral, buscou-se promover um momento de formação dos educadores do campo e dos alunos da universidade envolvidos com as práticas, através da realização das oficinas, aplicadas em situações práticas e teóricas, e das rodas de discussões ao término de cada uma.

Conforme os objetivos específicos, almejou-se desenvolver uma discussão acerca da educação do campo como uma ferramenta para a luta pela terra e água; compreender os principais impasses referentes ao abastecimento e uso da água na região; proporcionar o exercício da cidadania e do respeito aos direitos humanos impulsionando a diminuição do preconceito na escola e realizar uma democratização do conhecimento proporcionado pelos meios de comunicação e informáticos.

Este grupo de metas, principalmente os objetivos específicos, foi pretendido por meio da realização de uma parceria entre as oficinas (educação do campo, água e sustentabilidade, gênero e mídias) e as outras atividades referentes ao campo da disciplina de Tópicos Especiais, que foram articuladas pelos alunos e professores da disciplina em questão.

Metodologia

Para compreender de modo mais efetivo de que forma o trabalho foi planejado, realizado e obtido seus resultados, é necessário explicitar a metodologia que teve uma divisão em duas etapas: a primeira no âmbito da universidade, com pesquisas, estudos e planejamentos; a segunda, na aplicação das práticas já no contexto da E.M.E.I.F. Maria do Socorro Alves de Oliveira, em Jaguaratama.

Durante a primeira etapa, realizada integralmente no departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, ocorreram as primeiras articulações e planejamentos do que seria realizado posteriormente durante a estadia

na escola no decurso do campo da disciplina de Tópicos Especiais, nos dias 4 a 6 de dezembro de 2017.

Então, continuando com o primeiro momento, estabelecidos os locais e datas para a realização das práticas, através do diálogo entre as lideranças da escola e os representantes da turma na universidade, teve-se simultaneamente a discussão a respeito da construção das atividades a serem desenvolvidas por parte dos alunos e professores da disciplina. Essa discussão ocorreu em sala de aula, onde, nos dias determinados para os encontros da turma, eram apresentadas e debatidas as propostas de atividades. Para isso, primeiramente a turma teve aulas teóricas acerca da educação do campo, educação escolar indígena e quilombola, mediadas pelos professores e representantes das respectivas temáticas e movimentos sociais.

Ao decorrer da disciplina, os alunos foram divididos em equipes para elaborar as oficinas para o campo. As temáticas das oficinas, educação do campo, água e sustentabilidade, gênero e mídias, foram definidas com base no que foi relatado pelo diretor da escola como assuntos os quais os educadores possuíam maiores dificuldades para trabalhar com os estudantes da educação básica.

Este é um dos fatos que contribui para evidenciar o processo democrático, no qual as práticas foram elaboradas, uma vez que a articulação dava-se proporcionando voz para ambas as partes envolvidas, tanto na escola quanto na universidade.

Após a discussão e revisão entre os membros da disciplina de Tópicos Especiais e do Projeto de Extensão, efetivou-se a preparação das oficinas entre os grupos. Cada oficina ficou responsável por realizar suas atividades com duração de 16 h/a nos turnos manhã e tarde. Com exceção do primeiro dia (4/12/2017), à tarde, como parte comum a todas as oficinas, foi realizada a abertura com a inscrição dos professores no local para receber uma pasta com material auxiliar e com um momento de debate sobre a temática educação do campo. No dia 6/12/2017, pela manhã, também foi um momento comum, com o encerramento das práticas com avaliação e socialização das experiências.

Para o dia seguinte, foram ministradas as três oficinas. Para isso, os docentes participantes tiveram que se dividir, de acordo com suas preferências, entre as práticas que ocorreram simultaneamente. Todas as oficinas, apesar de focarem em temáticas distintas, possuíam atividades enriquecedoras.

A oficina de mídias buscou desenvolver o uso das informações e a informática como uma possível opção de material didático para as aulas, trabalhando programas de computador e formulando métodos de aplicação com os alunos. A oficina de gênero focou em debater o assunto entre as professoras presentes que destacaram vários casos de discriminação que vivenciaram nas suas vidas. Já a oficina sobre água e sustentabilidade, promoveu a realização de um mapeamento das áreas de reservatórios importantes na comunidade (figura 01).

Figura 01 - Campo da oficina de água e sustentabilidade



Fonte: Lima (2017).

Assim, para o terceiro dia, ocorreu o momento de encerramento, no qual todos os envolvidos tiveram a oportunidade de fazer a socialização daquilo que foi considerado positivo e negativo da experiência vivenciada. Os resultados do trabalho são evidenciados de acordo com o que foi visto e falado pelos alunos da universidade e professores no decorrer das oficinas e, principalmente, durante os relatos que foram externados neste último dia.

Ao longo do desenvolvimento da metodologia das atividades, uma das grandes preocupações para as oficinas era de serem capazes, enquanto formada por estudantes de Geografia, de desenvolver práticas geográficas que fossem suficientemente possíveis de gerar uma instrumentalização teórica e prática significativa para os docentes participantes.

Resultados

A educação do e no campo se dá em meio a um contexto de resistência em relação às dificuldades e valorização do saber socialmente construído pelo

povo. Sendo assim, o desenvolvimento das atividades não seguiria um caminho diferente, no qual não acontecesse a realização de um trabalho relevante.

Apesar da impossibilidade de medir quantitativamente o ensino promovido, ainda assim é possível identificar a importância das práticas através dos relatos dos sujeitos envolvidos, no caso os alunos universitários e os educadores do campo. Logo, algumas repercussões podem ser apontadas.

Por intermédio do trabalho realizado na escola durante o campo, é possível afirmar que a formação dos educadores do campo e dos estudantes envolvidos pelas práticas foi favorecida, de modo a proporcionar uma qualificação profissional de ambas as partes. Além disso, os alunos do curso de Geografia foram capazes de apreender mais sobre a história da luta dos povos do campo, juntamente com os seus conflitos por uma educação de qualidade.

Ademais, ficou evidente a internalização das práticas docentes promovidas pelas oficinas por parte dos educadores, que viram as atividades realizadas com um olhar horizontal, concretizando assim uma troca de conhecimentos efetiva, livre de hierarquias, visto que em nenhum momento buscou-se propor o conhecimento da universidade como o único e absoluto.

No que diz respeito à repercussão das oficinas relacionadas à educação do campo, notou-se que boa parte das professoras que fazia parte da comunidade já buscavam realizar suas atividades contextualizando, de alguma forma, os conteúdos propostos pela matriz curricular, tendo em vista o contexto de uma escola em uma área de Reassentamento. Por parte dos docentes de fora da Escola de Ensino Fundamental Maria do Socorro Alves de Oliveira, era notória a importância que passou a ser dada a temática, antes pouca conhecida, por conta das discussões realizadas.

Já para a oficina de água e sustentabilidade, a elaboração do mapeamento cartográfico através da captação das coordenadas geográficas dos pontos com reservatórios d'água e a conscientização acerca do uso dos recursos hídricos escassos na região, apesar da proximidade para o açude Castanhão, foram elementos destacados pelos participantes como de grande relevância.

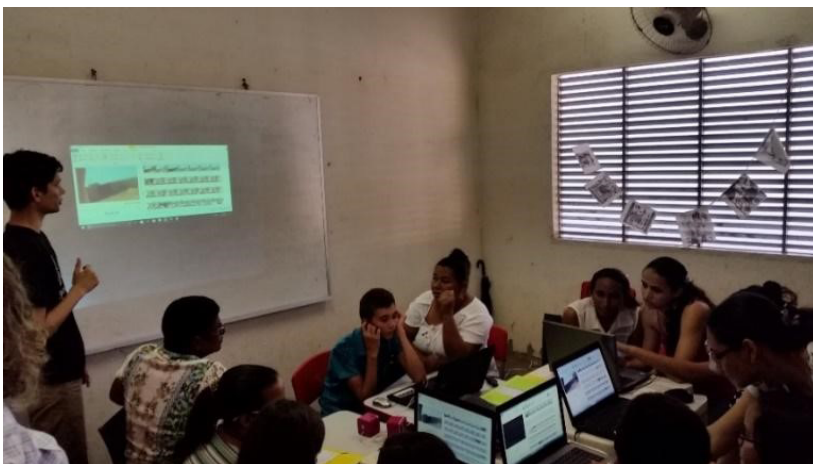
Os integrantes da oficina de mídias, aproveitado o campo realizado para o mapeamento, registraram imagens do ocorrido e gravaram áudios informativos sobre os locais marcados. Com isso, produziram um vídeo com a intenção de promover uma valorização da comunidade e evidenciar a possibilidade de elaborar e utilizar materiais audiovisuais como ferramentas didáticas em sala de aula.

Por fim, ao término dos debates ocorridos na oficina de gênero, as professoras participantes produziram um portfólio que buscava retratar como elas externavam as questões referentes à natureza da temática. No momento final das práticas, no dia 06, estes portfólios foram apresentados e ficou nítida, nas falas de algumas professoras, a importância de trazer essa discussão para o campo, em razão de muitas mulheres sofrerem bastante com atos discriminatórios por parte dos homens que, pelo fato de ainda existir um pensamento de certo modo conservador no campo, cometiam esses desrespeitos.

A participação da comunidade foi considerável, totalizando 25 docentes participando das oficinas, sendo presente a cooperação entre professores de outros municípios além de Jaguaratama, como Jaguaribara. Vale destacar também que, por conta da oficina de mídias ter buscado trabalhar temas mais atuais, voltados para tecnologia e informação, houve a participação de alguns dos jovens estudantes da escola. Ademais, entre os docentes que atuaram nesta experiência, predominou a participação de mulheres.

Em meio à necessidade de transformar a situação problemática quanto ao desenvolvimento de algumas temáticas escolares, de acordo com as professoras, houve a otimização de práticas pedagógicas efetivas para o contexto da escola, já que várias comentaram durante os momentos de socialização que tentariam ao máximo pôr em prática aquilo que foi pensado e assimilado nas oficinas, citando um exemplo da oficina de mídias (figura 02).

Figura 02 - Momento prático da oficina de mídias



Fonte: Lima (2017).

Enfim, de modo geral, quando ocorre a execução de uma prática em que todos os sujeitos envolvidos com o andamento possuem um compromisso em gerar uma educação de qualidade, os frutos colhidos pelos educadores e educandos serão de grande significância para a sociedade.

Considerações Finais

Tendo em vista os objetivos propostos, acredita-se que o trabalho obteve êxito em sua premissa de promover o desenvolvimento de práticas e planos pedagógicos a partir da formação docente dos educadores do campo e dos alunos universitários, além de proporcionar uma educação que é significativa ao mesmo tempo em que respeita as necessidades socioeducacionais do povo camponês.

Este trabalho evidencia a crença de que a educação é sim uma ferramenta de superação das adversidades, tendo em vista que em uma comunidade que passou e passa por diversos impasses, desde a sua criação até o período atual, os responsáveis por realizar o ensino possuem o empenho e vontade necessários para estar melhorando sua ação docente em prol da valorização dos educandos.

A Geografia ainda tem muito a contribuir para a concretização de propostas pedagógicas expressivas no cenário do campo, mas para isso é preciso que se consolide uma maior afeição por parte dos sujeitos envolvidos com a universidade nesse contexto. Ainda há muito que ser pesquisado e aplicado, porém o vínculo entre o ensino universitário e básico precisa ser alargado, pois assim ambos poderão ter os seus anseios acolhidos.

As práticas vivenciadas neste trabalho para o benefício da sociedade, por conta da formação de cidadãos conscientes das diversidades sociais, culturais e das exigências dos povos, podem ser reproduzidas em outros contextos, com outros estudantes universitários envolvidos, novos educadores, outras abordagens a serem discutidas, novas propostas pedagógicas formuladas. Logo, um ensino significativo será gerado e favorecerá a luta dos movimentos sociais, que por sua vez buscam a justiça social das populações.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB, Resolução N° 1, de 03 de abril de 2002. Brasília, Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica do Campo**. CNE/CEB, Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008. Brasília, Ministério da Educação, 2008.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo. *In*: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do Campo**: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, n° 4.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MOLINA, M. C. Educação do Campo: Princípios, conceitos e práticas. **Revista Presença Pedagógica**, n. 88, jul./ago., 2009. Seção Educação do Campo.

MONTE, F. S. S.; PAULA, L. A. M. O Programa de Reassentamento Rural do Complexo da Barragem do Castanhão - Ceará. *In*: **II Encontro Ciências Sociais e Barragens**, 2007, Salvador. Experiências de Reassentamento, reparação e compensação, Salvador: UFBA, 2007.

SERVIÇO SOCIAL DA TERRA: OCUPANDO O LATIFÚNDIO DO SABER, CULTIVANDO A TERRA DE CONHECIMENTO

José Filho Araújo Santos¹

Resumo: A experiência que ora se socializa busca apresentar o Curso de Serviço Social da Terra, que vem se realizando na Universidade Estadual do Ceará (UECE) desde 2013. O curso de graduação é fruto simbólico e concreto das lutas camponesas travadas contra o Estado burguês, estabelecendo canais de disputas entre o estado e os movimentos sociais do campo, que passam, a partir deste embate, a conquistar uma política pública de educação para as populações camponesas, em nível de formação superior, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Educação do Campo; Serviço Social.

Apresentação

Socializamos, a partir desse trabalho, a experiência do Curso de Serviço Social da Terra, a partir do lugar que nós ocupamos dentro do processo de formação, lugar este de Assistente Social, na condição de Professor Orientador do Tempo Escola e Tempo Comunidade da Turma de Serviço Social da Terra “Eldorado dos Carajás”, que se encontra cursando o 7º semestre, na Universidade Estadual do Ceará.

Nisto, é fundamental acentuar que a proposta da Educação do campo se elabora a partir das *práxis* política e pedagógica dos movimentos sociais do campo, que identificam a educação como elemento consubstanciador da formação da classe trabalhadora camponesa, que vive e trabalha no território camponês. Esta dinâmica formativa vem sendo reconhecida, ainda que tar-

1 Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Universidade Estadual do Ceará.

diamente, no percurso da formação básica e superior para as populações do campo, que passam a acessá-la por meio de uma política pública assentada no campo da educação. Exemplo disso é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Esse processo de formação se estabelece por meio de disputas que se realizam no campo da luta de classes. Ainda que sua exigência parta dos(as) trabalhadores(as), na medida em que se organizam para reivindicar o direito, sua resposta advém por meio do Estado, tendo resultados, que ora se configuram como conquistas, ora como certo condicionamento à ordem. Entretanto, ressaltamos que a proposta da educação do campo construída no bojo da relação antagônica entre o estado e os movimentos sociais do campo, busca articular o processo de formação básica escolar a dimensão política e pedagógica das lutas destes movimentos.

A Formação Em Serviço Social Para Trabalhadores (As) Do Campo: Que A Universidade Se Pinte De Povo

O Pronera é fruto concreto da luta dos movimentos sociais do campo, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem mobilizando as forças vivas do campo brasileiro e se articulando em nível latino-americano e mundial com a Via campesina² para construir uma frente de lutas contrárias à dominação capitalista. O Pronera representa, para este movimento, a possibilidade de fomentar processos de formação humana e o rompimento com a cerca do latifúndio do saber, estabelecida pela política educacional, quando da sua ausência histórica para as populações camponesas. Este programa foi criado em 1998 e instituído pelo Decreto Federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. “É responsável pelo financiamento dos projetos de educação para assentados da reforma agrária, através de convênios com universidades” (Dal Moro; Moreira; Alves, 2015, p. 14).

A sua mobilização se realiza por parte dos movimentos sociais em contato com professores comprometidos com as programáticas de luta da classe trabalhadora do campo, tendo sua materialização efetivada por meio de convênios celebrados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

2 Via Campesina instância que representa as lutas e movimentos sociais do campo na América-Latina.

(Inkra) e as Universidades públicas, permitindo as Universidades um aporte financeiro para estruturar o curso.

No Brasil, o Programa vem formando jovens e adultos de áreas de reforma agrária, em diversas áreas do conhecimento, bem como elevado o nível da formação, com programas de pós-graduação, que já chega ao nível *stricto sensu*. Tal conquista revela a necessidade de ampliar a formação técnica especializada no campo, considerando este contexto como *lócus*, de produção da vida humana e de sua reprodução social. Ou seja, o campo apresenta um conjunto de demandas que requer o aprofundamento, o estudo e a intervenção de cunho técnico-científico sobre o movimento da realidade e suas expressões sociogenéricas.

O curso de Serviço Social da Terra no Estado do Ceará inicia seu percurso em 2008 com as primeiras conversas entre os professores do curso e os movimentos sociais do campo, especialmente com o MST do estado, dialogando sobre a formulação do projeto e os procedimentos para a sua consecução. A partir das conversas e reflexões sobre a construção do curso, foram sendo constituídas as formas para a sua materialização. Isso ocorreu inicialmente com a construção do Projeto Pedagógico do Curso (CPP) em 2009, por meio dos professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e alguns dirigentes dos movimentos sociais do campo. Por conseguinte, aconteceu em Dezembro de 2011 à assinatura do convênio com o Inkra, e posteriormente a realização do vestibular em março de 2012 tendo início o primeiro semestre do curso em abril de 2013.

O percurso formativo objetiva formar jovens e adultos de áreas de reforma agrária do Nordeste e Norte do Brasil em Bacharelado em Serviço Social com vistas a promover uma intervenção social qualificada no conjunto das expressões oriundas da questão social, percebendo neste movimento a relação da questão social com a questão agrária. A turma é formada por estudantes militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e Comunidades Quilombolas. “A turma está distribuída da seguinte forma: 28 estudantes do Ceará e 22 dos outros Estados (Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul)” (Eleuterio; Da Silva; Silva; Sousa, 2015, p. 27).

A formação está assentada – haja vista que o processo continua em movimento – na relação do Tempo Escola e Tempo Comunidade, como tempo-espaco, imbricado numa unidade formativa, que visa garantir a continuidade e o for-

talecimento da formação na área, tendo como eixo condutor desta configuração a Pedagogia da Alternância, prática adotada historicamente nos processos de formação dos movimentos sociais do campo no Brasil que organiza e estrutura vivências e relações no espaço escolar e na comunidade, em que cada sujeito parte para participar do processo, sendo este afetado pelo percurso, bem como, afetando-o pela sua caminhada e construção socio-histórica a partir da militância e das atividades políticas assumidas nos acampamentos e assentamentos.

A forma orgânica e coletiva assumida pelos estudantes no tempo escola realça os valores políticos e humanistas que sedimentam os movimentos sociais pelas quais os(as) educandos(as) participam. No período, que a turma, está na universidade, as discussões, reflexões e decisões provenientes da realidade da turma, são tomadas coletivamente. Estas decisões buscam viabilizar respostas, aos momentos de dificuldade que a turma enfrenta, seja no processo pedagógico, seja para organizar o desenvolvimento deste processo. A turma é composta por Núcleos de Bases, que são responsáveis por organizar a dinâmica acadêmica e política da turma. Isso passando desde a limpeza do espaço da sala de aula, aos tempos de estudo, do lazer, organização da mística, entre outras atividades.

Considerações Finais

A Educação do Campo reconhece e “assumi o campo, como espaço histórico da disputa pela terra e pela educação. Campo, portanto, não quer significar o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas projeto histórico de sociedade e educação que vem sendo forjado pelos movimentos camponeses” (Ribeiro, 2013, p. 41). Romper com o latifúndio agrário está decisivamente imbricado com a ruptura do latifúndio do saber. Os movimentos sociais camponeses pautam nesta luta outro projeto de formação, campo e sociedade.

A ocupação da escola/universidade no sentido *lato*, e não apenas *stricto*, passa a (re) significar a disputa política dos movimentos sociais do campo quando da compreensão de que é preciso romper as cercas do latifúndio do saber, transformando este espaço em trincheira a ser ocupada pelo conjunto da classe trabalhadora, seja do campo, seja da cidade. Isso ganha força na elucidação de Fernandes (2013, p. 181) quando destaca que “a ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significa a des-

truição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação de uma nova relação social”.

A experiência do Curso de Serviço Social da Terra nos evoca a reflexão acerca da luta destes sujeitos sociais, para assegurar o campo da Educação do Campo. Entendendo esta formação, não apenas como, a especialização de uma identidade profissional, mas a defesa de saberes e práticas necessárias à vida camponesa.

Nos territórios camponeses, formas específicas vão se constituindo na relação com a terra, com a produção agrícola e com a organização da vida coletiva. O que reclama as condições objetivas e subjetivas de realização da vida humana em suas diversas dimensões. Bem como, o acesso ao conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, possibilitando aos camponeses ampliarem sua atividade humana e o desenvolvimento do território.

Referências

ARAÚJO, L. B. **Sociabilidade no Assentamento Rural de Santana-CE: terra e trabalho na construção do ser social.** Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2006.

ARAÚJO, L. B. C.; NOBRE, C. M.; MOREIRA, A. Serviço Social da Terra na UECE: desafio da formação profissional em parceria com os Movimentos Sociais do Campo. *In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)*, São Luiz (MA) **Anais...**, 2015.

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

DAL MORO, M.; MOREIRA, E. M.; ALVES G. L. A formação em ensino superior para trabalhadores do campo: analisando uma experiência em Serviço Social. *In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)*, São Luiz (MA) **Anais...**, 2015.

ELEUTERIO, J. A. E.; DA SILVA, P. S.; SILVA, M. L. V.; SOUSA, F. G. Pedagogia da alternância no Serviço Social: A experiência do Tempo Comunidade na Turma Eldorado dos Carajás na UECE. *In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)*, São Luiz (MA) **Anais...**, 2015.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: STEDILE, J. P. (Org.). A Questão agrária no Brasil - o debate na década de 2000.* 7 ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, v. 7, p. 173-238, 2013.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Mateus Vieira de Oliveira¹

Jônatas Claudio Farias Maciel²

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo³

Resumo: Neste trabalho, propomos uma abordagem sobre a compreensão acerca da Política da Educação do Campo na formação docente em Geografia no Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) tomando como ponto de partida as experiências do Projeto de Extensão PROBEX 2018, em desenvolvimento na Escola Estadual de Ensino Fundamental (E.E.E.F.) Monsenhor João Milanês, situada no município de Cajazeiras, Paraíba. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos e revistas que tratam da temática erigida para o referido Projeto. A Educação do Campo parte das lutas dos povos do campo pelo direito à terra e à dignidade social. O seu advento vem de uma crítica a grande concentração de terras sob a forma de latifúndios privando os sujeitos do campo dos seus direitos e do acesso à terra em condição de igualdade, especialmente considerando o princípio da função social da terra. A compreensão dessas lutas perpassa vários espaços de debates, dos quais destacamos a Academia, no curso de Licenciatura em Geografia, do CFP/UFCG, e no Projeto em tela nos debruçamos para a compreensão de como a formação docente pode ser mediada pelos vieses da Educação do Campo, bem como da interdisciplinaridade e da educação contextualizada. O projeto que está em vigência de maio a dezembro de 2018 vislumbra a formação continuada docente e inicial discente, além de atender aos educandos da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação do Campo; Interdisciplinaridade; Formação Docente; Geografia.

1 Estudante do curso de Licenciatura em Geografia, UFCG/CFP, mateus.agropec22@gmail.com.

2 Estudante do curso de Licenciatura em Geografia, UFCG/CFP, jonatasclaudiocz@gmail.com.

3 Orientadora: Professora do curso de Licenciatura em Geografia, UFCG/CFP, ivanaldadantas@gmail.com.

Introdução

Principiamos nosso debate acerca da formação inicial de professores no Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, Paraíba, situado na Região Geográfica Imediata de Sousa-Cajazeiras.

Nosso lugar social diz respeito à formação docente em Geografia, lócus onde desenvolvemos, por ocasião da extensão, a construção de saberes acerca da Universidade e da Escola da Educação Básica, tomando como ponto de partida a formação inicial e nela, a extensão universitária através da realização do Projeto de Extensão (PORBEX), da UFCG, vigente de maio a dezembro de 2018.

A equipe está composta por uma Professora Coordenadora, autora neste trabalho, Professora da UFCG, cinco monitores, sendo dois bolsistas e três voluntários, além da participação de quatro professores e os educandos da disciplina de Geografia, do 6º ao 9º Anos, dos Anos Finais do Ensino Fundamental, os quais desenvolvem o referido Projeto na E.E.E.F. Monsenhor João Milanês, situada na cidade de Cajazeiras-PB. As reflexões que deram origem a este trabalho se pautam na *práxis* de ação-reflexão-ação acerca do projeto de extensão e da formação inicial.

Sendo assim, partimos das concepções acerca da Educação do campo, interdisciplinaridade e educação contextualizada, temas estes raramente contidos nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas de Educação Básica. Isso se deu por distintos interesses, seja por uma estratégia do Estado em não se adequar à lógica dos movimentos sociais do campo, seja por muitas vezes não conhecer, ou mesmo negligenciar, a existência de políticas públicas educacionais de inclusão social.

A partir desses pressupostos, resolvemos discutir a importância da formação inicial e continuada para professores de Geografia no âmbito da Educação do Campo e numa perspectiva Interdisciplinar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor João Milanês, situada na cidade de Cajazeiras-PB, tomando como ponto de partida, a atividade de extensão acadêmica, fortalecendo a formação docente dos estudantes do curso de Geografia do CFP/UFCG.

A justificativa supramencionada compõe o objetivo central do projeto de Extensão em andamento, que tem como objetivos: a) Promover encontros de

formação continuada para os professores de Ensino Fundamental da E.E.E.F. Monsenhor João Milanês, situada na cidade de Cajazeiras-PB, para a promoção da melhoria do processo de ensino e aprendizagem interdisciplinares desenvolvido na escola; b) Provocar a reflexão sobre a prática pedagógica, envolvendo a ação-reflexão-ação, relacionando com os pressupostos da educação popular do campo em uma relação dialógica e Inter/transdisciplinar; c) Discutir com os professores acerca do cotidiano da sala de aula no que se refere aos elementos teórico-metodológicos, da relação objetivos-conteúdos-procedimentos-avaliação e realidade do educando, buscando o desenvolvimento de uma prática escolar embasada no princípio da Educação Popular, da Educação do campo, da relação cidade-campo e da Inter/transdisciplinaridade; e d) Realizar atividade teórico-metodológicas a partir de oficinas pedagógicas, considerando as necessidades e dificuldades dos educadores e dos educandos.

A construção do projeto ocorre pela observação da realidade apresentada e é narrada pelos professores que trabalham diretamente com a educação camponesa e de sujeitos de áreas de exclusão, no pleno desejo de se constituir um debate a altura da importância da política da Educação do Campo.

Intencionamos, através do projeto e da formação inicial docente no CFP/UFCG, a inserção das políticas públicas que visam o desenvolvimento pedagógico dos licenciandos e, por outro lado, dos profissionais da Escola mencionada, os quais terão a incumbência de trabalhar diretamente na formação educacional do cidadão camponês e demais sujeitos da escola, no contexto de suas lutas políticas e sociais, em torno da defesa da igualdade de direitos sociais.

É o trabalho que forma o ser humano, e a pedagogia precisa valorizar o trabalho como uma abertura educativa, mediante a clara compreensão da educação e da produção. A formação do educador, dos licenciandos e dos discentes da escola necessita ser discutida nos seus diferentes métodos e dimensões, atentando para a acuidade da educação profissional, relacional e integral da pessoa humana.

É na formação inicial, assim como para o docente em formação, que se deve estar atento a estas questões, pois o ensino de Geografia é ferramenta de modificação social. Neste trabalho apresentamos um debate acerca da Educação Campo, da interdisciplinaridade e da educação contextualizada na formação docente no CFP/UFCG.

Na pauta do Dia... A Educação do Campo e a Interdisciplinaridade na Formação de Educadores em Geografia

Atualmente são vários os programas e projetos que anseiam contribuir com a formação inicial de profissionais no contexto da educação. Contudo, a proposta educacional brasileira continua distante da educação transformadora, na perspectiva freireana de educação emancipadora/transformadora, especialmente se nos debruçarmos sobre o debate acerca da Educação do Campo.

No Centro de Formação de Professores (CFP), UFCG, há nove cursos de Licenciaturas, sendo um deles, o de Geografia no qual nos inserimos. Ao nos debruçarmos sobre o aparato documental que o rege e acerca das práticas adotadas em sua formação percebemos que há um distanciamento da noção de práxis, no tocante à questão disciplinar. Desse modo, nos deparamos com problemas relacionados à formação dos licenciandos, tendo em vista que está evidenciada a dicotomia teoria / prática, o que se expressa em seu PPC, no momento em que afirma que as práticas se iniciam a partir da segunda metade de desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Geografia.

Além dessa dicotomia, percebemos também que há fragilidades no tocante à educação contextualizada, e nela, uma preocupação da qual nos aproximamos: a discussão e implantação da Política Pública da Educação do Campo, a qual preconiza uma educação construída para e pelos sujeitos do campo. Este debate é importante e indispensável aos povos do campo, pois se caracteriza pela inclusão precária e, via de regra, pela negação de muitos de seus direitos e suas diferenças.

Foi a partir da introdução de técnicas mercantis no meio rural que se agravou o processo de inclusão desigual e expulsão dos povos do campo favorecendo o desenraizamento de populações camponesas, ameaçando e desrespeitando a identidade socioterritorial. Contudo, defendemos veemente a permanência e luta do campesinato brasileiro como expressão da resistência que lhes é peculiar.

A luta dos povos do campo organizados em movimentos sociais implica numa associação à luta por educação para garantia de respeito as suas diferenças. E, a partir destas lutas e resistências, a existência de escolas para além do prédio físico, mas de uma educação que vislumbre as realidades dos povos do campo. Nasce então a Política Pública da Educação do Campo como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo com o objetivo da promoção de

educação e de escolas capazes de reconhecimento dessas realidades. A escola, segundo o pensador Paulo Freire (1996) implica num espaço físico, mas repleto de relações e emoções, distinta da escola que se presencia comumente na sociedade brasileira, conforme afirma Mantoan (2006, p. 206):

Certamente não existe uma regra geral para construirmos esta escola que queremos – uma escola para todos. Mas podemos nos aproximar cada vez mais dela, se encararmos as transformações das escolas que existem hoje da forma mais realística possível, abolindo tudo que nos faz pensá-las e organizá-las de acordo com modelos que as “idealizam”, como temos feito até então.

A Educação do Campo propõe uma escola que construa o conhecimento científico a partir da realidade e da identidade dos sujeitos do campo de modo que sejam respeitados os aspectos culturais e sociais inerentes ao seu modo de vida, conforme consta nas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, através da Resolução n. 1/2002 (Brasil, 2002), do Conselho Nacional de Educação (CNE). A escola é, portanto imbuída de uma identidade própria e comprometida com a vida desses sujeitos, pois,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Art.2º, parágrafo único CNE/CEB,2002).

As reivindicações e lutas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), com o intuito de valorizar o saber local e a cultura dos sujeitos do campo têm em sua pauta a luta pela terra associada à luta por uma educação peculiar a sua vida. Nesse contexto, buscam reverter a lógica da educação centrada no urbano como local de desenvolvimento e o campo como sinônimo de atrasado e desvalorizado, conforme destaca Arruti (2011):

Na história da educação brasileira, o campo sempre foi percebido como um lugar “outro” que, a partir de uma perspectiva francamente etnocêntrica e evolucionista, representa a carência e o atraso, isto é, espaço social a ser desenvolvido dentro dos padrões urbanos, e não em função de suas características próprias.

A educação é direito de todas as pessoas e está amparada na Constituição da República Federativa do Brasil/1988 (Brasil, 1988). A pedagogia renovada ou escola nova (1882 e 1932) (Saviani, 2007; 1985; 1988) preconiza que o aluno é o núcleo do aprendizado e, segundo esta concepção o aluno é visto como um ser autônomo, operante e capaz de construir saberes. Segundo Freire (1996) a educação é uma ferramenta de transformação social, pois o conhecimento liberta e abre horizontes para que haja a construção de uma nova escola com profissionais sérios capazes de colaborar com a formação e cidadania dos camponeses. Sendo assim, é imprescindível que a escola proponha em seu plano de ações atividades conjuntas pautadas na interdisciplinaridade e contextualização com a vida e o lugar dos sujeitos.

A proposta para uma educação com princípios que norteiem a pedagogia da libertação e emancipação dos sujeitos da educação (Freire, 1996) deve estar relacionada a luta pela transformação da sociedade e individualmente do sujeito em aprendizagem para que este se reconheça como capaz de produção de seu espaço e território. A política realizada pelos movimentos sociais parte do desejo de acesso à terra com infraestrutura necessária à permanência das famílias no campo como qualidade de vida, portanto com o acesso às demais políticas públicas capazes de promoção do campo que possibilitem a permanência no campo.

Cabe à escola, através do ensino de Geografia, conduzir o educando camponês para entender conceitos que são proeminentes nas lutas sociais, ao entendimento de sua participação na construção/transformação do espaço, território e paisagem, assim como de sua própria transformação, fatores estes que implicam diretamente na percepção de construção de estratégias capazes de apropriação do espaço onde vivem.

O professor não deve estar desconectado da realidade, mas continuamente buscando se interrelacionar ao processo de produção e reprodução do espaço, e nele, a compreensão dos sujeitos que o fazem, a exemplo dos povos do campo. Para tanto, a educação deve se formar a partir da visão dos movimentos sociais, não uma educação para o campo, mas sim a educação do campo, na qual seus sujeitos sejam partícipes fundamentais na construção desta proposta de legitimação e entendimento e legitimação de suas lutas.

O ensino de Geografia, nesse contexto, favorece ao reconhecimento de metodologias para ampliação da Política da Educação do Campo. Através da lei-

tura do espaço geográfico nós reconhecemos a cultura particular de cada povo, ou seja, como cada povo vive, porque vive, para que, de onde vieram, porque se instalaram e exploram determinado local. Assim, a compreensão do mundo a partir de sua leitura seguindo a abordagem geográfica se dá indispensável, pois

[...] a Geografia constitui-se em um campo fértil de oportunidades para experimentar de maneira muito rica e estimulante várias habilidades e, desta forma, possibilitar ao aluno desenvolver competências criativas de percepção e cognição a serem incorporadas ao seu crescimento (Kimura, 2008, p. 26).

O ensino de Geografia deve se pautar no contexto das particularidades de cada local e sujeitos. Assim, ao pensarmos os sujeitos do campo e também de áreas de exclusão como áreas onde residem populações de baixa renda necessitamos construir o conhecimento acerca desses espaços diferenciados, procuram fortalecer sua singularidade na completude que configura o espaço geográfico.

A interdisciplinaridade como sendo expressão que vai além do pluri ou do multidisciplinar, pois que entendemos como resultado de processos dinâmicos, integradores e dialógicos, que se concebe numa prática interdisciplinar pautada na ação (Fazenda, 1991; 1993; 1999). Aqui a interdisciplinaridade pode ser tratada especificamente, entre as disciplinas de Geografia e Artes até aqui pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea, sendo a prática interdisciplinar considerada oposta a qualquer homogeneização, sendo assim pensado no Projeto de Extensão em tela como atividades e ações disciplinares e interdisciplinares com lógicas distintas acerca de suas multidimensionalidades e manifestações, as quais expressas nas relações sociais e na cultura do espaço escolar.

Na concretização deste trabalho pedagógico voltado para os sujeitos do campo e de áreas de inclusão precárias da cidade há legítimos movimentos nos quais a escola tem procurado construir e perceber um leque de saberes e conhecimentos que busquem a socialização e produção de diferentes saberes com o olhar de diversas ciências com as características culturais de cada área.

Para não concluir...

A educação é um direito de todos, assim elenca a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988). Portanto, há urgência em ampliar a cada dia as possibilidades de inclusão social de povos e culturas no ambiente escolar. Também é necessário que, durante a formação inicial discente, para atuação futura como professores e a formação continuada dos profissionais da educação, esses profissionais, assim como os discentes, busquem enxergar as múltiplas contradições e possibilidade dentro do espaço escolar de evidenciar as realidades dos educandos procurando valorizá-los em suas diversidades, além de necessariamente refletirem sobre sua ação como educadores para a compreensão desses sujeitos.

Dessa forma, ao contribuir com a educação dos educandos do campo da E.E.E.F. Monsenhor João Milanês, buscamos ressaltar a importância do campo para a sobrevivência humana, fortalecendo a identidade socioterritorial desses sujeitos, possibilitando o desenvolvimento de suas autonomias e elevação da autoestima no reconhecimento de seu lugar social, assim como dos espaços nos quais são construtores/transformadores.

Assim, ressaltamos a contribuição do ensino de Geografia para a formação humana e cidadã dos sujeitos da escola, sua importância no desvendamento das contradições e a busca incessante no fortalecimento de suas identidades culturais.

A partir desse reconhecimento, podemos inferir ao campesinato a concepção de que pode ser entendido como uma classe social, um modo de vida heterogêneo e intrínseco, sendo uma contradição do modo de produção capitalista e não, uma classe em processo de extinção. O movimento camponês recria suas lutas pelas terras, que geralmente resiste aos grandes latifundiários e a lógica capitalista.

Partimos destes pressupostos em nossa formação inicial, assim como no Projeto de Extensão em vigência, na E.E.E.F. Monsenhor João Milanês, através do projeto que contextualiza o ensino de Geografia a partir da concepção acerca da Educação do Campo e interdisciplinaridade. Com isso, esperamos contribuir para o aprofundamento da identidade dos educandos(as) do campo e da cidade valorizando sua cultura e seu modo de viver, além de construir em conjunto materiais didáticos-pedagógicos para as aulas de Geografia e Artes.

Também esperamos contribuir com o fortalecimento de um Curso de Geografia e de uma escola da vez mais plural, que dê vez e voz aos seus estudantes, respeitando as contradições sociais, de gênero, geração e etnia, além do reconhecimento dos distintos espaços nos quais se inserem estes sujeitos.

Referências

- ARRUTI, J. M. **Da ‘educação do campo’ à ‘educação quilombola’**: Identidade, conceitos, números, comparações e problemas. *Raízes*, v. 31, n. 1, jan.-jun. / 2011. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_266.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília: MEC/SECAD, 2002.
- FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.
- FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: Um projeto em parceria. São Paulo, 1991.
- FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola**. (ORG.) coordenadora-2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KIMURA, S. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. Direito de Ser, sendo diferente, na escola. **In**: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- SAVIANI, D. Tendências e correntes da educação brasileira. **In**: MENDES, D. T. (Coord.). **Filosofia da educação brasileira**. 6. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS E AVANÇOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO PROJÓVEM CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL DE IPUEIRAS CIDADE DE ARARIPE-CE

*Decarla Gomes da Silva*¹

*Antônia Batista Macêdo*²

*Joana Darque Ribeiro Ferreira*³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os desafios e os avanços na qualidade da educação voltada para os sujeitos do campo, através do Projóvem Campo Saberes da terra, no município de Araripe-CE, na comunidade de Ipueiras, e espera-se que a pesquisa possa contribuir com a valorização do aluno do campo a partir das experiências vivenciadas por meio da educação contextualizada, e no processo ensino aprendizagem. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico e aulas práticas e teóricas, tendo como base os autores Arroyo (1989), Leite (1999), Vendramine (2007), Jesus (2010). A partir dos dados obtidos, podemos concluir que as metodologias utilizadas pelo educador e a relação escola e comunidade pode-se contribuir com a aprendizagem dos educandos a partir de seu histórico de vida e contribuir com a melhoria da aprendizagem.

Palavras-chave: Projóvem Campo; Educação Contextualizada; Ensino Aprendizagem.

Introdução

A história do desenvolvimento educacional no Brasil mostra que as políticas voltadas para esta modalidade por muito tempo foi desigual, oportuni-

1 Especialista, UFC, decarlavida@hotmail.com.

2 Especialista, URCA, antoniamacedo2012@gmail.com.

3 Mestra, UFCA, joanadarquerf@hotmail.com.

zando melhoria na oferta de educação, principalmente nas áreas urbanas, e colocando a população rural em segundo plano, que por décadas sofreu com a defasagem educacional em todas as modalidades de ensino. Só a partir da década de 1990 é que as escolas do campo começaram a ganhar espaço no contexto social, nas instâncias municipal, estadual e federal, por meio de conquistas através dos movimentos sociais e em destaque os trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo como referência a Constituição de 1988. Esses ideais consistiam e permanecerem na luta por educação de qualidade e democrática no Brasil, presentes na LDB N° 9394/96, ressaltada por Arroyo (1989), Leite (1999) e Vendramine (2007).

Objetivos

O presente trabalho resulta de experiências de atuação profissional na Escola Municipal de Ipueiras, Cidade de Araripe-CE, a destacar por sê-la a primeira turma da cidade a ter a experiência no Programa. De antemão, destaca-se que o programa tem dado excelentes contribuições de forma contextualizada na vida dos educandos, que carecem de assistência e metodologias diferenciadas como ferramentas para democratizar nesse espaço o ensino-aprendizagem. Dessa forma, buscou-se problematizar os desafios e os caminhos para melhorias nesse segmento educacional, partindo do pressuposto de ser um Estudo de Natureza Qualitativa, que se justifica na necessidade de se compreender a importância da democratização do ensino como prever e garante a Constituição Cidadã de 1988, a destacar a educação no campo.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência profissional, no qual se percebeu que estão acontecendo mudanças significativas na vida das pessoas envolvidas, além de ser também uma troca de experiências, práticas do convívio e da cotidianidade. Metodologicamente, trata-se de um Estudo de Caso apoiado em Gil (2008), no qual houve estudo bibliográfico, fichamentos de livros, revistas, documentos de conclusões de cursos, monografias, dissertações, dentre outros, tendo nos resumos das leituras e nas experiências no programa os resultados do trabalho apresentado. Por isso, observa-se que o Projovem Campo Saberes da terra é uma política pública conquistada por meio de lutas resultan-

tes dos movimentos sociais e espera-se que possa atender as demandas de uma sociedade que sempre sofreu com as formas opressoras vigentes pelo sistema capitalista (Oliveira, 2007).

Resultados

O PERCURSO DA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA OS SUJEITOS DO CAMPO

Primeiramente, faz-se necessário mencionar as diferenças existentes entre a educação rural, em que Leite (1999) destaca o papel do estado no desenvolvimento da extensão rural e o atraso educacional que permeava o meio rural no início do século XX no Brasil, onde a educação ficou conhecida como exemplo de atraso, e as políticas voltadas para educação atendiam apenas aos interesses capitalistas. Fernandes e Molina (2012, p. 42) colocam que a educação do campo vai pesar nas pessoas, no seu modo de vida e na organização do trabalho e do espaço que se inserem, além de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos.

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a executam. Neste sentido, a concepção de campo e de educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem da terra. A agricultura camponesa vive em confronto permanente com a agricultura capitalista. E se o agronegócio avança, também avançam os movimentos camponeses na construção de seus territórios (Fernandes; Molina, 2012, p. 21).

Portanto, a educação do campo, como Meneses (2009) coloca tem, como objetivo atender os setores camponeses e qualquer outro projeto na sociedade que busque romper com as relações capitalistas e que esta não pode ser pensada apenas na ótica do agronegócio, pois devemos ter como proposta uma educação camponesa que vá além de um projeto de integração e subordinação, e procure defender os interesses das pessoas que vivem do seu próprio trabalho (Oliveira, 2007).

A ideia da educação do campo nasceu em julho de 1997 a partir do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da reforma Agrária - ENERA, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, em parceria com a UNB, UNICEF E CNBB (Fernandes; Molina, 2012).

O PROJOVEM CAMPO E SUA ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARARIPE

O Projovem Campo Saberes da terra surge por meio da mobilização em prol da garantia dos direitos dos povos do campo aliada à construção de uma política nacional de juventude, na qual os jovens do campo são reconhecidos como sujeitos de direitos, tendo o apoio do Governo Federal, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Esta procura respeitar os direitos do homem do campo e também suas características, necessidades e diversidade de gênero, étnico racial e cultural e territorial, em que o antes Saberes da Terra passou a denominar-se Projovem Campo Saberes da Terra, o qual é destinado à escolarização de jovens e agricultores na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação social e profissional como constam nos documentos Brasil (2009).

O município de Araripe está localizado na mesorregião sul cearense, possui uma área de 1.347 km², cuja população estimada em 2010 era de 20.685 habitantes, na sua maioria, residente na zona rural. A economia do referido município gira em torno da agricultura familiar, como consta nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Atualmente, existem quatro turmas do Projovem Campo Saberes, entrada 2015, que concluíram o ensino fundamental em julho de 2017, cujo público era composto por jovens com idade entre 18 e 29 anos que, para se inserirem no programa, necessitava-se que já soubessem ler e escrever.

Com um total de 30 alunos por turmas situadas em alguns distritos do município, o foco da pesquisa foi a turma que fica localizada no Sítio Ipueiras, distrito do Riacho Grande. Esta apresentou uma grande evolução desde o início do programa.

Os educadores do Projovem Campo trabalhavam na modalidade da Pedagogia da alternância de experiências baseadas pelo modelo adotado nas Escolas Família Agrícolas (EFAs), que procura pensar o campo a partir dos camponeses e de uma escola que responda aos interesses e, ao mesmo tempo, possibilite uma formação que venha a refletir na sua realidade, cuja qualificação técnica poderá propiciar o fortalecimento da agricultura e oferecer alternativas para a sua permanência no local de origem.

Funcionando na modalidade da pedagogia da alternância, os educandos estudam a parte teórica e científica na escola durante três semanas e na terceira estas serão aplicadas na comunidade. Para Jesus (2010, p. 52):

A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos. A escola é espaço da reflexão teórica e de aprofundamentos das questões relevantes de interesses dos alunos e das famílias. O tempo de permanência do aluno no espaço familiar e na comunidade é o momento para confrontar a teoria com a prática, pesquisar, realizar experimentação de novas práticas, troca de experiências, trabalho e indagações. Ou seja, desse ponto de vista, a formação na alternância é contínua.

“A pedagogia da alternância tem efeito positivo pelo fato de trabalhar não somente a lógica dos conteúdos, mas sim a lógica do aluno e o seu contexto social” (Jesus, 2011, p. 05). As aulas do Projovem Campo são trabalhadas por eixos temáticos, o que nos possibilitou vivenciar várias experiências e, como educadora, propor novas metodologias de ensino, colocando os educandos em destaque, procurando resgatar sua identidade e valores sociais, culturais etc. Esta política pública de inclusão social vem a contribuir com o processo de construção de cidadania mais democrático, procurando compreender a realidade do educando e o meio em que estão inseridos.

Como cita Leite:

Muitas dessas lutas acabaram por impulsionar políticas públicas mais democráticas e a construção de uma escola pública mais colada à realidade e comprometida com a transformação social. Mas, que mudanças precisam acontecer no interior das escolas para que elas deixem de ser espaços de reprodução de desigualdades e se transformem em espaços de emancipação para esses coletivos? Buscando superar esse modelo, os movimentos sociais lutam por uma escola que dê centralidade aos sujeitos; reconheça, acolha e valorize a diversidade; dialogue com a cidade e se comprometa com a transformação social (Leite, 2014, p. 18).

Ao analisar o modo de vida dos educandos da Escola Municipal de Ipueiras, a realidade dos educandos se torna um desafio para os educadores que têm que encontrar metodologias atrativas para motivá-los a frequentar a sala de aula e reduzir o índice de evasão escolar. Os educandos são agricultores que, na maioria das vezes, chegam muito cansados em sala, principalmente no período de inverno. Alguns moram muito longe da escola e têm que se deslocar de moto com os filhos por não terem com quem deixá-los. A escola Municipal de Ipueiras é bem pequena, com apenas duas salas, pois durante o dia funciona apenas a educação infantil, mas dentro das possibilidades conseguiu

desenvolver suas atividades de maneira positiva e ainda propor alternativas de recreação para os filhos dos educandos (Freire, 1986).

O diferencial para se atingir o objetivo no processo ensino-aprendizagem está na proposta do Projovem, na qual, mediante a pedagogia da alternância, que tem como proposta envolver a família e a comunidade no processo educativo, pôde-se conhecer ainda mais a vida os valores culturais, o trabalho etc., algo que facilita realmente a existência da relação escola e comunidade, que se mostra tão desafiadora na atualidade. Para Caldart (*apud* Freire, 2003, p. 64), “a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo, de si mesmos...”, e nós, como educadores, é que teremos que ser esta ferramenta capaz de envolver a escola no movimento de transformação dos sujeitos do campo (Freire, 1986).

As aulas acontecem de forma integradas, nas quais os educadores, nas áreas de ciências Agrária, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Linguagens e Códigos, trabalham de forma conjunta. Estas puderam propiciar aos educandos compreender e participar mais ativamente das políticas voltadas para o homem do campo, havendo a presença de palestrantes de diversas áreas, como saúde, educação e políticas públicas, e suas formas de acesso como o associativismo, aposentadoria rural, Agroamigo, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, entre outros. Na comunidade, já está sendo criada uma feira mensal do Projovem Campo, onde são comercializados os produtos que os educandos produzem nos seus quintais produtivos, melhorando a sua qualidade de vida e incentivando a permanência dos mesmos no campo.

Atualmente, na turma do Projovem campo do município, está sendo formado um conselho em que os alunos são os membros que representam a comunidade local. Nele, por meio de debates, são definidas algumas propostas em prol da melhoria do local em que estes residem e levadas aos representantes da gestão municipal para serem ouvidas e transformadas em projetos.

O Projovem Campo Saberes da Terra tenta estabelecer uma relação mais voltada para a realidade social do educando, procurando inserir o educando no contexto social e do mundo do trabalho, como forma de ampliar o acesso e a permanência de agricultores familiares no sistema formal de ensino. Possui um projeto político pedagógico que se diferencia, promovendo o atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no campo e o calendário escolar com adequação às condições climáticas e ao ciclo agrícola, contextualizando o

currículo escolar e as metodologias de ensino à realidade de vida dos povos do campo (Brasil, 2010, p. 20).

O programa tem duração de dois anos, num total de 2.400 horas, e funciona no regime da alternância, com 1.800 horas de tempo escola e 600 horas de tempo comunidade. Neste período, os educandos se dedicam a pesquisar e a colocar em prática o que aprendem no tempo escola, ou seja, três semanas, por mês, eles passam na escola compartilhando experiências e absorvendo novos saberes e uma semana vivenciando estas experiências na prática.

O programa oferece uma bolsa de estudos no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), que é dividido em 12 parcelas, e deve ser cumprida, pelo menos, uma frequência de 75%. Esta bolsa contribui para um complemento da renda dos educandos e é paga a cada dois meses. O corpo docente é composto por quatro educadores, três das áreas de Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, e um das Ciências Agrárias, trabalhando de forma integrada, através do eixo articulador “Agricultura Familiar e Sustentabilidade”, interligando-se a cinco eixos temáticos: “Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia”, “Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo”, “Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas”, “Economia Solidária” e “Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial”. De acordo com a realidade, fundamentam-se as práticas sociais dos educadores e, através do processo de ensino-aprendizagem e da conscientização, são enfrentados “os processos de alienação dirigidos contra o camponês tais como: o esvaziamento e precarização da produção, da cultura e da escola do campo” (Brasil, 2010, p. 41-42).

Um dos pressupostos produzido pelo Projovem vem focar a importância de estabelecer uma relação na qual o educando se reconheça como sujeito social de direitos, ou seja, uma educação que valorize os direitos dos jovens do campo.

A educação como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, da diversidade de orientação sexual e socioambiental, visando à superação dos preconceitos, a eliminação das desigualdades e o fortalecimento da solidariedade (Brasil, 2010, p. 36).

Quando falamos de juventude no campo, não podemos esquecer as dificuldades que os jovens enfrentam para se manter no campo, ou mesmo a maioria que migra para as grandes cidades na esperança de ter uma vida melhor e viver

com dignidade, pois muitos deixam de frequentar a escola para trabalhar e ajudar a família. São as políticas assistencialistas que proporcionam ao homem do campo os seus direitos assegurados, apesar de sabermos que, na prática, esta não funciona de forma tão efetiva. E são esses grupos considerados minorias que por muito tempo tiveram seus direitos privados.

A luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento de seus direitos, entre eles o direito a terra, à saúde, à moradia, à educação, revela uma crítica ao universalismo abstrato e formal presente no discurso dominante sobre cidadania e propõe mudanças nos espaços públicos, como o espaço escolar (Leite, 2015, p. 17).

Considerações Finais

Apesar de todos os desafios, constata-se que manter o modo de educação tradicionalista aumenta em muito as chances de que a democratização do ensino não aconteça efetivamente, sobretudo, para o campo em nível de Brasil, mesmo estando garantida como um direito civil assegurado na Constituição Cidadã. Mesmo assim, constata-se ainda que, apesar disso, o Projovem Campo Saberes da Terra vem conseguindo reformular propostas de ensinamentos tradicionais, trazendo uma educação satisfatória e contextualizada, em que o educando é um sujeito que constrói, tem voz e atitude no ensino-aprendizado.

Não se trata apenas de aprender a ler e escrever, embora seja um dos princípios norteadores, mas de garantir-lhes autonomia no pensar e no fazer a partir dali. Trata-se de uma forma de educação diferenciada na qual os sujeitos são respeitados pelo seu valor social e pela forma como lidam com as adversidades ao longo de suas vidas. Nisso é que se justificam novas metodológicas de ensino, pensando não mais apenas o repasse de conteúdo, mas as trocas de experiências pensando também as realidades locais como ferramenta para chegar ao ensino e à aprendizagem.

Na educação do Campo, especialmente na Escola Municipal de Ipueiras, em Araripe, esta realidade já começa a mudar de forma positiva, trazendo benefícios não só para os educandos, mas também para as comunidades em que estão inseridas, contribuindo com a melhoria na aprendizagem e redução da evasão escolar no município onde, em julho de 2017, se formaram 120 alunos no ensino fundamental com qualificação profissional, os quais já projetam dar

continuidade aos estudos, uns indo cursar o ensino médio e outros projetando até cursar uma faculdade.

Referências

ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. *In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**– LDB nº 9394/1996.

CALDART, R. S. Escola do Campo em Movimento. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 60-81, Jan./Jun. 2003. *In: CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. “Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. *In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA LUTA EM MOVIMENTO PELA REAFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Cicero Danilo Gomes do Nascimento¹

Resumo: A trajetória dos povos do campo na luta pelo acesso à terra é histórica, assim como a luta por todos os direitos fundamentais que lhes foram “sequestrados”, em especial a Educação. Nosso objetivo principal foi analisar como a Educação do Campo reafirma a luta pela conquista do território camponês. De fato, buscamos resgatar o início da luta dos antigos moradores de condição da Fazenda Lagoa do Mineiro pela conquista e permanência na terra, até a conquista almejada. Esta última materializada através da conquista da E.E.M. Francisco Araújo Barros, um importante segmento no campo das disputas e resistência para construir o Projeto da Reforma Agrária Popular.

Palavras-chave: Educação do Campo; Território Camponês; Movimentos Sociais; Lutas de Classe.

Introdução

O texto ora apresentado é parte da nossa² dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG/UVA), intitulada “Enfrentamentos e Conquistas: a Educação do Campo como reafirmação da luta pelo território camponês no Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro (Itarema-CE)”. Na oportunidade, buscou-se analisar como a Educação do

1 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Graduado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária da URCA (GEA/URCA), Grupo de Pesquisa Vinculado ao CNPq – Território, Espaço e os Movimentos Sociais. Linhas De Pesquisa: Sociedade, Ensino, Cultura, Gênero E Reforma Agrária. E-mail: danilo-k1@hotmail.com.

2 Não se trata de uma produção individual, mas de uma construção coletiva entre o pesquisador e os militantes do Movimento dos Sem Terra (MST), em especial a todos os companheiros(as) do Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro, orientado pela Profa. Dra. Aldiva Sales Diniz.

Campo contribui para a reafirmação da conquista do território camponês através da luta. Nesse sentido, o nosso olhar foi para as escolas do campo, conquistadas no processo de luta pelo Movimento dos Sem Terra (MST), construídas no interior dos Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Ceará.

Entre os diversos conflitos desencadeados no território cearense, buscamos analisar a luta pela conquista do território camponês, com base na realidade do Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro. Assim, na presente análise, buscamos dar visibilidade ao processo de luta organizado pela classe trabalhadora do campo, ocorrido no município de Itarema, no Ceará.

Propomo-nos a analisar a luta dos moradores de condição da antiga fazenda Lagoa do Mineiro em razão dos atos violentos realizados pelos latifundiários ao tentar expulsá-los das terras, que resultou no assassinato de agricultores(as). A resistência às investidas do patrão garantiu-lhes, após muitas lutas, o direito à permanência e posse da terra. Assim, da mesma forma, o seu reconhecimento, enquanto assentados na terra em que viviam, trabalhavam e produziam desde suas infâncias. Foi a conquista da terra, a conquista da vida demonstrando que a luta organizada ganhava força.

Vamos compreender, da mesma forma, o importante papel do MST na organicidade³ do assentamento, visto que as ações do Movimento no Ceará se dão, especialmente a partir do fim dos anos de 1989, momento que o MST é articulado no Estado, após os camponeses do Assentamento Lagoa do Mineiro já terem conquistado através da luta a terra que teve início em 1984 se estendendo até 1989. Nessa perspectiva, ao longo da caminhada, novas lutas foram travadas no interior do território cearense, além da luta pela terra, posteriormente surgiu a luta por educação, tornando-se prioridade nas pautas de luta da classe camponesa.

A luta desses agricultores e agricultoras, antes moradores de condição, ocorreu após se sentirem ameaçados pelas ações do latifundiário, “proprietário” das terras. Os atos de crueldade contra as famílias fizeram com que os camponeses se organizassem a resistir e lutar pela permanência junto aos seus demais familiares na terra, pela garantia do direito que ao longo da história

3 Entendemos por organicidade a relação entre cada uma das partes de um todo, como se fosse um corpo vivo, entre si e com o todo. Ninguém pode perder a noção do conjunto e isto só é possível se sabe como funciona e a finalidade de cada uma das partes do todo e qual o seu papel em vista da realização dos objetivos estratégicos da organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância (Iterra, 2004, p. 24).

desse país lhes havia sido “sequestrada”. A resistência dos camponeses do Lagoa do Mineiro foi marcada por diferentes formas de organização estratégicas, na luta pela conquista da terra.

Neste sentido, a luta dos camponeses pela conquista e permanência na terra, segundo Martins (1986), “são lutas políticas, ferem a estrutura de poder”. Na realidade, provocam a inconformidade dos latifundiários que se sentem ameaçados, quando percebem a classe camponesa organizada para a luta. A estrutura do poder da classe dominante está no “ter” a posse da terra. Para o autor citado, “terra e poder estão juntos na sociedade brasileira.”

Cabe destacar que o nosso interesse em pesquisar a temática está vinculado a motivos que marcaram minha trajetória de vida, pois o tema em discussão está associado à vivência e experiências no campo. Enquanto filho de agricultores, morávamos no sítio⁴, lugar onde construí minha identidade ao me reconhecer como sujeito do campo, conduzido ao despertar da inconformidade, tomando como exemplo a Educação que tínhamos, esta posta no campo apenas para mascarar o “sequestro” dos nossos direitos, insatisfeito com o modelo de educação alienador que sempre apresentou o campo como sinônimo de atraso e a cidade como o progresso da sociedade.

Durante toda infância, guardamos o sentimento de pertencer àquele lugar, onde tivemos a satisfação de sermos livres, principalmente por ser filhos e netos de agricultores, com quem aprender era uma arte repleta de conhecimentos, nos reconhecendo, assim, também como agricultores.

Diante a todos os desafios, observamos que tudo aquilo que ouvíamos em termos de conteúdos, proferidos em sala pelos nossos professores, não eram diferentes dos abordados na nova escola, o que mudou foram os alunos, os professores, a infraestrutura da escola. Os conteúdos eram apenas repassados da mesma forma, com suas peculiaridades. A semelhança entre as disciplinas, principalmente a Geografia, até então enquadrada nos Estudos Regionais, com o mesmo discurso meramente decorativo que se reproduzia. Não existia o diálogo por parte dos professores sobre a importância de estudar senão para

4 O “sítio” é um “local; localidade”, segundo o Minidicionário Antônio Olinto da Língua Portuguesa (2005, p. 525). Essa expressão é dada as comunidades localizadas no campo, o que é apresentado é o Sítio Pedrinhas, localizado no Município de Juazeiro do Norte, Região Metropolitana do Cariri, no Sul do estado do Ceará, que, atualmente, diante da expansão urbana que avançada sobre o campo, passou a ser reconhecido como Bairro Pedrinhas.

garantir um emprego na vida adulta. Sobre esse debate assim corrobora Mészáros (2008, p. 81) ao afirmar:

Nesse sentido, podemos ver que, embora o período de educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos da vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida, ainda que em muitos contextos essa dominação não tenha de assumir preferências doutrinárias explícitas de valor.

Por isso, a importância desta pesquisa de não somente contribuir para a desmistificação do que é a Educação do Campo⁵, mas buscar analisar como funciona essa Educação, que se contrapõe à Educação capitalista, que faz do saber popular conteúdo insubstituível em suas práticas. Desta forma, os camponeses são alguns dos responsáveis pela garantia desses saberes gestados, nas lutas por uma Educação que garantisse a valorização da cultura, o saber popular, a sua identidade, a solidariedade, a preservação ambiental, a igualdade, a soberania alimentar, a organicidade em sociedade coletiva.

A pesquisa desenvolvida deu-se no Assentamento Lagoa do Mineiro, na Escola Estadual de Ensino Médio do Campo Francisco Araújo Barros, localizada no município de Itarema, em assentamento de Reforma Agrária, vinculado ao MST, visto que a escola pesquisada é fruto das lutas dos camponeses e, por isso, está localizada no Assentamento de Reforma Agrária.

A escolha do Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro está vinculada à sua trajetória histórica de lutas, que vai desde a luta pela conquista da terra que ocorreu antes mesmo do surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST) no Ceará, até a conquista da escola do campo, a Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros, que foi uma das primeiras⁶ escolas do campo de nível médio construídas em Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará, começando a funcionar em 2011, apresentando atualmente avanços no processo de organicidade da escola, por exemplo, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

5 Para Caldart (2008, p. 70), a Educação do Campo é “um conceito em movimento como todos os conceitos, ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez, a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade.”

6 A primeira escola do campo construída no Ceará foi a Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos (João Sem-Terra), localizada no Assentamento de Reforma Agrária 25 de Maio, no município de Madalena, Ceará, começando a funcionar em 2010.

A Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros fica localizada na comunidade Barbosa, recebendo alunos de outras 25 comunidades⁷. Destacam-se as 7 (sete) comunidades que estão localizadas no interior do Assentamento Lagoa do Mineiro, as quais são Córrego das Moças, Cedro, Lagoa do Mineiro, Saguim, Mineiro Velho, Corrente, Barbosa, inseridas no assentamento Lagoa do Mineiro. Assim sendo, muitos(as) educandos(as) não são assentados(as), pois grande parte é composta por filhos(as) de camponeses, de territórios indígenas próximas à escola, filhos(as) de trabalhadores de uma fazenda próxima, filhos(as) de pescadores nativos e alguns(mas) de outros assentamentos, povos do campo.

O interesse em pesquisar o assentamento e sua respectiva escola de Educação do Campo partiu da necessidade de compreender como funciona esse modelo de Educação construída pelo MST, que busca se contrapor à Educação hegemônica brasileira, bem como analisar como a luta pela Educação do Campo reafirma a identidade do campesinato e, ao mesmo tempo, reforça a conquista de suas frações do território dentro do território capitalista para promover a manutenção e garantia da vida.

Assim, buscamos ainda identificar como ocorreu o processo de luta pela Educação do Campo desde sua materialização nacional, estadual e local, na oportunidade sentimos a necessidade de fazer um resgate histórico da luta pelas Escolas do Campo a partir de 1990, por último, buscamos situar a proposta curricular desde 2011 da Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros em relação a Base Nacional Comum Curricular, a partir da organicidade da escola do campo, da construção do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), assim, como sua matriz curricular.

Objetivos

A pesquisa ora apresentada buscou analisar como a Educação do Campo contribui para a reafirmação da conquista do território camponês através da luta.

No sentido de atender o objetivo geral, apoiamo-nos em nossos objetivos específicos, ao propormos, no primeiro momento, o resgate histórico das lutas

7 Comunidades de Barbosa, Saguim, Córrego das Moças, Mineiro Velho, Corrente, Cedro, Lagoa do Mineiro, Brilhante, Comundongo, Trapiá, Touro, São Gabriel, Santo Antônio, Assentamento Macaco II, Batedeira, Vila do Coco, Patos, Morro dos Patos, assentamento Pachicu, assentamento Patos Bela Vista, Assentamento Salgado Comprido, assentamento Lagoa do Jardim, assentamento Melancias, Aguapé, Varjota.

dos agricultores e agricultoras pelo acesso à terra, partindo da realidade, das experiências vivenciadas nos diferentes momentos pelos camponeses em nível nacional, estadual, até chegarmos à dimensão local. Em seguida, o estudo da organização interna de um assentamento, suas frentes de luta, sua história, sua consolidação como Assentamento de Reforma Agrária, as conquistas, os desafios, quem são de fato os sujeitos sociais que o constituem, sua identidade etc.

Metodologia

Metodologicamente, a pesquisa se apoiou na relação entre teoria e empiria. Ao fazer essa associação, acreditamos que esta nos auxiliou na condução da pesquisa, oferecendo suporte à análise e à compreensão das questões apresentadas. Assim sendo, nos deu as condições necessárias para aprofundar a compreensão das relações desenvolvidas pelos sujeitos sociais sobre a Educação do Campo, como eles se organizam tendo como experiência a sua vida cotidiana.

Quanto ao método, apoiamo-nos na corrente do pensamento marxista, o que nos possibilitou fazer a análise sobre quais eram as relações existentes entre os sujeitos sociais com o objeto de estudo, a Educação do Campo, sua trajetória histórica no campo das lutas desencadeadas em volta dessa proposta contra hegemônica.

Nossa proposta foi, de fato, ir além da aparência do fenômeno, buscando apreender a essência do fenômeno pesquisado. Para isso, a relação intrínseca entre teoria e empiria. Para uma melhor compreensão daquilo que afirmamos trazemos o que afirma Netto (2011, p. 22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência visa alcançar a essência do objeto.

Nesse contexto, não há uma neutralidade do conhecimento adquirido no campo da pesquisa. De fato, existe uma relação mútua entre o sujeito e o objeto, os quais estão interligados em suas relações. Ainda, segundo Netto (2011, p. 23), “[...] a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é

uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto.”

Entretanto, buscamos analisar a Educação do Campo na reafirmação do território camponês a partir da abstração de sua essência inserida no contexto histórico diante da produção materialista do homem. Não necessariamente seguindo as metodologias formais, mas diante das relações que podem ser desenvolvidas no campo da pesquisa, ouviu e deixou-se ouvir pelos camponeses, os quais são a base essencial do trabalho proposto.

Assim, nosso recorte espacial é definido a partir do Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro, partindo das lutas desencadeadas no Ceará a partir da periodização em três momentos significativos na história do assentamento. O primeiro momento vai de 1984 a 1989, período em que se deu início à luta dos agricultores e agricultoras da antiga fazenda Lagoa do Mineiro pelo direito de permanência na terra e a resistência camponesa contra as cruéis investidas do latifundiário, que resultou no assassinato de agricultores e agricultoras. Cabe lembrar que, nesse mesmo período, nascia o MST na região Sul do Brasil. O segundo momento vai de 1989 até o início dos anos 2006. Trata-se da história do nascimento do MST no Ceará e a luta do Movimento por Escolas do Campo e por Educação do Campo. E, por último, a partir de 2007, a luta entre o MST e o Estado por Escolas do Campo, na reafirmação da luta por uma Educação do Campo no território cearense.

A princípio, realizamos levantamentos bibliográficos nos diversos meios de comunicação, tais como livros, revistas eletrônicas, artigos científicos, *sites* na *internet*, que fortaleceram a apropriação da discussão aqui apresentada, estando diretamente ligados à pesquisa, além de documentos de fundamental importância, como o PPP da Escola do Campo, os Cadernos de Formação, os Cadernos da Educação, suas Cartilhas, seus Boletins da Educação etc., publicados pelo MST.

Realizamos, durante esse período de 2015 a 2017, entrevistas semiestruturadas com alguns militantes, tais como dois educadores da escola do campo, dois membros do núcleo gestor, dois outros funcionários da escola, três representantes do Setor de Educação do MST (CE), um dirigente da Brigada Francisco Barros. De um total de 12 sujeitos sociais entrevistados, destacamos que nem todos são assentados do Assentamento Lagoa do Mineiro.

A escolha em realizar as entrevistas de caráter semiestruturadas nos permitiu uma melhor apropriação e compreensão da temática. Deixamos os sujeitos sociais entrevistados livres para se debruçar sobre a temática discutida, tratamos da mesma forma, nessa perspectiva, seguindo uma dinâmica de informal com o desejo de adquirir um maior aprofundamento das discussões que segue em torno do tema proposto.

Quanto à escolha dos entrevistados, levamos em consideração, no primeiro momento, estabelecer o diálogo com os sujeitos sociais que acompanharam todo o processo da luta pela conquista e permanência da/na terra. Foram escolhidos não por critérios específicos ou por sorteios, mas pela representatividade e sugestão dos diversos públicos inseridos no assentamento.

Um instrumento utilizado foi ouvir as histórias de vida de duas assentadas, as quais são pioneiras no processo de luta pela conquista da terra, o que foi fundamental para compreender o processo de luta e conquista do Assentamento pesquisado, bem como a necessidade de uma Educação que atendesse as crianças e jovens do assentamento.

Para avançar na compreensão da temática proposta, foram necessários momentos de convivência com os assentados, onde chegamos a passar semanas no assentamento, uma média de seis semanas alternadas ao longo da pesquisa, vivenciando as experiências cotidianas dos camponeses, participando da realidade deles. Nesse período, por exemplo, participamos da produção da farinha de mandioca e da goma na casa de farinha na comunidade Saguim. Observamos um dia de trabalho coletivo, na área destinada ao plantio de coqueiros da comunidade. Durante esses períodos, vivendo a realidade dos assentados do Lagoa do Mineiro, ficamos alojados algumas vezes na própria E.E.M. Francisco Araújo Barros e outras vezes na casa dos pais do Flávio Gomes, dirigente da Brigada.

Por último, buscamos dialogar com aqueles(as) inseridos(as) no processo de luta pela conquista da Escola do Campo, além de outros sujeitos sociais de comunidades vizinhas que trabalham na escola. Para adquirirmos as informações e os dados necessários, utilizamos alguns recursos tecnológicos avaliados como necessários para materialização da pesquisa, tais como: câmera fotográfica e filmadora, gravador de voz, GPS, além do caderno de campo.

Resultados

A necessidade de lutar pela construção de uma educação preocupada em abordar a realidade da classe trabalhadora do campo, valorizando suas experiências cotidianas, acompanhando o movimento nos diversos campos de disputas, respeitando o saber popular como conhecimento necessário à formação humana da juventude camponesa era o que desejava a classe camponesa.

Neste sentido, a luta por Educação do Campo no Ceará vai surgir em meio a longos caminhos percorridos pelo Movimento dos Sem Terra desde a década de 1990. Segundo Alencar e Diniz (2010, p. 145), a luta é definitivamente:

por uma educação do campo, que significa voltada para a realidade do camponês, compreendendo a escola não só como uma mera estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, política, cultural, produtiva e prepara os educadores e educandos para a vida no campo.

O caráter dessa luta passa por diversos momentos na vida desses camponeses. O foco no Ceará esteve direcionado à luta por uma Educação do Campo em nível de ensino médio, já que sua juventude percorria uma maratona ao se deslocar do assentamento até chegar à escola na cidade. Isso só foi possível depois de intensas lutas como apresentamos ao longo da pesquisa.

A conquista das 12 Escolas do Campo de Ensino Médio no Estado do Ceará marca o avanço da luta. No entanto, com a construção das cinco primeiras materializou-se a conquista da Educação do Campo no território cearense, forjando a reafirmação da luta dos camponeses pela conquista do seu território. Até o ano de 2016 estavam em pleno funcionamento 07 (sete) Escolas do Campo, como podemos observar no quadro 01:

Quadro 01 – Relação das Escolas do Campo em funcionamento até 2016 no Ceará

CREDE	Escola	Município	Ano	Assentamento/ Organicidade
2ª – Itapipoca	E.E.M. Maria Nazaré de Sousa	Itapipoca	2012	Maceió (MST)
3ª – Acaraú	E.E.M. Francisco Araújo Barros	Itarema	2011	Lagoa do Mineiro (MST)
6ª – Sobral	E.E.M. José Fidelis	Santana do Acaraú	2016	Conceição Bonfim (MST)

7ª – Canindé	E.E.M. Patativa do Assaré	Canindé	2016	Santana da Cal (MST)
11ª – Jaguaribe	E.E.M. Pe. José Augusto Régis Alves	Jaguaretama	2012	Pedra e Cal (FETRAECE)
12ª – Quixadá	E.E.M. João dos Santos	Madalena	2010	25 de Maio (MST)
13ª – Crateús	E.E.M. Florestan Fernandes	Monsenhor Tabosa	2012	Santana (MST)

Fonte: Adaptada, Nascimento, 2017.

Enquanto a conquista da terra afirmou a luta pelo território camponês, a Educação do Campo veio com o caráter de reafirmar essa luta. Deu-se início ao rompimento da cerca da ignorância, já que a cerca do latifundiário outra havia sido rompida através da luta pela permanência na terra que resultou na conquista do assentamento Lagoa do Mineiro.

Da mesma forma que a organização da produção no interior do assentamento rompe a cerca do capital e por último a construção da E.E.M. Francisco Araújo Barros, e junto a ela seu Projeto Político Pedagógico, garantem o rompimento da cerca da ignorância, a democratização do conhecimento passa a ser materializada na vida dos assentados do Lagoa do Mineiro.

A escola do campo neste sentido é a conquista de um sonho de luta, não é apenas um prédio de paredes e tijolos, mas a vida daqueles que sentiram na pele a dor do preconceito, da exclusão, do sequestro dos seus direitos enquanto sujeitos sociais, é a esperança do futuro que esteve por muito tempo longe da realidade da classe trabalhadora do campo. Todo esse esforço passa a ser considerado como espaço de construção e organização dos conhecimentos, estabelecendo a relação entre teoria nos padrões científicos produzidos na academia com o saber popular construído a partir das experiências dos diversos sujeitos do campo, a empiria.

Considerações Finais

Assim, esperamos, com esta pesquisa, ter contribuindo com o avanço e fortalecimento da luta pela Educação do Campo que está inserida no Projeto de Reforma Agrária Popular, uma luta gestada pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e que, através dessa pesquisa, possam surgir outras ampliando o acervo sobre a temática, mostrando a sociedade que é possível uma Educação de para a (re)produção da vida humana, distante dos interesses do capitalismo, capaz

de produzir o conhecimento através das lutas por direitos e fazendo do trabalho, elemento da aprendizagem e não como elemento de produção do capital.

Poderíamos considerar que se trata de uma educação informal. Orso (2008, p. 50) aponta que a educação informal “[...] diz respeito à realizada cotidianamente, baseada nos costumes, nas leis, nas tradições, nas lutas do dia-a-dia, nas mobilizações, na aprendizagem durante a vida.”

Assim, reafirmamos que a luta pela Educação do Campo está diretamente vinculada à luta por terra, como também por outros segmentos, por exemplo, a cultura, bens da natureza, sementes, produção, energia, os direitos sociais, saúde, soberania alimentar e condições de vida para todos e todas (MST, 2014, p. 36-38). Ambos os segmentos são pauta de luta para construção do Projeto Popular, o movimento por uma Reforma Agrária Popular⁸.

Referências

ALENCAR, F. A. G.; DINIZ, A. S. MST – Ceará, 20 anos de marchas. *In: Mercator* - volume 9, número 20, 2010.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. *In: FERNANDES, B. M. et al.; SANTOS, C. A. (Org.) Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação Brasília: Incra; MDA, 2008 109 p.; 19cm -- (NEAD Especial; 10).*

CEARÁ (Estado). **Projeto Político Pedagógico De Formação Integral Do Campo**, Da Escola De Ensino Médio Francisco Araújo Barros. Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema /CE, 2012.

ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Método Pedagógico**. Caderno do ITERRA nº 09. Veranópolis, 2004.

MARTINS, J. S. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. (Tradução Isa Tavares). – 2ª edição – São Paulo: Boitempo, 2008.

II ENERA. Programa agrário do MST. *In: Boletim da educação – Número 12, ed. especial.. 1º ed. São Paulo, 2014.*

8 [...] é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma Reforma Agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno (MST, 2014, p. 45).

NASCIMENTO, C. D. G. **Enfrentamentos e Conquistas:** a Educação do Campo como reafirmação da luta pelo território camponês no Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro (Itarema/CE). Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE), 2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORSO, P. J. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. *In:* ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs.). **Educação e lutas de classes** / –1ª edição - São Paulo: Expressão Popular, 2008. 144p.

EIXO 6
POSSE E USO
DA TERRA E ÁGUA

A CRIAÇÃO DA ESCASSEZ DO BEM ABUNDANTE E SUA “TRANSFORMAÇÃO” EM MERCADORIA: DISTRIBUIÇÃO SELETIVA DA ÁGUA, CONFLITO E RESISTÊNCIA EM UIRAPONGA (MORADA NOVA-CE)

*Ariel Rocha Nóbrega de Castro¹
Camila Dutra dos Santos²*

Resumo: A separação ser humano x natureza facilita que o capital se aproprie da natureza e conseqüentemente da água, criando sua escassez e “transformando-a” em mercadoria. Essa visão da água como mercadoria é excludente e prioriza a geração de lucro ao invés da manutenção da vida, o que vem a causar inúmeras injustiças quanto ao seu uso. O Estado cearense, a favor da classe dominante, compactua com essa visão, constrói obras hídricas que antes parecem atender mais as necessidades do capital do que as do povo, gerando assim conflitos pela água, caso da comunidade de Uiraponga, localizada próximo à obra hídrica Eixão das Águas, em Morada Nova-CE, que sem acesso ao Eixão passou por falta de água.

Palavras-chave: Água; Apropriação da água; Mercadoria; Conflitos pela água.

Introdução

A visão hegemônica que temos da água na contemporaneidade é uma visão construída e repleta de ideologias. Conforme Gonçalves (2014) e Carvalho (2003), a nossa forma de ver a água, assim como a natureza, que a contém, foi modificada com o passar do tempo e o desenrolar da história até chegarmos a vê-la como recurso e mercadoria. Mas acreditamos que a visão que o ser

1 Graduação em Geografia - Universidade Estadual do Ceará, arielrnc@gmail.com.

2 Doutora em Geografia - Professora da Universidade Estadual do Ceará, camilageo@hotmail.com.

humano tem sobre ambas é inacabada e está em constante mudança, pois as engrenagens da história continuam a girar, e o ser humano, assim como sua visão de mundo, a se modificar. Além disso, nos baseando da ideia de Grzybowski (2014), ver a água de outra forma vem se mostrando necessário, para que todos possam utilizá-la, priorizando a sua sustentabilidade, isto é, vê-la como um bem comum.

O conceito de mercadoria por si só é excludente, pois, para obter uma mercadoria, tem-se antes que dispor de algo para efetuar a troca, geralmente dinheiro. Não possuindo o necessário para que a troca seja efetuada, não se tem a possibilidade de usufruir daquela mercadoria específica. Assim, de acordo com Ribeiro (2008, p. 81), tornando a água mercadoria, necessariamente se está dotando-a de uma característica excludente, ou seja, impedindo quem não pode pagar por ela, do seu usufruto.

De acordo com a ideia de Gonçalves (2015, p. 289), o sistema capitalista só funciona com a escassez. Assim, a água, como um bem abundante, deveria se tornar um bem escasso permitindo quem detém sua posse lucrar com ela. Logo, além de a água, por ser vista como mercadoria, ter ganhado um preço, ganhou também um preço alto, pois foi convencionado que ela seria uma “mercadoria” escassa.

Ver a água como recurso e mercadoria se encaixa perfeitamente no contexto histórico em que vivemos, regido pelo modo de produção capitalista, no meio técnico-científico-informacional, no qual, com base em Santos (2006), as relações sociais são mediadas pelo fluxo intenso de mercadorias, e a vontade do povo, muitas vezes, é submetida à vontade do mercado global. Essa visão hegemônica da água vem permitindo uma apropriação desta pelo mercado, priorizando, principalmente, a geração de lucro, por meio da venda da água ou sua utilização na produção de mercadorias.

No estado do Ceará, muitas obras hídricas vêm sendo construídas alegando atender as necessidades do povo cearense, mas não é o que ocorre de fato. Lins (2008) nos mostra que as obras hídricas são construídas, sobretudo, para atender o agronegócio e a indústria, com os recursos e aval do Estado, deixando as necessidades da população local em segundo plano, especialmente a população que reside no meio rural. Esse fato vem causando uma grande indignação aos camponeses, principalmente, aos que moram próximo às obras hídricas e não podem usufruir das águas que nelas correm ou se armazenam, ocasionando conflitos pela água.

A escolha da temática aqui apresentada se deve a vários motivos: ser a realidade do semiárido cearense, e especialmente de Uiraponga, recorte espacial do nosso artigo; haver a necessidade de instigar discussões de cunho científico tanto da ciência geográfica quanto de ciências afins, de modo que os problemas causados pela a apropriação capitalista da água sejam mais discutidos e visados na academia; entender a gravidade que é transformar a água em mercadoria; e compreender como essa visão foi disseminada e justificada pelo capital. Estudar os conflitos pela água é de fundamental importância para assim compreendermos: o que costuma gerar os conflitos; quem são os envolvidos mais frequentes; e como são suas estratégias de resistência.

A escolha do recorte espacial, a obra hídrica Eixão das Águas e a comunidade de Uiraponga, justifica-se porque a obra muitas vezes não atende as comunidades ao seu redor, e a comunidade de Uiraponga já foi uma delas, afinal, se encontra a 7 km do Eixão e, mesmo estando tão próxima a ele, sofreu bastante com a falta d'água, conseguindo o acesso à água do Eixão após muita luta, com o apoio de entidades, movimentos e outras comunidades sensíveis à causa. Vale ressaltar que a luta continua para a manutenção da conquista.

O nosso objetivo geral foi compreender como o processo de apropriação e “transformação” da água em mercadoria influenciou no surgimento do conflito pela água na comunidade de Uiraponga em Morada Nova-CE, enquanto os objetivos específicos foram: entender como ocorreu o processo de “transformação” da água em mercadoria e recurso pelo sistema capitalista; compreender como historicamente ocorreu o processo de apropriação da água no semiárido cearense; analisar o conflito pela água que ocorre na comunidade de Uiraponga.

Quanto à metodologia, foi necessária a consulta de livros e trabalhos científicos, principalmente sobre o surgimento da dicotomia Ser Humano x Natureza; a apropriação capitalista da natureza e apropriação da água; “transformação” da água em mercadoria e recurso; conflitos socioambientais; conflitos pela água; bem comum; e a questão da água no semiárido nordestino. A coleta de dados de órgãos governamentais, como a COGERH³, DNOCS⁴, ANA⁵ e SRH⁶; e a participação em eventos voltados ao campesinato também foram de grande im-

3 Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos.

4 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5 Agência Nacional de Águas.

6 Secretaria dos Recursos Hídricos.

portância. Além disso, realizamos entrevistas, tanto com membros da COGERH SAAE⁷ e prefeitura de Morada Nova, quanto de moradores de Uiraponga.

A “transformação” da água em mercadoria: estão pondo preço no que não tem preço

O conceito “natureza” é bem complexo, tanto quanto é efêmero, afinal, ele é produto do entendimento humano. Notavelmente, como a mudança faz parte da natureza do ser humano, assim como produzir cultura e produzir história, nem sempre o ser humano se viu como um ser diferente da natureza.

Com base em Carvalho (2003, p. 29), com o passar do tempo, começaram a surgir desigualdades sociais, e com elas a separação dos locais que as pessoas ocupavam para realizarem suas respectivas funções. Com isso, houve o desenvolvimento da sociedade de classes. O surgimento da sociedade de classes distancia cada vez mais o ser humano do próprio ser humano (“regentes” e povo), e este da natureza. Com o passar do tempo, o ser humano⁸ vai se distanciando da natureza até não se sentir mais parte desta. A Idade Média Cristã é um marco na mudança da concepção que o ser humano tem da natureza:

Foi sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição homem-natureza [...] adquiriu maior dimensão. Os cristãos vão afirmar decididamente que ‘Deus criou o homem à sua imagem e semelhança’ [...] o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus [...]. O homem é assim dotado de um privilégio (Gonçalves, 2014, p. 32).

O privilégio a que Gonçalves (2014) se refere é o de dominar, explorar e utilizar o natural como recurso para um fim. Essa visão da natureza como algo inferior, podendo ser dominada, encaixa-se na necessidade de apropriação, característica do Capitalismo. Outro marco importante na “separação” do ser humano e natureza foi a Revolução Industrial onde: “A natureza [...], passou a ser uma máquina que se opera e se manipula, desde que se conheçam as regras de seu funcionamento” (Carvalho, 2003, p. 49).

No Capitalismo, a natureza é vista como um recurso, então há uma maior facilidade em cercá-la, privatizá-la, torná-la mercadoria. De acordo com Gon-

7 Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

8 Logicamente quando tratamos o ser humano, não pretendemos generalizar, pois ainda há muitas sociedades que têm uma visão diferente da dominante ocidental atual, na qual se diferencia ser humano e natureza.

çalves (2015), quanto maior for a separação ser humano e natureza, menor o acesso da maioria dos seres humanos aos “recursos naturais”, e mais se justifica a produção de mercadorias para serem vendidas.

A água como parte integrante da natureza também foi transformada em recurso e mercadoria, facilitando sua apropriação capitalista, assim, sua utilidade mais nobre, a manutenção da vida, frequentemente, é posta em segundo lugar, priorizando a geração de lucro, que utiliza a água para vender e para produzir mercadorias. Além disso, a transformação da água em mercadoria gera a exclusão de quem não pode pagar por ela:

Reconhecer um valor econômico da água é dotar uma substância vital à existência humana de uma característica excludente. Se a água tem valor econômico pode ser considerada como um bem econômico [...] apenas quem possui recursos financeiros para pagar por ela terá acesso a esse “bem” (Ribeiro, 2008, p. 81).

Uma das premissas de “transformar” a água em um bem econômico é a possibilidade de conservar esse bem, devido à necessidade imposta pelo discurso de sua “escassez”. Porém, Gonçalves (2004, p. 148)⁹ ainda traz à tona a discussão de que a água existente no planeta é a mesma de eras atrás, *afinal ela não saiu da atmosfera*¹⁰, [...] além de permitir o consumo humano também possibilita a manutenção dos ecossistemas.

A “escassez” seria um discurso político, diretamente relacionado à transformação da água em mercadoria e sua privatização.

[...] Privar é tornar um bem escasso, e, assim, numa sociedade que tudo mercantiliza um bem só tem valor econômico se é escasso. Assim, é o princípio da escassez, assim como a propriedade privada, que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais (Gonçalves, 2015, p. 289).

Nesse caso, a “escassez” só existirá para aqueles que não podem pagar pela água. Os que podem comprá-la e comprar suas fontes, inclusive para vendê-la, não terão problemas relacionados à falta de água, e certamente obterão lucro com a sua venda.

9 GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A construção da Geopolítica do Neoliberalismo Ambiental. In: *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 419.

10 Os grifos são nossos.

Sabemos que existem locais no globo em que há uma relativa escassez de água, mas acreditamos que na maioria das vezes essa “escassez” se dá especialmente por três principais motivos: o primeiro está relacionado à sua distribuição política e à existência de fronteiras; o segundo está relacionado à priorização no uso da água para a produção de mercadorias ou ao seu tratamento como mercadoria; e o terceiro é a degradação da água devido ao seu grande e mau uso na produção de mercadorias.

O maior uso da água atualmente resulta na produção de mercadorias. Aqui está maior fonte de degradação da água no planeta; seu uso intensivo em sistemas produtivos industriais e agrícolas e sua devolução ao ambiente sem tratamento (Ribeiro, 2008, p. 23).

Tratar a água como uma mercadoria não irá priorizar sua distribuição justa, sua valorização na manutenção da vida, ou mesmo sua conservação. Assim, preferimos enxergar a água como um bem comum, pois se trata de um bem o qual todos têm o direito de usufruir, como explica Grzybowski, (2014, s/p):

Os bens comuns, ou simplesmente comuns, são parte intrínseca da integridade das condições de vida de todos e todas. [...] O que faz um bem ser comum é o indispensável compartilhamento e o necessário cuidado. A percepção da necessidade de compartilhar e cuidar de certos bens leva os grupos humanos a se organizar e a tratá-los como comuns.

De acordo com Ostrom (1990), os bens comuns podem ser geridos se feito um comum acordo entre os usuários desse bem, de modo que as pessoas que o estejam utilizando tenham voz (política) com relação às decisões de gestão e a consciência de que devem usá-lo, com uma visão coletiva, compartilhando este bem, sem perspectiva de lucro, mas sim de sua sustentabilidade.

A Distribuição Seletiva Da Água E A Ocorrência De Conflitos Pela Água No Ceará

Para compreendermos os conflitos pela água no Ceará e a construção de obras hídricas voltadas para a indústria e o agronegócio, necessitamos antes conhecer o passado para descortinar o presente.

Com base na leitura de Engels (2014), o Estado irá surgir no contexto de manutenção da propriedade privada, acumulação de riquezas e luta de classes, para desempenhar o seu papel na sociedade, de manter no poder a classe dominante. Sem o Estado esta classe não conseguiria manter-se governando, e usufruindo de privilégios. Assim o Estado surgiu como um elemento obrigatório, para a manutenção da sociedade de classes.

Então, o Estado não é um órgão imparcial, uma de suas características, por mais que parcialmente oculta pelas ideologias, é a parcialidade. Ele está diretamente ligado à sociedade e governa de acordo com os moldes de quem a domina.

Tratando o caso específico do Ceará, podemos relacionar as obras hídricas construídas no estado, que mais parecem beneficiar a indústria e o agronegócio do que as comunidades próximas a essas obras, que têm dificuldade em utilizar a água que tão próximo. Essas obras objetivam manter a classe dominante no poder, propiciando o seu desenvolvimento econômico e político. Para comprovar essa intencionalidade faremos um breve resgate histórico.

De acordo com Holanda (2006, p. 21), na década de 1960, o desenvolvimento rural cearense se dava de forma rústica, baseado na pecuária extensiva, cotonicultura e agricultura de subsistência. A modernização da agricultura irá ocorrer com o golpe militar em 1964, baseada na mecanização e assistência técnica acessível apenas aos grandes proprietários.

Atrelado à mecanização da agricultura está o aumento considerável da produção, mas, para que haja maior produção de bens primários, é necessário maior disponibilidade de água, o que implica maior armazenamento e otimização na sua distribuição espacial. Inicia-se, então, uma política de construção de obras para o “combate” à seca no Ceará. As políticas públicas realizadas pelo Estado na época dos “coronéis”, voltadas à modernização do campo, beneficiavam os “coronéis”, e em nada parecem ter beneficiado o camponês.

Ainda com base na leitura de Holanda (2006), em torno de 1980 houve a ascensão de uma nova classe dominante, “os jovens empresários”. Em 1986, foi anunciada a “era mudancista”, que alegava acabar com a política eleitoral clientelista, de troca de favores, praticada pelos coronéis. Porém, no governo “mudancista”, o clientelismo continuou, agora voltado para os interesses dos empresários. Para esse governo, o desenvolvimento do estado só ocorreria

com a interiorização de indústrias ou por polos de fruticultura irrigada voltados à exportação.

O governo do Ceará desenvolveu políticas hídricas com o intuito de atender ao pensamento neoliberal da época, alegando proporcionar melhorias ao povo cearense e minimizar o flagelo da seca. Na leitura de Saboia (2015), os programas da política hídrica moderna do Ceará se baseavam na gestão da oferta de água por meio da construção de grandes obras, em especialidade transposição de bacias. No entanto, esses programas não beneficiaram a população como um todo.

Grandes obras hídricas foram construídas com o passar do tempo: Açude Castanhão, Canal do Trabalhador, Eixão das Águas e outras estão construídas, como o Cinturão das Águas. Não falta infraestrutura hídrica no Ceará, o que falta é a intenção de distribuir essas águas concentradas para o povo. O que verdadeiramente ocorre é uma distribuição seletiva dessa água em favor das empresas.

De acordo com Lins (2008), quanto mais obras hídricas são construídas, mais investimentos privados altamente consumidores de água são estabelecidos, aumentando ainda mais a demanda por água e criando a necessidade da construção de novas obras. Dentre as obras construídas temos o Eixão das Águas, obra que focamos. Conforme o documento Ceará Cidadania (2003) e a SRH (2006), o Eixão das Águas¹¹ se constitui numa obra hídrica de distribuição. Seu objetivo básico é distribuir as águas do açude Castanhão para diversos locais do estado, facilitando a gestão das águas e atendendo o maior número de beneficiários e usuários possíveis. A SRH (2006) afirma que a obra garantirá o abastecimento humano de água para todas as comunidades em torno do seu trajeto.

Por mais que a citação afirme que o Eixão irá garantir abastecimento para todas as comunidades no seu entorno, não constatamos tal fato, visto que ainda há comunidades que não acessam as águas que correm no canal, e comunidades como Uiraponga, que só conseguiram água após muita luta. De acordo com Lins (2008), o Eixão das Águas prioriza o atendimento de empresas, e no seu entorno encontram-se inúmeras comunidades que nem estando próximas à obra têm acesso a suas águas. Concordamos com Lins (2008), pois, ainda no

11 De acordo com a Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2017), a construção do Canal começou em 2001 e seu último trecho foi terminado em 2013.

ano de 2017, Uiraponga não tinha acesso às águas do Eixão, conquista que só aconteceu no dia 18 de Dezembro do mesmo ano.

Além disso, o tipo de desenvolvimento local que o canal pretende potencializar é o desenvolvimento econômico, não o social, e mais especificamente o desenvolvimento econômico de empresas, muitas delas da fruticultura irrigada, com altos gastos de água. Um modelo de agricultura incompatível com a disponibilidade de água do semiárido cearense.

De acordo com as leituras e o campo que fizemos, concluímos que o real objetivo da construção do Eixão das Águas não foi atender as necessidades do povo cearense, principalmente a do camponês, mas sim proporcionar um semiárido fértil para as sementes do capital no Ceará e incluir nosso estado na divisão internacional do trabalho, que, assim como o Brasil, irá atuar como exportador de gêneros primários de acordo com as exigências do mercado mundial.

O conflito pela a água na comunidade de Uiraponga: um contexto de lutas e esperança

O recorte espacial deste trabalho é a sede do Distrito de Uiraponga, que se encontra a 7 km do Eixão das Águas, e sofreu com a escassez de água. Uiraponga é um Distrito do Município de Morada Nova-CE, localizado na região do Baixo Jaguaribe. Falaremos sobre a situação dos moradores quanto à falta de água e sobre sua luta para conquistar o direito de utilizar as águas do Eixão. Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas em maio de 2017, quando os moradores ainda não tinham acesso às águas do Eixão.

De acordo com *Asa Branca*¹², morador de Uiraponga, ao final de 2015 e começo de 2016, o Riacho Livramento, que abastece a sede de Uiraponga, secou. No final de 2016 e começo de 2017, a comunidade sentiu, realmente, o impacto da seca.

Durante a realização das nossas entrevistas, confirmamos a afirmação de Lins (2008) quando fala que o Eixão foi construído para atender os interesses da elite, e não do camponês. Afinal, segundo os depoimentos dos moradores, o Eixão das águas nunca influenciou em nada em suas vidas, pois, após anos do

12 Por questões de segurança dos próprios moradores, preferimos substituir seus nomes por nomes de aves.

término de sua construção¹³, as plantações camponesas continuavam dependendo das chuvas, e os camponeses e seus animais, em tempos de falta de água, dependiam de medidas paliativas, como a escavação de poços e carros pipa.

Quando eles construíram [o Eixão das Águas], era para beneficiar os mais pobres e os mais carentes, a nossa expectativa era essa, mas depois a gente vai ver que não. A gente vê o sofrimento, a dor e vê a luta para conseguir essa água, o quanto é sofrido, e doloroso, você não pode nem pegar um balde de água que você é vigiado, tem os vigias 24h para ver todo o movimento que acontece no percurso do canal. A gente pensava que a integração ia ser para todos, mas na verdade é que só alguns é que são beneficiados (*Azulão*, maio de 2017).

Azulão acreditava no discurso do governo de que a obra iria beneficiar o povo, mas, com o tempo, viu que a realidade era outra: o povo não tem a acesso a água, mas as empresas sim. Com isso, podemos concordar com Holanda (2006) quando fala que, historicamente, as políticas públicas no Ceará e as ações do governo foram muito mais voltadas para a elite, pois ela tem recursos financeiros e influência política para barganhar com o Estado. O governo se valeu do discurso da seca e da escassez de água para construir uma obra voltada para atender os interesses do capital, deixando muito a desejar para as comunidades próximas ao Eixão das Águas.

Devido à comunidade não ter acesso à água do Eixão, o governo do Estado chegou a cavar seis poços profundos para amenizar a situação, mas, de acordo com o relato dos moradores de Uiraponga, só os poços não resolviam o problema, já que uma grande parte da comunidade ficava sem água. Além do mais, as águas dos poços não eram de qualidade, tinha o problema da “capa rosa”, tornando-a barrenta, com um cheiro ruim e coloração amarelada. Deste modo, se tornava imprópria para o consumo ou mesmo para a sua utilização em outras atividades cotidianas.

Como os poços não resolviam o problema, os moradores tinham que recorrer a outros meios de conseguir água. Muitos contavam com os carros pipa da Defesa Civil, mas apenas estes não bastavam, vários moradores tiveram que gastar parte do seu orçamento contratando carros pipa particulares, os que tinham cisterna em casa ou alguma forma de armazenar grandes quantidades de água.

13 O último trecho do Eixão foi finalizado em 2013.

Essa desigualdade no acesso à água do Eixão, entre os moradores e as empresas, foi causando grande indignação a Uiraponga.

Eu queria que o governo não dissesse que dá prioridade ao abastecimento humano, porque é só o que eles falam, e a gente sabe que não é. Você imagina a quantidade de gado que já morreu, porque assim, na nossa região, uma das rendas, tirando a aposentadoria ou a prefeitura, seria o agricultor que planta, o pequeno (não é o rico), aquele que planta para o consumo e para vender: feijão, milho. Quando não chove, não tem colheita, mas **a gente vê a água para as irrigações, para grandes empresas**, e a gente sabe que aqui ai de nós pegarmos água do canal, que os guardas vão em cima (*Asa Branca*, maio de 2017).

Além da injustiça hídrica, os moradores tinham o conhecimento da existência de uma comporta do canal que, se aberta, abasteceria o Riacho Livramento, que leva água diretamente para o poço de captação da comunidade. Porém, mesmo com a falta de água, a comporta não havia sido aberta.

A apropriação seletiva da água a favor das empresas em detrimento do povo e a priorização do governo em proporcionar medidas paliativas causaram uma revolta nos moradores, o que, conseqüentemente, iniciou o conflito pela água em Uiraponga.

Lembram os moradores que no dia 18 de janeiro de 2017 eclodiu a manifestação nas margens do Eixão das Águas. Como foi explicado por *Asa Branca*, com a manifestação se iniciou a negociação da comunidade com o Estado, que garantiu a construção de uma adutora em até três meses, promessa não cumprida.

Eram três meses, então passou janeiro, fevereiro, março, abril, em abril adutora já deveria estar concluída[...] mas não se começou, não se fez nada. No começo de fevereiro, fomos para o comitê de bacias, perguntamos como ia ficar a construção da nossa adutora, e não se fez nada. Aí nós provocamos de novo outra reunião, agora na semana do Zé Maria do Tomé, a Cáritas trouxe a resposta de que o governo federal havia negado, dizendo que a população de Uiraponga não era grande o suficiente para a construção da adutora e ficaria na responsabilidade da COGERH (*Gavião-carijó*, maio de 2017).

A manifestação de 18 de Janeiro de 2017 foi apenas o início da luta de Uiraponga para conquistar seu direito de utilizar a água do Eixão das Águas. Durante todo o ano de 2017, a comunidade organizou reuniões internas, par-

ticipou de reuniões com a COGHER em Fortaleza, marcou reuniões com a Cáritas¹⁴ diocesana de Limoeiro do Norte e movimentos para organizar novos meios de resistência ao modelo hegemônico de gestão das águas. Ademais, participou da semana do Zé Maria do Tomé e manifestações como o Grito dos Excluídos para divulgar sua situação, participou do comitê de bacias da região para cobrar a construção da adutora, entre outros.

Após muita luta, a comunidade conquistou sua adutora em 15 de Dezembro de 2017, e no dia 18 começaram a receber a água em suas casas, sanando grande parte dos problemas relacionados à água. No entanto, a luta continua para a manutenção da conquista. A comunidade nos provou que resistir e lutar com sabedoria e esperança é a melhor forma de vencer as injustiças, impostas pelo capital.

Considerações Finais

Temos a consciência de que ainda estamos longe de apreender toda a complexidade do tema escolhido, porém as discussões feitas proporcionaram reflexões necessárias para entendermos como a água passou a ser vista como mercadoria, e quais as consequências de vê-la dessa forma.

Sobre a visão que o ser humano tem da natureza e da água, ela varia conforme o contexto histórico no qual está inserido. Muitas vezes, visões contextualizadas são convenientes ao sistema econômico vigente. Para o capitalismo, natureza e água são recurso e mercadoria, propiciando, deste modo, a apropriação de ambas pelo citado modo de produção.

A visão da água como mercadoria é uma visão excludente, uma vez que exclui quem não pode pagar por ela, enquanto supostamente mercadoria. Resaltamos que negar o direito à água é negar o direito à sobrevivência (Miranda, 2004). Além disso, a condição de existência da espécie humana pressupõe a preexistência da água, logo, ela não é produzida pelo ser humano, é um elemento natural. Que direito temos de negar o uso a alguém de algo que não produzimos?

Sobre a discussão da origem do Estado, percebemos que este foi criado com o objetivo de manter a classe dominante no poder, evitando a emancipação da classe dominada (Engels, 2014). A política do estado cearense mantém o inte-

14 A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

resse da classe dominante, haja vista a construção de obras hídricas, dentre elas o Eixão das Águas, que mais serve aos interesses do agronegócio e da indústria (Lins, 2008), beneficiando o capital local e internacional, em detrimento da necessidade urgente de sobrevivência das comunidades no seu entorno.

Sobre a análise do conflito pela água na comunidade de Uiraponga, ficou claro que o Eixão das Águas não foi construído para atender as comunidades no seu entorno. Afinal, os moradores sofreram bastante com a falta de água. O Eixão continua transportando água do açude Castanhão para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP e para empresas do agronegócio, mesmo com as comunidades sem acesso às águas no seu entorno.

Acrescer um valor econômico à água e vê-la como mercadoria, realmente, facilita sua apropriação pelo grande capital, e essa apropriação irá gerar uma injustiça hídrica e posteriormente conflitos pela água irão eclodir. O fato de o governo ter como resolver o problema de Uiraponga com a construção de uma adutora e se negar a isso, priorizando medidas paliativas, permite-nos concluir que há uma intencionalidade nessa priorização. Acreditamos que, assim como o grande capital, o governo vem priorizando a utilização da água na geração de lucro, ação que vem ocasionado conflitos em torno da utilização da água.

Referências

- CARVALHO, M. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CEARÁ. Governo do Estado. Infraestrutura hídrica. *In: _____*. **Ceará cidadania: crescimento com inclusão social**. Plano de governo 2003-2006. Fortaleza: [s.n], p. 173-206, 2003.
- CEARÁ. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Nosso compromisso e objetivo**. Fortaleza, 2006.
- ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- GONÇALVES, C. W. P. A construção da geopolítica do neoliberalismo ambiental. *In: A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 285-444, 2015.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GRZYBOWSKI, C. Água: um bem comum. **Carta Maior**, 25 Mar. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/agua-um-bem-comum/3/30555>. Acesso em: 05 jun. 2017. Não paginado.

HOLANDA, F. U. X. **Mudancismo e concervadorismo no Ceará**: o desenvolvimento rural na Era Jereissati (1986-2002). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

LINS, C. S. **Os impactos territoriais e socioeconômicos do canal da (des) integração no Ceará no contexto do Médio e Baixo Jaguaribe**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Coordenação do Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

OSTROM, E. Reflections on the commons; an institutional approach to the study of self organization and self governance in CPR situations. *In*: OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1–55, 1990.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

SABOIA, A. L. **Água para quem?** Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, M. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. *In*: SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CONFLITOS TERRITORIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ, POTENGI-CE

*Jonas Gonçalves Almeida¹
Ana Paula dos Santos²*

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma primeira aproximação com a comunidade quilombola Carcará, município de Potengi, sul do estado do Ceará, com o objetivo principal de analisar as dinâmicas e os conflitos territoriais, a partir da identidade quilombola. Este estudo faz uma discussão histórica da comunidade desde a sua formação até as formas de resistência na luta pelo uso e acesso à terra, procurando assim estabelecer um diálogo horizontalizado por meio de conversas informais com os moradores, líder da associação, representantes sindicais que vivenciam há anos as dinâmicas de resistência nesse recorte espacial. Para o desenvolvimento do trabalho, foi de fundamental importância o levantamento e a seleção bibliográfica para que fosse possível entender teoricamente a relação dos conflitos territoriais e da construção da identidade quilombola levando em consideração o território.

Palavras-chave: Comunidade; Conflitos Territoriais; Identidade; Resistência.

Introdução

As comunidades quilombolas, aliadas a suas experiências de luta e de resistência, sempre estiveram inseridas no contexto histórico brasileiro, principalmente nas áreas em que o regime escravista se estruturou e fincou suas raízes, no entanto, na maioria das vezes invisibilizado pela história oficial. O Ceará foi o primeiro Estado do Brasil a abolir a escravidão, por isso, no imaginário

1 Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Regional do Cariri- URCA, jonasdageografiaurca@gmail.com.

2 Pedagoga, doutoranda em educação, Universidade Federal do Ceará, paulacrato99@gmail.com.

social, dentre outros aspectos, carrega a ideia da ausência da presença negra em seu território, ou seja, a premissa de que no Ceará não existem negros.

A marca da população negra no Ceará está simbolizada na cultura do couro, reisados, cultura do ferro, linguagem, religiões de matriz africana e na própria formação dos quilombos. Na atualidade, o reconhecimento e valorização daqueles que viveram as injustiças sociais mostram-se mínimas, principalmente quando se trata das comunidades remanescentes de quilombos.

Dessa forma, torna-se necessário um melhor estudo desses espaços e suas relações de identidade, bem como os conflitos territoriais existentes. O presente trabalho pretende analisar as dinâmicas territoriais a partir da identidade quilombola na comunidade remanescente do quilombo Carcará na cidade de Potengi-CE. Neste sentido, objetiva-se também analisar os possíveis conflitos territoriais existentes na comunidade em estudo, tendo como parte o autorreconhecimento enquanto quilombola para diagnosticar as principais formas de resistência.

O recorte espacial estudado é um dos pontos cruciais para se entender como se deu a resistência negra na região do Cariri cearense, já que Carcará situa-se a pelo menos trinta quilômetros da Casa Grande do Infincado, onde viveu um dos mais conhecidos donos de escravizados do Ceará no século XIX. O Barão de Aquiraz possuía uma grande propriedade na fazenda Infincado, município de Assaré-CE, no qual ele exercia domínio e influência na região. O monumento é hoje considerado por historiadores e professores locais como uma simbologia ou materialização da presença negra na região do Cariri cearense.

A presente pesquisa é de caráter inicial, em que a realização de levantamentos de dados junto à comunidade e à fundamentação bibliográfica foram fundamentais para a compreensão das relações entre os estudos geográficos atrelados à identidade e território. No desenvolvimento do trabalho, as visitas a campo, as conversas informais com os próprios moradores e a participação de reuniões da associação de agricultores da comunidade contribuíram de forma significativa para se entender as dinâmicas espaciais e suas relações.

O recorde espacial estudado é carente em pesquisas científicas, principalmente as que abordem os conflitos territoriais e as relações de identidade. Neste sentido, mostra-se necessário o entendimento de algumas categorias que compõem a ciência geográfica, como é o caso dos conceitos de lugar e território, além de outros conceitos que caminham juntos com essa ciência como o de cultura e identidade.

O território da comunidade negra é dotado de ancestralidade em sua formação, Carcará remete sua formação aos escravizados que se rebelavam contra o sistema escravista, o qual perdurou por séculos no Brasil. O recorte espacial transformou-se em um quilombo a partir da fuga de negros e escravizados. Segundo Munanga (1996), o quilombo é compreendido da seguinte forma:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, abertas a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundo, kongo, wovimbundo etc. (Munanga, 1996, p. 59).

O quilombo de Carcará surgiu da fuga de escravizados vindos da Casa Grande do Infincado, e isso não significa dizer que toda formação de quilombo se dá por esta configuração, porém é possível perceber essa relação de fuga na história de Carcará, onde também aparecem elementos como a casa grande, lembrando que os espaços das senzalas e casas grandes também não representam todas as formas e ambientes de trabalho da população negra, como geralmente é tratado nos livros didáticos.

Neste sentido, na história de Carcará, a partir de diálogos com os moradores, fica clara essa remanência dos seus antepassados serem advindos da Casa do Infincado, um casarão grande de 72 portas com paredes largas e estruturas em cedro. Hoje esse patrimônio histórico sofre com a falta de conservação e o desgaste natural, inspirando assim preocupação, já que esse monumento remete a um cotidiano de outros tempos. O monumento remete muitas histórias que são passadas de geração em geração no imaginário das pessoas, principalmente aquelas que dizem respeito às perversidades do Barão de Aquiraz.

Carcará foi o principal ponto de refúgio para esses negros, geograficamente a comunidade encontra-se em um relevo acidentado e de difícil acesso. A conquista inicial da terra após o desestruturação do sistema escravista deu-se principalmente pelo trabalho prestado a fazendeiros e a proprietários de terras da região, já que a abolição da escravidão no Brasil caminhou distante do acesso à terra. Assim, reforça Steca e Flores (2002):

Quanto ao negro, uma vez liberto, não teve acesso à terra. Segundo a Lei de Terras de 1850, só poderiam adquiri-las, quem tivesse dinheiro para comprá-las. Também, não lhes foram dadas as condições para que pudessem viver de forma digna, daí a grande dificuldade de se tornarem pequenos proprietários, vivendo em extrema pobreza (Steca; Flores, 2002, p. 50).

Para se falar de conflitos territoriais, principalmente em comunidades tradicionais, é preciso saber que as suas dinâmicas não são unitárias, e que maioria das vezes é uma construção histórica que passa constantemente por um processo de mudanças, principalmente nos sujeitos que vivenciam os conflitos. Na comunidade quilombola de Carcará, é possível perceber de forma visível que esses atritos foram construídos ao longo de décadas, e o que interessava apenas a um único membro da família, algum tempo depois passa a despertar o interesse de outros membros, efetivando-se assim um repasse familiar desses conflitos.

O acesso e o uso dessas pessoas a terra e ao território quilombola está assegurado na Constituição Federal de 1988, na qual se conseguiu de forma efetiva os direitos de reminiscência aos afrodescendentes. A Constituição coloca da seguinte forma:

Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 215 - O Estado garantirá a todos os afrodescendentes o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 215 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A maior luta da comunidade é a que objetiva a demarcação e a titulação pelos órgãos competentes da questão agrária, nesse caso, mais precisamente seria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, que é responsável pelo acesso à terra, e a Fundação Cultural Palmares, responsável pela titulação e reconhecimento desses territórios.

De acordo com Azevedo e Castro (2004, p. 60), o território que está sendo reivindicado por um determinado grupo social é formado por um conjunto de

recursos que ela deseja e existe a possibilidade para exploração, que se configure no espaço em que os membros de um determinado grupo têm pleno direito, de forma efetiva, de usar e controlar os recursos e de sua disponibilidade em certo tempo.

Mesmo com os conflitos existentes envolvendo os remanescentes de quilombolas, o patrimônio cultural entra como ferramenta de aproximação entre aqueles que objetivam a posse da terra. As festas de toré, pifeiros, capoeira, reisado e caretas são destaques não apenas para a aquele grupo comunitário, mais para o município de forma geral. Outro fator que foi diagnosticado na comunidade é o crescente número de igrejas evangélicas, essas se instauram na comunidade com promessas de melhoramento para a vida das pessoas, com o discurso baseado na fé.

Essas instituições aos poucos vão criando ferramentas de imposição religiosa para os moradores. Cabe ressaltar também que estas não respeitam as religiões já existentes naquele recorte espacial, nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento de uma intolerância religiosa e desgaste das religiões existentes, mais precisamente as de matriz africana. Dessa forma, compreende uma violação à laicidade do Estado, que a cada dia massacra de forma invisível as religiões de matrizes africanas, o que conseqüentemente influencia na identidade da comunidade.

São alarmantes os conflitos envolvendo questões agrárias. Nesse contexto, a categoria território torna-se necessária para entendermos os conflitos existentes na referida comunidade. Conforme Souza (1996, p. 78), inspirado em ideias de Raffestin (1993), “território é um espaço definido e delimitado por, e a partir das relações de poder”. Na comunidade em análise, a categoria território se confunde muito com a categoria de região, a última é tida como a do senso comum e referenciada por diversos autores de grande nome na geografia, porém em Carcará o discurso de inverte no senso comum, assim a palavra região sede espaço para a categoria território.

Haesbaert (2006) traz um conceito interessante sobre essa categoria geográfica, na qual ele faz uma assimilação entre esse conceito geográfico e o acesso à terra, fazendo ligação com o seu uso e controle.

O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar

o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (Haesbaert, 2007).

Por outro Lado, Santos (2002) apresenta território não apenas como os sistemas naturais em conjunto, mas sim como um território para o uso onde se constrói uma identidade ou um sentimento de pertencimento, ou seja,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2002, p. 10).

As lutas pela posse da terra deixam a comunidade dividida entre aqueles que se autoidentificam como remanescente de um quilombo e aqueles que se identificam, mas são os arrendatários e fazendeiros, porque dependem das terras de latifundiários da região. Paula Andrade (2009) pondera os dois lados do conflito, o daqueles que possuem o direito patrimonial e os que defendem o amplo direito dos grupos étnicos.

A própria discussão acerca da distinção de conceitos de terra e território, ganha cena acadêmica, jurídica e política, envolvendo distintas posições entre aqueles que fixam os direitos patrimoniais e aqueles que defendem os direitos mais amplos de grupos étnicos (Paula Andrade, 2009, p. 52).

Os grupos étnicos mostram-se articulados particularmente nessa comunidade, cabendo destacar a inserção de movimentos sociais da região do cariri cearense, principalmente os atuantes nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Posso citar como referência o Grupo de Valorização Negra do Cariri- GRUNEC.

Objetivos

A presente pesquisa pretende principalmente analisar as dinâmicas territoriais existentes a partir da identidade quilombola na comunidade remanescente do quilombo Carcará na cidade de Potengi-CE.

A partir disso, objetiva-se também analisar os possíveis conflitos territoriais existentes na comunidade quilombola em estudo, verificar o autorreconhecimento enquanto remanescente de quilombola e diagnosticar as principais formas de resistência dos moradores desse recorte espacial.

Metodologia

De acordo com Marques (2000, p. 5), a opção que inicia a partir de um estudo de caso decorre do pressuposto de que, para o entendimento e compreensão de uma determinada problemática, faz-se necessária a compreensão, em suas múltiplas determinações, do complexo processo de mudança constante social ao qual estão relacionadas, caracterizando-se assim por intensos conflitos e uma realidade social marcada por indefinições, instabilidades, ambiguidades e contradições de diversas formas.

Assim, destacamos também o levantamento e a seleção bibliográfica que proporcionou um melhor aporte de conhecimento teórico sobre a temática proposta para a discussão. Nesse aspecto, conciliou-se a teoria com a prática, cabendo destacarmos as conversas informais com os moradores, diálogos com professores, estudantes do nível fundamental e superior residentes na comunidade, presidente da associação, líderes sindicais, além da aproximação para diálogos dos gestores da educação do município de Potengi-CE.

Cabe também destacar, como contribuição para a pesquisa, a experiência do I Encontro sobre Educação Escolar Quilombola do Cariri Cearense, ocorrido no ano de 2017 nas dependências da Escola Maria Virgem da Silva, na própria comunidade quilombola de Carcará. O evento foi organizado como parte de pesquisa de mestrado da Universidade Federal do Ceará- UFC³, pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, Rede Cidadã de Educação – RECID, Cáritas Diocesana de Crato com apoio do Grupo de Estudos em Educação Gênero e Relações Étnicos-raciais da Universidade Regional do Cariri- URCA e pelo Núcleo de africanidades do Ceará- NACE da Universidade Federal do Ceará – UFC, professores quilombolas de carcará e de outros quilombolas da região como Salitre, Porteiras e Sousa.

3 Pesquisa de mestrado com o título: Educação escolar quilombola no Cariri Cearense: africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33415>. Acesso em: 15 jul. 2018.

A partir disso, a pesquisa ainda tem o seu caráter participativo, já que nessa o pesquisador esteve em convivência com a comunidade durante alguns dias verificando principalmente as principais formas de interação e de resistência contra as opressões dos grandes latifundiários existentes na região. Segundo Gil (1991), “a pesquisa participante, assim como a pesquisa ação, caracteriza-se principalmente pela de interação entre pesquisadores e membros das situações ou fenômenos investigadas”.

Resultados

Hoje, na comunidade, é possível perceber que o acesso aos direitos básicos sociais é mínimo, e que cada vez mais as políticas voltadas para a comunidade mostram-se mais distantes da realidade, ficando assim os moradores submissos aos grandes proprietários de terra, que obtêm vantagens na exploração e na desvalorização da pessoa humana.

Na comunidade em estudo, é possível destacar o papel da Escola Maria Virgem, que foi implantada em 2012 e recebeu esse nome para homenagear uma antiga moradora da comunidade quilombola. O bom rendimento da escola e o seu alto índice de aprovação garantiu o título em 2014 de escola nota 10, sendo assim um destaque na educação potengiense em relação às demais escolas do município de Potengi-CE.

Essa instituição, que tem como papel principal atender a necessidade da população rural, que precisava se deslocar para a sede do município em busca do acesso à educação, principalmente os alunos dos anos finais do ensino Fundamental, assim como os do Ensino Médio, já que até então não existia uma escola na comunidade de um porte suficiente para atender a demanda de todos os níveis necessários de educação aquela população. Esse processo de deslocamento colocava em risco a vida dos estudantes, que durante décadas foram transportados de maneira indevida e perigosa, com o uso dos caminhões Pau-de-Arara ou carros abertos.

Trabalhar com a educação contextualizada, principalmente nas comunidades remanescentes de quilombolas, pode ser considerada uma das melhores formas de aproximação da comunidade, que muitas vezes é excluída socialmente. No entanto, a escola tem papel de mediar essa aproximação, que a cada dia torna-se mais desafiadora nesses espaços.

A partir dessa pesquisa, foi possível compreender também o real papel da Escola Maria Virgem quando se trata de uma educação contextualizada. Mesmo com os diversos problemas existente no ambiente escolar, é notório que os profissionais atuantes na educação estão empenhados nessa causa. Os gestores municipais mostram-se acessíveis ao diálogo quando se trata de valorização da ancestralidade da comunidade.

Desse modo, é necessário que os alunos tenham acesso a materiais didáticos que abordem conteúdos mais próximos da realidade e que os estimulem a valorizar as riquezas existentes na comunidade, como as danças e as músicas que na maioria das vezes entram como ferramenta apaziguadora em conflitos existentes na comunidade, principalmente por disputas territoriais.

Considerações Finais

A partir desta pesquisa, foi possível compreender, de forma mais profunda, a dinâmica das comunidades quilombola de Carcará, cabendo destacar principalmente os conflitos existentes, que nos últimos anos têm se mostrado crescente naquele recorte espacial. Carcará ainda é um exemplo na organização e luta pelo uso e acesso à terra, sendo uma comunidade em que as demais do cariri cearense se espelham, pois a articulação dos remanescentes de quilombo tem mostrado resultados positivos.

Hoje uma das bandeiras da comunidade é pela manutenção de sua identidade, que se reconstrói a cada dia a partir do que chamamos de território quilombola, esse que se encontra repleto de conflitos. Carcará, assim como inúmeras comunidades, principalmente de cultura afrodescendente, merece uma maior visibilidade por órgãos públicos e pela própria sociedade, pois estas compõem um relato vivo da luta e resistência contra os sistemas de opressão e de convivência com o racismo.

Cabe ainda salientarmos que o preconceito e a intolerância encontram-se entranhados, sobretudo, no discurso daqueles que se dizem os donos da terra e da razão, atropelando assim os direitos básicos dos remanescentes de quilombolas, que estão assegurados na Constituição Federal de 1988.

Assim, salientamos para o esforço principal, que é contribuir de forma significativa para um debate acadêmico acerca das temáticas apresentadas e expostas no presente artigo, explorando e problematizando nesse processo

de construção de elementos materiais e simbólicos que formam um território quilombola, sempre visando uma forma de somar para o direito constitucional dessas comunidades tradicionais.

Considero ainda que a comunidade quilombola de Carcará tem em seu território o resultado de um processo de organização atrelado a uma identidade, cujo movimento de construção apresenta uma estreita ligação com o território. Sendo assim, mostra-se de suma importância a continuidade da organização e articulação desses sujeitos, que mesmo invisíveis para os olhos da sociedade, têm conseguido significativas conquistas, como ressaltar o acesso à moradia e a alguns direitos básicos, como a saúde e a educação.

Dessa forma, sigamos na construção de uma geografia combativa, que dialogue de forma horizontal, partindo desses espaços dotados de conflitos e resistências, chegando a um âmbito acadêmico, mas que traga em seus resultados um retorno para essas comunidades e que os sujeitos não sejam vistos apenas como um mero objeto de estudo, e sim a essência e a visão de retorno da pesquisa. Reforça-se assim a ideia de que o compromisso da academia não é apenas a produção acadêmica e formação profissional, vai além disso, cujo compromisso deve ser com a sociedade.

Referências

ANDRADE, M. Novos Sujeitos de Direito e seus Mediadores. Uma reflexão sobre o Processo de Mediação entre Quilombos e Aparelhos de Estado. *In: Encontro Nacional ANPOCS*, 33., 2009, Caxambu. **Anais...** São Paulo, ANPOCS, 2009.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CHALITA, G. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo. Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: PPGG/UFF/DP&A. 2006.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. 2000. 240p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MARTINS, J. S. **Tecendo a Rede: Notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências**. 2006. p. 344. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista de Antropologia da USP**, n. 28. São Paulo: USP, 1995/1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, EDUSP, 2005.

SANTOS, M. Território e dinheiro. *In*: **Território, territórios**. Niterói: programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO - UFF/AGB, p. 9-15, 2002.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: UEL, 2002.

ESTRATÉGIAS CAPITALISTAS DE APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA¹

Érica Maria Bezerra Pinheiro²

Resumo: A expansão das relações capitalistas no campo tem causado impactos no campesinato local, impondo alterações na agropecuária. O presente trabalho se propôs a abordar o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, tomando para análise os contratos de compra e a comercialização da produção desenvolvidos por empresas agrícolas em municípios do Baixo Jaguaribe (CE) e nas microrregiões de Mossoró e Vale do Açu (RN). Identificamos três diferentes tipos de relações no processo de comercialização. Esse processo se configura como estratégias do capital de se apropriar da renda da terra camponesa.

Palavras-chave: Renda da terra; Campesinato; Comercialização.

Introdução

A expansão do sistema capitalista no espaço rural brasileiro tem se desenvolvido a partir de um caráter desigual e tem causado impactos por não considerar as particularidades locais, impondo alterações na agropecuária e adequando relações de produção para a expansão do capital. Dessas transformações, podemos destacar os impactos na agricultura camponesa, ora expropriando o camponês de suas terras, o que configura o processo de sujeição real ou formal (Martins, 1981), ora subordinando-o aos capitais industrial, comercial e financeiro (Bombardi, 2004), e que Martins (1981) denominou de sujeição da renda da terra camponesa ao capital.

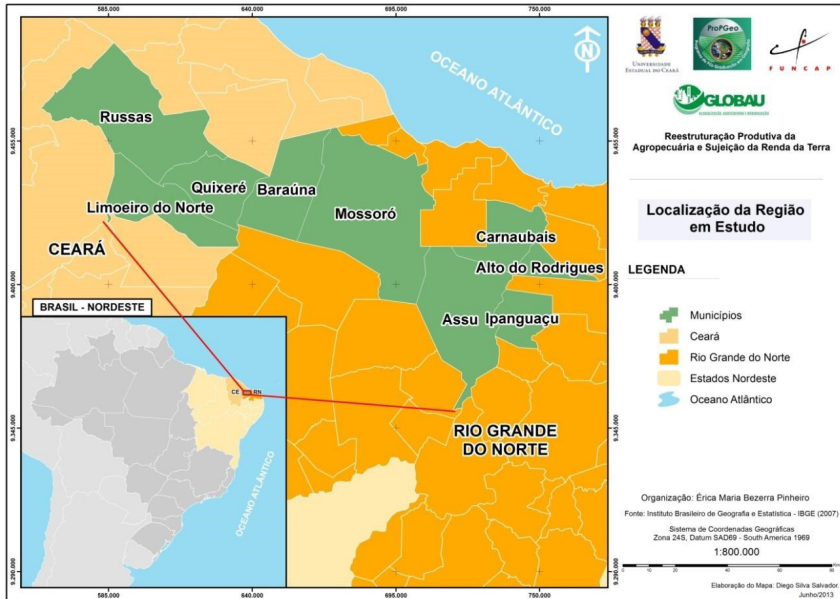
¹ O presente texto reúne reflexões de nossa dissertação de mestrado (Pinheiro, 2014) desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, sob orientação da professora Denise Elias.

Alguns autores vêm destacando que o campesinato continua se reproduzindo mesmo em um contexto de expansão capitalista no campo, seja pela própria necessidade do capitalismo, seja pelo movimento de resistência e do modo de vida camponês (Fernandes, 2005; Martins, 1981; 1990; Oliveira, 2001; 2007; Paulino, 2012; Santos, 1981; Shanin, 2005; 2008). Isso ocorre, por um lado, pelo fato de o capitalismo ser contraditório e se apropriar da existência do campesinato para se expandir, e por outro, através de lutas em movimentos sociais e estratégias de produção que o campesinato desenvolve de forma diferenciada da agricultura empresarial.

As relações estabelecidas pelo agronegócio com a realidade local não ocorrem de forma harmônica. Assim, tanto a chegada de empresas agrícolas do ramo da fruticultura, como a instalação de perímetros irrigados públicos direcionados para desenvolver uma agricultura empresarial, têm provocando uma série de impactos e conflitos, tais como: a expropriação dos camponeses da terra; a exploração dos trabalhadores agrícolas; a imposição de um pacote tecnológico não adequado para realizada local; a desvalorização de saberes e práticas tradicionais desenvolvidas por camponeses; os impactos ambientais e na saúde dos trabalhadores e da população pelo uso indiscriminado de agrotóxicos (Elias, 2007; Freitas, 2010; Maciel, Rigotto, Alves, 2011).

Nesse contexto, nas particularidades do Nordeste brasileiro, uma das áreas que vem passando por fortes transformações é a região produtora de fruticultura, compreendida entre a microrregião do Baixo Jaguaribe, no Ceará, e as microrregiões de Mossoró e Vale do Açu, no Rio Grande do Norte (Figura 1). Essa região apresenta uma produção intensiva de frutas e uma dinâmica proveniente da expansão do agronegócio onde a produção é especialmente voltada para exportação, mesmo existindo demandas em abastecimento a nível regional e nacional.

Figura 1 - Localização da área de estudo



Essa região, além de se caracterizar pela difusão do agronegócio da fruticultura, expressa também a permanência do campesinato, enquanto resistência, com o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica. No entanto, é também nessa região onde ocorre um processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital (Martins, 1981), sobretudo pelo intermédio de contratos de produção e comercialização, estabelecidos por empresas agrícolas do ramo da fruticultura, onde é comprada ou comercializada da produção de camponeses da região que cultivam frutas.

Os contratos de produção e comercialização são acordos verbais, nos quais camponeses, produtores rurais e pequenas empresas repassam sua produção para uma empresa que possui hegemonia no que se refere à comercialização. Estas vendem a produção dos seus fornecedores juntamente com sua própria produção, aumentando seus lucros e sua consolidação no mercado.

Nesse sentido, é com base no contexto de expansão do agronegócio da fruticultura irrigada e na incidência de contratos de produção e comercialização realizados por empresas agrícolas que desenvolvemos as reflexões nesse trabalho, no sentido de visualizar o processo de sujeição da renda da terra que os camponeses da região sofrem com a atuação de empresas agrícolas.

Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é compreender as transformações nas relações sociais de produção na fruticultura no Ceará e Rio Grande do Norte a partir da sujeição da renda da terra e do monopólio da comercialização envolvendo empresas do agronegócio e camponeses. Para tanto, tomamos como objetivos específicos: (i) apresentar de forma geral bases teóricas do processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital; (ii) identificar diferentes formas de sujeição da renda da terra envolvendo empresas do agronegócio e camponeses na região em análise; (iii) caracterizar as transformações na produção agrícola camponesa a partir do processo de sujeição da renda da terra.

Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir da temática da expansão das relações capitalista no campo. Essa temática foi aprofundada na pesquisa a partir do processo de sujeição da agricultura camponesa ao capital, processo este visualizado a partir dos contratos de produção e comercialização de empresas agrícolas, pelos usos de produtos industriais diversos (máquinas, implementos agrícolas, agrotóxicos etc.) e pelos financiamentos da produção.

As informações utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu, sobretudo, por coleta de dados qualitativos, o que ocorreu porque os objetivos e o processo da análise requereram uma coleta de informações mais subjetiva, coletadas, principalmente, a partir de entrevistas realizadas com os sujeitos envolvidos nas relações de produção na fruticultura da região em análise.

Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos a partir de cinco etapas, enfatizando que cada etapa não se deu de forma isolada, ocorrendo algumas delas de forma concomitantes, sendo elas: (i) Levantamento bibliográfico; (ii) Trabalho de campo; (iii) Entrevistas com sujeitos sociais da região em análise, a fim de coletar informações sobre a região e os processos analisados. O trabalho de campo e as entrevistas realizadas resultaram de pesquisa de mestrado (Pinheiro, 2014) desenvolvida ao longo de 2012 a 2014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Resultados

Para o desenvolvimento do presente trabalho, partimos da perspectiva teórica de que o capitalismo se desenvolve de maneira contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que expandem as relações capitalistas de produção no campo, paralelamente, estabelecem relações não capitalistas de produção necessárias para o desenvolvimento do capital (Martins, 1981; 1990; Oliveira, 1986; 2001; 2007).

Nessa perspectiva, identificamos que a região em análise, além de ser atingida fortemente pela expansão do capital no campo, sobretudo pelo desenvolvimento da fruticultura voltada para exportação, é também uma região marcada pelas contradições do capitalismo, uma vez que, também se desenvolve nessa região relações não capitalistas de produção, tais como a permanência da agricultura camponesa caracterizada pelo trabalho familiar, configurando assim uma relação não capitalista.

Pensando nas estratégias capitalistas em seu processo de expansão no campo, a região em análise tem sido palco de dois processos destacados por Oliveira (1986; 2001; 2007), como a territorialização do capital monopolista (quando observamos a difusão de empresas agrícolas que efetivamente realizam a produção de frutas com relações tipicamente capitalistas através do trabalho assalariado) e a monopolização do território ao capital (quando o capitalismo subordinando a agricultura camponesa a utilizar os novos processos técnicos na produção).

O primeiro processo tem repercutido em forte expropriação do campesinato, uma vez que as empresas expulsam os camponeses, comprando suas terras, e o segundo pode ser identificado a partir da sujeição da renda da terra camponesa ao capital, ou seja, quando o capital se apropria de parte da renda da terra que ficaria com o campesinato por intermédio de imposições do capital industrial, financeiro ou comercial (Bombardi, 2004; Martins, 1981; 1990; Oliveira, 1986; 2001; 2007; Paulino, 2004; Santos, 2012).

Nesse sentido, uma das formas do capitalismo redefinir relações aos seus ditames é pela renda da terra. Nessa perspectiva, a terra (e podemos estender essa discussão também para o uso da água), por ser um fator natural e por não ser o resultado do trabalho humano, não deveria ter preço. No entanto, antes mesmo do advento do capitalismo, o uso da terra já estava sujeito ao pagamento de um tributo, pago em trabalho, em espécie ou em dinheiro para algumas

peças que possuíam o monopólio da terra. É, por exemplo, o que ocorria no sistema feudal, sendo, portanto, uma forma pré-capitalista de renda da terra. Com o advento do capitalismo, o pagamento da renda da terra continua a existir, mas agora “[...] não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra” (Martins, 1990, p. 19). Pensando a partir dessa base teórica, entendemos que não podemos seguir na perspectiva de análise da dinâmica agrária brasileira, e mais especificamente a cearense, sem levarmos em consideração uma sociedade de classes, onde uma determinada classe detém o monopólio da terra.

Diante dessa discussão, faz-se necessário entender o papel dos diferentes sujeitos sociais no campo. Assim, Santos (2012) apresenta a diferença da terra para os proprietários capitalistas e para os camponeses.

Para os agentes que detém o monopólio, a terra é um importante instrumento de poder voltado para a acumulação de capital via obtenção da renda da terra e de seu uso exclusivo em função do controle de parte dos elementos materializados na produção, na circulação, na distribuição e no consumo no modo capitalista de produção. Já para os camponeses, a terra é um instrumento de relação social, pois a terra está enraizada na dinâmica familiar de construção da sobrevivência por meio de relações não capitalistas de produção (Santos, 2012, p. 37).

Os camponeses possuem a *terra de trabalho*, que, segundo Martins (1991, p. 55), é a terra que o trabalhador se apossa para o trabalho. Essa noção se opõe à terra de negócio, que se constitui em terra de exploração do trabalho alheio.

Nesse sentido, dentro da discussão daqueles que possuem a posse da terra, o camponês extrai a renda da terra para seu sustento e de sua família, ou seja, “[...] a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha” (Martins, 1991, p. 54), diferente do capitalista, que tem como objetivo a acumulação de capital e “[...] é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração” (*Ibid.*, p. 54).

Segundo Oliveira (2007), no sistema capitalista de produção, no qual predomina o regime de propriedade privada da terra e da produção de mercadorias, a terra passa a ser considerada uma mercadoria, pois pode ser vendida,

comprada ou paga uma renda para o proprietário. O fato de considerar a terra como capital se configura em uma ideologia capitalista, ideologia porque a terra não é capital, “[...] e não o é, porque não se trata de algo produzido pelos homens, ou pelo capital. Portanto, não pode ser submetida às leis do capital” (Oliveira, 2007, p. 63).

Quando citamos a sujeição da renda da terra camponesa ao capital, estamos referindo ao processo em que o capital subordina o camponês, para que o mesmo produza dentro dos parâmetros do mercado capitalista, possibilitando assim a extração da renda da terra camponesa (Martins, 1981; 1990).

A sujeição da renda da terra ao capital esta relacionada ao controle da “[...] comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção [...]” (Martins, 1990, p. 173). Nesse caso,

[...] dá-se uma apropriação do sobre-trabalho cristalizado no produto da unidade produtiva camponesa, seja na forma de alimentos, seja na forma de matérias-primas, apropriação que se dá por intermédio das relações de mercado (Santos, 1981, p. 111).

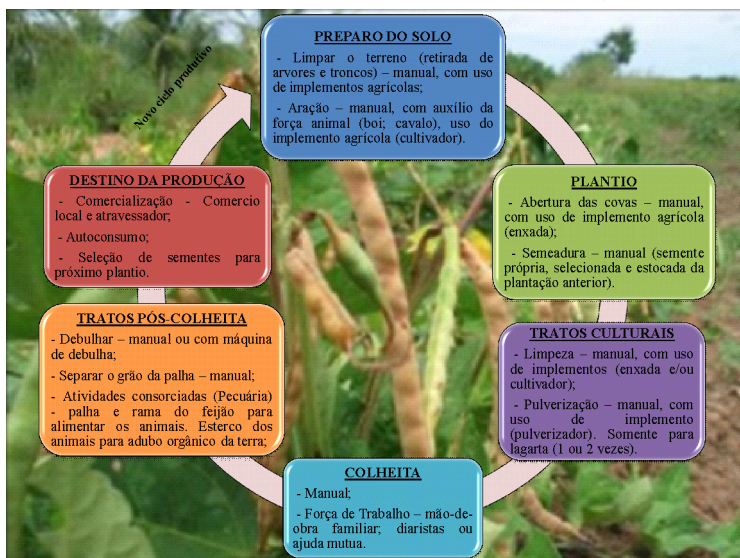
Nesse caso, o camponês não necessariamente sai da terra, mas fica subjugado a adotar procedimentos no âmbito do capitalismo (Oliveira, 2007). Assim, no caso da sujeição da renda da terra camponesa estamos diante de uma das formas de monopolização de território pelo capital, já que não expropria totalmente o camponês da terra, mas utiliza-se de outras formas para sujeitá-lo, tais como o domínio da produção e da comercialização (Martins, 1981; 1990; Oliveira, 2001).

O sistema capitalista estabelece estratégias para se apropriar dessa renda da terra camponesa pelo intermédio do capital industrial, financeiro e comercial, conforme apresentou Bombardi (2004), em que o capital industrial apropria-se da renda da terra camponesa “[...] através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens [...]” (*Ibid.*, p. 253); o capital comercial estabelece o controle de mercado, controlando os preços dos produtos (Freitas, 2010); o capital financeiro apropria-se da renda camponesa “Por meio dos empréstimos que fazem para a aquisição de adubos, herbicidas, mourões etc.” (*Ibid.*, p. 257).

Na pesquisa realizada, pudemos comparar dois diferentes tipos de ciclos produtivos de culturas temporárias: o feijão (Figura 2), tradicionalmente produzido por camponeses da região, e o melão (Figura 3), inserido na agricultura camponesa, sobretudo a partir da expansão do agronegócio da fruticultura na região.

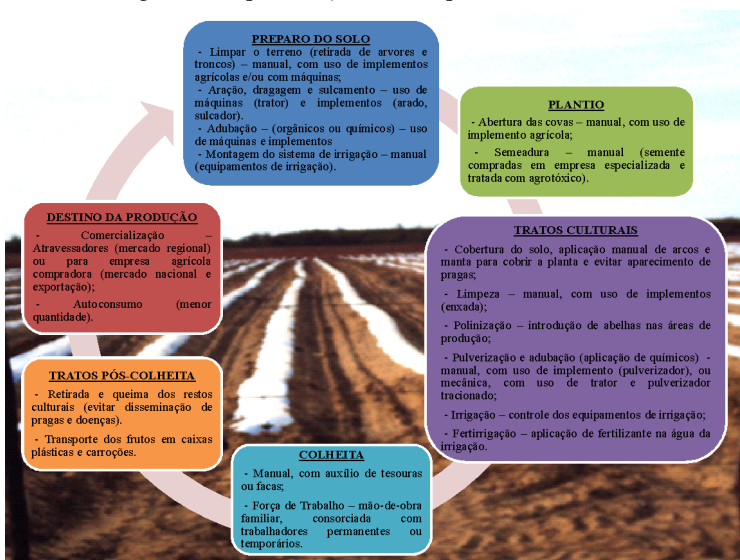
O primeiro ciclo foi descrito por um camponês da comunidade Lagoa da Várzea, Município de Russas (CE), quando este produzia agricultura de sequeiro antes da implantação do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas. O segundo ciclo foi descrito por agricultor do Assentamento São Romão, Município de Mossoró (RN).

Figura 2 - Representação do ciclo produtivo do feijão



Fonte: Pesquisa direta. Organizado por Érica Pinheiro.

Figura 3 - Representação do ciclo produtivo do melão



Fonte: Pesquisa direta. Organizado por Érica Pinheiro.

As representações desses dois diferentes ciclos produtivos podem nos exemplificar formas utilizadas pelo capital industrial para se apropriar da renda da terra camponesa. O uso, por exemplo, de insumos agrícolas na cultura do melão já se inicia desde a etapa do preparo do solo, e de forma bem mais intensa durante os tratamentos culturais.

Nesse mesmo sentido, um camponês que compra uma máquina, retira parte de sua renda camponesa para pagar uma mercadoria que já teve um valor estipulado pelo capitalista industrial, em que parte desse valor é retirada para pagar o trabalhador assalariado que participou da fabricação daquela máquina, e a outra parte ficará para o capitalista. Portanto, nesse caso, parte da renda da terra camponesa foi direcionada para o capital industrial.

O mesmo ocorre com o capital financeiro, cuja parte da renda da terra é direcionada para os bancos, por intermédio dos juros bancários, e com o capital comercial, em que parte da renda ficará com os atravessadores ou empresas agrícolas que realizam contratos de produção, pelo intermédio do controle dos preços (Bombardi, 2004). Assim, o capital

Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (Oliveira, 2007, p. 32).

Os contratos de produção ocorridos na fruticultura na região produtiva do agronegócio no Ceará e no Rio Grande do Norte se configuram como uma forma de extração da renda camponesa pelo intermédio das empresas agrícolas. Identificamos, nessa área, três diferentes tipos de contratos realizados por quatro empresas agrícolas que atuam na região em análise, sendo eles: (i) os contratos de comercialização; (ii) a compra da produção; e (iii) a compra e financiamento da produção.

No primeiro caso, atua na região com esse tipo de relação a empresa Frutacor, com sede no município de Quixeré (CE), operando, sobretudo, com as culturas da banana e do mamão. A empresa somente comercializa a produção, pois, caso não haja venda das frutas, estas são devolvidas para os fornecedores. Os contratos de compra da produção foram analisados a partir das empresas Frutas Doce Mel, instalada no município de Baraúna (RN), sobretudo com as culturas do melão, mamão e melancia, e Finobrasa Agroindustrial S/A, com

sede no município de Ipanguaçu (RN), atuando com a cultura da manga. Nesses contratos, a empresa realiza a compra, sem possibilidade de devolução das frutas para os fornecedores, diferente do caso anterior. Já no caso do contrato de compra e financiamento da produção, atua nessa relação a empresa Frutas Novo Horizonte, localizada em Baraúna (RN), com a produção do mamão e melão. Neste caso, a empresa, além de comprar, financia a produção dos fornecedores com produtos necessários, tais como máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes, adubos, ou mesmo quantias em dinheiro para serem aplicadas na produção dos fornecedores.

Nos casos analisados, as empresas estão extraindo a renda da terra a partir do processo de subordinação da produção à circulação (Oliveira, 2010), ou seja, do monopólio na circulação. Parte do lucro que ficaria com os camponeses se estes mantivessem uma venda direta, será direcionada para as empresas que controlam os contratos. Nesse caso, estamos diante de uma forma de apropriação da renda da terra camponesa por meio do capital comercial.

Considerações Finais

Pudemos identificar que o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital na região em estudo ocorre tanto pelo contexto em que os camponeses estão inseridos, ou seja, uma crescente difusão da agricultura baseada nos sistemas técnicos modernas de produção, como especificamente e, sobretudo, pelo intermédio de contratos de produção realizados entre empresas agrícolas do ramo da fruticultura que compram ou comercializam a produção de camponeses. Nesse sentido, caracterizamos essas relações de comercialização como estratégias do capital em subordinar a agricultura camponesa a fim de apropriar-se da renda da terra.

Destacamos ainda que, diante desse processo de sujeição da renda da terra, acreditamos que as perspectivas para o campesinato perpassam pela luta pelo direito a terra e pela busca de formas alternativas de produção e comercialização. Assim sendo, uma agricultura que não se limita à dimensão do lucro, mas que esteja sustentada no direito à vida e respeito a diversidades e especificidades locais.

Referências

- BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e a fragmentação do espaço agrário. *In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). Ceará: um novo olhar geográfico*. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, A. M. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.
- FREITAS, B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, 2010.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- MACIEL, R. H. M.; RIGOTTO, R. M.; ALVES, P. A. Como está a saúde destes trabalhadores? *In: RIGOTTO, R. (Org.). Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Ed. UFC, Co-Edição Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- PINHEIRO, E. M. B. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2014.
- SANTOS, T. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1981.

SANTOS, J. A. L. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê – BA. São Paulo, 2012. 262p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SHANIN, T. A definição do camponês: conceituações e desconceituações. o velho e o novo em uma discussão marxista. **Nera**, v. 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SHANIN, T. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, E. F. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em geografia, 2008.

TERRA COLETIVA E PRODUÇÃO INDIVIDUAL: EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO PADRE ALFREDINHO-CE

*Flavio Soares de Sousa¹
José Filho Araújo Santos²*

Resumo: A experiência que ora se inscreve busca apresentar os processos de organização da vida social das famílias do Assentamento Padre Alfredinho em Crateús, a partir da posse e uso da terra. As famílias do Assentamento vêm preservando a dimensão coletiva nas formas de organização interna e no uso da terra. Contudo, as produções agrícolas e agropecuárias se realizam de maneira individual pertencendo à unidade familiar. Com isso, queremos chamar atenção para a relevância da organização coletiva no sustento aos projetos individuais das famílias em sua reprodução material, como também sinalizar ausência histórica do Estado na realização de direitos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Trabalho Coletivo; Produção Agrícola e Agropecuária.

Apresentação

A luta pela terra no Brasil vem se realizando historicamente a partir da articulação político-organizativa dos sujeitos camponeses. Nesta luta, muitos percalços são enfrentados diante da lógica de dominação, que preserva as formas coloniais de dominação da terra e da riqueza. O capitalismo versus a classe trabalhadora se acirra no processo de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida (Silva, 2008; Brito; Acioly, 2014; Lustosa, 2012).

Dessa forma, a reforma agrária, tímida e incipiente promovida na realidade brasileira, tem sido uma resposta à concentração secular da terra e sua

1 Assentado no Assentamento Pe. Alfredinho. Estudante do Curso de Serviço Social da Terra, Universidade Estadual do Ceará,

2 Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Universidade Estadual do Ceará.

submissão à produção do valor. Assim, a experiência do Assentamento Padre Alfredinho, em Crateús-CE, nos instiga a pensar dentro deste marco jurídico-político – que é a reforma agrária conquistada sobre a luta de classes –, outras formas de relações sociais e humanas, engendradas no solo agrário e agrícola dos sertões cearenses. Possibilita-se, enquanto assentado desta realidade e estudante de Serviço Social da Terra, articular as reflexões entorno da relevância das práticas sociais construídas no movimento do real deste Assentamento, a partir da organização coletiva na terra, e os processos de produção agrícola e agropecuária individual por unidade familiar.

“A Terra Guarda A Raiz, Da Planta Que Gera O Pão”³: Conquistas E Desafios No Assentamento Padre Alfredinho

O Assentamento Padre Alfredinho, situado no município de Crateús-CE, teve sua emissão de posse no ano de 2011. Desde 2007, quando era acampamento, as famílias já se articulavam junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Leva esse nome escolhido pelas famílias assentadas, porque o referido Padre foi uma grande referência de luta na região.

As famílias do Assentamento Padre Alfredinho eram de comunidades pertencentes ao município de Crateús que circundavam área do local em conflito. Estes trabalhadores viviam do trabalho arrendado em terras alheias e não tinham o direito de criar animais. A luta pela terra se inicia no ano de 2007, marcada por conflitos entre os trabalhadores rurais e o proprietário da propriedade, que realizava ameaças constantes de despejos. Porém, as famílias não desanimaram diante das pressões sofridas, e permaneceram firmes no propósito coletivo de conquista da terra, sendo este alcançado no ano de 2011.

As famílias do Assentamento Padre Alfredinho, e não somente estas, mas também basicamente todos os camponeses/as, principalmente do Semiárido Nordeste, constroem sua reprodução material a partir da agricultura camponesa e da agropecuária. Entretanto, sofrem graves impactos nas dimensões econômica, cultural e social, em consequência da investida ofensiva do capital no campo, abandono por parte do Estado, e da ausência histórica de políticas públicas estruturantes para o campo (Martins, 2008; Lustosa, 2012).

3 Trecho retirado da canção “Terra e Raiz” do CD “arte e movimento” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O Assentamento apresenta poucas benfeitorias, pois há um grande entrave na liberação dos créditos, ou quando se teve, estes estavam condicionados a uma série de fatores que não contribuíram com a realidade da comunidade. Os únicos créditos que foram liberados até o presente momento foram: crédito de apoio (que foi investido na associação da comunidade); Habitação e projeto de convivência com o semiárido, que são as cisternas de placa; Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF); e por último o projeto São José III. Isso tem dificultado no desenvolvimento do assentamento e na elevação do nível de vida das famílias, já que a incipiência dos programas e projetos, com a falta de investimento em políticas públicas, como saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, cultura e lazer, tem dificultado a satisfação das necessidades humanas das famílias deste Assentamento. Só para exemplificar, quando há uma demanda da saúde, os assentados precisam deslocar-se até o distrito ou a sede do município.

A educação também não é diferente da saúde, pois as crianças, para acessar a escola, devem dirigir-se para outra comunidade por conta própria, uma vez que ainda não existe transporte escolar. Além disso, deslocam-se em estradas esburacadas e empoeiradas, porque o assentamento não tem nenhum projeto de infraestrutura para facilitar a vida e o bem-estar social das famílias que residem na comunidade, como ausência da política de educação do campo.

Com todas as dificuldades, as famílias buscam produzir e investir em criação de animais, com o objetivo de fortalecer a produção como uma fonte de renda extra. No entanto, os poucos investimentos por parte dos órgãos governamentais e as poucas condições das famílias para investir na atividade, propicia que estas não ampliem a sua fonte de renda, se constituindo numa atividade incipiente.

O assentamento Padre Alfredinho tem, em sua organicidade interna, a mediação coletiva do trabalho na terra. O assentamento se organiza de forma coletiva, ou seja, a terra não é loteada, sendo necessário planejar todo processo produtivo, para que não acarrete impactos ou perdas na produção e na organização interna. O assentamento, dentro de sua organicidade, tem planejado desde sua gênese a melhor maneira de potencializar e melhorar a produção agrícola e agropecuária das famílias, redistribuindo e acordando tarefas e compromissos entre os assentados.

As áreas produtivas são planejadas em duas direções. Uma área de roças organiza-se de modo convencional, voltada exclusivamente para a subsistência

familiar. Outra, para o plantio de culturas mais permanentes, a saber: frutas, hortas, legumes e forrageiras. Esse processo de produção se mantém mediante um sistema de irrigação que facilita a dinâmica com aporte de água, em quantidade necessária, para banhar as culturas plantadas. A área direcionada para o plantio de culturas mais permanentes é manuseada com o trabalho coletivo de todos os assentados, tendo sua produção compartilhada entre as famílias.

O planejamento destes processos se dá por meio de reuniões, nas quais é discutido coletivamente em que local será criado e manejado os animais, que técnicas vão ser adotadas para ampliar a produção agrícola, entre outras discussões que emergem dessas questões. Uma das principais práticas neste processo é a plantação consorciada, de milho, feijão, melancia, jerimum, pepino e melão. Esta técnica visa uma maior produtividade de alimentos em um único espaço. Assim, busca-se ampliar as fontes de subsistência das famílias, no acesso ao alimento e na comercialização, mediante culturas agrícolas mais permanentes, que passam a serem cultivadas em solos férteis com a aproximação de fontes de água.

Esse planejamento da produção agrícola implica também nos manejos dos animais, sendo estes divididos no período de inverno por espécie: gado, ovelha e animais de lida, (jumentos e cavalos). Os gados, no período de produção, são manejados nas soltas que não vão ter produção agrícola. Além disso, os cercados mais próximos das casas são destinados para as vacas de leite e ovelhas. Isso é feito para facilitar a vida dos camponeses que precisam de uma organicidade para que tenham segurança na produção agrícola e agropecuária. Outra dinâmica que acompanha este movimento é o estudo da capacidade forrageira do Assentamento. Pensando nisso, a partir da área e dos bens naturais, que o Assentamento dispõe na criação e manutenção dos animais.

A criação dos animais é planejada para que todos os beneficiários tenham, de maneira igualitária, a possibilidade de criar determinada quantidade de animais, sendo estipulada uma meta de quantidade e período que esses sejam descartados para que não haja superlotação ou nem tire o direito do outro assentado de criação.

A maioria das decisões mais relevantes é tomada de forma coletiva. Contudo, há iniciativas por parte de alguns assentados que ameaça a organicidade, quando de iniciativas mais individualizadas, inclusive quando chega o descumprimento de decisões coletivas proveniente de espaços maiores de discussão da comunidade, como Assembleia geral. Com isso, o Assentamento se organiza a partir do regimento interno e estatuto que determina e regula as

formas de relação nos inúmeros processos e práticas sociais que se movimentam na vida cotidiana do Assentamento, delineando regras a serem cumpridas e exercidas por todos os assentados.

Considerações Finais

A experiência do Assentamento Padre Alfredinho aponta que apenas o acesso à terra não é suficiente para contribuir nas condições de vida das famílias Sem Terra, mas a necessária articulação do conjunto das políticas públicas no incentivo à produção agrícola e agropecuária, com o conjunto das políticas sociais, somadas no esforço de desencadear o desenvolvimento do território camponês (Brito; Accioly, 2014).

A orientação e organização coletiva da terra incidem para que as famílias possam melhor desenvolver seus projetos individuais a partir de um marco regulador construído no interior do Assentamento, como o regimento interno, que possibilita as famílias irem construindo práticas sociais novas diante da relação com a terra e a produção da vida no espaço comunitário, assegurando a sua reprodução material e social. Ainda que a ausência de direitos sólidos e estruturantes repercuta na vida das famílias no Assentamento, estas vêm conseguindo, pela atividade agrícola e agropecuária, reunir as condições objetivas de manutenção da vida humana, possibilitando a permanência e a (re) existência no território camponês.

Referências

BRITO, L.; ACCIOLY, M. E. Questão Agrária e luta pela terra no Brasil: análise fundamentada nas categorias questão social e movimentos sociais rurais. *In: CUNHA, A. M.; SILVA, M. M. (Orgs.). Expressões da Questão Social no Ceará*. Fortaleza: EdEUCE, 2014.

LUSTOSA, M. G. O. P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SILVA, I. M. F. **Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio-Histórica brasileira**. *Temporalis*, Brasília (DF): ABEPSS, ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI-CE: TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

Tamires Teotônio Lima¹

Leandro Vieira Cavalcante²

Maria Lucenir Jerônimo Chaves³

Resumo: Desde meados dos anos 1980, a região da Chapada do Apodi vem sendo alvo de políticas públicas voltadas para a instalação de grandes empresas agrícolas nacionais e transnacionais, responsáveis por difundir o agronegócio globalizado da fruticultura, revelando intensos usos do território e inúmeros impactos e conflitos nas comunidades camponesas, que por sua vez motivaram também distintas formas de resistências. Nesse sentido, este artigo se propõe a discutir a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, atentando para a territorialização do capital, os conflitos territoriais e as resistências camponesas na região.

Palavras-chave: Agronegócio; Território; Resistência camponesa.

Introdução

O mundo globalizado confere grandes transformações no campo, difundindo um novo modelo de agricultura representado pelo paradigma do agronegócio, responsável por promover uma reestruturação socioespacial do território brasileiro ancorada na busca de acumulação de capital em detrimento

1 Graduanda em Geografia – Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte. Bolsista de Iniciação Científica IC/UECE. E-mail: tamyres_lyma@hotmail.com.

2 Doutorando em Geografia – Universidade Estadual do Ceará, campus de Fortaleza. Bolsista de Doutorado da CAPES. E-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com.

3 Doutora em Geografia – Professora da Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte. E-mail: luceniruece@yahoo.com.br.

dos interesses da população do campo e das dinâmicas da natureza, gerando graves conflitos territoriais e sérias consequências socioambientais em diferentes espaços pelo país, a exemplo do Baixo Jaguaribe, no Ceará, segundo debatem Lima, Vasconcelos e Freitas (2011).

A região do Baixo Jaguaribe é atualmente uma das maiores produtoras de frutas tropicais do Brasil, e isso se dá em virtude especialmente da grande quantidade de empresas instaladas nessa porção do território cearense, que se configura como um dos principais espaços privilegiados pelo grande capital com vistas a fomentar o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura em pleno semiárido. Essas empresas estão entre os principais responsáveis por reorganizar os usos do território na região ao favorecerem a expansão do modelo produtivo do agronegócio, especialmente na Chapada do Apodi, localizada na porção leste do Baixo Jaguaribe.

Em razão disso, desde os anos de 1980, a Chapada do Apodi vem sendo alvo desse novo modelo produtivo, mormente após a implantação da política nacional de irrigação, com a construção do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi em 1989. Esse perímetro tinha como principal finalidade assentar os agricultores familiares da região que produziam principalmente milho, feijão e algodão tanto para a subsistência quanto para a comercialização local e regional, mas que depois se voltou para a produção do agronegócio da fruticultura irrigada.

Após a criação desse perímetro irrigado, a partir dos anos de 1990, essa região vem captando políticas públicas voltadas para a expansão do agronegócio globalizado em detrimento da expropriação de camponeses e trabalhadores rurais, tornando-se polo atrativo para grandes empresas agrícolas nacionais e transnacionais que se apropriaram e dominaram o território da região. Atrelado a isso, surgem graves conflitos territoriais e impactos socioambientais nas comunidades locais que vêm sendo afetadas diretamente de diversas formas pelo agronegócio da fruticultura.

Dentre os principais agentes que atuam na difusão do agronegócio da fruticultura na Chapada do Apodi, sobressaem-se, além da participação decisiva do Estado, grandes empresas agrícolas produtoras, sobretudo de melão e banana, sejam elas de capital local, nacional ou internacional, responsáveis por fomentar a territorialização do capital no campo ao introduzirem uma lógica empresarial voltada para a otimização de seus lucros a partir da máxima exploração dos recursos disponíveis. Através da atuação cerrada dessas empresas na

região, em pouco mais de duas décadas, presenciamos novos e significativos usos do território, em dimensões e escalas das mais variadas.

Nesse sentido, este artigo tem como principal objetivo discutir a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, buscando identificar as principais empresas do ramo da fruticultura que aí atuam e entender como se deu a territorialização das mesmas na região. Além disso, procuramos destacar os principais conflitos territoriais e as resistências camponesas diante da territorialização desse intensivo modelo de produção agrícola na região. Com isso, busca-se evidenciar o caráter predatório no qual está assentada a expansão do agronegócio, que não tem respeitado os direitos dos sujeitos, dos territórios e da natureza.

Para tanto, recorreremos a uma metodologia centrada no levantamento bibliográfico de obras que debatem acerca do agronegócio na região da Chapada do Apodi, bem como a realização de visitas ao Acampamento Zé Maria do Tomé e participação na Semana Zé Maria do Tomé e na Romaria da Chapada em abril de 2018, em Limoeiro do Norte e Quixeré. Além disso, realizamos trabalhos de campos nos meses de março e maio do mesmo ano para conhecer e observar os espaços nos quais as empresas do agronegócio estão instaladas na Chapada do Apodi e também as comunidades localizadas no entorno dessas empresas, que sofreram e sofrem consequências graves após a chegada do agronegócio – esses trabalhos de campos consistiram em observação participativa e registros fotográficos.

Dessa forma, com este artigo espera-se contribuir para a discussão e compreensão da problemática do agronegócio que desde os anos de 1990 se implantou na Chapada do Apodi e trouxe consigo não só uma nova lógica de produção, mas também novas relações de poder que provocaram uma reconfiguração socioespacial neste território, mediante a atuação de empresas agrícolas de capital nacional e internacional, vinculados fortemente ao Estado, visto como aliado fundamental para a territorialização do capital na região.

Territorialização do agronegócio na Chapada do Apodi

A Chapada do Apodi possui uma área de 2.421,8 km², compreendendo partes dos municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama, localizada na microrregião do

Baixo Jaguaribe, situada a leste do estado do Ceará. No entanto, o contexto histórico e geográfico em que essa região está inserida e que será discutido ao longo deste artigo envolve especificamente os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, principais lócus da expansão do agronegócio da fruticultura no Ceará, onde estão localizadas algumas das maiores empresas do setor.

Como citado anteriormente, a partir dos anos de 1980 a Chapada do Apodi vem recebendo inúmeras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da modernização da agricultura irrigada, tanto pelo governo do estado quanto pelo governo federal, trazendo para a região a implantação de um novo modelo de produção agrícola alicerçado por empresas nacionais e transnacionais, visando principalmente a exportação em larga escala de frutas tropicais, como também a efetiva territorialização do capital por meio de sistemas técnicos voltados a dar suporte às atividades produtivas agrícolas (Chaves; Santos, 2013).

A partir desse período, a Chapada do Apodi passa por grandes transformações socioterritoriais direcionadas para a efetivação e a expansão do agronegócio do ramo da fruticultura irrigada, “[...] através de uma atuação conjunta do Estado e da iniciativa privada com vias a dotar o território dos instrumentos necessários à acumulação de capital no campo” (Cavalcante, 2017, p. 01-02), como a implantação de projetos públicos de irrigação, a exemplo do Jaguaribe-Apodi construído em 1989.

Dessa forma, esse perímetro, um espaço criado e produzido pelo Estado, passa a representar a expressão da irrigação moderna empresarial, tornando-se atualmente lócus da reprodução do capital de empresas agrícolas nacionais e multinacionais na região, como discute Freitas (2010, p. 60), que se instalaram, sobretudo, nas margens desse perímetro, quando não em áreas griladas dentro do próprio perímetro. A partir disso, essas empresas tornaram-se responsáveis por inserir uma nova lógica de produção na região da Chapada do Apodi.

Dentre as principais empresas localizadas na Chapada do Apodi e que agem produzindo conforme o modelo do agronegócio, destacam-se, principalmente, Del Monte Fresh Produce, Agrícola Famosa, Frutacor, Tropical Nordeste/Banesa, J. Sallouti/PTLA, WG Fruticultura, Agrocoura, Terra Santa, Norfruit, Melão Doçura e Fruticultura Frota, entre outras, estando todas responsáveis pela territorialização e expansão do agronegócio da fruticultura na região.

Diante disso, percebe-se o papel do Estado enquanto grande fornecedor de suporte às empresas e forte aliado do capital, atraindo diretamente essas

empresas através dos incentivos fiscais e dos financiamentos. São os próprios representantes do Estado os responsáveis por atrair os empresários e disponibilizar terra, água, energia e demais condições necessárias para a instalação das empresas. Em outras palavras, as empresas agrícolas são “[...] “convidadas” por um Estado, que se torna mínimo às questões sociais e máximo nas parcerias que estabelece com o setor privado, a investirem e explorarem vantagens econômicas em determinado lugar” (Chaves; Santos, 2013, p. 120).

Juntas, essas empresas controlam centenas de hectares na região, onde se concentra a maior parte de suas unidades produtivas e onde se localiza uma grande e bem articulada rede de fornecedores e entrepostos de comercialização das frutas ali produzidas. Além disso, essas empresas provocam sérios impactos socioambientais e territoriais por meio da intensa exploração “[...] dos recursos naturais e do trabalho e da aquisição, legal ou não, de grandes extensões de terra, resultando em conflitos que se dão nas mais diversas escalas de análise e com distintas intensidades” (Cavalcante, 2017, p. 02). Ainda segundo o autor,

A partir daí, nota-se a existência de um acirrado embate travado entre o agronegócio e as comunidades camponesas que se veem ameaçadas pela territorialização desse modelo hegemônico de produção, com registros de disputas por terra e por água, de intoxicações e mortes por agrotóxicos, de exploração dos trabalhadores, entre outros, resultando inclusive em assassinatos daqueles que se negam a compactuar com os interesses das grandes empresas (Cavalcante, 2017, p. 02).

É importante ressaltar que as empresas utilizam diversas estratégias para a apropriação e dominação do território, como apresentado por Cavalcante (2017), destacando-se entre elas a compra de terras em pequena e em larga escala, invasão, grilagem, arrendamento, parcerias, entre outras, expandindo-se cada vez mais o processo de territorialização “marcado pela ação humana no território expressada pelas manifestações de poder estabelecendo relações de dominação e apropriação” (Araújo, 2016, p. 168).

Portanto, além de modificar o perfil produtivo agropecuário e as relações sociais de produção até então predominantes na Chapada do Apodi, o agronegócio vem contribuindo também para alterar sobremaneira os usos do território, agora a serviço da reprodução do capital. E isso se dá, sobretudo, por intermédio dessas grandes empresas agrícolas, associadas à atuação direta do

Estado, que não medem esforços para fomentar o desenvolvimento e a expansão do agronegócio, demarcando de vez a racionalidade capitalista no campo.

Observa-se que essas empresas se utilizam de diversas estratégias para subjazer as comunidades rurais e os camponeses, estabelecendo profundas modificações no modo de vida desses, implantando a lógica do capital. Além disso, fazem uso de suas tecnologias como formas de explorar cada vez mais os recursos naturais da região, como também tentam maquiagem os inúmeros impactos por meio de estratégias que coíbem as comunidades e mascaram os conflitos territoriais e os impactos socioambientais largamente dispersos pelo território.

Agronegócio, conflitos territoriais e impactos nas comunidades

Os sérios impactos provocados pela expansão do agronegócio na Chapada do Apodi afetam praticamente todas as comunidades que estão ao entorno dessas grandes empresas agrícolas. No entanto, algumas são mais afetadas do que outras, impactos que se manifestam em diversas dimensões, como na agricultura familiar, no modo de vida dos camponeses, na estrutura fundiária, nas relações de trabalho, na saúde dos trabalhadores, na qualidade ambiental e na apropriação da água, descritos brevemente na sequência.

Os impactos na reprodução camponesa envolvem principalmente as disputas por terra e água, pois, desde a chegada dessas empresas, a questão agrária e hídrica tem-se agravado na região, já que os camponeses não conseguem produzir por falta de acesso a esses recursos. Assim, esses produtores acabam cedendo à lógica da empresa, cultivando o mesmo produto que a firma, resultando na reorganização do sistema produtivo de toda a região e reconfigurando a dinâmica de produção observada na agricultura camponesa. Atrelado a isso, ocasiona forte prejuízo ao agricultor camponês que deixa de produzir para si mesmo tornando-se subjugado as empresas no sistema de parceria, controlado mormente pela Frutacor.

Porém, não há somente alterações no sistema produtivo da região, como também há grandes impactos no modo de vida de todas as comunidades camponesas, que foram afetadas gravemente logo no início da implantação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi com o processo de desapropriação. Ademais, com a chegada das empresas, algumas comunidades foram totalmente destruídas, e muitos camponeses foram expulsos direta e indiretamente do

campo, chegando a não retornar para a região. Assim, migraram para outras comunidades ou para a periferia das cidades circunvizinhas em busca de sua reconstrução, como exemplo, para os bairros periféricos de Limoeiro do Norte.

A partir disso, ocorre a separação do camponês do seu meio de reprodução social, a terra, que não é apenas terra de moradia, mas também de produção e reprodução dos camponeses que vivem a partir da agricultura familiar, ocasionando a mobilidade da força de trabalho em busca de emprego nas empresas. Além disso, destaca-se a ampliação das desigualdades sociais, injustiça social e pobreza material e imaterial, como também da prostituição, da violência e do uso de drogas junto com a chegada das empresas do agronegócio, principalmente as que estão instaladas próximas as comunidades, como demonstrado no trabalho de Freitas (2010).

Em relação aos impactos na estrutura fundiária, podemos citar a aquisição legal ou não de grandes extensões de terra como formas de assegurar a expansão do latifúndio e acirramento da concentração fundiária na região, atingindo diretamente os camponeses. Legalmente, ocorre arrendamento das terras e ilegalmente grilagem de terras públicas, bem como invasões de terras e expropriações de camponeses. Desse modo, há uma grande demanda de terras para o trabalho de unidades familiares e para a produção, que não estejam sujeitas a lógica do capital.

Outros impactos estão relacionados às relações de trabalho na região, permitindo a exploração desenfreada a partir da modificação do perfil produtivo agropecuário e das relações sociais de produção até então predominantes, segundo discutem Marinho (2010), Bezerra (2012), Pinheiro (2014) e Freitas (2018), entre outros. Isso acaba provocando a sujeição real e formal do trabalhador camponês ao capital, subordinando-o às empresas em condições precárias e desumanas de trabalho, baixos salários e intensa carga horária, além das estratégias concebidas pelas empresas para coibir e demitir os trabalhadores.

Conforme Freitas (2010), são novas relações sociais e de produção reproduzidas em escalas diversas, sendo caracterizadas principalmente pela relação de subordinação, subjugação no sistema de parceria, a forma mecânica e rígida da divisão de tarefas, a hierarquia das funções, a humilhação durante a jornada de trabalho, a entrada na plantação recém-pulverizada, as crises e os conflitos que levam os trabalhadores a fazer greve nas empresas em busca de melhores condições de trabalho e de assistência em relação aos Equipamentos de Prote-

ção Individual – EPI, mas principalmente em relação as condições de trabalho como alimentação e salário.

Vinculado a esses fatores, surgem os inúmeros impactos na saúde dos trabalhadores e das comunidades que absorvem os problemas trazidos pelo o uso intenso de agrotóxicos pelas empresas, seja por meio do contato direto e indireto dos trabalhadores, seja por meio da pulverização aérea sob as plantações, no qual o vento acaba levando todo o veneno para as comunidades. São problemas graves de saúde pública, como grande incidência de câncer na região, casos de má formação em crianças recém-nascidas, intoxicações e mortes, tanto de trabalhadores quanto de pessoas das comunidades.

Conforme é explicitado nas pesquisas de Rigotto (2011; 2012), há casos de intoxicações agudas por agrotóxicos, efeitos crônicos como as alterações na produção do sangue, como síndrome mielodisplástica, podendo em seu curso evoluir para leucemia mielóide, e ainda há casos em relação ao funcionamento do fígado dos trabalhadores, que vem sendo prejudicado, e abortos espontâneos devido à exposição aos agrotóxicos. São diversos os problemas de saúde gerados depois da expansão do agronegócio na região, principalmente por causa do uso de venenos nas plantações das frutas cultivadas pelas empresas.

Além disso, há também a geração de impactos ambientais e a apropriação da água devido à exploração desenfreada dos recursos naturais e intenso desmatamento, decorrente da expansão do agronegócio, desnudando e fragilizando a biodiversidade da região. Diante disso, provocam a degradação do solo, a contaminação da água para consumo e a poluição do ar por agrotóxicos, entre outros, ocasionando intensos impactos socioambientais oriundos das empresas que visam principalmente a apropriação da terra e da água independente das consequências provocadas para as comunidades.

Portanto, com a chegada das grandes empresas agrícolas, a Chapada do Apodi vem se consolidando como um território de sérios problemas e graves conflitos de ordem ambiental e social, onde as comunidades continuam sendo afetadas pelo agronegócio da fruticultura que trouxe uma nova lógica de produção baseada na obtenção de lucro por meio da destinação de frutas tropicais para outras regiões e países. Isso mostra que a atuação dessas empresas do agronegócio não respeita os direitos dos camponeses e comprometem os recursos naturais da região a partir da inconsequente exploração do ambiente.

As resistências camponesas e a luta por território

Existem diversas formas de resistência e luta por território e contra a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, a exemplo de ocupação de terras, como o Acampamento Zé Maria do Tomé, das greves dos trabalhadores das empresas, de manifestações, audiências públicas, atos, ocupações de prédios públicos e rodovias, da realização da Semana Zé Maria e da Romaria da Chapada etc. Na sequência, destacaremos, sobretudo, o Acampamento e a Romaria, evidenciando a força e a luta dos camponeses que resistem aos imperativos do capital na região.

Partindo das questões e dos conflitos em torno da terra, da água e dos agrotóxicos surge a construção do Acampamento Zé Maria do Tomé, cuja ocupação aconteceu no dia 5 de maio de 2014, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST com o apoio de entidades sindicais, da igreja católica, das universidades e das comunidades rurais como uma forma fortalecer as resistências e lutas camponesas na Chapada do Apodi. Como discute Freitas (2018), para a construção do Acampamento, a primeira ação concreta envolveu a ocupação das terras da segunda etapa do perímetro irrigado do Jaguaribe-Apodi, que estava sendo grilada pelas empresas do agronegócio, como Del Monte, Frutacor e Banesa.

Atualmente há 102 famílias no Acampamento, possuindo cada família sua área de dois hectares destinadas para moradia e para produção de frutas e legumes. Algo bastante apontado por essas famílias é o tratamento desigual dado pelo Estado entre os acampados e as empresas, argumentando que enquanto o Estado age para expulsá-los, alegando que estão ilegalmente na área, este nada faz contra as empresas que invadem as terras públicas, algo que vem ocorrendo muito antes da efetivação do acampamento.

Com base nisso, percebemos a importância do Acampamento enquanto espaço de manifestação na luta pelos direitos dos camponeses e em defesa da vida na Chapada do Apodi, tornando-se também espaço de grandes conquistas e aprendizados. Dessa forma, evidenciamos a atuação dos camponeses junto a movimentos sociais e instituições na organização do Acampamento e da produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, assegurando a resistência, a esperança e a luta por direito a terra, água e território, contrapondo-se a um modelo que visa apenas à exploração desenfreada dos trabalhadores e dos recursos naturais da região.

É importante ressaltar que o Acampamento leva o nome de Zé Maria do Tomé como uma homenagem a esse militante dos direitos das comunidades, que lutava contra a atuação das empresas, principalmente contra o uso dos agrotóxicos na região. Ele começou a denunciar primeiro as invasões das terras pelas empresas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, depois a contaminação e a pulverização aérea. Aos poucos sua luta foi ganhando adesão das comunidades. Porém, o apoio à causa só foi maior após o seu assassinato, no dia 21 de abril de 2010, a mando do agronegócio. A partir disso, Zé Maria acabou virando um mártir na região da Chapada do Apodi, concretizando o que ele declarava em suas falas: “podem me matar, mas não vão calar a minha voz”.

Objetivando manter a luta iniciada por ele, anualmente ocorre a Semana Zé Maria do Tomé, um evento que já faz parte do cotidiano do Baixo Jaguaribe, utilizado como uma ferramenta de luta e resistência frente ao agronegócio e ao grande capital entre as comunidades da Chapada do Apodi e aqueles que apoiam a causa, como instituições, movimentos sociais, professores, pesquisadores, estudantes etc. Além disso, é uma forma também de pedir justiça pelo assassinato de Zé Maria que tanto lutou pelos direitos dos camponeses e das comunidades da região.

Atrelada a essas questões, destaca-se a Romaria da Chapada do Apodi, que ocorre durante a programação da Semana Zé Maria do Tomé, a qual consiste em um momento de fortalecimento da luta e da resistência, em que multidões marcham com o mesmo propósito em defesa da vida, da terra, da água, da democracia, cobrando justiça pelo o assassinato de Zé Maria do Tomé, que foi um grande lutador dos direitos dos camponeses e contra o uso de agrotóxicos que afetam as comunidades da Chapada do Apodi.

Portanto, são resistências como essas que fazem uma grande diferença na vida dos camponeses que continuam lutando contra os imperativos do Estado, a lógica perversa das empresas do agronegócio da fruticultura e a penetração nefasta da racionalidade do grande capital no campo.

Considerações finais

Ao longo do trabalho, buscou-se apresentar uma breve discussão em torno do processo de inserção e expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, perpassando da criação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi à chegada das

empresas agrícolas e o papel do Estado frente a este novo modelo de agricultura que se instalou na região com a pretensão de explorar os recursos naturais, apropriando e dominando o território em busca não só da acumulação do capital, como da efetiva territorialização do mesmo em detrimento dos anseios reais dos sujeitos.

Nesse sentido, é necessário entender também os conflitos que ocorrem entre o agronegócio e as comunidades camponesas da Chapada do Apodi, que lutam diariamente por seus direitos e contra os impactos observados em decorrência da atuação das grandes empresas. Evidenciam-se com isso as principais formas de resistências e reivindicações em defesa das comunidades frente a esse novo modelo de agricultura que se tem expandido na região, revelando a força de um povo que luta por seus direitos e por condições mais dignas de vida.

Dessa forma, é preciso que essa problemática, que envolve a questão agrária da Chapada do Apodi, seja aprofundada e discutida, pois, apesar dos inúmeros trabalhos e pesquisas realizados sobre esta temática, sempre há novas descobertas, desvelando elementos fundamentais que abrangem a expansão do agronegócio, que proporcionam descobrir novas ações e estratégias de atuação das empresas e do Estado. Essas descobertas podem inclusive ser utilizadas como forma de contribuir e fortalecer a resistência camponesa na região, que vem conseguindo atenuar e até mesmo barrar os impactos gerados pelo agronegócio, muitos deles irreversíveis a um curto espaço de tempo, demandando, pois, a continuidade da resistência e, sobretudo, a renovação da esperança por dias melhores.

Referências

ARAÚJO, S. L. **O gosto amargo das frutas nas terras do senhor: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na Região do Baixo Jaguaribe (CE)**. 2016. 148f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CAVALCANTE, L. V. Agronegócio e territorialização do capital no Baixo Jaguaribe/CE. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, XII, Anais... ENANPEGE, Porto Alegre, p. 1-11, 2017.*

CHAVES, L. J.; SANTOS, C. D. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do nordeste brasileiro. **Revista GeoUece**, Fortaleza, v. 2, p. 118-141, 2013.

FREITAS, B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 191f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, B. M. C. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARINHO, A. M. P. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e meio ambiente. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, L. C.; FREITAS, B. M. C.; VASCONCELOS, T. S. L. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: Eduece, 2011.

PINHEIRO, E. M. B. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, R. M. (Org.). **Almanaque do Baixo Jaguaribe**: tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Fortaleza: TRAMAS/UFC, 2012.

FORMAS DE USO DA TERRA E DA ÁGUA: A PRODUÇÃO FAMILIAR NO ASSENTAMENTO FLORESTA, MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CEARÁ

*Maria Cleiciane Soares Lima¹
Naiana Maria Soares²*

Resumo: A produção familiar campesina, enquanto forma de resistência ao sistema capitalista de produção e agronegócio globalizado, é representativa no que concerne ao uso sustentável da terra e da água. Apesar do crescente destaque e interesse pela agricultura familiar no Brasil configurar-se como uma discussão hodierna, essa não é uma categoria recente. Em sua gênese, a agricultura surgiu como fonte de alimentação dos primeiros indivíduos, e ao longo do tempo, pautada na gestão de base familiar, passou a ser principal fonte geradora de renda das famílias campesinas. Destaca-se nesse contexto a agricultura familiar e pecuária desenvolvida pelas famílias em seu assentamento, ilustrando a realidade dos milhares de assentados do país nessa atividade sustentável que consiste em mais do que apenas uma categoria, e sim em uma alternativa viável na preservação da vida.

Palavras-chave: Produção familiar; Assentamento; Reforma Agrária.

Introdução

A geografia, enquanto ciência das espacialidades, em suas múltiplas concepções e categorias de análises, tem papel preponderante no entendimento dos acontecimentos originados a partir das relações de poder que se estabelecem sobre o espaço geográfico.

1 Graduada em Geografia, Universidade Federal do Ceará, cleicianny3b30@gmail.com.

2 Graduada em Geografia, Instituto Federal do Ceará, naiana.maria17@gmail.com.

A exemplo dessas relações de poder, destaca-se a predominância de um dos seus tipos, a apropriação, que historicamente tem sido responsável por diversos e conhecidos conflitos violentos, os quais se engendram na luta pelo acesso a algo que deveria ser comum a todos: terra e água. A análise desses conflitos pode ocorrer através da noção de território, conceito muito ligado à ideia de domínio ou gestão de determinada área, e que, como coloca Milton Santos, é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (Santos, 1994).

À luz dessa perspectiva, é possível a identificação de inúmeras geografias das desigualdades, originadas a partir da concentração massiva de terras e da limitação do acesso à água no estado do Ceará. A entrada do agrohidronegócio no território cearense reforça essa perspectiva ao passo que, estrategicamente instalado nas regiões que dispõem das melhores condições para o desenvolvimento da produção, delimitam o acesso das populações locais a essas terras e água existentes. A dicotomia se observa em regiões como o Vale do Jaguaribe, Ibiapaba e Cariri, as maiores produtoras de frutas para a exportação, mas que, no entanto, também comportam no mesmo território comunidades de agricultores que vivem em situação de vulnerabilidade, estando totalmente à parte desse progresso. Fato esse que nos leva a indagar, questionar e discutir a importância da democratização do acesso à terra e à água.

Nesse cenário, a contextualização com a história da luta pela reforma agrária, a partir do estudo de bibliografia, é ponto de partida no que concerne ao destaque deste trabalho, que corresponde a importância do acesso à terra e água no desenvolvimento social dos agricultores através de um modo produtivo capaz de promover mudanças no padrão de vida considerados bastante significativos, que é a agricultura familiar.

Parte-se de uma perspectiva mais geral, a partir de uma síntese através da qual se desdobra o acontecer da reforma agrária no país, para uma análise mais pontual, destacando o estado do Ceará no desenvolver dessa reforma, na implantação dos projetos de assentamento em suas dificuldades. Destaca-se o estado enquanto potencial desenvolvedor do agronegócio, que corrobora para a continuidade da desigualdade social no campo ao passo que impossibilita o acesso das pessoas ao uso de recursos naturais essenciais à sua sobrevivência enquanto agricultores: a água e a terra.

Finalmente, no cerne da discussão, é centralizada a explanação da agricultura familiar e pecuária desenvolvida em um assentamento de reforma agrária federal do estado cearense. Pontua-se sua relevância no que ratifica a importância do acesso à terra e à água de qualidades para o desenvolvimento social das famílias agricultoras a partir da identificação dos seguintes fatores elencados: a autonomia na geração de renda das famílias com a criação de empregos; desenvolvimento econômico local/regional dos pequenos municípios; inclusão social e de gênero; o fortalecimento da soberania alimentar; preservação do meio ambiente e recursos naturais por se desenvolver de forma sustentável.

Reforma agrária e luta no território cearense

Falar de agricultura familiar requer explicar que a sua continuação e crescente destaque no cenário nacional, enquanto atividade inclusiva e geradora de renda, ocorreu através da viabilização do acesso à terra por meio da reforma agrária. Não se desconhece que a questão fundiária brasileira, há anos responsável por gerar conflitos nas fracassadas tentativas de solucionar os problemas existentes em sua estrutura, caracterizada pela concentração massiva territorial, ainda se arrasta na contemporaneidade em virtude da realização de uma reforma agrária às avessas, contraditória, distorcida em seus objetivos e na sua condução política, meramente reduzida a programas executáveis e sem a participação dos verdadeiros interessados nessa problemática, os agricultores.

Entendida como mecanismo de transformação das estruturas de produção e poder, no qual as classes sociais são as forças vivas que impulsionam esse processo (Martins; Dias, 1994), a reforma agrária, mais que um compromisso do governo federal, deve ser compreendida enquanto ferramenta do exercício pleno da democracia e reparo de injustiça social para com aqueles que historicamente viveram à margem de qualquer política impulsionadora de seu desenvolvimento social.

A dinâmica construtiva da reforma agrária no Ceará obedece a entraves, conflitos e dilemas, e se viabiliza em um contexto de pressões por parte da mobilização dos trabalhadores rurais.

A estrutura de posse e terra no Ceará sempre foi vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento do estado. De acordo com o Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA – o Cea-

rá possuía cerca de 12,4 milhões de hectares para a agricultura, silvicultura e pecuária de um total de 13,8 milhões de hectares de sua área. A maior parte dessa terra se concentrava nas mãos de latifundiários com baixo grau de exploração, levando a uma ociosidade injustificada. Apenas 0,46% dos imóveis (os que tinham área maior do que 1.000 ha) detinham 21% da área total dos estabelecimentos, compreendendo cerca de 2.580.000 hectares. Enquanto que 47,91% (os que tinham área menor que 10 ha) ocupavam apenas 3,85% da área total, abrangendo 460.000 hectares. Foi com base neste diagnóstico que se elaborou o PRRA. Em 1986 cumpriu apenas 40% de sua meta de desapropriação e 39,4% do número de famílias a serem assentadas [...] (Paula, 2007, p. 20).

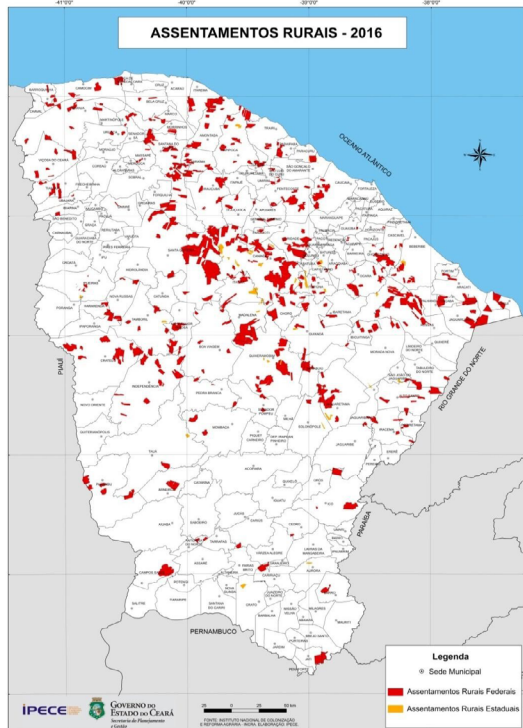
Apesar do não cumprimento de toda a meta de execução do PRRA, pode-se considerar que o Ceará avançou na implantação se comparado ao restante do país nesse mesmo período, que teve apenas 8,6% de área desapropriada e 7,2% de famílias atendidas. E mesmo assim, os números ainda caem significativamente até o final da primeira etapa do plano que ocorre em 1989. No balanço realizado durante esses quatro anos, o PRRA beneficiou 3.094 famílias no Ceará, correspondendo a 6,17% da meta, e desapropriou 125.875 hectares, equivalendo a 8,66% da meta. Essa redução no andamento da reforma agrária pode ser explicada mormente devido aos recuos do governo federal, o qual era responsável pelas desapropriações e portanto, determinava seu ritmo.

O desenvolvimento dos projetos de assentamentos realizados através dos Planos Nacionais de Reforma Agrária – PNRA – comprova que a reforma fundiária é ferramenta essencial na política de desenvolvimento social do país tendo em vista que esta foi e continua a ser responsável pela formação de uma nova configuração do meio rural, fixadora de mão de obra, impedindo o fluxo migratório com a criação de empregos, colaborando com a redução da pobreza extrema e subnutrição por meio da possibilidade de melhorias significativas no padrão de vida, a participação no mercado consumidor, além da produção e oferta de alimentos provenientes da agricultura impulsionando o comércio local/regional, transformando desta forma o meio rural brasileiro em um local próspero na economia, justo socialmente e ecologicamente sustentável com suas formas de produção consciente.

Hoje o estado cearense conta com aproximadamente 457 assentamentos de reforma agrária federais, com uma média estimada de 21.587 famílias assentadas em uma área que corresponde a 916.172,98 hectares de terra, segundo

dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2016). Isso mostra que a reforma agrária cearense estagnou, haja vista que mais de 30 anos já se passaram desde a implantação do seu primeiro plano de reforma agrária, em 1985, e, no entanto, pouco se tem avançado na execução dessa reforma fundiária.

Mapa 01- Distribuição espacial dos Assentamentos Rurais Cearenses



Fonte: IPECE (2016).

Desdobramentos da Agricultura

Da historiografia da agricultura brasileira, desenvolvida pelos agricultores familiares, existe pouco ou quase nenhum registro. Destaca-se com ênfase apenas a grande produção escravista, monocultora e de exportação, exemplificada através do ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café, excluindo o agricultor do seu papel enquanto produtor dessa mesma época. Encontra-se, desta forma, durante toda história, sempre em uma posição secundária e excludente, à margem de qualquer política pública e sem estímulos ao seu desenvolvimento social.

Há que se destacar, no período compreendido entre Colônia e Império, a importância de cinco grupos principais que marcam as raízes da agricultura familiar brasileira: os índios, que no início da colonização foram os primeiros fornecedores de alimento aos colonizadores; os escravos africanos, os quais cultivavam em pequenos lotes de terra como forma de garantir sua sobrevivência; os mestiços, filhos bastardos dos senhores de engenho, que ocupavam terras marginais das grandes propriedades e viviam da agricultura, e ainda se caracterizavam como fornecedores de alimentos para os engenhos e vilas; os brancos não herdeiros, aqueles que não tinham direito à herança, haja vista que apenas o primogênito era herdeiro legal dos fazendeiros em um sistema na época denominado de morgadio; e os imigrantes europeus, trazidos para a formação de núcleos de produção de alimento para abastecimento dos centros urbanos, que mais tarde fracassou, dando lugar ao surgimento de novos agricultores.

No que tange às significativas mudanças observadas nos setores econômicos desde a década de 60, incluindo a atividade agrícola, tem-se as revoluções industriais e tecnológicas como seu motor central. A concomitante modernização na agricultura, responsável por uma reestruturação da produção, da economia e dos lugares, é promotora da exacerbação da apropriação capitalista neste setor, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital, resultando no chamado agronegócio globalizado (Elias, 2013).

O reflexo dessa forma de fazer agricultura apresenta-se baseada nas amplas áreas monocultoras de grãos, em competitividade acirrada, na exclusiva produção de commodities para exportação, um setor totalmente regulado pela economia de mercado em consequência das demandas urbanas/industriais que requer extensivas áreas para manter a larga produção, sua iminente apropriação pelas grandes corporações e multinacionais, principalmente por consequência do fornecimento de insumos modernos, tornando-a dependente da indústria para se desenvolver e moldar-se. E ainda, um modelo produtivo que tem ao seu alcance apoios da conhecida e tradicional bancada ruralista do congresso, e é colocado majoritariamente como atividade insubstituível no que cerne a sustentação da economia nacional.

Todavia, mesmo diante de todas essas transformações no campo, o agricultor familiar seguiu em resistência e encontrou nas lutas do campo o subsídio necessário para se fazer enxergar enquanto protagonista de sua história. Assim, através de movimentos organizados, iniciou a reivindicação de seus direitos.

Por volta da década de 80, no contexto do processo de redemocratização do país, uma nova configuração se desenha, com a retomada da organização dos movimentos sociais do campo. A CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – muda seu foco de atuação, antes voltada apenas para reivindicações trabalhistas, passa a demandar terra e políticas agrícolas específicas, as quais compõem as pautas dos congressos e manifestações. Esse espaço passa a ser também integrado pela emergência de novas organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP), entre outros, que buscam a democratização do acesso à terra, a defesa da água e da energia, propondo uma produção de alimentos saudáveis que seja de acesso à população, inserida no projeto de Soberania Alimentar, e todos, pela construção de um Projeto Popular para o país, guiando novas estratégias produtivas e organizativas e pressionando o Estado por políticas que os incluam no processo de desenvolvimento do país.

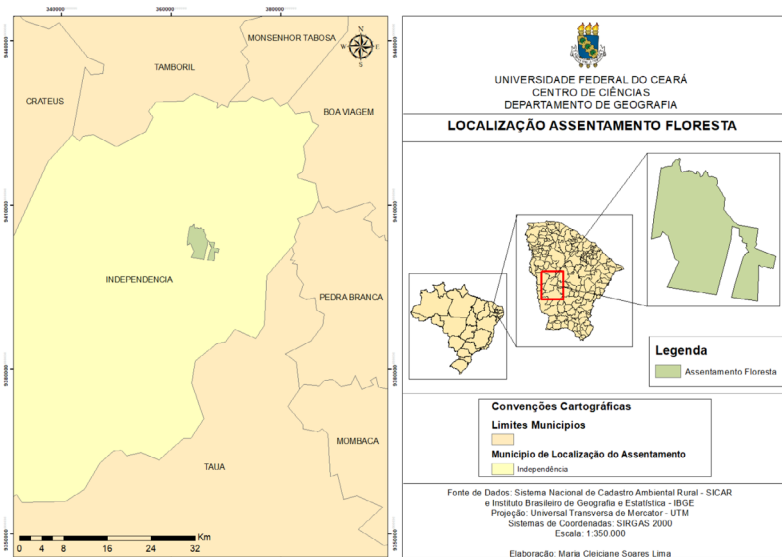
Vislumbra-se nesse contexto a discussão sobre reforma agrária e sua reinserção na agenda política. Com a criação dos projetos de assentamento, criação do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – e a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –, que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores assentados da reforma agrária, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar. É nessa conjuntura que a agricultura familiar resiste, se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade enquanto uma crescente na economia.

Destaca-se como exemplo dessa forma de resistência ao sistema agroexportador de produção, os assentados da reforma agrária do Assentamento Floresta, município de Independência, sertão central cearense. A geração de renda das 45 famílias assentadas é pautada na agricultura familiar e pecuária, retratando a importância da democratização do acesso à terra e defesa ao acesso à água resumida nos principais eixos: a geração de renda e permanência das famílias no assentamento; alimentação saudável e diversificada; inclusão social do trabalho feminino; sua contribuição na preservação dos recursos naturais através do uso sustentável destes. E ainda, através destas atividades, a comprovação de que é possível o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que prime pela conservação da natureza, ao passo que emprega e alimenta milhares de pessoas e simultaneamente desenvolva a economia partindo dos pequenos municípios ao âmbito nacional.

A Agricultura Familiar que resiste

O espaço agrário, em sua diversidade, apresenta-se enquanto ambiente bastante complexo no que diz respeito à múltipla gama de apropriações e agricultores que nele se encontra. Estes em seus diferentes modos de produção e interesses particulares respondem de forma diferenciada aos desafios, imposições e restrições desse universo. É nesse cenário que a agricultura familiar, que se desenvolve nos assentamentos de reforma agrária, se destaca. Correspondendo a toda forma de cultivo cuja gestão, mão de obra e propriedade da terra seja majoritariamente de posse da família, essa é uma atividade que, como já foi explicitado, não consiste em uma categoria social recente (Wanderley, 2001, p. 21). É uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental que é desenvolvida pelos indivíduos desde seus primórdios, e que resistiu e resiste, ao longo do tempo, a todas as formas de deslegitimação. Hoje tem como pilar principal a soberania alimentar, responsável por 70% dos alimentos produzidos no mundo, que mantém 40% das famílias e é duas vezes mais eficaz na redução da pobreza do que os demais setores produtivos.

Mapa 02 - Localização Assentamento Floresta



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A perspectiva em que se norteia essa discussão leva em consideração o recorte de uma área em específico no semiárido cearense, estudada através do contato direto com o território e acompanhamento da execução das atividades

referidas. Apresenta-se nessa perspectiva a agricultura familiar e pecuária desenvolvida pelas famílias de um assentamento de reforma agrária situado no interior do estado cearense, como destaque de uma atividade que ilustra a importância do acesso à terra e água, contribui na geração de renda das famílias, atua como fonte de trabalho que colabora com sistemas alimentares saudáveis e protege o ambiente e gestão dos recursos naturais, haja vista que se desenvolve de maneira sustentável.

O Assentamento Floresta é um dos dez assentamentos de reforma agrária federal do município de Independência, Sertão dos Inhamuns, região central do estado do Ceará. Criado em 26 de maio de 1989, em uma área de 19.532.226 ha proveniente de um antigo latifúndio improdutivo do município, com capacidade para 60 famílias, o assentamento é hoje composto por aproximadamente 45 famílias. Estas têm como principais atividades geradoras de renda a criação de animais, o plantio de grãos – nas roças durante a quadra chuvosa e, no período de estiagem, nas áreas de várzea – e as hortas ou quintais produtivos construídos nas imediações das próprias residências.

Destaca-se na exemplificação da discussão, com a intenção de se obter um detalhamento mais pormenorizado das formas de produção aferidas, uma família do assentamento em específico. Com um quadro familiar composto por seis pessoas, consistindo em quatro mulheres e um homem – todos participantes do processo produtivo em todas as suas etapas –, a família do assentado Antônio Geraldo tem sua renda totalmente oriunda da agricultura familiar em consonância com a criação de animais. A produção dessa família se desenvolve a partir de uma horta, que se situa a poucos metros de sua residência. O principal foco da produção são as hortaliças coentro e cebolinha, devido a sua maior demanda, seguido de duas variedades de pimentas, a pimenta de cheiro e pimenta dedo de moça, todas destinadas para comercialização. No entanto, para o consumo próprio da família, produz-se ainda uma vasta variedade de frutas, como mamão, banana, pepino, melancia, jerimum e acerola, além de ervas medicinais, como boldo, malvariz, capim santo e hortelã. Essa variedade de alimentos é cultivada em aproximadamente um hectare de terra, irrigados durante o período de cheia com água proveniente do açude do assentamento e também do contingente armazenado em uma cisterna de enxurrada de propriedade da família. Nos períodos de estiagem, a irrigação ocorre por meio de um poço profundo e cacimbas. O processo de produção inicia-se com a construção dos canteiros, delimitação do tamanho, abertura do espaço necessário,

seguido da adição de adubo (esterco e material orgânico advindos de restos de plantas) e posteriormente, após o repouso do adubo, ocorre a plantação do coentro e cebolinha. A irrigação, devido às condições climáticas de poucas chuvas, característica do sertão semiárido, é diária, e executa-se duas vezes ao dia. Há ainda remoção das espécies de plantas invasoras, colheita, limpeza e comercialização dos produtos de acordo com a demanda das frutarias da sede municipal.

No que se refere à produção animal desenvolvida, destaca-se a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves, que são destinados principalmente à alimentação da família. Através destes, têm-se, além do abastecimento de leite e seus derivados, ovos e carne para o consumo familiar, fazendo com que, além de tornar desnecessária a compra desses alimentos, haja ainda a alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos através do adubo proveniente dessa criação. Apresenta-se, também como um complemento da renda familiar, a possibilidade de comercialização desses animais, bem como a comercialização do leite e seus subprodutos.

Em toda a dinâmica de produção da referida família e demais famílias do assentamento, há o destaque da expressiva presença de mão de obra feminina em sua rotina diária. Seja na agricultura, com o plantio das roças e quintais produtivos, ou serviços relacionados ao trato e lida com os animais, as esposas, filhas e avós do assentamento correspondem a uma parte imprescindível na execução dessas tarefas no que se refere à dedicação e ao cuidado, sendo consideradas essenciais no progresso das atividades ali desenvolvidas.

Discussões

Visualiza-se, portanto, nesse processo de análise, os seguintes aspectos proporcionados pela pequena produção no assentamento Floresta enquanto potenciais instrumentos de desenvolvimento social, econômico e sustentável: a autopromoção da segurança alimentar das famílias através da produção de uma ampla variedade de alimentos orgânicos saudáveis, livre da presença de agrotóxicos, e produtos de origem animal; a autonomia na geração de renda com a criação de empregos para todos os membros da família, desenvolvendo o comércio local dos pequenos municípios tanto através do fornecimento de mercadorias para comercialização, quanto na transformação desses agri-

cultores em potenciais consumidores; inclusão social, já que há inserção do agricultor, antes marginalizado, na esfera da economia local e regional com a circulação do capital oriundo da comercialização de seus produtos; promoção da igualdade de gênero, haja vista que a mulher tem seu lugar, enquanto produtora, respeitado, rompendo com o padrão secular de subordinação e negação do protagonismo das agricultoras no mundo rural, extinguindo toda e qualquer forma de desigualdade e submissão; e utilização sustentável dos recursos naturais, através de ações como o não uso de agrotóxicos evitando a poluição do solo e mananciais, o combate à cultura das queimadas, o uso consciente da água evitando o desperdício e praticando seu reuso. Assim, o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida (Wanderley, 2002).

Considerações Finais

O debate sobre a agricultura familiar se faz necessário no que se refere à afirmação desta categoria social enquanto instrumento autônomo transformador de realidades. É a partir dessa forma de produzir que surgiu a possibilidade de libertação do agricultor antes explorado. Libertação à submissão ao trabalho escravo dos grandes latifúndios, a necessidade de migração para regiões que ofereciam ofertas sazonais de empregos na agricultura gerada pela grande propriedade, como exemplo as safras canavieiras, de café e de algodão, as quais contribuíam para transformação periódica, e até mesmo permanente na maioria dos casos, do camponês em trabalhador assalariado. A agricultura familiar permitiu que o camponês continuasse a ser camponês, garantindo a autonomia do seu modo de vida na medida em que sua renda passa a ser totalmente oriunda dessa atividade, e a partir dela se concretiza a possibilidade de uma vida digna, com acesso à educação, saúde e moradia de qualidades.

Cada vez mais a agricultura familiar ganha destaque na economia. Hoje no Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo, com um faturamento anual de US\$55,2 bilhões, segundo dados do Banco Mundial e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, além de ser responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos

brasileiros ocupados no campo. E a tendência é que esses números cresçam, com a constante procura por produtos agroecológicos, fruto da preocupação por parte dos consumidores com a qualidade de vida oriunda de uma alimentação saudável.

A agricultura de base familiar é um setor autônomo, que se mostrou capaz de responder às exigências da sociedade e mercado modernos sem se subordinar às novas formas de capital no campo, ou perder os traços característicos de suas raízes históricas, o campesinato tradicional. Ainda, deve-se ressaltar sua gama de impactos positivos, como: a atuação no combate à fome e à miséria, além de sua contribuição fundamental para garantir a soberania alimentar do país, e principalmente ajuda a promover a implantação de um novo modelo desenvolvimento produtivo, pautado pela sustentabilidade. O cultivo dos orgânicos contempla o uso responsável do solo, do ar, da água e demais recursos naturais, haja vista que são produzidos a partir dos princípios agroecológicos, com a utilização de insumos e técnicas naturais como saída para o menor impacto ao meio ambiente.

Portanto, cabe a nós, enquanto representantes da agricultura familiar, trazer para o debate a importância de se discutir esse modelo de produção na atual conjuntura. Diferentemente do modelo de produção desenvolvido pelo agronegócio, o modelo familiar de produção prova ser possível usufruir dos benefícios da natureza sem prejudicar ou desperdiçar esses recursos naturais. A preservação ambiental, através da adoção medidas que minimizem os efeitos da degradação do solo, desmatamento, desperdício e poluição das águas dos mananciais, somados ao combate à fome e à miséria, e contribuição fundamental para garantir a soberania alimentar do país com a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos, mostram que a agricultura familiar prova de todas as formas ser a alternativa que deve receber investimentos, ser ampliada e fortalecida para que esses objetivos sejam atingidos. A nossa concepção de produção, a base e os princípios em que está calcada a agricultura familiar, são únicos, diferenciados, inclusivos e sustentáveis, e a favor da vida, do meio ambiente, da igualdade de gêneros e de oportunidades para os trabalhadores e moradores do campo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.
- ALENCAR, F. A.; **Segredos Íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza, UFC edições, 2000.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. S. Paulo, Brasiliense, 1964. 267 p.
- BARREIRA, C.; PAULA, L. A. M. Os assentamentos rurais no Ceará: uma experiência a ser seguida? *In*: SCHIMIDT, B. V.; MARINHO, D. N.; ROSA, S. C. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. *In*: CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.
- CASTRO, J. **Geografia da fome e o dilema brasileiro: pão ou aço**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. *In*: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.
- EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ELIAS, D. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 13-32. set 2013.
- ESQUERDO-SOUZA, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.
- FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.
- FERNANDES, B. M. Gênese e desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação**, n. 30. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS -IHU- jun. 2018 <http://www.ihu.unisinos.br/579927-agricultura-familiar-do-brasil-8-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. 2015. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reformaagraria/projetos_criados_geral.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

LIBARDONI, M.; SOAREZ, M. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: via perspectiva de gênero**, Brasília: CFEMEA.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, M. D. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará**. Edição ANCA, Outubro, 1994.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2017**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SALES, C. M. V. **Conflitos no feminino: trajetórias políticas de mulheres no campo**. Dissertação (Mestrado) Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SNA. Sociedade Nacional da Agricultura. **Mundo volta suas atenções para a agricultura familiar**. 2014. Disponível em: <http://sna.agr.br/mundo-volta-suas-atencoes-para-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 13 ago. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1995. Mimeo.

WANDERLEY, M. N. B; **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Aula inaugural CPDA/UFRRJ. 2004.

SOBREPOSIÇÃO DE CONFLITOS: A LUTA PELA TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA CAMPONESA NAS COMUNIDADES BAIXIO DAS PALMEIRAS, BAIXIO DO MUQUÉM E BAIXIO DOS OITIS, EM CRATO-CE

Mariana Barros Tavares¹

Joelha Alves da Silva²

Ana Roberta Duarte Piancó³

Resumo: O presente trabalho é resultante da pesquisa de Iniciação Científica – IC URCA/FUNCAP/FECOP, tendo como recorte espacial as comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e do Baixio dos Oitis, que estão localizadas na zona rural do município de Crato- CE. A pesquisa objetiva analisar as relações que circundam as comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis, Crato-CE, com a construção do projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Constatamos que O CAC está ocasionando sobreposição de conflitos, pois se tem o conflito para o acesso à terra e sobrepondo-o surge com o projeto o de acesso à água, sendo assim, os camponeses sentem-se atingidos e resistem ao projeto e os avanços do capital que adentram sem diálogo nas comunidades.

Palavras-chave: Camponeses; Obras Hídricas; Sobreposição de conflitos.

Introdução

O presente trabalho é resultante da pesquisa de Iniciação Científica – IC URCA/FUNCAP/FECOP, tendo como recorte espacial as comunidades Bai-

1 Graduanda do curso de geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista de Iniciação científica PIBIC/FUNCAP/FECOP, Brasil 2018.

2 Graduanda do curso de geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista de Iniciação científica PIBIC/FUNCAP/FECOP, Brasil 2018.

3 Professora do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri - URCA. Brasil 2018.

xio das Palmeiras, Baixio do Muquém e do Baixio dos Oitis, que estão localizadas na zona rural do município de Crato-CE, o qual contém aproximadamente 121.428 pessoas (IBGE, 2010), pertencente à região do Cariri cearense, localizada no Sul do Ceará.

Segundo o Perfil Básico Municipal - IPECE (2015), o município do Crato-CE tem, como características físicas, clima Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Subúmido, tendo precipitação anual de 109,009 milímetros, com período chuvoso de janeiro a maio e temperaturas de 24°C a 26°C, cuja vegetação predominante é Carrasco, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial, Floresta Subcaducifólia, estando localizado na Bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe e Salgado.

De acordo com Brito (2016, p. 187),

Os nomes das comunidades Oiti, Muquém e Palmeiras estão relacionados a árvores nativas da região e a chapada do Baixio faz referência à chapada do Araripe. Essa comunidade está localizada em uma elevação de relevo considerável, de onde se vê boa parte das comunidades.

As comunidades são compostas, na sua maioria, por camponeses e pequenos produtores de baixa renda, muitos dos quais não são donos da terra onde desenvolvem suas culturas e criam pequenos animais. Conforme dados colhidos através da aplicação de questionário com moradores das comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis no ano de 2017 e início de 2018, os produtores são meeiros, parceiros e arrendatários.

Os camponeses que residem nas comunidades trabalham junto com a família no trabalho coletivo, são moradores há pelo menos 50 anos, pagam a renda da terra para produzir, sendo às vezes o pagamento em produto, como sacos de milho ou feijão por tarefa de terra. Quando é paga com milho, a quantidade é de aproximadamente dois sacos por tarefa; já com feijão, o pagamento é de um saco por tarefa de terra, podendo variar o pagamento com capim, palha e/ou dias de serviço nas terras do patrão e/ou de médios proprietários da região circunvizinha. A diferença na quantidade de renda a ser paga ao patrão está relacionada ao valor comercial de cada um e ao tipo de inverno na região, pois caso haja grande quantidade pluviométrica, as plantações darão mais colheitas. A partir disso é que se decide o valor a ser cobrado dos camponeses.

As comunidades aqui estudadas estão sofrendo com a implantação de um projeto do Governo do Estado do Ceará, denominado Cinturão das Águas do Ceará – CAC, no qual a empresa VBA Tecnologia, Serviços e Engenharia S/A ganhou a licitação como prestadora de serviços para realizar estudo e cadastro de famílias nas comunidades da região do Cariri cearense diretamente impactadas com a obra, as quais tiveram que assinar o documento para autorizar o estudo do uso e ocupação da área e posterior cálculo da indenização.

O Projeto Cinturão das águas do Ceará- CAC é um braço/extensão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), que tem dois eixos principais – o Norte e o Leste –, que irão atender, quando concluídas as obras, os municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

De acordo com Brito (2016),

A previsão inicial era de que os 45 m³/s destinado ao Ceará abastecessem o reservatório de Jati, sendo conduzido, mediante canal, ao Rio Salgado, afluente do Jaguaribe, e perenizasse esse rio alimentado permanentemente o açude Castanhão- maior reservatório hídrico do Estado, com capacidade de armazenar 6 bilhões e setecentos milhões de m³ de água. Esse reservatório fornece água para região Metropolitana de Fortaleza – RMF, Polo Irrigado do Jaguaribe e Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP (Brito, 2016, p. 97).

É pertinente destacar que, com a construção do projeto CAC, a direção de água advinda da transposição do Rio São Francisco será modificada, pois, “dos 45 m³/s que seguiriam, diretamente, para o Açude Castanhão, 30 m³/s alimentarão o CAC e os outros 15 m³/s terão o rumo originalmente pensado” (Brito, 2016, p. 98).

Nessa perspectiva, o CAC terá três trechos e seis ramais, sendo o primeiro trecho de Jati a Nova Olinda, percorrendo 153,6 km no sentido Leste - Oeste. O trecho dois seguirá de Cariús a Jaguaribe/Poti, o trecho 3 de Jaguaribe/Poti a Acaraú. Para melhor compreensão, apresentamos o mapa do projeto.

Figura 01 – Mapa de Apresentação do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC)



Fonte: Governo do Estado do Ceará; Secretaria dos Recursos Hídricos. Disponível em: http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf. Acesso em: 04 ago. 2017.

Cabe realçar que as críticas advindas neste trabalho não são contra o projeto em si ou contra a distribuição de água, e sim à forma como são direcionados, de acordo com o modelo de desenvolvimento que o Brasil, o Nordeste, tem proposto para os cidadãos. Sendo assim, criticamos o Estado e sua forma de atuar com as comunidades, sendo-o, com pouco diálogo, mediante invasões de propriedades pela empresa VBA Tecnologia, serviços e Engenharia SA, desmatando áreas preservadas pela comunidade para colocações dos marcos do trajeto do canal, por coesão e por indenizações precárias.

Acreditamos que, se o Estado atuasse de maneira mais clara, objetiva, respeitando as opiniões e direitos das comunidades, realizando audiências, tirando dúvidas dos camponeses, o conflito existiria de forma mais amena.

É latente afirmar que os 14% dos camponeses que responderam o questionário declararam que não sabem nada sobre o CAC; os que dizem que sabem algo afirmaram que somente souberam que o projeto iria passar na comunidade no final do ano de 2009, sem muito detalhamento da obra e de seus impactos.

O primeiro contato com a empresa VBA que ganhou a licitação para fazer o estudo do impacto ambiental e o diagnóstico das pessoas que possivelmente iriam receber indenizações aconteceu em 2010, no qual, de forma arbitrária, técnicos entraram nos terrenos dos moradores sem pedir autorização para colocação de marcos do trajeto da obra nas comunidades ou mesmo para falar do CAC.

De acordo com os entrevistados, os trabalhadores da VBA que davam justificativas, comunicavam que eles, os moradores, iriam ter que sair das suas casas para a obra iniciar, não havendo clareza no tocante às áreas diretamente afetadas, causando receio, apavoramento nos camponeses das comunidades, principalmente, os mais idosos.

Salientamos que, os laços afetivos que unem os produtores à comunidade são grandes, intensificando o conflito, pois a maioria dos moradores nasceu e cresceu na terra. A vivência no lugar é bastante presente, principalmente, na fala dos moradores, por tudo isso, são incontáveis as perdas que irão ocorrer com os moradores dos baixios e com demais comunidades tradicionais que por ventura forem impactados pelo trajeto do projeto.

Objetivos

Propomos a presente pesquisa com o objetivo de analisar as relações que circundam as comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis, com a implementação da obra hídrica, o projeto Cinturão das Águas do Ceará - CAC. Neste sentido, verificamos o acesso à terra e água para os produtores nas comunidades, bem como as políticas públicas acessadas pelos camponeses e os impactos ocasionados, negativos e positivos, nas comunidades, advindos pelo respectivo projeto.

Metodologia

Para a definição metodológica, optamos por pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, na modalidade de pesquisa participante, pois, de acordo com Severino (2016):

O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. Passa a *interagir* com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos... vai re-

gistrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer dessa participação (Severino, 2016, p. 126-127).

Como técnica de pesquisa, utilizamos pesquisa de campo e bibliográfica, por meio de autores que abordam a questão agrária brasileira, posse e acesso à terra e água, como Fernandes (2011) e Stédile (2013), Martins (1991), espaços seletivos que se expandem e se criam com a construção de grandes projetos, sobreposição de conflitos em Brito (2016) e Nobre (2015). Utilizamos questionário com questões abertas e fechadas, aplicadas às famílias dos camponeses da comunidade. Até o dado momento, das 250 famílias pertencentes às comunidades, 40 foram entrevistadas, contabilizando 16% das famílias entrevistadas nas três comunidades estudadas.

Para conhecermos geograficamente os aspectos físicos e sociais, baseando-nos na realidade vivida dos camponeses, realizamos trabalhos de campos nas comunidades, participamos de reuniões nas respectivas associações rurais, e para melhor aprofundarmos os conceitos e relacionarmos cada vez mais a teoria com a prática e vivência, participamos de debates teóricos no Grupo de Estudos de Geografia Agrária - GEA da Universidade Regional do Cariri - URCA, no qual definimos o método de abordagem qualitativa, com análise norteada pela concepção teórica-metodológica-dialética.

Resultados

Constatamos que as obras não foram iniciadas nas comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis. A empresa VBA realizou o estudo e cadastro de famílias diretamente impactadas com a obra, onde tiveram que assinar o documento para o cálculo da indenização.

Sendo assim, a obra no local está um pouco atrasada devido ao movimento de resistência camponesa, que se fez forte na comunidade contra a obra, diferente de outras comunidades no Crato, como no Assentamento 10 de Abril (figura 2), que somente nos dias atuais, fortalecidos pelas lutas e resistência do Baixio das Palmeiras, lutam pelos seus direitos; do mesmo modo no município de Barbalha, onde já foram iniciadas as obras, os moradores sentem as consequências do respectivo projeto, uma vez que já foram desterritorializados. Na imagem a seguir, localizada no Assentamento 10 de Abril – Crato-CE, po-

demos observar o grande desmatamento da natureza, desterritorialização das áreas produtivas, a exemplo da mandala de dona Ana e de quintais produtivos, que já apresentavam excelentes resultados, inclusive, já com a comercialização dos produtos no Distrito de Monte Alverne e na feira agroecológica da Associação Cristã de Base ACB.

Figura 02 - Trecho do Cinturão das Águas do Ceará – CAC no Assentamento 10 de Abril



Fonte: SILVA (2018).

O Projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC objetiva, no discurso do Estado e nos documentos jurídicos da obra, fornecer água para as populações mais carentes e escassas desse recurso no estado.

Porém, nossos estudos sobre obras hídricas no Ceará e em outros estados, bem como nossa vivência nas comunidades atingidas, têm mostrado que o cenário é outro, bem diferente do que se é explanado pelo Estado, pois nossas pesquisas apontam que a maior parcela da população que será beneficiada com o projeto são os grandes latifundiários, e os investidores do agronegócio, principalmente na região do Baixo e médio Jaguaribe, região com a crescente implantação dos perímetros irrigados. Sendo assim, é visível a necessidade de água em abundância para a irrigação das plantações, bem como para a indústria e fornecimento de água para a região metropolitana de Fortaleza, visando atender as necessidades do turismo litorâneo e o Porto do Pecém.

Por tudo isso, é lícito afirmar que a água que perpassará no CAC não ficará disponível para a população que está sendo desterritorializada. Podemos observar, nas áreas pesquisadas, que o CAC passará pelas propriedades rurais, e mesmo com metros de distância das casas, ainda assim causará impacto.

O que queremos expor é bem explanado por Nobre (2015), pois ele nos coloca que,

É visível que grades obras como a Transposição das Águas do Rio São Francisco e o Cinturão das Águas do Ceará tenham uma orientação essencialmente comercial. Outro exemplo é o Açude Castanhão. Antes da obra, as comunidades no entorno utilizavam a água do rio Jaguaribe, hoje são abastecidas por carros pipas. Mas, segundo o Coletivo Nigéria (2013), não falta água para a fazenda melancias da agropecuária Esperança que pertence a um dos maiores grupos econômicos do Ceará. Alguns pequenos produtores rurais até conseguem outorga, 'mais como a instalação da adutora é responsabilidade de quem solicita a outorga os trabalhadores não tem como banca o custo' (Nigéria, 2013) (Nobre, 2015, p. 123-124).

Diante do exposto, as populações retiradas se identificam como diretamente atingidos, e indiretamente os que não irão sair de suas casas, pois irão também sofrer as consequências, como a crescente violência, a entrada de pessoas de fora da comunidade, muito barulho devido às máquinas trabalhando, trânsito intenso devido o passar das máquinas, ônibus com os trabalhadores em direção ao canteiro de obras e o local das construções, como também rachaduras nas residências devido às explosões no local por onde passará a obra.

Destacamos que os camponeses não terão acesso a essa água e, se por ventura tiverem direito, será através de outorgas, ou seja, muitos documentos serão necessários para regulamentação, para então o acesso ao beneficiamento. Portanto, a privatização da água, que já é vislumbrada pelos moradores, é nítido crer que essa água, potável ou não, não será distribuída de graça, e ser for, são poucos milímetros disponíveis.

Atualmente, todas as famílias têm acesso à água para o consumo, seja por cisterna, poço ou pela rede de distribuição de água do município. Para a plantação, o acesso é mais complexo, pois é necessário que haja projetos, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para se adquirir o capital, para então, comprar os materiais necessários, como motores, mangueiras, aspersores, registros, reservatórios de água etc. É relevante destacar que nas comunidades o acesso a essas políticas públicas é baixíssimo.

Enfatizamos que as comunidades acima mencionadas sofrem cotidianamente o conflito pela posse e acesso à terra, já que a maioria não possui a terra de morar nem de plantio, vivendo como moradores, agregados, meei-

ros, parceiros, arrendatários a serviço do dono das propriedades, terras que os camponeses cuidam como se fossem sua, vivem e trabalham nela com grande afeição. Conforme Martins (1991) nos fala, “Terra de Trabalho” passa a ser parte do corpo e da vida do camponês, sem ela sua vida torna-se incompleta, e a partir dela e dos fenômenos da natureza é que o pequeno produtor constrói seus horários, suas vivências.

Nesse contexto, podemos afirmar, a partir de estudos sobre a temática realizados em outros locais do estado do Ceará e diferentes estados no Nordeste, que a implementação de grandes obras hídricas desmantelará as relações afetivas, de convivência, aumentando cada vez mais o individualismo dos moradores nas comunidades.

É lícito afirmar, a obra, como muitas outras implementadas no Ceará, não será suficiente nem eficaz para acabar como a seca no Nordeste, ou melhor, não será capaz de ter um gerenciamento democrático, para então, se ter uma distribuição igualitária dos recursos hídricos para a população que verdadeiramente necessita.

Neste aspecto, concordamos com Nobre (2015) quando esclarece: “Percebe-se claramente que não há uma política democrática e as populações pobres são excluídas, pois a água tão essencial para a vida, pode ser garantida através de soluções alternativas e mais baratas” (Nobre, 2015, p. 124).

Por isso, mencionamos ser necessário conviver com a seca, viver com o semiárido, pois essas condições climáticas de irregularidade pluviométrica, dentre outras, são características de nossa região.

Nesse aspecto, é fundamental criar políticas públicas, mesmo de médio porte, para que fortaleçam a vivência e a permanência do camponês no campo, bem como o beneficiamento dessa população mais carente desses recursos. É preciso ampliar a cultura que gera a vida e não a que destrói.

A partir do abordado acima, é latente afirmar que através de pesquisas e estudos o conflito já existente, que é o do direito à posse da terra, irá acirrar-se, e sobrepondo a este, existirá outro conflito, pelo acesso à posse da água, pois esta, cada vez mais, irá ser privatizada.

Expomos Brito (2016) para compreendermos melhor sobre a sobreposição e acirrarão de conflitos ocasionados por obras hídricas.

Acreditamos que as obras hídricas têm complexificado a questão agrária brasileira, caracterizada por uma estrutura fundiária concentrada e por elevados índices de violência no campo. Constatamos em nossas pesquisas que eles têm ampliado os conflitos no campo, na medida em que se sobrepõe ao ambiente de conflitualidade já existente, colocando novos agentes e sujeitos e confronto, ampliando a questão agrária no país (Brito, 2016.p. 90).

A base do conflito é a falta de terra para os camponeses e o território onde eles estão localizados, território este que é regrado, vigiado. É importante expor que os moradores, principalmente da comunidade Baixio dos Oitis, não podem construir casas de alvenaria, sequer, banheiros de tijolos, já que as casas são feitas de pau a pique, e mesmo nestas condições, destacamos que os moradores se sentem agradecidos, pois como nos falaram, o dono arrenda a terra para eles, para trabalharem e produzir seu sustento, mencionando que há pessoas que têm muita terra e não a disponibilizam. Meditamos claramente que estas relações são advindas de um processo histórico alicerçado na força e coerção, no qual os camponeses são subjugados e alienados.

No tocante, como já abordamos acima, à questão do processo de desterritorialização dos camponeses, que coagidos e alienados aceitaram a indenização, trazemos para a discussão Stédile (2013):

[...] O movimento de conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitante, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é melhor compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (Stédile, 2013, p. 174).

Como apresentado na citação acima, primeiro origina-se o conflito, nesse sentido, direcionamos nosso olhar para as comunidades, vemos o conflito pela posse e acesso da terra seja a mesma de morar ou trabalhar, atualmente concomitante disputando com a entrada e avanço do capital no campo, que se territorializa à medida que desterritorializa os camponeses, que se sentem pressionados, obrigados a saírem de suas casas.

Deixam para trás seus modos de vida, suas vivências, para viverem nas favelas, subúrbios das cidades, com as mínimas condições de vida. Sendo assim, têm a capacidade de se reterritorializarem em outro lugar, porém, perdem os

saberes centenários perpassados de geração em geração, construídos no meio do povo, seja na dança de reis, cantiga de roda, maneiro pau, congo, festa de padroeiro, receita de bolo assado no fogo à lenha, até mesmo o plantio de seu roçado etc., perdendo seus saberes e fazeres. Diante do exposto e com o que pode acontecer com a construção e término do Cinturão das Águas no município de Crato, a comunidade re-existe, especialmente através dos seus próprios fazeres do cotidiano, seja pelos plantios baseados na agroecologia, seja pelas práticas culturais.

De acordo com os resultados alcançados com aplicação dos questionários, as famílias entrevistadas não utilizam agrotóxicos nas plantações, e seus excedentes são comercializados na Feira Agroecológica organizada pela Associação Cristã de Base – ACB, pequena experiência exitosa que vem ajudando os camponeses na comercialização dos produtos. Depois da instalação desta feira, outras começaram a surgir no município, crescendo então a comercialização e propagação dos alimentos agroecológicos e orgânicos no município de Crato-CE.

A formação para os adultos como forma de resistência também está presente através das reuniões das associações das três comunidades, juntamente com reuniões do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais do Município do Crato-CE, bem como Fóruns das associações rurais. Cabe destacar que no último Seminário das Associações Rurais do Baixio das Palmeiras, nos dias 25 e 26 de agosto de 2017, que ocorreu na casa de Farinha da comunidade do Baixio do Muquém, onde se reuniram dezenas de pessoas, refletiram-se os seguintes assuntos: conjuntura política às atualizações sobre o CAC; outras políticas públicas, como o PRONAF; seguro Safra e as sementes distribuídas pelo governo; trocas de experiências e grupos de debates para melhor refletir sobre as relações atuais que circundam a comunidade e todo o país, conforme ilustra a figura 3.

As práticas culturais das comunidades do distrito Baixio das Palmeiras também se fortaleceram, como as músicas, as danças, como o maneiro pau, a culinária, como a continuidade da realização da farinhada, na comunidade Baixio do Muquém, na única casa de farinha que resiste aos avanços do capital no distrito Baixio das Palmeiras, dentre outros aspectos que se unificaram e fizeram força diante do poder centralizador e coercitivo do Estado, consolidando então o campesinato na comunidade.

Figura 03 - Seminário das associações rurais do Distrito Baixo das Palmeiras



Fonte: TAVARES (2017).

Considerações Finais

Após o período de análise, estudo possibilitado pelo projeto de iniciação científica - IC URCA/ PIBIC/FUNCA/FECOP, foi possível verificar que a implementação do Cinturão das Águas do Ceará – CAC está acirrando conflitos, sendo assim, apontamos o quanto é importante o estudos das relações que envolvem a questão agrária brasileira, bem como o impacto das grandes obras hídricas, a qual pudemos realizar a pesquisa a partir da análise da compreensão e ótica dos sujeitos, para o bem dos lugares e daqueles que estão sendo pesquisados.

Verificamos o quanto as pessoas estão sofrendo devido à construção da presente obra, seja pela preocupação em relação à perda da identidade cultural, seja por terem que passar por todo o processo de saída de suas residências e serem obrigados a construir uma casa nova, uma nova vida, sem ao menos saberem se o valor da indenização disponibilizado pelo Estado será equivalente para adquirir o terreno e construir outro imóvel.

Constatamos que a presente obra está trazendo para as comunidades mais transtornos do que benefícios. Através das visitas e trabalhos de campos reali-

zados nas comunidades, foi possível diagnosticar que os moradores não estão satisfeitos com a obra, e sim preocupados pelo que possa acontecer com suas propriedades e com as suas famílias. Sendo assim, a obra torna-se um fato negativo aos que se consideram impactados, diferente da perspectiva do Estado, que acredita beneficiar as comunidades e os camponeses.

Diagnosticamos o processo de desterritorialização dos camponeses nas comunidades, onde este já está presente, entre aqueles camponeses que já assinaram o documento para receberem a indenização, bem como os que possivelmente irão ser retirados de suas casas, perdendo então os vínculos afetivos com o lugar de vivência, os seus saberes e fazeres.

No tocante, a resistência camponesa é um dos pontos fortes, que alicerça e fortalece as colunas dos vínculos entre os camponeses e comunidades, lutam para reexistir, batalham para não serem enquadrados e subordinados na dinâmica que perpassa as relações do capital, que aliena e esconde os pequenos produtores, expropriando-os, de acordo com os seus interesses, os quais somente pensam no lucro que irão obter com a construção, término e funcionamento desses megaprojetos.

Referências

- BRITO, A. C. R. **Águas para que(m):** grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2016.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência, a questão política no campo.** 3ª ed. São Paulo, editora Hucitec, 1991.
- NOBRE, F. W. **Baixio das Palmeiras:** Apontamentos Geográficos, Culturais e Historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.
- PERFIL BÁSICO MUNICIPAL - CRATO-CE, 2015. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2015/Crato.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.
- STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 70** o debate na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão popular. 2013.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** Editora Cortez, 2016.

ESCATOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E OS CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO CEARÁ

Sebastião Félix Pereira¹

Francisco Amaro Gomes de Alencar²

Resumo: A importância deste estudo consiste na ampliação do debate sobre emancipação de assentamentos rurais e os dilemas envolvendo os conflitos por terra e água no Ceará. Objetiva identificar normativas e legislações agrárias que fundamentam a emancipação dos assentamentos rurais e identificar a gênese e os conflitos por terra e água envolvendo as comunidades camponesas, as empresas particulares, o capital e o agronegócio cearense. A metodologia parte de pesquisa bibliográfica, documental e textos elaborados pelo MST e CPT. Os resultados apontam que a partir de 2016 as leis agrárias estão sendo modificadas para atender aos interesses do agronegócio e do capital. Com a emancipação dos assentamentos a tendência é haver aquecimento do mercado de terras, bem como ampliação dos conflitos por terra e água no Ceará, a partir das alterações nas leis que extinguem os direitos sociais conquistados nas lutas.

Palavras-chave: Assentamento; Emancipação; Conflitos.

Introdução

A importância da realização deste estudo consiste na tentativa de ampliação do debate sobre emancipação de assentamentos rurais, proposta pelo Estado brasileiro, e suas implicações futuras no estado do Ceará. Este debate ganha visibilidade na questão agrária cearense em função do contexto sociopolítico em que passa o país, diante dessa onda neoliberal marcada por cortes e retirada de direitos sociais conquistados nas lutas dos movimentos sociais e pastoral.

1 Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. segeo1@hotmail.com.

2 Professor Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

As terras dos assentamentos rurais são importantes não só para produzir alimentos por meio da agricultura familiar camponesa, mas também manter esses camponeses produzindo e morando no campo. Nesse sentido, o que está em jogo é o futuro das terras que foram conquistadas pelos camponeses em luta, bem como sua posse, uso e controle pelas famílias camponesas assentadas. Ademais, este trabalho aborda também os dilemas envolvendo a gênese e os conflitos por terra e água mediante o avanço do agronegócio, das empresas particulares e do capital sobre os territórios ocupados pelas comunidades camponesas cearenses.

Nessa lógica, os objetivos deste trabalho são identificar as normativas e legislações agrárias que fundamentam legalmente a emancipação dos assentamentos e identificar a gênese e os conflitos por terra e água no Ceará envolvendo as empresas particulares, o capital, o agronegócio e as comunidades camponesas.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida neste trabalho é resultado de reflexões tecidas a partir de leituras de mundo realizadas neste contexto sociopolítico brasileiro, marcado pelas mudanças e eliminações de um conjunto de direitos sociais conquistados pelos movimentos sociais frente ao domínio excludente do Estado brasileiro sob forte orientação neoliberal.

O recorte espacial de análise é o território do Ceará, e a pesquisa desenvolvida neste artigo tem caráter qualitativo, de modo que as reflexões aqui elencadas visam fundamentalmente apontar inquietações não só com relação ao futuro das terras dos assentamentos rurais, mas também com os territórios ocupados pelas comunidades tradicionais camponesas. Os procedimentos metodológicos utilizados foram delineados a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de textos elaborados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) que representam as principais resistências ao efetivo domínio do capital e do agronegócio no campo.

A herança política do Governo Fernando Henrique Cardoso

A questão agrária é interpretada como sendo a análise das condições de uso, posse e propriedade da terra na sociedade. Esses três elementos da questão agrária possuem características diferentes, ainda que complementares. Cada sociedade tem uma forma específica de se apropriar e utilizar os bens da natureza e organizar a produção agrícola conforme o atendimento de suas necessidades sociais. Segundo Caldart (2012):

A posse da terra refere-se a quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele [...] E a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso (Caldart, 2012, p. 643).

A concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, empresas e/ou instituições dá o tom dos problemas enfrentados pelos camponeses em suas lutas pela reforma agrária. Esses interesses de classes divergentes e antagônicos geram conflitos e mortes no campo, contudo, as vítimas são quase sempre os camponeses. A pressão dos latifundiários e a omissão do Estado brasileiro em não realizar uma reforma agrária no país têm contribuído para a existência dos movimentos sociais na atualidade.

Nesse sentido, a luta de classes no campo brasileiro existirá até que se resolva a questão agrária histórica, ou seja, a redistribuição de terras para os camponeses que precisam morar, trabalhar e produzir alimentos saudáveis para alimentar as populações rurais e urbanas. Conforme Bergamasco e Norder (1996), enquanto essa transformação política não ocorrer, os camponeses sem-terra decidem ocupar as áreas improdutivas para pressionar o Estado brasileiro a realizar a distribuição da terra por meio da reforma agrária.

A utilização das desapropriações de terras improdutivas para atendimento da função social da terra tem como fundamento o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição Federal de 1988. Essas são as bases legítimas defendidas pelos camponeses, movimentos sociais, sindicais e pastorais. A falta de acesso à terra aos camponeses é um dos mais graves problemas sociais do campo no Brasil.

De acordo Martins (1994), a raiz dos conflitos entre proprietários e camponeses reside na negação à classe trabalhadora do acesso aos meios de produção pela classe capitalista. Nesse sentido, as ocupações de terras ocorrem como respostas dos movimentos sociais à omissão do Estado brasileiro em não realizar a reforma agrária. Como resposta as pressões sociais, o Estado brasileiro utilizou a política de assentamentos rurais como forma de implementar o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985.

Conforme Alencar (2005), o assentamento é aquele que teve como origem e formação o mecanismo da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, cujos beneficiados com a terra, ele os considera como assentados.

A reforma agrária via implantação de assentamentos, por meio da desapropriação por interesse social, apresenta fortes elementos que direcionam para o seu final. Uma evidência disso foi a estratégia utilizada pelo governo federal, em 2016, ao priorizar a titulação definitiva dos assentamentos. Ademais, o agronegócio, o capital nacional e o internacional pressionaram o acirramento da agenda neoliberal, que juntamente com o Acórdão do Tribunal de Contas da União, nº 517/2016-0 bloqueou o repasse de recursos voltados à reforma agrária (Paulino, 2017).

Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 75-76), todas essas questões não podem ofuscar o fato de que a questão da terra está permeada “pelas relações de força entre as classes sociais, e que o Estado pode até atuar como um mediador entre elas, mas apenas em breves momentos históricos deixou de servir aos grandes proprietários” de terras. Após a virada do continente americano para o neoliberalismo na década de 1990, a política fundiária do Estado brasileiro praticamente tem sido acionada nos momentos em que os conflitos se aproximam da barbárie.

De maneira mais sistemática as discussões sobre o processo de emancipação de assentamentos rurais ganharam destaque a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 - 2003), que procurou criar mecanismos para que os assentamentos rurais fossem desvinculados da tutela do Estado. Nesse momento, o país estava imerso em uma forte onda neoliberal, enxugamento da máquina pública, privatizações e mudanças na política agrária e agrícola.

Em 1997 o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) lançou o “Projeto Emancipar”, como justificativa alegou que os assentamentos rurais nunca

foram emancipados, isso quer dizer que permanecem desde sua criação, sob a tutela do governo federal, por intermédio do Incra. O objetivo dessa proposta do governo FHC era

assegurar a todo cidadão beneficiário do programa de reforma agrária o direito à sua independência econômica. Os assentamentos serão considerados em condições de emancipação, quando a sua capacidade de receber famílias estiver esgotada, sua situação dominial definida, seus serviços e obras básicas executados ou em execução e a comunidade integrada, social e economicamente, às economias local e regional (Cardoso, 1997, p. 21).

A partir de 1999, com o Programa Novo Mundo Rural (Brasil, s/d), encerra-se o uso do conceito de emancipação nas publicações normativas do Incra. Esse conceito torna-se sinônimo de consolidação, e a partir desse momento passa a figurar nos documentos oficiais do Estado brasileiro com o sentido de emancipação.

Os procedimentos técnicos e administrativos para o processo de emancipação dos assentamentos encontram-se regulados pela Norma de Execução nº 9, de 06 de abril de 2001. No artigo 4º, estabelece que a Superintendência Regional deverá elaborar relatório e Parecer conclusivo com relação aos bens e serviços aplicados que complementem o diagnóstico de evolução dos assentamentos, bem como a indicação das ações complementares como titulação, destinação de remanescentes, cujas providências e prazos serão estabelecidos para emancipação dos assentamentos.

Em 2017, com a publicação da Lei nº 13.465, criou-se um retrocesso no que tange ao cumprimento dos critérios que visam à consolidação dos assentamentos estabelecidos pela Norma de Execução de 2001. Conforme parágrafo 6º da referida Lei, independentemente da implementação dos requisitos exigidos para consolidação dos assentamentos, considera-se consolidado o assentamento que atingir o prazo de 15 anos de sua implantação, salvo por decisão fundamentada do Incra (Brasil, 2017). Os parágrafos sétimo e oitavo estabelecem:

§ 7º Os assentamentos que, em 1o de junho de 2017, contarem com quinze anos ou mais de criação deverão ser consolidados em até três anos (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017).

§ 8º A quitação dos créditos de que trata o § 2o deste artigo não é requisito para a liberação das condições resolutivas do título

de domínio ou da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), autorizada a cobrança da dívida na forma legal (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017).

A proposta de emancipação dos assentamentos do Estado brasileiro demonstra estar configurada no intuito de livrar-se do acompanhamento administrativo e jurídico dos assentamentos rurais, como fica evidente no artigo 17 da referida lei, no qual o fator “tempo” agora é o requisito principal para emancipar, de forma definitiva, os assentamentos rurais.

Com a emancipação, qual o destino final das terras dos assentamentos no Ceará?

Embora a titulação definitiva seja um preceito constitucional, há regulamentos estabelecidos pelo Incra que normatizam o processo de titulação das áreas de assentamentos. A titulação definitiva das terras dos assentamentos está diretamente relacionada às fases de desenvolvimento dos assentamentos estabelecidas pelo Incra.

Segundo Rocha (2013), a fase refere-se ao nível de consolidação dos assentamentos e obedecem a uma escala que vai de 3 a 7, sendo 3 o nível menos consolidado e 7 o nível mais consolidado. Na fase 4, inicia-se o processo de instalação do assentamento, em especial, o assentamento das famílias que já vivam no local; na 5, a estruturação dos assentamentos por meio de infraestruturas (água potável, energia elétrica e estradas); na 6, o assentamento está em consolidação; e na 7, o assentamento é considerado consolidado. Para os assentamentos que atingirem a fase 7, pode significar a emissão do título definitivo de propriedade para as famílias, isto é, a emancipação. O que determina a transição de uma fase à outra é o conjunto de políticas públicas (habitação, estradas, água, luz, crédito) acessadas pelo conjunto de famílias beneficiadas em cada assentamento, conforme estabelece a Norma de Execução de 2001.

De acordo com o Incra (2016), a situação dos assentamentos federais no Ceará, até 22 de julho de 2016, em termos de evolução das fases de desenvolvimento que levam à consolidação e emancipação, está representada no quadro 1. Do total de 414 assentamentos rurais federais implementados no Ceará, existem 23 (5,55%) que já estão consolidados, 215 (51,93%) que se encontram

em fase de consolidação e outros 97 (23,42%) ainda em fase de estruturação e efetivação dos elementos normativos.

Quadro 1 - Fases de desenvolvimento dos assentamentos rurais – Incra – CE, 2016

Fases dos assentamentos		Ceará (n ^o)	Ceará (%)
Fase 3	Criado	61	14,73
Fase 4	Em instalação	18	4,34
Fase 5	Em estruturação	97	23,42
Fase 6	Em consolidação	215	51,93
Fase 7	Consolidado	23	5,55
Total		414	100%

Fonte: Incra, 2016.

Não foram identificados assentamentos situados nas fases 1 e 2, o que demonstra a paralisação na política de desapropriação de terras para reforma agrária no estado do Ceará. Ademais, dos 414 assentamentos rurais, 238 estão nas fases 6 e 7, portanto, já aptos a serem desvinculados da tutela do Estado. Caso a emancipação dos assentamentos federais no Ceará seja realizada pelo Estado brasileiro, uma grande extensão de terras deverá ficar sob controle das famílias camponesas.

No quadro 2, é possível demonstrar o número total dos assentamentos federais no Ceará, as áreas totais e famílias contempladas, além das médias de famílias por assentamento e hectares por famílias, organizados sistematicamente por estratos de áreas.

Quadro 2 – Assentamentos federais no Ceará, divididos por estratos de áreas, Incra, 2016

Área/Hectares	Assentamentos				Famílias		Média	
	N ^o	%	Área	%	N ^o	%	Fam./Assen.	Ha/Fam.
1 a 500	22	5,31	7.782,5777	0,87	326	1,57	14,81	23,87
501 a 1.000	95	22,94	75.049,5315	8,48	2.023	9,78	21,29	37,09
1.001 a 2.000	148	35,74	209.463,5241	23,68	4.940	23,90	33,37	42,40
2.001 a 5.000	121	29,22	365.512,5474	41,32	8.548	41,35	70,64	42,76
5.001 a 10.000	24	5,79	159.224,7186	18,00	3.687	17,83	153,62	43,18
Acima de 10.000	4	0,96	67.506,8161	7,63	1.144	5,53	286	59,00
Total	414	100	884.539,7148	100	20.668	100	49,92	42,79

Fonte: Incra, 2016.

Essa forma de organização dos dados possibilita constatar a imensa quantidade de terras reformadas que poderão ficar sujeitas ao mercado imobiliário

capitalista, caso a titulação definitiva seja outorgada aos assentamentos rurais no Ceará. No Ceará, são 148 assentamentos (35,74%) com áreas entre 1.000 e 2.000 hectares de terras, isto é, cerca de 209.463,5241 hectares (23,68%) da área total. O segundo dado que chama atenção é o estrato de 2001 a 5000 hectares de terras com 121 assentamentos (29,22%), que ocupa 365.512,5474 (41,32%) da área total. Esses dois estratos juntos somam 269 (64,96%) dos 414 assentamentos federais criados no estado Ceará até 2016.

Percebe-se que apenas 24 assentamentos abrangem 18% das áreas reformadas no Ceará. Outro aspecto relevante para análise ocorre quando é dividido o total de 20.688 famílias pelos 414 assentamentos, cujo resultado é uma média de 49,92 famílias. Da mesma forma, quando é dividido o total de áreas (884.539,7148) pelo número total de famílias (20.668), obtém-se uma média de 42,79 hectares por famílias em cada assentamento rural.

Diante desses dados apresentados nesta seção e analisados, percebe-se que o destino final das terras dos assentamentos no Ceará ainda é uma incógnita, embora a emancipação seja uma realidade em potencial, uma vez que a Lei nº 13.465/2017 determina que todo assentamento com 15 anos ou mais de existência terá que ser emancipado da tutela do Incra.

Conflitos por terra e água no território cearense

A partir da década de 1990, face à intensificação do capital no campo, ocorre a territorialização do agronegócio no Ceará por meio de modernas técnicas de produção, instalação de grandes empresas agrícolas, agroindustriais e expansão das monoculturas.

Segundo Cavalcante (2017, p. 5):

Dentre os setores do agronegócio cearense que mais se sobressaem destacamos a produção intensiva de frutas tropicais, que ocupam amplas áreas irrigadas, sejam elas públicas e/ou privadas. O destaque vai sobretudo para as produções de frutas como melão, coco, banana, melancia e mamão, além da castanha de caju, que passaram a ser cultivadas também por grandes empresas agrícolas e agroindustriais, em milhares de hectares e utilizando importantes aportes de capital, tecnologia e trabalho.

O autor analisa a territorialização de duas grandes empresas do agronegócio no Ceará. A primeira é a Ducoco, que atua em municípios do litoral oeste, notadamente nos vales dos Rios Curu e Acaraú, além de Itapipoca, Itarema e Camocim. Essa empresa está envolvida em uma série de disputas fundiárias, como invasões de terras indígenas e camponesas nas comunidades indígena dos Tremembé e nos Assentamentos Maceió e Lagoa dos Mineiros. A segunda é a Frutacor, que atua, sobretudo, nos perímetros irrigados de Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas com produção de bananas voltadas ao mercado nacional e internacional.

Essas empresas do agronegócio cearense estão envolvidas em uma série de questões fundiárias, com destaque para a invasão de terras nos perímetros irrigados públicos federais e nas comunidades tradicionais que residem no litoral cearense.

De acordo com o quadro 3, ocorreram no Ceará em 2016, seis conflitos por terra envolvendo um total de 1.063 famílias. No município de Acaraú, litoral oeste do Ceará, ocorreu o conflito da empresa do Ducoco envolvendo 60 famílias da comunidade tradicional Quilombola Córrego dos Lús, por ameaça de apropriação das terras quilombolas. Já em Aracati, litoral leste, o conflito envolveu a empresa particular de Carcinicultura, com 150 quilombolas residentes na comunidade do Cumbe. Já em Itapipoca e Itarema, litoral oeste, a empresa Espanhola Nova Atlântida envolveu-se num conflito na disputa pelo território indígena da comunidade Tremembé formada por 130 indígenas.

Quadro 3 - Conflitos por terra no Ceará – 2016

Municípios	Lugar	Data	Família	Categoria	Situação
Acaraú	Com. Quilombola Córrego dos Lús	30/01/2016	60	Quilombolas	Ameaça de apropriação
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	08/12/2016	150	Quilombolas	Ameaça de apropriação
Itapipoca/ Itarema	T. I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	09/12/2016	130	Indígenas	Ameaça de apropriação
Maracanaú/ Pacatuba	T. I. Pitaguary/Emp. Britaboa	19/03/2016	573	Indígenas	Ameaça de apropriação
Santana do Acaraú	Fazenda Canafistula	18/04/2016	100	MST	Ocupação
Alto Santo/Iracema/ Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	15/08/2016	50	MAB	Acampamento
Total	6 Conflitos				1.063 famílias

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016.

Outro conflito por terra ocorreu na Região Metropolitana de Fortaleza, nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, cuja disputa pela terra envolveu a comunidade indígena Pitaguary com a empresa Britaboa. Ademais, ocorreram também ocupações e retomadas de terras pelo MST na fazenda Canafístula, em Santana do Acaraú, região norte do Ceará.

Observa-se, portanto, que todos esses conflitos têm como raiz a disputa pelo controle sobre a terra, o território em disputa, seja pela resistência das comunidades quilombolas e indígenas contra o avanço das empresas do agronegócio, seja pelos camponeses acampados em áreas de construção de barragens, seja pelos acampados e assentados que buscam conquistar terras ou resistir nas que já conquistaram.

O fato é que, com a ascensão de Michel Temer ao poder, o aprofundamento da contrarreforma agrária e a privatização das terras dos assentamentos rurais, através da titulação definitiva, a perspectiva é que isso venha a acender o mercado de compra e venda de terras no Ceará e, junto a isso, os conflitos sociais. Com a titulação e emancipação dos assentamentos, essa problemática tenderá a ser intensificada, de modo que, de posse dos títulos definitivos das terras em mãos, os camponeses assentados poderão resistir unidos contra as investidas famintas do capital e do agronegócio no campo cearense.

De acordo com Silva (2016), no Ceará as querelas por terra acompanhadas pela CPT são as mais comuns e caracterizam os conflitos fundiários nesse estado desde tempos pretéritos. Contudo, até a década de 1990, os conflitos envolvendo as disputas por água não eram registradas de modo separado nos documentos da CPT, conforme ocorria com as ocupações envolvendo prosperidades improdutivas. Ainda conforme a referida autora.

Até a década de 1995 a 2004, os dados sobre os conflitos por água não aparecem sistematizados no “Caderno de conflitos no campo Brasil”. Isso não se dá por causa da inexistência de conflitos de natureza hídrica, mas também em decorrência da metodologia utilizada pela publicação que até então não fazia diferença entre conflitos por terra e por água (Silva, 2016, p. 90).

No entanto, hoje, o caderno de conflitos publicado anualmente pela CPT traz as informações separadas envolvendo os conflitos por terra e também por água. Os dados apresentados no quadro 4 revelam que no Ceará os conflitos ocorridos em 2016 deram-se tanto por causa dos empreendimentos hídricos,

como barragens, quanto por implantação de usinas eólicas para produção de energia, além do avanço da carcinicultura.

Quadro 4 - Conflitos por água no Ceará – 2016

Municípios	Lugar	Data	Família	Causa/ conflito	Situação
Alto Santo/ Iracema /Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	15/08/2016	50	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de carcinicultura	19/04/2016	135	Uso e preservação	Diminuição do acesso a água
Beberibe	Resex da Prainha do Canto Verde	07/12/2016	225	Apropriação Particular	Ameaça de apropriação
Total	3 conflitos	410 famílias			

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016.

Conforme o quadro 4, ocorreram no Ceará três conflitos por água envolvendo 410 famílias. Em Alto Santo, Iracema e Potiretama, os conflitos fundiários se deram com a construção da Barragem do Figueiredo, envolvendo 50 famílias. A permanência do problema social envolvendo essas famílias deve-se à omissão do Estado em não reassentar as famílias que foram prejudicadas com a construção dessa barragem.

Já em Aracati, os conflitos ocorrem com a comunidade tradicional do Cumbe, onde residem 135 famílias, a partir do avanço da carcinicultura sobre os territórios quilombolas. Essa prática acarreta danos ao meio ambiente e leva, conseqüentemente, ao excesso de consumo de água importante para a sobrevivência dessa comunidade tradicional em Aracati. É nesse sentido que emergem os conflitos, não só por terra, mas também pela água.

Em Beberibe, os conflitos envolvem, além da questão da água, o processo de apropriação particular, que avança sobre a Resex da Prainha do Canto Verde. Nesse território residem 225 famílias tradicionais, cujas áreas estão sujeitas ao avanço da especulação imobiliária e das empresas de implantação de parques eólicos.

Como geradores de conflitos em 2016 estão a construção de barragens, o avanço das empresas particulares da carcinicultura e a geração de energia eólica (Silva, 2016). Ademais, há outros fatores recorrentes quando se trata da ocorrência de conflitos por água no Ceará, dentre eles: a falta de acesso aos recursos, a apropriação da água e da terra, o cercamento dos açudes, a apro-

priação dos territórios, os deslocamentos compulsórios, a prioridade do uso da água para o agronegócio e a exploração do trabalho (Silva, 2016).

Estas situações revelam, portanto, o emaranhado de relações sociais que expressam relações desiguais de apropriação dos recursos naturais, seja terra, seja água ou mesmo os territórios ocupados pelas comunidades camponesas.

Considerações Finais

Com este artigo, pretendeu-se identificar as normativas e legislações agrárias que fundamentam legalmente a emancipação dos assentamentos, assim como identificar a gênese e os conflitos por terra e água no estado do Ceará envolvendo as empresas particulares, o capital, o agronegócio e as comunidades camponesas. As discussões sobre o processo de emancipação dos assentamentos começaram nos governos de FHC e se intensificaram a partir de 2016, com Michel Temer. Esses governos neoliberais promoveram alterações nas leis agrárias com o intuito de livrar-se da responsabilidade em manter os assentamentos rurais e a continuidade das políticas públicas.

Dentre o instrumental jurídico da reforma agrária, foi identificado o Estatuto da Terra de 1964, a Constituição Federal de 1988, a Norma de Execução de 2001, a Instrução Normativa de 2006, a Lei 13.465/2017 e o Decreto 9.311/2018, além do Projeto Emancipar de 1997, e o Programa Novo Mundo Rural de 1999. As alterações nas leis agrárias trazem implicações quanto ao futuro e ao controle social das terras públicas a partir da outorga dos títulos definitivos aos assentados. Isso abre precedentes para que o agronegócio em contínua expansão incorpore parte significativa dessas terras ao seu modelo de produção. Essa tentativa de incorporação já vem ocorrendo através de ameaças de apropriação de terras nas comunidades camponesas tradicionais cearenses.

Com a expansão territorial do agronegócio e do capital sobre os territórios das comunidades camponesas, a tendência será a ampliação cada vez maior dos conflitos seguidos de expropriação, violência e mortes. Esses conflitos têm suas gêneses nas disputas por terra e água no território cearense, notadamente envolvendo as comunidades camponesas em suas lutas de resistências pela manutenção de seus territórios, bem como na defesa dos recursos naturais contra a apropriação e avanço do agronegócio, das empresas particulares e do capital no campo.

Entre os conflitos identificados no Ceará, em 2016, estão incluídas várias categorias de camponeses, entre elas: os quilombolas, os indígenas, os atingidos por barragens e os sem-terra. Essas populações historicamente excluídas e expropriadas têm sido foco das alterações nas leis que extinguem seus direitos sociais conquistados historicamente por meio de suas lutas e resistências.

Referências

ALENCAR, F. A. G. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Fortaleza: PPGAS/DCSF/UFC, 2005.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. C. A. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2017.

BRASIL. **O Novo Mundo Rural**. MDA, Incra, Brasília, s/d.

CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CAVALCANTE, L. V. A expansão do agronegócio e os impactos da atuação do capital no campo. *In: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral*. Fortaleza, maio de 2017.

CARDOSO, F. H. **Reforma Agrária: compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia, 2016.

INCRA. Norma de Execução nº 09, abril de 2001. Dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de abril de 2001.

INCRA. Sistema Nacional de Informações de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (Sipra). **Relatório 0227 de 22/07/2016**. Brasília: Incra, 2016.

MARTINS, M. D. **Os Desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: BNB, 1994.

PAULINO, E. T. A liquidação das terras públicas no Brasil: contextos, pretextos e passivos territoriais em face da lei 13.465/2017. **Revista Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 37, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2017.

ROCHA, H. F. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil**. 2013. 242f. Dissertação (Mestrado): Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias. São Paulo: 2013.

SILVA, R. **Comissão pastoral da terra Ceará: uma geohistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. 206 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

O CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ – CAC, NA COMUNIDADE POÇO DANTAS EM CRATO-CE: AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA OBRA

Victor Breno Silva Belém¹

Francisco Wlirian Nobre²

Resumo: A seguinte pesquisa é fruto da bolsa de iniciação científica – IC URCA/FUNCAP/FECOP e tem como objetivo analisar o contexto em que será aplicado o Cinturão das Águas do Ceará – CAC, na comunidade Poço Dantas, em Crato-CE. A pesquisa parte do pressuposto de que a obra não será um projeto viável para os moradores das pequenas comunidades, e sim, uma saída central para o problema de abastecimento dos grandes produtores, sejam eles das indústrias de fruticulturas ou do setor de mineração, que vem ganhando força no estado do Ceará. A água, que em tese deveria ser para o abastecimento de todos, na realidade irá servir como base para esses produtores: tal afirmação ganha força mediante as negociações autoritárias impostas pelo estado/empreiteiras aos moradores das comunidades atingidas, fato que foi constatado no período da pesquisa em campo.

Palavras-Chave: Obra; Comunidades; Água; Grandes produtores.

Introdução

A presente pesquisa é fruto da bolsa de iniciação científica – IC URCA/FUNCAP/FECOP e procura estabelecer uma visão crítica aos fatos decorrentes da Transposição do Rio São Francisco, fazendo um recorte estadual/regio-

1 Licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri - URCA.

2 Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Pós-graduado em Geopolítica e História-Geografia. Graduado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Professor da Rede Estadual do Ceará. Integrante do GEA - Grupo de Estudos em Geografia Agrária da Universidade Regional do Cariri - URCA pesquisando na área de Geografia Agrária atuando nas seguintes temáticas: Conflitos territoriais hídricos, Comunidades Tradicionais e Agroecologia.

nal da obra. A parte da obra que iremos abordar na pesquisa será o primeiro trecho do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, mais especificamente na comunidade de Poço Dantas, na cidade de Crato-CE. A abordagem histórica-social servirá de base para toda a área pesquisada.

O projeto do Cinturão das Águas do Ceará foi concebido seguindo a macrodiretriz de distribuição das vazões transpostas do Rio São Francisco às principais bacias hidrográficas do Ceará de forma gravitária. As alternativas foram formuladas e consolidadas perseguindo-se o objetivo de transporte da água sem a necessidade de bombeamento (Secretaria de Obras Hidráulicas – SOHIDRA).

A comunidade de Poço Dantas, distrito de Monte Alverne, em Crato-CE, está na rota do Cinturão das Águas do Ceará, que é fruto de uma das maiores obras em atividade no território brasileiro, a transposição do Rio São Francisco. A obra, de enorme magnitude, que percorre vários estados nordestinos, como a Bahia, Pernambuco e Ceará, foi dividida em vários trechos referentes basicamente a cada estado. No Ceará, o Cinturão das Águas do Ceará – CAC é um braço da transposição que percorre boa parte do estado, tendo início no Sul cearense, onde está localizado o Poço Dantas (Região do Cariri), indo até as proximidades da região metropolitana de Fortaleza.

O contexto do CAC que se aplica no Cariri é controverso e até mesmo autoritário, vide as negociações rasteiras e ditatoriais entre estado/empreiteiras e as populações atingidas pela obra, que ficam à mercê de toda e qualquer condição que lhes são impostas. A contradição é visível perante o discurso imediatista e, em tese, “progressista” que o governo propaga; o tal “progresso” que o CAC trará à região é nebuloso, pois, em determinados pontos em que áreas de preservação ambiental estão localizadas, a devastação será eminente. Além disso, é notório o escárnio que algumas comunidades de raízes indígenas (como é o caso do Poço Dantas) estão sendo submetidas; comunidades seculares serão removidas de suas terras, sem ao menos terem acesso ao debate direto sobre o assunto.

Historicamente, no Cariri suas comunidades nativas foram alvos de atos que sempre as prejudicaram, sendo esses chancelados pelos governos, e inicialmente, pelas famílias advindas da Bahia e de Pernambuco, que aqui foram incumbidas de se estabelecerem e colonizarem o sul cearense. Nos primórdios, a criação de gado foi o carro-chefe dessa colonização na região, seguida pela

plantação de cana-de-açúcar, já que a Chapada do Araripe proporcionava ao Vale do Cariri uma abundância hídrica. Foi a partir desse momento que se intensificou o extermínio dos nativos e a concentração do poder, das terras e de todos os recursos naturais abundantes nesta parte do Ceará. Esses costumes, que excluíram os nativos, atravessaram séculos e acabou por mudar de cara: se antes era em um contexto regional, a partir do século XX, no decorrer das décadas e com todos os acontecimentos históricos acontecendo no mundo (como o fim da União Soviética) e o avanço do capitalismo, principalmente no final da década de 80 (com maior vigor depois das políticas neoliberais do governo de Tasso Jereissati), o que se viu foi uma sofisticação do ideal de “progresso” capitalista, mercantilizando tudo, inclusive a água.

O estilo de governar era imperial: recebia poucas pessoas, esnobava solenidades; trabalhava à noite; não aceitava convite para as festas, casamentos; não lia jornais; não respondia as críticas; olhava a sociedade por cima dos ombros; não despachava com seus secretários (Mota, 1992, p. 110).

O CAC é o exemplo perfeito das políticas neoliberais que prestigiam a ilusão de avanço social que é vendido aos nordestinos, usando de um apelo emocional que se aplica à lógica de que a água é para uso de todos. No entanto, o que se nota, na prática, é outra realidade, em que comunidades como a do Poço Dantas são tiradas da discussão direta sobre os efeitos da obra. Diante de tudo o que foi exposto, analisando o contexto histórico/social do Cariri, surgem algumas perguntas que a pesquisa nos trouxe: como uma região com um bom potencial hídrico, como é o caso do Cariri, fica refém de um projeto de proporções faraônicas onde até mesmo o seu meio ambiental será comprometido? A redundância dessa pergunta está visível diante dos fatos que a pesquisa nos mostrou.

Objetivos

A seguinte pesquisa tem como base a análise dos fatores histórico-sociais decorrentes do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, na comunidade de Poço Dantas, em Crato-CE. O intuito é a analisarmos o contexto em que a obra está sendo conduzida e seu valor operacional para toda a sociedade que será atingida, buscando entender a real viabilidade dos recursos do CAC para a comunidade.

Metodologia

Os recursos metodológicos usados na pesquisa foram divididos em partes: a primeira fase foi baseada em leituras programáticas, que serviram de base teórica para todo o desenvolvimento da pesquisa. Por se tratar de um tema abrangente, mas ao mesmo tempo com pontos específicos que necessitavam de um recorte regional, as leituras foram feitas de acordo com as etapas estipuladas, desde uma visão mais ampla do contexto da transposição do Rio São Francisco até o contexto cearense, com base no Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Posteriormente às leituras, algumas idas ao campo foram feitas tomando, como ponto de partida, conversas informais visando colher informações sobre a memória histórica do local pesquisado. O embasamento inicial foi feito em relação à historicidade do Poço Dantas, que é uma comunidade com raízes indígenas. Esse ponto foi determinado e trabalhado com o intuito de basear no autoconhecimento da comunidade enquanto descendentes dos índios Kariri sua colocação social e seu estabelecimento como povo nativo daquela terra.

Após o estudo das obras bibliográficas e as visitas ao local pesquisado, a análise sobre as causas e os efeitos do CAC na comunidade de Poço Dantas, em Crato-CE, foram sendo delineadas de forma consistente. O contexto histórico de toda a colonização da região do Cariri cearense serviu de *link* para a análise da problemática causada pela obra na região. A maneira excludente como o Estado pauta suas discussões é a prova disso: os povos nativos sempre foram tirados dos diálogos em relação a qualquer tipo de intervenção em seus territórios naturais, e agora, com o projeto do CAC, não é diferente.

Resultados

A pesquisa é fruto da bolsa de iniciação científica – IC URCA/FUNCAP/FECOP, cujo trabalho foi desenvolvido desde fevereiro de 2018 e seguiu sendo aprimorado de acordo com os dados que foram apresentados constantemente no contexto da área pesquisada. O enfoque da pesquisa é analisar os efeitos sociais do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, na comunidade de Poço Dantas, em Crato-CE.

A comunidade de Poço Dantas está na rota do CAC, e tal fato é alvo de questionamentos perante a sua pauta de escassez hídrica e a forma como a

comunidade vem sendo tratada durante todo o período de negociações sobre a retirada das famílias que serão atingidas. O Poço Dantas é uma comunidade de raiz indígena (os moradores da comunidade são descendentes direto dos índios Kariris), e a luta por consequência é maior ainda para a comunidade citada, pois além da problemática social que a obra por si só já é incubada, o contexto étnico de autoconhecimento como povo indígena só potencializa a necessidade por uma luta conjunta dos moradores.

Constatamos, durante o período de pesquisa a campo, uma angústia entre os moradores do Poço Dantas em relação ao não apoio de quase nenhuma entidade social para eles, no início da excussão do CAC nas terras que hoje já estão sendo trabalhadas pela empreiteira responsável pelo trecho que por lá irá passar. Podemos ver um exemplo de luta e resistência articulada no distrito de Baixio das Palmeiras, também em Crato-CE. Por lá, o governo encontrou uma resistência muito bem organizada, fazendo com que a obra fosse, pelo menos, barrada no citado distrito. Em várias localidades da região do Cariri, a obra vem avançando e consumando o cronograma esperado. Podemos perceber o atual estado do CAC no Assentamento 10 de Abril na figura 1.

Figura 02 - Trecho do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, no Assentamento 10 de Abril, em Crato – CE



Fonte: Belém, 2018.

O que pode ser ver, em todas as comunidades que foram e serão atingidas pela obra, é uma tática sorrateira do Estado e das empreiteiras com a população: as negociações são, por muitas vezes, abusivas e até mesmo ameaçadoras, como relatou o Sr. Antonio em uma das conversas informais no decorrer da pesquisa.

“A advogada deles disse que se a gente não aceitasse do jeito que eles queriam, era pior, porque de qualquer forma a obra iria passar. Ofereceram bem menos do que minha terra valia, e até hoje não recebi tudo. Ainda estou esperando.”

A tônica das negociações é essa. O contexto do CAC no Cariri se faz nocivo para comunidades como a do Poço Dantas, que no momento está refém de uma obra que será devastadora para com a história deles, pois o deslocamento da população de suas terras para locais completamente fora do contexto natural deles é autoritário e não está aberta ao diálogo. A estrutura histórica dos descendentes dos índios Kariri na comunidade de Poço Dantas está seriamente ameaçada pela iminente chagada do “progresso” à região. Contudo, a luta é diária e está longe do fim.

Considerações Finais

Após o período de pesquisa à situação do Cinturão das Águas do Ceará, na comunidade de Poço Dantas, em Crato-CE, constatamos a real problemática causada pela obra: uma série de conflitos por terra foi desencadeado na região do Cariri cearense após o início da construção de parte do CAC. A maior dificuldade que os moradores enfrentam é a exclusão deles dos debates diretos sobre a viabilidade do projeto.

A não abertura para o diálogo mostra a verdadeira face da obra, a qual, por meio de um marketing que beira ao apelo emocional, tenta cativar os moradores das pequenas comunidades a não resistirem à chegada do “progresso”. Esse apelo se potencializa mais ainda por ser o nordeste uma região com longos períodos de estiagem, fazendo com que grandes períodos de secas assolem a vida dos nordestinos. Isso é usado pela propagando do estado para justificar a construção desse projeto de proporção faraônica.

Por ser uma pesquisa que ainda estar sendo desenvolvida, ou seja, sujeita a mudanças que fatos novos possam proporcionar, optamos por fazer uma análise do contexto atual do CAC no Cariri. Notamos que a visão do Estado perante todo o caos que a obra vem proporcionando é o mesmo que é tomado há séculos: a visão de colonizar povos e terras permanece pairando no nosso estado. A luta contra as forças que detêm o arsenal financeiro e midiático é

densa e, por muitas vezes, cruel com essas pequenas comunidades que precisam bater de frente com esses poderes.

A obra vem agindo na comunidade pesquisada com uma sobreposição a tudo e a todos, fazendo com que os moradores se perguntem quando tudo isso acabará. Em alguns casos, o CAC vai passar a menos de 5 metros das casas, como no caso da residência de Dona Ana Avelino, exposta na figura 02.

Figura 02 - Casa de Dona Ana Avelino, na comunidade de Poço Dantas, em Crato – CE



Fonte: Belém, 2018.

Após todos os levantamentos bibliográficos e as excussões à área pesquisada, a necessidade de empoderamento da população em relação a sua terra e a seu patrimônio histórico só ficou mais imprescindível para nós, pesquisadores. A relação de resistência é vital para que a memória histórica dos índios Kariri não morra ali, ou seja, levada pelas águas do CAC para bem longe de tudo e de todos.

A nossa pesquisa, que é fruto da bolsa iniciação científica – IC URCA/FUNCAP/FECOP, terá continuidade e seguirá a mesma linha de análise baseada na configuração histórica e territorial da região do Cariri cearense. A busca por resposta para a atual conjuntura dessas obras está sendo elucidada também pelo apoio de leituras sobre a historicidade das comunidades atingidas, como é o caso do Poço Dantas, que tem na sua estrutura a contribuição da resistência que remonta a época de seus ancestrais que aqui habitavam.

Referências

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m)**: grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2016.

NOBRE, F. W. **Baixio das Palmeiras**: Apontamentos Geográficos, Culturais e Historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

ROCHA, G. S.; SOARES, V. O. Resistência e participação dos movimentos sociais na construção de grandes barragens no Nordeste. *In*: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, Vitória da Conquista - BA, p. 1-11, **Anais... VIII Encontro Baiano de Geografia**, Vitória da Conquista, 2011.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

CONFLITOS AGRÁRIOS NAS “TERRAS DO BEM VIRÁ”

Matheus Machado Silva¹

Resumo: Este presente trabalho intenta realizar uma análise sobre a problemática de conflitos agrários. Para esta pesquisa, procuramos analisar a situação vivenciada no estado do Pará. No que diz respeito ao referencial teórico adotado pela pesquisa, foram realizadas intensas consultas bibliográficas em artigos, sites, revistas, livros etc. que abordam a referida temática. São discutidos no desenvolvimento da produção textual os fatores desencadeantes da referida problemática e, através de dados teóricos e estatísticos, percebe-se o contínuo aumento da violência, da grilagem e da impunidade no estado do Pará, que resulta inevitavelmente no surgimento de conflitos. Conclui-se que os objetivos da pesquisa ainda não foram totalmente alcançados levando-se em consideração que a pesquisa ainda se encontra em fase de andamento, tendo sido elaborado somente este artigo.

Palavras-chave: Conflitos Agrários; Impunidade; Violência.

Introdução

A intenção deste trabalho é realizar uma análise sobre a problemática estampada por meio dos conflitos agrários no estado do Pará. A temática de Conflitos Agrários vem sendo bastante discutido na atualidade e infelizmente pouco retratado no meio acadêmico, promotor de uma reflexão fantástica sobre a cruel dinâmica impregnada nos conflitos agrários e a constante necessidade de lutar por uma Reforma Agrária justa e consciente. O tema retratado é extremamente relevante e necessita ser amplamente estudado para que assim estes conflitos possam ser continuamente debatidos e denunciados intentando para que a sociedade possa enxergar essa cruel realidade e lutar de maneira possível para que tão catastrófico quadro possa vir a ser solucionado ou ame-

1 Licenciado em Geografia, UEMG, matheus.machado20@outlook.com.

nizado. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2012 conceituou conflitos agrários da seguinte forma:

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produções. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. [...] Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto (Comissão Pastoral da Terra, 2012, p. 119).

Sabe-se que o estado do Pará constantemente passa por agravantes conflitos agrários, em que posseiros, gatos e grileiros oprimem os trabalhadores lhes privando quase que totalmente dos seus direitos e, ainda, além de tudo, ocupando indevidamente de terras que não são suas. Muitos trabalhadores imigram para estes locais em busca de trabalho e voltam para suas cidades de origem mortos ou até mesmo considerados até hoje desaparecidos. Os fazendeiros ameaçam os trabalhadores que se estes os denunciarem serão mortos. A saudosa religiosa norte-americana, Dorothy Stang, foi cruelmente assassinada com seis tiros por pistoleiros contratados por gatos e fazendeiros por denunciar as mazelas ocorrentes no setor latifundiário no Pará por meio do trabalho escravo e também pela apropriação de terras devolutas.

Irmã Dorothy, americana, naturalizada brasileira, foi assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005, devido seu enfrentamento com madeireiros, latifundiários e políticos da região, por sua adesão à causa dos trabalhadores rurais (das minorias). Ela incomodou os interesses dos grandes latifundiários que na tentativa de calar a sua voz e suas reivindicações, por meio de um consórcio de 50 mil, contrataram pistoleiros para acabar com sua vida. A Missionária morreu com seis tiros em meio à floresta amazônica, dentro da área do PDS Esperança. (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) projeto que ela vinha defendendo desde 1995, trabalho que ocasionou a sua morte (Lima, 2013, p. 11).

As questões norteadoras da pesquisa são algumas como estas: Será possível uma real solução para os conflitos agrários no estado do Pará? Até quando

estes trabalhadores serão constantemente oprimidos? A chacina de Eldorado dos Carajás também exemplifica a presença destes em território brasileiro. O trabalho desenvolvido pelos fiscais do trabalho e agentes pastorais é relevante, mas insuficiente. Os fazendeiros dizem não serem assegurados em seus direitos, mas será que eles acham que os trabalhadores estão sendo valorizados em seus direitos? Sem receber nada e ainda expostos a condições degradantes é calamitosa a situação destes nas fazendas do Pará. O correto para a solução destes conflitos seria a Reforma Agrária, mas infelizmente, o governo busca favorecer os grandes fazendeiros e não os pequenos trabalhadores.

No Pará tem muito mais trabalhador maranhense do que paraense. No documentário “Nas terras do Bem Virá” o peão José relata que no Maranhão as dificuldades financeiras são maiores levando-os assim a procurar melhores condições de vida no Pará, o que se trata de uma mera utopia. Segundo este, os que levam estes trabalhadores para o Pará prometem benefícios como trabalho fichado, melhoria de condições de vida, salários bons, o que não passa de uma grandiosa farsa. Dizem que os patrões lá são muito bons. Estes passam anos sem retornar para seu lugar de origem, passando pelas mãos de diversos intermediários como os gatos, fazendeiros etc. Simonetti (2009) reflete sobre as duas faces de violência nitidamente presentes no campo sendo a primeira caracterizada por todo o ato violento contrário à luta pela terra e a segunda pela exploração trabalhista onde os trabalhadores são escravizados. Nem dinheiro para retornar as suas terras de origem estes têm.

Os conflitos pela posse e propriedade da terra, presentes em todas as regiões brasileiras, são marcados pelas mais variadas formas de violência. Os dados indicam que a violência no campo tem, sobretudo, duas faces mais evidentes: uma relativa à expropriação, na qual a violência baseia-se em assassinatos, expulsão das famílias das terras, o que indica uma ação sistemática contra as formas de luta pela terra; a outra se refere à diretamente à exploração do trabalho, seja porque os trabalhadores não recebem os direitos trabalhistas a que têm direito, seja porque são explorados em condições análogas às encontradas em formas de trabalho escravo (Simonetti, 2009, p. 27).

Objetivos

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação enfrentada pelo Pará através dos conflitos agrários inter-relacionando esta aos fundamentos embasados na disciplina de Geografia Agrária a partir de uma pesquisa teórica. Como objetivos específicos, listam-se os seguintes: Constatar a real necessidade de reforma agrária no estado do Pará, levando-se em consideração a problemática de conflitos agrários presente neste; relacionar as constatações obtidas através da pesquisa com os fundamentos explanados pela Geografia Agrária e sugerir a produção de outros trabalhos como estes que retratem tal temática ainda pouco valorizada através do meio acadêmico.

Metodologia

O estado do Pará é formado por 144 municípios. A pesquisa retrata a realidade agrária do estado do Pará, localizado em território brasileiro, com área equivalente a 1.247.954.666 km², sendo a sua capital Belém. O clima da respectiva localidade é equatorial, destacando-se a sua diversificada vegetação. Com o crescimento do agronegócio, os trabalhadores ficaram suscetíveis aos conflitos agrários, em que se observa um grupo dominante que se achando superior oprime um grupo dominado.

No que diz respeito ao referencial teórico adotado pela pesquisa, foram realizadas intensas consultas bibliográficas em artigos, sites, revistas, livros etc. que abordam a referida temática. Os cadernos Conflitos no Campo Brasil, publicados pela CPT, foram de excelente consolidação, tanto para análise de dados teóricos quanto estatísticos, intentando melhor analisar a temática trazida pela presente pesquisa. O documentário “Nas terras do Bem Virá” dirigido por Alexandre Rampazzo, que retrata a realidade paraense, também pode ser elencado como material primordial para a realização desta pesquisa.

A primeira etapa realizada foi a pesquisa bibliográfica, permeada por consultas bibliográficas em materiais que abordem a referida temática. Analisando diferentes pontos de vista, propôs-se analisar a problemática estampada na figura dos conflitos agrários no estado do Pará. A segunda etapa se tratou da análise do documentário “Nas terras do Bem Virá”, que enfaticamente retrata a realidade agrária paraense. A terceira etapa se deu na elaboração deste presen-

te trabalho. A quarta etapa alude à análise de gráficos e tabelas representantes da pesquisa.

Foram analisados dados qualitativos e também quantitativos. Os dados quantitativos encontram-se presentes em representações estatísticas, e os qualitativos, em representações humanas. A presente pesquisa também pode ser classificada como explicativa por identificar os fatores que determinam e também contribuem para a ocorrência dos conflitos agrários no estado do Pará.

Resultados

Ao assistir ao documentário “Nas Terras do Bem Virá”, percebe-se que até mesmo crianças são aliciadas pelos gatos e colocadas em regime de trabalho escravo em fazendas do Pará. Mulheres com crianças recém-nascidas também passam por este doloroso processo. Quando os trabalhadores querem ir embora, os gatos e fazendeiros dizem que estes estão devendo para eles e só saem de lá após pagar suas contas. As fazendas do Pará podem ser comparadas a verdadeiros cativeiros. A Comissão Pastoral da Terra, sindicatos e centros de defesa realizam importante trabalho, recebendo tais denúncias, buscando solucionar problemáticas tangentes ao que se conceitua por conflitos fundiários. O documentário “Nas terras do Bem Virá” demonstra enfaticamente a complexidade dos conflitos agrários em território brasileiro. Passando frio e fome, é lamentável a situação destes trabalhadores escravizados em estados como Pará, Amazonas, Piauí e Maranhão. Muitos destes trabalhadores vivem em condições subumanas. Em um caderno, o gato registra o nome dos trabalhadores aliciados e a faixa de terra trabalhada por estes. Sabe-se que o grande empregador é o dono da fazenda, porém, o gato também passa a ser seu cúmplice ao aliciar trabalhadores para suas fazendas.

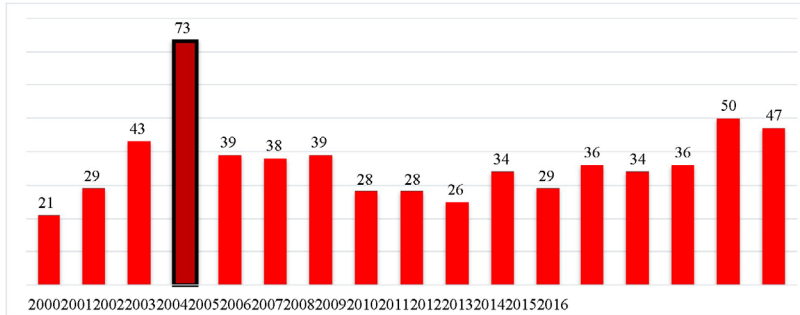
O número de assassinatos (36) e tentativas de assassinatos (56) mantém alto e também concentrado em alguns estados: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia. Esses quatro estados respondem por 66,66 % das mortes ocorridas em 2014. O Pará é também o estado onde mais ocorreram tentativas de assassinato (cerca 50% das ocorrências), seguido de Minas Gerais (12,5%). As ocorrências de pistolagem (17.695) aparecem em todo o Brasil, mas também estão concentradas: 49% na região Norte, com destaque para o Pará e 27,50%, no Nordeste, com primazia do Maranhão. Essas duas regiões, somadas, são responsáveis por 76% dos casos (Comissão Pastoral da Terra, 2014, p. 213).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2014), atualmente 295 pessoas, entre elas, Dom Pedro Casaldáliga, estão ameaçadas de morte, sendo que 199, ou 67% delas, encontram-se na Amazônia Legal. Para a Comissão Pastoral da Terra (2012), existe uma grande preocupação em território amazônico quanto ao impacto que os grandes projetos do Governo Federal e as Pequenas Centrais Hidrelétricas estão gerando aos centros urbanos como exploração sexual, impactos às comunidades tradicionais ribeirinhas. Os conflitos fundiários também estão presentes nesta perspectiva. A pobreza, o tráfico de mulheres e o trabalho escravo em diversas localidades brasileiras aumentam catastróficamente.

Para o renomado geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a longa marcha do campesinato brasileiro, se analisada historicamente, percebe-se que a luta camponesa quase sempre foi sangrenta, na qual sempre se presenciou a expulsão dos camponeses e também alguns vestígios de expropriação capitalista. No Brasil, nota-se que o desenvolvimento contraditório advindo do capital rentista tanto favorece a expropriação quanto o retorno dos camponeses a terra. A luta dos camponeses é intensa, objetivando o retorno, a entrada e a permanência a terra. Mesmo lutando ferrenhamente contra a expulsão, essa “brava gente” continua resistindo e marchando nessa gloriosa luta. Oliveira sempre foi defensor dos movimentos camponeses como o MST, denunciando as atrocidades cometidas pelo latifúndio sempre em suas obras. O massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrente no estado do Pará, o indignou profundamente. No gráfico 01 a seguir, percebe-se um aumento quanto aos assassinatos ocorrentes no campo em território brasileiro nos últimos anos, contabilizando ao longo século XXI, até ao ano de 2016, 629 assassinatos de lideranças de movimentos sociais camponeses. Esta comparação ocorreu entre os anos de 2000 e 2016, salientando que somente nos primeiros meses de 2017 foram constata-das 40 mortes por conflitos agrários no Brasil, destacando-se a chacina de Pau D’Arco, ocorrente no Pará, vitimando dez trabalhadores.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. (Oliveira, 2007, p. 153).

Gráfico 01 - Assassinatos no campo brasileiro (2000-2016)



Fonte: CPT, 2015.

O padrão da impunidade no Pará, sem sombra de dúvidas, é bem mais preocupante do que o padrão de violência. As inúmeras chacinas ocorrentes no estado do Pará nas últimas décadas são preocupantes (tabela 01) e demonstra enfaticamente a conivência do poder do público com a “quadrilha do agrogonégio” atuando conjuntamente com a impunidade. Inúmeros pistoleiros e mandantes envolvidos em assassinatos brutais ocorrentes por conflitos agrários no Pará não sofreram nenhum tipo de punição. Os assassinatos dos líderes sindicalistas e de todos aqueles defensores dos direitos humanos podem ser assim considerados como assassinatos seletivos com o claro objetivo de enfraquecer a luta dos sindicalistas e trabalhadores pela Reforma Agrária. Apesar das ameaças, essa impunidade necessita ser denunciada, e este presente trabalho intenta, por meio de suas páginas, também denunciar tal cruel injustiça.

A impunidade é mais um agravante neste quadro de violência contra a pessoa no campo. Além dos responsáveis pelos crimes não serem penalizados, é construído um sentimento de atemorização da população em função da impotência das autoridades. Temos que considerar o caráter institucional da violência no campo. Isto se deve principalmente à repressão do Estado, especialmente da segurança pública frente às lutas das populações pobres. A interpretação de leis que elevam a propriedade privada acima do direito à vida sustenta ações dos poderes que colocam o aparato público a favor do latifúndio e contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais (Paula; Nóbrega, 2009, p. 4).

Tabela 01 - A violência no estado do Pará

CASOS	ANO	NÚMERO DE MORTES	PROCESSO
Chacina Dois irmãos- Xinguara	Junho 1985	6	Sem processo
Chacina Ingá- Conceição do Araguaia	Maior 1985	13	Sem processo
Chacina Surubim- Xinguara	Junho 1985	17	Sem processo
Chacina Fazenda Ubá- São João do Araguaia	13 de junho de 1985 a 18 de junho de 1985	8	Há 20 anos em tramitação
Chacina Fazenda Princesa- Marabá	28 de setembro de 1985	5	Há 19 anos em tramitação
Chacina Paraúnas- São Geraldo do Araguaia	10 de junho de 1986	10	Sem processo
Chacina Goianésia- Goianésia do Pará	28 de outubro de 1987	3	Processo desaparecido
Chacina Fazenda Pastorisa- São João do Araguaia	06 de agosto de 1995	3	Há 10 anos em tramitação
Massacre de Eldorado dos Carajás	17 de abril de 1996	19	Apenas dois comandantes condenados
Chacina da Fazenda Picadão- Água Azul do Norte	1996	5	Há 9 anos em tramitação
Chacina Fazenda São Francisco- Eldorado dos Carajás	21 de agosto de 1996 a 04 de janeiro de 1997	5	Sem processo
Chacina Fazenda Santa Clara- Ourilândia do Norte	13 de janeiro de 1997	3	Há 8 anos em tramitação
Chacina de Morada Nova	10 de junho de 2001	3	Há 4 anos em tramitação
Chacina de São Félix do Xingu	04 de outubro de 2003	8	Há 3 anos em tramitação

Fonte: CPT, 2004.

Há uma multidão de desaparecidos e viúvas no estado Pará. As famílias não têm nem a mínima noção de onde estejam enterrados muitos dos trabalhadores que lá morreram. Maria, irmã de um peão assassinado, relata em “Nas terras do Bem-Virá” que o irmão em busca de trabalho deslocou-se para o sul do Pará, sendo assassinado nesta localidade devido a conflitos fundiários. Graça diz que seu primo foi para o Pará há muitos anos em busca de trabalho e encontra-se desaparecido até hoje, sem ninguém saber notícias deste. Tra-

balham para morrer e infelizmente não ganham nada. O peão José relata que no Maranhão as dificuldades financeiras são muito maiores, levando-os assim a procurar melhores condições de vida no Pará, o que se trata de uma mera utopia.

No documentário “Nas Terras do Bem-Virá”, o fiscal do trabalho Calisto relata que, após receber denúncias de trabalho escravo, eles iniciam uma investigação nestas localidades. O peão Anáilson, no referido documentário, alega que determinado fazendeiro montou até um estabelecimento comercial para lhes vender botas, luvas e outros aparatos de trabalho. Fornecia alimentação e estes produtos no intuito dos trabalhadores ficarem lhes devendo e continuar trabalhando para eles como escravos. De acordo com o agente pastoral Xavier, esta forma de os fazendeiros fazerem com que os trabalhadores fiquem devendo para eles pode ser considerada como uma verdadeira máquina de exploração escravocrata. Embora a escravidão tenha sido abolida, observa-se que no Pará esta continua vivamente presente.

Por outro lado, o que diferencia o trabalhador escravo de hoje dos escravos negros de outrora não é a cor da pele, pois, para se escravizar hoje, é usado o critério da origem, da condição econômica e social do trabalhador. O trabalhador escravo de hoje assemelha-se ao escravo negro, no tocante ao trabalho forçado ou obrigatório, em que sua liberdade é tolhida e o seu direito de ir e vir é monitorado por pistoleiros ou gatos armados, feito os capitães do mato de outrora. E, ainda, é semelhante em relação às condições degradantes de habitação, onde os alojamentos de lona de plástico ou palha são espécies de senzalas, cuja alimentação é deficiente, as instalações sanitárias são precárias e a água bebida não é potável (Siqueira, 2010, p. 130).

Caso interessante retratado no documentário “Nas terras do Bem-Virá” é o caso de uma prostituta, a qual tinha uma dívida com Dalva, esposa do gato conhecido por Léo, e foi enviada por esta para prostituir-se em um acampamento para poder pagá-la. Intentam levar essas mulheres para os acampamentos para roubar ainda mais o pouco que o trabalhador ganha. Para o fiscal do trabalho Calisto, tal ocorrência trata-se de um absurdo. Ao receber este pouco dinheiro, o gato e o fazendeiro ainda chegam aos trabalhadores acusando-os de deveres ainda lhes retirando o pouco que ganham. Cobram até a viagem, a pensão e o ônibus utilizados para a chegada destes trabalhadores aliciados pelos gatos até as fazendas onde vivem em condições horripilantes.

Nesta presente pesquisa, também se realizou uma abordagem sobre a estrutura agrária e fundiária do estado do Pará. A ocupação ilegal de terras, ou seja, a grilagem, tornou-se um poderoso meio de dominação fundiária na referida localidade. Madeireiros, latifundiários etc. falsificam documentos de terra para consolidar o ato de grilagem. Até os próprios cartórios de registro favorecem o escrupuloso ato. O termo grilagem é advindo da prática antiga de envelhecer documentos de terra em uma caixa com grilos. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o próprio Incra, por meio de uma ala corrupta, favoreceu a prática da grilagem. O órgão, que deveria se tratar do maior defensor da Reforma Agrária no país, foi o maior opositor desta. O Poder Judiciário também, infelizmente, tem dado profundo apoio a tão abominável prática.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou o cancelamento de 5,5 mil registros de terra do Estado do Pará considerados irregulares. A maior parte dos papéis é possivelmente fruto de grilagem, nome dado à apropriação ilegal de terras públicas. Somados, os títulos equivalem a quase um Pará a mais. Ou seja, é como se a área real do Estado fosse uma, e sua área titulada fosse quase duas vezes maior (Folha de São Paulo, 2010).

O Pará é conhecido mundialmente como “campeão” de mortes e conflitos agrários. Infelizmente, o estado do Pará tem sido conhecido nacional e internacionalmente por uma localidade onde ocorrem agravantes e violentos conflitos agrários advindos da ilegal posse de terras públicas. Entre as vítimas destes conflitos encontram-se líderes sindicalistas, religiosos, ambientalistas, parlamentares defensores dos direitos humanos, advogados etc. Os conflitos agrários ocorrentes na fronteira paraense podem ser explicados por intermédio da relação controversa existente entre a terra utilizada pelos camponeses para o trabalho e a terra indevidamente ocupada pela exploração dos grandes latifundiários e empresários. Inúmeros migrantes vão para as terras paraenses buscando liberdade e melhores condições de vida, porém infelizmente tornam-se escravos do voraz e injusto sistema capitalista enfaticamente representado através do agronegócio. Realmente, se analisarmos o período de 1994-2004, percebemos um preocupante aumento quanto aos conflitos de terra, assassinatos e mortes (tabela 02). A tabela 02, localizada abaixo, demonstra enfaticamente a persistência da violência no estado do Pará.

Tabela 02 - Conflitos no Pará 1994-2004

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
Conflitos de terra	35	38	63	60	37	86	53	115	110	136	104	837
Assassinatos	12	14	33	12	12	9	5	8	20	33	15	173
Ameaças de morte	42	54	24	29	11	36	17	46	78	61	103	501

Fonte: CPT, 2004.

Até mesmo as inocentes crianças são vitimadas pelos conflitos agrários. Infelizmente essas mortes continuam ocorrendo. No estado do Pará, as crianças são escravizadas, sendo forçadas a trabalharem ao invés de estudarem para beneficiarem economicamente os latifundiários. As crianças que residem em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vivem em condições extremamente precárias, que ocasionam a inevitável morte de algumas destas. A modernização da agricultura proporcionou tanto benefícios quanto malefícios.

Deve-se ressaltar que a maior ocorrência de assassinatos de crianças em conflitos de terra revela o quanto foram destruídos grupos familiares de camponeses, principalmente no período inicial do Governo Civil, quando se abriu uma relativa possibilidade de uma redistribuição fundiária no País. As mortes em acidentes de transporte para o trabalho atingem principalmente as famílias de trabalhadores diaristas, que recebem por tarefa, motivo da presença de crianças que vem a completar o grupo familiar. A ocorrência de mortes em situações de trabalho escravo denota a brutalidade desta relação de trabalho presente no quadro da modernização da agricultura brasileira. Finalmente, as mortes de crianças em acampamentos de colonos e trabalhadores sem-terra expressam a precariedade da vida destas famílias em acampamentos de lona à beira de estradas e de fazendas (Santos, 2000, p. 2).

Considerações Finais

Conclui-se que os objetivos da pesquisa ainda não foram totalmente alcançados levando-se em consideração que a pesquisa ainda encontra-se em fase de andamento tendo sido elaborado somente este artigo. Os fatores determinantes que causam o surgimento da problemática também foram diagnosticados. Os dados consultados na CPT e o documentário “Nas terras do Bem Virá”

foram de relevante consolidação para que a realidade agrária paraense fosse mais bem compreendida e também resultando em uma melhor compreensão da própria temática de conflitos agrários.

Através desta denúncia, pretende-se incentivar a produção de outras pesquisas como esta e também despertar os órgãos governamentais e também toda a população para que contribuam denunciando tais mazelas e valorizando ações a favor de uma democrática Reforma Agrária, a qual se acredita ser a única real solução para que tal problemática venha a se extinguir ou ao menos ser amenizada. A luta travada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é justa e deve ser valorizada. Após a realização desta pesquisa pretende-se realizar outra pesquisa em um assentamento do MST investigando e compreendendo melhor a temática de Reforma Agrária.

Referências

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Pará 1994-2004**. A violência no estado do Pará. Goiânia: Conflitos no Campo Brasil, 2004. 228p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2012**. Relatório anual. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2012. 188p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2014. 216p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil2015**. Goiânia, 2000 - 2015. Disponível em: <http://www.cptnacional.Org.br>. Acesso em: 20 out. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **CNJ cancela 5,5 mil registros de terra irregulares no Pará (2010)**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/>. Acesso em: 21 maio 2018.

LIMA, C. S. **Irmã Dorothy Mae Stang e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável**: Memória e persistência x o poder latifundiário. João Pessoa: II Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba, 2013. 16p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Labur da FFLCH, 2007. 185p.

PAULA, C. Q.; NÓBREGA, M. R. **A violência impune no campo brasileiro**: Uma análise dos assassinatos de 1985 a 2005 por grandes regiões brasileiras. São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009. 37 p.

SANTOS, J. V. T. **Conflitos agrários e violência no Brasil**: Agentes sociais, lutas pela terra e Reforma Agrária. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2000. 9p.

SIMONETTI, M. C. L. A Geografia dos conflitos agrários no campo brasileiro: Os dados do Governo Lula. São Paulo: **Revista Perspectivas**, p. 19-40, 2009.

EIXO 7
MOVIMENTOS SOCIAIS
DO CAMPO

ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ: SEU USO E OCUPAÇÃO

*Maria Alyne Alves de Souza¹
Cícera Camila dos Santos Nogueira²*

Resumo: O presente trabalho trata de um relato de experiência a partir de participação em aula de campo no Assentamento 10 de Abril, Crato-CE. Nesse sentido, apresentamos um breve histórico de como as terras do Assentamento 10 de Abril foram conquistadas. Resgatando a luta e a união das pessoas que fazem parte do Movimento de Trabalhadores Sem Terra- MST, bem como dos assentados que chegaram à comunidade posteriormente em decorrência de ter casado com filho de assentado(a), sendo considerado como agregado, configura o foco da análise da pesquisa, enfocando ainda o uso do assentamento atualmente. Para a realização da pesquisa, contamos com a colaboração da população, que nos recebeu muito bem e aceitou ser entrevistada, principalmente a Dona Tereza, que participou ativamente do movimento para a conquista da terra e de outros projetos.

Palavras-chave: Assentamento 10 de Abril; Caldeirão; Luta.

Introdução

O caldeirão de Santa Cruz do Deserto, localizado no município do Crato-CE, foi um lugar habitado por camponeses e coordenado pelo Beato José Lourenço, que saiu da Paraíba em busca do Padre Cícero. O local era de difícil acesso, com relevo de serras e serrotes, o que dificultava o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Outro fator que dificultava a habitação do local era a escassez de água.

Apesar de todas as dificuldades, alguns camponeses conseguiram habitar o local e produzir alimentos suficientes para alimentar centenas de pessoas,

1 Licenciatura em Geografia, Universidade Regional do Cariri, mariaalinealvesdesouza@gmail.com.

2 Licenciatura em Geografia, Universidade Regional do Cariri, milasantosnogueira27@gmail.com.

pois o que era produzido e partilhado com todos os habitantes. Os problemas encontrados eram amenizados com o conhecimento do beato e de seus seguidores, pois mesmo diante de um cenário como a caatinga, existia no local uma espécie de caldeira formada por rochas que possibilitava o acúmulo de água, que garantia a sobrevivência das pessoas da comunidade, mesmo em período de longa estiagem, como foi o caso da grade seca da década de 30.

Após a morte do Padre Cícero, houve um bombardeio na comunidade do Caldeirão, que vitimou muitas pessoas e destruiu a comunidade, que era acusada por praticar o comunismo e estocar armamentos.

Tendo como referência o caldeirão de Santa Cruz do deserto, militantes ligados ao MST e a partidos de esquerda da Região do Cariri decidiram ocupar o Caldeirão, tendo em vista o sonho de realização da Reforma agrária no Ceará / Cariri. Após a conquista da terra, surgiu o assentamento 10 de Abril, localizado no município do Crato-CE. Este teve início, portanto, há 26 anos, no dia 10 de abril de 1991, com a luta de camponeses através do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST por uma fração de terra para habitar e cultivar, a fim de melhores condições de vida.

No dia 01 de dezembro de 2017, nós, discentes do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA, fomos a campo com a professora Ana Roberta Duarte Piancó, ministrante da disciplina de Agrária, com o objetivo de conhecer a história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e a origem do Assentamento 10 de abril, ambos no município do Crato-CE.

Ao sairmos da Universidade Regional do Cariri- URCA, partindo do centro urbano do Crato-CE, sentido Ponta da Serra, passando pela Bréia, onde pudemos observar a transição do meio urbano para o agrário, cujo solo é utilizado para diversos fins, como para agricultura, extração de brita, construções e criação de bovinos, caprinos e aves. Durante o percurso, percebe-se também a instalação de algumas cerâmicas, como a Telha Forte, G Mattos, entre outras, que modificam o cenário observado.

Objetivos

Desenvolver um breve histórico, compreender como se deu o uso e a ocupação do Assentamento 10 de Abril, além de conhecer os projetos desenvolvidos no Assentamento 10 de Abril e entender como a comunidade convive com a falta de água.

Metodologia

Tendo por base uma luta de referência, buscou-se conhecer um pouco da história do Caldeirão do deserto, um lugar com muita história, que é visitado por centenas de pessoas todos os anos, onde no passado servia de abrigo para camponeses e fieis, hoje é esquecido, habitado por apenas uma família, que zela pela localidade. Sem muito incentivo e apoio do governo, o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto encontra-se “perdido”, perdendo sua origem histórica.

No Caldeirão, nada tinha dono, tudo era de todos, o que se produzia por um, era partilhado por todos os habitantes, facilitando assim a sobrevivência. Essa maneira de compartilhar, de viver em comunidade, despertou os olhares dos governantes que não acreditavam que os povos daquela localidade só tinham o objetivo de viver em paz. Segundo Silva (2010, p. 13),

No caso dos camponeses do Caldeirão, pode-se dizer que ao se estabelecerem naquela comunidade, vivenciaram o ensejo da liberdade, da não opressão, do trabalho, do provento material e espiritual. Porém, tendo sido incompreendida, cerceada e perseguida pelas forças do Governo do Estado, o sonho transformou-se em dor, desespero e morte.

Na década de 30, após a morte do Padre Cicero Romão Batista, o caldeirão foi atacado, bombardeado, ocasionando a morte de várias famílias que ali habitavam. Todo o trabalho ficou para trás, tudo que a comunidade havia construído ficou abandonada, no esquecimento. O Caldeirão foi tomado como referência, encorajando outros camponeses a lutarem por terras, para desenvolver a agricultura, pecuária e moradias.

Assentamento 10 de abril

Em 10 de abril de 1991, o caldeirão dos jesuítas, localizado no município do Crato-CE, foi ocupado e depois de negociação com o Estado, não sendo possível a compra das terras do Caldeirão, duas fazendas próximas foram desapropriadas para o assentamento das famílias em luta pela terra, denominada por eles Assentamento 10 de abril, que abriga 46 famílias vindas de alguns municípios do Ceará.

Cansados do trabalhar em condições ruins, camponeses se deslocaram de sua terra natal à procura de melhores condições de vida, e encontram nas ter-

ras do Caldeirão uma nova oportunidade. Este local foi escolhido estrategicamente pelos camponeses para chamar a atenção dos grandes proprietários e do governo, que negociou com os camponeses outro território onde hoje eles estão localizados, o assentamento 10 de abril.

Para chegar às terras onde hoje estão assentados, tiveram que andar uma distância de 18 km em uma estrada de terra, repleta de muita vegetação e com relevo de serras e serrotes. Ao chegar ao local, montaram acampamento com lonas que não conseguiam aguentar tanta chuva, depois usaram os recursos que tinham no local para construir suas moradias, como madeira, solo e vegetação. Aos poucos e com muita luta, os camponeses conseguiram muitas conquistas, inclusive a construção de moradias de alvenaria após seis anos de assentados.

A escola funcionava desde o período de acampamento. Posteriormente, a rádio comunitária, conquistada a partir de um projeto da Cáritas Diocesana de Crato, juntamente com a implantação de uma mandala destinada aos jovens do assentamento e mais recentemente o Centro Cultural.

No assentamento, tudo é dividido igualmente, e as decisões devem ser tomadas por todos em prol do coletivo. O território usado para cultivar também é dividido igualmente, porém cada um decide o que faz e o que planta em sua parte. Algumas famílias plantam cheiro-verde, alface, tomate, cebola, abacaxi, entre outros alimentos, enquanto outras criam alguns animais, como os caprinos, bovinos e aves, e alguns homens mantêm um projeto de apicultura. Tudo o que é produzido é consumido pelas pessoas da comunidade, e o excedente é comercializado na própria comunidade e nos arredores e/ou na feira da Associação Cristã de Base – ACB, que acontece todas as sextas-feiras.

Atualmente, o assentamento enfrenta algumas dificuldades, como a desterritorialização de um dos principais açudes do assentamento pelo governo do estado para construção de um trecho do CAC (Cinturão das águas do Ceará), que não beneficiará a comunidade, pois será cercado, impossibilitando assim o uso das águas do açude, a qual a comunidade usa para fazer irrigação nas produções dos quintais produtivos, para os animais beberem. Assim, a partir da conclusão do CAC, dificilmente terão acesso a ela. Além da desapropriação do açude, algumas famílias do assentamento perderam a posse de parte da terra, de onde já retiravam boa parte do seu sustento e que lutaram tanto para conquistar a duro custo, como quintais produtivos, que apresentavam uma grande diversidade de árvores frutíferas, legumes e hortaliças.

Conforme já mencionamos, os assentados foram beneficiados com o projeto Solaris na construção de uma mandala, que era bem cuidada por um grupo de jovens que ali residem e foram devidamente capacitados, desde a construção até a sua manutenção e produção pelo projeto com orientação da Caritas Diocesana e de outros parceiros. A mandala consiste em uma espécie de tanque onde ao redor são cultivadas algumas hortaliças. Assim como outros projetos, o Solaris foi perdendo forças e hoje se encontra quase abandonado, com supervisão apenas de algumas mulheres (mães dos jovens que não deixam morrer completamente). De acordo com relatos, o que dificulta a manutenção do tanque é a forma como a água tem que ser retirada para regar as plantas. Para tentar solucionar esse problema, outro projeto foi elaborado, que é a construção de uma cisterna ou a construção de uma caixa d'água que facilitaria o cuidado das plantações em torno da Mandala.

Com tanta luta e união, a comunidade Assentamento 10 de Abril tem conseguido muitas conquistas, assim como também, perdeu algumas delas, como exemplo, a escola Construindo Caminhos, que foi fechada após a secretaria de educação, “constatar” um número inferior de alunos que frequentam a escola. Atualmente, a comunidade possui apenas uma creche, e os alunos que necessitam de um nível de escolaridade maior têm que se deslocar para outros distritos e/ou mesmo na sede da Cidade do Crato para continuar estudando.

Uma das dificuldades encontradas pela população do assentamento 10 de Abril foi a falta de água nas moradias, que durou cerca de 25 anos e só foi solucionada depois que houve uma ocupação junto aos órgãos responsáveis, que tinha como objetivo garantir a perfuração do solo para um poço profundo que garantiria a água para todos que ali residiam. A primeira perfuração não teve sucesso, sendo necessária outra escavação, que até os dias atuais beneficiam as 46 famílias.

Aplicação do questionário

Em entrevista com a Dona Tereza, colhemos alguns dados diante dos seus relatos de experiência e de lutas que levaram às conquistas do assentamento. Dona Tereza é moradora do assentamento desde o início, ela fez parte de todas as conquistas do assentamento, de todas as lutas, liderou junto com outras pessoas o MST (Movimento dos Sem Terra) e ainda estava à frente dos campones-

ses que estavam em busca de uma porção de terra no que hoje é denominado Assentamento 10 de Abril.

“Lutei bravamente, enfrentando chuva e sol, viajando para a capital, em busca de melhorias para o povo, conseguimos a terra, mas faltava outros recursos. Faltava água, faltava moradia, faltava o conforto, porém sobrava coragem, sobrava o companheirismo e isso bastava para continuarmos” (Fala de Dona Tereza, moradora do Assentamento 10 de abril em 01/12/2017).

Tereza, uma senhora que reside no assentamento desde o início, uma das percussoras, mãe de sete filhos, adquiriu as terras que hoje lhes pertencem com muita luta. Ela relata que alguns moradores recentes não conhecem a história de luta e conquista e que não valorizam o que foi adquirido com bastante esforço. Atualmente, os filhos dela não passam muito tempo no assentamento, pois não encontram emprego para se manter no lugar e acabam viajando para outros estados para conseguir de alguma forma um modo de sobrevivência para si e sua família.

A moradora Tereza relata que, apesar de todas as conquistas, algumas estão se perdendo, como a escola, o grupo das mulheres. A escola foi fechada e o grupo das mulheres que compartilhava o conhecimento das integrantes acabou deixando se perder a cada dia mais a história do lugar.

“Entregaram nossa escola para a burguesia, hoje todos os nossos adolescentes têm que se deslocar para outra comunidade e isso tem desmotivado nossos jovens a estudar e crescer na vida” (Fala de Dona Tereza, Assentamento 10 de abril, 01/12/2017).

Resultados

Na pesquisa de campo, concluímos que a história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é rica de fatos, porém encontra-se esquecida, sem incentivo do governo. Um lugar com vários aspectos a serem estudados, perdendo-se no tempo. É notável, na estrutura, a falta de manutenção, zelado apenas por um senhor chamado Raimundo, que ainda reside naquela localidade.

É um local com uma formação geomorfológica caracterizada por serras e serrotes, onde o solo é pouco agricultável e toda a água utilizada encontra-

se em uma espécie de caldeira, formada por rochas, por isso denominou-se Caldeirão.

Tendo como referência o Caldeirão, a Comunidade do Assentamento 10 de Abril reuniu forças e consolidou o sonho de conquistar terras de trabalho para habitar e produzir. O assentamento foi fundado no dia 10 de abril de 1991, com a luta de camponeses, com o objetivo de garantir de fato e de direito a reforma agrária, a conquista da terra de trabalho e melhoria de vida.

Hoje, o assentamento abriga algumas famílias, que vivem da pequena produção de hortaliças e criação de alguns animais. A comunidade encontra-se com uma produção baixa, por causa da seca que assola aquela região. O que se produzia para consumo e comercialização, hoje praticamente, somente dá para o consumo familiar, vendem apenas o excedente da produção.

A comunidade apresenta várias conquistas e perdas, exemplo disso é a desapropriação do açude, que abastecia parte da localidade, o qual foi atingido pela obra do CAC (Cinturão das Águas do Ceará), que além de privatizar o açude, desapropriou terras produtivas de alguns moradores.

O assentamento conta com alguns projetos conquistados, como o Solaris, que visa à produção de hortaliças praticada por jovens do assentamento, mas que no momento do nosso campo, observamos que se encontra quase abandonado por falta de manutenção, interesse e água, já que atualmente há dificuldade no acesso à água na área para a irrigação e para ajudar na produção tem que ser manual. Destacamos também a conquista do projeto do Centro Cultural, que visava à construção de salas, cozinha banheiros para atividades culturais, sociais e recepção aos visitantes e uma quadra, que não foi concluída.

O Caldeirão e o Assentamento 10 de Abril são lugares que merecem um estudo mais aprofundado para que a história seja mantida, além de merecerem também um incentivo maior do governo do estado, que deixa ao léu lugares com um histórico rico de fatos.

Figura 1 - MANDALA do Projeto Solaris, Assentamento 10 de Abril/Crato-CE



Foto: Cícera Camila, 2017.

Figura 2 - Museu do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto



Foto: Cícera Camila, 2017.

Figura 3 - Açude do Assentamento 10 de abril, Crato-CE



Foto: Cícera Camila, 2017.

Figura 4 - Residência de Seu Raimundo no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, Crato-CE



Foto: Maria Alyne Alves, 2017.

Figura 5 - Capela do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, Crato-CE



Foto: Cícera Camila, 2017.

Figura 6 - Caldeirão, Crato-CE

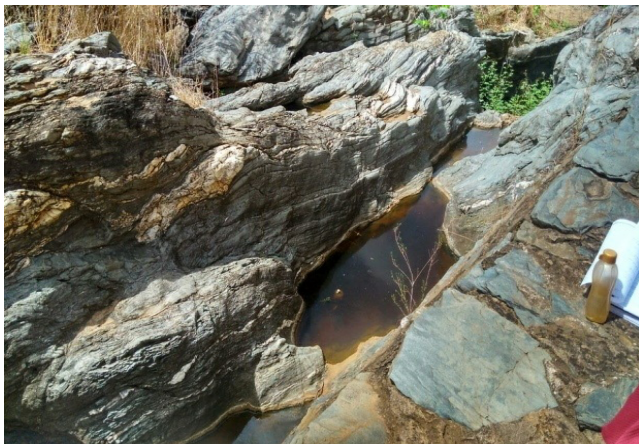


Foto: Maria Alyne Alves, 2017.

Figura 7 - Trecho da obra CAC (Cinturão das Águas do Ceará) que corta terras do Assentamento 10 de abril (Crato-CE)



Foto: Cícera Camila, 2017.

Figura 8 - Plantação de hortaliças no Assentamento 10 de abril/ Crato-CE



Foto: Cícera Camila, 2017.

Considerações Finais

Concluimos que o assentamento é um local que abriga pequenos produtores, onde são desenvolvidos alguns projetos, porém alguns estão desativados por questão de falta de gestão ou investimento e, principalmente, por falta de água. Ainda concluimos que o assentamento tem um histórico bastante rico, cujas famílias, mesmo em condições difíceis, conseguiram uma condição de vida digna através de muita luta e união.

Referências

SILVA, J. J. **Caldeirão e Assentamento 10 de abril** - Passado e presente na luta por terras no Cariri Cearense. Fortaleza: UFC, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3. Ed. São Paulo, Contexto, 1997.

STÉDILE, J. P. **Questão Agrária no Brasil**. 11ª ed. São Paulo, Atual Editora, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 2. Ed. São Paulo, Editora Ática, 1987.

COM OS PÉS NO CHÃO: A REALIDADE DA LUTA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SERRA VERDE, CARIRIAÇU-CE

Edílio Quintino de Oliveira¹

Cicero Danilo Gomes do Nascimento²

Resumo: A pesquisa ora apresentada tem como objetivo analisar como está organizado o Assentamento de Reforma Agrária Serra Verde, a partir dos relatos de experiências dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Assim, para a realização da análise, dividimos a pesquisa em três períodos: levantamento bibliográfico, pesquisa qualitativa de campo, sistematização dos resultados e socialização. Para atingirmos nossos objetivos propostos, tais como investigar como estão organizadas as famílias no assentamento, compreender o processo histórico da luta pela conquista do território camponês, orientar nossos educandos(as) a buscarem elementos fundamentais para interpretar os que de fato são lutas sociais e movimentos sociais aproximando teoria e empiria. Nossa pesquisa teve início no segundo semestre de 2013, na E.E.M. Plácido Aderaldo Castelo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Território Camponês; Resistência.

Apresentação

A pesquisa ora apresentada buscou analisar a organicidade do Assentamento de Reforma Agrária Serra Verde, com localização na área SR 02 – Ceará, Painele de Assentamento (PA) CE0221000, nome do PA - SERRA VERDE (Incrá/Federal), código do IBGE – 2303204, município de Caririaçu, capacidade de 70 famílias, 58 famílias assentadas, com área de 4544.2095, criado em

1 Especialista Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: edi-lío@hotmail.com.

2 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), graduado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária da URCA (GEA/URCA), Grupo de Pesquisa Vinculado ao CNPq – Território, Espaço e os Movimentos Sociais. Linhas De Pesquisa: Sociedade, Ensino, Cultura, Gênero E Reforma Agrária. E-mail: danilo-k1@hotmail.com.

11 de setembro de 1998, localizado no Semiárido, Ceará.³ Segundo Piancó, Barbosa e Silva (2005, p. 6, 2005):

O Assentamento Serra Verde está localizado no Município de Caririáçu-CE, entre as comunidades de Monte Pio e Lagoa de São Bento. O acesso à área se dá através da estrada de algodão – CE 055, após o distrito de Dom Quintino percorre-se mais de 6 km pela mesma rodovia, dobra-se à direita e percorre-se 12 Km em estrada carroçável até o imóvel.

Destacamos que a presente pesquisa teve início no segundo semestre de 2013, com a perspectiva de ampliar a reflexão no contexto escolar e na produção de material que possibilitasse a inserção do educando(a) nas práticas cotidianas dos movimentos sociais, em especial a realidade do Movimento dos Sem Terras (MST) no município de Caririáçu. Assim, o projeto foi desenvolvido com educandos(as) da instituição de ensino E.E.M. Plácido Aderaldo Castelo, vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Ceará (Seduc/CE).

Metodologicamente, a pesquisa se apoiou na relação entre teoria e empiria a partir do levantamento bibliográfico em diferentes fontes de pesquisa, livros, periódicos, jornais, internet, e principalmente através dos relatos de experiências da história viva presente no assentamento. As entrevistas realizadas foram de caráter semiestruturadas, cujo critério de escolhas dos entrevistados foram as lideranças do Assentamento de Reforma Agrária Serra Verde.

Desenvolvimento

Ao analisar a distribuição da população no território brasileiro através dos dados do Censo Estatístico, obtidos segundo as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, constatou-se que há uma irregularidade percentual em sua distribuição populacional. No Brasil, observa-se a distribuição entre população urbana e população rural, com 84,36% concentrada na área urbana e apenas 15,64% na área rural. No Nordeste, vamos ter 73,13% da população em área urbana e 26,87% em área rural, com o estado do Ceará apresentando 75,09% da sua população em área urbana e 24,91% em área rural. Tais dados nos revelam uma má distribuição

3 Dados obtidos no Painel de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 2017.

da sua população dentro do território acompanhado da má distribuição de terras e das desigualdades sociais.

Foi a partir da análise dos dados acima apresentados que tomamos a iniciativa e nos propusemos a desenvolver uma pesquisa que pudesse justificar tais irregularidades através das desigualdades sociais, políticas, econômicas culturais presente na sociedade brasileira, na qual destacamos a realidade no território cearense, especificamente no campo.

É importante compreender que a realidade do Assentamento de Reforma Agrária Serra Verde não é um caso isolado na trajetória histórica da luta dos moradores de antigas fazendas, que lutaram por direitos e por permanência na terra. A ocupação da fazenda Serra Verde deu-se através de ações articuladas entre agricultores e o sindicato dos agricultores, posteriormente apoiados pelo MST.

Sabe-se que o papel do MST na conquista do território camponês do assentamento Serra Verde foi fundamental para essa materialização, visto que, a priori, o Movimento estava envolvido, segundo relatos dos assentados, em uma luta com o município vizinho, Várzea Alegre-CE, e ao tomarem conhecimento da luta dos moradores da antiga Fazenda Boris, logo vieram prestar solidariedade e unir forças na luta pela conquista dessa fração do território. Para Diniz (2009, p. 184), “os assentamentos de reforma agrária constituem a apropriação de frações do território pelo campesinato, fruto da luta e do enfrentamento de classe, levado a cabo por ele.”

Nossa pesquisa procurou analisar o importante papel dos movimentos sociais na luta pela conquista de direitos que antes lhes foram sequestrados, tais como o acesso e a posse da terra, moradia, educação, saúde, entre outros. Acreditamos que, ao negarem esses direitos à classe trabalhadora, materializaram ações concretas que, obrigando a classe trabalhadora do campo a migrarem à cidade, contribuíram cada vez mais para o fortalecimento das desigualdades entre seus pares, resultando na exclusão social.

A partir dessas preocupações, propomos a alguns(as) educandos(as) o desafio de buscar compreender essa realidade através das experiências de trabalhadores e trabalhadoras do campo, que trazem no corpo e na memória as marcas deixadas pela luta pela conquista da terra, resistindo às pressões impostas por capitalistas que tinham interesse naquelas terras. Dessa forma, tornou-se possível no âmbito escolar desenvolver o importante papel da pesquisa

científica como instrumento de socialização dos novos conhecimentos adquiridos mediante a realidade local dos educandos(as) envolvidos na pesquisa.

Em um primeiro momento, foi proposta a formação de um grupo composto por 02 (dois) educadores e 03 (três) educandos(as) com o objetivo de traçar as estratégias na perspectiva de aprofundar as discussões teóricas necessárias ao entendimento do objeto a ser pesquisado, a realidade do Assentamento de Reforma Agrária Serra Verde.

Outro momento importante, o qual consideramos o eixo norteador dos resultados obtidos, foram os trabalhos de campo, momento oportuno para aproximar o conhecimento teórico adquirido num primeiro momento com a realidade empírica, o contato direto com os sujeitos sociais, moradores do assentamento, na oportunidade aproveitando suas experiências vividas cotidianamente.

Faz-se importante destacar que o nosso contato com os assentados foi mediado por um pai de um dos educandos(as) envolvidos na pesquisa, o que possibilitou a nossa inserção no campo da pesquisa e no contato direto com os moradores da comunidade. Essa intermediação justifica-se porque, diante de tantas lutas, os assentados resistem à presença de estranhos no seu território, e em alguns momentos chegaram a nos comparar com policiais, pistoleiros, representantes da justiça, temendo passar por todo processo de luta e até a perda da terra.

Considerações Finais

Por último, sem considerar o fim da nossa proposta, levamos as experiências construídas num período de 06 (seis) meses, desde o incômodo causado no cotidiano escolar até o contato com as experiências dos assentados em torno da dinâmica dos movimento sociais, para a socialização na instância escolar, com a exposição das experiências em eventos de caráter científicos em instituições de ensino superior, com a posterior publicação nos anais dos respectivos eventos.

Acreditamos que a experiência vivida por cada um dos educandos(as) envolvidos na pesquisa lhes proporcionaram uma outra interpretação sobre o papel dos movimento sociais na luta por direitos e não por privilégios, em especial o papel histórico da luta do MST para garantir esses direitos à classe

trabalhadora do campo, assegurando-lhes o mínimo de direito para (re)produção da própria família, a conquista da terra, visto que esse feito só é possível através da luta.

Referências

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 13 jul. 2018.

PIANCÓ, A. R. D.; BARBOSA, G. M. J.; SILVA, J. J. da. Reforma Agrária no Cariri: Estudo Comparativo da Realidade Sócio – Política e Econômica dos Assentamentos: 10 de Abril, do município de Crato – CE e do Serra Verde, o município de Caririaçu - CE. *In: Anais III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Ana%20Roberta20uarte%20Pianc%F3.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo de 2010**. <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 13 jul. 2018.

EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO ACAMPAMENTO CARLOS LAMARCA

*Matheus Machado Silva¹
Geovana Sara Oliveira²*

Resumo: No dia 5 de novembro de 2017 foi realizada uma pesquisa de campo no Acampamento Carlos Lamarca, localizado na Fazenda Cerradão, no município de Frutal-MG. Ao estabelecermos diálogo com os acampados, observávamos que os nossos objetivos propostos no início da realização desta pesquisa felizmente iam sendo alcançados. Percebeu-se claramente nessa pesquisa realizada que a afirmação, que muitos dizem, de que o MST é uma organização criminosa, que tem por membros um bando de preguiçosos e arruaceiros, trata-se de uma grande farsa. O acampamento do MST se torna importante para a formação da identidade do sem terra. A valorização do coletivo, bastante observada no acampamento Carlos Lamarca, se repercute em todos os acampamentos e assentamentos do MST.

Palavras-chave: Acampamento; Reforma Agrária; MST.

Apresentação

Para poder explicar a realidade agrária e a necessidade de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro, foi realizada uma pesquisa no Assentamento Carlos Lamarca, onde, a partir das entrevistas, as origens socioespaciais dos acampados passam a ser identificadas e reveladas. A condição social dos entrevistados nos revela a intensa preocupação com a problemática retratada por meio desta presente pesquisa. Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que multifacetadas relações sociais foram estabelecidas. No Acampamento Carlos Lamarca, prevalece a autonomia comunitária, não havendo assim nenhum sistema ditatorial dominado por uma ideologia de poder. Nota-se também a ocorrência de

1 Licenciado em Geografia, UEMG, matheus.machado20@outlook.com.

2 Graduada em Geografia, UEMG, geovanasantana_26@hotmail.com.

diversas transformações. Através da análise do modo de vida dos assentados, percebe-se a real eficácia da estrutura comunitária.

Como se percebe nos estudos de Oliveira, a violência é geradora de morte, e o MST trata-se de uma prova viva de tal contradição. Em sua obra “A geografia das lutas no campo”, o geógrafo afirma que a expropriação é articulada pela cidade que tolhe o direito de cidadania do camponês. Os acampamentos e assentamentos são prova viva da luta pelo direito a terra e combate a esta tal expropriação. Para o professor Ariovaldo, aquele trecho da composição de Geraldo Vandré, que diz “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”, exemplifica claramente a luta do MST, legítimo representante do campesinato brasileiro. A música “Admirável gado novo” também exemplifica claramente a luta do MST, na qual o cantor Zé Ramalho faz uma profunda crítica ao governo militar, que virou as costas para os sem terra. Há tempos, a escravidão somente ocorria com os negros. Hoje, a “escravidão branca” está tomando conta do nosso país. É preferível morrer na luta que morrer de fome. O MST traz consigo um profundo caráter político.

O MST, com esta componente nova em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político (Oliveira, 2001, p. 196).

O MST é um grande defensor do ideal de Reforma Agrária no Brasil. Um grande combatente de tal ideal é o governo, pois a Reforma Agrária prejudicará o agronegócio intensamente, e o governo prioriza quantidade, e não qualidade. Ao visitar esse acampamento do MST para realizar tal pesquisa, intentou-se compreender melhor sobre essa contínua luta. O voraz capitalismo, ao adentrar nas questões agrárias, trouxe consigo aquilo que se conceitua por conflitos agrários, os quais permeiam essa cruel realidade. Tal luta necessita ser enxergada como uma questão territorial, pois o território ocupado pelo agronegócio luta incessantemente para que a Reforma Agrária não aconteça. O MST é constituído por uma multifacetada diversidade de movimentos e assentamentos.

Os assentamentos caminham no sentido da resolução das necessidades das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizam a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas. Dessa forma, os assentamentos são a grande contribuição do MST para a sociedade brasileira. Buscamos em cada assentamento desenvolver uma mentalidade e uma atitude de Soberania Alimentar, compreendendo que a nossa primeira tarefa é produzir alimentos e eliminar a fome (Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 21).

No dia 5 de novembro de 2017 foi realizada uma pesquisa de campo no Acampamento Carlos Lamarca, localizado na Fazenda Cerradão, no município de Frutal-MG. O referido assentamento homenageia o militar e guerrilheiro brasileiro Carlos Lamarca, que foi um dos grandes líderes da luta armada travada contra a ditadura militar no Brasil em 1964. Na data da pesquisa realizada, o casal Vera Lúcia da Silva e seu esposo, Augustinho Souza Santos, moradores do acampamento Carlos Lamarca, aceitaram de prontidão ser entrevistados. Ao estabelecermos diálogo com os acampados, observávamos que os nossos objetivos, propostos no início da realização desta pesquisa, felizmente iam sendo alcançados. A partir destes diálogos, uma relação solidária ia também concomitantemente sendo estabelecida. O trabalho de campo foi primordial para identificar essas percepções presentes nos entrevistados. As análises que realizamos até aqui estão fundamentadas na identificação dos conflitos agrários através da sua real vivência. Metodologicamente, foram realizadas as investigações por meio de observações e comparações, tentando compreender as multifacetadas heterogeneidades presentes na temática permeada pelos conflitos agrários.

Desenvolvimento

A luta pela terra é permeada por coragem, sabedoria, sonhos, corações esperançosos. Esses significados foram nitidamente encontrados no Assentamento Carlos Lamarca. Percebeu-se claramente, nessa pesquisa realizada, que a afirmação que muitos dizem de que o MST é uma organização criminoso, que tem por membros um bando de preguiçosos e arruaceiros, trata-se de uma grande farsa. Por serem tão perseguidos pelos grandes latifundiários, eles não costumam aceitar a entrada de pessoas estranhas, porém nesta pesquisa, ao ser

apresentada a eles a proposta, de prontidão já abriram as portas e se dispuseram a responder as perguntas com bastante alegria.

Os assentados são pessoas trabalhadoras que somente lutam ferrenhamente por melhores condições de vida. Através da reprodução camponesa, a terra vai ganhando um significado real. O assentamento trata-se de um espaço geograficamente delimitado, que é habitado por um grupo de famílias sem terra, no qual jamais faltaram conflitos e lutas pelo direito de acesso à terra.

A primeira pergunta aplicada ao casal foi se no acampamento existia algum líder, ao que eles responderam: *“Sim, o líder é o Carlos Diniz, mais conhecido popularmente por Carlinhos”*. Infelizmente, no dia da entrevista, este não se encontrava no acampamento. Para eles, a Reforma Agrária é essencial. Prova disso é a frase: *“Acredito que quanto mais terra tiver melhor seria o aumento da renda da família brasileira e também da produção agrícola. Ao serem perguntados como cultivam a terra, percebeu-se nítida presença de vestígios da agroecologia na forma de produção, destacando a produção de hortas. Tudo ali produzido é vendido para o sustento da família. Para comprovar que o MST não é uma organização criminosa formada por um bando de preguiçosos, o senhor Augustinho trabalha em uma fazenda próxima ao acampamento para complementar a renda da família.*

A criação de animais também se encontra ali presente, como bem retrata a afirmação de Vera Lúcia: *“Cultivamos a terra manualmente, produzimos mandioca, milho, maracujá de duas qualidades azedo e doce, tenho um casal de porcos tenho uma chocadeira e uma horta que planto alface abobora entre outros. O que é produzido eu vendo, pois é daí que tiramos o sustento e o meu marido para completar a renda trabalha numa fazenda próxima para completar a renda”*. O trabalho desenvolvido pelo MST é sempre coletivista e jamais individualista, pois assim seriam imitadores do capitalismo.

Ao serem perguntados se a luta do MST é somente por terra, eles respondem: *“Sim somente por terras, esse é o único motivo”*. Sobre as atividades desenvolvidas no acampamento Carlos Lamarca, eles dizem ser mais voltada à agricultura e a animais, com plantação de hortas, criação de animais, fabricação de doces caseiros etc. Ao serem entrevistados sobre o tempo de permanência no acampamento, eles dizem estar ali acampados há oito anos.

O acampamento do MST apresenta relevada importância para a formação da identidade do sem terra. A valorização do coletivo, bastante observada no

acampamento Carlos Lamarca, repercute em todos os acampamentos e assentamentos do MST. O surgimento dos acampamentos do MST foi importantíssimo para incentivar a criação dos assentamentos de Reforma Agrária, pressionando assim o Estado a exercer sua função política nestes respectivos aspectos. Notou-se, através da pesquisa, que os acampados vivem nessas localidades com intensas dificuldades, destacando-se que muitos residem em barracas de lona, e seus próprios galinheiros e chiqueiros também são feitos de lona devido às precárias condições financeiras pelas quais estes passam.

Esta pesquisa realizada no acampamento Carlos Lamarca demonstrou enfaticamente a urgência quanto à formulação de políticas públicas voltadas ao campo, compreendendo assim as diversas transformações ocorrentes neste meio e o papel intensamente organizado e atuante desempenhado pelo MST. Infelizmente, o acampamento visitado não possui projetos educacionais, projetos de desenvolvimento sustentável, projetos de preservação ecológica etc. A presença do geógrafo nestas localidades seria ideal. Nos acampamentos do MST, percebe-se um novo processo de sociabilidade sendo construído. Nesse local, o sem terra vive em coletividade, enfrentando face a face conflito e solidariedade ao mesmo tempo. Em condições precárias, as famílias sem terra enfrentam ocupações e despejos continuamente.

Considerações Finais

Conclui-se que os objetivos da experiência foram alcançados, pois, através do seu respectivo desenvolvimento, relataram-se as experiências vivenciadas em um acampamento do MST, diagnosticando a real necessidade impregnada na luta pela Reforma Agrária. As entrevistas com os acampados proporcionaram uma melhor compreensão da realidade agrária vivenciada cotidianamente por estes. Sugere-se que se realizem outras pesquisas em acampamentos e assentamentos do MST, denunciando as catastróficas problemáticas que enfrentam e ressaltando a real necessidade de Reforma Agrária em nosso país. Sugere-se também um projeto de Agroecologia no referido acampamento, onde os acampados produzirão hortaliças e comercializarão os produtos em uma feira, que receberá o nome de “Feira da Reforma Agrária”. A renda da feira será compartilhada entre os acampados.

Referências

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo: **Revista Estudos Avançados**, p. 185-206, 2001.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **Reforma Agrária: Por justiça social e soberania alimentar**. São Paulo: Secretaria Nacional do Movimento dos Sem Terra, 2010. 54p.

Editora
SER
TÃO
CULT
10 anos

Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 16 x 23 cm em offset 75 g/m², com 528 páginas e em e-book formato pdf.
Julho de 2024.

Estes ANAIS evidenciam a potencialidade da geografia agrária produzida no Ceará. O I Encontro de Geografia Agrária Cearense, com a temática: Dilemas do Espaço Agrário Cearense: Terra e Água para que(m)? reuniu estudantes, professores, movimentos sociais, povos do campo, organizações não-governamentais e lutadores sociais, para refletirem sobre os dilemas do uso e dominação da terra e da água no Ceará. Através de palestras, minicursos, oficinas, apresentações de trabalhos e exposições fotográficas, a questão agrária cearense foi problematizada, dialogada e fortalecida. Um dos resultados deste evento é a diversidade, profundidade e riqueza dos textos encontrados neste livro, que sistematizam pesquisas, experiências e outras produções de saberes em curso no espaço agrário cearense.

